ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 141

Brasília - DF, segunda-feira, 23 de julho de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 4
Ministério da Cultura 4
Ministério da Defesa 6
Ministério da Educação 8
Ministério da Fazenda 9
Ministério da Integração Nacional 19
Ministério da Justiça 20
Ministério da Pesca e Aquicultura 22
Ministério da Previdência Social 22
Ministério da Saúde 23
Ministério das Cidades 43
Ministério das Comunicações 43
Ministério das Relações Exteriores 47
Ministério de Minas e Energia 52
Ministério do Desenvolvimento Agrário 55
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 56
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 57
Ministério do Esporte 57
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 59
Ministério do Trabalho e Emprego 60
Ministério do Turismo 61
Ministério dos Transportes 62
Conselho Nacional do Ministério Público 68
Ministério Público da União 68
Tribunal de Contas da União 80
Poder Judiciário 97
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 114

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 332, de 20 de julho de 2012. Encaminhamento à Câmara dos Deputados do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

Nº 333, de 20 de julho de 2012. Encaminhamento ao Senado Federal do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

Nº 334, de 20 de julho de 2012. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

Nº 335, de 20 de julho de 2012. Encaminhamento à Procuradoria-Geral da República do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107		

Nº 336, de 20 de julho de 2012. Encaminhamento ao Congresso Nacional do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 3º Bimestre de 2012, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 20 de julho de 2012

Entidade: AR CAIXA, vinculada à AC CAIXA PF, AC CAIXA PJ e AC CAIXA JUS

Processos nºs: 00100.000025/2003-36, 00100.000052/2003-17 e 00100.000145/2006-86

Acolhe-se as Notas nºs 402, 403 e 426/2012-APG/PFE/ITI que opina pelo deferimento dos pedidos de credenciamento de nova Instalação Técnica da AR CAIXA, vinculada à AC CAIXA PF, AC CAIXA PJ e AC CAIXA JUS, localizada na Rua José Coelho, 86, Centro, Boa Vista-RR, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR CORREIOS, vinculada à AC SERPRO RFB

Processo nº : 00100.000016/2003-45

Acolhe-se as Notas nºs 369, 370, 379, 380/2012-HLC/PFE/ITI que opinam pelo deferimento dos pedidos de credenciamento de novas Instalações Técnicas da AR CORREIOS, listadas abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.3, do DOC-ICP-03, deferem-se os credenciamentos.

Instalação Técnica	Endereço
Guarapuava-PR	Rua Quinze de Novembro, 7774, Centro, Guarapuava-PR
Shopping Praia da Costa-ES	Avenida Doutor Olívio Lira, 353, 1ª Loja, Praia da Costa, Vila Velha-ES
Glória-ES	Avenida Jerônimo Monteiro, 840, Glória,Vila Velha-ES
Barra de São Francisco-ES	Avenida Jones Santos Neves, 335,Centro, Barra do São Francisco-ES
Anchieta-ES	Praça Governador Carlos Lindemberg, 25, Centro, Anchieta-ES
Alegre-ES	Avenida Jerônimo Monteiro, 133, Centro, Alegre-ES
Alfredo Chaves-ES	Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, Centro, Alfredo Chaves-ES
Aracruz-ES	Rua Quintino Loureiro, S/N, Centro, Aracruz-ES
Castelo-ES	Avenida Nossa Senhora da Penha, 23, Centro, Castelo-ES
Guaçuí-ES	Avenida Marechal Floriano, 68, Centro, Guaçuí-ES
Iconha-ES	Rua Virgílio Silva, S/N, Centro, Iconha-ES
Itacibá-ES	Rua Manoel Joaquim dos Santos, 42, Itacibá, Cariacica-ES
Jacaraipe-ES	Avenida Abdo Saad, 1500, Jacaraipe, Serra-ES
Pinheiros-ES	Avenida Setembrino Pelissari, S/N, Centro, Pinheiros-ES
Santa Maria de Jetibá-ES	Avenida Frederico Grulke, 1645, Centro, Santa Maria de Jetibá-ES
Santa Teresa-ES	Rua Coronel Bonfim Junior, 230, Centro, Santa Teresa-ES
São Gabriel da Palha-ES	Rua Francisco Pereira Nascimento, S/N, Centro, São Gabriel da Palha-ES
São João-ES	Rodovia BR-262, 4066, Santa Cecília, Cariacica-ES
Expedito Garcia-ES	Avenida Expedito Garcia, 5, Campo Grande, Cariacica-ES
Jardim América-ES	Rua Hermes Santorio, 18, Jardim América, Cariacica-ES
Faça Fácil-ES	Avenida Aloízio Santos, 500, Santo André, Cariacica-ES
Praia do Suá-ES	Rua Padre Antônio Ribeiro Pinto, 38, Praia do Suá, Vitória-ES
Iuna-ES	Rua Presidente Getúlio Vargas, 406, Centro, Iuna-ES
Marataízes-ES	Avenida Rubens Rangel, S/N, Centro, Marataízes-ES
Ibatiba-ES	Rua Sete de Novembro, 80, Centro, Ibatiba-ES
Mimoso do Sul-ES	Praça Coronel Joaquim Paiva Gonçalves, 170, Centro, Mimoso do Sul-ES
Domingos Martins-ES	Avenida Presidente Vargas, 875, Centro, Domingos Martins-ES
Itapemirim-ES	Rua Amphilóphio de Moreno, 2275, Centro, Itapemirim-ES
Baixo Guandu-ES	Rua Coronel Álvaro Milagres Ferreira, 21, Centro, Baixo Guandu-ES
Bela Vista-ES	Avenida Presidente Castelo Branco, 246, Bela Vista, Aracruz, ES
Boa Esperança-ES	Avenida Senador Eurico Rezende, 672, Centro, Boa Esperança-ES
Ecoporanga-ES	Avenida Milton Motta, 875, Centro, Ecoporanga-ES
João Neiva-ES	Praça Hilda Garcia, S/N, Centro, João Neiva-ES
Lagoa do Meio-ES	Rua Guaicurus, 104, Lagoa do Meio, Linhares-ES
Mantenópolis-ES	Rua Prefeito Willian G. Benjamim, 325, Centro, Mantenópolis-ES
Pedro Canário-ES	Praça Castelo Branco, 20, Centro, Pedro Canário-ES
Luziânia-GO	Rua do Comércio, 349, Centro, Luziânia-GO
Valparaíso-GO	Quadra 07, Área Especial, Etapa A, Valparaíso I, Valparaíso do Goiás-GO
Altamira-PA	Travessa Pedro Gomes, 785, Centro, Altamira-PA
Bragança-PA	Travessa Senador José Pinheiro, 452, Centro, Bragança-PA
Cabanagem-PA	Avenida Almirante Barroso, 5045, Castanheira, Belém-PA
Capanema-PA	Avenida Barão de Capanema, 2531, Centro, Capanema-PA
Castanhal-PA	Avenida Presidente Getúlio Vargas, 2348, Centro, Castanhal-PA
Icoaraci-PA	Rua Manoel Barata, 659, Cruzeiro Icoaraci, Belém-PA
Itaituba-PA	Avenida Doutor Hugo de Mendonça, 420, Aeroporto Velho, Itaituba-PA
Parauapebas-PA	Rua E, Quadra 49, Lote 10, Centro, Parauapebas-PA
Redenção-PA	Avenida Brasil, 2341, Novo Horizonte, Redenção-PA
São Braz-PA	Praça Floriano Peixoto, 133, São Braz, Belém-PA
Telégrafo Sem Fio-PA	Avenida Senador Lemos, 1749, Telégrafo Sem Fio, Belém-PA
Tucuma-PA	Avenida Pará, 383 B, Centro, Tucuma-PA
Tucurui-PA	Rua Dom Cornélio Vermans, 309, Jaqueira, Tucurui-PA
Vila dos Cabanos-PA	Rua Padre Raimundo Avelino de Matos, S/N, Pioneiro, Barcarena-PA
Xinguara-PA	Rua Gorotire, 58, Centro, Xinguara-PA

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 6 de junho de 2012

Entidade: AC SERASA RFB; SERASA CD e AC SERASA JUS
Processo nº: 00100.000040/2012-75

O DIRETOR DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO no uso de suas atribuições definidas pelo DOC-ICP-09 item 6.5 decide pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA para a AC SERASA RFB, SERASA CD e AC SERASA JUS, de acordo com o item 6.1 letra a) do DOC-ICP-09 em consonância com o itens 2.2.1.2 do DOC-ICP-05 apontados nos processos de fiscalização 00100.000040/2012-75.

PEDRO PAULO LEMOS MACHADO

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO Nº 89, DE 5 DE JULHO DE 2012.(*)

ESTABELECE CONDIÇÃO TRANSITÓRIA PARA O REQUISITO DE OBRIGATORIEDADE DE HOMOLOGAÇÃO ICP-BRASIL PARA EQUIPAMENTOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DA INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - CG ICP-BRASIL, no exercício do cargo de COORDENADOR DO REFERIDO COMITÊ, no uso das atribuições legais previstas nos incisos I, III, V e VI do art. 4° da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,

Considerando o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil e fixa a competência, prevista em seu § 6º art. 2º, do Secretário Executivo para coordená-lo na hipótese de ausência do Coordenador titular e seu suplente;

Considerando a impossibilidade de cumprimento do termo final (30/06/2012) estabelecido na Resolução CG ICP-Brasil nº 85, de 09 de novembro de 2011, para a finalização dos processos de avaliação de conformidade de equipamentos de certificação digital, haja vista a demanda extraordinária dos depósitos bem como a existência de um único Laboratório de Ensaios e Auditoria (LEA) credenciado no âmbito da ICP-Brasil;

Considerando que as empresas que cumpriram o ônus de depositar os equipamentos até a data limite de 31 de dezembro de 2011 não podem ser prejudicadas pelo excesso de serviço do referido Laboratório;

Considerando, ainda, que as empresas que depositaram corretamente seus equipamentos para avaliação de conformidade, mas apresentaram pendências no processo e não os resolveram tempestivamente não podem ser beneficiadas pela sua desídia, resolve:

Art. 1º. Aprovar a versão 2.3 do DOC-ICP-01.01.

Parágrafo único. O documento referido no caput encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio http://www.iti.gov.br.

Art. 2º. Substitui-se a NOTA (4) e acrescenta-se a NOTA (5) ao item 3, do DOC-ICP-01.01, versão 2.2, com a seguinte redação:

NOTA (4): Admitir-se-á, transitoriamente, entre 06/07/2012 e 31/12/2012, a emissão de certificados digitais em equipamentos não homologados, mas em processo de avaliação de conformidade pelo Laboratório de Ensaios e Auditoria (LEA), constantes no Anexo I desta Resolução.

NOTA (5): O Laboratório de Ensaios e Auditoria (LEA) deverá entregar, individualmente, assim que concluído o processo de avaliação de conformidade, até o dia 31/12/2012, cópia dos referidos laudos, mediante o envio de mensagem de correio eletrônico para o endereço homologa@iti.gov.br, assinada digitalmente com uso de certificado digital ICP-Brasil.

Art. 3º. Qualquer certificado emitido em equipamento não homologado, no período compreendido entre 01/07/2012 e 05/07/2012, deve, imediatamente, ser revogado, inclusive os abrangidos pelo artigo 2º da Resolução CG ICP-Brasil nº 85, de 09 de novembro de 2011, sem qualquer prejuízo aos seus titulares de boa-fé.

Art. 4º. Todos os demais itens do DOC-ICP-01.01, na sua versão 2.2, em suas ordens originárias, mantém-se válidos na versão 2.3.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

(*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU de 10 de julho de 2012, Seção 1, pág. 4.

ANEXO I

Produto	Modelo	Parte Interessada	Data Depósito
Cartão Criptográfico	PKI Valid IDFlex V2	Valid	19/09/2011
Cartão Criptográfico	ID Protect Duo V3	Athena	19/09/2011
Cartão Criptográfico	PKI Valid IDFlex V3	Valid	19/09/2011
Cartão Criptográfico	KONA 261	MAGIC CONTROL	8/11/2011
Cartão Criptográfico	IntelCav PKI Standard S2	Intelcav Cartões LTDA	22/12/2011
Cartão Criptográfico	IntelCav PKI Standard L1	Intelcav Cartões LTDA	22/12/2011
Cartão Criptográfico	IntelCav PKI Standard S1	Intelcav Cartões LTDA	22/12/2011
Cartão Criptográfico	SmartCafé Expert 4.0 / Convego Join 4.0	GD Burti S.A.	27/12/211
Cartão Criptográfico	Multiapp ID v2.1	Gemalto do Brasil Cartões e Terminais LTDA	28/12/2011
Cartão Criptográfico	Multiplo MULTOS 4.2 MC'-36k-61	BANRISUL	30/12/2011
Leitora de Cartão Inteligente	Portéo	Xiring	5/10/2011
Leitora de Cartão Inteligente	Digipass 905	Vasco Segurança de Dados Brasil LTDA	28/11/2011
Leitora de Cartão Inteligente	USB Shell V3	Gemalto do Brasil Cartões e Terminais LTDA	29/12/2011
Leitora de Cartão Inteligente	Leitora EZ100PU	Tristar	30/12/2011
Token Criptográfico	DPKEY 101	Vasco Segurança de Dados Brasil LTDA	22/11/2011
Token Criptográfico	eToken PRO-32K	SafeNet Tecnologia em Informática LTDA	21/12/2011
Token Criptográfico	eToken PRO-64K	SafeNet Tecnologia em Informática LTDA	21/12/2011
Token Criptográfico	eToken PRO-72K	SafeNet Tecnologia em Informática LTDA	21/12/2011
Token Criptográfico	SafeNet 510x	SafeNet Tecnologia em Informática LTDA	21/12/2011
Token Criptográfico	IKey 4000	SafeNet Tecnologia em Informática LTDA	21/12/2011
Token Criptográfico	YpsID E2	Morpho Cards	27/12/2011
Token Criptográfico	USB Shell V3 (módulo TOP-DL V2)	Gemalto do Brasil Cartões e Terminais LTDA	29/12/2011
Token Criptográfico	ePass2003	Feitian Technologies	30/12/2011
Token Criptográfico	Cryptomate 64 ACOS5T-A	Invia	30/12/2011
Token Criptográfico	ProToken Plus 72K	PRONOVA	30/12/2011
Token Criptográfico	Athena IDProtect Kev72K	PRONOVA	30/12/2011
MSC	LunaSA 4	PRONOVA	21/12/2011
Carimbo do Tempo	BRYSCT	Bry Tecnologia S.A.	21/12/2011
Biblioteca Criptogràfica	Biblioteca OAKS	Oak Soluções Empresariais e Informática Ltda. Epp	17/01/2011
Softwarware Provedor de serviços Criptográficos	CSP	Thomas Greg & Sons Graficas e Serviços, Industria e Comercio, Importação e Exportação de equipamentos	17/01/2011
Token Criptográfico	MicroSD Javacard Go-Trust ID-One Cosmo V.7	Digisign LTDA EPP	28/12/2011
Token Criptográfico	PKI Valid IDFlex V1	Valid	29/12/2011
Leitora de Cartão Inteligênte	Flextronics DS-M	LENOVO	30/12/2011
Token Criptográfico	ID-ONE Token Slim V2.1	Oberthur Technologies - Sistemas de cartões Ltda.	30/12/2011
Leitora de Cartão Inteligênte	Athena ASElle V3	PRONOVA	30/12/2011

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 582, DE 19 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a colaboração entre os órgãos de execução que especifica.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Paraná, a Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR, a Procuradoria Seccional Federal em Cascavel/PR, a Procuradoria Seccional Federal em Londrina/PR, a Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR, o Escritório de Representação da Procuradoria Seccional Federal em Guarapuava/PR e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Guarapuava/PR prestarão colaboração mútua, sob coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ROBERTO BASSO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 77, DE 20 JULHO DE 2012

Reajusta as tarifas aeroportuárias aplicáveis ao contrato de concessão do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, localizado em Brasília/DF.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso XXIV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e no art. 2º do Decreto nº 7.531, de 21 de julho de 2011,

Considerando a emissão da Ordem de Serviço da Fase I de que tratam as cláusulas 2.7.2 e 3.1.55 do Contrato de Concessão de Aeroportos - CCA nº 001/ANAC/2012 - SBBR,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e a publicação das tarifas aeroportuárias previstos, respectivamente, nas cláusulas 6.4 e 3.1.25 do mencionado Contrato, referente à concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, localizado em Brasília/DF, e

Considerando o que consta do processo nº 00058.048071/2012-70, decide:

Art. 1º. Reajustar as tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroportos - CCA nº 001/ANAC/2012 - SBBR.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as constantes no item "2.2 Tarifas Aeroportuárias" do Anexo 4 do referido Contrato, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 1 - Tarifa de Embarque do Grupo I

Tarifa de Embarque	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
	15,55	27,53

Tabela 1-A - Tarifa de Conexão

Tarifa de Conexão (por passageiro)	Doméstico (R$)	Internacional (RS)
	7,16	7,16

Tabela 2 - Tarifa de Pouso do Grupo I

Tarifa de Pouso (Tonelada)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
	4,8703	12,9846

Tabela 3 - Tarifa Unificada de Embarque e Pouso das Aeronaves do Grupo II

Faixa de Peso Máximo de Decolagem (Tonelada)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
até 1	79,70	114,71
de 1 até 2	79,70	114,71
de 2 até 4	96,76	201,89
de 4 até 6	195,74	406,05
de 6 até 12	254,94	534,52
de 12 até 24	579,07	1.206,70
de 24 até 48	1.485,95	2.709,34
de 48 até 100	1.758,98	3.679,75
de 100 até 200	2.870,91	6.116,09
de 200 até 300	4.532,12	9.733,89
mais de 300	7.574,86	16.113,81

Tabela 4 - Tarifas de Permanência das aeronaves do Grupo I

Tarifa de Permanência	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
Pátio de Manobras (PPM)	0,9623	2,5923
Área de Estadia (PPE)	0,2042	0,5277

Tabela 5 - Tarifas de Permanência em Pátio de Manobras Relativas às Aeronaves do Grupo II (por hora ou fração)

Faixa de Peso Máximo de Decolagem (Toneladas)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
até 1	13,18	12,39
de 1 até 2	13,18	12,39
de 2 até 4	13,18	12,39
de 4 até 6	13,18	14,91
de 6 até 12	13,18	24,78
de 12 até 24	19,13	49,78
de 24 até 48	38,35	97,07
de 48 até 100	63,49	161,51
de 100 até 200	143,83	365,45
de 200 até 300	250,78	639,15
mais de 300	364,66	930,03

Tabela 6 - Tarifas de Permanência na Área de Estadia Relativas às Aeronaves do Grupo II (por hora ou fração)

Faixa de Peso Máximo de Decolagem (Toneladas)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
até 1	0,87	0,80
de 1 até 2	0,87	0,80
de 2 até 4	0,87	1,61
de 4 até 6	1,14	2,86
de 6 até 12	1,95	4,93
de 12 até 24	3,82	9,75
de 24 até 48	7,64	19,38
de 48 até 100	12,69	32,34
de 100 até 200	28,73	73,40
de 200 até 300	50,17	128,01
mais de 300	72,91	186,51

Tabela 7 - Cálculo da Tarifa de Armazenagem da Carga Importada

Períodos de Armazenagem	Percentual sobre o valor CIF
1º - Até 02 dias úteis	0,55%
2º - De 3 a 5 dias úteis	1,10%
3º - De 6 a 10 dias úteis	1,65%
4º - De 11 a 20 dias úteis	3,30%
Para cada 10 dias úteis ou fração, além do 4º período, até a retirada da mercadoria	+ 1,65%
Observações: 1. A partir do 4º (quarto) período os percentuais são cumulativos; 2. Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 8.	

Tabela 8 - Cálculo do Preço relativo à Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0307 por quilograma
Observações: 1.Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7; 2.O valor da Tarifa Aeroportuária de Capatazia será cobrado uma única vez; 3.Cobrança mínima, R$ 10,00 (dez reais).

Tabela 9 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Período de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0819 por quilograma
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,0819 por quilograma
Observações: 1.A Tarifa mínima a ser cobrada, será correspondente a R$ 10,00 (dez reais)	

Tabela 10 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,5116 por quilograma
Observações: 1.Cobrança mínima, R$ 50,00 (cinquenta reais); 2.Esta Tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3.Excedido o prazo de 24 (vinte quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 7 e 8 ou a Tabela 9 deste Anexo.

Tabela 11 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada de Alto Valor Específico

Períodos de Armazenagem	Faixa (R$)	Percentual sobre o Valor CIF
3 dias úteis ou fração, a contar da data do recebimento no TECA	de 5.000,00 a 19.999,99/kg	0,44%
	de 20.000,00 a 79.999,99/kg	0,22%
	acima de 80.000,00/kg	0,11%
Observações: 1.O valor CIF por quilograma tem como referencial para cálculo o peso líquido da carga.		

Tabela 12 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga destinada à Exportação

Período de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0409 por quilograma
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,0409 por quilograma
Observações: 1.Tarifa mínima de R$ 4,00 (quatro reais) no TECA de origem e R$ 2,00 (dois reais) no TECA de trânsito; 2.Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3.Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

Tabela 13 - Tarifa de Armazenagem e de Capatazia da Carga sob Pena de Perdimento

Período de Armazenagem	Percentual sobre o valor FOB
1º - Até 45 dias	1,1%
2º - de 46 dias a 90 dias	2,2%
3º - de 91 dias a 120 dias	3,3%
4º - de mais de 120 dias	5,5%

§ 2º A memória de cálculo do reajuste tarifário, constante do Anexo desta Decisão, encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores tarifários passam a ser praticados 30 (trinta) dias após a data de publicação desta Decisão, em observância aos termos do item 3.1.25 do Contrato de Concessão de Aeroportos - CCA nº 001/ANAC/2012 - SBBR.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

PORTARIA Nº 1.463, DE 20 DE JULHO DE 2012

Designa os integrantes do Conselho Consultivo da ANAC.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 34, § 1º, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 513, de 20 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Designar, nos termos do Anexo, para um mandato de 3 (três) anos, os membros titulares e suplentes do Conselho Consultivo para exercerem a representação dos segmentos listados no art. 34, § 2º, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006.

Art. 2º Na impossibilidade de comparecimento às reuniões, os membros titulares deverão comunicar, por seus meios, os membros suplentes, a fim de representá-los.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

ANEXO

Composição do Conselho Consultivo da ANAC

Triênio 2012/2015

1) Representante indicado pelo Comandante da Aeronáutica; e

2) Representantes indicados por organizações representativas de segmentos da sociedade:

Segmento	Titular	Suplente
Empresas de serviços de transporte aéreo	José Márcio Monsão Mollo Robson Bertolossi Fernando Alberto dos Santos	Victor Rafael Rezende Celestino Norberto Maria Jochmann Milton Arantes da Costa
Empresas de serviços aéreos especializados	Nelson Antônio Paim	Júlio Augusto Kampf

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Usuários de serviços aéreos	Dadino de Oliveira Filho Antônio Cláudio Magnavita Antônio João Monteiro de Azevedo Miguel Fernandes da Silva	Moacir Fischmann Nilton Cláudio Belsarena Eraldo Palmerini Waldir Cardoso
Exploradores de serviços de infraestrutura aeroportuária	Pedro Gilson Azambuja João Márcio Jordão	Murilo Siqueira Junqueira Luiz Kazumi Miyada
Aviação geral, aeroclubes e aerodesporto	Ricardo Nogueira da Silva Humberto Gimenes Branco	Flávio Oliva Leonel Brites
Indústria aeronáutica e de manutenção aeronáutica	Walter Bartels Renato Rafael	Hermano Paes Vianna Joaquim das Neves Pinhão
Trabalhadores do setor	Selma Balbino Graziella Baggio	Marcelo Andrade Silva Schmidt Francisco Luiz Xavier de Lemos
Instituições de formação e adestramento de pessoal destinado à aviação civil	Elones Fernando Ribeiro	Raul Francé Monteiro
Empresas prestadoras de serviços auxiliares	Ricardo Luiz Martins Scalise	Jorge Barouki

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.460, DE 20 DE JULHO DE 2012

Suspende o Certificado de Empresa de Transporte Aéreo - Certificado ETA - da empresa Air Brasil Linhas Aéreas LTDA.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 38, aprovado pela Resolução nº 114, de 29 de setembro de 2009 e o artigo 43, incisos I e IV, do Regimento Interno da ANAC, aprovado pela resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º Suspender o Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo nº 2007-06-0AAJ-01-00 de 20 de junho de 2007, do Operador Aéreo Air Brasil Linhas Aéreas LTDA., como medida imediata e acauteladora de prevenção de segurança de vôo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DAVID DA COSTA FARIA NETO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 54, DE 20 DE JULHO DE 2012

O Coordenador do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456/97 e pelo Decreto n° 2.366/97, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas.

ESPECIE	CULTIVAR	Nº DO PEDIDO
Glycine max (L.) Merr.	BRSMG 740SRR	21806.000024/2011
Glycine max (L.) Merr.	BRSMG 760SRR	21806.000025/2011
Glycine max (L.) Merr.	FPS IGUAÇU RR	21806.000251/2011
Glycine max (L.) Merr.	FPS PARANAPANEMA RR	21806.000249/2011
Glycine max (L.) Merr.	FPS SOLIMÕES RR	21806.000252/2011
Glycine max (L.) Merr.	FTS IBYARA RR	21806.000132/2011
Triticum aestivum L.	BRS GAIVOTA	21806.000066/2011
Triticum aestivum L.	TBIO PIONEIRO 2010	21806.000025/2010
Zea mays L.	AL AVARÉ	21806.000055/2010

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

FABRICIO SANTANA SANTOS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 18 DE JULHO DE 2012

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.728, de 09/06/2003, e em conformidade com decisão da Diretoria Executiva em sua 11ª (décima primeira) reunião, realizada em 05/06/2012, resolve:

Acrescer dispositivo às normas específicas das modalidades de bolsas de Pós-Doutorado no País (PDJ, PDI e PDS) e no exterior (PDE).

Esta Resolução Normativa entra em vigência a partir da data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

http://internet2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/373658

GLAUCIUS OLIVA

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 20 de julho de 2012

457ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Ezequiel Dias - FUNED	900.0095/1990	17.503.475/0001-01

ERNESTO COSTA DE PAULA

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 101, DE 20 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a constituição de grupo de trabalho para a definição dos termos do Contrato de Gestão a ser firmado entre o Ministério da Cultura e a Agência Nacional do Cinema.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 8º do artigo 37 da Constituição Federal, no § 2o do Art. 5o da Medida Provisória nº 2228-1, de 6 de setembro de 2001, e no art.10 do Decreto nº 4.858, de 13 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Constituir grupo de trabalho com a finalidade de, no prazo de 60 dias, propor minuta de Contrato de Gestão a ser firmado entre o Ministério da Cultura (MinC) e a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), o qual estabelecerá parâmetros de gestão para a Agência, incluindo indicadores que permitam avaliar o seu desempenho institucional.

Art. 2º O grupo de trabalho será composto pelos seguintes integrantes:

I - o Secretário-Executivo do MinC, que o coordenará;

II - a Secretária do Audiovisual do MinC;

III - o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MinC;

IV - o Diretor-Presidente da ANCINE; e

V - os dois Diretores da ANCINE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

PORTARIA Nº 102, DE 20 DE JULHO DE 2012

Especifica atribuições transitórias, relativas a prestação de contas de convênios com vigência até 30 de abril de 2009, no âmbito da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição da República Federativa do Brasil, em conformidade com o disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista as competências regimentais definidas no Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Incumbir à Coordenação de Prestação de Contas da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura as atribuições de planejar, coordenar e orientar a execução de atividades de análise da prestação de contas de convênios com vigência até 30 de abril de 2009, sem prejuízo das suas demais atribuições regimentais.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 10, de 7 de fevereiro de 2011.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 126, DE 19 DE JULHO DE 2012

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0013 - Delmiro
Processo: 01580.000226/2012-31
Proponente: NKLS Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.521.386/0001-66
Valor total do orçamento aprovado: R$ 6.569.384,03
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 7043-2 conta corrente: 5.353-8
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 7043-2 conta corrente: 5.354-6
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 7043-2 conta corrente: 5.360-0
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 446, realizada em 26/06/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0446 - Minotauro, A Vida do Lendário Lutador Antônio Rodrigo Nogueira
Processo: 01580.039079/2011-17
Proponente: Hungry Man Rio Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 07.630.900/0001-61
Valor total do orçamento aprovado: R$ 997.343,76
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 947.476,57
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 23.769-8
Aprovado em ad referendum e ratificado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 444, realizada em 14/06/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.
12-0012 - Finding Josef
Processo: 01580.000229/2012-75
Proponente: Larty Mark Ltda.
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 03.931.658/0001-05
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.334.695,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 5737-1 conta corrente: 8.275-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 447, realizada em 10/07/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

GLAUBER PIVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 418, DE 20 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Aplicar a TISARA ARTE PRODUÇÕES LTDA., com sede na Rua do Catete, nº 311, sala 919, Catete, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22220-901, CNPJ nº 04.177.312/0001-26, a sanção administrativa de INABILITAÇÃO para a apresentação, encaminhamento, inclusão, captação e movimentação de recursos e execução de projetos culturais junto ao Ministério da Cultura, pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, de acordo com a alínea "a" do inciso II do caput do citado artigo regulamentar.

Art. 2º A penalidade aplicada por este ato decorre da infração praticada, pela sua destinatária, durante a execução do projeto cultural incentivado por parte deste Ministério, de que tratam os autos acima citado, assim descrito:

PRONAC	NOME DO PROJETO	RESUMO DO PROJETO
09-7404	Nuno Ramos - Museu de Arte Moderna Rio de Janeiro	Realizar uma exposição do artista plástico Nuno Ramos no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2010. A mostra terá duração de 2 meses e curadoria de Vanda Mangia Klabin.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

PORTARIA Nº 419, DE 20 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
10 12243 - Restauração do Conjunto Arquitetônico Rua do Resende 128 Rio de Janeiro - RJ
FUNDAÇÃO ARY FRAUZINO PARA PESQUISA E CONTROLE DO CÂNCER
CNPJ/CPF: 40.226.946/0001-95
Processo: 01400.023415/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 13.195.580,95
Prazo de Captação: 23/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A proposta visa recuperar e redefinir o uso da antiga sede da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), atual sede do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e de seus edifícios anexos, localizada na Rua do Resende, n o 128, obedecendo aos princípios modernos da restauração. Essa iniciativa vai restaurar e conservar esse precioso bem cultural da cidade e do estado do Rio de Janeiro, um dos pontos de referência da origem, evolução e institucionalização das políticas de saúde pública brasileiras.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
12 4306 - Piquenique no Jardim
AA Design-Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 09.660.815/0001-71
Processo: 01400.011989/20-12
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 112.894,00
Prazo de Captação: 23/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Edição de um livro de poemas com ilustrações para o público infantil retratando a temática ambiental e nutricional em busca de uma melhor qualidade de vida. Os poemas são ambientados no universo do jardim valorizando a beleza e a preservação da flora e da fauna e estes são acompanhados de receitas nutritivas que as crianças podem elaborar visando uma alimentação mais saudável. O projeto prevê o lançamento do livro acompanhado de exposição das ilustrações e esquetes teatrais.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
12 0181 - MISCIGENASSAMBA
Maurício Pessoa Shows e Eventos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 01.213.680/0001-94
Processo: 01400.000171/20-12
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 245.400,00
Prazo de Captação: 23/07/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
MISCIGENASSAMBA: Dá-se a realização de um trabalho do músico e compositor Paulo Dafilin, com o objetivo de gravar um CD composto por 14 canções inéditas, que faz referência as expressões da música popular brasileira e suas miscigenadas versões. O trabalho se completa por meio do registro do processo de gravação do CD e em DVD, contando ainda com 03 participações especiais (Jair Rodrigues, Luciana Melo e Mariene de Castro).

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
12 1292 - I FORUM DE CULTURA E SUSTENTABILIDADE DO NOROESTE PAULISTA
Andreia Pereira ME
CNPJ/CPF: 09.365.809/0001-91
Processo: 01400.005423/20-12
SP - Novo Horizonte
Valor do Apoio R$: 249.697,30
Prazo de Captação: 23/07/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:
REALIZAR DEBATES SOBRE: DEFINIÇÃO DE CULTURA, INDÚSTRIA CULTURAL, ECONOMIA DA CULTURA, INDÚSTRIA CRIATIVA, SUSTENTABILIDADE, POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA E MECANISMOS DE FINANCIAMENTO CULTURAL

PORTARIA Nº 420, DE 20 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 8227 - SPA
Vitor Hugo Pereira Marques
CNPJ/CPF: 363.375.797-04
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 02/07/2012 a 31/12/2012
11 9822 - Arteatro Livre
Black River Prod. Art. Ltda
CNPJ/CPF: 10.489.222/0001-73
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
11 2594 - A PIPA
Porto das Artes Produções Culturais Ltda - EPP
CNPJ/CPF: 10.597.589/0001-00
SP - São Paulo
Período de captação: 01/07/2012 a 31/12/2012
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 2248 - Irmãos Bertussi - Coração Gaúcho
Associação Pró Desenvolvimento de Criúva
CNPJ/CPF: 07.485.681/0001-74
RS - Caxias do Sul
Período de captação: 29/06/2012 a 31/10/2012

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 11853 - Semana de Arte Moderna - 90 Anos
Vanderléia Narciso Vasconcelos
CNPJ/CPF: 449.671.011-00
GO - Minaçu
Período de captação: 01/07/2012 a 31/12/2012

RETIFICAÇÃO

Retificar o prazo de captação do projeto na portaria de prorrogação Nº. 0038/12 de 23/01/2012, publicada no D.O.U. em 24/01/2012, Seção 1, referente ao Processo: 01400.008163/2011-51, Projeto "8º Festival de Danças Tradicionais Mato-Grossenses" - Pronac: 11 3205.

Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2012 a 30/06/2012
Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INTERNET www.in.gov.br

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

Proc. nº 23.794/2008
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: E/M "ITIQUIRA"/Barcaças "HERMASA XXIII", "XXXII", "47", "IX", "XXX", "XVIII", "XII", "XXIX", "IV", "XIII", "I" e "XVII". Ruptura de cabos de amarração, deixando embarcações componentes de comboio à deriva, colocando em risco a segurança da navegação. Terminal de Fertilizantes HERMASA, Itacoatiara, AM. Sem danos às embarcações, acidentes pessoais ou registro de poluição hídrica. Fragilidade e insuficiência da amarração, conjugando-se às más condições dos cabos. Imperícia e negligência. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Edson Paulo Sousa Miranda (Comandante) e Elder Vieira de Abreu (Contramestre) (Adv. Dr. Bruno Gomes Brito - OAB/RJ Nº 157.110).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: ruptura de cabos de amarração de comboio, composto de 12 barcaças atracadas. Terminal de Fertilizantes HERMASA, Itacoatiara, AM. Não houve danos às embarcações, acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: inobservância às exigências da boa técnica marinheira, por parte dos responsáveis pela faina de amarração das barcaças, materializada na utilização de cabos em mau estado de conservação, para amarração de um comboio composto de 12 barcaças carregadas, em local sabidamente impróprio, onde a correnteza é sempre muito forte e, em apenas dois pontos, por conseguinte uma amarração inapta e imprópria para sustentar as embarcações com segurança, expondo a risco a segurança da navegação das próprias embarcações e suas cargas. Imprudência; e c) decisão: julgar procedente a representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha (fls. 199/201) e considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, como decorrentes das condutas imprudentes de Edson Paulo Sousa Miranda e Elder Vieira de Abreu, contramestre, na condição de responsáveis pela faina de amarração do comboio, condenar o primeiro à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) e o segundo, à pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais), prevista no art. 121, inciso VII, c/c os arts. 127 e 139, incisos II e IV, letra "a", todos da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas proporcionais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de outubro de 2011.

Proc. nº 23.881/2009
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: B/P "GELEIRA AJURUTEUA". Desaparecimento de embarcação miúda (caiaque) com pescador a bordo, durante realização de pesca de Pargo, pelo sistema "Long Line" de espinhel e consequente declaração judicial de morte presumida do pescador. Águas costeiras do estado do Amapá. Circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida. Preliminar Indeferida. Arquivamento.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Raimundo José dos Santos Bento (Mestre), João Waldemar Risuenho Abdon (Arrendatário) e João Felipe de Sousa Abdon (Proprietário) (Adv. Dr. Haroldo Alves dos Santos - OAB/PA Nº 2.616).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: desaparecimento de embarcação miúda (caiaque) com pescador a bordo, durante pesca pelo sistema "Long Line" de espinhel, com declaração judicial de morte presumida do pescador. Águas costeiras do estado do Amapá; b) quanto à causa determinante: circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida; e c) decisão: preliminar indeferida. Quanto ao mérito: julgar improcedente a representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, de fls. 84/88, considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada. Exculpar os representados Raimundo José dos Santos Bento (Mestre), João Waldemar Risuenho Abdon (arrendatário) e João Felipe de Souza Abdon (proprietário). Deve-se, contudo, oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente da Autoridade Marítima, comunicando as infrações ao RLESTA em seus artigos 11 e 23, incisos VI e VIII, cometidas pelos Srs. Raimundo José dos Santos Bento, na condição de mestre e João Waldemar Risuenho Abdon, na condição de arrendatário, ambos do B/P "GELEIRA AJURUTEUA", envolvido no fato da navegação, objeto do presente processo. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 2011.

Proc. nº 24.112/2009
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: N/M "SAGA MONAL". Colisão de "grabe" e de aparelho carga (guindaste de terra) contra antepara de BB do porão de mercante, perfurando-a na altura do tanque de lastro nº 2, provocando a entrada de água salgada no seu interior, contaminando parte de sua carga, durante operação de descarga de cloreto de potássio. Terminal Portuário de Peiú, porto do Paul, Vila Velha, ES. Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Operação inadequada do aparelho de carga, por determinação do Terminal. Negligência. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Peiú - Sociedade de Propósito Específico S/A. (Adv. Dr. Roberto Garcia Merçon - OAB/ES Nº 6.445).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: colisão de grabe de aparelho de carga (guindaste de terra) contra antepara de BB do porão de mercante, perfurando-a na altura do tanque de lastro nº 2, provocando a entrada de água salgada no seu interior, contaminando parte de sua carga, durante operação de descarga de cloreto de potássio. Terminal Portuário de Peiú, porto de Paul, Vila Velha, ES. Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: operação inadequada do aparelho de carga, por determinação do terminal; e c) decisão: julgar procedente a representação da Douta Procuradoria (fls. 122/126), responsabilizando por negligência Terminal Portuário do Peiú, pelo acidente da navegação, previsto no artigo 14, letra "a", da c/c o artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, e suas consequências, condenando-o à pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais), prevista no artigo 121, inciso VII, c/c os artigos 124, inciso IX, § 1º, 127, 139, inciso IV, letras "a" e "d", todos da mesma Lei nº 2.180/54, com redação data pela Lei nº 8.969/94. Custas na forma da Lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 20 de dezembro de 2011.

Proc. nº 24.502/2009
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: Canoa a motor, sem identificação. Colisão com árvore às margens do rio, provocando alagamento e subsequente naufrágio, resultando no desaparecimento de dois dos seus seis ocupantes e da embarcação, durante navegação no rio Aripuanã, Novo Aripuanã, AM. Não houve registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Peação inadequada do motor de popa, provocando o seu desprendimento do suporte, devido à forte correnteza sabidamente existente naquela corredeira do Matamatá, por parte do condutor, situação agravada pela ausência de material de salvatagem, equipamento imprescindível a bordo de toda embarcação, o que seguramente contribuiu para o desaparecimento dos dois ocupantes. Imprudência. Negligência. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Osdilei dos Santos Xavier da Silva (Adv. Dr. Carlos Evaldo Terrinha Almeida de Souza - 0AB/AM Nº 1.520).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de embarcação sem nome, seguida de alagamento e consequente naufrágio, com perda total da embarcação, provocando o desaparecimento de dois dos seus seis ocupantes. Rio Aripuanã, corredeira do Matamatá, altura do município de Novo Aripuanã, AM. Não houve registro de poluição hídrica; b) quanto à causa determinante: peação inadequada do motor de popa, provocando o seu desprendimento do suporte, devido à forte correnteza sabidamente existente naquela corredeira do Matamatá, por parte, do condutor sem habilitação formal, situação agravada pela ausência de material de salvatagem, equipamento imprescindível a bordo de todas as embarcações, o que seguramente contribuiu para o afundamento seguido de desaparecimento de dois dos seus seis ocupantes. Imprudência. Negligência; e c) decisão: julgar procedente a representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, fls. 122 a 125, considerando o acidente da navegação, previsto no artigo 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da conduta imprudente e negligente do representado Osdilei dos Santos Xavier da Silva, considerando as circunstâncias, consequências, atenuantes e agravantes, com fulcro nos artigos 121, inciso VII, 135, inciso II, 127 e 139, inciso V, letra "d", condenando-o à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), todos os artigos da mesma Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 06 de dezembro de 2011.

Proc. nº 25.404/2010
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: Balsa "SÃO PEDRO I". Queda de veículo na água, durante procedimento de embarque a bordo de balsa de travessia de Passo Novo, município de São Pedro Butiá, RS. Não houve danos à balsa ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Mal súbito (Infarto Agudo do Miocárdio) sofrido por motorista ao adentrar a balsa. Força Maior. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda de veículo na água, durante procedimento de embarque a bordo de balsa de travessia de Passo Novo, São Pedro Butiá, RS. Não houve danos à balsa ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: mal súbito (Infarto Agudo do Miocárdio) sofrido por motorista ao adentrar a balsa. Força maior; e c) decisão: arquivar os Autos como requerido pela Douta Procuradoria Especial da Marinha-PEM (fls. 79/80), equiparando o fato da navegação em apreço, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 1º de novembro de 2011.

Proc. nº 25.427/2010
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: N/T "KEMPTON". Presença de três estranhos a bordo de navio petroleiro estrangeiro, fundeado ao largo do terminal de Miramar, baía de Guajará, PA. Sem danos à carga, avarias ao navio, acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Não apurada acima de qualquer dúvida, a possível causa de presença dessas pessoas estranhas e que não foram identificadas, a despeito de fortes indícios de tentativa de prática de ação delituosa a bordo face à constatação pelos de bordo de as porcas das borboletas do paiol dos cabos estarem abertas e o anel do cadeado da porta do paiol do contramestre estar cortado. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: presença de três estranhos a bordo de navio petroleiro estrangeiro, fundeado ao largo do terminal de Miramar, baía de Guajará, PA. Sem danos à carga, avarias ao navio, acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida, a possível causa de presença dessas pessoas estranhas e que não foram identificadas, a despeito de fortes indícios de tentativa de prática de ação delituosa a bordo face à constatação pelos de bordo, de as porcas das borboletas do paiol dos cabos estarem abertas e o anel do cadeado da porta do paiol do contramestre estar cortado; e c) decisão: arquivar os Autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha em sua promoção juntada às fls. 79/81, equiparando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como mais um daqueles casos de autoria indeterminada. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 1º de novembro de 2011.

Proc. nº 25.596/2011
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: L/M "PEROLA NEGRA". Colisão de embarcação de esporte e recreio com objeto submerso não identificado, seguida de água aberta, provocando o seu naufrágio durante tentativa de reboque. Proximidades da praia de Iporanga, município de Bertioga, SP. Embarcação não resgatada, sendo os seus dois únicos ocupantes resgatados sem ferimentos por embarcação que passava no local. Não houve registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Caso fortuito. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de embarcação de esporte e recreio com objeto submerso não identificado, seguida de água aberta, provocando o seu naufrágio durante tentativa de reboque. Proximidades da praia de Iporanga, município de Bertioga, SP. Embarcação não resgatada, sendo os seus dois únicos ocupantes resgatados, sem ferimentos, por embarcação que passava no local. Não houve registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: caso fortuito; e c) decisão: determinar o arquivamento dos presentes Autos, requerido pela Douta Procuradoria Especial da Marinha (fls. 38/40), equiparando, contudo, os acidentes da navegação, capitulados no art. 14, alínea "a" (colisão, água aberta e naufrágio), da Lei nº 2.180/54, como de natureza fortuita. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 02 de fevereiro de 2012.

Proc. nº 25.835/2011
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: Embarcação sem nome. Fato da navegação, escalpelamento sofrido por passageiro a bordo de embarcação não inscrita, durante navegação no rio Canaticu com destino ao município de Curralinho, PA. Prescrição, face ao lapso temporal de cinco anos, à luz da Lei nº 9.873/99. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão fato da navegação: escalpelamento sofrido por passageiro a bordo de embarcação não inscrita, durante navegação no rio Canaticu com destino ao município de Curralinho, PA; b) quanto à causa determinante: xxx; e c) decisão: arquivar os autos como requerimento pela D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM (fls. 66/67), considerando o fato da navegação previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito, face o lapso temporal de cinco anos, à luz da Lei nº 9.873/99. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 20 de dezembro 2011.

Proc. nº 25.883/2011
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: B/P "PUMA". Morte de tripulante a bordo de embarcação pesqueira. Lagoa do Casamento, Palmares do Sul, RS. Sem danos à embarcação ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Ato voluntário da própria vítima ao inalar gás de cozinha, utilizando-se da mangueira do fogão. Utilizando-se para tanto mangueira de fogão e a levado diretamente à boca, provavelmente não imaginando que tal ação ser-lhe-ia fatal. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: óbito de tripulante ocorrido a bordo de pesqueiro. Lagoa do Casamento, Palmares do Sul, RS. Sem registros de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: imprudência da própria vítima fatal, usuário de drogas, ao inalar gás de cozinha, utilizando-se para tanto mangueira de fogão e a levado diretamente à boca, provavelmente não imaginando que tal ação ser-lhe-ia fatal; e c) decisão: determinamos o arquivamento dos Autos considerando o fato da navegação previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita, conforme requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha em sua promoção de fls. 106/107. Contudo, deve-se oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, agente da Autoridade Marítima, comunicando a infração ao artigo 14-III, do RLESTA e ainda descumprimento ao artigo 15 da Lei nº 8.374/91, ambos de responsabilidade do Sr. Regis Aurélio da Silva Velho, na condição de proprietário, conforme restou apurado no inquérito (V. Relatório do Inquérito, fl. 96). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 2011.

Proc. nº 25.970/2011
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: N/M "ARNEBORG". Acidente de trabalho sofrido por TPA a bordo de mercante estrangeiro, atracado no Terminal de Capuaba, Vila Velha, ES, em operação de desembarque. Sem registros de danos ao navio ou poluição ao meio ambiente hídrico. Provável infortúnio do próprio trabalhador vitimado. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente de trabalho sofrido por TPA a bordo de mercante estrangeiro, atracado no Terminal de Capuaba, Vila Velha, ES, em operação de desembarque. Sem registros de danos ao navio ou poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: provável infortúnio do próprio trabalhador vitimado; e c) decisão: determinamos o arquivamento dos autos considerando o fato da navegação previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, conforme requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha em sua promoção de fls. 131/132 dos presentes Autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 13 de março de 2012.

Proc. nº 24.506/2009

Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: Comboio R/E "TANGARÁ I" com balsas e B/M "DOIS IRMÃOS I". Abalroação. Erros de manobras. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Robson Alves de Sá (Comandante) e Heraldo Teixeira Duarte (Adv. Dr. Nery Alvarenga - OAB/RO Nº 470-A) e Oziel Ramos de Lima (Comandante) (Adv. Dr. Jamys Douglas de Oliveira Bermeu - OAB/AM Nº 6.572).

Assistente de Defesa do 3º Representado: HERMASA Navegação da Amazônia S/A. (Proprietária) (Adv. Dr. Bruno Gomes Brito - OAB/RJ Nº 157.110).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação entre B/M e comboio com danos materiais; b) quanto à causa determinante: erros de manobras; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrentes das condutas imprudente e imperita dos representados, condenando Robson Alves de Sá, primeiro representado, e Oziel Ramos de Lima, terceiro representado, à pena de multa de R$ 800,00 (oitocentos reais) para cada um e a Heraldo Teixeira Duarte, segundo representado, à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), nos termos do art. 121, inciso VII, da Lei nº 2.180/54. Custas proporcionais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 22 de novembro de 2011.

Proc. nº 24.404/2009

Relator: Juiz Sergio Cezar Bokel

EMENTA: Comboio R/E "TQ-28"/Balsa "TQ-43" e Chata "TQ-65". Colisão de comboio com muro de eclusa de Barra Bonita, durante procedimento de eclusagem, provocando pequena avaria na proa da balsa e arranhão no muro da referida eclusa. Erro de manobra do comandante do comboio. Imperícia. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: José Marcos Mendes (Comandante), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de comboio com muro de eclusa de Barra Bonita, durante procedimento de eclusagem, provocando pequena avaria na proa da balsa e arranhão no muro da referida eclusa; b) quanto à causa determinante: erro de manobra do comandante do comboio; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia, condenando José Marcos Mendes à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 20 de março de 2012.

Proc. nº 24.468/2009

Relator: Juiz Sergio Cezar Bokel

EMENTA: Batelão "AGRENY V". Naufrágio de batelão sem propulsão, carregado de areia, quando era empurrado irregularmente por batelão com propulsão, provocando avarias na estrutura da embarcação, sem ocorrência de vítimas ou de danos ambientais. Entrada de água no batelão pelo compartimento de popa, o qual estava aberto, quando a embarcação foi atingida por marolas. Negligência e imprudência. Condenação. Infrações ao RLESTA.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Uaraceli Camargo dos Santos (Comandante), Revel e Carlos Magno Silva Garcia, Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de batelão sem propulsão, carregado de areia, quando era empurrado irregularmente por batelão com propulsão, provocando avarias na estrutura da embarcação, sem ocorrência de vítimas ou de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: entrada de água no batelão pelo compartimento de popa, o qual estava aberto, quando a embarcação foi atingida por marolas; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência e imprudência de Uaraceli Camargo dos Santos e negligência de Carlos Magno Silva Garcia, condenando o primeiro à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais) e o segundo à pena de multa de R$ 800,00 (oitocentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5º e art. 127, § 2º, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas proporcionais. Oficiar à Capitania Fluvial do Tietê-Paraná, agente da Autoridade Marítima, a infração à LESTA, art. 8º, inciso V, letra "b", combinado com o art. 24 do RLESTA (deixar de comunicar à Autoridade Marítima o acidente da navegação ocorrido com sua embarcação), cometida pelo comandante da embarcação "AGRENY III", Uaraceli Camargo dos Santos e as infrações ao RLESTA, art. 19, inciso I (falta de despacho do batelão "AGRENY V"), art. 23, inciso VI (descumprir as regras regionais sobre tráfego, estabelecidas pelo representante local da Autoridade Marítima - utilização da embarcação em desacordo com a atividade para a qual está autorizada) e a infração à Lei nº 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM válido em relação ao batelão "AGRENY III"), cometidas pelo proprietário das embarcações "AGRENY III" e "AGRENY V", José Garcia da Silva Igarapava-ME. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 29 de março de 2012.

Proc. nº 24.628/2010

Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: N/M "MSC ANTARES". Encalhe. Erro de manobra do Prático. Danos materiais. Imprudência. Atenuantes. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Renato José da Cunha Faria (Prático) (Advª. Drª. Kadja Brandão Vieira - OAB/RJ Nº 149.983) e Jens Detlef Siert Drescher (Comandante) (Adv. Dr. Luciano Penna Luz - OAB/RJ Nº 102.831).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de navio estrangeiro no fundeadouro próximo da ilha Jurubaíba, com danos materiais, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: erro de manobra do Prático; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (encalhe), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do primeiro representado, Renato José da Cunha Faria, Prático, acolhendo, em parte, os termos da Representação da D. Procuradoria e, em parte, a sua defesa, para atenuar sua responsabilidade e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, incisos I e VII, 124, inciso I, e 127, todos da Lei nº 2.180/54, aplicar a pena de repreensão, cumulativamente com a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais). Custas processuais na forma da lei. Exculpar o segundo representado, Jens Detlef Siert Drescher, Comandante do N/M "MSC ANTARES", acolhendo a sua tese de defesa. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de abril de 2012.

Proc. nº 25.595/2011

Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: R/M "SN GUARAPARI" e N/M "LOG-IN SANTOS". Arribada forçada e justificada. Necessidade de atendimento médico a tripulante do rebocador, em viagem, em faina de reboque. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: arribada de conjunto rebocador/navio rebocado, ambos nacionais, para atendimento de tripulante, sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: necessidade de atendimento médico a tripulante, sem recursos suficientes a bordo; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (arribada), da Lei nº 2.180/54, como forçada e justificada, acolhendo os termos da promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 08 de maio de 2012.

Proc. nº 23.887/2009

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Embarcação sem nome. Fato da navegação. Queda na água e morte do condutor de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Lago de Itaipu, Itaipulândia, PR. Infrações ao RLESTA. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Adair de Oliveira (Proprietário), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água e morte de Claudinei do Nascimento, condutor de uma embarcação sem nome, quando navegava no lago de Itaipu, Itaipulândia, PR, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância de normas de segurança; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência do Representado e provável imperícia do condutor da embarcação, cuja punibilidade foi extinta em razão de óbito, responsabilizando Adair de Oliveira, condenando-o à pena de multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º, e art. 124, § 1º, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Oficiar à Capitania Fluvial do Rio Paraná, agente da Autoridade Marítima, as infrações aos art. 16, inciso I e art. 19, inciso I, do RLESTA, cometidas pelo proprietário de fato da embarcação. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de fevereiro de 2012.

Proc. nº 24.015/2009

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: B/P "RIO TOCANTINS" e embarcação "UP DIAMANTE". Acidente da navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras em águas brasileiras, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Rio de Janeiro. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Lucino Alves de Queiroz (Mestre), Revel e Edwilson Ferreira Bezerra (Comandante) (Adv. Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio - OAB/RJ Nº 63.503).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre as embarcações "RIO TOCANTINS" e "UP DIAMANTE" quando navegavam nas proximidades da ilha Rasa, Rio de Janeiro, RJ, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância das Regras nº 5, 7, 19 e 35 do RIPEAM pelos responsáveis pelas embarcações; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência dos representados, responsabilizando Lucino Alves de Queiroz e Edwilson Ferreira Bezerra, condenando-os à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, inciso I, da mesma lei. Custas divididas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de fevereiro de 2012.

Proc. nº 24.770/2010

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: B/P "CALIFORNIA BEACH". Acidente da navegação. Naufrágio de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Bacia de São Lourenço, Niterói, Rio de Janeiro. Causa não apurada. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Marcos Maciel da Fonseca (Proprietário) (Adv. Dr. Bruno Garrido Gomes - OAB/RJ Nº 153.900).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio da embarcação "CALIFORNIA BEACH" que estava fundeada na bacia de São Lourenço, Niterói, RJ, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem não determinada com a devida precisão e exculpar o Representado Marcos Maciel da Fonseca, por insuficiência de provas, mandando arquivar os autos. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, agente da Autoridade Marítima, as infrações aos art. 16, inciso I e art. 19, inciso I, do RLESTA, cometidas pelo proprietário de fato da embarcação, Marcos Maciel da Fonseca. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 03 de abril de 2012.

Proc. nº 25.566/2011

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Embarcação "SÃO LUIZ GONZAGA". Acidente e fato da navegação. Naufrágio de embarcação brasileira e desaparecimento de tripulante brasileiro em águas brasileiras, sem registro de danos ambientais. Maricá, Rio de Janeiro. Causa não apurada. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: naufrágio da embarcação "SÃO LUIZ GONZAGA" seguido do desaparecimento do tripulante Ricardo Abreu da Silva, quando navegava nas proximidades de Maricá, RJ, sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente e o fato da navegação, capitulados no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", ambos da Lei nº 2.180/54, como de origem não determinada, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, agente da Autoridade Marítima, as infrações aos art. 11, art. 13 e art. 19, do RLESTA, cometidas pelo proprietário da embarcação. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 15 de março de 2012.

Proc. nº 25.571/2011

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: B/P "FRANCÊS". Acidente da navegação. Água aberta em embarcação brasileira em águas brasileiras, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Litoral do município de Serra, Espírito Santo. Caso fortuito. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: água aberta no B/P "FRANCÊS", quando realizava atividade de pesca no litoral do município de Serra, ES, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: choque da embarcação com um objeto flutuante; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita1, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 07 de fevereiro de 2012.

Proc. nº 26.073/2011

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Navio Sonda "PEREGRINE I". Acidente da navegação. Incêndio em embarcação estrangeira em operação em águas brasileiras, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio a bordo da embarcação "PEREGRINE I" que foi prontamente controlado pela tripulação, quando operava no campo Marlin Sul, na Bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, RJ, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 10 de maio de 2012.

Proc. nº 26.270/2011

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Embarcação "BELLE E MILLA". Acidente da navegação. Explosão em embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos ambientais. Lago do Manso, Chapada dos Guimarães, Mato Grosso. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: explosão a bordo da embarcação "BELLE E MILLA" quando estava na rampa de acesso ao lago do Manso, Chapada dos Guimarães, MT, sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 03 de maio de 2012.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proc. nº 26.293/2011
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA: N/M "CASTILLO DE HERRERA". Fato da navegação. Queda de praticante durante estágio a bordo de embarcação brasileira seguida de ferimentos, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Proximidades do Cabo de São Tomé. Caso fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda seguida de ferimentos no Praticante de Oficial de Náutica, Eduardo de Jesus Oliveira, a bordo do N/M "CASTILLO DE HERRERA", quando navegava nas proximidades do cabo de São Tomé, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inexperiência da vítima que escorregou; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 10 de maio de 2012.
Proc. nº 24.065/2009
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: Balsa "SUPERPESA X". Acidente de trabalho com trabalhador não tripulante. Causa não apurada com a devida precisão. Representação não recebida. Arquivamento.
Com representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Júlio Cesar dos Santos e Alessandro da Silva e com despacho do Exmº. Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente de trabalho acontecido a bordo de embarcação nacional com trabalhador não tripulante que lhe causou fraturas no pulso esquerdo, sem danos materiais ou poluição; b) quanto à causa determinante: desequilíbrio do maçariqueiro vitimado, por motivo não apurado com a devida precisão; e c) decisão: julgar o fato da navegação constante do art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, não recebendo a representação, mandando arquivar os autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 27 de março de 2012.
Proc. nº 24.456/2009
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: N/M "PAMAKARISTOS". Transporte de cinco clandestinos desde um porto na costa africana até o fundeadouro de Fazendinha/AP. Entrada furtiva dos clandestinos na madre do leme. Negligência leve da tripulação ao não verificar aquele compartimento antes de suspender. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representados: Angélico L. Llanto Jr. (Comandante) (Adv. Dr. Arcênio Brauner Junior - DPU/RJ) e Rolando A. Evangelista (Imediato) (Adv. Dr. Romeu Cesar Ferreira Fontes - DPU/RJ).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade quanto ao mérito e por maioria quanto à pena: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: transporte de cinco clandestinos desde um porto situado no continente africano até o atracadouro de Fazendinha, AP. Sem danos pessoais, materiais ou poluição; b) quanto à causa determinante: entrada furtiva dos clandestinos na madre do leme. Falha na vigilância do entorno do navio enquanto atracado no porto de Lagos, Nigéria; e c) decisão: julgar o fato da navegação constante do art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da culpa dos representados, condenando-os à pena de repreensão, com base no disposto no art. 121, inciso I, c/c art. 124, inciso IX, da Lei nº 2.180/54 e ao pagamento das custas processuais em partes iguais. O Exmº. Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel votou com o Exmº. Sr. Juiz-Relator, contudo, aplicou também a pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), sendo vencido. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 06 de março de 2012.
Proc. nº 24.458/2009
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: N/M "HANSA RENDSBURG". Encalhe. Área cartografada que constava profundidade maior do que a real. Característica do rio Amazonas. Fortuna do mar. Exculpabilidade. Arquivamento.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Ademir da Silva Lopes (Prático) (Adv. Dr. Ferdinando Gabriel Domingues - OAB/PA Nº 1.421).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de navio mercante no leito do canal navegável do rio Amazonas, sem danos ao navio, a pessoas ou ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: assoreamento do rio que criou um alto fundo não constante da carta náutica; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causas comparáveis à fortuna do mar, exculpando o representado, Sr. Ademir da Silva Lopes, mandando arquivar os Autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, 28 de fevereiro de 2012.
Proc. nº 24.608/2010
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: N/M "AMPHION". Acidente de trabalho que resultou em ferimento de natureza gravíssima em tripulante. Acionamento do equipamento de içamento automático da baleeira enquanto este vinha sendo feito manualmente com auxílio de uma manivela. Imprudência do representado configurada. Condenação.
Autora: A Procuradoria.
Representado: Georgios Selis (Contramestre) (Adv. Dr. Thales Arcoverde Treiger - DPU/RJ).
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente de trabalho com tripulante a bordo de navio estrangeiro em águas jurisdicionais brasileiras, que resultou em fratura com exposição óssea do membro inferior direito da vítima; b) quanto à causa determinante: acionamento intempestivo do sistema elétrico de içamento do bote salva-vidas enquanto a vítima trabalhava para içar o bote por meio de uma manivela, que se soltou com muita força e atingiu a vítima; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", como decorrente da imprudência do representado, Georgios Selis, condenando-o à pena de multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) e ao pagamento das custas, com base no art. 121, inciso VII, c/c art. 124, inciso IX e art. 139, inciso IV, letra "a", todos da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 08 de março de 2012.
Proc. nº 25.524/2010
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: R/E "RIO ACARÁ MIRIM" e R/E "BAHIA" e respectivas balsas. Abalroação. Acidente ocorrido sob forte precipitação com rajadas de vento. Fortuna do mar. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à extensão e natureza do acidente da navegação: abalroação entre dois comboios formados por empurradores e balsas, com danos materiais de pequena monta em um dos comboios, sem danos pessoais ou poluição; b) quanto à causa determinante: fortuna do mar; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar os autos conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, 08 de março de 2012.
Proc. nº 25.572/2011
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: B/P "LAVINIA MARES". Encalhe voluntário de embarcação que ficou sem propulsão devido a danos ao hélice causados por rede de pesca. Caso fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à extensão e natureza do acidente da navegação: encalhe voluntário de embarcação sobre uma ilha a espera de socorro depois de ter ficado sem propulsão devido ao enroscamento do hélice com uma rede de pesca, sem danos materiais, pessoais ou poluição; b) quanto à causa determinante: caso fortuito; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto pelo art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, caracterizado pela varação, como decorrente de um caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM, não apontando responsáveis. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 08 de março de 2012.
Proc. nº 25.873/2011
Relator: Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
EMENTA: L/M "SOUZA BRITO". Acidente de trabalho ocorrido a bordo de embarcação miúda com seu proprietário, causando a amputação de dois dedos da mão esquerda da vítima. Tentativa imprudente da vítima de afastar sua embarcação de outra de maior porte, com uso das mãos, ficando com os dedos prensados entre elas. Fortuidade. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.
ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente de trabalho ocorrido a bordo de embarcação miúda com seu proprietário, causando a amputação de dois dedos da mão esquerda da vítima; b) quanto à causa determinante: tentativa imprudente da vítima de afastar sua embarcação de outra de maior porte, com uso das mãos, ficando com os dedos prensados entre elas; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de infortúnio da própria vítima, caso fortuito, mandando arquivar os autos. O Exmº. Sr. Juiz-Revisor votou com o Exmº. Sr. Juiz-Relator quanto ao arquivamento, mas sem acompanhá-lo no enquadramento do art. 143 da Lei nº 2.180/54, sendo acompanhado pelos Exmº. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos, Exmº. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras, Exmº. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves e Exmª. Srª. Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha. O Exmº. Sr. Juiz-Relator votou arquivando os autos, conforme promoção da PEM, entretanto, aplicava o art. 143, da Lei nº 2.180/54, sendo vencido. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 1º de março de 2012.

Em 20 de julho de 2012.

Ministério da Educação

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 112, DE 20 DE JULHO DE 2012

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012 e tendo em vista o disposto no § 2º, inciso II, art. 52 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, resolve:
Art. 1º Promover a alteração da Modalidade de Aplicação de dotação orçamentária consignada na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro 2012, de acordo com a legislação vigente, conforme Anexo desta Portaria.
Art. 2º A presente alteração se faz necessária para a execução dos Programas da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LIVIO AMARAL

ANEXO

26291 - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Programa de Trabalho: 12.368.2030.20RJ.0001	*ESFERA: 1*	*IDUSO: 0*	*FONTE: 0112*	Modalidade de Aplicação	
				SIT. ANTERIOR	*SIT. ATUAL*
2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA 20RJ - APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA					
GRUPO DE DESPESA: **3** 209.000,00 360.000,00				90 90	40 50
GRUPO DE DESPESA: **4** 208.000,00				30	50

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.880, DE 18 DE JULHO DE 2012

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:
Prorrogar por 1 (um) ano, a validade do Concurso Público para os cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior, objeto do Edital nº. 034, de 16/5/2011, publicado no DOU de 17/5/2011, na área de conhecimento, conforme abaixo:

Unidade	Área de Conhecimento	Portaria de Homologação	DOU Portaria de Homologação	Data de Prorrogação
FT	Construção Civil; Materiais e Componentes da Construção; Processos Construtivos	1953, de 9/9/2011	15/9/2011	15/9/2012

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.873, DE 17 DE JULHO DE 2012

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:

I - ANULAR parcialmente o Concurso Público objeto do Edital nº 15/2012, restritamente na parte que oferecia à disputa, para posterior preenchimento, 13 (treze) cargos vagos de Assistente em Administração, Código NM01, com a consequente invalidação do ato homologatório do respectivo resultado, referentemente a esse tópico específico do mencionado evento seletivo;

II - COMUNICAR a próxima convocação de novo concurso público para repetir aquela parte designadamente alcançada pela providência expressa no item anterior, mantidas as inscrições de todos os candidatos atingidos pelo ato anulatório.

III - DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventuais responsabilidades daqueles que possam ter concorrido para comprometer a regularidade do Concurso Público referido.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

PORTARIA Nº 1.091, DE 19 DE JULHO DE 2012

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, nomeado pela Portaria nº 364, de 30 de junho de 2009, no uso de atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no Art. 87 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, 23373.001071/2011-58, resolve:

I.Aplicar à empresa SIQUEIRA E SILVA DIAGNÓSTICOS LTDA, a penalidade prevista no item 24 do Edital da Licitação do Pregão Eletrônico nº 08/2011 celebrado com o IFG, de multa no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta que representa o valor de R$ 1.095,11 (Hum mil, noventa e cinco reais e onze centavos).

II.Aplicar à mesma empresa a sanção de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IFG pelo prazo de dois anos.

JOSÉ SERGIO SARMENTO GARCIA
Em exercício

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

PORTARIA Nº 37, DE 19 DE JULHO DE 2012

A Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI - Substituta, do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Alterar o Capitulo IV, art. 13, do edital nº 1, de 27 de abril de 2012, publicado no D.O.U. de 03 de maio de 2012, seção 3, pág. 50, referente à Concessão da Medalha Paulo Freire, com prorrogação do calendário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I. Inscrição no sítio (www.medalhapaulofreire.mec.gov.br): a partir de 12 de maio até 15 de agosto de 2012.

II - análise e seleção pelas Comissões Estaduais e Distrital, de todas as experiências inscritas por Estado ou Distrito Federal: a partir do recebimento da inscrição até 30 de agosto de 2012;

III - encaminhamento à SECADI dos pareceres de até 2 (duas) experiências selecionadas pelas Comissões Estaduais e Distrital: até 15 de setembro de 2012;

IV - pré-seleção de até 10 (dez) experiências pela Comissão Nacional indicada pela SECADI: até 30 de setembro de 2012;

V - visitas in loco pela Comissão Nacional às experiências pré-selecionadas: período de 01 a 31 de outubro de 2012;

VI - encaminhamento dos pareceres das visitas in loco à SECADI até o dia 10 de novembro de 2012;

VII - Seleção pela Comissão Nacional Julgadora, constituída pelos membros descritos no Art. 9º, durante a IV Reunião Ordinária da CNAEJA, prevista para novembro de 2012.

VIII - divulgação dos resultados, data provável: até o dia 23 de novembro de 2012.

IX - entrega das Medalhas: a premiação será realizada em dezembro de 2012, em data a definir.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 19 de julho de 2012

Nº 83 - INTERESSADO: FACULDADES INTEGRADAS APARÍCIO CARVALHO - FIMCA (1087). UF: RO
PROCESSO: 23000.017020/2011-86

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no exercício de suas atribuições previstas no ordenamento legal vigente, acolhendo integralmente a Nota Técnica nº 351/2012 - DISUP/SERES/MEC/ID, com fundamento expresso no art. 53 do Decreto nº 5.773/2006, determina que:

1.Seja indeferido o pedido de reconsideração das Faculdades Integradas Aparício Carvalho - FIMCA, mantendo as determinações do Despacho n° 234/2011 - SERES/MEC, publicado no DOU de 18 de novembro de 2011;

2.Seja o Processo n° 23000.017020/2011-86, que contém recurso, encaminhado ao Conselho Nacional de Educação para julgamento do recurso protocolado neste Ministério da Educação sob o n° SIDOC 000348/2012-49;

3.Seja a FIMCA notificada da publicação do presente Despacho que encaminhou o Processo n° 23000.017020/2011-86, juntamente com o recurso, ao Conselho Nacional de Educação.

JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 2.228, DE 6 DE JULHO DE 2012

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009 e do Processo nº 23070.007060/2010-13, resolve:

Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor Adjunto, realizado pelo Campus Jataí, objeto do Edital nº 03, complementar ao Edital nº 29, publicado no D.O.U. de 14/04/2010, homologado através do Edital nº 93, publicado no D.O.U. de 06/07/2011, seção 3, pág. 58.

EDWARD MADUREIRA BRASIL

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 18 de julho de 2012

Processo nº: 10951.000430/2012-88
Interessado: República Federativa do Brasil (Secretaria de Portos da Presidência da República)
Assunto: Operação externa de natureza financeira, sob a forma de doação com encargo (Cooperação Financeira não-reembolsável), a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - Banco Mundial (BIRD), como Administrador de Recursos do Spanish Fund for Latin America and the Caribbean (SFLAC), no valor de até US$ 300.000,00 (trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) destinados a financiar o Projeto "Estudo para o Desenvolvimento da Cabotagem no Brasil".

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento na Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, autorizo a formalização do Acordo de Doação.

O Tesouro Nacional será representado pelo Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República em todos os atos relacionados com o desembolso dos recursos da doação, sendo que os demais encargos contratuais correrão à conta dos recursos orçamentários daquela Secretaria.

GUIDO MANTEGA

BANCO DO BRASIL S/A

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2012

Em vinte e seis de abril de dois mil e doze, às quinze horas, realizaram-se Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8) - companhia aberta - em primeira convocação, na sede social da empresa no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 24º andar (parte), Asa Sul - Brasília (DF), havendo comparecido 523 (quinhentos e vinte e três) acionistas, por si ou por delegação, possuidores de 2.182.626.832 (dois bilhões, cento e oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e duas) ações ordinárias, representando 76,20% do total de 2.865.417.020 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil e vinte) ações ordinárias, os quais assinaram o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. Ante a ausência, por motivo justificado, do Sr. Presidente Aldemir Bendine, os acionistas presentes elegeram por unanimidade o Sr. Dan Antonio Marinho Conrado, Vice-Presidente, para presidir os trabalhos. Este, ao instalar as Assembleias, convidou para comporem a mesa a Sra. Kátia Aparecida Zanetti de Lima, representante da União, acionista majoritária, e a Sra. Anelize Lenzi Ruas de Almeida, membro do Conselho Fiscal. Convidou, também, os acionistas Neila Maria Barreto Leal e Célio Cota de Queiroz para atuarem como primeiro e segundo secretários, respectivamente. As matérias apresentadas às Assembleias foram as consignadas no Edital de Convocação publicado nos dias 27, 28 e 29 de março de 2012 no Diário Oficial da União (Seção 3 - páginas 76, 89 e 75, respectivamente) e nos jornais Valor Econômico (São Paulo-SP, páginas C3, D6 e D6, respectivamente), Correio Braziliense (Brasília-DF, páginas 22, 31 e 43, respectivamente) e Jornal do Commercio (Rio de Janeiro-RJ, páginas A-12, A-15 e A-21, respectivamente). As Assembleias decidiram: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a) aprovar, por maioria dos votos, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório da Administração, dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria e manifestação do Conselho de Administração, referentes ao exercício de 2011, todos publicados em 24.02.2012 no Diário Oficial da União e nos jornais Correio Braziliense (DF), Jornal do Commercio (RJ) e Valor Econômico (SP); b) aprovar, por maioria dos votos, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício na forma do quadro a seguir:

Em R$

Lucro Líquido	12.247.330.314,43
Lucros Acumulados	5.081.945,71
Lucro Líquido Ajustado	**12.252.412.260,14**
Reserva Legal	612.366.515,72
Remuneração aos Acionistas	4.898.932.125,77
Juros sobre Capital Próprio	3.051.307.397,58
Dividendos	1.847.624.728,19
Utilização da Reserva p/ Equalização de Dividendos	(809.738.190,11)
Reservas Estatutárias	7.550.851.808,76
para Margem Operacional	6.040.681.447,01
para Equalização de Dividendos	1.510.170.361,75

c) eleger, por maioria dos votos, os membros do Conselho Fiscal, abaixo qualificados, para cumprirem o mandato 2012/2013, esclarecido que os eleitos atendem às exigências constantes no Estatuto Social e na legislação em vigor: CONSELHO FISCAL - Mandato 2012/2013 Representantes do Tesouro Nacional, indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda: Titular: PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 494.424.306-53, portador da Carteira de Identidade nº 2.536.569, expedida em 22.12.2000 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais; endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, sala 101, Brasília (DF); Suplente: EDÉLCIO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF sob o nº 546.874.466-04, portador da Carteira de Identidade nº M-2.910.926, expedida em 16.10.1981 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais; endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, Anexo, ala B, térreo, Brasília (DF); Representantes da União, indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda: Titular: ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF sob o nº 874.195.641-91, portadora da Carteira de Identidade nº2.857.695, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, sala 813, Brasília (DF); Suplente: DANIELE RUSSO BARBOSA FEIJÓ, brasileira, divorciada, advogada, inscrita no CPF sob o nº 070.646.277-79, portadora da Carteira de Identidade nº 96.867, expedida em 28.01.2003 pela Ordem dos Advogados do Brasil (RJ); endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 8º andar, Gabinete, Brasília (DF); Titular: MARCOS MACHADO GUIMARÃES, brasileiro, solteiro, economista, inscrito no CPF sob o nº 398.826.591-87, portador da Carteira de Identidade nº 885.769, expedida em 12.09.1983 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 2º andar, sala 223, Brasília (DF); Suplente: DANIELLE AYRES DELDUQUE, brasileira, casada, economista, inscrita no CPF sob o nº 670.041.801-15, portadora da Carteira de Identidade nº 1.546.082, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 2º andar, sala 223, Brasília (DF); Membros eleitos pelos acionistas minoritários: Titular: CLÓVIS AILTON MADEIRA, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o nº 253.599.328-72, portador da Carteira de Identidade nº 4.313.404, expedida em 27.11.1994 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo; endereço: Rua Vergueiro, 2013, 8º andar, São Paulo (SP); Suplente: FERNANDO ALVES DE ALMEIDA, brasileiro, divorciado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 348.652.507-78, portador da Carteira de Identidade nº 29.433D, expedida em 07.06.1976 pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro; endereço: Av. das Américas, 1155, grupo 208, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (RJ); Titular: PEDRO CARVALHO DE MELLO, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 025.056.817-91, portador da Carteira de Identidade nº 1.656.738, expedida em 05.09.1962 pelo Instituto Félix Pacheco - IFP (RJ); endereço: Alameda Coimbra, 84, Alphaville, Barueri (SP); Suplente: MARCOS DE ANDRADE REIS VILLELA brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 003.782.596-87, portador da Carteira de Identidade nº M852058, expedida em 17.04.1975 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais; endereço: Rua Candelária, nº 6, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ); d) fixar, por maioria dos votos, os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo do que, em média mensal, perceberem os membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; e) fixar, por maioria dos votos, a remuneração global a ser paga aos administradores do Banco do Brasil S.A., no período de abril de 2012 a março de 2013, em R$ 40.560.278,00 (quarenta milhões, quinhentos e sessenta mil, duzentos e setenta e oito reais) aí incluídos: honorários, gratificação natalina, CASSI - cota patronal, seguro de vida em grupo, avaliação de saúde, quarentena - remuneração compensatória, auxílio moradia, vantagens de remoção, remuneração variável - Resolução Bacen 3921, vedado expressamente o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização de Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base de 2012; f) aprovar, por maioria dos votos, a delegação de competência ao Conselho de Administração para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o mon-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tante global e deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração, condicionada esta delegação de competência à observância dos valores individuais constantes da planilha anexa, que contém o detalhamento da remuneração máxima dos administradores; g) fixar, por maioria dos votos, os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração em um décimo do que, em média mensal, perceberem os membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: h) por maioria de votos, adiar a deliberação da alteração estatutária relativa às modificações nas composições do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e aprovar a alteração do inciso I, do § 7º, do artigo 18 do Estatuto Social, conforme proposto pela administração; i) aprovar a alteração estatutária relativa à criação do Comitê de Remuneração, conforme proposta da administração, ressalvada a redação do § 7º, do artigo 34, que passará a vigorar conforme a seguinte redação proposta pela Secretaria do Tesouro Nacional: "§ 7º. A função de membro do Comitê de que trata o caput não é remunerada." j) aprovar a alteração do artigo 32 do Estatuto Social, que trata da segregação de funções no âmbito dos órgãos de administração, conforme proposto pela administração; k) aprovar a alteração do Estatuto Social, visando adequar seu texto ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, nos termos propostos pela administração, exceto quanto ao § 4º do artigo 1º, bem como o § 5º do artigo 36 que deverão vigorar com as seguintes redações, conforme parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional: " Art.1º (...) § 4º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no art. 55, 56 e 57 deste estatuto." "Art.36 (...) § 5º Os conselheiros fiscais devem na data da eleição assinar o Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo." O Estatuto Social consolidado, com as alterações aprovadas, fica anexo a esta ata. Registro de votos: Alínea "a": abstiveram-se de votar os acionistas Blackrock Korea Latin America Fun-Master, AZL Blackrock Global Allocatin Fund, Blackrock CDN MSCI Emergin Markets Index Fund, Blackrock Institutional Trust Company NA, Emerging Markets Equity Index Master Fund, Emerging Markets Equity Index Plus Fund, Emerging Markets Ex-Controversial Weapons Equity Index Fund B, Emerging Markets Index Fund E, Emerging Markets Index Non-Lendable Fund B, Emerging Markets Plus Series of Blackrock Quantitative Partners L.P, Emerging Markets Sudan Free Equity Index Fund, Ishares II Public Limited Company, Ishares MSCI ACWI EX US Index Fund, Ishares MSCI Brazil (Free) Index Fund, Ishares MSCI Bric Index Fund, Ishares MSCI Emerging Markets Index Fund, Ishares Public Limited Company, Japan Trustee Services Bank.LTD. STB LM Brazilian High Dividend Equity Mother Fund, Treasurer of the State of North Carolina Equity Investment Fund Pooled Trust, Sami Dividendos FIA, Sul America Absoluto Master FIM, NBF Sulamerica F11 Master Prev FIM, Sul America FIA Ibovespa Ativo, Sulamerica Mix 49 FI Multimercado, Sulamerica Mix 30 FI Multimercado, Sulamerica MIX 15 FI Multimercado, Sul America NE FIA Previdenciario, Sulamerica Mix 15 IV FI Multimercado, Sulamerica Mix 20 FI Multimercado, Sulamerica Mix 30 - IV Fim, Sulamerica Mix 40 FI Multimercado, Sul America Fdo Mutuo de Priv FGTS Cart Livre, Sulamerica Mix 49 I Fundo de Investimentos Multimercado, Sul America Pension IBRX Ativo FIA, Sul America Aviao Prev Fim; Alínea "b":abstiveram-se de votar os acionistas Japan Trustee Services Bank.LTD. STB LM Brazilian High Dividend Equity Mother Fund, Sami Dividendos FIA, Sul America Absoluto Master FIM, NBF Sulamerica F11 Master Prev FIM, Sul America FIA Ibovespa Ativo, Sulamerica Mix 49 FI Multimercado, Sulamerica Mix 30 FI Multimercado, Sulamerica MIX 15 FI Multimercado, Sul America NE FIA Previdenciario, Sulamerica Mix 15 IV FI Multimercado, Sulamerica Mix 20 FI Multimercado, Sulamerica Mix 30 - IV Fim, Sulamerica Mix 40 FI Multimercado, Sul America Fdo Mutuo de Priv FGTS Cart Livre, Sulamerica Mix 49 I Fundo de Investimentos Multimercado, Sul America Pension IBRX Ativo FIA, Sul America Aviao Prev Fim; Alínea "d": abstiveram-se de votar os acionistas Electrical Workers Local NO.26 Pension Trust Fund, Japan Trustee Services Bank.LTD. STB LM Brazilian High Dividend Equity Mother Fund, Shell Pension Trust, Japan Trustee Services Bank.LTD. STB LM Brazilian High Dividend Equity Mother Fund, Sami Dividendos FIA, Sul America Absoluto Master FIM, NBF Sulamerica F11 Master Prev FIM, Sul America FIA Ibovespa Ativo, Sulamerica Mix 49 FI Multimercado, Sulamerica Mix 30 FI Multimercado, Sulamerica MIX 15 FI Multimercado, Sul America NE FIA Previdenciario, Sulamerica Mix 15 IV FI Multimercado, Sulamerica Mix 20 FI Multimercado, Sulamerica Mix 30 - IV Fim, Sulamerica Mix 40 FI Multimercado, Sul America Fdo Mutuo de Priv FGTS Cart Livre, Sulamerica Mix 49 I Fundo de Investimentos Multimercado, Sul America Pension IBRX Ativo FIA, Sul America Aviao Prev Fim; Alínea "e", "f" e "g":abstiveram-se de votar os acionistas Electrical Workers Local NO.26 Pension Trust Fund, Japan Trustee Services Bank.LTD. STB LM Brazilian High Dividend Equity Mother Fund, Sami Dividendos FIA, Sul America Absoluto Master FIM, NBF Sulamerica F11 Master Prev FIM, Sul America FIA Ibovespa Ativo, Sulamerica Mix 49 FI Multimercado, Sulamerica Mix 30 FI Multimercado, Sulamerica MIX 15 FI Multimercado, Sul America NE FIA Previdenciario, Sulamerica Mix 15 IV FI Multimercado, Sulamerica Mix 20 FI Multimercado, Sulamerica Mix 30 - IV Fim, Sulamerica Mix 40 FI Multimercado, Sul America Fdo Mutuo de Priv FGTS Cart Livre, Sulamerica Mix 49 I Fundo de Investimentos Multimercado, Sul America Pension IBRX Ativo FIA, Sul America Aviao Prev Fim; Alínea "h": abstiveram-se de votar na matéria da alínea "a" os acionistas Sami Dividendos FIA, Sul America Absoluto Master FIM, NBF Sulamerica F11 Master Prev FIM, Sul America FIA Ibovespa Ativo, Sulamerica Mix 49 FI Multimercado, Sulamerica Mix 30 FI Multimercado, Sulamerica MIX 15 FI Multimercado, Sul America NE FIA Previdenciario, Sulamerica Mix 15 IV FI Multimercado, Sulamerica Mix 20 FI Multimercado, Sulamerica Mix 30 - IV Fim, Sulamerica Mix 40 FI Multimercado, Sul America Fdo Mutuo de Priv FGTS Cart Livre, Sulamerica Mix 49 I Fundo de Investimentos Multimercado, Sul America Pension IBRX Ativo FIA, Sul America Aviao Prev Fim. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Acionistas e deu por encerrados os trabalhos das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas do Banco do Brasil S.A., da qual eu, ass.) Célio Cota de Queiroz, Segundo Secretário, fiz lavrar esta Ata de forma sumária, como determina o § 3º do art. 9.º do Estatuto Social, que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Neila Maria Barreto Leal, Primeira Secretária; Dan Antonio Marinho Conrado, Presidente e Kátia Aparecida Zanetti de Lima, Representante da União. Visto: César José Dhein Hoefling, OAB DF 24.758, CPF-MF 331.079.041-04. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 17, FOLHAS 2 A 32. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro-DEORF - 1.597.960-1 - Benedito Barbosa Sobrinho - Assessor Júnior. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 28.06.2012 sob o número 20120445450 - Luiz Fernando P. de Figueiredo - Secretário-Geral. AVISO AOS ACIONISTAS: doravante as publicações da companhia previstas na Lei nº 6.404, de 15.12.1976, serão feitas no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília (DF). Além da publicação nesses veículos de comunicação, as informações continuarão sendo divulgadas, via rede mundial de computadores - Internet, nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários, da BM&FBOVESPA e de relações com investidores do Banco do Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.441, DE 20 DE JULHO DE 2012

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 19/07/2012, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

JOSUÉ LIMA DE FRANÇA
CPF: 250.064.445-68

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 1.926, DE 20 DE JULHO DE 2012

Transfere a competência para julgamento de processos administrativos fiscais entre Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) que especifica.

O SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 282 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Fica transferida a competência para julgamento do processo administrativo fiscal nº 10611.002007/2010-10, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza (CE) para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Recife (PE).

Art. 2º O processo a que se refere o art. 1º deverá ser transferido eletronicamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MOMBELLI

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO ESPECIAL DE RESSARCIMENTO, COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 19 DE JULHO DE 2012

Inclui novo serviço no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) com permissão de acesso por meio de código de acesso.

A COORDENADORA ESPECIAL DE RESSARCIMENTO, COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010, e baseado no Parecer de Riscos Institucionais nº 4, de 5 de julho de 2012, da Coordenação-Geral de Auditoria Interna e na Nota Técnica nº 4, de 3 de fevereiro de 2012, da Coordenação-Geral de Tributação, declara:

Art. 1º Fica incluído no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) o serviço de resposta a notificações em auditoria de compensação em GFIP.

Parágrafo único. O acesso às informações de que trata o caput poderá ser realizado pelo próprio contribuinte mediante a utilização de código de acesso gerado na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na Internet, na forma do art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRA W. GRUGINSKI

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 20 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 869, de 12 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento industrial envasador de bebidas, abaixo relacionado, obrigado à utilização do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 869, de 2008, a partir de 25 de julho de 2012.

Nome Empresarial	CNPJ	Cidade	UF
Tio Sam Indústria e Comércio de Bebidas Ltda	04.576.022/0001-55	Anta Gorda	RS

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

IÁGARO JUNG MARTINS

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 157, DE 6 DE JULHO DE 2012

Declara inapta a inscrição da pessoa jurídica que menciona, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, por não ter sido efetuada a comprovação da origem, da disponibilidade e da efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior, na forma prevista em lei.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso das competências que lhe conferem o art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o contido nos autos do Processo Administrativo Fiscal nº 10111.721113/2011-18 e em cumprimento ao estabelecido no §1º do art. 81 da Lei nº 9.430/96 e inciso III do art.37 da Instrução Normativa RFB nº 1.183/2011, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição da pessoa jurídica Brasnorte Comércio & Importação Ltda - ME (CNPJ 11.227.952/0001-69) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, por não ter sido efetuada a comprovação da origem, da disponibilidade e da efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior, na forma prevista em lei.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º São considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica ora declarada inapta, a partir de 16 de janeiro de 2012, de acordo com o art. 43, § 3º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183/2011.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 76, DE 20 DE JULHO DE 2012

Aplica a pena de perdimento das mercadorias objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições designada pela Portaria SRFB nº 1317, de 22/08/2008, (DOU de 25/08/2008), e tendo em vista o disposto no item I do Ato Declaratório SRF nº 12, de dezembro de 1981 (DOU de 28.12.1981), e na Portaria MF Nº 271, de 14 de junho de 1976 (DOU de 30.07.1976), resolve:

Art. 1º Considerar findos, administrativamente, os processos administrativos, relacionados no Anexo único.

Art. 2º Aplicar, conseqüentemente, a pena de perdimento do veículo objeto dos mesmos processos.

Art. 3º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Processos Administrativos	Interessados
10120.008062/2010-37	Banco Finasa BMC S/A
10120.008061/2010-92	Fabricio Aparecido Mendonça Santos
10120.000786/2010-32	Dorival Pires Monteiro

RONALDO SERGIO SILVEIRA GENU

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 77, DE 20 DE JULHO DE 2012

Aplica a pena de perdimento das mercadorias objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições designada pela Portaria SRFB nº 1317, de 22/08/2008, (DOU de 25/08/2008), e tendo em vista o disposto no item I do Ato Declaratório SRF nº 12, de dezembro de 1981 (DOU de 28.12.1981), e na Portaria MF Nº 271, de 14 de junho de 1976 (DOU de 30.07.1976), resolve:

Art. 1º Considerar findos, administrativamente, os processos administrativos, relacionados no Anexo único.

Art. 2º Aplicar, conseqüentemente, a pena de perdimento das mercadorias objeto dos mesmos processos.

Art. 3º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Processos Administrativos	Interessados
10120.001930/2011-39	Fabio Silva Lopes

RONALDO SERGIO SILVEIRA GENU

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS, DE 19 DE JULHO DE 2012

Habilita a empresa que menciona ao procedimento simplificado de internação

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara:

Nº 31 -I - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Empresa AMZ MIDIA INDUSTRIAL S/A, CNPJ nº 14.919.768/0001-78, Processo nº 10283.000644/2012-74, nos termos do artigo 13 da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §2º do art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 32 -I - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Empresa TP VISION INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA, CNPJ nº 97.542.944/0001-22, Processo nº 10283.000569/2012-41, nos termos do artigo 13 da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §2º do art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR FELIX DE CARVALHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/Manaus nº 27, de 07 de maio de 2012, publicado no DOU nº 138 de 18/07/2012, Seção 1, página 18, referente ao número do ADE e data :

Onde se lê: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 07 DE MAIO DE 2012";

Leia-se: "ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 17 DE JULHO DE 2012".

3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

PORTARIA Nº 150, DE 19 DE JULHO DE 2012

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, combinado com os artigos 11 a 17, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Delegar competência concorrente aos Agentes da Receita Federal do Brasil vinculados à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza, para, até o dia 31 de dezembro de 2012, procederem à análise e à instrução de processos relativos à impugnação apresentada pelo sujeito passivo contra notificações de lançamentos efetuadas em decorrência de revisão de Declarações de Ajuste Anual de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) existentes na carga do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - Secat/DRF/FOR.

Parágrafo Único. A atribuição ora delegada dar-se-á sem prejuízo da competência original da Equipe de Atendimento-4 (EAT-4) do Secat, para a análise e instrução dos processos de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º. A autoridade delegante, a seu critério, poderá avocar a decisão do ato objeto da delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total desta portaria.

Art. 3º. Em todos os atos escritos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura de seu autor, o número e a data da presente portaria.

Art. 4º. Fica revogada a Portaria DRF/FOR nº 106, de 30 de abril de 2012.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados com fundamento na Portaria DRF/FOR nº 106, de 30 de abril de 2012, DOU de 3 de maio de 2012, no período de 16 de julho de 2012, até a data da publicação deste ato.

MARIA GÊNOVA FREITAS DA SILVA

PORTARIA Nº 151, DE 19 DE JULHO DE 2012

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto nos art. 11 e 12, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, combinado com os art. 11 a 17, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Delegar competência aos Agentes da Receita Federal do Brasil vinculados à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza, para, no âmbito de sua jurisdição, administrar e distribuir selos de controle, com observância da legislação de regência.

Art. 2º. A autoridade delegante, a seu critério, poderá avocar a decisão do ato objeto da delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total desta portaria.

Art. 3º. Em todos os atos escritos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura de seu autor, o número e a data da presente portaria.

Art. 4º. Fica revogada a Portaria DRF/FOR nº 259, de 20 de junho de 2011.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados com fundamento na Portaria DRF/FOR nº 259, de 20 de junho de 2011, DOU de 22 de junho de 2011, no período de 16 de julho de 2012, até a data da publicação deste ato.

MARIA GÊNOVA FREITAS DA SILVA

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE EM FORTALEZA 1

PORTARIA Nº 148, DE 19 DE JULHO DE 2012

A CHEFE DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE 1 - CAC-1, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 11 e 12, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e no art. 232, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve,

Art. 1º. SUBDELEGAR a atribuição de decidir sobre a expedição de certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte, recebida por meio do artigo 10, inciso II, da Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, aos servidores da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza, em exercício no Centro de Atendimento ao Contribuinte 1 - CAC-1, observada a Classificação de Perfis dos Sistemas Informatizados da RFB para o Atendimento, constante do Anexo à Portaria RFB nº 2.679, de 13 de outubro de 2009.

Art. 2º. A autoridade subdelegante, a seu critério, poderá avocar a decisão do ato objeto de delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total desta Portaria.

Art. 3º. Em todos os atos praticados em função da competência ora subdelegada, deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 4º. Fica revogada a Portaria nº 150, de 11 de abril de 2011.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados com fundamento na Portaria nº 150, de 11 de abril de 2011, no período de 17 de julho de 2012, até a data da publicação deste ato.

DIVANE PONTES CHAVES

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE EM FORTALEZA 2

PORTARIA Nº 147, DE 19 DE JULHO DE 2012

A CHEFE DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE 2 - CAC-2, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 11 e 12, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e no art. 232, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve,

Art. 1º. SUBDELEGAR a atribuição de decidir sobre a expedição de certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte, recebida por meio do artigo 10, inciso II, da Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, aos servidores da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza, em exercício no Centro de Atendimento ao Contribuinte 2 - CAC-2 observada a Classificação de Perfis dos Sistemas Informatizados da RFB para o Atendimento, constante do Anexo à Portaria RFB nº 2.679, de 13 de outubro de 2009.

Art. 2º. A autoridade subdelegante, a seu critério, poderá avocar a decisão do ato objeto de delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total desta Portaria.

Art. 3º. Em todos os atos praticados em função da competência ora subdelegada, deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 4º. Fica revogada a Portaria nº 151, de 11 de abril de 2011.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados com fundamento na Portaria nº 151, de 11 de abril de 2011, no período de 16 de julho de 2012, até a data da publicação deste ato.

MARIA CECÍLIA OLIVEIRA MENEZES

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

PORTARIA Nº 146, DE 19 DE JULHO DE 2012

O CHEFE-SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 11 e 12, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e no art. 243, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º. Subdelegar atribuições recebidas por meio dos artigos 2º e 4º, da Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício no Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - Secat, para:

I - decidir, no âmbito da competência do Secat, sobre a revisão de ofício de lançamentos, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União;

II - decidir, de ofício ou a pedido do sujeito passivo, sobre o cancelamento ou a reativação de declarações, no âmbito de sua competência.

Parágrafo único. A atribuição delegada de que trata o inciso I deste artigo:

a) inclui a decisão sobre a extinção de créditos tributários em decorrência da constatação de prescrição, decadência e remissão;

b) fica limitada às hipóteses em que, da revisão de ofício, não resulte a exoneração de crédito tributário superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º. Subdelegar a atribuição recebida por meio do artigo 4º, inciso I, da Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, ao Chefe de Equipe de Arrecadação e Cobrança - EAC/6 para decidir sobre pedidos de parcelamento em geral, até o montante de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. No uso das competências ora subdelegadas, observar-se-á o disposto no art. 11, da Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012.

Art. 4º. A autoridade subdelegante, a seu critério, poderá avocar a decisão do ato objeto de delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total desta Portaria.

Art. 5º. Em todos os atos praticados em função das competências ora subdelegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 6º. Fica revogada a Portaria nº 152, de 11 de abril de 2011.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados com fundamento na Portaria nº 152, de 11 de abril de 2011, no período de 16 de julho de 2012, até a data da publicação deste ato.

FLÁVIO ALBUQUERQUE DE PINHO PESSOA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 152, DE 19 DE JULHO DE 2012

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 11 e 12, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e no art. 246, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve,

Art. 1º. Subdelegar atribuições recebidas por meio dos artigos 2º e 5º, da Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício no Serviço de Fiscalização - Sefis, para:

I - decidir, no âmbito da competência do Sefis, sobre a revisão de ofício de lançamentos, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União;

II - decidir sobre a revisão de ofício decorrente de análise de questões de fato constantes de impugnações a notificações de lançamentos efetuadas em decorrência de revisão de Declarações de Ajuste Anual de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, sem intimação prévia, ou sem atendimento à intimação, e sem apresentação anterior de Solicitação de Retificação de Lançamento (SRL).

Parágrafo único. A atribuição subdelegada de que tratam os incisos I e II deste artigo fica limitada às hipóteses em que, da revisão do lançamento, não resulte a exoneração de crédito tributário superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º. A autoridade subdelegante, a seu critério, poderá avocar a decisão do ato objeto de delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total desta Portaria.

Art. 3º. Em todos os atos praticados em função das competências ora subdelegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 4º. Fica revogada a Portaria nº 153, de 11 de abril de 2011.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados com fundamento na Portaria nº 153, de 11 de abril de 2011, no período de 16 de julho de 2012, até a data da publicação deste ato.

CÉLIO DE OLIVEIRA E BONATES

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

PORTARIA Nº 149, DE 19 DE JULHO DE 2012

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 11 e 12, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e no art. 241, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve,

Art. 1º. SUBDELEGAR ATRIBUIÇÕES recebidas por meio dos artigos 2º e 3º, da Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício no Serviço de Orientação e Análise Tributária - Seort, para:

I - decidir em processo administrativo fiscal sobre pedidos de compensação, restituição, ressarcimento e reembolso de tributos, inclusive decorrentes de crédito judicial em ações transitadas em julgado, nas hipóteses de indeferimento do pleito ou quando resultar no deferimento e/ou no reconhecimento do direito creditório, até o montante de R$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - considerar não declarada a compensação pleiteada pelo sujeito passivo, nos casos previstos na legislação de regência;

III - decidir em processo administrativo fiscal sobre a revisão de ofício, no âmbito de competência própria deste Serviço, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto a créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, nas hipóteses em que, da revisão de ofício, não resulte a exoneração de crédito tributário superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais);

IV - decidir, de ofício ou a pedido do sujeito passivo, sobre o cancelamento ou a reativação de declarações, no âmbito de competência deste Serviço;

V - decidir sobre pedidos de reconhecimento de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, formulados nos termos do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com a redação dada pelas Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 10.690, de 16 de junho de 2003;

VI - decidir sobre pedidos de reconhecimento de isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF, nos termos do art. 72, da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 2º. No uso das competências ora subdelegadas, observar-se-á o disposto no art. 11, da Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012.

Art. 3º. A autoridade subdelegante, a seu critério, poderá avocar a decisão do ato objeto de subdelegação, sem que isto implique revogação parcial ou total desta Portaria.

Art. 4º. Em todos os atos praticados em função das competências ora subdelegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data da presente Portaria.

Art. 5º. Fica revogada a Portaria 154, de 11 de abril de 2011.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados com fundamento na Portaria nº 154, de 11 de abril de 2011, no período de 16 de julho de 2012, até a data da publicação deste ato.

MARCOS ANTÔNIO SOARES SILVEIRA

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

PORTARIA Nº 79, DE 19 DE JULHO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução CG/Refis nº 37, de 31 de agosto de 2011, resolve:

Art.1º. Tornar insubsistente a exclusão da pessoa jurídica SOCONTA ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE LTDA - EPP, CNPJ nº 08.328.148/0001-61, efetuada pela Portaria CG/REFIS nº 2.259, de 31 de agosto de 2009, publicada no DOU de 08 de setembro de 2009, conforme os fatos relatados no processo administrativo nº 16707.004703/2009-36.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS HÜBNER FLORES

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 45, DE 14 DE JUNHO DE 2012

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os recolhimentos dos valores pertinentes à chamada Contribuição Previdenciária Patronal substitutiva da Folha de Pagamentos, instituída, na espécie, pelo art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011, alterado pela Medida Provisória nº 563, de 2012, devem ser efetuados de forma centralizada pelo estabelecimento matriz, nos mesmos moldes das demais contribuições sociais incidentes sobre a receita bruta, de modo que, na respectiva base de cálculo, deve ser incluída, portanto, a receita bruta auferida por filiais, ainda que, na hipótese, estas últimas exerçam, exclusivamente, atividade comercial.

Para os fins da citada CPRB, considera-se receita bruta o valor percebido na venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia, bem como o ingresso de qualquer outra natureza auferido pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou de sua classificação contábil, sendo irrelevante o tipo de atividade exercida pela empresa. Porém, não integram tal base de cálculo: a) as vendas canceladas; b) os descontos incondicionais concedidos; c) o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI destacado em nota fiscal, e d) o valor do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS devido pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário, desde que destacado em documento fiscal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, art. 195, inciso I, alíneas "a" e "b", e §§ 12 e 13; Lei nº 12.546, de 2011, arts. 7º a 10, com redação da Medida Provisória nº 563, de 2012; Instrução Normativa RFB nº 1.110, de 2010, art. 6º, inciso XII, § 11, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.258, de 2012; Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 42, de 2011; Ato Declaratório Executivo Codac nº 86, de 2011; Ato Declaratório Executivo Codac nº 93, de 2011, art. 5º, parágrafo único; Ato Declaratório Executivo Codac nº 47, de 2012.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 46, DE 14 DE JUNHO DE 2012

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional que prestam serviços de instalação de esquadrias de alumínio e outras atividades classificadas no código CNAE nº 4330-4/02 estão sujeitas à retenção da Contribuição Social Previdenciária na forma estabelecida nos arts. 112, 117 e 142 da IN RFB nº 971, de 2009.

DISPOSITIVOS LEGAIS: LC nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-C; IN RFB nº 971, de 2009, arts. 112, 117, III, 142, III, e 322, I e X.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 47, DE 14 DE JUNHO DE 2012

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional que prestam serviços de pintura de edifícios e outras atividades classificadas no código CNAE nº 4330-4/04 devem ser tributadas na forma do Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006, e sujeitas à retenção da Contribuição Social Previdenciária na forma estabelecida nos arts. 112, 117 e 142 da IN RFB nº 971, de 2009.

DISPOSITIVOS LEGAIS: LC nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-C; IN RFB nº 971, de 2009, arts. 112, 117, III, 142, III, e 322, I e X.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 48, DE 26 DE JUNHO DE 2012

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

EMENTA: Locação. Rendimentos. Retenção. Locatário Pessoa Física. Intermediação Imobiliária. Responsabilidade Solidária. Inexistência. Em uma relação locatícia, os rendimentos pagos por locatário pessoa física não estão sujeitos à retenção na fonte, mesmo quando os valores pagos são repassados ao locador por pessoas jurídicas intermediárias, tais como empresas imobiliárias. Não há que se falar em obrigação solidária do administrador de bens de terceiros quando não existe obrigação principal do contribuinte.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 7.713, de 1988, art. 7º; Lei nº 5.172, de 1966, art. 134. Dispositivos Infralegais: Decreto nº 3.000, de 1999, art. 631; Instrução Normativa SRF nº 15, de 2001, art. 12, § 2º.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 49, DE 26 DE JUNHO DE 2012

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: INDENIZAÇÃO. DANO PATRIMONIAL (DANO EMERGENTE).

As indenizações recebidas por pessoas jurídicas, destinadas, exclusivamente, a reparar danos patrimoniais, integram a base de cálculo para fins de incidência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins (regime não-cumulativo das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003).

Até 27/05/2009, os valores referentes às indenizações recebidas por pessoas jurídicas, exclusivamente, para reparar dano patrimonial, integravam a base de cálculo da Cofins (regime cumulativo da Lei nº 9.718/1998);

A partir de 28/05/2009, as indenizações recebidas por pessoas jurídicas, destinadas, exclusivamente, a reparar danos patrimoniais, não integram a base de cálculo da Cofins (regime cumulativo da Lei nº 9.718/1998).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, art. 2º e art. 3º, § 1º; Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, art. 10; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, art. 1º; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, art. 79, XII.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: INDENIZAÇÃO. DANO PATRIMONIAL (DANO EMERGENTE).

As indenizações recebidas por pessoas jurídicas, destinadas, exclusivamente, a reparar danos patrimoniais, integram a base de cálculo para fins de incidência da Contribuição para o PIS/PASEP (regime não-cumulativo das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003).

Até 27/05/2009, os valores referentes às indenizações recebidas por pessoas jurídicas, exclusivamente, para reparar dano patrimonial, integravam a base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP (regime cumulativo da Lei nº 9.718/1998);

A partir de 28/05/2009, as indenizações recebidas por pessoas jurídicas, destinadas, exclusivamente, a reparar danos patrimoniais, não integram a base de cálculo do PIS/PASEP (regime cumulativo da Lei nº 9.718/1998);

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, art. 2º e art. 3º, § 1º; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, art. 1º; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, art. 79, XII.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: INDENIZAÇÃO. DANO PATRIMONIAL (DANO EMERGENTE).

As indenizações recebidas por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou presumido, destinadas, exclusivamente, a reparar danos patrimoniais, compõem a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, somente pelo ganho de capital que for porventura apurado, decorrente do confronto da verba indenizatória e o valor contábil do bem.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 57, com a redação dada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: INDENIZAÇÃO. DANO PATRIMONIAL (DANO EMERGENTE).

As indenizações recebidas por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou presumido, destinadas, exclusivamente, a reparar danos patrimoniais, compõem a base de cálculo do imposto de renda somente pelo ganho de capital que porventura for apurado, decorrente do confronto da verba indenizatória e o valor contábil do bem.

Na pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o valor correspondente à contabilização da baixa do bem danificado, objeto de indenização, será indedutível para fins de apuração do imposto de renda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Código Tributário Nacional, artigo 43; Instrução Normativa SRF nº 93, de 24 de dezembro de 1997, art. 32, § 2º, art. 36, inc. X, art. 41, inc. X; Parecer Normativo CST nº 146, de 19 de dezembro de 1975; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), arts. 418 e 521.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 50, DE 27 DE JUNHO DE 2012

ASSUNTO: Processo Administrativo Fiscal

EMENTA: No tocante ao Simples Nacional, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não tem competência legal para solucionar consulta tributária relativa a matéria de competência estadual e/ou municipal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40; Resolução CGSN nº 94, de 2011, art. 113.

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: SIMPLES NACIONAL. ATIVIDADE GRÁFICA. OPERAÇÃO INDUSTRIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INCIDÊNCIA SIMULTÂNEA DE IPI E ISS. Na espécie, a atividade gráfica pode configurar: i) simultaneamente operação industrial e prestação de serviço; ii) exclusivamente operação industrial ou iii) exclusivamente prestação de serviço. Em princípio, a atividade gráfica constitui operação industrial (transformação), sendo, portanto, tributada, no âmbito do Simples Nacional, com base no Anexo II (dois) da Lei Complementar nº 123, de 2006, sem os ajustes de que trata seu art. 18, § 5º-G. Na hipótese de ela ser considerada, simultaneamente, industrialização e prestação de serviços, deve-se proceder aos ajustes previstos no referido art. 18, §5º-G, da lei complementar. Caso seja considerada exclusivamente prestação de serviços, será tributada na forma do Anexo III (três) do citado diploma legal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, arts. 18, § 5º-G, e 40; Decreto nº 7.212, de 2010 (Regulamento do IPI), arts. 4º, I; 5º, V, e 7º, II.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 51, DE 27 DE JUNHO DE 2012

ASSUNTO: Processo Administrativo Fiscal

EMENTA: No tocante ao Simples Nacional, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não tem competência legal para solucionar consulta tributária relativa a matéria de competência estadual e/ou municipal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 40; Resolução CGSN nº 94, de 2011, art. 113.

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: SIMPLES NACIONAL. ATIVIDADE GRÁFICA. OPERAÇÃO INDUSTRIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INCIDÊNCIA SIMULTÂNEA DE IPI E ISS. Na espécie, a atividade gráfica pode configurar: i) simultaneamente operação industrial e prestação de serviço; ii) exclusivamente operação industrial ou iii) exclusivamente prestação de serviço. Em princípio, a atividade gráfica constitui operação industrial (transformação), sendo, portanto, tributada, no âmbito do Simples Nacional, com base no Anexo II (dois) da Lei Complementar nº 123, de 2006, sem os ajustes de que trata seu art. 18, § 5º-G. Na hipótese de ela ser considerada, simultaneamente, industrialização e prestação de serviços, deve-se proceder aos ajustes previstos no referido art. 18, §5º-G, da lei complementar. Caso seja considerada exclusivamente prestação de serviços, será tributada na forma do Anexo III (três) do citado diploma legal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, arts. 18, § 5º-G, e 40; Decreto nº 7.212, de 2010 (Regulamento do IPI), arts. 4º, I; 5º, V, e 7º, II.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA
Chefe

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 20 DE JULHO DE 2012

Anula ato praticado perante o CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no § 1º do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Anulada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 15.043.241/0001-95, em nome de ANTONIO JORGE SOUSA SANTOS ME, com fundamento no disposto no inciso I do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, observado o que consta do processo administrativo nº 10530.723126/2012-63.

Art. 2º São considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir de 6 de fevereiro de 2012.

MANOEL LUIZ COUTINHO MACHADO

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 19 DE JULHO DE 2012

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 224 e 314 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, considerando o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa do SRF 504, de 03 de fevereiro de 2005; e, ainda, o que consta do processo administrativo fiscal nº 15504.725449/2012-22, resolve declarar:

1. Inscrita no Registro Especial sob o número 06101/192 à empresa NOVOS HORIZONTES COMERCIO EXTERIOR LTDA-ME, CNPJ n.º 13.994.602/0001-53, estabelecida à Rua Marília de Dirceu , nº 173, Sala 002 Bairro Lourdes, município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-090, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento.

2. A interessada exerce a atividade de Importador de Vinhos, derivados de uva e espumantes, bebidas alcoólicas classificadas na TIPI sob os códigos 22.04.2100, 22.08.2000 e 22.04.1010, respectivamente.

3. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN/SRF N.º 504/2005 e suas alterações posteriores, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

4. Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 20 DE JULHO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/JFA/MG n.º 59, de 14 de junho de 2012, publicada no DOU de 19 de junho de 2012 e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no endereço: Avenida Barão do Rio Branco, n.º 372, bairro Manoel Honório, Juiz de Fora/MG, CEP 36045-120.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PENIDO PINTO MARQUES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 5º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

412.689.897-20 - 50.009.35311-00

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

19.492.230/0001-43

7ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 508, DE 20 DE JULHO DE 2012

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 300 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 3º da Portaria SRRF07 Nº 234, de 2 de abril de 2012, publicada no DOU de 3 de abril de 2012, que passa a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 27 de agosto de 2012".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIANA POLO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 17 DE JULHO DE 2012

Declara a inaptidão do CNPJ de J. V. Comércio e Representações Ltda.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, por força do disposto no art. 81, § 5º, da Lei 9.430/96 (redação da Lei 11.941/09), no uso das atribuições que lhe confere o art. 302, inciso III, da Portaria MF 203/12, com fulcro no art. 37, inciso II, c/c art. 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB 1.183/2011, e à vista do contido no processo administrativo 10735.002520/2005-39,

RESOLVE:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Declarar a inaptidão da inscrição (já suspensa desde 14/02/06) no CNPJ do contribuinte adiante identificado.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Nome empresarial: J. V. Comércio e Representações Ltda.
CNPJ: 03.847.012/0001-44
Endereço: Estrada do Galeão, 1.035, sala 317, Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.931-522.

EMIL JACQUES SPPEZAPRIA CARDOSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 20 DE JULHO DE 2012

Comunicação de Exclusão do Simples Nacional

EMPRESA: BRUMABEL ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 03.622.673/0001-71
PROCESSO: 17878-720.006/2012-22

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA - RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e alterações, e competências dispostas, nos artigos 29, 33 e 39 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, e no art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e alterações;

De acordo com o disposto, nos artigos 28, 29 e 31 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, nos artigos 15, 75 e 76 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, DECLARO o contribuinte acima identificado EXCLUÍDO, a partir de 01 de janeiro de 2008 da sistemática de tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, denominada Simples Nacional, pelo seguinte motivo:

- falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária;

A empresa poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 20 DE JULHO DE 2012

Declara canceladas inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IX do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 30 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Ficam canceladas as inscrições no CPF nº 227.711.188-07 e 113.910.652-04 em nome de SUED NASSER DE ARRUDA SARKIS, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para uma mesma pessoa física.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 168, DE 19 DE JULHO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e nº 1.089, de 30 de novembro de 2010 tendo em vista o que consta do processo relacionado no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa STRATAGEO SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meios de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ MAURO SANTOS FRANCO

ANEXO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001032/2012-56				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO	TERMO FINAL
06.316.866/0001-82 06.316.866/0002-73 06.316.866/0003-54 06.316.866/0004-35	ALVORADA PETRÓLEO S/A	Campo em Exploração: Bacia do Recôncavo Blocos: REC-T-131, REC-T-144 e REC-T-157 (municípios de Pojuca, Mata de São João, Itanagra, e Araçás - BA)	S/N, datado de 01/03/2012 Estudos Sísmicos - Aquisição de Linhas Sísmicas de Reflexão 2D	12/09/2012

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 169, DE 20 DE JULHO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010 e pela IN RFB nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa NAVIS DRILLING LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio dos seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art.4º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 133, de 30 de maio de 2012, publicado no DOU de 31 de maio de 2012.

JOSÉ MAURO SANTOS FRANCO

ANEXO

Processo nº 10768.018424/00-59				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.741.603/0001-32	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL-1 Espírito Santo: BES-100, BC-60, BM-ES-26, 27, 31 e 38. Campos: BC-20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600; BM-C-3 e 6 Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9, 10, 11; BM-S-46, 49, 50, 51, 52 e 53. Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área do CES-066, Área do SES-019, Atum, Badejo, Bagre, Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Barracuda, Bicudo, Biquara, Bonito, Cação, Caioba, Camorim, Canapu, Cangoá, Carapeba, Caratinga, Caraúna, Caravela, Cavalo Marinho, Cachalote, Cherne, Cioba, Congro, Coral, Corvina, Curimã, Dentão, Dom João Mar, Dourado, Enchova, Enchova Oeste, Espada, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Golfinho ,Guaiuba, Guajá, Guaricema, Jubarte, Linguado, Malhado, Manati, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Merluza, Mexilhão, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Norte de Pescada, Oeste de Urubarana, Pampo, Papa-Terra, Parati, Pargo, Paru, Peroá, Pescada, Piranema, Piraúna, Roncador, Salema Branca, Salgo, Serra, Siri, Tambaú, Trilha, Tubarão, Ubarana, Uruguá, Vermelho,Viola, Voador e Xaréu.	2050.0032908.07-2 2050.0032909.07-2 Borgny Dolphin	08.02.2013

PROCESSO Nº 10768.003557/2011-45				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.741.603/0001-32 03.741.603/0004-85	Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural Ltda.	Bacia Sedimentar de Campos Campo em Exploração BM - C-30	Contrato s/nº (prestação de serviços) Contrato s/nº (locação internacional da unidade móvel de perfuração) BLACKFORD DOLPHIN Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB 1.089/2010.	31/12/2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 18 DE JULHO DE 2012

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 310, publicada no DOU em 19 de maio de 2011, resolve:

Anular as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação da inscrição é motivada pela constatação de mais de um número de inscrição para a mesma pessoa jurídica (multiplicidade de inscrição do CNPJ), conforme previsto no inciso I do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

PROCESSO: 13069.000161/2012-01
CONTRIBUINTE: NOGLERD CO. S.A.
CNPJ: 05.716.803/0001-60
PROCESSO: 13807.001816/2010-05
CONTRIBUINTE: PERKINELMER HEALTH SCIENCES, INC.
CNPJ: 05.644.912/0001-10
PROCESSO: 13807.723409/2012-14
CONTRIBUINTE: BRIVIDO COMERCIO DE ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 14.691.226/0001-90
PROCESSO: 14311.720016/2012-85
CONTRIBUINTE: COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL
CNPJ: 03.959.878/0001-47
PROCESSO: 18186.720833/2012-77
CONTRIBUINTE: ADP ATLANTIC, INC.
CNPJ: 05.709.105/0001-38
PROCESSO: 13807.001901/2009-21
CONTRIBUINTE: CONDOMINIO EDIFICIO SPAZIO DEL SOLE
CNPJ: 03.968.413/0001-52
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

RETIFICAÇÃO

Do ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 12 DE JULHO DE 2012, publicado no DOU nº 139, de 19/07/2012, Seção 1, Página 24:

Onde se lê "CNPJ 03.348.671/0001-24";

Leia-se "CNPJ 06.348.671/0001-24".

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 192, DE 18 DE JULHO DE 2012

Declara baixa de ofício de inscrição no CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 29, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.210 de 16 de novembro de 2011 e com base nos artigos 80, § 1º, inciso I da Lei nº 9430/1996 com redação dada pela Lei nº 11.941/09, declara:

Artigo 1º. Baixadas as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, por inexistência de fato conforme disposto no artigo 27, inciso II, alínea "a" da IN RFB nº 1.183/2011e de acordo com o apurado nos respectivos processos administrativos fiscais.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO
POLOS MUNDIAL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA	01.973.070/0001-99	10980.009661/2009-12
AUTO BA RÃO COMÉRCIO EXTERIOR LTDA	02.061.693/0001-58	10980.009662/2009-59

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

PORTARIA Nº 39, DE 19 DE JULHO DE 2012

Delega competência, dispõe sobre a organização dos serviços da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul, estabelece as atribuições de Seção, Setor e Equipes outras rotinas de trabalho.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos artigos 224, 302 e pelo inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto n° 83.937, de 6 de setembro de 1979, considerando a necessidade de organizar os serviços e de continuidade da atividade administrativa, resolve:

DISTRIBUIÇÃO DAS EQUIPES

Art. 1º. A distribuição das equipes que compõe a estrutura da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul, conforme disposto no item 23 e 25 do art. 2º do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, fica estabelecida nos termos que se seguem:

I - Gabinete

a) Centro de Atendimento ao Contribuinte - (Equipe Aduaneira - EAD 1)

II - Seção de Administração Aduaneira - SAANA

a) Equipe de Despacho Aduaneiro e Análise Fiscal - (Equipe Aduaneira - EAD 2)

b) Equipe de Vigilância e Repressão - (Equipe Aduaneira - EAD 3).

COMPETÊNCIAS DE CARÁTER GERAL

Art. 2º Delegar competências, em caráter geral aos Chefes de Seção, Setor e Equipes para a prática dos seguintes atos no âmbito de suas respectivas áreas de competência:

I - subscrever memorandos e ofícios atendendo ao disposto a legislação que trata sobre sigilo fiscal;

II - decidir sobre encaminhamento de processos e expedientes;

III - determinar o arquivamento e o desarquivamento de processos e documentos.

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA - SAANA

Art. 3º Delegar competência ao Chefe da Seção de Administração Aduaneira - SAANA, para praticar os seguintes atos:

I - autorizar o início ou a retomada de despacho aduaneiro de mercadoria sujeita à aplicação da pena de perdimento por caracterização de seu abandono, desde que ainda não tenha sido lavrado o Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal (AITGF) de mercadoria, nos termos do art. 2° da IN SRF nº 69, de 16 de junho de 1999, com a redação dada pela IN SRF nº 109, de 3 de setembro de 1999;

II - autorizar, por requisição do perito designado, a realização de testes, ensaios ou análises laboratoriais em laboratório por ele indicado, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010;

III - definir os navios a serem mensurados e que operem com mercadoria a granel, designando perito credenciado e, quando julgar necessário, o servidor responsável para acompanhar a mensuração;

IV - decidir, nos termos do art. 10 da IN SRF nº 285, de 14 de janeiro de 2003, sobre pedidos de aplicação do regime de admissão temporária de mercadorias de procedência estrangeira no território nacional, fixação de prazo de permanência e suas prorrogações;

V - autorizar, nos termos artigo 15 da IN SRF nº 285, de 14 de janeiro de 2003, as providências quanto à extinção do regime aduaneiro de admissão temporária;

VI - decidir sobre pedidos de aplicação do regime especial de exportação temporária de mercadorias, nos termos dos artigos 434 e 436 do RA;

VII - autorizar a regularização de despacho aduaneiro de exportação realizado fora dos prazos estabelecidos para a apresentação de Declarações de Exportação a posteriori, nos termos do §1º do art. 56 da IN SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, com a redação dada pela IN SRF nº 156, de 10 de maio de 2002;

VIII - determinar que se proceda, no regime especial de trânsito aduaneiro, à ação fiscal pertinente, se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a necessidade de conferência dos volumes, de verificação da mercadoria, ou de aplicação de procedimento aduaneiro especial, nos termos do art. 41 da IN SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002;

IX - decidir sobre pedidos de devolução de mercadoria importada que se destinou à reposição de outra anteriormente importada que se tenha revelado, após o despacho aduaneiro, defeituosa ou imprestável para o fim a que se destinava, nos termos do art. 71, inciso II do RA, observando o disposto na Portaria MF nº 150, de 26 de julho de 1982, complementada pela Portaria MF nº 326, de 30 de setembro de 1983, e na Portaria MF nº 240, de 1986;

X - determinar as diligências que julgar necessárias à coleta de dados relativos ao patrimônio do sujeito passivo para fins do arrolamento de bens e direitos;

XI - praticar os atos de que trata o art. 9° da Portaria da Portaria Corep nº 04, de 09 de abril de 2008;

XII - autorizar a descarga de mercadoria em local diverso do indicado nos respectivos manifestos, dentro de sua área de competência, nos termos do art. 52 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

XIII - decidir sobre os pedidos de habilitação simplificada prevista na IN SRF 650, de 12 de maio de 2006, e alterações;

XIV - autorizar, em razão de justificada economia processual, a adoção de intimação para regularização de pendências nos procedimentos de habilitação, nos termos previstos no § 3º do art. 24 da IN SRF nº 650/2006;

XV - decidir sobre a seleção das importações a serem submetidas aos procedimentos especiais de controle de mercadoria importada sob fundada suspeita de irregularidade punível com a pena de perdimento, independentemente de ter sido iniciado despacho aduaneiro ou de que o mesmo tenha sido concluído, na forma do art. 3º da IN RFB nº 1.169, de 29 de junho de 2011.

XVI - designar AFRFB para excluir do sistema ocorrências leves e médias nas operações de trânsito aduaneiro, mediante justificativa, conforme o art. 72, § 4º, da IN SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002;

XVII - reconhecer a impossibilidade de acesso ao sistema, por razões de ordem técnica, bem como autorizar e acompanhar a adoção dos procedimentos de contingência previstos no art. 3º da mesma IN RFB nº 835, de 28 de março de 2008, relativamente à operação da embarcação.

XVIII - designar servidor para efetuar o cancelamento das Declarações de Trânsito Aduaneiro registradas, por solicitação do beneficiário formalizada em processo, ou de ofício.

XIX - decidir os pedidos de cadastramento e alterações no sistema TRADEX;

XX - designar servidor para efetuar a concessão de regime especial de trânsito aduaneiro, nos termos previstos no art. 45 da IN SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002;

XXI - decidir sobre os parâmetros locais de seleção parametrizada, no Siscomex, para os despachos de exportação.

Art. 4º São atribuições comuns dos AFRFB localizados na SAANA e na Equipe de Despacho Aduaneiro e Análise Fiscal - EAD 2, a prática dos seguintes atos:

I - procedimentos de fiscalização aduaneira, inclusive os de revisão de declarações, os procedimentos de diligência e de informação fiscal relativos à área de comércio exterior, de combate à interposição fraudulenta, de coordenação e orientação da prevenção e combate a fraudes em matéria aduaneira, proceder ao despacho aduaneiro de mercadorias e outros bens na entrada e saída do país, no âmbito de suas respectivas áreas de competência;

II - decidir sobre as solicitações inerentes aos regimes aduaneiros especiais de drawback e entreposto aduaneiro, no âmbito de suas respectivas áreas de competência;

III - decidir sobre pedidos de imunidade, não-incidência, isenção, redução e suspensão de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, incidentes na importação de mercadorias, nos termos e condições previstos na Constituição Federal, no RA, nas Leis nº 8.010, de 29 de março de 1990 e nº 8.032, de 12 de abril de 1990, bem como nas demais disposições legais pertinentes;

IV - decidir, antes da averbação, os pedidos de retificação de declarações de exportação, bem como de seus respectivos cancelamentos;

V - designar perito credenciado para quantificação e identificação de mercadoria sob fiscalização aduaneira nos termos dispostos no artigo 569 e 813 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009;

VI - decidir sobre pedidos de retificação de Declaração de Importação (DI) após o desembaraço;

VII - decidir sobre os pedidos de cancelamento de Declaração de Importação (DI) e Declaração Simplificada de Importação (DSI).

EQUIPE DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO - EQUIPE ADUANEIRA - EAD 3

Art. 5º Delegar competência ao Chefe da Equipe de Vigilância e Repressão - EAD 3, para praticar os seguintes atos:

I - as competências previstas nos incisos VIII, XI e XVII do art. 3º;

II - solicitar à Coordenação Especial de Vigilância e Repressão (Corep) a criação de rotas de exceção e seus correspondentes prazos para a prestação das informações sobre o veículo e suas cargas, de forma a garantir a proporcionalidade do prazo em relação à proximidade do porto de procedência (art. 22, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007).

Art. 6º São atribuições comuns dos servidores localizados Equipe de Vigilância e Repressão - Equipe Aduaneira - EAD 3, a realização, no âmbito de suas respectivas áreas de competência, das seguintes atividades:

I - os procedimentos de fiscalização aduaneira, os procedimentos de diligência e de informação fiscal relativos à área de comércio exterior;

II - as atividades de controle de carga e vigilância em locais e recintos aduaneiros e zonas de vigilância aduaneira;

III - coordenação e orientação da prevenção e combate a fraudes em matéria aduaneira;

IV - atividades de controle de bens que acompanham os viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados;

V - atividades de repressão ao contrabando e descaminho;

VI - operações náuticas.

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE - EQUIPE ADUANEIRA - EAD 1

Art. 7º Delegar competência ao Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte - Equipe Aduaneira - EAD 1 , para praticar os seguintes atos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

- as competências previstas nos incisos I, II, III, XVI, XVII, XVIII, XIX do art. 3º;

II - decidir sobre os pedidos de habilitação no RTU prevista na IN SRF 1.098, de 14 de dezembro de 2010;

III - emitir intimações e outros expedientes destinados a contribuintes, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação de prazos para seu atendimento.

Art. 8º - São atribuições comuns dos servidores localizados Centro de Atendimento ao Contribuinte - Equipe Aduaneira - EAD 1, a prática dos seguintes atos:

I - atender as prescrições da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 e Portaria MF nº 233, de 26 de junho de 2012 no que diz respeito ao acesso às informações solicitadas pelos interessados;

II - proceder à orientação aos contribuintes, em procedimentos especificados nas normas, respeitados os limites de sua competência;

III - recepcionar e, caso seja, promover o encaminhamento de documentos, petições, impugnações, recursos, respostas a intimações fiscais, e outras solicitações de interesse do contribuinte e/ou da Alfândega;

IV - recepcionar documentos, petições, impugnações, recursos, respostas a intimações fiscais, e outras solicitações de serviços de competência das outras equipes, setores e seções da Alfândega;

V - recepcionar os pedidos de habilitação ao embarque antecipado na exportação;

VI - recepcionar os pedidos de retificação de declarações de importação;

VII - analisar os pedidos de inclusão e alterações de rotas de trânsitos aduaneiros;

VIII - analisar os pedidos de habilitação simplificada prevista na IN SRF 650, de 12 de maio de 2006, e alterações;

IX - decidir sobre as solicitações de retificação, alteração e desbloqueio dos conhecimentos eletrônicos de embarque (CE) no Siscomex Carga, nos termos do art. 24 da IN RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007, com alterações dadas pela IN RFB nº 899, de 29 de dezembro de 2008;

X - analisar os pedidos de habilitação no RTU prevista na IN SRF 1.098, de 14 de dezembro de 2010;

XI - analisar as solicitações de início ou a retomada do despacho aduaneiro de mercadorias consideradas abandonadas por decurso de prazo em recinto alfandegado, quando não houver sido lavrado Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal, nos termos do art. 2.° da IN SRF n.° 69, de 16 de junho de 1999, alterada pela IN SRF nº 109, de 3 de setembro de 1999;

XII - analisar os pedidos de retificação e cancelamento de declarações de trânsitos aduaneiros;

XIII - atender às solicitações de cópias de declarações disponíveis nos sistemas eletrônicos, de acordo com a legislação vigente, observando-se o sigilo fiscal;

XIV - conferência do credenciamento dos usuários externos nos cadastros dos Sistemas de Comércio Exterior;

XV - procedimentos de habilitação de depositário, transportador, administrador portuário e operador portuário nos sistemas informatizados aduaneiros;

XVI - recepcionar os pedidos de retirada de resíduos líquidos por empresas credenciadas;

XVII - efetuar a vinculação no cadastro do Siscomex das operações por conta e ordem entre importador e adquirente/encomendante;

XVIII - executar o procedimento de inclusão do pré-cadastro Renavam nos casos de importação pessoa física;

XIX - elaborar intimações e outros expedientes destinados a contribuintes, bem como analisar os pedidos de prorrogação de prazos para seu atendimento;

Art. 9º A lista dos serviços atendidos pelo CAC da ALF/SFS será, sempre que possível, adequada para atender as exigências ditadas por novas normas que forem introduzidas no ordenamento jurídico.

Art. 10º Mediante autorização expressa do titular da unidade, as equipes poderão, mediante justificativa, adotar outros procedimentos não especificados nesta portaria para atender às situações extraordinárias.

Art. 11. Mediante entendimento entre as chefias das equipes envolvidas, conforme conveniência administrativa, a recepção de documentos pelo CAC, bem como a tramitação interna destes, poderão sofrer alterações e/ou adaptações.

SETOR DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA - SORAC

Art. 12. São atribuições dos servidores do Setor de Arrecadação e Cobrança - SORAC, a prática dos seguintes atos, nos limites de sua competência:

I - atividades descritas nos artigos 241 e 243 da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012;

II - submeter ao Inspetor-Chefe o cumprimento de ordens judiciais determinadas em ações ajuizadas em que a Alfândega do Porto de São Francisco do Sul faça parte, bem como as informações a serem prestadas nas referidas ações aos Órgãos do Poder Judiciário, Procuradoria da União, Procuradoria da Fazenda nacional e/ou outros, promovendo o acompanhamento dos processos administrativos vinculados a essas ações até a sua finalização;

III - prestar assistência ao Gabinete, à Seção, Setores e Equipes quanto à matéria tratada no âmbito desta Unidade, no que se refere às ações judiciais;

IV - atividade de preparação, controle dos termos de responsabilidade, emissão de relatórios fiscais, intimações, diligências, elaboração de pareceres referente aos pedidos de concessão e prorrogação do regime aduaneiro especial de admissão temporária;

V - atividade de preparação, instrução, análise e controle dos processos de habilitação de ajudante e despachante aduaneiro;

VI - atividade de controle dos processos administrativos de abandono de mercadorias de que trata a Portaria MF nº 159, de 3 de fevereiro de 2010.

SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E LOGÍSTICA - SOTEL

Art. 13. Delegar competência ao Chefe do Setor de Tecnologia da Informação e Logística - SOTEL, no âmbito de sua respectiva área de competência, para:

I - praticar os atos de que tratam o artigo 252 e §1º do artigo 298 da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012;

Art. 14. Estende-se aos substitutos eventuais de seção, setor e equipes aduaneiras, a competências delegadas por esta portaria, quando das ausências, afastamentos e impedimentos legais dos titulares.

Art. 15. Ficam convalidadas as competências delegadas na presente Portaria, que forem praticadas antes da sua entrada em vigor.

Art. 16. Ficam revogadas as Portarias ALF/SFS nº 14, de 23 de abril de 2008, n° 40, de 25 de setembro de 2008, n°. 11, de 02 de abril de 2008, n°. 06, de 11 de fevereiro de 2008 e nº 16, de 2 de março de 2011.

Art. 17. Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e a data desta Portaria.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TSUYOSHI UEDA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 69, DE 16 DE JULHO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 302, 307 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto no 83.937, de 6 de setembro de 1979, e suas alterações, e, considerando o disposto nos arts. 64 e 64-A da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e na Instrução Normativa nº 1.171, de 07 de julho 2011, resolve:

Art. 1º Delegar competência, em caráter geral, ao Delegado-Adjunto, ao Assistente, ao Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, ao Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - Sapac, aos Chefes dos Serviços, de Equipes e aos Agentes desta Delegacia e, em suas faltas e impedimentos legais, aos respectivos substitutos eventuais, para a prática dos seguintes atos relativos a assuntos de suas respectivas áreas de atuação, observada a legislação sobre o sigilo fiscal:

I - emitir intimações e expedientes destinados a contribuintes e órgãos públicos, requerer e prestar informações e ou documentos de interesse da administração fiscal, relacionados à matéria de sua competência;

II - determinar o arquivamento, desarquivamento e tramitação de processos, observada a respectiva área de atuação; e

III - promover as retificações de ofício previstas no art. 147, § 2º, da Lei nº 5.172, de 25/10/1966 - Código Tributário Nacional (CTN), nas suas respectivas áreas de competência, quando constatado erro formal de preenchimento em declaração com natureza de confissão de dívida.

Art. 2º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Orientação e Análise Tributária - Seort e, em suas faltas e impedimentos legais, ao substituto eventual, para:

I - decidir sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, limitado o reconhecimento de direito creditório a R$ 100.000,00 em valor original;

II - decidir sobre imunidade, isenção, suspensão e redução, autorizando, inclusive, a aquisição, alienação, transferência ou baixa de veículos adquiridos com tais benefícios;

III - decidir sobre a inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados, observadas as restrições legais e regulamentares pertinentes;

IV - decidir sobre a revisão de ofício, cujo valor total exonerado na data da decisão seja igual ou inferior a R$ 100.000,00;

V - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais; e

VI - decidir sobre pedidos de cancelamento ou reativação de declarações.

§ 1º As competências definidas nos incisos do caput, independentemente do montante dos valores envolvidos, abrangem:

I - a execução dos procedimentos e controles pertinentes;

II - o ato, por parte do Chefe do Seort e, em suas faltas e impedimentos legais, do substituto eventual, de assinar em conjunto com o Delegado os documentos financeiros referentes a direito creditório previamente reconhecido; e

III - o encaminhamento de débitos para inscrição em Dívida Ativa da União e a solicitação de alteração de débitos inscritos.

§ 2º À Equipe de Arrecadação e Cobrança - EAC/2, vinculada ao Seort, compete executar atividades de orientação e análise tributária, sendo delegadas ao Chefe da EAC/2 e ao substituto eventual, a competência descrita no inciso I do caput, concernente ao ressarcimento de créditos do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS; a crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado; e às contribuições sociais previdenciárias, assim como as destinadas a outras entidades e fundos, de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, e as competências previstas nos incisos II e IV do caput.

§ 3º À Equipe de Arrecadação e Cobrança - EAC/4, vinculada ao Seort, compete executar atividades de orientação e análise tributária, sendo delegadas ao Chefe da EAC/4 e ao substituto eventual, as competências descritas nos incisos I, IV, V e VI do caput, ressalvado o disposto no § 2º.

Art. 3º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - Secat e, em suas faltas e impedimentos legais, ao substituto eventual, para:

I - decidir sobre pedidos de parcelamento;

II - autorizar a realização de depósitos administrativos à disposição da Secretaria da Receita Federal do Brasil e sua movimentação no sentido de conversão em renda da União e transformação em pagamento definitivo ou devolução ao contribuinte, na forma estabelecida pela legislação de regência;

III - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais;

IV - proceder à inscrição, alteração e cancelamento, de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), e, ainda, quanto a este, intimar a pessoa jurídica a regularizar seus dados cadastrais e sua situação ou contrapor as razões de representação formulada que iniciou o procedimento administrativo de declaração de inaptidão;

V - decidir sobre a revisão de ofício, cujo valor total exonerado na data da decisão seja igual ou inferior a R$ 100.000,00; e

VI - decidir sobre pedidos de cancelamento ou reativação de declarações e justificativa às intimações eletrônicas relacionadas à omissão de entrega.

§ 1º As competências definidas nos incisos do caput incluem a execução dos procedimentos e controles pertinentes, o encaminhamento de débitos para inscrição em Dívida Ativa da União e a solicitação de alteração de débitos inscritos, independentemente do montante dos valores envolvidos.

§ 2º À Equipe de Arrecadação e Cobrança - EAC/1, vinculada ao Secat, compete, em relação às contribuições sociais previdenciárias, inclusive as destinadas a outras entidades e fundos, de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, planejar, controlar, avaliar e executar as atividades relativas ao controle e cobrança de créditos, sendo delegadas ao Chefe da EAC/1 e, em suas faltas e impedimentos legais, ao substituto eventual, as competências descritas nos incisos II, III, V e VI do caput, e para promover os procedimentos relativos à atualização, inclusão, exclusão e alterações dos dados cadastrais e contributivos dos sujeitos passivos.

§ 3º Às Equipes de Arrecadação e Cobrança - EAC/3 e EAC/5, vinculadas ao Secat, competem planejar, controlar, avaliar e executar as atividades relativas ao controle e cobrança de créditos tributários, sendo delegadas aos respectivos Chefes e, em suas faltas e impedimentos legais, aos respectivos substitutos eventuais, as competências descritas nos incisos II, III, V e VI do caput.

§ 4º À Equipe de Arrecadação e Cobrança - EAC/6, vinculada ao Secat, compete planejar, controlar, avaliar e executar as atividades relativas ao controle e cobrança de créditos tributários sendo delegadas ao Chefe da EAC/6 e, em suas faltas e impedimentos legais, ao substituto eventual, as competências descritas nos incisos I e V do caput.

Art. 4º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Fiscalização - Sefis e, em suas faltas e impedimentos legais, ao substituto eventual, para:

I - designar servidores para a execução de procedimentos fiscais;

II - solicitar investigações e informações, de interesse da fiscalização, a outras autoridades;

III - autorizar a lavratura de Termo Complementar a Auto de Infração ou Notificação de Lançamento, para sanar irregularidades e/ou omissões ocorridas na formalização da exigência, assegurando-se a reabertura de prazo para impugnação ou cumprimento da obrigação;

IV - decidir sobre a liberação de bebidas nacionais, apreendidas por infração ao Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, após sua regularização;

V - decidir sobre a revisão de ofício dos créditos tributários lançados, quando decorrentes de auto de infração ou notificação de lançamento, cujo valor total exonerado na data da decisão seja igual ou inferior a R$ 100.000,00; e

VI - decidir sobre cancelamento, manutenção ou redução da exigência fiscal, após análise prévia de questões de fato constantes de impugnações a notificações de lançamentos efetuadas em decorrência de revisão de Declarações de Ajuste Anual de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, nos termos do art. 6o-A da Instrução Normativa nº 958, de 15 de julho de 2009, incluído pela Instrução Normativa nº 1.061, de 4 de agosto de 2010.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. Ao Chefe da Equipe de Fiscalização - EFI/4 e, em suas faltas e impedimentos legais, ao substituto eventual, ficam delegadas, em relação aos contribuintes com domicílio tributário na área de jurisdição da ARF em Itajaí - SC, as competências descritas nos incisos V e VI do caput, bem como competência para decidir sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, concernente ressarcimento de créditos do IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS; e às contribuições sociais previdenciárias, assim como as destinadas a outras entidades e fundos, de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, limitado o reconhecimento de direito creditório a R$ 100.000,00 em valor original;

Art. 5º Delegar competência ao Chefe da Sapac e, em suas faltas e impedimentos legais, ao substituto eventual, para administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal.

Art. 6º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Programação e Logística - Sepol e, em suas faltas e impedimentos legais, ao substituto eventual, para:

I - assinar expedientes e quaisquer documentos relativos a contratos de prestação de serviços, observadas as instruções da SRRF sobre a matéria tratada;

II - requisitar passagens em favor de servidores desta Delegacia e das unidades subordinadas, quando deslocados em objeto de serviço;

III - encaminhar à Procuradoria da Fazenda Nacional em Santa Catarina os processos que tratem de dispensa e inexigibilidade de licitação, bem assim os que versem sobre pregão, para exame prévio quanto a sua legalidade; e

IV - encaminhar à Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina processos que tratem de locação de imóveis, para avaliação.

Art. 7º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Gestão de Pessoas - Segep, e em suas faltas e impedimentos legais, ao substituto eventual, para:

I - requisitar exame de sanidade mental e capacidade física dos servidores ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), bem como reconhecer os afastamentos dos servidores em virtude das concessões enumeradas nos arts. 83 e 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - emitir certidão de tempo de contribuição/serviço, bem como outorgar sua averbação;

III - solicitar análise do mérito e emissão de parecer acerca da legalidade do pagamento em processos que tratem de pagamentos de exercícios anteriores à Procuradoria da Fazenda Nacional em Santa Catarina;

IV - decidir sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário; e

V - dar posse e exercício a servidores nomeados para cargo efetivo e em comissão, e os designados para função de confiança.

Art. 8º Delegar competência aos Agentes desta Delegacia e, em suas faltas e impedimentos legais, ao substituto eventual, para praticarem os seguintes atos nas suas respectivas jurisdições:

I - decidir sobre pedidos de parcelamento;

II - autorizar a realização de depósitos administrativos à disposição da Secretaria da Receita Federal do Brasil e sua movimentação no sentido de conversão em renda da União e transformação em pagamento definitivo ou devolução ao contribuinte;

III - decidir sobre o cancelamento de débitos dos contas-correntes constantes de processo de representação;

IV - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais; e

V - proceder à inscrição, alteração e cancelamento, de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir); efetuar alterações, de ofício, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e intimar a pessoa jurídica a regularizar seus dados cadastrais;

Art. 9º Delegar competência para a prática dos seguintes atos relativos ao arrolamento de bens e direitos:

I - para garantia de créditos tributários, aos Chefes do Secat, do Setis, do Seort, da Sapac, e da EFI/4 e, em suas faltas e impedimentos legais, aos respectivos substitutos eventuais, averbar nos órgãos de registro competentes o extrato da relação para arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo;

II - para fins de anulação dos efeitos do arrolamento, ao Chefe do Secat e aos Agentes e, em suas faltas e impedimentos legais, aos respectivos substitutos eventuais, comunicar o fato a cada órgão em que se deu a averbação a que se referem o item anterior; e

III - para substituição de bem ou direito arrolado por outro, ao Chefe do Secat e da EFI/4 e, em suas faltas e impedimentos legais, aos substitutos eventuais, observados os procedimentos pertinentes.

Art. 10. A autoridade delegante poderá avocar, a qualquer momento, a decisão do assunto objeto de delegação, sem que tal ato implique revogação parcial ou total desta portaria.

Art. 11. Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados o número e a data desta Portaria.

Art. 12. As delegações de competência de que trata esta Portaria ficarão mantidas, automaticamente, em caso de alteração da legislação que rege cada matéria respectiva.

Art. 13. Fica revogada a Portaria DRFFNS nº 21, de 21 de fevereiro de 2011, restando convalidados todos os atos praticados sob a sua égide, até a data da publicação desta, assim como os praticados, nos termos desta portaria, desde 16 de julho de 2012.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 12 DE JULHO DE 2012

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Londrina-PR, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso IX do artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria MF nº. 587, de 21/12/2010), tendo em vista o disposto no artigo 209 e 210 do Decreto nº. 7.212, de 15/06/2010, que regulamenta a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, declara:

Art.1º. Para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o artigo 1º da Lei nº. 7.798, de 10 de julho de 1989, os produtos a seguir passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada nos seguintes termos:

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
86.780.905/0001-47	COQUETEL MAÇA E CATUABA TIAZINHA	880	2208.90.00	H
86.780.905/0001-47	JURUVODKA	970	2206.00.90	D
86.780.905/0001-47	PARATPRAZER	880	2208.90.00	H
86.780.905/0001-47	LONTINI	880	2208.90.00	H

Parágrafo único. A presente classificação não convalida a Classificação Fiscal informada pelo contribuinte, tampouco produz os efeitos de Solução de Consulta sobre Classificação de Mercadorias.

Art.2º. As Classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art.3º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ FERNANDO DA SILVA COSTA

ANEXO I

i. Os cartões deverão obedecer ao previsto na norma ISO 14443A. Cada cartão deverá armazenar, pelo menos, 6144 bits de dados, divididos em 16 setores (numerados de 0 a 15), cada setor dividido em 3 blocos (numerados de 0 a 2), cada bloco composto por 16 bytes (numerados de 0 a 15) e cada byte composto por 8 bits.

ii. O setor inicial (de número 0) não será utilizado;

iii. O segundo setor (de número 1) conterá os dados básicos de identificação do cartão:

1. Identificador do cartão: um número de 40 bits localizado nos 5 primeiros bytes (nros 0 até 4) do bloco 0, contendo o CPF (somente números) do proprietário do cartão;

2. Data de emissão: (o total de dias transcorridos desde 01/01/2000) em 16 bits localizado nos 2 próximos bytes (nros 5 e 6) do bloco 0;

3. Validade: (número de dias - DDDD) em 16 bits localizados nos 2 próximos bytes (nros 7 e 8) do bloco 0;

4. Versão: 8 bits localizados no próximo byte (nro 9) do bloco 0;

5. Recinto Emissor: 32 bits localizados nos 4 próximos bytes (10, 11, 12 e 13) do bloco 0, contendo o código do recinto no siscomex;

iv. O terceiro setor (de número 2) conterá os mesmos dados do segundo setor (de número 1), atualizados simultaneamente a título de backup;

v. Cada setor deverá apresentar nos últimos dois bytes (nros 14 e 15) do terceiro bloco (nro 2) CRC (16 bits) de todo o setor, usando o "método" CRC-16;

vi. No fornecimento do cartão ao usuário o campo Problemas (8 bits localizados no primeiro byte do bloco 1) deverá conter o valor ZERO ("0");

vii. No fornecimento do cartão o campo Validade deverá conter o valor 9999

viii. A cada entrada do usuário em um recinto o sistema deve:

1. Verificar em seu sistema se o crachá apresentado está com status "cancelado".

a. Caso esteja, NÃO PERMITIR o acesso;

b. Caso contrário, verificar se a data de emissão mais o conteúdo do campo validade resultam em data MENOR que a data atual.

i. Caso positivo, NÃO PERMITIR o acesso;

ii. Caso negativo, verificar em seu sistema se o usuário já tem entrada anotada para o recinto sem saída correspondente (ou seja, teoricamente já está dentro do recinto).

1. Caso afirmativo, NÃO PERMITIR o acesso;

2. Caso contrário, PERMITIR o acesso.

ix. A cada saída do usuário de um recinto o sistema deve:

1. Verificar em seu sistema se o usuário já tem entrada anotada para o recinto sem saída correspondente (ou seja, teoricamente ainda está dentro do recinto).

a. Caso afirmativo, PERMITIR a saída;

b. Caso contrário, NÃO PERMITIR a saída.

Por questões de segurança o sistema deve verificar a integridade dos dados lidos (mediante análise do CRC) e, em caso de problemas, impedir a entrada ou saída e encaminhar o usuário ao setor responsável para emissão de novo cartão.

Por questões de ordem técnica a "chave" para acesso aos setores, de 6 bytes, será composta por "zeros" e o sistema de gravação dos dados será o Little Endian.

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

PORTARIA Nº 65, DE 19 DE JULHO DE 2012

Disciplina a utilização de meio físico para controle de entrada e saída de pessoas em recinto alfandegado ou autorizado a operar com mercadorias sob controle aduaneiro, na jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO EM ITAJAÍ, no uso da atribuição do inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1.° O meio físico de controle de entrada e saída de pessoas em recinto alfandegado ou autorizado a operar com mercadorias sob controle aduaneiro, na jurisdição da desta Alfândega, obedecerá ao disposto neste ato.

Art. 2º Os recintos alfandegados ou autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro deverão implementar, a partir de 01 de outubro de 2012, controles de acesso de pessoas que permitam a utilização de meio físico (cartão ou crachá) que atenda ao disposto nos anexos I e II da presente Portaria.

Parágrafo único. Para os recintos Superintendência do Porto de Itajaí (Código 9101301), APMT Terminals (Código 9101401) e INFRAERO - Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder (Código 9101101) o prazo estabelecido será a partir de 01 de dezembro de 2012.

Art. 3º Os recintos deverão manter os controles de acesso previstos na Portaria ALF ITJ nº 45/2011, inclusive solicitando os documentos e dados necessários ao credenciamento de pessoas que pleiteiam o acesso, sendo facultada a adoção de outras providências de controle de acesso, tais como biometria, que considere pertinentes às normas de segurança.

Art. 4.º Os recintos deverão, após atendidas as normas de segurança e controle, efetuar o credenciamento do meio físico nos sistemas de controle de acesso do mesmo, nos termos do previsto nos anexos I e II da presente Portaria.

Artigo 5.º Caso a pessoa que pleiteia o credenciamento esteja munida de meio físico (cartão ou crachá) já fornecido por outro recinto da jurisdição nos moldes previstos nesta Portaria, e sendo passível a autorização para acesso a áreas do recinto, prevista no artigo 5º da Portaria ALF ITJ nº 45/2011, o recinto deverá vincular este ao credenciamento da pessoa, permitindo que o mesmo acesse ao recinto utilizando o meio físico que já possui.

Parágrafo 1°: Nos casos em que a pessoa que pleiteia o acesso não possua, para aquele recinto, autorização para ingresso em áreas que constam como previstas no meio físico apresentado, o recinto deverá substituir o meio físico por outro em que constem apenas as áreas comuns aos demais recintos.

Parágrafo 2°: Nos casos em que a pessoa que pleiteia o acesso necessite acessar, naquele recinto, áreas que não constam como previstas no meio físico apresentado, o recinto poderá emitir meio físico específico para atividade a ser desempenhada, fornecendo o mesmo na entrada da pessoa e recolhendo na saída.

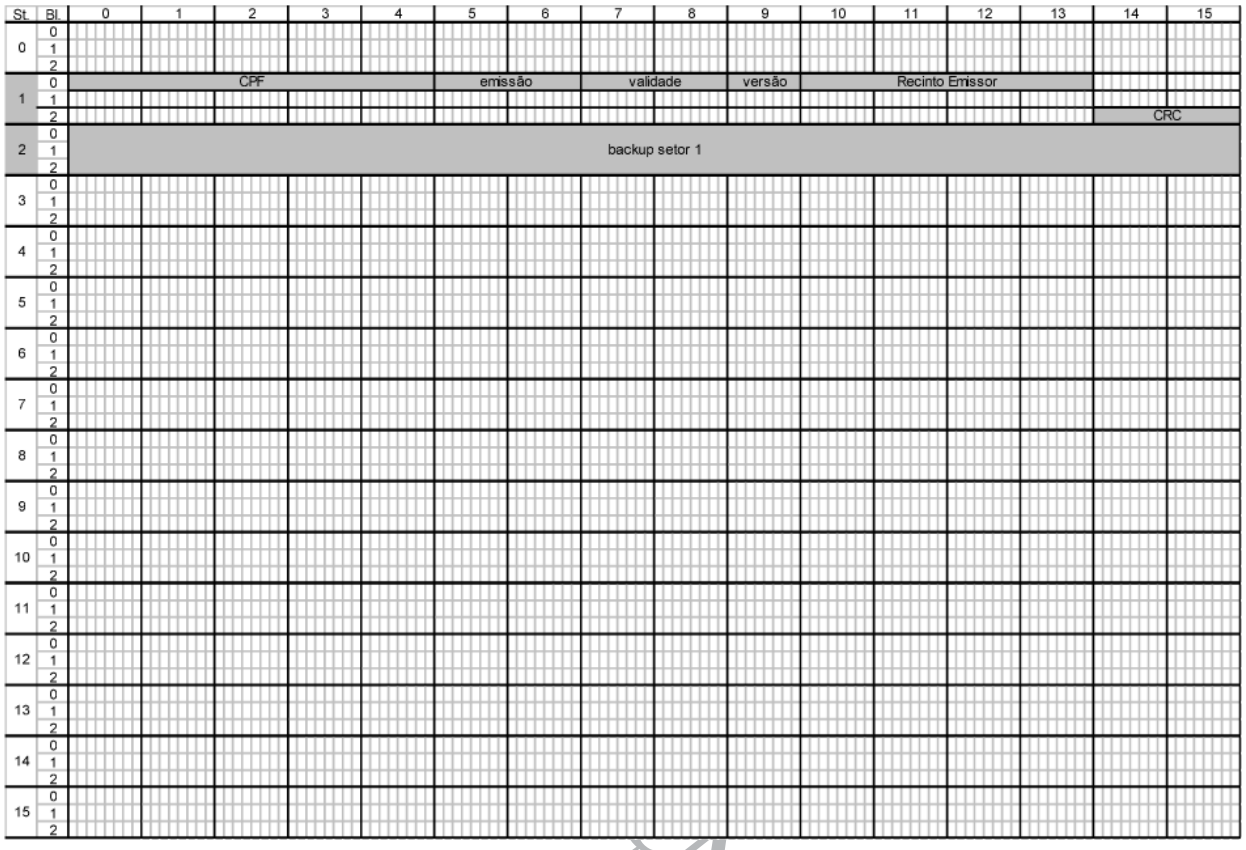
Art. 6.º Ficam revogadas as Portarias ALF/ITJ 59, de 30 de novembro de 2011 e ALF/ITJ 48. de 25 de maio de 2012 .

Art. 7.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS GUSTAVO ROBETTI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II



10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

PORTARIA Nº 46, DE 19 DE JULHO DE 2012

Consolida e altera as delegações de competências e dá outras providências.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06/09/79, com as alterações do Decreto nº 86.377, de 17/09/81, e no Decreto nº 88.354, de 06/06/83, resolve:

Delegações Comuns aos Serviços, Seções e CAC

Art. 1º. Delegar competência aos Chefes de Serviço, de Seção e do Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, e aos respectivos substitutos eventuais, para a prática dos seguintes atos relativos a assuntos de sua área de atuação:

I - decidir sobre anexação, desanexação, apensação, desapensação, arquivamento e desarquivamento de processos ou outros expedientes administrativos de assuntos que tratem de suas competências, originais ou delegadas, observando-se, no caso de arquivamento, a tabela de temporalidade de documentos em vigor;

II - determinar o encaminhamento de processos e memorandos às unidades e subunidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e unidades da Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN;

III - encaminhar processos e memorandos às Agências, Serviços, Seções e Equipes desta Delegacia;

IV - decidir sobre pedidos de prorrogação de prazos de intimações e solicitações expedidas para prestação de esclarecimentos e/ou apresentação de documentos;

V - propor deslocamentos de servidores e as diárias correspondentes;

VI - requisitar veículos, quando necessários ao serviço, observadas as normas vigentes;

VII - conceder, interromper, cancelar ou anular indenização de transporte de que trata o Decreto n.º 3.184/99;

VIII - encaminhar as representações de natureza penal ao Ministério Público Federal, observando-se os prazos legais;

IX - encaminhar ofícios a terceiros para subsidiar análise de processos e procedimentos de sua alçada;

X - prestar informações requisitadas por órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público e demais órgãos.

Parágrafo único. As delegações de que tratam os incisos I, II e III estendem-se, em relação aos procedimentos de sua responsabilidade, aos Agentes da Receita Federal do Brasil, e aos Chefes de Equipe e aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Serviço de Programação e Logística- Sepol

Art. 2º. Delegar competência à Chefia do Sepol e ao seu substituto eventual para:

I - expedir, a órgãos públicos e privados, declarações com a finalidade de prova do exercício funcional dos servidores;

II - autorizar e controlar o deslocamento de veículos oficiais na jurisdição da delegacia;

III - remanejar bens móveis para outros órgãos;

IV- manter o controle dos contratos de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) celebrados pela unidade;

V - publicar atos, avisos, editais e despachos nos órgãos oficiais e na imprensa privada;

VI - assinar como concedente os termos de compromisso de estagiário.

Agentes da Receita Federal do Brasil e Centro de Atendimento ao Contribuinte-CAC

Art. 3º. Delegar competência aos Agentes e aos respectivos substitutos eventuais para:

I - examinar pedidos de revisão de débitos inscritos em dívida ativa da União, no caso de compensação antes da data de formalização do processo;

II - responder a ofícios oriundos do Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradoria da Fazenda Nacional, instituições que tenham convênio com a RFB e de contribuintes.

Art. 4º. Delegar competência ao Chefe do CAC, aos Agentes e aos respectivos substitutos eventuais para:

I - manifestar-se em processos relativos a alterações de ofício nos cadastros da RFB;

II - emitir "Atestado de Residência Fiscal no Brasil".

Art. 5º. Delegar competência às Agentes de Canoas e São Leopoldo e aos respectivos substitutos eventuais, para:

I - decidir sobre a concessão, revisão e cancelamento de parcelamentos de débitos de tributos e contribuições administrados pela RFB;

II - decidir sobre processos relativos a alterações de ofício nos cadastros da RFB;

III - negar o seguimento a impugnações, manifestações de inconformidade, recursos voluntários e demais recursos, quando não atendidos os requisitos legais;

IV - decidir sobre revisão de ofício, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, de débitos inscritos ou não em Dívida Ativa da União.

Art. 6º. Delegar competência aos servidores do CAC e agências para decidir sobre pedidos de Certidão de Débitos Conjunta, Certidão de Débitos de Imóvel Rural e Certidão de Débitos de Contribuições Previdenciárias.

Serviço de Análise e Orientação Tributária - Seort

Art. 7º. Delegar competência à Chefia do Seort e ao seu substituto eventual para, no âmbito de suas atribuições:

I - negar seguimento a impugnações, manifestação de inconformidade, recurso voluntário e demais recursos, quando não atendidos os requisitos legais;

II - responder às solicitações do Poder Judiciário relativas à existência ou penhora de créditos.

Art. 8º. Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados e em exercício no Seort desta Delegacia, para praticar os seguintes atos, no âmbito do respectivo serviço:

I - decidir sobre os pedidos de restituição, compensação, ressarcimento e reembolso de valores relativos a tributos e contribuições administrados pela RFB, inclusive os vinculados a decisões judiciais;

II - proferir decisão formal, declaratória da definitividade da exigência discutida ou da decisão recorrida, quando houver propositura pelo contribuinte de ação judicial contra a Fazenda Nacional com identidade de objeto;

III - decidir sobre revisão de ofício, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, de débitos inscritos ou não em Dívida Ativa da União;

IV - decidir sobre requerimentos de isenção, suspensão ou redução de tributos;

V - decidir sobre Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais;

VI - decidir sobre retificação e cancelamento de declarações;

VII - decidir sobre pedidos de habilitação de créditos reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado;

VIII - encaminhar a autorização de pagamento referida no art. 1º, § 1º, da Portaria Conjunta RFB/INSS nº 10.381, de 28/05/07;

IX - decidir sobre a inclusão ou exclusão de contribuinte no Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples e do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Serviço de Fiscalização - Sefis

Art. 9º. Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados e em exercício no Sefis desta Delegacia para praticar os seguintes atos no âmbito do respectivo serviço:

I - decidir sobre os pedidos de restituição, compensação, ressarcimento e reembolso de valores relativos a tributos administrados pela RFB;

II - efetuar a revisão de ofício em relação às atividades de sua alçada;

III - decidir sobre cancelamento de Declaração de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física - DIRPF, bem como dos créditos tributários dela decorrentes que apresentem indícios de falsidade ou de ocorrência de fraude contra a Fazenda Pública.

Seção de Administração Aduaneira - SAANA

Art. 10. Delegar competência ao Chefe da Seção de Administração Aduaneira - Saana e ao seu substituto eventual para praticar os seguintes atos:

I - reconhecer a impossibilidade de acesso ao Siscomex em virtude de problemas de ordem técnica e por mais de quatro horas seguidas;

II - decidir sobre a realização da verificação de mercadoria, total ou parcialmente, no estabelecimento do importador ou em outro local adequado, quando:

a) o recinto ou instalação aduaneira não dispuser de condições técnicas, de segurança ou de capacidade de armazenagem e manipulação adequadas para a realização da conferência;

b) tratar-se de bens de caráter cultural; ou

c) tratar-se de bem cuja identificação dependa de sua montagem.

III - decidir sobre a solicitação de perícia, bem como designar órgão, entidade ou o perito encarregado de sua execução;

IV - autorizar, com base em despacho fundamentado e antes da aplicação da pena de perdimento, a retomada do despacho pelo importador, tornando insubsistente o respectivo auto de infração;

V - proceder à inclusão, exclusão ou cancelamento de inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros e no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, observados os requisitos estabelecidos na legislação específica;

VI - autorizar o credenciamento de ofício de representante da pessoa jurídica para a prática de atividades vinculadas ao despacho aduaneiro, quando o responsável habilitado pela pessoa jurídica não possuir o certificado digital ou estiver impossibilitado de providenciá-lo.

Art. 11. Delegar ao chefe da equipe do Porto Seco e, na sua ausência, ao seu substituto eventual competência para decidir sobre a concessão de regimes aduaneiros especiais, bem como as saídas, trocas de regime, extinção e prorrogações de prazo requeridas na vigência dos regimes;

Art. 12. Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil integrantes das equipes do Porto Seco para:

I - decidir sobre o reconhecimento de imunidade, isenção, redução e suspensão de tributos pleiteados no despacho aduaneiro;

II - processar o despacho aduaneiro da mercadoria de reposição antes da exportação ou destruição da equivalente a ser restituída;

III - decidir sobre os pedidos de retificação de Registro de Exportação - RE após a averbação de embarque;

IV - decidir sobre os pedidos de relevação da inobservância de normas processuais relativas à exportação temporária de bens e de irregularidades relacionadas com o despacho aduaneiro de bens integrantes de bagagem;

V - proceder à ação fiscal pertinente, se tiver conhecimento de fato ou da existência de indícios que requeiram a necessidade de conferência dos volumes e de verificação da mercadoria;

VI - cancelar Declaração de Trânsito Aduaneiro por solicitação do beneficiário ou de ofício;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VII - excluir do sistema trânsito aduaneiro, mediante justificativa, ocorrências médias e leves;

VIII - autorizar, à vista de requerimento fundamentado do importador, o cancelamento de Declaração de Importação Simplificada quando:

a) ficar comprovado que a mercadoria declarada não ingressou no País, inclusive nos casos de duplicidade de registro;

b) for autorizada a devolução da mercadoria ao exterior, antes do desembaraço aduaneiro;

c) a importação não atender aos requisitos exigidos ou não se enquadrar nas hipóteses previstas para a utilização de DSI, e não for possível a retificação da declaração;

d) ficar comprovado erro de expedição; ou

e) for constatado erro na declaração registrada no Siscomex, não passível de retificação nesse sistema.

IX - decidir sobre os pedidos de restituição de tributos incidentes sobre a importação e exportação;

X - autorizar o acesso ao recinto alfandegado, mediante documento em que conste a justificativa e as áreas autorizadas.

Serviço de Tecnologia e da Informação - Setec

Art. 13. Delegar competência ao Chefe do Setec e substituto eventual para atender às solicitações ou requisições de cópias de declarações ou de informações cadastrais do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e de instituições que tenham convênio com a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. A delegação de que trata o caput alcança, ainda, o atendimento às solicitações formuladas diretamente pelo próprio contribuinte, ou por seu representante legal.

Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - Secat

Art. 14. Delegar competência à Chefia do Secat e ao seu substituto eventual para:

I - negar seguimento a impugnações, manifestação de inconformidade, recurso voluntário e demais recursos, quando não atendidos os requisitos legais;

II - responder a ofícios oriundos do Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradoria da Fazenda Nacional, instituições que tenham convênio com a RFB e de contribuintes;

III - decidir sobre a substituição de bens arrolados e sobre o cancelamento do arrolamento.

Art. 15. Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados e em exercício no Secat desta Delegacia, no âmbito do respectivo Serviço, para praticarem os seguintes atos:

I - proferir decisão declaratória da definitividade da exigência discutida ou da decisão recorrida quando houver propositura, pelo contribuinte, de ação judicial contra a Fazenda Nacional com o mesmo objeto;

II - decidir sobre revisão de ofício, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, de débitos inscritos ou não em Dívida Ativa da União;

III - decidir sobre a concessão de parcelamento de débitos de tributos administrados pela RFB, bem como sua revisão e cancelamento;

IV - decidir sobre cancelamentos de declarações das pessoas físicas e jurídicas.

Demais delegações e atribuições

Art. 16. Atribuir aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil integrantes da equipe responsável pela informação em mandado de segurança poderes para demandar diretamente às chefias dos serviços, seções e agências da Receita Federal do Brasil da jurisdição desta Delegacia, as informações e demais providências necessárias para o cumprimento ou resposta às ordens judiciais recebidas.

Disposições gerais

Art. 17. As decisões decorrentes das delegações de competência de que trata esta portaria, quando reconhecerem direito creditório, exonerarem crédito tributário ou autorizarem redução, suspensão ou isenção de tributos, serão ratificadas, sucessivamente:

I - pela Chefia de Equipe, quando em valor total superior a R$30.000,00, no caso de pessoa física, ou R$200.000,00, na hipótese de pessoa jurídica;

II - pela Chefia de Serviço ou Seção, quando em valor total superior a R$100.000,00, no caso de pessoa física, ou R$400.000,00, na hipótese de pessoa jurídica;

III - pelo Delegado ou Delegado-Adjunto, quando em valor total superior a R$200.000,00, no caso de pessoa física, ou R$800.000,00, na hipótese de pessoa jurídica.

Art. 18. As impugnações, recursos e manifestações de inconformidade contra decisões objeto das delegações de que trata esta portaria serão encaminhadas, por cópia, pelo servidor recorrido à autoridade delegante, via correio eletrônico institucional.

Art. 19. O reconhecimento de direito creditório decorrente das delegações de competência de que trata esta portaria, observado o disposto no art. 17, implica autorização para o Seort adotar, quando for o caso, os procedimentos cabíveis ao ressarcimento, reembolso, restituição ou compensação do crédito reconhecido.

Art. 20. As competências ora delegadas não poderão ser objeto de subdelegação, devendo constar nos atos delas decorrentes o número desta portaria.

Parágrafo único. Ao Delegado reserva-se, a qualquer momento e a seu critério, a decisão objeto de delegação, sem que isso implique revogação parcial ou total do presente ato.

Outras disposições

Art. 21. Compete aos servidores que receberem a demanda, e, concorrentemente, aos Serviços, Seções e Agências, o controle dos prazos de atendimento fixados pelas requisições e ordens do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional que lhes tenham sido encaminhadas para informação ou cumprimento.

Art. 22. Determinar aos Chefes de Equipe, em relação aos integrantes da respectiva equipe, as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras que lhes forem cometidas pela legislação e pela chefia do serviço:

I - organizar, coordenar e controlar as atividades desenvolvidas;

II - orientar, em especial quanto à atualização e interpretação da legislação e ao correto desenvolvimento das atividades;

III - avaliar permanentemente as atividades desenvolvidas, buscando racionalizá-las, com vistas ao seu constante aperfeiçoamento, inclusive propondo medidas para aumento de eficiência e correções de eventuais disfunções;

IV - realizar, periodicamente, reuniões técnicas e administrativas;

V - dar suporte técnico e apoio aos servidores integrantes da equipe, dirimindo dúvidas observadas no desenvolvimento dos trabalhos e propondo programas de capacitação e desenvolvimento;

VI - acompanhar as decisões dos julgamentos administrativos ou judiciais;

VII - atuar na elaboração de programas de trabalho, apresentando subsídios para a definição de suas estratégias;

VIII - acompanhar, avaliar e criticar os sistemas eletrônicos utilizados nas tarefas realizadas pela equipe, apresentando, quando for o caso, sugestões para sua melhoria.

Art. 23. As representações sobre possíveis ilícitos tributários decorrentes de tributos internos dirigidas à Sapac serão efetuadas por meio de mensagem do correio eletrônico institucional, com aviso de recebimento, e deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) descrição do ilícito e dispositivo legal infringido;

b) período de apuração do fato gerador a que se refere o ilícito;

c) valoração, ainda que aproximada, do montante do crédito tributário envolvido;

d) referência às informações contidas em sistemas eletrônicos internos;

e) quando for o caso, cópia digitalizada da documentação pertinente.

Parágrafo único. Não serão objeto de representação aquelas infrações que, constatadas por Auditor-Fiscal lotado no Seort e no Secat, sejam de imediata constatação e comprovação.

Art. 24. Determinar que todos os atos previstos nesta Portaria sejam praticados observando-se estritamente as competências legais da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo, a legislação e normas de regência das matérias delegadas, inclusive manuais e orientações e as normas que disciplinam o sigilo fiscal.

Art. 25. Revogar as Portarias DRF/NHO nº 208, de 3 de novembro de 2010, DRF/NHO nº 24, de

24 de abril de 2009 e DRF/NHO nº 48, de 6 de março de 2009.

Art. 26. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ FERNANDO LORENZI

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 19 DE JULHO DE 2012

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts.12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, a pessoa jurídica que menciona.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, conforme competência conferida pelo art.1º, da Portaria DRF/NHO nº 98, de 2 de setembro de 2011, publicado no DOU em 06 de setembro de 2011, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011; e em concordância com a Representação Fiscal protocolada sob o nº 11065.722346/2012-76, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica a seguir identificada, em virtude do enquadramento previsto no art. 29, inciso II da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Nome empresarial: DOCE PEDADO COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA.

CNPJ nº: 13.361.536/0001-84

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 06.06.2012, conforme disposto no art.29, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06; e no art.76, inciso IV, alínea 'a', da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre/RS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo anterior, a exclusão tornar-se-á definitiva.

RAFAEL SALDANHA LAUENSTEIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

PORTARIA Nº 98, DE 20 DE JULHO DE 2012

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, com delegação de competência constante na Resolução CG/REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 05.09.2011, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal-REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II, constante no artigo 5º da Lei 9.964/2000, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, conforme os fatos relatados nos processos administrativos abaixo relacionados, cujas decisões foram emitidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional/RS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOME EMPRESA	CNPJ	PROCESSO
ADRN IND E COM LTDA	89.151.617/0001-11	10145.001163/2012-61
AVALIEN ENGENHARIA DE	87.989.455/0001-60	10145.001130/2012-11
BRINQUES COM E REPRES	90.438.110/0001-22	10145.001408/2012-50
BROCHADO REPRES COM	90.129.347/0001-21	10145.001132/2012-18
CENTRAL DE AVIAM E BOTÕES	90.381.542/0001-44	10145.001548/2012-28
CERVA MEDICAMENTOS LTDA	93.443.851/0001-90	10145.001137/2012-32
COM AGROP MOREIRA LOPES	89.851.075/0001-90	10145.000251/2011-64
CONPRAF ENGENHARIA LTDA	72.378.243/0001-79	10145.001134/2012-07
DANIEL G BIDNIUK	97.017.404/0001-20	10145.001136/2012-98
EXPRESSO REICHELT	92.703.198/0001-98	10145.001140/2012-56
EXTREME REPRES LTDA	91.494.641/0001-03	10145.001160/2012-27
INCOPEX IND E COM DE PEÇAS	79.782.512/0001-07	10145.002739/2011-26
IRMÃOS RAMOS E CIA LTDA	91.873.380/0001-24	10145.000250/2011-10
KAPITAL CONT E ASSESSORIA	92.694.017/0001-04	10145.001141/2012-09
MACRICIMENTO COM MAT	93.141.216/0001-58	10145.002948/2011-70
NICOLE REDON MODAS LTDA	94.161.049/0001-70	10145.002949/2011-14
OLGA RODRIGUES OLIVEIRA	02.990.778/0001-10	10145.001164/2012-13
OSVEL ORG DE SERV VETER	88.844.667/0001-11	10145.001547/2012-83
P.F. PERES & CIA LTDA	91.227.918/0001-23	10145.001161/2012-71
PICORAL COM DE BANDEIRAS	88.173.737/0001-57	10145.001135/2012-43
PRODEL PRODUTIVIDADE	92.248.913/0001-40	10145.001143/2012-90
PRODESPORT IND E COM	89.688.287/0001-06	10145.002941/2011-58
RENOVADORA DE PNEUS	92.689.215/0001-80	10145.001142/2012-45
RETRAL RECONDICIONADORA	89.527.337/0001-65	10145.000162/2012-16
ROSSI & ROSSI LTDA	92.946.524/0001-98	10145.001139/2012-21
SANT ANNA & FERREIRA LTDA	72.262.124/0001-56	10145.002937/2011-90
SANTA OLYMPIA MINERAÇÃO	93.233.633/0001-20	10145.001138/2012-87
SANTOS SAMPAIO EDITORA	92.236.181/0001-78	10145.001133/2012-54
SUPERMERCADO DANELON	89.381.057/0001-91	10145.001131/2012-65
SYRDEC CONSTRUÇÕES LTDA	92.327.865/0001-85	10145.001151/2012-36
WC MARCAS LTDA	92.573.740/0001-35	10145.001152/2012-81

MAGDALA DE FÁTIMA VITÓRIA SELBACH

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

PORTARIA Nº 9, DE 13 DE JULHO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, do art. 24, da Seção I, do Capítulo VI, da Portaria nº 117, de 7 de março de 2012, com base na Portaria MI nº 1.913, de 5 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no Processo n° 59001.000052/2011-80, no Parecer nº 003/2012, de 20 de março de 2012, da Equipe Técnica da GRB (fls. 224 a 227), bem como na recomendação da Gerente Regional, por meio do Despacho nº 006/2012 (fls. 234 a 237), de 12 de abril de 2012, quanto à Empresa TELEMAR NORTE LESTE S.A. (atual Empresa OI S.A), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59001.000052/2011-80 - incorporadora dos projetos Telecomunicações de Roraima S.A. - TELAIMA (não houve liberação de recursos no Finam para esse projeto) e Telecomunicações do Amazonas - TELEMAZON (percentual de implantação de 100% para 6,51% de liberação, conforme informação do REAFC nº 387/99, Processo nº 03020.000333/2000) - os quais atestaram a operação do Empreendimento, resolve:

Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o § 12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da Empresa TELEMAR NORTE LESTE S.A. (atual Empresa OI S.A.), especificamente quanto aos projetos Telecomunicações de Roraima S.A. - TELAIMA e Telecomunicações do Amazonas - TELEMAZON.

Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

anos, cópias das demonstrações financeiras anuais, na conformidade do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a apresentar os demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do art. 4º da Portaria MI nº 1.913, de 5 de dezembro de 2007:

I - quantidade de emprego direto mantido, comprovada pela apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, referente ao último mês do exercício social de cada ano;

II - valores dos tributos recolhidos a título de Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e

III - quadro de produção e vendas realizadas.

Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SAMPAIO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.477, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e considerando a ausência de enquadramento de algumas anistias políticas listadas no Anexo da Portaria Interministerial nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, conforme o seu art. 1º, resolvem:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 16 de fevereiro de 2011, para excluir do procedimento de revisão o Sr. Hildo Fernandes do Rêgo, Processo nº 08802.010595/2011-49, com fundamento no Despacho nº 41/2012/GTI.

Art. 2º Esta Portaria Torna sem Efeito o Despacho nº 77, publicado no DOU em 16 de janeiro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS
Advogado-Geral da União

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro de Estado da Justiça

PORTARIA Nº 1.478, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão Plenária da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Camaçari/BA em 29 de fevereiro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2003.02.27616, resolve:

Declarar OSVALDO DE ARAÚJO FERNANDES SOBRINHO, filho de IDALIA LOPES SOLIDADE, anistiado político ¨Post Mortem¨, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.332,00 (um mil, trezentos e trinta e dois reais) com efeitos retroativos da data do julgamento em 29.02.2012 a 16.07.1998, perfazendo um total retroativo de R$ 235.786,20 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e seis reais e vinte centavos), e contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 04.09.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.479, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão Plenária da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Camaçari/BA em 29 de fevereiro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.62908, resolve:

Declarar JOSE BENTO DOS SANTOS CARVALHO, portador de CPF nº. 069.195.295-72, anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.925,00(um mil, novecentos e vinte e cinco reais) com efeitos retroativos da data do julgamento em 29.02.2012 a 20.10.2003, perfazendo um total retroativo de R$ 209.119,17 (duzentos e nove mil, cento e dezenove reais e dezessete centavos), e contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 04.09.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.480, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão Plenária da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Camaçari/BA em 29 de fevereiro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63364, resolve:

Declarar ARTHUR NEWTON BAHIA DE LEMOS, portador de CPF nº. 101.061.465-72, anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.332,00(um mil, trezentos e trinta e dois reais) com efeitos retroativos da data do julgamento em 29.02.2012 a 27.01.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 140.059,80(cento e quarenta mil e cinqüenta e nove reais e oitenta centavos), e contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 30.09.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.481, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão Plenária da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Camaçari/BA em 29 de fevereiro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63617, resolve:

Declarar VALTER GUEUDEVILE PENA, portador de CPF nº. 094.676.615-00, anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.332,00(um mil, trezentos e trinta e dois reais) com efeitos retroativos da data do julgamento em 29.02.2012 a 01.04.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 136.996,20(cento e trinta e seis mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte centavos), e contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 05.09.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.482, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão Plenária da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Camaçari/BA, em 29 de fevereiro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67882, resolve:

Declarar NATHANIEL BRAIA, portador de CPF nº. 406.169.407-34, anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.426,00(um mil, quatrocentos e vinte e seis reais) com efeitos retroativos da data do julgamento em 29.02.2012 a 23.09.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 119.237,37 (cento e dezenove mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos),e contagem do tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 28.05.1979 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III da Lei nº 10.559, de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.627, DE 21 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1748/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACRIPEL DISTRIBUIDORA PERNAMBUCO LTDA, CNPJ nº 24.455.677/0001-82, para atuar em PERNAMBUCO.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.217, DE 29 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/614/DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CORAL EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.677.044/0006-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no MATO GROSSO DO SUL, com Certificado de Segurança nº 3435/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.223, DE 29 DE JUNHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2340/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONTAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.332.434/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em GOIÁS, com Certificado de Segurança nº 3633/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.269, DE 16 DE JULHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1619 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LYNX VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.035.992/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 3642/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 11.632, DE 11 DE JULHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08280.013823/2012-50 SR/DPF/DF resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DRAGON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.593.292/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no DISTRITO FEDERAL, com Certificado de Segurança nº 2954/12, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 11.633, DE 11 DE JULHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.000858/2012-50 CGCSP/DIREX resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.446.347/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, e Segurança Pessoal para atuar no ESTADO DA PARAÍBA, com Certificado de Segurança nº 3029/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 11.638, DE 13 DE JULHO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.001092/2012-21 CGCSP/DIREX resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIG LITORÂNEA ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 07.332.534/0001-64, para atuar no ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com Certificado de Segurança nº 3381/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RESOLUÇÃO Nº 226, DE 16 DE JULHO DE 2012

A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE BENFEITORIAS- CPAB, instituída em caráter permanente pela Instrução Normativa nº 02, de 03/02/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 6/02/2012, em cumprimento ao disposto no seu art. 15 e no art. 6º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 967/PRES, de 16/10/1999, DOU de 27/10/1999, alterado pela Portaria nº 823/PRES, de 10/10/2001, DOU de 11/10/2001 e Portaria nº 201/PRES, de 9/03/2009, DOU de 11/03/2009, e no § 6º do art. 231 da Constituição Federal, considerando o Parecer nº 04/CS/2011, aprovado na 173ª reunião da Comissão, resolve:

Art. 1º Considerar como derivadas de ocupação de boa fé as benfeitorias instaladas por ocupantes não índios até a publicação da Portaria Declaratória nº 2.986/MJ, de 08 de setembro de 2009, que declarou como de posse permanente do grupo indígena Arara a Terra Indígena Arara do Rio Amônia, localizada no município de Marechal Thaumaturgo, no estado do Acre, constantes nos laudos fundiários elaborados em levantamento executado pela FUNAI, anexados ao Processo nº 08620.002487/2002, analisados no Parecer nº 01/CPAB/2012, conforme a relação de ocupantes a seguir:

Nº	Laudo	Nome do Ocupante	Ocupação	id
1	1	Mauricio Moreira da Silva	Resex/Montevideu	18590
2	2	Adélia Eugênio Moreira	Resex/Montevideu	18591
3	3	Maria Franciniele Mapes de Oliveira	Resex/Teteu	18592
4	6	Leomar Jose Vieira da Silva	Resex/Teteu	18595
5	9	Francisco Eurimar Gomes Martins	Resex/Teteu	18598
6	10	Risoleta Oliveira da Silva	Resex/Teteu	18599
7	11	Elivalto da Silva Souza	Resex/Saboeiro	18600
8	12	Adailson Moreira da Silva	Resex/Teteu	18601
9	14	Albecir Ferreira de Freitas	Resex/Assembléia	18603
10	15	Raimundo Nonato Santana dos Anjos	Resex/Assembléia	18604
11	16	Maria da Glória Azevêdo Martins	Resex/Palmares	18605
12	17	Marinilva Silva da Cunha	Resex/Palmares	18606
13	18	Raimunda da Conceição Lima	Resex/Assembléia	18607
14	19	José Lima da Silva	Resex/Assembléia	18608
15	20	Francisco Ferreira de Souza	Resex/Saboeiro	18609
16	21	Osamar Vieira da Silva	Resex/Saboeiro	18610
17	22	José Maria Ferreira Lima	Resex/Saboeiro	18611
18	23	Antonio da Silva Souza	Resex/Saboeiro	18612
19	24	Francisca Nascimento de Azevedo	Resex/Saboeiro	18613
20	25	Maria Ciderlandia Moreira da Silva	Resex/Quieto	18614
21	26	Anazildo Ferreira Lima	Resex/Palmares	18615
22	27	Auleriano Guilhermino Rosas	Resex/Palmares	18616
23	28	Sebastião Aulin Souza Rosas	Resex/Palmares	18617
24	29	Raimundo Nonato Nascimento de Azevedo	Resex/Saboeiro	18618
25	30	Maria Jacinta Moreira da Silva	Resex/Quieto	18619
26	31	Antonio Lima da Silva	Resex/Assembléia	18620
27	32	Marilene Silva de Souza	Resex/Assembléia	18621
28	33	Raimundo Nobre da Silva	Resex/Assembléia	18622
29	34	Sebastião Silva Souza	Resex/Assembléia	18623
30	35	Antonio Francisco Silva Souza	Resex/Assembléia	18624
31	36	José Maria Lima Moura	Resex/Assembléia	18625
32	37	João Paulo da Cunha Castelo	Resex/Assembléia	18626
33	38	Raimundo Nonato Moreira Borges	Resex/Quieto	18627
34	39	Aldenir Moreira Borges	Resex/Quieto	18628
35	41	Antonio Silva Costa	Resex/Assembléia	18630
36	42	Elissandro de Oliveira Silva	Resex/Assembléia	18631
37	43	Antonio Nascimento dos Santos	Resex/Quieto	18632
38	44	Glaucio Jose Moreira da Silva	Resex/Quieto	18633
39	45	Jose Francisco Moreira Borge	Resex/Quieto	18634
40	46	Geilson Moreira da Silva	Resex/Quieto	18635
41	47	Francisco Edigênio Moreira da Silva	Resex/Quieto	18636
42	48	Maria Margarita Cordeiro Moreira	Resex/Quieto	18637
43	49	Alaildo Moreira da Silva	Resex/Quieto	18638
44	51	Antonio Jeremias Mapes de Oliveira	Resex/Teteu	18640
45	52	Maria Lucia Mapes de Oliveira	PA - Lote 06	18641
46	54	Patricia Ramos dos Santos	Resex/Montevideu	18643
47	55	Lindomar da Silva	PA - Lote 13	18644
48	56	Océlio Araújo do Vale	PA - Lote 23	18645
49	58	Olien Jose da Silva	PA - Lote 17	18647
50	59	Manoel Firmino Bezerra	PA - Lote 15	18648
51	60	Raimundo Lima	PA - Lote 09	18649
52	61	Antonio Vieira do Nascimento	PA - Lote 36	18650
53	62	Maria Antonia Lebre Gomes	Resex	18651
54	64	Jose Pereira de Lima	PA - Lote 38	18653
55	65	Antonio Pedro Ferreira de Freitas	Atrás do PA	18654
56	66	Elhesio Silva Souza	PA - Lote 16	18655
57	71	Francisco Pereira de Moura	PA - Lote 34	18660
58	72	Jose Hugo Silva de Oliveira	Atrás do PA	18661
59	73	Amilton Costa	PA - Lote 43	18662
60	77	Manoel Firmino Filho da Silva	PA - Lote 30	18666
61	78	Antonio Rivaldo Rodrigues Pereira	PA - Lote 29	18667
62	79	Antonio Mauricio Candido de Azevedo	PA - Lote 22	18668
63	80	Manoel Jonas Gomes Firmino	PA - Lote 24	18669
64	82	Donizete Rosas e Silva	PA - Lote 26	18671
65	83	Raimundo Oliveira e Silva	PA - Lote 27	18672
66	84	Raimundo Rosas e Silva	PA - Lote 28	18673
67	89	Raimundo Davi dos Santos	PA - Lote 19	18678
68	91	Evandro Gomes da Silva	PA - Lote 07	18680
69	92	Silvestre de Oliveira Costa	PA - Lote 40	18681
70	93	Maria Aldenira da Silva Batista	PA - Lote 18	18682
71	94	Vanderlei Felix da Silva	PA - Lote 20	18683
72	95	Antônio de Azevedo Barbosa	PA - Lote 32	18684
73	96	Francisco da Conceição	PA - Lote 33	18685
74	97	Luiz Antonio Silva de Jesus	PA - Lote 39	18686
75	98	Maria Rosana da Cunha Castelo	Atrás do PA	18687

Art. 2º Considerar como de má-fé os 5 (cinco) ocupantes não-indígenas da área da RESEX Alto Juruá que incidem na TI Arara do Rio Amônia, os quais possuem cadastro no INCRA, com base no disposto no art. 5º, inciso V, da IN nº. 02/PRES/2012, conforme segue:

Nº	Laudo	Nome do Ocupante	Ocupação	id
1	4	Raimundo Nonato de Oliveira Borges	Resex/Teteu	18593
2	7	Sebastião Oliveira da Silva	Resex/Teteu	18596
3	8	Maria de Fátima Melo da Silva	Resex/Teteu	18597
4	40	Maria de Jesus Bezerra da Silva	Resex/Assembléia	18629
5	57	Océlio Araújo do Vale	Resex	18646

Art. 3º Considerar como de má-fé os 4 (quatro) ocupantes não-indígenas da área do PA Amônia que incidem na TI Arara do Rio Amônia, os quais possuem cadastro no INCRA, com base no disposto no art. 5º, inciso I, da IN nº. 02/PRES/2012, conforme segue:

Nº	Laudo	Nome do Ocupante	Ocupação	id
1	50	Luiza Maria Luna Damasceno	PA - Lote 05	18639
2	63	Antonio Gomes	PA - Lote 37	18652
3	81	Manoel Chagas Rodrigues Maia	PA - Lote 25	18670
4	90	Océlio Araújo do Vale	PA - Lote 21	18679

Art. 4º Solicitar aos 05 (cinco) ocupantes não-indígenas, relacionados abaixo, que apresentem comprovação de sua presença na Terra Indígena em data anterior à publicação da Portaria Declaratória, com vistas ao pagamento de indenização. Em caso de não comprovação de presença anterior à data da Portaria Declaratória, a ocupação será considerada de má-fé:

Nº	Laudo	Nome do Ocupante	Ocupação	id
1	53	Antonio Miguel Mapes de Oliveira	PA - Lote 06	18642
2	70	Jose Oliveira da Silva	Resex/Teteu	18659
3	74	Espólio Edmundo da Costa	PA - Lote 44	18663
4	75	Jonaci do Vale Firmino*	PA - Lote 41	18664
5	85	Emersson da Silva*	PA - Lote 42	18674

Art. 5º Desconsiderar os 06 (seis) ocupantes relacionados abaixo, por serem indígenas, conforme indicado no Relatório - Levantamento Fundiário e Avaliação na Terra Indígena Arara do Rio Amônia e na Informação Técnica nº 36/CGAF/2011, de 20/06/2011, não fazendo jus ao recebimento de indenização sobre benfeitorias erigidas.

Nº	Laudo	Nome do Ocupante	Ocupação	id
1	68	Marcivaldo Oliveira de Almeida	PA - Lote 02	18657
2	69	Marcildo Oliveira de Almeida	PA - Lote 04	18658
3	76	Jose Railton Forquilha de Souza**	Resex/Montevideu	18665
4	86	Maria de Jesus Borges da Costa	PA - Lote 51	18675
5	87	Francisco da Silva Souza	PA - Lote 53	18676
6	88	Eduardo Gomes de Oliveira	PA - Lote 54	18677

Art. 6º Recomendar que se verifique se os 03 (três) ocupantes não-indígenas casados com indígenas, relacionados abaixo, pretendem permanecer na TI Arara do Rio Amônia. A indenização será paga aos que optarem por sair da referida Terra Indígena; aos que optarem por ficar, não será paga indenização. Neste caso, orientar sobre a necessidade de Carta de Anuência da comunidade indígena, reconhecendo-os como membros da comunidade.

Nº	Laudo	Nome do Ocupante	Ocupação	id
1	5	Clodoaldo Libânio Borges	Resex/Teteu	18594
2	13	Geovani Nogueira Souza	Resex/Saboeiro	18602
3	67	Antonio Tavares de Almeida	PA - Lote 03	18656

Art. 7º A presente resolução poderá ser objeto de recurso fundamentado à Presidenta da FUNAI, no prazo de 30 dias, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 18 da Instrução Normativa nº 02 de 03/02/2012.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALUISIO LADEIRA AZANHA
Presidente da Comissão
Suplente

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08256.000295/2011-95 - FRANCESCO TESTA

Processo Nº 08256.000347/2011-23 - DIRK JOHANNES DIRKSEN

Processo Nº 08335.001416/2012-17 - GUSTAVO JAVIER LOPEZ ENCINA

Processo Nº 08351.000032/2012-89 - MANUEL JOAQUIM ALVES DE ALMEIDA

Processo Nº 08354.003393/2011-76 - FELICIA EDUARDO MONTEIRO FERNANDO

Processo Nº 08354.005801/2011-24 - THIERRY PARAGES

Processo Nº 08354.006329/2011-47 - FLAVIO MANUEL GONÇALVES BASILIO

Processo Nº 08354.006541/2011-12 - ESTHER JUDITH PEÑA PARRA

Processo Nº 08364.000002/2012-23 - LUIGI PISANO

Processo Nº 08390.000254/2012-35 - BERNA GUNGOR

Processo Nº 08435.003857/2011-44 - MAXIMILIANO GABRIEL PAEZ

Processo Nº 08457.014240/2011-04 - MIGUEL PAULO ALBERTO MANUEL

Processo Nº 08458.008423/2008-77 - ROBERTO FACCHINETTI

Processo Nº 08458.011413/2011-14 - GABRIEL LEONARDO LAVIANO FALCÓN

Processo Nº 08460.012430/2006-62 - JOEY STEVEN BRITTO

Processo Nº 08505.012894/2012-53 - OLGA RUIZ MANTEROLA

Processo Nº 08505.112952/2011-67 - YANN OLIVIER LEFORESTIER

Processo Nº 08508.013393/2011-83 - OLGA ALSONSA CALIZAYA YUCRA

Processo Nº 08709.000533/2012-78 - ANDREAS GERHARD GOLDSCHMIDT

DEFIRO o pedido de permanência por prazo indeterminado, na forma do art. 7º, §1º, da Resolução Normativa n. 77/2008.

Processo Nº 08505.007133/2011-07 - TESSA ANTOINE BRANDAU.

DEFIRO o pedido de permanência por prazo indeterminado, na forma do art. 7º, §1º, da Resolução Normativa n. 77/2008.

Processo Nº 08505.097917/2011-19 - PIERRE MARIE VILLARD.

DEFIRO o pedido de permanência por prazo indeterminado, na forma do art. 7º, §1º, da Resolução Normativa n. 77/2008.

Processo Nº 08505.048062/2011-94 - FREDERIQUE LUCAS.

DEFIRO o pedido de permanência por prazo indeterminado, na forma do art. 7º, §1º, da Resolução Normativa n. 77/2008.

Processo Nº 08375.002371/2011-41 - ANTONY VAN DE BOVENKAMP.

DEFIRO o pedido de restabelecimento de permanência formulado pelo nacional português MARIA JOAO MOREIRA DE CARVALHO PERDIGAO PEREIRA, na forma do art. 2º, da Resolução Normativa 05/97. Processo Nº 08420.030632/2011-20 - MARIA JOAO MOREIRA DE CARVALHO PERDIGAO PEREIRA.

DEFIRO o pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul.

Processo Nº 08260.000344/2012-10 - RAUL FERNANDEZ.

Defiro o pedido de permanência formulado pelos nacionais portugueses DALILA COLAÇO SILVA, na forma no art. 75, II,"a", da Lei 8.615/80, bem assim para LUCAS COLAÇO SILVA GOMES, com base no art. 2°, I, da Resolução Normativa 36/99.

Processo Nº 08701.004678/2011-37 - DALILA COLAÇO SILVA e LUCAS COLAÇO SILVA GOMES.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEFIRO o pedido de permanência formulado pelos nacionais franceses HERVE MATTHIEU MARIE RICOUR e AXELLE MARIE ALEXA SOPHIE MESLAY RICOUR, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para suas filhas menores ELISE CAMILLE HELENE MARIE RICOUR e JEANNE MARIE GABRIELLE CLARA RICOUR, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99. Processo Nº 08390.005433/2011-88.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08476.003483/2011-81 - MARLENE CUELLAR LAVADENZ.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, formulado por INNA KUKUEVA, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009. Processo Nº INNA KUKUEVA.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, formulado por SHAFIQUL ISLAM, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08389.022106/2011-20 - SHAFIQUL ISLAM.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, formulado por IRMA ESPERANZA SALANDIA, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08270.022343/2011-18 - IRMA ESPERANZA SALANDIA.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, formulado por JULIO CESAR MEDINA CALDERON, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08311.001924/2011-92 - JULIO CESAR MEDINA CALDERON.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, formulado por ANTONIA ALVA ANTARY, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08505.063470/2011-76 - ANTONIA ALVA ANTARY.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, formulado por SADITH FANY CONDORI CUADROS, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08212.006778/2011-18 - SADITH FANY CONDORI CUADROS.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, formulado por SEOK WOO CHUNG, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08505.062105/2011-44 - SEOK WOO CHUNG.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, formulado por MOHAMAD YOUSSEF NASSER, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08389.020676/2011-85 - MOHAMAD YOUSSEF NASSER.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, formulado por SAIDA EMMA FLORES APACANI, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08505.063899/2011-63 - SAIDA EMMA FLORES APACANI.

INDEFIRO o pedido de permanência tendo em vista que o(a) Requerente não preenche os requisitos exigidos pelo art. 75,II, a, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08701.000334/2012-30 - INOEL GHEORGHE.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o(a) Requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75,II, "b", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08492.000626/2012-85 - SANDRO SAUL.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o(a) Requerente encontra-se fora do País, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75,II,"b", da Lei nº 6.815/80. Processo Nº 08505.011334/2012-81 - BELMIRO DE ALMEIDA DA SILVA DIAS, MARIA DE JESUS JOÃO ANTONIO POMBO DIAS e ANTONIO POMBO DIAS.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08505.013001/2012-97 - MIGUEL JOSE LARA GUARENAS e PAOLA DEL CARMEN RIVERO DE LARA
Processo Nº 08505.034236/2012-12 - BINGFU LIN
Processo Nº 08505.113914/2011-21 - TAEYEON JEONG.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08256.002345/2012-50 - GABRIELA EDITH LAVEZZARI
Processo Nº 08410.001876/2012-03 - MARCELO VICTOR RAMELLA
Processo Nº 08434.000602/2012-11 - CLAUDIA MARIANA ROLON

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08390.002651/2012-41 - YOLANDA FONSECA RIBEIRO
Processo Nº 08451.001405/2012-19 - ANA CAROLINA CASTANO MARABOTTO
INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência, abaixo relacionado(s), tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não foi (foram) localizado(s) no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo:
Processo Nº 08420.013160/2011-41 - GALINA IVANOVA, GALKIN ALEXANDER e MIYA GALKINA
Processo Nº 08458.006214/2010-11 - ROLF RICKS
Processo Nº 08460.011495/2011-58 - KIM CHARLENE REBOURG.

Torno insubsistente o ato deferitório publicado no DOU de 26/07/2011, pág. 49, e determino o arquivamento do pedido de permanência, tendo em vista que o requerente retornou ao país de origem. Processo Nº 08335.000211/2011-33 - FAYEZ AL MALAT.

INDEFIRO o pedido de permanência a titulo de reunião familiar, tendo em vista que não persistem as condições de permanência do chamante. Processo Nº 08505.056687/2012-19 - JANE CHIZOBA OKOLI, BELLA SOMTOCHUKWU OKOLI e LEANDRO CHIEDOZIE UCHENNA OKOLI.

INDEFIRO o pedido de permanência a titulo de reunião familiar, tendo em vista que não persistem as condições de permanência do chamante. Processo Nº 08505.041903/2012-13 - MARIA DONAILA ROSADO LAURINO.

CASIMIRO PEDRO DA SILVA JR.
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 12/03/2012, Seção 1, pág. 45, Onde se lê: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País

Processo Nº 08000.018480/2011-38 - MARCELINO CASTILLO MANALO

LEIA-SE: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País.

Processo Nº 08000.018480/2011-38 - MARCELINO CASTILLO MANALO, até 30/12/2012.

Ministério da Pesca e Aquicultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 157, DE 29 DE JUNHO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 61 do Regimento Interno do Ministério da Pesca e Aquicultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 523, de 1º de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o período de execução do objeto previsto na Portaria nº 235, de 06 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 08/12/2011, Seção 1, Página 36, objetivando apoiar o projeto "Fomento a pesca e inovação no ordenamento da cadeia produtiva da lagosta", para 30 de setembro de 2012.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais condições estipuladas na Portaria nº 546, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ÁTILA MAIA DA ROCHA

Ministério da Previdência Social

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PROVIMENTO Nº 220, DE 19 DE JULHO DE 2012

Institui a distribuição eletrônica automática de processos no âmbito das Unidades Julgadoras integrantes da estrutura do Conselho de Recursos da Previdência Social-CRPS, recebidos no e-Recursos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CRPS, no uso de suas atribuições, especialmente a contida no artigo 11, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/MPS nº 548, de 13 de setembro de 2011,

CONSIDERANDO a necessidade de dar concretização à garantia da razoável duração do processo, conforme Constituição Federal, artigo 5º, inciso LXXVIII ;

CONSIDERANDO as possibilidades trazidas com a implantação do processo eletrônico de recursos de benefícios da previdência social - e-Recursos - no âmbito deste Conselho de Recursos da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a recondução dos Conselheiros depende de avaliação de critérios de quantidade e também de qualidade, referentes à exigência de produção mensal mínima aliada a qualidade do trabalho apresentado, resolve:

Art. 1º Instituir, no e-Recursos, a distribuição eletrônica automática dos processos de recursos de benefícios, conforme o disposto neste Provimento.

Art. 2º A distribuição eletrônica automática de que trata este Provimento rege-se pelos seguintes princípios:

a) impessoalidade;
b) abrangência local, ordinariamente;
c) abrangência nacional, subsidiariamente;
d) caráter aleatório;
e) equilíbrio na distribuição da carga de trabalho.

§1º A distribuição será destinada prioritariamente aos Conselheiros titulares.

§2º O mecanismo da distribuição eletrônica automática buscará para o processo um Conselheiro-Relator desimpedido de Junta de Recursos da Previdência Social que tenha em sua área de abrangência a Agência da Previdência Social em que o benefício ou o direito do segurado foi originariamente negado.

§3º Em caso de impedimento de todos os Conselheiros da Junta de origem do recurso, o mecanismo de distribuição eletrônica automática buscará para o processo um relator desimpedido, em atuação em qualquer Junta de Recursos da Previdência Social do país, e que tenha o menor quantitativo de processos distribuídos no mês de referência, observado o disposto nos artigos 3º, 4º, além do §1º, deste artigo, todos deste Provimento.

§4º Na hipótese de impedimento geral dos Conselheiros atuantes em toda a estrutura da instância das Juntas de Recursos da Previdência Social no país, o mecanismo de distribuição eletrônica automática encaminhará os processos para localizador específico da Coordenação de Gestão Técnica-CGT;

Art. 3º Os Conselheiros manterão cadastro atualizado no sistema e-Recursos e deverão informar a quantidade de processos que desejam receber por mês, número que pode variar de um mínimo de 65 processos até o máximo de 130 processos.

Parágrafo único. Os processos recebidos e não julgados no mês de referência serão abatidos do quantitativo a que se refere o caput, quando da distribuição do mês subsequente.

Art. 4º São impedidos de receberem processos os Conselheiros:

a) que assim se declararem;
b) que tiverem em seus cadastros registros de afastamentos legais ou regimentais;
c) que tiverem sob sua responsabilidade processo pendente de solução há mais de 60 dias;
d) que atingirem, em distribuição, no mês de referência, o quantitativo indicado na forma do artigo 3º, deste Provimento;

Parágrafo único. Os impedimentos das alíneas "a" e "b" dependerão da iniciativa do Conselheiro ou do secretário da Unidade Julgadora e os impedimentos decorrentes das demais alíneas serão identificados pelo sistema de forma automática.

Art. 5º O sistema e-Recursos inibirá o cadastramento de relatório e voto para o Conselheiro que tiver sob sua responsabilidade processo pendente de solução há 85 dias ou mais.

Parágrafo único. A inibição de que trata o caput não recairá sobre os processos com mais de 85 dias, que terão o julgamento priorizado.

Art. 6º É vedada a redistribuição de processos fora das hipóteses previstas no Regimento Interno do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Art. 7º A Junta de Recursos da Previdência Social que julgar processo iniciado em Agência da Previdência Social localizada fora de sua área de abrangência ficará preventa para todos os incidentes processuais posteriores ao julgamento.

Art. 8º A sustentação oral, requerida na forma regimental, e a participação dos interessados nas sessões de julgamento poderão ocorrer por meio de videoconferência em qualquer das Juntas de Recursos da Previdência Social, desde que comunicadas nos autos do processo ou na Secretaria da Unidade Julgadora em que se der a presença física, com antecedência mínima de 72 horas da realização da respectiva sessão.

Art. 9º Na hipótese do artigo 2º, parágrafo 3º, deste Provimento, cabe à Coordenação de Gestão Técnica:

a) identificar os motivos que levaram ao impedimento geral dos Conselheiros;
b) adotar as medidas que estiverem sob a sua alçada de solução;
c) levar o problema ao conhecimento do Presidente do CRPS;
d) apurar os casos de redistribuição ou de distribuição manual de processos fora das hipóteses previstas no Regimento Interno ou neste Provimento.

Parágrafo Único. Cabe à Coordenação de Gestão Técnica monitorar os efeitos da distribuição automática de processos de modo a garantir a celeridade da tramitação processual e, de igual modo, evitar a ocorrência do impedimento geral dos Conselheiros.

Art. 10. O disposto neste Provimento aplica-se aos processos eletrônicos que tramitam nas Câmaras de Julgamento, no que couber.

Art. 11. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

MANUEL DE MEDEIROS DANTAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.571, DE 19 DE JULHO DE 2012

Altera a Portaria nº 1.409/GM/MS, de 13 de junho de 2007, que institui Comitê Gestor da Política Nacional de Promoção da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica incluído na composição do Comitê Gestor da Politica Nacional de Promoção da Saúde (CGPNPS), instituído pela Portaria nº 1.409/GM/MS, de 13 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 114, de 15 de junho de 2007, Seção 1, pág. 30.

"Art. 2º .....

XIV - um representante da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO)."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO DE 19 DE JULHO DE 2012

A Especialista em Regulação - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.068571/2011-06	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	309222.	31.925.548/0001-76	Deixar de garantir cobertura obrigatória (Art.35-C da Lei 9.656)	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
33902.801057/2011-85	ITAUSEG SAÚDE S.A.	000884.	04.463.083/0001-06	Não disponibilizar a adaptação contratual. (Art.35, da Lei 9.656 c/c Art. 3º da RN 254/2011).	14.000,00 (CATORZE MIL REAIS)
33902.134953/2010-46	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, I da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.333008/2011-14	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, II da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

DOMINIC BIGATE LOURENÇO

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 6 DE JULHO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.075316/2009-11	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de gar., ao benef. R.H., cob. p/ a realiz. Troca de Ger. de Pulsos. Art. 12, inc. II, a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.004629/2010-10	UNIMED DE SAO JOSE DOS CAMPOS-COOP. DE TRAB. MED.	331872.	60.214.517/0001-05	Deixar de gar., ao benef. E.B.M.G, cob. p/ artrod. c/ ou s/ fixador exter. dinâm. Art.12, II, da Lei 9.656.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.068440/2010-55	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de gar., à benef. E.S.N., cob. p/ trat. cirúr. bilat. de varizes. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.016679/2010-40	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de cumprir as cláus. 4.1.1, 9 e 10 do contr. firm. c/ a Câm. Muni. de Caieiras, ao ñ efet. o reemb. ref. às cons. méd. realiz. por radiot. p/ o benef. Sr. P.C.M., Art. 25 da Lei 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.058108/2009-49	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Deix. de gar. cob. p/ aten. cirúr. de emerg.. p/ trat. de frat. expos., p/ a benef. V.P.S.. Art. 35-C da Lei 9656/98 c/c art. 3º da CONSU 13.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
25789.011155/2011-43	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de gar., ao benef. A.N.H., cob. ao p/ Proces. Aud. Central. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.044810/2010-69	VECTRA ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA LTDA - EM LIQUIDAÇAO EXTRAJUDICIAL	401773.	67.163.451/0001-10	1) Alienar, total ou parcial., a cart. de benef. p/ a op. Ass. Assist. Def. dos Dir. dos Com., Iind. Aut. e Trab. Geral, s/ prévia autor. da ANS. Art. 4º da RN 112/05; e 2) Deixar de gar. cob. assit., ao benef. EFP. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9656/98.	56.000,00 (CINQUENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.059346/2010-13	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MEDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Deixar de gar. cob. p/ o Mielograma, p/ o benef. A.D.O.. Art. 1º, §1º, d c/c Art.12 , I, b da Lei 9.656, c/c Art.2º, VI da CONSU 8/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.059751/2010-23	UNIMED CAMPINAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	335690.	46.124.624/0001-11	Deixar de gar. cob. integral p/ Angiop. de Vasos Mult. e Impl. Endoprót. Intracor. p/ a benef. M.J.C.. Art. 12, inc. II, alín. e, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.073102/2009-00	SERMA SERVICOS MEDICOS ASSISTENCIAIS S/A - EM LIQUIDAÇAO EXTRAJUDICIAL	388122.	61.799.946/0001-54	1) Deix. de gar. a rem.de benef. p/ outra ent. cred. c/ recur. neces. p/ a contin. de atend. de emerg.. Art. 35-C da Lei 9.656/1998 c/c art. 7º da CONSU 13/98; e 2) Comerc. prod. em cond. dif. da regis. na ANS. Art. 20 da RN 85/05 alt. pela RN 100/05.	1) 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS) 2) Advertência
25789.021929/2010-63	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de gar., à benef. P.R.A.C., cob. assist. p/ parto. Art.12, II, da Lei 9.656.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.069829/2010-18	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Não disponib. à benef. H.B.L.A.M., a realiz. de colpos. c/ bióp. e anát. patoló. do mat. colet.. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9.656/98.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 19 DE JULHO DE 2012

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.155117/2007-08	UNIAO DOS MÉDICOS DO NORDESTE DO PARA - COOPERATIVA DE TRABALHO	308463.	02.367.559/0001-80	Não envio do comunicado referente à opção pela não aplicação de reajuste em planos individuais e familiares. Obrigação prevista no art. 20, da Lei 9.656/98, e no art. 4º, § 1º, da RN 156/07. Infração Configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.019416/2008-52	SANTA CASA DE CARIDADE E MATERNIDADE DE IBITINGA	349879.	49.270.671/0001-61	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07.	ARQUIVAMENTO
33902.051729/2005-52	FALÊNCIA DE ESSENCIAL SISTEMA DE SAÚDE S/C LTDA.	414166.	04.517.426/0001-78	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)
33902.093371/2008-88	COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ	365785.	02.254.846/0001-83	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.018249/2008-22	CLINICA MÉDICA E DIAGNOSTICO LTDA	350842.	35.265.958/0001-99	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.139847/2008-34	UNIMED SÃO CARLOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	354031.	45.359.213/0001-42	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	ADVERTÊNCIA

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

DECISÃO DE 20 DE JULHO DE 2012

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

ANS Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.091391/2008-14	HOSPITAL OSWALDO CRUZ LTDA	406643.	89.431.092/0001-78	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 c/c art. 3o, da RE DIOPE 01/01 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 12/07. Infração configurada.	ADVERTÊNCIA

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE N° 3.067, DE 18 DE JULHO (*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.150, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Revalidação, Retificação e o Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.152, DE 20 DE JULHO DE 2012 (*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12,15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.153, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de caducidade dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.154, DE 20 DE JULHO DE 2012 (*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.155, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os pedidos de registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.156, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.157, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 497 publicada no DOU de 02 de Abril de 2012, e considerando o art. 12 e o art. 26 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação Automática dos processos dos Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, conforme RDC nº 250/2004, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.164, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1° Indeferir o Registro, Cadastro, Cadastramento, Alteração, Inclusão, Retificação, Revalidação e o Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.165, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro, Cadastro e o Cadastramento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.166, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no inciso X do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art.1º Conceder Registro por Transferência de Titularidade em conformidade com relação anexa Nº 555312.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 20 de julho de 2012

Nº 65 - O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011 e a Portaria GM/MS n° 537, de 29 de março de 2012, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999 e, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no art. 63 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, DECIDE a relação de processos a seguir transcritas, conforme proposição apresentada pela Coordenação de Instrução e Análise de Recursos.

1.
Empresa: Probios Comércio Importação e Exportação LTDA.
Medicamento: Imunokids (Calcium Carbonicum D6 + Calcium Fluoratum D6 + Calcium Phosphoricun D6+ Sulfur Iodatum D12)
Forma Farmacêutica: comprimido simples.
Processo nº: 25351.670444/2009-72
Expediente nº: 096750/11-5
Assunto: Dinamizado - Indeferimento da Petição do Registro do Medicamento.
Parecer: 063/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

2.
Empresa: Probios Comércio Importação e Exportação LTDA.
Medicamento: Dentokids (belladona D6 + chamomilla D6 + ferrum phosporicum + hepar sulfuris D12 + pulsatila D6)
Forma Farmacêutica: comprimido simples.
Processo nº: 25351.621640/2009-22
Expediente nº: 115005/11-7
Assunto: Dinamizado - Indeferimento da Petição do Registro do Medicamento.
Parecer: 064/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

3.
Empresa: Probios Comércio Importação e Exportação LTDA.
Medicamento: Conforkids (chamomilla D6, cinna D6, colocynthis D6, lac defloratum D6, magnesium chloratum D6).
Forma Farmacêutica: Solução Oral.
Processo nº: 25351.670425/2009-68
Expediente nº: 114944/11-0
Assunto: Dinamizado - Indeferimento da Petição do Registro do Medicamento.
Parecer: 065/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

4.
Empresa: Probios Comércio Importação e Exportação LTDA.
Medicamento: Barrikids (arsenicum álbum D6 + croton tiglium D6 + okoubaka D4 + veratum album D12)
Forma Farmacêutica: comprimido simples.
Processo nº: 25351.621407/2009-20
Expediente nº: 114916/11-4
Assunto: Dinamizado - Indeferimento da Petição do Registro do Medicamento.
Parecer: 066/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

5.
Empresa: Fedco Indústria e Comércio Ltda.
Medicamento: ALL 26 (polivitamínico com minerais).
Forma Farmacêutica: comprimido revestido.
Processo nº: 25000.022010/99-31
Expediente nº: 077801/11-0
Assunto: Específico - Indeferimento da Petição de Renovação do Registro do Medicamento.
Parecer: 067/2012
Decisão: NÃO CONHECER DO RECURSO.

6.
Empresa: Farmarin Indústria e Comércio Ltda.
Medicamento: Citrasate - CPHD com ácido cítrico e glicose.
Forma Farmacêutica: Solução para hemodiálise.
Processo nº: 25351.621995/2009-81
Expediente nº: 094114/11-0
Assunto: Específico - Indeferimento da Petição de Registro do Medicamento.
Parecer: 068/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

7.
Empresa: Farmarin Indústria e Comércio Ltda.
Medicamento: Citrasate - CPHD com ácido cítrico.
Forma Farmacêutica: Solução para hemodiálise.
Processo nº: 25351622030/2009-51
Expediente nº: 094176/110
Assunto: Específico - Indeferimento da Petição de Registro do Medicamento.
Parecer: 069/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

8.
Empresa: Beker Produtos Fármaco Hospitalares Ltda.
Medicamento: Solução de Ringer com lactato de sódio
Forma Farmacêutica: Solução injetável.
Processo nº: 25351.445236/2010-38
Expediente nº: 093597/11-2
Assunto: Específico - Indeferimento da Petição de Registro do Medicamento.
Parecer: 070/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

9.
Empresa: Claris Produtos Farmacêuticos do Brasil Ltda.
Medicamento: PNA TM 16 (poliaminoácidos com eletrólitos em glicose).
Forma farmacêutica: solução injetável.
Processo nº: 25351.195466/2004-67
Expediente nº: 095317/11-2
Assunto: Específico - Indeferimento da Petição de Renovação do Registro do Medicamento.
Parecer: 071/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

10.
Empresa: Divina Distribuidora de Vitaminas Naturais Sundown Rexall do Brasil LTDA.
Medicamento: Divina Betacaroteno (betacaroteno).
Forma farmacêutica: Cápsula gelatinosa mole
Processo nº: 25351.355189/2009-20
Expediente nº: 099667/11-0
Assunto: Específico - Indeferimento da Petição do Registro do Medicamento.
Parecer: 072/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

11.
Empresa: Laboratórios B. Braun S.A.
Medicamento: Gelafundin (Gelatina Succiniladas)
Forma farmacêutica: Solução Injetável
Processo nº: 25000.038743/98-70
Expediente nº: 111806/11-4
Assunto: Específico- Indeferimento da Petição de Inclusão de Nova Apresentação Comercial.
Parecer: 073/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

12.
Empresa: Laboratório Químico Farmacêutico Tiaraju LTDA.
Medicamento: Xarope Tiaraju (Mikania glomerata).
Forma Farmacêutica: xarope
Processo nº: 25351.097657/2005-45
Expediente nº: 095541/11-8
Assunto: Fitoterápico - Indeferimento da Petição de Renovação do Registro do Medicamento.
Parecer: 074/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

13.
Empresa: Sauad Indústria Farmacêutica LTDA.
Medicamento: Viticromin (Brosimum gaudichauddi Trécull)
Forma farmacêutica: pomada dermatológica, solução tópica e comprimido.
Processo nº: 25991.007440/78
Expediente nº: 104576/11-8
Assunto: Fitoterápico - Indeferimento da Petição de Renovação do Registro do Medicamento.
Parecer: 075/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

14.
Empresa: Brasmed Botânica e Farmacêutica LTDA.
Medicamento: Isoglycin (Glycine max (L.) Merril)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura.
Processo nº: 25351.018839/2004-87
Expediente nº: 105056/11-7
Assunto: Fitoterápico - Indeferimento da Petição de Renovação do Registro do Medicamento.
Parecer: 076/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

15.
Empresa: Abbott Produtos para Saúde LTDA.
Medicamento: Piascledine (Persea gratissima e Glycine Max)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº: 25000.008663/99-34
Expediente nº: 120211/11-1
Assunto: Fitoterápico - Indeferimento da Petição de Renovação do Registro do Medicamento.
Parecer: 077/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.
16.
Empresa: Infan - Indústria Química Farmacêutica Nacional S/A
Medicamento: Bromelin® Efervescente (Ananas comosus)
Forma farmacêutica: comprimido efervescente.
Processo nº: 25351.164024/2002-15
Expediente nº: 127292/11-6
Assunto: Fitoterápico - Indeferimento da Petição de Inclusão de Nova Forma Farmacêutica
Parecer: 078/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.
17.
Empresa: Daiichi Sankyo Brasil Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Trilovasc*(olmesartana medoxomila+ hidroclorotiazida+ anlodipino)
Forma farmacêutica: comprimido revestido.
Processo nº: 25351.199027/2010-37
Expediente nº: 069322/11-7
Assunto: Medicamento Novo- Registro de Nova Associação no País.
Parecer: 079/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.
18.
Empresa:Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A.
Medicamento: Daivobet® (hidrato de calcipotriol+ dipropionato de betametasona)
Forma farmacêutica: Pomada dermatológica.
Processo nº: 25351.008064/2003-51
Expediente nº: 094861/11-6
Assunto: Medicamento Novo - Indeferimento da Petição de Alteração de Posologia.
Parecer: 080/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.
19.
Empresa: Universidade Estadual de Maringá.
Medicamento: LEPEMC captopril 25 mg (captopril)
Forma farmacêutica: comprimido simples.
Processo nº: 250000015630047
Expediente nº: 0338273127
Assunto: Similar - Indeferimento da Petição de Renovação do Registro do Medicamento.
Parecer: 081/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.
20.
Empresa: Hypermarcas S.A.
Medicamento: Neoflui (Guaifenesina)
Forma Farmacêutica: Xarope
Processo nº: 25351.066722/2008-33
Expediente nº: 077092/11-2
Assunto: Similar - Indeferimento da Petição de Registro do Medicamento
Parecer: 082/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA.
21.
Empresa: Hypermarcas S.A.
Medicamento: Diclofenaco Sódico gel.
Forma Farmacêutica: Gel
Processo nº: 25351.135734/2009-13
Expediente nº: 077110/11-4
Assunto: Genérico - Indeferimento da Petição de Registro do Medicamento
Parecer: 083/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA
22.
Empresa: Fresenius Medical Care Ltda.
Medicamento: Bibag (Bicarbonato de Sódio)
Forma Farmacêutica: Pó seco
Processo nº: 25000.020920/99-24
Expediente nº: 714138/11-6
Assunto: Específico - Inclusão de Nova Apresentação Comercial.
Parecer: 084/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA
23.
Empresa: Fresenius Medical Care Ltda.
Medicamento: Bibag (Bicarbonato de Sódio)
Forma Farmacêutica: Pó seco
Processo nº: 25000.020920/99-24
Expediente nº: 714125/11-4
Assunto: Específico - Indeferimento da Petição de Renovação de Registro do Medicamento
Parecer: 085/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA
24.
Empresa: Pharmascience Laboratórios Ltda.
Medicamento: Furosemil (Furosemida).
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25000.001376/99-94
Expediente nº: 466235/11-1
Assunto: Similar - Indeferimento da Petição de Renovação de Registro do Medicamento
Parecer: 086/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA
25.
Empresa: Pharmascience Laboratórios Ltda.
Medicamento: Ritcor (Atenolol).
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25000.055497/99-92
Expediente nº: 466523/11-6
Assunto: Similar - Indeferimento da Petição de Renovação do Registro do Medicamento.
Parecer: 087/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA
26.
Empresa: Pharmascience Laboratórios Ltda.
Medicamento: Furosemil (Furosemida).
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25000.001376/99-94
Expediente nº: 439979/11-0
Assunto: Similar - Indeferimento da Petição de Alteração de Excipiente.
Parecer: 088/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA.
27.
Empresa: Pharmascience Laboratórios Ltda.
Medicamento: Ritpress (Captopril).
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25000.055500/99-03
Expediente nº: 466382/11-9
Assunto: Similar - Indeferimento da Petição de Alteração de Excipiente.
Parecer: 089/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA.
28.
Empresa: Pharmascience Laboratórios Ltda.
Medicamento: Ritpress (Captopril).
Forma Farmacêutica: Comprimido Simples
Processo nº: 25000.055500/99-03
Expediente nº: 439700/11-2
Assunto: Similar - Indeferimento da Petição de Renovação do Registro do Medicamento.
Parecer: 090/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA.
29.
Empresa: Prati, Donaduzzi & Cia Ltda.
Medicamento: Triancinolona Acetonida + Sulfato de Neomicina + Gramicidina + Nistatina
Forma Farmacêutica: Creme Dermatológico
Processo nº: 25351.437281/2005-16
Expediente nº: 474117/11-0
Assunto: Genérico - Indeferimento da Petição de alteração de equipamento com diferente desenho e princípio de funcionamento, alteração de local de fabricação do fármaco e inclusão de local de fabricação do fármaco.
Parecer: 091/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA.
30.
Empresa: Novartis Biociências S.A.
Medicamento: Zoteon Pó (Tobramicina).
Forma Farmacêutica: Cápsula para Inalação
Processo nº: 25351.294127/2010-28
Expediente nº: 0154439/12-0
Assunto: Medicamento Novo - Indeferimento da Petição de Registro de Forma Farmacêutica Nova no País.Parecer: 092/2012
Decisão: EXTINÇÃO DO RECURSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR DESISTÊNCIA.
31.
Empresa: Probios Comércio Importação e Exportação LTDA.
Medicamento: Zapeka (Chamomilla D12 + Kaliumphosphoricum D6 + Staphisagria D12 + Valeriana D6)
Forma Farmacêutica: Glóbulos.
Processo nº: 25351.670458/2009-07
Expediente nº: 114937/11-7
Assunto: Dinamizado - Indeferimento da Petição do Registro do Medicamento.
Parecer: 093/2012
Decisão: CONHECER DO RECURSO E NÃO CONCEDER O EFEITO SUSPENSIVO.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
Substituto

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.158, DE 20 DE JULHO DE 2012

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 498, de 29 de março de 2012,

considerando, o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a identificação do desvio da qualidade, no qual foi impresso na embalagem secundária, um número de registro que não corresponde ao registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o que pode induzir aos usuários dúvidas e incertezas quanto à origem do medicamento, bem como o impedimento de inserção das informações do medicamento no banco de dados do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados - SNGPC, nos pontos de vendas, resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do produto RELAPAX 10 MG (DIAZEPAN) lote: 12 202 E TODOS OS DEMAIS LOTES IMPRESSOS NA EMBALAGEM SECUNDÁRIA COM O NÚMERO DE REGISTRO 1.0715.0030.003-3, fabricado pela empresa CAZI QUIMICA FARMACEUTICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº44.010.437/0001-81, localizada na RUA ANTONIO LOPES - JD ALVORADA, JANDIRA - SP por ter apresentado em sua embalagem secundária a impressão do número de registro diferente ao registrado na ANVISA.

Art. 2º. Determinar, o recolhimento do estoque existente no mercado relativamente aos lotes especificados no artigo 1º, na forma da Resolução RDC nº 55/2005.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

CONSULTA PÚBLICA Nº 48, DE 13 DE JULHO DE 2012

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, inciso IV, do Regulamento aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos parágrafos 1° e 3° do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n° 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 26 de junho de 2012,

adota a seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre o protocolo eletrônico para emissão de Certificado de Produto (Certificado de Cadastro ou Registro de Produto para a Saúde) e Certidão para Governo Estrangeiro (Certidão de Cadastro ou Registro para Exportação de Produto para a Saúde), em Anexo.

Art. 2º Informar que a proposta de Resolução está disponível na integra no sítio da ANVISA na internet e que sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para um dos seguintes endereços: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde (GGTPS), SAI Trecho 5, Área Especial 57, Brasília - DF, CEP 71.2050-050; ou para o e-mail: cp48.2012@anvisa.gov.br.

§ 1º A documentação objeto dessa Consulta Pública e o formulário para o envio de contribuições permanecerão à disposição dos interessados no endereço HTTP://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§ 2º As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no sítio da ANVISA na internet.

§ 3º As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º a Agência Nacional de Vigilância Sanitária poderá articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Parágrafo único. A consolidação do texto final do regulamento e o Relatório de Análise de Contribuições serão disponibilizados no sítio da ANVISA, na internet, após a deliberação da Diretoria Colegiada.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO, MONITORAMENTO DA QUALIDADE, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, PRODUTOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.118, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.119, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º Revogar a Resolução - RE Nº 2.864, de 5 de julho de 2012, publicada por meio do DOU Nº 131, de 9 de julho de 2012.

Art. 3º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.120, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando, ainda, a Portaria nº 802, de 08 de outubro de 1998 e que a empresa foi inspecionada, cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos Farmacêuticos, pela Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.121, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Astrazeneca do Brasil Ltda, CNPJ n.º 60.318.797/0001-00, Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.618-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.122, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A., CNPJ n.º 33.009.945/0001-23, Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.100-4;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.123, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 02.685.377/0001-57 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.300-3;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º Revogar a Resolução - RE Nº 676, de 22 de fevereiro de 2012, publicada no DOU Nº 39, de 27 de fevereiro de 2012.

Art. 3º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.124, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 61.072.393/0001-33 e Autorização de Funcionamento n.º:1.02.110-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.125, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A., CNPJ n.º 33.009.945/0001-23 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.100-4;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.126, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Lundbeck Brasil Ltda., CNPJ n.º 04.522.600/0002-51, Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.475-0 e Autorização Especial n° 1.21.100-5;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.127, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Lundbeck Brasil Ltda., CNPJ n.º 04.522.600/0002-51, Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.475-0 e Autorização Especial n.º: 1.21.100-5;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.128, DE 17 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Fundação Para o Remédio Popular - FURP, CNPJ n.º 43.640.754/0001-19 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.039-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.129, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Laboratório Teuto do Brasil S. A., CNPJ n.º 17.159.229/0001-76 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.370-7;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.130, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.131, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.132, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.133, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONCALVES ARAUJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.134, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.135, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.136, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral da Gerência de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando a solicitação de certificação da empresa ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS., CNPJ n.º 43.426.626/0001-77,

considerando ainda que a empresa foi inspecionada, cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.137, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.138, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Cancelamento da Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.139, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.140, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.141, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.142, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 340, de 5 de março de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO - RE N° 3.060, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas e, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.061, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.062, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC nº 346, de 16 de dezembro de 2002, Resolve

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados, conforme o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.063, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.064, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.065, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.066, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.068, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.069, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela RDC ANVISA nº 61, de 19 de março de 2004 e RDC 11, de 16 de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, conforme o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.070, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.071, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,, e ainda amparado pela Resolução - RDC nº. 345 de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Atividade em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.072, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder Renovação de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.073, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.074, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art.1º Indeferir pleito de Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.075, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.076, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Mudança de Endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.077, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.078, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas e, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.079, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art.1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.080, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, RESOLVE

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.081, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345 , de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.082, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.083, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.084, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.085, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art. 42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.086, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.087, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art. 42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização para empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.088, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização para empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.089, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.090, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.091, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Mudança de Endereço na Autorização de Funcionamento de Empresa, em conformidade com o disposto anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.092, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.093, DE 18 DE JULHO DE 2012

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.094, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.095, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.096, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.097, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução - RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.098, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art. 42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Cadastro de Filial de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.099, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art. 42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE N° 3.100, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art. 42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COUYRY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.101, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, , e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.102, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, , e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.103, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, , e ainda amparado pela Resolução - RDC Nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.104, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.105, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Razão Social na Autorização de Funcionamento de Empresa, em conformidade com o disposto anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.106, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir a Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.107, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Cadastro de Filial de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.108, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.109, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir a Renovação na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.110, DE 18 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.143, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº. 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1° Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, conforme o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.144, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº. 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1° Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento de Empresas - Mudança de Endereço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.145, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº. 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1° Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.146, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº. 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.147, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº. 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento de Empresas - Mudança de Endereço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.148, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº. 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Indeferir o pleito de Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.149, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº. 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1° Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.159, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados, conforme o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.160, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização Especial de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados, conforme disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.161, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados, conforme o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.162, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados, conforme o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDO COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 3.163, DE 20 DE JULHO DE 2012(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agencia Nacional de Vigilancia Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1003, de 22 de junho de 2012, publicada no DOU de 25 de junho de 2012, tendo em vista o disposto nos incisos X do Art.42 e no inciso I, § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados, conforme o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BIANCARDI COURY

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 608, DE 19 DE JULHO DE 2012

Torna pública a seleção de propostas para o Programa de Apoio a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - Funasa, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, inciso XII, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 subseqüente, e, considerando os critérios de elegibilidade e prioridade estabelecidos pela Portaria Funasa nº 118, de 14 de fevereiro de 2012, em seu ANEXO I, resolve:

Art. 1º Tornar pública a seleção de propostas para o Programa de Apoio a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (Número do Programa: 3621120120001), especificadas no ANEXO I desta Portaria.

§ 1º Poderá ser solicitada ao município selecionado, à qualquer tempo, a apresentação de documentos complementares ao processo, que deverão ser entregues no local e prazo estabelecidos no momento da solicitação.

§ 2º Os procedimentos relativos ao convênio estarão sujeitos às normas estabelecidas pela Funasa por meio da Portaria nº 623, de 11.5.2010 e legislação correlata.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO MARCOS PASSOS GOMES JÚNIOR

ANEXO I

UF	PROPONENTE	NÚMERO DA PROPOSTA
AC	Santa Rosa do Purus	1810/2012
AC	Assis Brasil	7596/2012
AL	ViCosa	11607/2012
AL	Boca da Mata	11113/2012
AL	Anadia	12064/2012
AL	Pariconha	10314/2012
BA	Jandaíra	3902/2012
BA	Itororó	8606/2012
BA	Boa Nova	10860/2012
BA	Ibicoara	10934/2012
BA	Riacho de Santana	12058/2012
BA	Buerarema	11674/2012
BA	Consorcio intermunicipal da Apa do Pratigi	12149/2012
CE	Ipu	4085/2012
CE	Jijoca de Jericoacoara	12069/2012
CE	Alto Santo	11997/2012
CE	Aiuaba	1190/2012
ES	São Domingos do Norte	3293/2012
GO	Itaberaí	11309/2012
GO	Mossâmedes	3096/2012
GO	Itapuranga	11433/2012
GO	Rubiataba	1837/2012
GO	Caiapônia	11568/2012
MA	São João do Soter	8912/2012
MA	Guimarães	11021/2012
MG	Sacramento	11655/2012
MG	Sabinópolis	11664/2012
MG	Guanhães	11579/2012
MG	Piumhi	10790/2012
MG	Passa Quatro	11346/2012
MG	Pimenta	11625/2012
MG	São José do Jacuri	12044/2012
MG	Dores do Turvo	11850/2012
MG	Fama	11688/2012
MS	Consorcio intermunicipal de desenvolvimento da Colonia	12065/2012
MT	Consorcio intermunicipal de desenvolvimento econômico, social, ambiental e turístico do complexo nascentes do Pantanal	11882/2012
PA	Nova Ipixuna	11695/2012
PA	Mãe do Rio	2150/2012
PA	Rio Maria	11460/2012
PA	Canaã dos Carajás	12136/2012
PA	Ulianópolis	11571/2012
PA	Placas	11566/2012
PB	Sossêgo	12387/2012
PB	Tenório	3131/2012
PB	São José do Brejo do Cruz	1326/2012
PB	Prata	1150/2012
PE	PoCão	12004/2012
PE	Jupi	11910/2012
PE	Itaquitinga	11912/2012
PE	Feira Nova	11770/2012
PE	Pedra	11749/2012
PE	Venturosa	11842/2012
PI	Ilha Grande	12022/2012
PI	Miguel Alves	11726/2012
PI	Betânia do Piauí	1043/2012
PI	São GonCalo do Gurguéia	11458/2012
PI	Anísio de Abreu	1034/2012
PR	São Jerônimo da Serra	11839/2012
PR	General Carneiro	11646/2012
PR	Pitanga	12027/2012
PR	Santa Maria do Oeste	11986/2012
PR	Cruzeiro do Oeste	3352/2012
PR	Nova EsperanCa	12137/2012
RN	Consorcio publico intermunicipal do Rio Grande do Norte	11676/2012
RO	São Francisco do Guaporé	11340/2012
RO	Monte Negro	11721/2012
RO	Presidente Médici	12019/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RO	Nova União	10712/2012
RR	Rorainópolis	12043/2012
RR	Mucajaí	11654/2012
RS	Boa Vista das Missões	11531/2012
RS	Gentil	5382/2012
RS	Nicolau Vergueiro	5435/2012
RS	Ernestina	5245/2012
RS	Tabaí	10509/2012

RS	Derrubadas	11803/2012
RS	Cristal do Sul	11677/2012
SC	Itapiranga	11640/2012
SE	Canindé de São Francisco	11663/2012
SE	Brejo Grande	12113/2012
SP	Alvinlândia	10948/2012
SP	Mirandópolis	11844/2012

SP	Florínia	10972/2012
SP	Pracinha	12109/2012
SP	Oscar Bressane	11052/2012
TO	Araguanã	9261/2012
TO	Palmeirópolis	1698/2012
TO	Lagoa da Confusão	12015/2012

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 680, DE 19 DE JULHO DE 2012(*)

Atualiza limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual de São Paulo e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS n° 1097, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria GM/MS nº 1.699, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento e,

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, por meio do Ofício CIB nº 45/2012, de 26 de junho de 2012, resolve:

Art. 1º Fica atualizado o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado no anexo II.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de São Paulo, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 6.212.280.456,33, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	3.055.473.406,53	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	3.156.807.049,80	Anexo II

§ 2º - Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 17.424.000,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 105.342.000,00.

§ 3º - O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos anexos desta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1° de julho de 2012.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - JULHO/2012

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	79.451.205,12
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	2.976.022.201,41
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	3.055.473.406,53

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - JULHO/2012

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
350010	ADAMANTINA	4.021.413,32	1.400.253,86	530.723,93	1.843.733,30	0,00	2.837.357,28	0,00	0,00	4.958.767,13
350020	ADOLFO	72.676,58	4,29	0,00	2.522,04	0,00	0,00	0,00	0,00	75.202,91
350030	AGUAI	1.798.929,59	719,24	0,00	99.236,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.898.884,86
350040	AGUAS DA PRATA	149.805,48	14.340,00	0,00	7.577,98	0,00	0,00	0,00	0,00	171.723,46
350050	AGUAS DE LINDOIA	782.100,93	149.194,91	0,00	401.094,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.332.390,82
350055	AGUAS DE SANTA BARBARA	79.006,43	0,00	0,00	1.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.064,43
350060	AGUAS DE SAO PEDRO	61.396,50	380,20	0,00	2.349,33	0,00	0,00	0,00	0,00	64.126,03
350070	AGUDOS	1.381.137,05	703.684,42	150.000,00	417.148,51	0,00	2.321.119,51	0,00	0,00	330.850,47
350075	ALAMBARI	9.663,24	450,00	150.000,00	40.589,71	0,00	0,00	0,00	0,00	200.702,95
350080	ALFREDO MARCONDES	20.685,38	0,00	0,00	2.711,07	0,00	0,00	0,00	0,00	23.396,45
350090	ALTAIR	32.128,72	0,00	0,00	4.484,22	0,00	0,00	0,00	0,00	36.612,94
350100	ALTINOPOLIS	1.076.952,77	62.614,02	0,00	270.615,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.410.182,73
350110	ALTO ALEGRE	186.598,29	0,00	0,00	8.990,61	0,00	0,00	0,00	0,00	195.588,91
350115	ALUMINIO	294.858,03	4.766,97	0,00	69.234,98	0,00	0,00	0,00	0,00	368.859,98
350120	ALVARES FLORENCE	17.829,20	0,00	0,00	2.928,22	0,00	0,00	0,00	0,00	20.757,42
350130	ALVARES MACHADO	716.532,75	55.874,16	0,00	308.133,94	0,00	1.027.409,94	0,00	0,00	53.130,91
350140	ALVARO DE CARVALHO	5.565,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.565,66
350150	ALVINLANDIA	1.210,68	0,00	0,00	727,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.937,88
350160	AMERICANA	10.780.575,98	2.020.232,62	17.504,26	5.267.501,74	0,00	0,00	0,00	0,00	18.085.814,60
350170	AMERICO BRASILIENSE	704.891,94	715.469,21	229.200,00	219.258,02	0,00	819.777,92	0,00	0,00	1.049.041,25
350180	AMERICO DE CAMPOS	73.424,35	0,00	0,00	1.847,92	0,00	0,00	0,00	0,00	75.272,27
350190	AMPARO	4.476.795,90	3.792.938,82	635.451,36	3.123.411,03	0,00	0,00	0,00	0,00	12.028.597,11
350200	ANALANDIA	50.299,43	0,00	0,00	4.317,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.617,10
350210	ANDRADINA	2.421.840,39	617.471,46	576.577,51	684.821,93	0,00	3.268.258,74	0,00	0,00	1.032.452,55
350220	ANGATUBA	1.358.639,97	206.211,27	150.000,00	543.499,86	0,00	0,00	0,00	0,00	2.258.351,10
350230	ANHEMBI	22.533,96	0,00	150.000,00	4.194,15	0,00	0,00	0,00	0,00	176.728,11
350240	ANHUMAS	20.466,65	0,00	0,00	2.562,86	0,00	0,00	0,00	0,00	23.029,51
350250	APARECIDA	2.151.751,91	1.222.993,37	673.258,20	209.485,38	0,00	3.735.092,33	0,00	0,00	522.396,53
350260	APARECIDA D'OESTE	169.223,49	5.243,72	150.000,00	76.701,47	0,00	170.982,74	0,00	0,00	230.185,94
350270	APIAI	1.255.132,32	616.397,09	481.996,08	494.520,60	0,00	12.552,96	0,00	0,00	2.835.493,13
350275	ARACARIGUAMA	190.720,63	0,00	0,00	15.307,08	0,00	0,00	0,00	0,00	206.027,71
350280	ARACATUBA	17.430.617,34	11.343.505,60	6.784.799,21	6.725.367,63	0,00	28.048.546,28	0,00	0,00	14.235.743,50
350290	ARACOIABA DA SERRA	394.313,66	0,00	0,00	14.928,86	0,00	0,00	0,00	0,00	409.242,52
350300	ARAMINA	82.352,41	0,00	0,00	1.948,19	0,00	0,00	0,00	0,00	84.300,60
350310	ARANDU	299.281,62	4.361,86	0,00	10.060,65	0,00	0,00	0,00	0,00	313.704,13
350315	ARAPEI	32.285,02	0,00	0,00	1.380,44	0,00	0,00	0,00	0,00	33.665,46
350320	ARARAQUARA	13.895.230,67	7.373.300,61	6.977.408,56	9.203.953,27	0,00	2.899.312,84	0,00	0,00	34.550.580,27
350330	ARARAS	10.581.640,47	11.381.165,85	1.841.503,17	2.481.767,84	0,00	10.042.184,41	0,00	0,00	16.243.892,92
350335	ARCO-IRIS	13.355,81	0,00	0,00	510,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.866,77
350340	AREALVA	283.429,33	16.341,02	150.000,00	9.595,50	0,00	0,00	0,00	0,00	459.365,85

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

350350	AREIAS	33.080,81	24.204,59	0,00	7.562,32	0,00	0,00	0,00	0,00	64.847,72
350360	AREIOPOLIS	102.081,25	0,00	150.000,00	63.022,68	0,00	0,00	0,00	0,00	315.103,93
350370	ARIRANHA	197.196,38	2.022,38	79.200,00	20.276,92	0,00	99.059,70	0,00	0,00	199.635,98
350380	ARTUR NOGUEIRA	771.424,68	0,00	0,00	63.830,31	0,00	0,00	0,00	0,00	835.254,99
350390	ARUJA	1.334.166,19	0,00	0,00	602.898,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.937.065,04
350395	ASPASIA	14.954,16	0,00	0,00	1.043,65	0,00	0,00	0,00	0,00	15.997,81
350400	ASSIS	7.829.716,52	4.655.471,82	695.029,99	2.760.110,10	0,00	6.539.409,95	0,00	0,00	9.400.918,48
350410	ATIBAIA	3.558.016,58	240.751,67	896.354,99	428.468,96	0,00	118,23	0,00	0,00	5.123.473,97
350420	AURIFLAMA	595.279,94	298.945,97	0,00	68.332,62	0,00	849.912,80	0,00	0,00	112.645,73
350430	AVAI	25.985,96	0,00	0,00	7.140,33	0,00	0,00	0,00	0,00	33.126,29
350440	AVANHANDAVA	288.683,07	0,00	0,00	-64.766,73	0,00	0,00	0,00	0,00	223.916,34
350450	AVARE	5.517.175,97	3.416.728,58	2.264.689,40	1.590.542,52	0,00	335.823,67	0,00	0,00	12.453.312,80
350460	BADY BASSITT	134.231,15	0,00	0,00	8.221,83	0,00	0,00	0,00	0,00	142.452,98
350470	BALBINOS	48,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,30
350480	BALSAMO	46.349,98	0,00	0,00	3.411,58	0,00	0,00	0,00	0,00	49.761,56
350490	BANANAL	1.092.486,06	63.814,85	0,00	25.055,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.181.356,12
350500	BARAO DE ANTONINA	25.725,74	1.654,05	0,00	2.098,80	0,00	0,00	0,00	0,00	29.478,59
350510	BARBOSA	28.781,04	0,00	0,00	3.785,61	0,00	0,00	0,00	0,00	32.566,65
350520	BARIRI	1.507.715,73	212.874,20	354.558,66	173.436,12	0,00	1.812.090,26	0,00	0,00	436.494,45
350530	BARRA BONITA	1.094.726,94	443.848,79	443.979,08	136.507,67	0,00	1.994.834,20	0,00	0,00	124.228,28
350535	BARRA DO CHAPEU	6.169,30	582,40	0,00	1.489,93	0,00	0,00	0,00	0,00	8.241,63
350540	BARRA DO TURVO	77.979,36	0,00	0,00	61.445,16	0,00	0,00	0,00	0,00	139.424,52
350550	BARRETOS	17.318.131,16	54.217.001,84	5.394.046,26	27.470.795,91	0,00	81.378.677,87	0,00	0,00	23.021.297,30
350560	BARRINHA	1.144.127,10	0,00	0,00	47.596,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.191.723,12
350570	BARUERI	14.670.831,70	945.525,70	0,00	8.508.205,46	0,00	0,00	0,00	0,00	24.124.562,86
350580	BASTOS	1.231.938,72	23.361,93	79.200,00	149.706,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484.207,26
350590	BATATAIS	3.665.086,31	672.521,16	672.390,26	1.867.237,21	0,00	0,00	0,00	0,00	6.877.234,94
350600	BAURU	30.936.065,51	23.885.662,56	9.535.362,52	42.340.647,70	0,00	100.233.518,02	0,00	0,00	6.464.220,27
350610	BEBEDOURO	4.205.127,99	1.225.218,24	0,00	1.719.675,58	0,00	91.682,58	0,00	0,00	7.058.339,23
350620	BENTO DE ABREU	5.627,76	0,00	0,00	1.901,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.529,16
350630	BERNARDINO DE CAMPOS	536.526,48	151.004,22	0,00	32.052,27	0,00	530.494,49	0,00	0,00	189.088,48
350635	BERTIOGA	2.385.116,25	19.544,32	0,00	310.284,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.714.945,53
350640	BILAC	278.218,31	98.525,51	0,00	55.716,87	0,00	389.768,28	0,00	0,00	42.692,41
350650	BIRIGUI	4.500.645,97	1.534.660,54	624.837,08	409.617,51	0,00	5.834.593,83	0,00	0,00	1.235.167,27
350660	BIRITIBA-MIRIM	1.309.223,22	0,00	150.000,00	16.659,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.475.882,56
350670	BOA ESPERANCA DO SUL	682.087,99	15.059,25	480.000,00	92.687,50	0,00	615.483,74	0,00	0,00	654.351,00
350680	BOCAINA	382.222,99	169,19	0,00	59.064,41	0,00	0,00	0,00	0,00	441.456,59
350690	BOFETE	17.894,84	0,00	0,00	21.249,17	0,00	0,00	0,00	0,00	39.144,01
350700	BOITUVA	1.714.002,79	304.714,26	227.120,21	78.636,91	0,00	0,00	0,00	0,00	2.324.474,17
350710	BOM JESUS DOS PERDOES	520.533,21	0,00	150.000,00	24.908,17	0,00	0,00	0,00	0,00	695.441,38
350715	BOM SUCESSO DE ITARARE	3.971,77	0,00	0,00	39.684,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.655,77
350720	BORA	8.158,98	140,70	0,00	72.625,12	0,00	0,00	0,00	0,00	80.924,80
350730	BORACEIA	19.491,60	0,00	0,00	60.970,18	0,00	0,00	0,00	0,00	80.461,78
350740	BORBOREMA	653.671,97	4.036,58	0,00	36.555,18	0,00	530.011,17	0,00	0,00	164.252,56
350745	BOREBI	3.103,38	0,00	0,00	37.500,88	0,00	0,00	0,00	0,00	40.604,26
350750	BOTUCATU	25.216.901,99	33.964.557,19	5.468.195,77	11.812.233,15	0,00	71.737.190,97	0,00	0,00	4.724.697,13
350760	BRAGANCA PAULISTA	13.909.258,06	9.999.966,79	3.572.962,30	2.136.169,74	0,00	21.983.456,36	0,00	0,00	7.634.900,53
350770	BRAUNA	4.439,26	0,00	0,00	11.203,33	0,00	0,00	0,00	0,00	15.642,59
350775	BREJO ALEGRE	5.427,59	0,00	0,00	1.700,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.127,90
350780	BRODOSQUI	458.329,60	0,00	0,00	114.915,13	0,00	0,00	0,00	0,00	573.244,73
350790	BROTAS	738.280,59	5.993,96	0,00	55.441,66	0,00	707.148,71	0,00	0,00	92.567,50
350800	BURI	901.685,95	37.117,29	0,00	-164.837,99	0,00	0,00	0,00	0,00	773.965,25
350810	BURITAMA	755.219,37	1.202.115,48	0,00	426.791,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.384.126,50
350820	BURITIZAL	22.239,80	0,00	0,00	2.962,45	0,00	0,00	0,00	0,00	25.202,25
350830	CABRALIA PAULISTA	6.204,84	0,00	0,00	229,23	0,00	0,00	0,00	0,00	6.434,07
350840	CABREUVA	1.223.494,46	15.656,46	0,00	38.401,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277.552,91
350850	CACAPAVA	4.834.811,64	315.847,54	105.600,00	889.985,16	0,00	0,00	0,00	0,00	6.146.244,34
350860	CACHOEIRA PAULISTA	1.613.857,25	43.710,12	79.200,00	450.625,89	0,00	0,00	0,00	0,00	2.187.393,26
350870	CACONDE	968.089,84	846.889,65	0,00	94.384,04	0,00	1.637.312,05	0,00	0,00	272.051,48
350880	CAFELANDIA	829.631,34	223.582,72	0,00	51.257,02	0,00	1.093.456,86	0,00	0,00	11.014,22
350890	CAIABU	0,00	0,00	0,00	1.082,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.082,94
350900	CAIEIRAS	3.029.610,97	48.141,59	0,00	173.067,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.250.819,86
350910	CAIUA	382,39	0,00	0,00	889,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.272,16
350920	CAJAMAR	5.505.715,53	228.306,54	0,00	279.425,54	0,00	0,00	0,00	0,00	6.013.447,61
350925	CAJATI	952.816,52	0,00	0,00	115.958,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.068.774,55
350930	CAJOBI	554.932,95	43.240,33	0,00	5.423,06	0,00	0,00	0,00	0,00	603.596,34
350940	CAJURU	1.874.499,91	170.727,74	79.200,00	186.234,32	0,00	0,00	0,00	0,00	2.310.661,97
350945	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	11.528,61	0,00	0,00	5.239,43	0,00	0,00	0,00	0,00	16.768,04
350950	CAMPINAS	125.753.406,17	71.991.514,08	20.670.105,06	143.640.071,67	0,00	147.266.375,95	0,00	0,00	214.788.721,03
350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	2.585.294,05	178.212,89	0,00	673.478,72	0,00	0,00	0,00	0,00	3.436.985,66
350970	CAMPOS DO JORDAO	2.654.179,91	5.433.997,56	1.527.974,01	298.644,69	0,00	8.901.375,62	0,00	0,00	1.013.420,55
350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
350990	CANANEIA	293.577,89	0,00	0,00	50.467,26	0,00	0,00	0,00	0,00	344.045,15
350995	CANAS	2.470,21	0,00	0,00	60.333,48	0,00	0,00	0,00	0,00	62.803,69
351000	CANDIDO MOTA	1.876.245,34	20.735,07	0,00	548.008,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2.444.988,83
351010	CANDIDO RODRIGUES	71.568,13	2.710,60	0,00	60.695,34	0,00	0,00	0,00	0,00	134.974,07
351015	CANITAR	1.204,59	0,00	0,00	72.228,02	0,00	0,00	0,00	0,00	73.432,61
351020	CAPAO BONITO	2.519.104,62	247.815,38	433.217,55	601.099,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.801.237,15
351030	CAPELA DO ALTO	257.243,80	0,00	0,00	9.400,92	0,00	0,00	0,00	0,00	266.644,72
351040	CAPIVARI	2.819.785,54	686.319,71	935.860,51	1.215.896,87	0,00	0,00	0,00	0,00	5.657.862,63
351050	CARAGUATATUBA	4.930.421,25	845.149,48	859.200,00	2.683.342,81	0,00	856.010,71	0,00	0,00	8.462.102,83
351060	CARAPICUIBA	14.042.082,93	2.689.533,56	784.800,00	5.347.195,51	0,00	16.198.153,22	0,00	0,00	6.665.458,78
351070	CARDOSO	919.183,44	374.975,44	150.000,00	81.806,45	0,00	1.174.277,67	0,00	0,00	351.687,66
351080	CASA BRANCA	4.770.746,30	2.437.693,73	150.000,00	1.995.605,64	0,00	8.648.889,56	0,00	0,00	705.156,11
351090	CASSIA DOS COQUEIROS	22.069,70	0,00	0,00	2.285,19	0,00	0,00	0,00	0,00	24.354,89
351100	CASTILHO	862.773,05	30.619,67	0,00	50.747,67	0,00	781.204,44	0,00	0,00	162.935,95
351110	CATANDUVA	17.522.524,37	15.803.777,57	4.975.927,69	7.131.097,05	0,00	37.863.859,68	0,00	0,00	7.569.467,00
351120	CATIGUA	67.638,87	0,00	0,00	62.765,01	0,00	0,00	0,00	0,00	130.403,88
351130	CEDRAL	63.809,16	0,00	150.000,00	88.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	302.204,64
351140	CERQUEIRA CESAR	721.073,07	498.356,04	150.000,00	111.774,27	0,00	0,00	0,00	0,00	1.481.203,38
351150	CERQUILHO	1.618.264,89	2.428,32	105.600,00	200.351,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.926.644,92
351160	CESARIO LANGE	704.213,77	30.385,43	0,00	22.565,20	0,00	0,00	0,00	0,00	757.164,40
351170	CHARQUEADA	642.607,76	71.121,97	0,00	29.486,80	0,00	0,00	0,00	0,00	743.216,53
351190	CLEMENTINA	211.510,77	0,00	0,00	4.959,18	0,00	196.200,46	0,00	0,00	20.269,49
351200	COLINA	901.949,53	768,10	0,00	61.601,33	0,00	0,00	0,00	0,00	964.318,96
351210	COLOMBIA	177.749,62	1.877,51	0,00	23.095,20	0,00	0,00	0,00	0,00	202.722,33
351220	CONCHAL	1.542.463,23	23.340,42	0,00	72.439,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.638.243,13
351230	CONCHAS	887.970,25	208.816,37	0,00	74.709,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.171.496,53
351240	CORDEIROPOLIS	693.350,64	5.392,68	229.200,00	400.119,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.328.062,82
351250	COROADOS	1.520,40	0,00	0,00	36.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	38.357,07
351260	CORONEL MACEDO	81.279,86	6.003,98	0,00	1.868,31	0,00	0,00	0,00	0,00	89.152,15
351270	CORUMBATAI	47.215,49	0,00	150.000,00	2.435,18	0,00	0,00	0,00	0,00	199.650,67
351280	COSMOPOLIS	2.535.629,54	30.420,67	231.158,73	1.411.478,92	0,00	0,00	0,00	0,00	4.208.687,86
351290	COSMORAMA	104.531,00	0,00	0,00	2.220,88	0,00	0,00	0,00	0,00	106.751,88
351300	COTIA	9.042.387,05	2.777.384,86	308.400,00	1.126.098,51	0,00	9.998.053,88	0,00	0,00	3.256.216,54
351310	CRAVINHOS	597.366,67	10.332,53	0,00	17.838,71	0,00	0,00	0,00	0,00	625.537,91
351320	CRISTAIS PAULISTA	39.558,96	0,00	0,00	14.827,17	0,00	0,00	0,00	0,00	54.386,13
351330	CRUZALIA	34.791,65	0,00	0,00	961,81	0,00	0,00	0,00	0,00	35.753,46

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

351340	CRUZEIRO	4.913.822,18	851.034,84	1.418.082,04	968.468,19	0,00	48.252,75	0,00	0,00	8.103.154,50
351350	CUBATAO	10.221.577,37	122.613,22	892.800,00	1.851.119,74	0,00	0,00	0,00	0,00	13.088.110,33
351360	CUNHA	961.259,87	4.784,10	150.000,00	482.602,53	0,00	1.004.450,04	0,00	0,00	594.196,46
351370	DESCALVADO	875.235,49	969,70	0,00	236.537,77	0,00	519.802,74	0,00	0,00	592.940,22
351380	DIADEMA	32.260.099,38	8.999.185,00	1.342.800,00	15.971.734,39	0,00	17.581.779,75	0,00	0,00	40.992.039,02
351385	DIRCE REIS	3.000,24	0,00	0,00	501,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.502,14
351390	DIVINOLANDIA	2.258.787,31	4.967.822,28	1.788.461,58	2.804.762,22	0,00	11.752.211,35	0,00	0,00	67.622,04
351400	DOBRADA	16.210,44	0,00	0,00	37.042,43	0,00	0,00	0,00	0,00	53.252,87
351410	DOIS CORREGOS	1.186.468,86	10.400,97	0,00	148.517,07	0,00	1.265.218,61	0,00	0,00	80.168,29
351420	DOLCINOPOLIS	6.078,43	0,00	0,00	2.023,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.101,97
351430	DOURADO	308.016,33	993,74	0,00	53.908,29	0,00	191.566,12	0,00	0,00	171.352,24
351440	DRACENA	2.843.554,48	1.465.146,74	998.759,15	1.754.958,88	0,00	0,00	0,00	0,00	7.062.419,25
351450	DUARTINA	991.903,14	225.696,77	150.000,00	241.855,97	0,00	1.419.418,71	0,00	0,00	190.037,17
351460	DUMONT	300.736,20	0,00	0,00	3.536,77	0,00	0,00	0,00	0,00	304.272,97
351470	ECHAPORA	123.091,29	22.891,31	0,00	40.970,13	0,00	0,00	0,00	0,00	186.952,73
351480	ELDORADO	391.460,19	0,00	0,00	71.688,72	0,00	0,00	0,00	0,00	463.148,91
351490	ELIAS FAUSTO	476.367,89	730,20	0,00	11.330,79	0,00	0,00	0,00	0,00	488.428,88
351492	ELISIARIO	20.667,18	0,00	0,00	3.846,83	0,00	0,00	0,00	0,00	24.514,01
351495	EMBAUBA	8.608,30	0,00	0,00	60.420,91	0,00	0,00	0,00	0,00	69.029,21
351500	EMBU	7.259.749,68	46.389,16	1.376.400,00	1.641.430,64	0,00	0,00	0,00	0,00	10.323.969,48
351510	EMBU-GUACU	1.490.647,62	0,00	379.200,00	421.362,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.291.210,02
351512	EMILIANOPOLIS	11.766,00	0,00	0,00	4.023,81	0,00	0,00	0,00	0,00	15.789,81
351515	ENGENHEIRO COELHO	73.805,70	0,00	0,00	106.649,06	0,00	0,00	0,00	0,00	180.454,76
351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	4.104.461,10	2.155.774,29	466.099,30	1.516.723,20	0,00	5.047.049,47	0,00	0,00	3.196.008,42
351519	ESPIRITO SANTO DO TURVO	929,89	0,00	0,00	194.481,54	0,00	0,00	0,00	0,00	195.411,43
351520	ESTRELA D'OESTE	466.273,68	140.440,65	0,00	38.232,38	0,00	566.527,45	0,00	0,00	78.419,26
351530	ESTRELA DO NORTE	10.140,41	0,00	0,00	13.155,62	0,00	0,00	0,00	0,00	23.296,03
351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	262.511,63	0,00	0,00	21.915,90	0,00	98.058,28	0,00	0,00	186.369,25
351540	FARTURA	975.971,83	44.009,06	480.000,00	42.681,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.542.661,91
351550	FERNANDOPOLIS	5.420.533,63	2.081.965,55	3.313.737,69	1.895.641,17	0,00	9.952.600,26	0,00	0,00	2.759.277,78
351560	FERNANDO PRESTES	52.378,30	0,00	0,00	42.222,66	0,00	0,00	0,00	0,00	94.600,96
351565	FERNAO	1.293,98	0,00	0,00	61.835,29	0,00	0,00	0,00	0,00	63.129,27
351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	9.876.422,05	4.108.566,75	858.000,00	1.714.157,23	0,00	14.172.223,27	0,00	0,00	2.384.922,76
351580	FLORA RICA	487,76	0,00	0,00	1.666,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.153,90
351590	FLOREAL	2.868,84	0,00	0,00	20.916,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23.785,58
351600	FLORIDA PAULISTA	569.886,55	8.909,36	0,00	93.578,03	0,00	582.943,37	0,00	0,00	89.430,57
351610	FLORINIA	77.601,70	0,00	0,00	1.430,25	0,00	0,00	0,00	0,00	79.031,95
351620	FRANCA	31.301.745,02	9.179.449,52	5.521.151,10	8.176.837,55	0,00	42.101.519,29	0,00	0,00	12.077.663,90
351630	FRANCISCO MORATO	10.308.081,58	2.597.791,54	553.093,22	2.615.350,21	0,00	6.786.680,74	0,00	0,00	9.287.635,81
351640	FRANCO DA ROCHA	9.104.299,72	4.997.649,38	0,00	1.545.787,20	0,00	13.385.147,45	0,00	0,00	2.262.588,85
351650	GABRIEL MONTEIRO	5.773,36	0,00	0,00	2.743,67	0,00	0,00	0,00	0,00	8.517,03
351660	GALIA	355.608,90	54.414,20	0,00	59.915,12	0,00	420.975,66	0,00	0,00	48.962,56
351670	GARCA	5.764.190,42	299.719,34	429.690,37	1.719.531,23	0,00	2.802.432,26	0,00	0,00	5.410.699,10
351680	GASTAO VIDIGAL	33.038,20	0,00	0,00	2.635,43	0,00	0,00	0,00	0,00	35.673,63
351685	GAVIAO PEIXOTO	35.594,54	881,49	0,00	60.768,47	0,00	0,00	0,00	0,00	97.244,50
351690	GENERAL SALGADO	472.279,56	42.682,58	79.200,00	34.288,88	0,00	455.548,73	0,00	0,00	172.902,29
351700	GETULINA	405.429,83	2.055,26	0,00	58.997,57	0,00	0,00	0,00	0,00	466.482,66
351710	GLICERIO	66.958,82	0,00	0,00	3.376,83	0,00	0,00	0,00	0,00	70.335,65
351720	GUAICARA	5.456,07	0,00	0,00	62.329,53	0,00	0,00	0,00	0,00	67.785,60
351730	GUAIMBE	110.309,27	0,00	0,00	193.184,88	0,00	0,00	0,00	0,00	303.494,15
351740	GUAIRA	1.658.085,11	8.168,55	405.600,00	553.259,09	0,00	0,00	0,00	0,00	2.625.112,75
351750	GUAPIACU	281.069,86	0,00	0,00	529.439,91	0,00	0,00	0,00	0,00	810.509,77
351760	GUAPIARA	864.245,44	70.080,86	0,00	33.126,94	0,00	0,00	0,00	0,00	967.453,24
351770	GUARA	1.050.146,59	0,00	79.200,00	532.158,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.661.505,30
351780	GUARACAI	345.916,93	1.680,81	0,00	15.850,65	0,00	262.755,22	0,00	0,00	100.693,17
351790	GUARACI	220.772,69	0,00	0,00	62.624,57	0,00	0,00	0,00	0,00	283.397,26
351800	GUARANI D'OESTE	32.830,93	0,00	0,00	3.662,02	0,00	0,00	0,00	0,00	36.492,95
351810	GUARANTA	213.537,59	0,00	0,00	-74.755,78	0,00	0,00	0,00	0,00	138.781,81
351820	GUARARAPES	1.419.562,83	74.970,31	205.704,23	106.222,83	0,00	1.598.654,75	0,00	0,00	207.805,45
351830	GUARAREMA	1.054.210,06	10.369,51	0,00	69.860,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1.134.440,21
351840	GUARATINGUETA	9.923.124,70	3.357.825,75	3.029.977,26	5.664.083,54	0,00	0,00	0,00	0,00	21.975.011,25
351850	GUAREI	210.321,00	23,08	150.000,00	23.238,71	0,00	0,00	0,00	0,00	383.582,79
351860	GUARIBA	1.652.298,73	671.866,63	351.650,99	213.735,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.889.551,55
351870	GUARUJA	19.985.325,98	1.500.411,94	3.755.015,04	9.335.398,70	0,00	0,00	0,00	0,00	34.576.151,66
351880	GUARULHOS	93.827.414,38	7.084.611,28	9.664.453,24	16.868.654,72	0,00	45.176.478,19	0,00	0,00	82.268.655,43
351885	GUATAPARA	52.441,85	1.147,07	0,00	101.428,81	0,00	0,00	0,00	0,00	155.017,73
351890	GUZOLANDIA	9.505,08	0,00	0,00	3.445,35	0,00	0,00	0,00	0,00	12.950,43
351900	HERCULANDIA	426.131,27	1.697,76	0,00	88.854,83	0,00	433.051,62	0,00	0,00	83.632,24
351905	HOLAMBRA	269.238,39	0,00	0,00	10.028,41	0,00	0,00	0,00	0,00	279.266,80
351907	HORTOLANDIA	8.367.552,16	121.761,59	1.593.600,00	1.507.349,84	0,00	0,00	0,00	0,00	11.590.263,59
351910	IACANGA	300.224,55	6.597,61	150.000,00	17.185,69	0,00	0,00	0,00	0,00	474.007,85
351920	IACRI	338.992,31	323,95	0,00	33.123,79	0,00	0,00	0,00	0,00	372.440,05
351925	IARAS	17.063,40	11.526,46	0,00	4.911,75	0,00	0,00	0,00	0,00	33.501,61
351930	IBATE	1.302.295,63	12.628,05	0,00	98.823,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.413.747,43
351940	IBIRA	335.293,16	3.354,76	150.000,00	18.325,98	0,00	327.508,06	0,00	0,00	179.465,84
351950	IBIRAREMA	82.279,07	0,00	0,00	1.901,12	0,00	0,00	0,00	0,00	84.180,19
351960	IBITINGA	3.009.763,98	218.940,71	498.631,17	568.722,96	0,00	0,00	0,00	0,00	4.296.058,82
351970	IBIUNA	3.350.083,75	7.973,55	0,00	264.976,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.623.033,70
351980	ICEM	147.949,89	0,00	150.000,00	7.299,39	0,00	0,00	0,00	0,00	305.249,28
351990	IEPE	412.329,96	683.468,29	0,00	35.484,06	0,00	64.476,88	0,00	0,00	1.066.805,43
352000	IGARACU DO TIETE	820.667,56	15.872,04	0,00	112.652,60	0,00	850.603,81	0,00	0,00	98.588,39
352010	IGARAPAVA	1.389.393,72	3.364,64	0,00	145.493,00	0,00	1.255.878,67	0,00	0,00	282.372,69
352020	IGARATA	55.163,07	426,36	0,00	17.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	73.041,72
352030	IGUAPE	811.116,75	2.900,18	0,00	100.763,48	0,00	0,00	0,00	0,00	914.780,41
352040	ILHABELA	1.334.407,43	70.499,13	150.000,00	415.467,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970.374,43
352042	ILHA COMPRIDA	200.637,28	6.951,66	0,00	63.804,28	0,00	0,00	0,00	0,00	271.393,22
352044	ILHA SOLTEIRA	1.462.408,19	753.586,10	0,00	126.709,80	0,00	2.093.859,70	0,00	0,00	248.844,39
352050	INDAIATUBA	11.076.986,93	1.987.594,09	1.300.337,11	6.852.172,76	0,00	152.402,28	0,00	0,00	21.064.688,61
352060	INDIANA	0,00	0,00	0,00	1.807,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807,59
352070	INDIAPORA	357.850,47	56.215,81	0,00	81.272,61	0,00	406.817,77	0,00	0,00	88.521,12
352080	INUBIA PAULISTA	43.462,77	783,40	0,00	40.675,69	0,00	0,00	0,00	0,00	84.921,86
352090	IPAUCU	718.559,70	10.219,39	0,00	121.930,99	0,00	666.589,03	0,00	0,00	184.121,05
352100	IPERO	69.588,83	0,00	0,00	585.226,02	0,00	0,00	0,00	0,00	654.814,85
352110	IPEUNA	56.730,32	5.915,57	150.000,00	4.438,82	0,00	0,00	0,00	0,00	217.084,71
352115	IPIGUA	16.820,40	0,00	0,00	61.376,73	0,00	0,00	0,00	0,00	78.197,13
352120	IPORANGA	35.958,36	0,00	0,00	63.351,75	0,00	0,00	0,00	0,00	99.310,11
352130	IPUA	627.441,47	400,46	0,00	70.526,57	0,00	561.352,98	0,00	0,00	137.015,52
352140	IRACEMAPOLIS	185.455,18	1.434,53	0,00	23.797,84	0,00	0,00	0,00	0,00	210.687,55
352150	IRAPUA	78.518,37	0,00	0,00	14.903,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.421,37
352160	IRAPURU	16.178,94	0,00	0,00	4.865,76	0,00	0,00	0,00	0,00	21.044,70
352170	ITABERA	717.141,22	99.602,29	0,00	48.164,22	0,00	0,00	0,00	0,00	864.907,73
352180	ITAI	990.374,09	35.079,32	330.000,00	69.512,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.424.965,54
352190	ITAJOBI	528.617,38	48.487,07	0,00	44.661,43	0,00	445.338,72	0,00	0,00	176.427,16
352200	ITAJU	23.800,94	0,00	0,00	3.319,77	0,00	0,00	0,00	0,00	27.120,71
352210	ITANHAEM	5.009.811,43	8.882,67	1.620.000,00	699.937,29	0,00	2.115.234,61	0,00	0,00	5.223.396,78
352215	ITAOCA	3.893,90	0,00	0,00	918,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.811,90
352220	ITAPECERICA DA SERRA	11.693.564,41	8.656.008,19	634.800,00	4.243.754,43	0,00	17.246.994,16	0,00	0,00	7.981.132,87
352230	ITAPETININGA	7.312.748,89	2.878.821,42	1.095.600,00	3.860.051,60	0,00	2.010.054,04	0,00	0,00	13.137.167,87

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

352240	ITAPEVA	6.469.249,47	4.042.684,59	2.256.150,92	2.837.969,64	0,00	0,00	0,00	0,00	15.606.054,62
352250	ITAPEVI	10.814.377,06	6.358.868,51	1.092.000,00	1.678.521,86	0,00	13.064.028,13	0,00	0,00	6.879.739,30
352260	ITAPIRA	8.557.624,10	4.892.140,47	600.163,14	4.178.763,69	0,00	9.916.635,28	0,00	0,00	8.312.056,12
352265	ITAPIRAPUA PAULISTA	2.336,33	0,00	0,00	1.462,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3.798,86
352270	ITAPOLIS	2.343.213,61	156.423,79	374.463,53	837.401,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.711.501,93
352280	ITAPORANGA	792.328,25	196.239,23	150.000,00	77.330,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.215.897,95
352290	ITAPUI	603.502,12	0,00	0,00	23.166,78	0,00	0,00	0,00	0,00	626.668,90
352300	ITAPURA	26.776,02	0,00	0,00	545,38	0,00	0,00	0,00	0,00	27.321,40
352310	ITAQUAQUECETUBA	11.337.558,25	2.821.715,94	1.158.000,00	2.452.040,11	0,00	14.061.395,71	0,00	0,00	3.707.918,59
352320	ITARARE	2.652.656,30	159.488,92	417.326,77	799.304,94	0,00	0,00	0,00	0,00	4.028.776,93
352330	ITARIRI	224.033,09	0,00	150.000,00	70.197,81	0,00	0,00	0,00	0,00	444.230,90
352340	ITATIBA	5.475.290,28	282.660,88	745.221,34	1.288.241,04	0,00	0,00	0,00	0,00	7.791.413,54
352350	ITATINGA	497.836,21	418,58	0,00	63.813,53	0,00	0,00	0,00	0,00	562.068,32
352360	ITIRAPINA	569.483,33	290,12	150.000,00	30.257,23	0,00	0,00	0,00	0,00	750.030,68
352370	ITIRAPUA	23.411,40	0,00	0,00	843,05	0,00	0,00	0,00	0,00	24.254,45
352380	ITOBI	64.216,63	1.570,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.787,16
352390	ITU	13.067.175,16	1.787.374,94	1.569.647,17	2.926.354,29	0,00	16.420.273,23	0,00	0,00	2.930.278,33
352400	ITUPEVA	1.487.694,75	196.173,63	0,00	833.435,29	0,00	0,00	0,00	0,00	2.517.303,67
352410	ITUVERAVA	2.861.807,91	792.947,47	627.042,44	582.606,57	0,00	0,00	0,00	0,00	4.864.404,39
352420	JABORANDI	244.273,22	0,00	0,00	3.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00	247.955,22
352430	JABOTICABAL	2.982.062,30	873.413,77	350.994,33	418.577,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.625.048,30
352440	JACAREI	14.484.873,86	1.870.533,52	1.069.383,79	9.105.911,12	0,00	110.781,01	0,00	0,00	26.419.921,28
352450	JACI	3.793.598,76	291.963,92	0,00	145.017,13	0,00	4.226.910,46	0,00	0,00	3.669,35
352460	JACUPIRANGA	511.330,61	0,00	0,00	73.089,15	0,00	0,00	0,00	0,00	584.419,76
352470	JAGUARIUNA	2.391.907,91	40.774,67	0,00	1.144.630,18	0,00	0,00	0,00	0,00	3.577.312,76
352480	JALES	3.179.203,85	2.653.922,73	2.313.146,08	940.518,65	0,00	7.745.017,12	0,00	0,00	1.341.774,19
352490	JAMBEIRO	1.600,26	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.603,26
352500	JANDIRA	6.545.289,27	57.424,06	150.000,00	933.184,23	0,00	0,00	0,00	0,00	7.685.897,56
352510	JARDINOPOLIS	775.973,25	456,31	0,00	117.781,85	0,00	0,00	0,00	0,00	894.211,41
352520	JARINU	331.089,65	0,00	0,00	11.437,98	0,00	0,00	0,00	0,00	342.527,63
352530	JAU	15.531.722,28	41.529.249,64	3.911.642,11	21.834.526,37	0,00	80.761.516,90	0,00	0,00	2.045.623,50
352540	JERIQUARA	12.430,77	0,00	0,00	866,01	0,00	0,00	0,00	0,00	13.296,78
352550	JOANOPOLIS	371.816,68	0,00	150.000,00	-22.947,02	0,00	0,00	0,00	0,00	498.869,66
352560	JOAO RAMALHO	16.659,85	0,00	0,00	3.072,99	0,00	0,00	0,00	0,00	19.732,84
352570	JOSE BONIFACIO	1.468.467,60	281.339,07	423.364,61	301.136,77	0,00	1.851.693,82	0,00	0,00	622.614,23
352580	JULIO MESQUITA	31.395,79	0,00	0,00	479,35	0,00	0,00	0,00	0,00	31.875,14
352585	JUMIRIM	3.231,72	0,00	0,00	10.570,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.802,20
352590	JUNDIAI	33.287.279,62	12.906.635,76	1.113.600,00	10.669.967,34	0,00	614.446,63	0,00	0,00	57.363.036,09
352600	JUNQUEIROPOLIS	839.025,42	316.716,12	79.200,00	596.324,31	0,00	1.077.722,36	0,00	0,00	753.543,49
352610	JUQUIA	925.441,03	2.050,66	0,00	110.862,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.038.354,35
352620	JUQUITIBA	651.898,70	0,00	300.000,00	394.336,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.346.235,54
352630	LAGOINHA	94.484,76	0,00	0,00	2.635,98	0,00	0,00	0,00	0,00	97.120,74
352640	LARANJAL PAULISTA	1.375.370,66	12.640,25	0,00	142.526,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.530.537,13
352650	LAVINIA	33.872,17	0,00	0,00	4.460,47	0,00	0,00	0,00	0,00	38.332,64
352660	LAVRINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352670	LEME	5.270.568,11	272.420,52	796.243,87	1.159.018,58	0,00	0,00	0,00	0,00	7.498.251,08
352680	LENCOIS PAULISTA	3.035.272,41	136.955,73	455.278,30	616.108,05	0,00	0,00	0,00	0,00	4.243.614,49
352690	LIMEIRA	26.469.958,11	6.441.447,63	5.206.047,47	9.429.479,58	0,00	892.523,67	0,00	0,00	46.654.409,12
352700	LINDOIA	278.837,29	1.573.654,78	105.600,00	371.786,32	0,00	1.929.648,07	0,00	0,00	400.230,32
352710	LINS	4.405.900,96	6.145.912,49	686.447,87	2.677.342,48	0,00	5.518.215,49	0,00	0,00	8.397.388,31
352720	LORENA	5.335.092,52	823.254,10	1.259.124,18	1.811.929,70	0,00	0,00	0,00	0,00	9.229.400,50
352725	LOURDES	12.521,27	1.357,13	0,00	62.100,12	0,00	0,00	0,00	0,00	75.978,52
352730	LOUVEIRA	1.321.848,46	318.541,04	0,00	76.556,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.716.946,42
352740	LUCELIA	945.257,78	49.265,94	0,00	96.134,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.090.658,55
352750	LUCIANOPOLIS	31.667,68	0,00	0,00	165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.832,68
352760	LUIS ANTONIO	250.119,65	0,00	0,00	18.595,39	0,00	0,00	0,00	0,00	268.715,04
352770	LUIZIANIA	154.467,27	4.562,90	0,00	5.401,39	0,00	0,00	0,00	0,00	164.431,56
352780	LUPERCIO	105.760,89	117.529,85	0,00	720,06	0,00	0,00	0,00	0,00	224.010,80
352790	LUTECIA	22.979,54	0,00	0,00	60.668,04	0,00	0,00	0,00	0,00	83.647,58
352800	MACATUBA	985.837,24	6.766,15	79.200,00	380.128,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.451.932,15
352810	MACAUBAL	229.525,21	0,00	0,00	11.865,64	0,00	0,00	0,00	0,00	241.390,85
352820	MACEDONIA	13.929,61	0,00	0,00	750,69	0,00	0,00	0,00	0,00	14.680,30
352830	MAGDA	10.394,64	0,00	0,00	20.044,81	0,00	0,00	0,00	0,00	30.439,45
352840	MAIRINQUE	893.315,97	120.322,95	105.600,00	82.548,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.201.787,46
352850	MAIRIPORA	3.355.070,59	38.972,02	331.376,90	621.309,95	0,00	0,00	0,00	0,00	4.346.729,46
352860	MANDURI	9.792,03	6.341,17	0,00	1.226,87	0,00	0,00	0,00	0,00	17.360,07
352870	MARABA PAULISTA	112,95	0,00	0,00	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117,95
352880	MARACAI	743.950,22	12.833,67	0,00	431.007,11	0,00	611.113,31	0,00	0,00	576.677,69
352885	MARAPOAMA	17.079,60	0,00	0,00	65.636,84	0,00	0,00	0,00	0,00	82.716,44
352890	MARIAPOLIS	25.036,32	13,18	0,00	194.291,82	0,00	0,00	0,00	0,00	219.341,32
352900	MARILIA	27.754.093,09	18.954.807,54	5.168.232,43	16.233.410,16	0,00	38.501.402,84	0,00	0,00	29.609.140,38
352910	MARINOPOLIS	13.536,98	0,00	0,00	1.398,12	0,00	0,00	0,00	0,00	14.935,10
352920	MARTINOPOLIS	1.379.727,62	325.908,34	0,00	1.269.405,61	0,00	1.637.569,83	0,00	0,00	1.337.471,74
352930	MATAO	4.240.617,96	468.435,17	1.495.124,05	1.441.558,65	0,00	6.017.927,58	0,00	0,00	1.627.808,25
352940	MAUA	18.539.293,25	936.346,41	2.039.277,61	36.367.286,34	0,00	127.323,68	0,00	0,00	57.754.879,93
352950	MENDONCA	12.619,23	0,00	150.000,00	73.229,55	0,00	0,00	0,00	0,00	235.848,78
352960	MERIDIANO	21.313,58	0,00	0,00	5.808,69	0,00	0,00	0,00	0,00	27.122,27
352965	MESOPOLIS	23.509,88	5,27	0,00	5.172,66	0,00	0,00	0,00	0,00	28.687,81
352970	MIGUELOPOLIS	881.325,63	0,00	0,00	137.620,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.018.946,05
352980	MINEIROS DO TIETE	83.247,70	0,00	0,00	63.748,02	0,00	37.779,75	0,00	0,00	109.215,97
352990	MIRACATU	678.575,05	0,00	0,00	80.597,90	0,00	0,00	0,00	0,00	759.172,95
353000	MIRA ESTRELA	13.416,67	0,00	0,00	2.594,11	0,00	0,00	0,00	0,00	16.010,78
353010	MIRANDOPOLIS	1.506.246,98	573.490,40	0,00	190.809,42	0,00	2.053.036,63	0,00	0,00	217.510,17
353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	441.488,20	0,00	0,00	15.497,13	0,00	0,00	0,00	0,00	456.985,33
353030	MIRASSOL	1.245.950,67	144.811,52	438.208,52	527.084,70	0,00	110.785,12	0,00	0,00	2.245.270,29
353040	MIRASSOLANDIA	16.072,81	0,00	0,00	3.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.341,81
353050	MOCOCA	4.276.551,25	388.241,05	989.901,70	2.642.521,71	0,00	0,00	0,00	0,00	8.297.215,71
353060	MOJI DAS CRUZES	28.240.082,50	19.252.610,92	5.465.658,33	10.249.146,39	0,00	28.587.735,76	0,00	0,00	34.619.762,38
353070	MOJI-GUACU	9.517.573,95	2.090.997,79	2.873.137,56	5.581.241,67	0,00	380,40	0,00	0,00	20.062.570,57
353080	MOJI-MIRIM	7.113.996,79	323.735,46	1.433.349,63	4.243.297,53	0,00	1.496.885,22	0,00	0,00	11.617.494,19
353090	MOMBUCA	45.477,36	0,00	0,00	5.049,57	0,00	0,00	0,00	0,00	50.526,93
353100	MONCOES	17.725,58	0,00	0,00	4.388,34	0,00	0,00	0,00	0,00	22.113,92
353110	MONGAGUA	2.510.280,79	12.823,12	630.000,00	28.540,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.181.644,81
353120	MONTE ALEGRE DO SUL	44.187,08	0,00	0,00	1.953,84	0,00	0,00	0,00	0,00	46.140,92
353130	MONTE ALTO	3.025.929,29	185.601,51	330.693,17	671.628,31	0,00	0,00	0,00	0,00	4.213.852,28
353140	MONTE APRAZIVEL	1.099.448,53	355.973,85	150.000,00	104.535,18	0,00	1.498.005,75	0,00	0,00	211.951,81
353150	MONTE AZUL PAULISTA	1.254.140,75	0,00	0,00	76.675,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330.816,43
353160	MONTE CASTELO	3.916,51	0,00	0,00	1.225,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,17
353170	MONTEIRO LOBATO	4.674,58	0,00	0,00	1.832,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,53
353180	MONTE MOR	2.207.648,24	5.309,82	79.200,00	557.651,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.849.809,37
353190	MORRO AGUDO	1.369.575,75	699,73	0,00	254.107,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.624.383,41
353200	MORUNGABA	734.934,62	0,00	0,00	36.269,35	0,00	0,00	0,00	0,00	771.203,97
353205	MOTUCA	39.370,86	2.827,60	0,00	38.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	80.633,19
353210	MURUTINGA DO SUL	178.175,46	204,06	0,00	46.214,89	0,00	151.039,85	0,00	0,00	73.554,56
353215	NANTES	16.500,17	0,00	0,00	1.215,96	0,00	0,00	0,00	0,00	17.716,13
353220	NARANDIBA	17.893,21	0,00	0,00	3.928,92	0,00	0,00	0,00	0,00	21.822,13
353230	NATIVIDADE DA SERRA	41.998,70	0,00	0,00	15,15	0,00	0,00	0,00	0,00	42.013,85
353240	NAZARE PAULISTA	614.177,36	0,00	0,00	28.271,93	0,00	0,00	0,00	0,00	642.449,29

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

353250	NEVES PAULISTA	377.751,64	385,22	0,00	24.614,70	0,00	391.874,07	0,00	0,00	10.877,49
353260	NHANDEARA	736.667,73	668.927,09	150.000,00	92.153,57	0,00	1.445.386,39	0,00	0,00	202.362,00
353270	NIPOA	5.535,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.535,84
353280	NOVA ALIANCA	18.788,95	0,00	0,00	13.347,89	0,00	0,00	0,00	0,00	32.136,84
353282	NOVA CAMPINA	19.829,05	0,00	0,00	61.032,60	0,00	0,00	0,00	0,00	80.861,65
353284	NOVA CANAA PAULISTA	10.911,21	0,00	0,00	1.136,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.047,25
353286	NOVA CASTILHO	607,32	0,00	0,00	3.663,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4.270,98
353290	NOVA EUROPA	272.627,62	6.614,52	0,00	54.432,82	0,00	211.042,11	0,00	0,00	122.632,85
353300	NOVA GRANADA	1.320.095,92	1.540.110,49	150.000,00	210.044,35	0,00	2.937.753,39	0,00	0,00	282.497,37
353310	NOVA GUATAPORANGA	5.185,95	0,00	0,00	560,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.746,38
353320	NOVA INDEPENDENCIA	17.648,92	0,00	0,00	2.458,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.107,10
353325	NOVAIS	43.637,45	0,00	0,00	61.507,18	0,00	0,00	0,00	0,00	105.144,63
353330	NOVA LUZITANIA	3.774,32	0,00	0,00	8.585,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.360,26
353340	NOVA ODESSA	1.918.483,29	1.562,91	0,00	156.735,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2.076.781,64
353350	NOVO HORIZONTE	2.368.602,08	2.568,97	448.683,62	301.507,69	0,00	2.241.903,84	0,00	0,00	879.458,52
353360	NUPORANGA	138.570,28	0,00	0,00	16.700,59	0,00	0,00	0,00	0,00	155.270,87
353370	OCAUCU	0,00	0,00	0,00	63.672,08	0,00	0,00	0,00	0,00	63.672,08
353380	OLEO	21.401,77	9.175,59	0,00	6.030,33	0,00	0,00	0,00	0,00	36.607,69
353390	OLIMPIA	2.619.829,23	682.880,90	899.012,46	373.456,96	0,00	0,00	0,00	0,00	4.575.179,55
353400	ONDA VERDE	38.410,58	0,00	0,00	5.221,58	0,00	0,00	0,00	0,00	43.632,16
353410	ORIENTE	45.445,81	0,00	0,00	41.484,02	0,00	0,00	0,00	0,00	86.929,83
353420	ORINDIUVA	72.259,70	0,00	0,00	2.060,46	0,00	0,00	0,00	0,00	74.320,16
353430	ORLANDIA	2.078.231,83	47.930,76	379.379,23	374.046,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.879.587,99
353440	OSASCO	35.135.077,81	3.742.075,32	1.492.800,00	6.574.172,21	0,00	9.790.171,89	0,00	0,00	37.153.953,45
353450	OSCAR BRESSANE	13.808,40	0,00	0,00	73.425,03	0,00	0,00	0,00	0,00	87.233,43
353460	OSVALDO CRUZ	1.429.896,07	283.821,73	397.885,24	320.478,80	0,00	0,00	0,00	0,00	2.432.081,84
353470	OURINHOS	10.068.408,23	2.641.893,37	1.803.863,75	5.830.275,65	0,00	0,00	0,00	0,00	20.344.441,00
353475	OUROESTE	280.738,87	0,00	0,00	70.374,65	0,00	0,00	0,00	0,00	351.113,52
353480	OURO VERDE	50.577,31	0,00	0,00	4.119,29	0,00	0,00	0,00	0,00	54.696,60
353490	PACAEMBU	555.376,46	12.147,80	0,00	30.559,04	0,00	0,00	0,00	0,00	598.083,30
353500	PALESTINA	47.391,13	0,00	150.000,00	12.622,33	0,00	0,00	0,00	0,00	210.013,46
353510	PALMARES PAULISTA	25.877,07	0,00	0,00	61.026,60	0,00	0,00	0,00	0,00	86.903,67
353520	PALMEIRA D'OESTE	489.699,56	229.600,66	150.000,00	42.425,98	0,00	675.636,57	0,00	0,00	236.089,63
353530	PALMITAL	1.349.347,95	168.688,88	192.969,61	189.249,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900.256,00
353540	PANORAMA	510.277,03	74.795,27	0,00	19.651,81	0,00	0,00	0,00	0,00	604.724,11
353550	PARAGUACU PAULISTA	3.088.827,72	230.957,84	474.291,12	1.287.944,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.082.020,99
353560	PARAIBUNA	201.938,13	0,00	0,00	143.156,92	0,00	0,00	0,00	0,00	345.095,05
353570	PARAISO	60.550,50	0,00	0,00	39.426,52	0,00	0,00	0,00	0,00	99.977,02
353580	PARANAPANEMA	538.379,19	1.571,98	150.000,00	21.236,23	0,00	0,00	0,00	0,00	711.187,40
353590	PARANAPUA	3.267,00	0,00	0,00	465,99	0,00	0,00	0,00	0,00	3.732,99
353600	PARAPUA	469.069,74	224,03	0,00	94.413,99	0,00	0,00	0,00	0,00	563.707,76
353610	PARDINHO	102.086,62	0,00	150.000,00	1.854,45	0,00	0,00	0,00	0,00	253.941,07
353620	PARIQUERA-ACU	2.006.172,42	6.536.112,64	0,00	2.705.584,12	0,00	11.044.046,48	0,00	0,00	203.822,70
353625	PARISI	7.778,24	0,00	0,00	2.776,14	0,00	0,00	0,00	0,00	10.554,38
353630	PATROCINIO PAULISTA	686.680,00	124.615,51	0,00	81.974,54	0,00	738.373,02	0,00	0,00	154.897,03
353640	PAULICEIA	83,20	0,00	0,00	1.802,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.885,33
353650	PAULINIA	4.938.171,70	382.701,27	0,00	1.739.813,72	0,00	0,00	0,00	0,00	7.060.686,69
353657	PAULISTANIA	2.764,44	0,00	0,00	36.437,07	0,00	0,00	0,00	0,00	39.201,51
353660	PAULO DE FARIA	274.218,12	15.933,57	150.000,00	12.779,10	0,00	274.809,64	0,00	0,00	178.121,15
353670	PEDERNEIRAS	1.993.893,27	14.469,92	532.389,53	1.060.742,62	0,00	0,00	0,00	0,00	3.601.495,34
353680	PEDRA BELA	3.418,32	0,00	150.000,00	5.057,76	0,00	0,00	0,00	0,00	158.476,08
353690	PEDRANOPOLIS	6.307,73	0,00	0,00	1.426,46	0,00	0,00	0,00	0,00	7.734,19
353700	PEDREGULHO	783.553,49	168.977,88	0,00	76.207,74	0,00	920.034,30	0,00	0,00	108.704,81
353710	PEDREIRA	1.849.202,02	575.469,57	0,00	836.913,29	0,00	1.886.458,43	0,00	0,00	1.375.126,45
353715	PEDRINHAS PAULISTA	77.091,14	390,95	0,00	64.419,21	0,00	0,00	0,00	0,00	141.901,30
353720	PEDRO DE TOLEDO	207.346,44	0,00	150.000,00	8.232,35	0,00	0,00	0,00	0,00	365.578,79
353730	PENAPOLIS	4.620.719,94	2.184.577,75	1.033.121,26	1.626.312,84	0,00	0,00	0,00	0,00	9.464.731,79
353740	PEREIRA BARRETO	1.320.602,96	61.819,72	0,00	164.365,90	0,00	1.143.667,15	0,00	0,00	403.121,43
353750	PEREIRAS	40.274,89	0,00	0,00	2.453,31	0,00	0,00	0,00	0,00	42.728,20
353760	PERUIBE	4.081.094,55	25.129,89	735.600,00	641.621,74	0,00	0,00	0,00	0,00	5.483.446,18
353770	PIACATU	25.334,63	0,00	0,00	2.451,03	0,00	0,00	0,00	0,00	27.785,66
353780	PIEDADE	5.002.586,08	2.571.126,07	393.585,62	1.114.172,95	0,00	6.653.109,29	0,00	0,00	2.428.361,43
353790	PILAR DO SUL	1.174.864,93	3.959,54	192.766,33	121.737,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.493.328,36
353800	PINDAMONHANGABA	8.999.053,84	807.563,77	105.600,00	1.441.773,17	0,00	0,00	0,00	0,00	11.353.990,78
353810	PINDORAMA	202.612,75	0,00	0,00	195.814,47	0,00	0,00	0,00	0,00	398.427,22
353820	PINHALZINHO	152.908,96	0,00	0,00	5.828,82	0,00	0,00	0,00	0,00	158.737,78
353830	PIQUEROBI	9,51	0,00	0,00	630,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639,51
353850	PIQUETE	347.771,39	0,00	0,00	13.093,66	0,00	0,00	0,00	0,00	360.865,05
353860	PIRACAIA	1.201.839,66	0,00	150.000,00	56.740,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.408.580,00
353870	PIRACICABA	33.151.995,02	9.198.312,25	6.879.490,92	13.709.631,37	0,00	0,00	0,00	0,00	62.939.429,56
353880	PIRAJU	1.627.259,24	450.560,16	525.525,14	214.897,74	0,00	2.408.759,90	0,00	0,00	409.482,38
353890	PIRAJUI	1.954.442,32	128.734,93	150.000,00	95.109,48	0,00	2.109.928,47	0,00	0,00	218.358,26
353900	PIRANGI	322.300,33	42.550,90	0,00	144.261,88	0,00	276.364,78	0,00	0,00	232.748,33
353910	PIRAPORA DO BOM JESUS	894.203,12	0,00	150.000,00	20.274,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.064.478,00
353920	PIRAPOZINHO	464.823,24	831.872,29	0,00	349.117,26	0,00	1.476.551,31	0,00	0,00	169.261,48
353930	PIRASSUNUNGA	2.950.923,64	25.326,44	401.153,35	2.395.165,02	0,00	0,00	0,00	0,00	5.772.568,45
353940	PIRATININGA	261.564,74	5.906,61	0,00	15.679,49	0,00	0,00	0,00	0,00	283.150,84
353950	PITANGUEIRAS	1.419.453,25	303,81	0,00	320.153,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.739.910,41
353960	PLANALTO	20.103,43	0,00	150.000,00	300,66	0,00	0,00	0,00	0,00	170.404,09
353970	PLATINA	20.813,20	0,00	0,00	60.483,60	0,00	0,00	0,00	0,00	81.296,80
353980	POA	3.394.062,93	0,00	105.600,00	411.789,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.911.452,83
353990	POLONI	47.148,84	0,00	0,00	1.498,45	0,00	0,00	0,00	0,00	48.647,29
354000	POMPEIA	1.017.736,42	165.485,32	79.200,00	907.377,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.169.799,56
354010	PONGAI	0,00	0,00	0,00	1.805,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.805,55
354020	PONTAL	1.717.946,23	0,00	0,00	101.578,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.819.524,34
354025	PONTALINDA	14.354,93	0,00	0,00	2.389,78	0,00	0,00	0,00	0,00	16.744,71
354030	PONTES GESTAL	65.018,69	0,00	0,00	38.046,05	0,00	0,00	0,00	0,00	103.064,74
354040	POPULINA	297.384,59	34.382,07	0,00	24.660,99	0,00	335.107,25	0,00	0,00	21.320,40
354050	PORANGABA	11.892,95	0,00	0,00	1.178,52	0,00	0,00	0,00	0,00	13.071,47
354060	PORTO FELIZ	2.846.844,58	285.122,97	438.678,09	295.363,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.866.009,30
354070	PORTO FERREIRA	2.072.707,38	2.698,89	237.336,16	530.853,12	0,00	1.854.821,62	0,00	0,00	988.773,93
354075	POTIM	112.661,23	4.817,57	0,00	431.556,24	0,00	0,00	0,00	0,00	549.035,04
354080	POTIRENDABA	508.629,04	1.557,92	0,00	32.534,90	0,00	0,00	0,00	0,00	542.721,86
354085	PRACINHA	961,76	0,00	0,00	2.272,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.234,65
354090	PRADOPOLIS	485.276,80	0,00	0,00	611,44	0,00	0,00	0,00	0,00	485.888,24
354100	PRAIA GRANDE	22.544.194,54	510.047,63	930.000,00	4.093.852,86	0,00	64,91	0,00	0,00	28.078.030,12
354105	PRATANIA	15.274,20	0,00	0,00	32,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.306,65
354110	PRESIDENTE ALVES	16.420,32	0,00	0,00	502,94	0,00	0,00	0,00	0,00	16.923,26
354120	PRESIDENTE BERNARDES	796.905,95	224.964,28	0,00	29.898,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.051.769,08
354130	PRESIDENTE EPITACIO	2.591.596,60	222.285,94	351.403,38	147.033,36	0,00	3.202.550,04	0,00	0,00	109.769,24
354140	PRESIDENTE PRUDENTE	25.562.403,93	19.631.200,11	3.807.626,62	12.121.415,79	0,00	60.170.872,02	0,00	0,00	951.774,43
354150	PRESIDENTE VENCESLAU	2.104.477,23	705.560,99	608.908,21	1.164.941,72	0,00	0,00	0,00	0,00	4.583.888,15
354160	PROMISSAO	1.738.891,54	705.240,93	0,00	1.351.770,47	0,00	3.559.540,77	0,00	0,00	236.362,17
354165	QUADRA	1.786,64	0,00	150.000,00	1.014,30	0,00	0,00	0,00	0,00	152.800,94
354170	QUATA	152.270,13	0,00	0,00	5.726,81	0,00	0,00	0,00	0,00	157.996,94
354180	QUEIROZ	3.506,95	0,00	0,00	40,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.547,30
354190	QUELUZ	917.217,54	56.822,01	150.000,00	33.680,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.157.720,27
354200	QUINTANA	24.790,40	0,00	79.200,00	81.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	185.368,50

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

354210	RAFARD	149.790,17	0,00	0,00	10.355,25	0,00	0,00	0,00	0,00	160.145,42
354220	RANCHARIA	2.144.905,91	1.202.828,33	493.922,64	1.122.499,65	0,00	4.379.970,17	0,00	0,00	584.186,36
354230	REDENCAO DA SERRA	18.583,32	0,00	0,00	1.479,30	0,00	0,00	0,00	0,00	20.062,62
354240	REGENTE FEIJO	697.366,16	194.033,53	0,00	34.778,76	0,00	875.648,59	0,00	0,00	50.529,86
354250	REGINOPOLIS	14.363,14	0,00	0,00	1.656,17	0,00	0,00	0,00	0,00	16.019,31
354260	REGISTRO	2.311.101,23	3.232.293,74	533.973,96	3.181.768,06	0,00	8.268.991,21	0,00	0,00	990.145,78
354270	RESTINGA	29.261,74	0,00	0,00	3.159,50	0,00	0,00	0,00	0,00	32.421,24
354280	RIBEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
354290	RIBEIRAO BONITO	344.234,07	110.179,16	0,00	102.613,30	0,00	406.404,20	0,00	0,00	150.622,33
354300	RIBEIRAO BRANCO	932.027,77	38,39	0,00	-80.639,29	0,00	0,00	0,00	0,00	851.426,87
354310	RIBEIRAO CORRENTE	45.641,08	0,00	0,00	12.862,35	0,00	0,00	0,00	0,00	58.503,43
354320	RIBEIRAO DO SUL	26.012,16	1.141,15	0,00	74.711,10	0,00	0,00	0,00	0,00	101.864,41
354323	RIBEIRAO DOS INDIOS	150,40	0,00	0,00	1.285,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.436,32
354325	RIBEIRAO GRANDE	0,00	0,00	0,00	14.764,34	0,00	0,00	0,00	0,00	14.764,34
354330	RIBEIRAO PIRES	4.962.316,84	248.394,91	105.600,00	6.859.281,09	0,00	0,00	0,00	0,00	12.175.592,84
354340	RIBEIRAO PRETO	65.270.378,64	51.665.013,01	11.781.880,39	33.682.087,34	0,00	113.081.567,45	0,00	0,00	49.317.791,93
354350	RIVERSUL	47.558,60	0,00	0,00	1.406,15	0,00	0,00	0,00	0,00	48.964,75
354360	RIFAINA	62.837,00	0,00	0,00	61.028,71	0,00	0,00	0,00	0,00	123.865,71
354370	RINCAO	90.111,04	5.313,40	0,00	544,80	0,00	0,00	0,00	0,00	95.969,24
354380	RINOPOLIS	530.897,71	18.925,82	0,00	108.844,60	0,00	552.433,63	0,00	0,00	106.234,50
354390	RIO CLARO	9.362.792,98	4.034.139,28	2.291.149,44	6.632.954,16	0,00	3.231.138,35	0,00	0,00	19.089.897,51
354400	RIO DAS PEDRAS	960.212,21	54.907,53	0,00	420.414,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.435.533,93
354410	RIO GRANDE DA SERRA	417.009,74	0,00	0,00	269.165,93	0,00	0,00	0,00	0,00	686.175,67
354420	RIOLANDIA	360.829,02	3.299,46	79.200,00	48.615,36	0,00	0,00	0,00	0,00	491.943,84
354425	ROSANA	1.427.905,05	553.745,89	0,00	180.967,49	0,00	1.534.007,53	0,00	0,00	628.610,90
354430	ROSEIRA	57.585,31	1.001,83	0,00	6.398,22	0,00	0,00	0,00	0,00	64.985,36
354440	RUBIACEA	413,64	0,00	0,00	60.315,60	0,00	0,00	0,00	0,00	60.729,24
354450	RUBINEIA	43.424,00	0,00	0,00	56.904,66	0,00	0,00	0,00	0,00	100.328,66
354460	SABINO	676,40	0,00	0,00	1.826,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503,11
354470	SAGRES	406,40	0,00	0,00	72.193,59	0,00	0,00	0,00	0,00	72.599,99
354480	SALES	53.769,80	0,00	0,00	54.717,18	0,00	0,00	0,00	0,00	108.486,98
354490	SALES OLIVEIRA	366.157,84	0,00	0,00	51.740,38	0,00	0,00	0,00	0,00	417.898,22
354500	SALESOPOLIS	1.258.369,39	2.569,43	150.000,00	41.132,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.452.071,41
354510	SALMOURAO	23.113,90	0,00	0,00	2.476,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.590,25
354515	SALTINHO	88.333,39	114,49	0,00	19.514,64	0,00	0,00	0,00	0,00	107.962,52
354520	SALTO	5.802.576,83	62.580,43	0,00	1.144.167,02	0,00	0,00	0,00	0,00	7.009.324,28
354530	SALTO DE PIRAPORA	6.122.880,69	6.379.150,48	158.329,77	2.092.328,97	0,00	12.123.896,86	0,00	0,00	2.628.793,05
354540	SALTO GRANDE	507.641,43	472.829,67	0,00	288.933,06	0,00	1.141.490,96	0,00	0,00	127.913,20
354550	SANDOVALINA	7.161,96	0,00	0,00	24.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	31.484,16
354560	SANTA ADELIA	406.866,00	7.081,69	0,00	90.883,16	0,00	355.839,86	0,00	0,00	148.990,99
354570	SANTA ALBERTINA	54.229,73	413,57	150.000,00	23.696,72	0,00	20.740,92	0,00	0,00	207.599,10
354580	SANTA BARBARA D'OESTE	6.981.529,10	243.394,79	1.028.936,37	5.684.139,62	0,00	118.751,45	0,00	0,00	13.819.248,43
354600	SANTA BRANCA	457.333,34	7.347,64	0,00	14.594,97	0,00	401.770,81	0,00	0,00	77.505,14
354610	SANTA CLARA D'OESTE	9.211,44	0,00	0,00	1.992,38	0,00	0,00	0,00	0,00	11.203,82
354620	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	30.130,10	985,13	0,00	274,11	0,00	0,00	0,00	0,00	31.389,34
354625	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	19.114,18	0,00	0,00	544,38	0,00	0,00	0,00	0,00	19.658,56
354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	1.255.887,59	16.934,81	480.000,00	160.097,43	0,00	968.154,17	0,00	0,00	944.765,66
354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	2.898.608,01	290.454,67	446.126,44	1.404.643,99	0,00	0,00	0,00	0,00	5.039.833,11
354650	SANTA ERNESTINA	81.206,88	0,00	0,00	60.979,20	0,00	0,00	0,00	0,00	142.186,08
354660	SANTA FE DO SUL	2.013.103,96	1.050.362,51	654.284,56	838.747,17	0,00	3.445.276,72	0,00	0,00	1.111.221,48
354670	SANTA GERTRUDES	287.889,18	8.519,58	150.000,00	358.803,99	0,00	0,00	0,00	0,00	805.212,75
354680	SANTA ISABEL	3.876.156,95	794.227,44	1.001.309,79	466.946,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.138.640,18
354690	SANTA LUCIA	90.400,65	4.200,45	0,00	39.167,44	0,00	0,00	0,00	0,00	133.768,54
354700	SANTA MARIA DA SERRA	156.405,37	0,00	0,00	1.692,52	0,00	0,00	0,00	0,00	158.097,89
354710	SANTA MERCEDES	2.360,76	0,00	0,00	41,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2.401,89
354720	SANTANA DA PONTE PENSA	14.999,76	0,00	0,00	2.098,53	0,00	0,00	0,00	0,00	17.098,29
354730	SANTANA DE PARNAIBA	3.198.542,13	24.536,78	79.200,00	2.093.504,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.395.783,22
354740	SANTA RITA D'OESTE	12.092,43	0,00	0,00	2.148,44	0,00	0,00	0,00	0,00	14.240,87
354750	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	4.882.972,34	103.852,08	158.331,87	1.293.674,04	0,00	6.129.895,82	0,00	0,00	308.934,51
354760	SANTA ROSA DE VITERBO	667.917,77	357,08	0,00	40.659,04	0,00	0,00	0,00	0,00	708.933,89
354765	SANTA SALETE	20.550,55	0,00	0,00	3.296,84	0,00	0,00	0,00	0,00	23.847,39
354770	SANTO ANASTACIO	1.289.582,14	93.264,38	0,00	84.274,89	0,00	1.448.676,15	0,00	0,00	18.445,26
354780	SANTO ANDRE	40.042.934,26	12.317.129,84	3.719.851,83	24.100.868,19	0,00	24.637.658,05	0,00	0,00	55.543.126,07
354790	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	199.839,45	0,00	0,00	11.209,03	0,00	0,00	0,00	0,00	211.048,47
354800	SANTO ANTONIO DE POSSE	524.285,55	0,00	0,00	24.176,47	0,00	0,00	0,00	0,00	548.462,02
354805	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	2.728,30	0,00	0,00	3.178,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.906,67
354810	SANTO ANTONIO DO JARDIM	91.194,17	8.624,54	0,00	11.263,93	0,00	0,00	0,00	0,00	111.082,64
354820	SANTO ANTONIO DO PINHAL	17.812,20	0,00	0,00	40.566,89	0,00	0,00	0,00	0,00	58.379,09
354830	SANTO EXPEDITO	0,00	0,00	0,00	8.898,39	0,00	0,00	0,00	0,00	8.898,39
354840	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	6.103,21	0,00	0,00	2.409,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.512,75
354850	SANTOS	49.477.295,80	21.329.251,80	10.065.219,38	33.358.885,73	0,00	15.835.790,56	0,00	0,00	98.394.862,15
354860	SAO BENTO DO SAPUCAI	516.623,18	234.760,62	0,00	123.318,33	0,00	797.311,21	0,00	0,00	77.390,92
354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	37.661.455,39	2.942.808,24	15.546.344,76	78.427.373,51	0,00	0,00	0,00	0,00	134.577.981,90
354880	SAO CAETANO DO SUL	12.260.447,42	1.628.206,06	184.800,00	6.684.613,02	0,00	152.245,94	0,00	0,00	20.605.820,56
354890	SAO CARLOS	20.951.525,26	5.084.578,80	3.805.264,53	7.564.598,79	0,00	52.186,96	0,00	0,00	37.353.780,42
354900	SAO FRANCISCO	10.028,61	0,00	0,00	1.538,62	0,00	0,00	0,00	0,00	11.567,23
354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	5.337.503,39	1.783.377,45	2.108.544,14	5.139.282,71	0,00	1.092.460,18	0,00	0,00	13.276.247,51
354920	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	10.364,07	0,00	0,00	1.428,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11.792,77
354925	SAO JOAO DE IRACEMA	9.816,05	0,00	0,00	38.063,65	0,00	0,00	0,00	0,00	47.879,70
354930	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	9.313,54	0,00	0,00	1.423,33	0,00	0,00	0,00	0,00	10.736,87
354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2.738.810,29	510.498,82	445.161,17	632.056,00	0,00	3.821.184,88	0,00	0,00	505.341,40
354950	SAO JOSE DA BELA VISTA	112.890,23	0,00	0,00	1.572,78	0,00	0,00	0,00	0,00	114.463,01
354960	SAO JOSE DO BARREIRO	314.567,33	0,00	0,00	6.486,31	0,00	0,00	0,00	0,00	321.053,64
354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	3.429.405,25	729.662,40	1.217.221,88	1.638.992,65	0,00	0,00	0,00	0,00	7.015.282,18
354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	54.798.587,47	53.216.797,05	15.276.702,18	34.901.934,30	0,00	96.822.925,13	0,00	0,00	61.371.095,87
354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	55.938.716,14	7.255.001,80	0,00	17.177.977,69	0,00	4.511.086,39	0,00	0,00	75.860.609,24
354995	SAO LOURENCO DA SERRA	190.609,70	0,00	150.000,00	18.940,53	0,00	0,00	0,00	0,00	359.550,23
355000	SAO LUIS DO PARAITINGA	579.433,14	37.128,76	0,00	19.842,93	0,00	622.688,27	0,00	0,00	13.716,56
355010	SAO MANUEL	2.180.904,17	589.034,94	409.509,98	238.854,32	0,00	0,00	0,00	0,00	3.418.303,41
355020	SAO MIGUEL ARCANJO	393.128,38	165,66	0,00	355.938,13	0,00	0,00	0,00	0,00	749.232,17
355030	SAO PAULO	1.114.381.118,07	247.700.629,07	121.831.792,49	509.947.737,18	0,00	1.332.273.236,38	0,00	0,00	661.588.040,43
355040	SAO PEDRO	1.242.541,21	28.245,17	0,00	43.900,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.314.687,01
355050	SAO PEDRO DO TURVO	98.176,07	650,65	0,00	85.492,54	0,00	0,00	0,00	0,00	184.319,26
355060	SAO ROQUE	3.394.567,33	947.667,26	742.811,63	1.125.601,33	0,00	0,00	0,00	0,00	6.210.647,55
355070	SAO SEBASTIAO	4.639.081,26	405.086,90	2.149.337,30	1.146.278,67	0,00	41.687,83	0,00	0,00	8.298.096,30
355080	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	938.744,83	3.299,51	0,00	119.769,60	0,00	837.322,36	0,00	0,00	224.491,58
355090	SAO SIMAO	752.931,82	3.333,59	0,00	49.147,32	0,00	0,00	0,00	0,00	805.412,73
355100	SAO VICENTE	17.939.313,95	19.947,58	1.113.600,00	5.260.533,92	0,00	0,00	0,00	0,00	24.333.395,45
355110	SARAPUI	7.495,44	0,00	150.000,00	64.120,09	0,00	0,00	0,00	0,00	221.615,53
355120	SARUTAIA	20.253,84	0,00	0,00	2.800,56	0,00	0,00	0,00	0,00	23.054,40
355130	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	11.621,76	0,00	0,00	4.651,97	0,00	0,00	0,00	0,00	16.273,73
355140	SERRA AZUL	266.595,30	0,00	0,00	47.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	314.585,97
355150	SERRANA	1.611.060,48	93.267,65	79.200,00	400.956,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.184.484,97
355160	SERRA NEGRA	1.276.273,49	54.436,75	0,00	483.275,79	0,00	1.204.876,27	0,00	0,00	609.109,76
355170	SERTAOZINHO	5.517.502,45	855.878,27	1.151.354,63	1.569.621,70	0,00	0,00	0,00	0,00	9.094.357,05
355180	SETE BARRAS	204.498,07	0,00	0,00	67.097,97	0,00	0,00	0,00	0,00	271.596,04
355190	SEVERINIA	273.196,05	1.671,78	0,00	8.243,76	0,00	0,00	0,00	0,00	283.111,59
355200	SILVEIRAS	92.327,81	189,25	0,00	4.165,66	0,00	0,00	0,00	0,00	96.682,72

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

355210	SOCORRO	1.852.038,59	60.526,22	0,00	428.894,69	0,00	0,00	0,00	0,00	2.341.459,50
355220	SOROCABA	57.128.439,12	41.259.394,11	9.368.060,12	22.941.149,99	0,00	46.427.198,99	0,00	0,00	84.269.844,35
355230	SUD MENNUCCI	378.338,58	0,00	0,00	94.143,17	0,00	360.357,09	0,00	0,00	112.124,66
355240	SUMARE	13.030.802,00	7.803.472,93	1.092.950,84	6.202.346,37	0,00	22.775.692,55	0,00	0,00	5.353.879,59
355250	SUZANO	11.130.126,95	481.657,40	2.314.130,00	4.459.808,53	0,00	144.180,57	0,00	0,00	18.241.542,31
355255	SUZANAPOLIS	22.422,36	0,00	0,00	40.533,17	0,00	0,00	0,00	0,00	62.955,53
355260	TABAPUA	279.064,19	46.543,55	79.200,00	109.395,19	0,00	317.267,82	0,00	0,00	196.935,11
355270	TABATINGA	586.760,97	0,00	0,00	34.935,93	0,00	0,00	0,00	0,00	621.696,90
355280	TABOAO DA SERRA	16.458.066,26	10.498.666,38	1.042.800,00	5.347.814,76	0,00	22.329.717,67	0,00	0,00	11.017.629,73
355290	TACIBA	24.962,03	0,00	0,00	4.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	29.723,91
355300	TAGUAI	552.449,82	0,00	150.000,00	31.390,41	0,00	0,00	0,00	0,00	733.840,23
355310	TAIACU	99.091,94	0,00	0,00	4.911,39	0,00	0,00	0,00	0,00	104.003,33
355320	TAIUVA	117.314,01	0,00	0,00	1.072,97	0,00	0,00	0,00	0,00	118.386,98
355330	TAMBAU	869.758,11	575,37	150.000,00	59.791,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.080.124,56
355340	TANABI	921.198,33	1.075,95	150.000,00	45.995,06	0,00	831.570,78	0,00	0,00	286.698,56
355350	TAPIRAI	32.872,87	0,00	0,00	4.823,49	0,00	0,00	0,00	0,00	37.696,36
355360	TAPIRATIBA	703.574,19	3.343,72	0,00	50.895,69	0,00	0,00	0,00	0,00	757.813,60
355365	TAQUARAL	26.788,60	0,00	0,00	2.610,48	0,00	0,00	0,00	0,00	29.399,08
355370	TAQUARITINGA	3.551.752,06	644.253,30	229.200,00	1.792.016,06	0,00	0,00	0,00	0,00	6.217.221,42
355380	TAQUARITUBA	1.144.934,85	102.763,50	150.000,00	46.139,39	0,00	1.077.476,22	0,00	0,00	366.361,52
355385	TAQUARIVAI	4.361,16	0,00	0,00	1.616,14	0,00	0,00	0,00	0,00	5.977,30
355390	TARABAI	28.621,11	0,00	0,00	4.115,49	0,00	0,00	0,00	0,00	32.736,60
355395	TARUMA	288.899,46	484,80	0,00	512.629,42	0,00	0,00	0,00	0,00	802.013,68
355400	TATUI	6.525.964,85	545.108,93	1.422.400,86	1.136.398,18	0,00	0,00	0,00	0,00	9.629.872,82
355410	TAUBATE	23.200.639,52	17.630.652,89	1.573.338,96	12.693.662,17	0,00	49.421.921,94	0,00	0,00	5.676.371,60
355420	TEJUPA	8.893,80	0,00	0,00	2.045,38	0,00	0,00	0,00	0,00	10.939,18
355430	TEODORO SAMPAIO	1.969.487,84	172.353,16	0,00	85.388,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.227.229,16
355440	TERRA ROXA	266.650,81	0,00	0,00	42.341,23	0,00	0,00	0,00	0,00	308.992,04
355450	TIETE	1.964.761,29	98.375,72	260.161,97	186.873,99	0,00	0,00	0,00	0,00	2.510.172,97
355460	TIMBURI	600,00	0,00	0,00	36.471,54	0,00	0,00	0,00	0,00	37.071,54
355465	TORRE DE PEDRA	847,41	0,00	0,00	115,70	0,00	0,00	0,00	0,00	963,11
355470	TORRINHA	210.722,21	92,99	0,00	4.187,93	0,00	0,00	0,00	0,00	215.003,13
355475	TRABIJU	5.277,06	0,00	0,00	36.895,95	0,00	0,00	0,00	0,00	42.173,01
355480	TREMEMBE	1.184.260,48	163.085,46	74.078,35	91.391,94	0,00	394.452,03	0,00	0,00	1.118.364,20
355490	TRES FRONTEIRAS	21.050,84	0,00	0,00	1.273,45	0,00	0,00	0,00	0,00	22.324,29
355495	TUIUTI	0,00	0,00	150.000,00	459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.459,00
355500	TUPA	10.276.737,71	8.997.708,35	3.424.791,04	3.195.143,17	0,00	24.474.513,93	0,00	0,00	1.419.866,34
355510	TUPI PAULISTA	630.984,26	400.839,72	0,00	65.820,36	0,00	982.343,46	0,00	0,00	115.300,88
355520	TURIUBA	4.375,80	0,00	0,00	36.226,62	0,00	0,00	0,00	0,00	40.602,42
355530	TURMALINA	7.528,90	0,00	0,00	804,26	0,00	0,00	0,00	0,00	8.333,16
355535	UBARANA	43.693,13	0,00	0,00	64.681,48	0,00	0,00	0,00	0,00	108.374,60
355540	UBATUBA	3.842.463,28	107.513,18	780.000,00	572.944,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.302.920,83
355550	UBIRAJARA	11.023,90	0,00	0,00	37.432,47	0,00	0,00	0,00	0,00	48.456,37
355560	UCHOA	217.101,64	0,00	0,00	62.295,33	0,00	0,00	0,00	0,00	279.396,97
355570	UNIAO PAULISTA	13.593,48	0,00	0,00	37.748,26	0,00	0,00	0,00	0,00	51.341,74
355580	URANIA	402.570,42	11.283,99	150.000,00	24.295,58	0,00	382.214,73	0,00	0,00	205.935,26
355590	URU	4.085,26	0,00	0,00	23.466,59	0,00	0,00	0,00	0,00	27.551,85
355600	URUPES	584.215,92	112.469,62	0,00	108.795,61	0,00	576.246,72	0,00	0,00	229.234,43
355610	VALENTIM GENTIL	298.308,55	0,00	0,00	8.300,55	0,00	0,00	0,00	0,00	306.609,10
355620	VALINHOS	3.949.624,60	28.331,40	818.270,71	1.119.916,81	0,00	0,00	0,00	0,00	5.916.143,52
355630	VALPARAISO	699.185,81	18.330,03	79.200,00	63.769,76	0,00	717.019,31	0,00	0,00	143.466,29
355635	VARGEM	12.069,29	0,00	150.000,00	313,74	0,00	0,00	0,00	0,00	162.383,03
355640	VARGEM GRANDE DO SUL	1.865.067,45	24.302,42	547.542,29	192.739,87	0,00	1.903.372,72	0,00	0,00	726.279,31
355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	1.117.196,03	0,00	150.000,00	345.081,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.612.277,86
355650	VARZEA PAULISTA	3.579.348,81	9.492,63	105.600,00	1.907.252,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.601.693,94
355660	VERA CRUZ	26.337,50	0,00	0,00	62.560,74	0,00	0,00	0,00	0,00	88.898,24
355670	VINHEDO	3.356.522,86	99.784,26	455.682,04	852.301,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.764.290,78
355680	VIRADOURO	735.686,69	404,30	105.600,00	89.976,07	0,00	0,00	0,00	0,00	931.667,06
355690	VISTA ALEGRE DO ALTO	196.804,95	0,00	0,00	40.853,87	0,00	0,00	0,00	0,00	237.658,82
355695	VITORIA BRASIL	4.385,66	0,00	0,00	1.633,84	0,00	0,00	0,00	0,00	6.019,50
355700	VOTORANTIM	5.272.948,93	177.508,37	105.600,00	838.828,50	0,00	0,00	0,00	0,00	6.394.885,80
355710	VOTUPORANGA	6.777.320,24	4.113.117,37	2.679.346,18	4.024.873,13	0,00	14.594.139,14	0,00	0,00	3.000.517,78
355715	ZACARIAS	10.271,16	0,00	0,00	1.134,63	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405,79
355720	CHAVANTES	720.374,88	347.061,51	0,00	131.596,66	0,00	1.071.082,57	0,00	0,00	127.950,48
355730	ESTIVA GERBI	90.031,17	0,00	150.000,00	2.943,80	0,00	0,00	0,00	0,00	242.974,97
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										3.156.807.049,80

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 140, de 20-7-2012, Seção 1, pág. 76, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 706, DE 20 DE JULHO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Portaria n° 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011 que institui no âmbito do SUS a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria n° 1.600/GM/MS, de 07 de julho de 2011 que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria n° 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011 que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS,

Considerando a Portaria nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a necessidade de parametrizar os Sistemas de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES), Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS (SIGTAP) às Redes de Atenção à Saúde (RAS), resolve:

Art. 1º Fica alterada na Tabela de Tipo de Estabelecimentos do SCNES, a descrição do tipo 36 - CLÍNICA ESPECIALIZADA/AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO para CLÍNICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE e definir os seguintes subtipos para o tipo de Estabelecimento:

CÓD.	TIPO DE ESTABELECIMENTO	CÓD.	SUBTIPO	DESCRIÇÃO
36	CLÍNICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	36.01	Centro Especializado em Reabilitação (CER)	Estabelecimento de atenção ambulatorial especializada em reabilitação.
		36.02	Centro Especializado em Reabilitação (CER-II)	Estabelecimento de atenção ambulatorial especializada em reabilitação composto por dois serviços habilitados
		36.03	Centro Especializado em Reabilitação (CER-III)	Estabelecimento de atenção ambulatorial especializada em reabilitação composto por três serviços habilitados.
		36.04	Centro Especializado em Reabilitação (CER-IV)	Estabelecimento de atenção ambulatorial especializada em reabilitação composto por quatro ou mais serviços habilitados.
		36.05	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador CEREST	O Centro de Referência de Saúde do Trabalhador é um estabelecimento de atenção ambulatorial especializada em Saúde do Trabalhador.
		36.06	CEO-I	O Centro de Especialidades Odontológicas Tipo I é um estabelecimento de atenção ambulatorial especializada em Odontologia. O CEO I deve ter 3 cadeiras odontológicas.
		36.07	CEO-II	O Centro de Especialidades Odontológicas Tipo II é um estabelecimento de atenção ambulatorial especializada em Odontologia. O CEO II deve ter 4 a 6 cadeiras odontológicas.
		36.08	CEO-III	- O Centro de Especialidades Odontológicas Tipo III é um estabelecimento de atenção ambulatorial especializada em Odontologia. O CEO III deve ter acima de 7 cadeiras odontológicas
		36.09	Outros	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. Os Gestores Estaduais, Municipais e do Distrito Federal devem atualizar, no prazo máximo de 03 (três) competências, o cadastro dos estabelecimentos atualmente classificados como tipo 36 - CLÍNICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE incluindo os serviços especializados prestados.

Art. 2º Os estabelecimentos cadastrados no SCNES como tipo 07 - HOSPITAL ESPECIALIZADO deverão cadastrar, obrigatoriamente, os serviços especializados, próprios ou terceirizados, prestados por este estabelecimento.

Parágrafo único. Os Gestores Estaduais, Municipais e do Distrito Federal devem atualizar, no prazo máximo de 03 (três) competências, o cadastro dos estabelecimentos atualmente classificados como tipo - HOSPITAL ESPECIALIZADO.

Art. 3º Fica incluída na Tabela de Tipo de Estabelecimento do SCNES, o tipo 77 - SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR ISOLADO (HOME CARE).

§1º - Entende-se por SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR ISOLADO (HOME CARE) o estabelecimento de saúde responsável pelo gerenciamento e operacionalização de assistência e/ou internação domiciliar em conformidade com a RDC/ ANVISA n° 11, de 26 de janeiro de 2006.

§2º - Definir que os estabelecimentos de saúde do tipo 77 - SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR ISOLADO (HOME CARE) são exclusivos da esfera privada.

Art. 4° Fica incluída no SCNES e no SIGTAP a Tabela REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE, com seus respectivos componentes:

CÓD.	TIPO DE REDE	CÓD.	COMPONENTES
92	CEGONHA	92.01	Pré-natal
		92.02	Parto e Nascimento
		92.03	Puerpério e Atenção Integral à Saúde da Criança
93	URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	93.01	Promoção, Prevenção e Vigilância à Saúde.
		93.02	Atenção Básica em Saúde
		93.03	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e suas Centrais de Regulação Médica das Urgências
		93.04	Sala de Estabilização
		93.05	Força Nacional de Saúde do SUS
		93.06	Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e Conjunto de serviços de urgência 24 horas;
		93.07	Hospitalar
		93.08	Atenção Domiciliar
94	PSICOSSOCIAL	94.01	Atenção Básica em Saúde
		94.02	Atenção Psicossocial Especializada
		94.03	Atenção de Urgência e Emergência
		94.04	Atenção Residencial de Caráter Transitório
		94.05	Atenção Hospitalar
		94.06	Reabilitação Psicossocial
95	CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	95.01	Atenção Básica
		95.02	Atenção Especializada em Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual, Ostomia e em Múltiplas Deficiências
		95.03	Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência

§1º Um estabelecimento de saúde poderá pertencer a mais de uma REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE e a mais de um componente de uma mesma rede.

§2º Um mesmo procedimento poderá pertencer a uma ou mais REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE ao mesmo tempo.

§3º O Departamento de Regulação Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC/SAS/MS) através da Coordenação Geral de Planejamento e Programação das Ações em Saúde (CGPAS/DRAC/SAS/MS) publicará portarias específicas com os estabelecimentos de saúde e respectivos códigos CNES que irão compor uma ou mais redes, inclusive indicando seus componentes.

§4º O DRAC/SAS/MS através da Coordenação Geral de Sistemas de Informação (CGSI/DRAC/SAS/MS) será responsável pelo registro no SCNES das informações nos estabelecimentos que irão compor as redes.

Art. 5º Fica alterada na Tabela de Serviços Especializados do SCNES a descrição do serviço 105 - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM NEUROCIRURGIA para SERVIÇO DE ATENÇÃO EM NEUROLOGIA/ NEUROCIRURGIA.

Art. 6º Fica alterado na Tabela de Serviços Especializados do SCNES o serviço 140 - SERVIÇO DE URGÊNCIA, conforme abaixo:

§1º O serviço 140 - SERVIÇO DE URGÊNCIA será renomeado para SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

§2º Excluir as classificações 001 - PRONTO SOCORRO GERAL, 002 - PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO e 003 - PRONTO ATENDIMENTO.

I. Estabelece que os Gestores Estaduais, Municipais e do Distrito Federal devem atualizar, no prazo máximo de 03 (três) competências o cadastro dos estabelecimentos, excluindo do serviço 140 - SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA as respectivas classificações, citadas no paragrafo 2º.

§3º Incluir as classificações conforme tabela abaixo:

CÓD SERV	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CÓD CLASS.	DESCRIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO	GRUPO	EQUIPE MÍNIMA	
					CBO	DESCRIÇÃO
140	SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	004	ESTABILIZAÇÃO DE PACIENTE CRÍTICO/GRAVE	1	2251-25	MÉDICO CLÍNICO
					2235-05	ENFERMEIRO
		005	ATENDIMENTO AO PACIENTE COM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC)	1	2251-25	MÉDICO CLÍNICO
					2235-05	ENFERMEIRO
		006	PRONTO ATENDIMENTO CLÍNICO	1	2251-25	MÉDICO CLÍNICO
					2235-05	ENFERMEIRO
		007	PRONTO ATENDIMENTO PEDIÁTRICO	1	2251-24	MÉDICO PEDIATRA
					2235-05	ENFERMEIRO
		008	PRONTO ATENDIMENTO OBSTÉTRICO	1	2252-50	MÉDICO OBSTETRA
					2235-05	ENFERMEIRO
		009	PRONTO ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO	1	2251-33	MÉDICO PSIQUIATRA
					2235-05	ENFERMEIRO
		010	PRONTO ATENDIMENTO OFTALMÓGICO	1	2252-65	MÉDICO OFTALMOLOGISTA
					2235-05	ENFERMEIRO
		011	PRONTO ATENDIMENTO ODONTÓLOGICO	1	2232-08	CIRURGIÃO DENTISTA - CLÍNICO GERAL
		012	PRONTO SOCORRO PEDIÁTRICO	1	2251-24	MÉDICO PEDIATRA
					2235-05	ENFERMEIRO
		013	PRONTO SOCORRO OBSTÉTRICO	1	2252-50	MÉDICO OBSTETRA
					2235-05	ENFERMEIRO
		014	PRONTO SOCORRO CARDIOVASCULAR	1	2251-20	MÉDICO CARDIOLOGISTA
					2235-05	ENFERMEIRO
		015	PRONTO SOCORRO NEUROLOGIA/ NEUROCIRURGIA	1	2251-12	MÉDICO NEUROLOGISTA
					2235-05	ENFERMEIRO
		016	PRONTO SOCORRO TRAUMATO ORTOPÉDICO	1	2252-70	MÉDICO ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA
					2235-05	ENFERMEIRO
		017	PRONTO SOCORRO ODONTOLÓGICO	1	2252-50	MÉDICO OBSTETRA
					2235-05	ENFERMEIRO
		018	PRONTO SOCORRO OFTALMOLÓGICO	1	2252-65	MÉDICO OFTALMOLOGISTA
					2235-05	ENFERMEIRO
		019	PRONTO SOCORRO GERAL/CLÍNICO	1	2251-25	MÉDICO CLÍNICO
					2235-05	ENFERMEIRO

Art. 7º Fica alterado na Tabela de Tipo de Estabelecimento do SCNES o tipo de Estabelecimento 73 - PRONTO ATENDIMENTO, conforme abaixo:

§1º Incluir os subtipos: 01- Pronto Socorro Geral, 02 - Pronto Socorro Especializado, 03 - UPA I, 04 - UPA II e 05 - UPA III.

§2º Entende-se por PRONTO ATENDIMENTO o estabelecimento autônomo não-hospitalar (estabelecimento não pertence a um hospital, mesmo que esteja em área contigua - trata-se de estabelecimento independente), destinado à assistência aos pacientes acometidos por quadros de urgência e emergência, realizando o atendimento inicial, estabilizando o paciente e definindo o encaminhamento responsável.

I. Estabelece que os Gestores Estaduais, Municipais e do Distrito Federal devem atualizar, no prazo máximo de 03 (três) competências o cadastro dos estabelecimentos, incluindo os subtipos 01- Pronto Socorro Geral, 02 - Pronto Socorro Especializado, 03 - UPA I, 04 - UPA II e 05 - UPA III.

§3º Os subtipos 03 - UPA I, 04 - UPA II e 05 - UPA III, deverão ser classificados de acordo com a Portaria GM/MS nº 2648, de 07 de novembro de 2011.

Art. 8º Fica incluída na Tabela de Instalações Físicas para a Assistência do SCNES, constante do Módulo Conjunto, no Tipo de Instalação Urgência e Emergência, a SALA DE ATENDIMENTO A PACIENTE CRÍTICO/GRAVE e SALA DE ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.

§1º No SCNES será exigida a Instalação Física - SALA DE ATENDIMENTO A PACIENTE CRÍTICO/ GRAVE para todos os estabelecimentos de saúde que disponham do Serviço Especializado 140 - Serviço de Urgência e Emergência e classificações pertinentes.

§2º Os estabelecimentos do tipo 73 - PRONTO ATENDIMENTO com os subtipos UPA I, UPA II e UPA III, deverão registrar no SCNES a SALA DE ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 9º Fica incluído na Tabela de Serviços Especializados do SCNES, o serviço 162 - SERVIÇO DE TERAPIA INTENSIVA, com as classificações conforme tabela abaixo:

CÓD SERV	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CÓD CLASS.	DESCRIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO	GRUPO	CBO	DESCRIÇÃO
162	SERVIÇO DE TERAPIA INTENSIVA	001	ADULTO	1	2251-50	MÉDICO EM MEDICINA INTENSIVA
					2235-05	ENFERMEIRO
		002	NEONATAL	1	2251-50	MÉDICO EM MEDICINA INTENSIVA
					2235-05	ENFERMEIRO
		003	PEDIÁTRICO	1	2251-50	MÉDICO EM MEDICINA INTENSIVA
					2235-05	ENFERMEIRO
		004	QUEIMADOS	1	2251-50	MÉDICO EM MEDICINA INTENSIVA
					2235-05	ENFERMEIRO
		005	DOENÇA CORONARIANA (UCO)	1	2251-50	MÉDICO EM MEDICINA INTENSIVA
					2235-05	ENFERMEIRO

Art. 10 Fica alterado na Tabela de Serviços Especializados do SCNES o serviço 116 - SERVIÇO DE CIRURGIA CARDIOVASCULAR, conforme abaixo:
§1º O serviço 116 - SERVIÇO DE CIRURGIA CARDIOVASCULAR será renomeado para SERVIÇO DE ATENÇÃO CARDIOVASCULAR/CARDIOLOGIA.
§2º Recompor o serviço 116 - SERVIÇO DE ATENÇÃO CARDIOVASCULAR / CARDIOLOGIA, conforme tabela abaixo:

CÓD SERV	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CÓD CLASS	DESCRIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO	GRUPO	CBO	DESCRIÇÃO
116	SERVIÇO DE ATENÇÃO CARDIOVASCULAR / CARDIOLOGIA	1	ELETROFISIOLOGIA	1	2251-20	MÉDICO CARDIOLOGISTA
		2	CIRURGIA CARDIOVASCULAR (ADULTO)	1	2252-10	MÉDICO CIRURGIÃO CARDIOVASCULAR
					2251-51	MÉDICO ANESTESIOLOGISTA
		3	CIRURGIA CARDIOVASCULAR (PEDIÁTRICO)	1	2252-10	MÉDICO CIRURGIÃO CARDIOVASCULAR
					2251-51	MÉDICO ANESTESIOLOGISTA
		4	CIRURGIA VASCULAR	1	2252-10	MÉDICO CIRURGIÃO CARDIOVASCULAR
					2251-51	MÉDICO ANESTESIOLOGISTA
				2	2252-03	MÉDICO EM CIRURGIA VASCULAR
					2251-51	MÉDICO ANESTESIOLOGISTA
		5	CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA (HEMODINÂMICA)	1	2251-20	MÉDICO CARDIOLOGISTA
				2	2231-G1	MÉDICO CARDIOLOGISTA INTERVENCIONISTA
		6	CARDIOLOGIA ENDOVASCULAR EXTRACARDÍACO	1	2251-20	MÉDICO CARDIOLOGISTA
				2	2252-10	MÉDICO CIRURGIÃO CARDIOVASCULAR
				3	2253-20	MÉDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM
				4	2231-G1	MÉDICO CARDIOLOGISTA INTERVENCIONISTA
				5	2252-03	MÉDICO EM CIRURGIA VASCULAR
		7	CARDIOLOGIA CLÍNICA	1	2251-20	MÉDICO CARDIOLOGISTA
				2	2252-10	MÉDICO CIRURGIÃO CARDIOVASCULAR
				3	2251-25	MÉDICO CLÍNICO
				4	2251-24	MÉDICO PEDIATRA
				5	2251-50	MÉDICO EM MEDICINA INTENSIVA

Art. 11 Fica excluído na Tabela de Serviço Especializado do SCNES, o serviço 143 - SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA (EXCETO SAMU).
Parágrafo único. Estabelece que os Gestores Estaduais, Municipais e do Distrito Federal devem atualizar, no prazo máximo de 03 (três) competências, o cadastro dos estabelecimentos que atualmente tenham o serviço 143 - SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA (EXCETO SAMU) adequando-os ao que define esta portaria.
Art. 12 Fica atualizado na Tabela de Serviços Especializados do SCNES, o serviço 112 - SERVIÇO DE ATENÇÃO AO PRÉ-NATAL, PARTO E NASCIMENTO, conforme tabela abaixo:

CÓD SERV	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CÓD CLASS.	DESCRIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO	GRUPO	CBO	DESCRIÇÃO
112	SERVIÇO DE ATENÇÃO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	001	ACOMPANHAMENTO DO PRÉ-NATAL DE RISCO HABITUAL	1	2252-50	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
				2	2251-25	MÉDICO CLINICO
				3	2251-42	MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
					2235-65	ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
				4	2235-05	ENFERMEIRO
				5	2235-65	ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
				6	2235-45	ENFERMEIRO OBSTÉTRICO
		002	ACOMPANHAMENTO DO PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO	1	2235-05	ENFERMEIRO
					2252-50	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
				2	2235-65	ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
					2251-42	MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
				3	2235-65	ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
					2252-50	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
				4	2235-45	ENFERMEIRO OBSTÉTRICO - ENFERMEIRA PARTEIRA
					2252-50	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
		003	PARTO EM GESTAÇÃO DE RISCO HABITUAL	1	2235-05	ENFERMEIRO
				2	2235-65	ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
				3	2235-45	ENFERMEIRO OBSTÉTRICO - ENFERMEIRA PARTEIRA
				4	2251-42	MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
				5	2252-50	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
		004	PARTO EM GESTAÇÃO DE ALTO RISCO	1	2235-05	ENFERMEIRO
					2252-50	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
				2	2235-65	ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
					225142	MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
				3	2235-65	ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
					2252-50	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
				4	2235-45	ENFERMEIRO OBSTÉTRICO - ENFERMEIRA PARTEIRA
					2252-50	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
		005	CENTRO DE PARTO NORMAL	1	2235-45	ENFERMEIRO OBSTÉTRICO - ENFERMEIRA PARTEIRA
					3222-30	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
				2	2235-45	ENFERMEIRO OBSTÉTRICO - ENFERMEIRA PARTEIRA
					3222-05	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
				3	3222-30	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
					2231-32	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
				4	3222-05	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
					2231-32	MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
				5	2235-45	ENFERMEIRO OBSTÉTRICO - ENFERMEIRA PARTEIRA
					5151-15	PARTEIRA - LEIGA - ASSISTENTE DE PARTO
		006	CASA DA GESTANTE, BEBÊ E PUÉRPERA	1	2235-05	ENFERMEIRO
					3222-05	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Art. 13 Fica incluído na Tabela de Serviço Especializado do SCNES, o serviço 163 - SERVIÇO DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS, conforme tabela abaixo:

CÓD SERV	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CÓD CLASS.	DESCRIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO	GRUPO	CBO	DESCRIÇÃO
163	SERVIÇO DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS	001	NEONATAL CONVENCIONAL	1	2251-24	MÉDICO PEDIATRA
					2235-05	ENFERMEIRO
		002	NEONATAL CANGURU	1	2251-24	MÉDICO PEDIATRA
					2235-05	ENFERMEIRO
		003	PEDIÁTRICO	1	2251-24	MÉDICO PEDIATRA
					2235-05	ENFERMEIRO
		004	ADULTO	1	2251-25	MÉDICO CLÍNICO
					2235-05	ENFERMEIRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 14 Fica incluído na Tabela de Tipo de Leito Clínico os subtipos: Saúde Mental, Queimado Adulto e Queimado Pediátrico.
Art. 15 Fica incluído na Tabela de Tipo de Leito Cirúrgico os subtipos: Queimado Adulto e Queimado Pediátrico.
Art. 16 Fica excluído na Tabela de Tipo de Leito Complementar os leitos de Unidade Intermediária e Unidade Intermediária Neonatal.
Art. 17 Fica incluído, na Tabela de Tipo de Leito Complementar os tipos: Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional, Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Canguru, Unidade de Cuidados Intermediários Pediátrico e Unidade de Cuidados Intermediários Adulto.
Art. 18 Fica alterada na Tabela de Tipo de Leito a descrição do subtipo TISIOLOGIA para PNEUMOLOGIA SANITÁRIA.
Art. 19 Fica incluída a Tabela de Incentivos Redes no SCNES, conforme a seguir:
Parágrafo único. A coluna nº de leitos será habilitada para preenchimento nos casos em que o incentivo foi definido em Portaria especifica pela quantidade de leitos constantes nos Planos de Ação Regional.

TABELA DE INCENTIVOS REDES

CÓD	DESCRIÇÃO	RESPONSABILIDADE	CONCEITO	Nº DE LEITOS
82.01	UPA I Qualificada	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. As produções deverão ser registradas, porém não geram crédito.	-
82.02	UPA II Qualificada	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. As produções deverão ser registradas, porém não geram crédito.	-
82.03	UPA III Qualificada	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. As produções deverão ser registradas, porém não geram crédito.	-
82.04	UPA I Reformada e Ampliada	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. As produções deverão ser registradas, porém não geram crédito.	-
82.05	UPA II Reformada e Ampliada	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. As produções deverão ser registradas, porém não geram crédito.	-
82.06	UPA III Reformada e Ampliada	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. As produções deverão ser registradas, porém não geram crédito.	-
82.07	SAMU 192 Qualificado	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. Tem procedimentos exclusivos no SIGTAP com valor zerado. As produções deverão ser registradas.	-
82.08	Sala de Estabilização	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor por sala de estabilização. Tem procedimento exclusivo no SIGTAP com valor zerado.	-
82.09	Leito Gestação de Alto Risco (GAR)	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor por leito GAR. O prestador registra a produção normalmente e gera crédito.	
82.10	Leito Acidente Vascular Cerebral (AVC)	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor por diária do leito. O prestador registra a produção normalmente e gera crédito.	
82.11	Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional Qualificada	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor por diária do leito. O prestador registra a produção normalmente e gera crédito.	
82.12	Porta de Entrada Hospitalar de Urgência (PEHU) - Hospital Geral	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	-
82.13	Porta de Entrada Hospitalar de Urgência (PEHU) - Hospital Especializado Tipo I	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	-
82.14	Porta de Entrada Hospitalar de Urgência (PEHU) - Hospital Especializado Tipo II	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	-
82.15	Enfermaria Clínica de Retaguarda	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	
82.16	Enfermaria de Retaguarda de Longa Permanência	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor por diária do leito. O prestador registra a produção normalmente e gera crédito.	
82.17	UTI Rede Cegonha	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor por diária do leito. O prestador registra a produção normalmente e gera crédito.	
82.18	UTI Rede de Urgência e Emergência	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor por diária do leito. O prestador registra a produção normalmente e gera crédito.	
82.19	Serviço de Atenção Domiciliar (SAD)	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor por equipe. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	-
82.20	Saúde Mental	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor por leito. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	
82.21	Unidade de Acolhimento (UA)	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	-
82.22	Comunidades Terapêuticas	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor por módulo. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	-
82.23	Centro Especializado em Reabilitação II (CER II)	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	-
82.24	Centro Especializado em Reabilitação III (CER III)	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	-
82.25	Centro Especializado em Reabilitação IV (CER IV)	Centralizada	É um valor fixo pré-pago no teto financeiro do gestor. O prestador registra a produção normalmente, porém não gera crédito.	-

Art. 20 Caberá À Coordenação-Geral dos Sistemas de Informação, do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas, da Secretaria de Atenção à Saúde a adoção das providências necessárias junto ao Departamento de Informática do SUS, da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (DATASUS/SGEP), no sentido de adequar o SCNES, SIA/SUS e SIH implantando as alterações definidas por esta Portaria de forma a garantir a geração de informações relativas à conformação das Redes de Atenção à Saúde.
Art. 21 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 18, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC/SCTIE) relativa à proposta de incorporação no Sistema Único de Saúde do medicamento maraviroque para pacientes em terapia antirretroviral, em trâmite nos autos dos processos: MS/SIPAR n.º 25000.024607/2012-58, interposto pela empresa GlaxoSmithKline Brasil Ltda, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob n.º 33.247.743/0001-10; e MS/SIPAR n.º 25000.108058/2012-73, interposto pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=39823&janela=1.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

CONSULTA PÚBLICA Nº 19, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC/SCTIE) relativa à proposta de incorporação no Sistema Único de Saúde da alfainterferona para a quimioterapia adjuvante do melanoma cutâneo em estádio clínico III, interposto pela Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=39823&janela=1.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 348, DE 20 DE JULHO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.002403/2011-93, resolve:

Art. 1º Conceder, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a renovação de credenciamento a filial da pessoa jurídica LOPES SILVA & SILVA LTDA - ME, CNPJ - 11.179.719/0002-39, situada no Município de Tatuí - SP, na Rua Quinze de Novembro, 1943 - Loteamento Modena, CEP 18276-010, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Tatuí no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Portaria nº 320, de 21 de junho de 2012, publicada no DOU nº 120, de 22 de junho de 2012, Seção 1, Página 38, no item 9.4.8, onde se lê: "Ineditismo (o programa/ projeto deve ter sido implementado pela primeira vez em 2010 e/ou 2011, independentemente do local)." Leia-se: "Ineditismo (o programa/projeto deve ter sido implementado pela primeira vez em 2011 e/ou 2012, independentemente do local)."

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 3.680, DE 2 DE JULHO DE 2012

Processo n.º 53500.009218/2009. Aprovar, a posteriori, a transferência do controle direto da INFOTHEL NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 10.543.357/0001-70, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, de Carlos Antunes Souza da Cruz, CPF nº 219.170.861-72, para Jefferson Egito Reis Cardoso, CPF nº 023.620.643-52.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 3.845, DE 9 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.004881/2012. Expede autorização à A & D PROVEDOR DE INTERNET LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 11.886.715/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.847, DE 9 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53524.000154/1999. Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, de interesse coletivo, expedida a WARLEI JOSÉ BORGES FRANCO & CIA LTDA., nova denominação social de CENTRAL DE TÁXI ITUIUTABA LTDA., CNPJ nº 03.446.914/0001-79, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §5º do art. 18 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, e no parágrafo único do art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.848, DE 9 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.004498/2012. Expede autorização à OLC SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., CNPJ/MF nº 13.776.487/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.849, DE 9 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.005476/2012. Expede autorização à L F F DE CARVALHO ME, CNPJ/MF nº 08.683.072/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.851, DE 9 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.021857/2011. Expede autorização à ANTONIO FERNANDO DE SOUZA CASAS - ME, CNPJ/MF nº 11.499.060/0001-17, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.857, DE 9 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.007671/2012. Expede autorização à PY2 RADIOSOM INSTALAÇÕES, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 11.061.010/0001-53, para explorar o Serviço Limitado Especializado, tendo como finalidade a locação de equipamentos portáteis de radiocomunicação, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito interior e tendo como área de prestação do serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.861, DE 9 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.004879/2012. Expede autorização à NET CONECT TELECOM LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 14.600.645/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.877, DE 10 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.008201/2012. Expede autorização à JOÃO RAMOS DOS SANTOS, CNPJ/MF nº 08.725.003/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.879, DE 10 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.000656/2012. Expede autorização à SPACE NET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO EM INFORMÁTICA LTDA.-ME, CNPJ/MF nº 12.975.968/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.882, DE 10 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.004839/2012. Expede autorização à SILVA COSTA & CIA LTDA.- ME, CNPJ/MF nº 08.612.575/0001-77, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.889, DE 10 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.018186/2011. Expede autorização à HEBRON TELEINFORMÁTICA LTDA.- ME, CNPJ/MF nº 73.897.597/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.958, DE 12 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.014106/2011. Expede autorização à RENT ONE LTDA., CNPJ/MF nº 00.386.982/0001-00, para explorar o Serviço Limitado Especializado, tendo como finalidade a locação de equipamentos portáteis de radiocomunicação, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito interior e tendo como área de prestação do serviço Todo território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.960, DE 12 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.023492/2011. Expede autorização à MARIA LÍDIA DA CRUZ - ME, CNPJ/MF nº 11.615.090/0001-41, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.970, DE 12 DE JULHO DE 2012

Processo nº 536400.00484/1996. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotaxi Especializado, de interesse coletivo, expedida à AS SERVICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA., CNPJ nº 00.955.175/0001-52, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no § 5º do art. 18 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001 e no parágrafo único do art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.971, DE 12 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.008211/2012. Expede autorização à PARANHANANET LTDA., CNPJ/MF nº 97.538.061/0001-49, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 3.921, DE 11 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.007902/2012. Expede autorização à AUE PROVEDOR DE INTERNET LTDA., CNPJ/MF nº 09.177.971/0001-86, para prestar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 15 de março de 2012

Nº 2.121/2012-CD - Processo nº 53542.000563/2009.

O Conselho Diretor da AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ nº 33.530.486/0001-29, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto apuração de infração ao Decreto nº 6.253, de 31 de julho de 2008 e à Portaria MJ nº 2.014, de 13 de outubro de 2008, decidiu, em sua Reunião nº 640, realizada em 8 de março de 2012, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 145/2012-GCER, de 2 de março de 2012.

Em 30 de maio de 2012

Nº 3.987/2012-CD - Processo nº 53554.001330/2005

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - Telemar BA, CNPJ/MF nº. 15.137.276/0001-93, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 05 do Plano Geral de Outorgas (PGO), em face Decisão do Conselho Diretor, exarada por meio do Despacho nº. 6.094/2010-CD, de 15 de julho de 2010, em sua Reunião nº. 650, realizada em 17 de maio de 2012, pelas razões e fundamentos constantes da Análise de nº. 366/2012-GCER, de 11 de maio de 2012, decidiu: a) conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida; e, b) não conhecer da petição Manifestação de fls. 312/316, protocolizada pela interessada sob o nº. 53508.015524/2010, em 15 de dezembro de 2010, em razão da ocorrência do fenômeno da preclusão consumativa.

Em 4 de julho de 2012

Nº 4.499/2012-CD - Processo nº 53542.000563/2009.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 33.530.486/0001-29, em face da decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho nº 2.121/2012-CD, de 15 de março de 2012, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto apuração de infração ao Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, e à Portaria MJ nº 2.014, de 13 de outubro de 2008, decidiu, em sua Reunião nº 654, realizada em 21 de junho de 2012, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 263/2012-GCMB, de 15 de junho de 2012.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Em 9 de julho de 2012

Nº 4.554/2012-CD - Processo nº 53539.001067/2006

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/PB, CNPJ/MF nº 33.000.118/0012-21, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no setor 9 do PGO, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 8.859/2011-CD, de 20 de outubro de 2011, nos autos do processo em epígrafe, instaurado para averiguação de cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU, aprovado pelo Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003, decidiu, em sua Reunião nº 655, de 28 de junho de 2012, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 296/2012-GCJV, de 22 de junho de 2012: a) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar a ele provimento; b) reformar, parcialmente, o Despacho nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.331/2009/UNACO/UNAC/SUN, de 2 de abril de 2009, para agravá-lo em virtude da constatação da existência de antecedentes, fixando o valor total da sanção de multa em R$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais); e, c) indeferir o pedido de sigilo, por ser genérico.

Em 11 de julho de 2012

Nº 4.608/2012- CD - Processo nº 53508.000009/2005

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de sua atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração com Pedido de Efeito Suspensivo interposto pela empresa INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 02.421.421/0001-11, autorizada do STFC, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 10.382/2011-CD, de 7 de dezembro de 2011, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 656, realizada em 5 de julho de 2012, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida e, consequentemente, a decisão do Superintendente de Serviços Públicos, exarada por meio do Despacho nº 5.661/2008/PBQI/SPB, de 26 de dezembro de 2008, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 304/2012-GCJV, de 29 de junho de 2012.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 4.154, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Florianópolis/SC, no período de 22/07/2012 a 22/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.155, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar GRAMACHO COMPETICOES LTDA, CNPJ nº 10.399.894/0001-98 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 20/07/2012 a 22/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.156, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar HOT CAR COMPETIÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 67.345.587/0001-41 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 20/07/2012 a 22/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.157, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ nº 06.106.720/0001-12 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 19/07/2012 a 22/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.158, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar MIDIAMIX PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 01.651.146/0001-60 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 21/07/2012 a 22/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.159, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar MIDIAMIX PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 01.651.146/0001-60 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Barueri/SP, no período de 22/07/2012 a 22/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.160, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar MIDIAMIX PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 01.651.146/0001-60 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santos/SP, no período de 18/07/2012 a 19/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

Nº 4.161, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar MIDIAMIX PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 01.651.146/0001-60 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 18/07/2012 a 19/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.163, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar MIDIAMIX PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 01.651.146/0001-60 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Curitiba/PR, no período de 19/07/2012 a 20/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.165, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar MIDIAMIX PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 01.651.146/0001-60 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 21/07/2012 a 21/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.166, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO SA, CNPJ nº 33.066.234/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Belo Horizonte/MG, , no período de 21/07/2012 a 23/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.167, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO SA, CNPJ nº 33.066.234/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Campinas/SP, no período de 21/07/2012 a 23/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.168, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO SA, CNPJ nº 33.066.234/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 21/07/2012 a 23/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.169, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar RADIO GLOBO SA, CNPJ nº 33.066.234/0001-90 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 21/07/2012 a 23/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.170, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autorizar VIA ITALIA COMERCIO E IMPORTACAO DE VEICULOS LTDA., CNPJ nº 07.638.845/0003-18 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 20/07/2012 a 22/07/2012.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 4.180, DE 20 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.015963/12. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL HUMANISTA E SOLIDÁRIA - ACOLHER - RADCOM - Sete Lagoas/MG - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Ssubstituto

ATO Nº 4.181, DE 20 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.009654/10. TV E RÁDIO CIDADE FM - RADCOM - Ceres/GO - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Ssubstituto

ATO Nº 4.182, DE 20 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.006597/12. INSTITUTO DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS - RADCOM - Pilõezinhos/PB - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Ssubstituto

ATO Nº 4.183, DE 20 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.001998/10. ASSOCIAÇÃO FARROUPILHA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA - RADCOM - Farroupilha/RS - Canal 198. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Ssubstituto

ATO Nº 4.184, DE 20 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.003139/10. ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA VOZ LIVRE - RADCOM - São Ludgero/SC - Canal 198. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Ssubstituto

ATO Nº 4.185, DE 20 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.028108/10. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RAMALHENSE DE COMUNICAÇÃO - RADCOM - João Ramalho/SP - Canal 254. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Ssubstituto

ATO Nº 4.186, DE 20 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.028105/10. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE ARICANDUVA DE RADIODIFUSÃO - RADCOM - Aricanduva/MG - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Ssubstituto

ATO Nº 4.187, DE 20 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.030173/10. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA RÁDIO DE VEREDINHA - RADCOM - Veredinha/MG - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Ssubstituto

ATO Nº 4.188, DE 20 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53500.029972/10. ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA BENEVIDES FM - RADCOM - Benevides/PA - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Ssubstituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 3.910, DE 10 DE JUNHO DE 2010.

Processo nº 53542.000563/2009. Aplica à Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A, CNPJ nº 33.530.486/0001-29, a sanção de multa no valor de R$ 997.906,68 (novecentos e noventa e sete mil, novecentos e seis reais e sessenta e oito centavos), pelo descumprimento do art. 6º; art. 10, caput, §1º e § 2º; art. 17, e art. 18, caput e §2º, todos do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008 e do art. 1º da Portaria MJ nº 2.014, de 13 de outubro de 2008, com fundamento no inciso II do art. 173 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e inciso II do art. 4º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 989, DE 4 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria MC nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nºs 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.006602/2009-83, resolve:

Art. 1º Consignar à REGIONAL CENTRO SUL COMUNICAÇÕES S/A, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, o canal 17 (dezessete), correspondente à faixa de frequência de 488 a 494 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.035, DE 4 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.018118/2011-11, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO SUL MINAS S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais, o canal 42 (quarenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 638 a 644 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.036, DE 4 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.018124/2011-79, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO SUL MINAS S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Carmo da Cachoeira, Estado de Minas Gerais, o canal 42 (quarenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 638 a 644 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 1.193, DE 11 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.007820/2009-35, resolve:

Art. 1º Consignar à UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA - UNISANTA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São Vicente, Estado de São Paulo, o canal 51 (cinquenta e um), correspondente à faixa de frequência de 692 a 698 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 18 de julho de 2012

Recebo o recurso administrativo interposto pela Sociedade Amigos Rei do Peixe, diante da decisão de indeferimento de seu requerimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Palmares do Sul, estado do Rio Grande do Sul, e mantenho inalterada a decisão exarada por meio da Nota Técnica n° 1963/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, em decorrência da aplicação do disposto no subitem 11.2.1 da Norma nº 01/2011, relativa ao serviço de radiodifusão comunitária, de sorte a negar o provimento do recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

N° DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
02/10	RS	Palmares do Sul	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	Sociedade Amigos Rei do Peixe

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 19 de julho de 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no âmbito de suas atribuições resolve dar publicidade aos atos listados a seguir:

ANEXO

ATO	ENTIDADE	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO Nº 17 DE 16/07/2012	RÁDIO BELÉM FM LTDA	BELÉM/PB	FM	257	53000.058406/2010
DESPACHO Nº 19 DE 19/07/2012	RÁDIO MARCO ZERO FM LTDA	OIAPOQUE/AP	OM	1540	53000.060639/2010

Em 20 de julho de 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO EVENTUAL, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

EDUARDO AMORIM MARTINS DE SOUZA

ANEXO

ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO DEOC Nº 02, DE 11/6/2012	APL	SM COMUNICAÇÕES LTDA	MA	São Luís	RTV	33	53000.033350/2011
DESPACHO SCE Nº 03, DE 25/05/2012	APL	TELEVISÃO VERDES MARES LTDA	CE	Aracati (Marjolândia)	RTV	5-	53000.028310/2003
DESPACHO DEOC Nº 04, DE 19/06/2012	APL	RADIO MARCO ZERO LTDA	AP	Macapá	RTV	26+	53000.006332/2009
DESPACHO DEOC Nº 05, DE 22/06/2012	APL	SM COMUNICAÇÕES LTDA	RN	Natal	RTV	29	53000.020342/2012
DESPACHO DEOC Nº 16, DE 11/07/2012	APL	FUNDAÇÃO EDUCATIVA CANAÃ BRASIL	PE	Petrolina	FM	218E	53000.060364/2007
DESPACHO DEOC Nº 18, DE 17/07/2012	APL	SM COMUNICAÇÕES LTDA	PB	João Pessoa	RTV	50	53000.020344/2012
DESPACHO DEOC Nº 117, DE 25/06/2012	APL	TV CIDADE DOS PRÍNCIPES S/C LTDA	SC	Itapoá	RTV	35	53000.018922/2003
DESPACHO DEOC Nº 21 DE 19/07/2012	APL	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL LUCYKEISER	PE	Santa Cruz do Capibaribe	FME	250E	53000.024376/2005
DESPACHO DEOC Nº 22, DE 19/07/2012	APL	XETAS COMUNICAÇÃO LTDA	PR	Umuarama	RTV	32	53000.022837/2009
DESPACHO DEOC Nº 23, DE 19/07/2012	APL	SISTEMA CLUBE DO PARÁ DE COMUNICAÇÃO LTDA	PA	Parauapebas	RTV	30	53000.016052/2009
DESPACHO Nº 24, DE 19/07/2012	APL	PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS	RN	Guamaré	RTV	20	53000.009347/2007

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A FABRICAÇÃO E O CONTROLE DA QUALIDADE DE PRODUTOS BIOLÓGICOS NA COLÔMBIA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, celebrado em 13 de dezembro de 1972;

Considerando o disposto no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 12 de março de 1981;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de saúde se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar visa à implementação do Projeto "Pesquisa e Desenvolvimento para a Fabricação e o Controle da Qualidade de Produtos Biológicos na Colômbia", doravante denominado "Projeto", cuja finalidade é transferir para o Governo colombiano conhecimentos brasileiros relativos à pesquisa, desenvolvimento, produção e controle de qualidade de produtos biológicos utilizados no tratamento de pacientes afetados por intoxicação por mordidas de cobras venenosas ou de outros animais peçonhentos.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados e o orçamento alcançados no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto Butantã, do Governo do Estado de São Paulo, como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República da Colômbia designa:

a) a Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia, da Presidência da República da Colômbia, e a Direção de Cooperação Internacional, do Ministério das Relações Exteriores, como instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto Nacional de Saúde (INS), como instituição responsável pela execução e avaliação das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na Colômbia as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) receber e capacitar técnicos colombianos no Brasil;

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto; e

d) prestar o apoio necessário à realização das atividades previstas no projeto.

2. Ao Governo da República da Colômbia cabe:

a) designar técnicos para participar das atividades previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra, ou qualquer compromisso gravoso aos seus patrimônios nacionais.

4. As Partes executarão o Projeto de acordo com suas disponibilidades orçamentárias.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos, diferentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República da Colômbia.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo VII

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, exceto se as Partes acordarem o contrário.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado ou emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à execução do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar à outra, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia terá efeito três (3) meses depois da data da respectiva notificação. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução.

Artigo X

Às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, celebrado em 13 de dezembro de 1972.

Feito em Bogotá, em 31 de maio de 2012, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANTONINO MENA GONÇALVES
Embaixador do Brasil

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

MARIA ÁNGELA HOLGUÍN
Ministra das Relações Exteriores

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL EO GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA IMPLEMENTAÇÃODO PROJETO "APOIO À MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO SISTEMA DE TRIBUNAIS POPULARES DA REPÚBLICA DE CUBA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cuba
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, assinado em Havana, em 18 de março de 1987;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de justiça se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar visa à implementação do Projeto "Apoio à Modernização Tecnológica do Sistema de Tribunais Populares da República de Cuba", doravante denominado "Projeto", cuja finalidade é dispor de sistema judicial eficiente, que agilize o trabalho burocrático e ofereça maior nível de transparência nos procedimentos judiciais.

2. O Projeto especificará os objetivos, as atividades e o orçamento para a execução no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas respectivas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério de Relações Exteriores, (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Superior Tribunal de Justiça (STJ), como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República de Cuba designa:

a) o Ministério de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro (Mincex) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Tribunal Supremo Popular (TSP), como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver em Cuba as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) receber e capacitar técnicos cubanos no Brasil;

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto;

d) prestar o apoio necessário à realização das atividades previstas no projeto.

2. Ao Governo da República de Cuba cabe:

a) designar técnicos para participar das atividades previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer compromisso gravoso a seus patrimônios nacionais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. As partes executarão o Projeto conforme sua disponibilidade orçamentária.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos, diferentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de Cuba.

Artigo VI

1.. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo VII

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, exceto se as Partes acordarem o contrário.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado ou emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo VIII

1. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste será resolvida pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar à outra, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia terá efeito três (3) meses depois da data da respectiva notificação. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução.

Artigo X

Às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, assinado em Havana, em 18 de março de 1987.

Assinado em Brasília, em 13 de junho de 2012, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARCO FARANI
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA

CARLOS ZAMORA
Embaixador da República de Cuba

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COZINHA BRASIL - EL SALVADOR"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de El Salvador
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, firmado em 20 de maio de 1986;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de segurança alimentar se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Programa de Educação Alimentar e Nutricional Cozinha Brasil - El Salvador" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é contribuir para melhorar a qualidade de vida da população mais pobre por meio de ações de educação alimentar e nutricional.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1.O Governo da República de El Salvador designa:

a) a Direção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Secretaria de Inclusão Social da Presidência da República de El Salvador (SIS) como instituição responsável pela execução e coordenação interinstitucional das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Serviço Social da Indústria (SESI) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República de El Salvador cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver em El Salvador as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo salvadorenho, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de El Salvador.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas diretamente Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, firmado em 20 de maio de 1986.

Feito em Brasília, em 21 de junho de 2012, em dois exemplares originais em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARCO FARANI
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação

GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR

RINA DEL SOCORRO ÂNGULO
Embaixadora da República de El Salvador

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-Habitat) PARA O ESTABELECIMENTO DAS BASES PARA A PROMOÇÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA TRIANGULAR SUL-SUL

O Governo da República Federativa do Brasil (doravante denominado "Governo")

e

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, (doravante denominado "ONU-Habitat")

(individualmente, doravante denominados "parte" e, em conjunto, "partes");

Considerando o Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal de 29 de dezembro de 1964, e o Acordo sobre Operação no Brasil do Escritório Regional do ONU-Habitat para a America Latina e o Caribe, de 10 de março de 1998;

Reconhecendo que o ONU-Habitat trabalha, efetivamente, com o objetivo de contribuir e promover esforços na formulação e implementação de políticas e estratégias que visem a assegurar os direitos à habitação e à cidade, por meio do desenvolvimento sustentável de assentamentos humanos, a melhoria das condições de moradia das classes de baixa renda, a realização dos compromissos assumidos na Agenda HABITAT e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

Reconhecendo também o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na provisão de cooperação técnica e capacitação a países em desenvolvimento, por meio da transferência e do intercâmbio de conhecimento, habilidades e expertise disponíveis em instituições e organizações brasileiras;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Reafirmando o compromisso de ambas as Partes de promover o desenvolvimento sustentável como meio de alcançar progresso social e econômico;

Conscientes de que o ONU-Habitat é uma organização integrante do Sistema das Nações Unidas estabelecida pela Resolução 56/206, adotada em 21 de dezembro de 2001, com o mandato de ser o ponto focal da ONU para suas atividades no tema dos Assentamentos Humanos e, ademais, atuar como a sua agência de cooperação técnica especializada neste tema.

Recordando os privilégios e imunidades concedidos ao ONU-Habitat Brasil no Acordo sobre Operação no Brasil do Escritório Regional e a República Federativa do Brasil assinado, no dia 10 de março de 1998, conforme a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946;

Reconhecendo o papel do Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ("ONU-Habitat/ROLAC") estabelecido no Rio de Janeiro, no desenvolvimento de cooperação técnica, para a definição e execução de iniciativas de promoção de habitação digna e de desenvolvimento urbano sustentável para os países e cidades da America Latina e do Caribe;

Reconhecendo a Cooperação Sul-Sul como uma das modalidades de cooperação para o desenvolvimento com maior potencial para promover crescimento econômico, reduzir desigualdades e melhorar padrões de vida nos países em desenvolvimento;

Avaliando o papel significativo que as Partes podem desempenhar conjuntamente na capacitação dos países em desenvolvimento nos campos do direito, governança e uso do solo urbano; planejamento e desenho urbanos; economia urbana; serviços básicos urbanos, habitação e urbanização de favelas; redução de riscos de desastres naturais e recuperação da infraestrutura urbana; pesquisa e desenvolvimento de capacidade técnica para a promoção do desenvolvimento sustentável;

Considerando os repectivos mandatos, objetivos e programas do ONU-Habitat e da ABC;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1
Objetivo

O propósito deste MdE é estabelecer modalidades gerais de parceria para dar apoio a terceiros países por meio de cooperação técnica, com vistas ao fortalecimento de capacidades dos países selecionados para elaborar, implementar, gerenciar, monitorar e avaliar programas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável na América Latina.

Artigo 2
Implementação

1. As Partes envidarão esforços para identificar e apoiar atividades da cooperação técnica nas áreas mencionadas no Artigo 1, a partir de demandas dos terceiros países e sujeitas à disponibilidade de fundos, de acordo com os termos deste MdE e os termos e condições específicas acordadas pelas Partes nos acordos de implementação relevantes, quando aplicável.

2. A ABC coordenará as atividades dentro do escopo deste MdE em nome do Governo da República Federativa do Brasil.

3. As Partes concordam sobre as seguintes modalidades gerais de parceria de cooperação nas áreas identificadas no Artigo 1, por solicitação de cooperação de terceiros países:

a) cooperação técnica na elaboração, implementação, gerenciamento, monitoramento e avaliação de programas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável na América Latina;
b) cooperação técnica para fortalecer a capacidade institucional dos países selecionados em nível nacional e local;
c) provisão de treinamento no Brasil ou no país(es) beneficiário(s);
d) desenvolvimento de termos de referência para a preparação de missões técnicas;
e) desenvolvimento e atualização de plataformas de gerenciamento de conhecimento nas áreas identificadas no Artigo 1 acima;
f) qualquer outra atividade que possa ser acordada pela ABC e ONU-Habitat.

4. Sujeitas à disponibilidade de fundos e às respectivas políticas e aos arcabouços legais internos das Partes, as Partes envidarão esforços para mobilizar recursos para financiar atividades a serem executadas nos países selecionados. Este MdE não cria obrigações financeiras para as Partes.

Artigo 3
Coordenação

As Partes terão consultas regulares e intercambiarão informação e experiências destinadas à implementação das atividades programáticas de interesse comum. As Partes trocarão experiências e informações provenientes de estudos, revisões, avaliações e relatórios de natureza técnica e política, quando esta troca de informações for de benefício mútuo para as Partes.

Artigo 4
Entrada em vigor, Validade e Término

1. Este MdE entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por três (3) anos (denominado Termo Inicial). O Termo Inicial será automaticamente renovado por iguais períodos (denominados Termo Renovado), a menos que uma das Partes notifique a outra Parte, por escrito, de sua decisão de denunciar este MdE. A notificação será informada com pelo menos seis (6) meses de antecedência do término do Termo Inicial ou do Termo Renovado, conforme o caso.

2. Não obstante as provisões no Artigo 4.1 acima, este MdE permanecerá em vigor até seis (6) meses após o recebimento de notificação a fim de facilitar a conclusão de operações e obrigações em curso tomadas ou surgidas antes do seu término.

3. Este MdE pode ser modificado por concentimento mútuo expresso, por escrito, por via diplomática.

Assinado no Rio de Janeiro em 20 de junho de 2012, em dois originais, em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

MARCO FARANI
Diretor da ABC

Pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

JOAN CLOS
Diretor do Programa HABITAT

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO TÉCNICO PARA A CRIAÇÃO DA REDE DE BANCOS DE LEITE HUMANO DA REPÚBLICA DOMINICANA".

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Dominicana
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, firmado em 6 de fevereiro de 2006;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área da saúde se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Apoio Técnico para a Criação da Rede de Bancos de Leite Humano da República Dominicana" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é consolidar e expandir a Rede de Bancos de Leite Humano na República Dominicana para atender a demanda de leite humano processado e fortalecer as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Dominicana designa:

a) o Ministério de Economia, Planejamento e Desenvolvimento da República Dominicana como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério de Saúde Pública como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Saúde - Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Dominicana cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na República Dominicana as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo dominicano, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Dominicana.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, firmado em 6 de fevereiro de 2006.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Feito em Brasília, em 15 de junho de 2012, em dois exemplares originais em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARCO FARANI
Diretor da ABC

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA

HECTOR DIONÍSIO PEREZ
Embaixador da Republica Dominicana no Brasil

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CAPACITAÇÃO EM BIOTÉCNICAS REPRODUTIVAS E MELHORAMENTO GENÉTICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA DOMINICANA"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Dominicana
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, firmado em 6 de fevereiro de 2006;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área da pecuária se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Capacitação em biotécnicas reprodutivas e melhoramento genético para o desenvolvimento da bovinocultura leiteira dominicana" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é contribuir para a auto-suficiência da República Dominicana na produção de leite, por meio do melhoramento genético do rebanho leiteiro voltado para produção de leite a pasto.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Dominicana designa:

a) Ministério de Economia, Planejamento e Desenvolvimento da República Dominicana como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) Instituto Dominicano de Pesquisa Agropecuária e Florestal (IDIAF) do Ministério da Agricultura como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Dominicana cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na República Dominicana as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo dominicano, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Dominicana.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, firmado em 6 de fevereiro de 2006.

Feito em Brasília, em 15 de junho de 2012, em dois exemplares originais em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARCO FARANI
Diretor da ABC

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA

HECTOR DIONÍSIO PEREZ
Embaixador da Republica Dominicana no Brasil

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO AO APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REPÚBLICA DOMINICANA".

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Dominicana
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, firmado em 6 de fevereiro de 2006;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área da educação se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Apoio ao aprimoramento do sistema de avaliação da educação básica na República Dominicana" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é contribuir para o aprimoramento dos instrumentos de medição de desempenho dos estudantes e da qualidade da educação básica na República Dominicana.

.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Dominicana designa:

a) o Ministério de Economia, Planejamento e Desenvolvimento da República Dominicana como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério da Educação da República Dominicana como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" (INEP), como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Dominicana cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na República Dominicana as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo dominicano, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Dominicana.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, firmado em 6 de fevereiro de 2006.

Feito em Brasília, em 15 de junho de 2012, em dois exemplares originais em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARCO FARANI
Diretor da ABC

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA

HECTOR DIONÍSIO PEREZ
Embaixador da Republica Dominicana no Brasil

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORMAÇÃO, PESQUISA E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL".

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Dominicana
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, firmado em 6 de fevereiro de 2006;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área do desenvolvimento econômico se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Formação, Pesquisa e Fortalecimento Institucional em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico e Social" (doravante denominado "Projeto"), cujo objetivo é difundir metodologias de gestão, experiência em pesquisas comerciais e produtivas, e políticas de organização interna com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento institucional da Unidade de Assessoria e Análise Econômica e Social (UAAES) do Ministério do Planejamento, Economia e Desenvolvimento da República Dominicana.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Dominicana designa:

a) o Ministério de Economia, Planejamento e Desenvolvimento da República Dominicana como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Unidade de Assessoria e Análise Econômica e Social (UAAES) do Ministério da Economia, Planejamento e Desenvolvimento, como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na República Dominicana as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo dominicano, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Dominicana cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou qualquer outra atividade gravosa a seus patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Dominicana.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, firmado em 6 de fevereiro de 2006.

Feito em Brasília, em 15 de junho de 2012, em dois exemplares originais em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARCO FARANI
Diretor da ABC

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA

HECTOR DIONÍSIO PEREZ
Embaixador da Republica Dominicana no Brasil

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS COM O PROPÓSITO DE UNIVERSALIZAR, DE MANEIRA SUSTENTÁVEL, O ACESSO DAS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA AO SISTEMA FINANCEIRO DA COLÔMBIA E DO BRASIL"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, celebrado em 13 de dezembro de 1972;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de gestão bancária se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar visa à implementação do Projeto "Intercâmbio de Experiências com o Propósito de Universalizar, de Maneira Sustentável, o Acesso das Populações de Baixa Renda ao Sistema Financeiro da Colômbia e do Brasil", doravante denominado "Projeto", cuja finalidade é apoiar o processo de universalização dos serviços bancários para a população de baixa renda na Colômbia, com ênfase na capacitação dos técnicos da Banca de Oportunidades.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados e o orçamento alcançados no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Caixa Econômica Federal, como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República da Colômbia designa:

a) a Agência Presidencial de Cooperação Internacional, da Presidência da República da Colômbia, e a Direção de Cooperação Internacional, do Ministério das Relações Exteriores, como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Banca de Oportunidades, como instituição responsável pela execução e avaliação das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na Colômbia as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) receber e capacitar técnicos colombianos no Brasil;

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto; e

d) prestar o apoio necessário à realização das atividades previstas no projeto.

2. Ao Governo da República da Colômbia cabe:

a) designar técnicos para participar das atividades previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra, ou qualquer compromisso gravoso aos seus patrimônios nacionais.

4. As Partes executarão o Projeto de acordo com suas disponibilidades orçamentárias.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos, diferentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República da Colômbia.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo VII

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, exceto se as Partes acordarem o contrário.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado ou emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à execução do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes poderá notificar à outra, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia terá efeito três (3) meses depois da data da respectiva notificação. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução.

Artigo X

Às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, celebrado em 13 de dezembro de 1972.

Feito em Bogotá, em 31 de maio de 2012, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANTONINO MENA GONÇALVES
Embaixador do Brasil

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

MARIA **ÁNGELA HOLGUÍN**
Ministra das Relações Exteriores

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 440, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia para expedir as Portarias que aprovam o enquadramento de projetos de obras de infraestrutura para geração, co-geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de acordo com o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007.

Parágrafo único. A presente delegação de competência poderá ser exercida pelo Secretário-Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético, nos casos de afastamentos ou impedimentos regulamentares da autoridade delegada.

Art. 2º As competências a que se refere esta Portaria serão exercidas com a fiel observância das normas legais vigentes.

Art. 3º Após a publicação, no Diário Oficial da União, as Portarias de enquadramentos de projetos ao REIDI, deverão ser disponibilizadas na página do Ministério de Minas e Energia na internet - www.mme.gov.br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 17 de julho de 2012

Nº 2.344 - O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, conforme disposto na Resolução no 488, de 15 de maio de 2012, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003673/2011-78, decide: I - declarar universalizadas as distribuidoras do Anexo I; II - declarar universalizadas na área urbana e não universalizadas na área rural as distribuidoras relacionadas no Anexo II, que se habilitam a apresentar a revisão do plano de universalização da área rural para análise da ANEEL. III - os anexos encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br.

Em 20 de julho de 2012

Nº 2.376 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.005112/2011-11, resolve:

Não conceder o efeito suspensivo solicitado pelas Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar, em pedido de reconsideração interposto em face da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.304, de 26/06/2012, por não se encontrarem presentes os requisitos da fumaça do bom direito e do justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, ensejadores da suspensividade.

Nº 2.377 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.005111/2011-69, resolve:

Não conceder o efeito suspensivo solicitado pela Hidroelétrica Panambi S.A. - HIDROPAN, em pedido de reconsideração interposto em face da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.303, de 26/06/2012, por não se encontrarem presentes os requisitos da fumaça do bom direito e do justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, ensejadores da suspensividade.

Nº 2.378 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.005110/2011-14, resolve:

Não conceder o efeito suspensivo solicitado pela Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda. - MUX-ENERGIA, em pedido de reconsideração interposto em face da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.302, de 26/06/2012, por não se encontrarem presentes os requisitos da fumaça do bom direito e do justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, ensejadores da suspensividade.

Nº 2.379 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.002075/2003-28, resolve:

Não conceder o efeito suspensivo solicitado pela ENERSAN - Empresa Energética Santa Marta Ltda., em pedido de reconsideração interposto em face da Resolução Autorizativa nº 3.535/2012, por não se encontrar presente o requisito da fumaça do bom direito, ensejador da suspensividade.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de julho de 2012

Nº 2.373 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Portaria nº 1.850, de 5 de julho de 2011, nos termos da Resolução Normativa nº. 420, de 30 de novembro de 2010, e o que consta do Processo nº. 48500.000416/1999-18, resolve:

I - Registrar para a UTE Recap, outorgada por meio da Portaria MME nº. 923, de 13 de julho de 1977, a instalação de 3 (três) unidades geradoras de contingência, sendo uma de 295 kW, uma de 184 kW e uma de 80 kW, utilizando óleo diesel como combustível, as quais não integram a capacidade instalada do empreendimento.

Nº 2.375 - Processo nº 48500.001884/2011-76. Interessado: ERB Aratinga S.A.. Decisão: Registrar o recebimento do requerimento de outorga da UTE ERB Candeias e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 16.790 kW de potência instalada e revogar o Despacho n° 1.772, de 26 de abril de 2011. A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de julho de 2012

Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação em teste a partir do dia 21 de julho de 2012.

Nº 2.370 - Processo nº 48500.002159/2010-34 Interessado: Canabrava Energética S.A. Usina: UTE Canabrava e Unidade Geradora: UG2 de 38.000 kW Localização: Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Nº 2.371 - Processo nº 48500.002517/2009-75 Interessado: Indaiá Grande Energia S.A. Usina: PCH Indaiá Grande Unidade Geradora: UG3 de 6.666 kW Localização: Município de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul.

Nº 2.372 - Processo nº 48500.006594/2010-38 Interessado: Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Social Ltda. - CERILUZ Usina: PCH RS-155 Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 2.856 kW cada Localização: Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

A íntegra dos Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.374 - Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação comercial a partir de 21 de julho de 2012 Processo nº 48500.002184/2010-18 Interessado: Rondinha Geradora de Energia Ltda. Usina: PCH Invernadinha Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 1.125 kW cada Localização: Município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de julho de 2012

Nº 2.369 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Resolução Homologatória nº 1.272, de 3 de abril de 2012, no art. 13, objeto do Processo nº 48500.004795/2011-81, e tendo em vista o que consta no aplicativo "Inadimplentes do Setor Elétrico", gerido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, comprovando que a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, nesta data, encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais, o que afasta o impedimento previsto no art. 10 da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, decide autorizar a ENERSUL a praticar as tarifas constantes dos Anexos I e II-A, de que tratam os art. 3° e 5° da supracitada Resolução, a partir do dia 20 de julho de 2012.

DAVI ANTUNES LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA Nº 233, DE 20 DE JULHO DE 2012

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9, Inciso VI, do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, o art 11, inciso III da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011 e, nos termos da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, com a redação dada pela Lei nº 11.292 de 26 de abril de 2006, regulamentadas pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Fixar, de acordo com o Anexo I desta Portaria, as metas de desempenho institucional da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para o período de avaliação de desempenho compreendido de 01 de agosto de 2012 a 31 de julho de 2013, em consonância com o que dispõe o artigo 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

ANEXO I

Meta Global	Indicador	Índice	Fórmula do Indicador
Proteger os interesses do consumidor quanto à qualidade dos produtos.	Índice da Qualidade dos combustíveis	96%	[1-(Número total de amostras não conformes / número total de amostras coletadas)] x 100%
Autorizar a prática das atividades integrantes da indústria do petróleo (pesquisas exploratórias não exclusivas, refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem, acondicionamento, distribuição e revenda).	Índice de Análise de Processos de Autorização	80%	Média de (Número de processos das UA analisados dentro do prazo estabelecido / número de processos das UA recebidos no período) x 100%
Fiscalizar as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.	Índice de Ações de Fiscalização	100%	Média de (Número de ações de fiscalização das UA / meta de ações de fiscalização das UA) x 100%
Organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.	Índice de Dados Técnicos Disponíveis da Indústria do Petróleo	80%	(Quantidade de dados públicos de E&P disponíveis / Quantidade de dados públicos de E&P recebidos pelo BDEP) x 100%
Atender à sociedade, mercado e demais demandas externas à ANP	Índice de Pronto Atendimento	70%	(Manifestações respondidas pelo CRC no ato do atendimento / manifestações recebidas) x 100%
Estimular a pesquisa e adoção de novas tecnologias.	Índice de projetos de P&D analisados	80%	(Projetos de P&D analisados / projetos de P&D apresentados pelo operador, concessionários ou contratados) x 100%

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de julho de 2012

Nº 929 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 139, de 1º de julho de 2010, com base na Lei n° 9.478, de 06 de agosto de 1997 e na Resolução ANP n° 17, de 10 de junho de 2010, e considerando:

•as informações, os estudos e os projetos apresentados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, CNPJ n° 33.000.167/0001-01, à ANP referentes à ampliação de capacidade de processamento de gás natural do Polo de Processamento de Gás Natural de Cacimbas (UTGC), constantes do processo ANP nº 48610.001269/2012-01;

•a solicitação feita pela PETROBRAS em 05/01/2012, constante do processo acima mencionado, visando obter autorização para construção das instalações citadas, conforme determina o inciso I do § 1º do art. 1° da Resolução ANP nº 17, de 10 de junho de 2010;

•que após análise preliminar do material encaminhado à ANP, e tendo concluído que este atende aos requisitos mínimos em termos de documentação exigida;

torna público o seguinte ato:

1.fica autorizada a publicação do sumário do memorial descritivo do projeto em questão, que faz parte do Anexo do presente Despacho;

2.indica a Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural da ANP, com endereço à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, para o encaminhamento, em até 30 (trinta) dias da presente publicação, dos comentários e sugestões sobre os referidos projetos;

3.informa que a documentação apresentada continua em processo de análise pela ANP e que a presente publicação não caracteriza, deste modo, qualquer autorização prévia concedida por esta Agência.

WALDYR MARTINS BARROSO

ANEXO

Ressalte-se, inicialmente, que todos os dados, incluindo valores numéricos e suas unidades, constantes do presente memorial descritivo, foram retirados do próprio material apresentado pela PETROBRAS à ANP.

1. Descrição Básica

A empresa PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ nº 33.000.167/0001-00, situada na Av. República do Chile, 65, Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-912, vem solicitar a autorização para o exercício da atividade de construção de duas unidades de tratamento cáustico, a serem construídas no Polo de Processamento de Gás Natural de Cacimbas - UTGC, CNPJ nº 33.000.167/0118-12, na Rodovia Artur Pinto Santana, Distrito de Povoação, km 8, Linhares - ES, visando:

A remoção de contaminantes (principalmente H_2S) do GLP produzido, para o atendimento da especificação do GLP, de acordo com a legislação da ANP, após a esperada mudança nas características e volume do gás a ser processado na UTGC, quando da entrada em operação do Gasoduto Sul Norte Capixaba, passando a receber gás do pré-sal do Parque das Baleias.

Novas Unidades e suas respectivas capacidades de projeto

Identificação	Processo	Capacidade de Projeto
UTC I	Unidade de Tratamento Cáustico I	2.200 m³/d
UTC II	Unidade de Tratamento Cáustico II	2.200 m³/d

2. Meio Ambiente

Ofício 8811/11/IEMA/GCA/SAIA, que informa que o licenciamento terá prosseguimento no âmbito da LO 197/11, condicionando o início das obras à aprovação do Plano de Controle Ambiental (PCA).

4. Prazos

As seguintes datas estão previstas:

▪Início das obras: julho de 2012

▪Término das obras: abril de 2013

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 343, DE 20 DE JULHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 18 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa TERMOMECÂNICA SÃO PAULO S.A., com endereço na Avenida Caminho do Mar, n.° 2652 a 2700, Rudge Ramos - São Bernardo do Campo/SP - CEP 09612-000, inscrita no CNPJ n.º 59.106.666/0001-71, autorizada a exercer a atividade de importação de óleos lubrificantes acabados industriais, conforme processo n.º 48610.002762/2012-31.

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de importação de óleos lubrificantes acabados industriais.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 344, DE 20 DE JULHO DE 2012

A CHEFE DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 181, de 22 de agosto de 2006,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Resolução ANP nº 33/2005 e o Regulamento Técnico ANP nº 05/2005, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta dos processos de nº 48610.007550/2012-40, 48610.007593/2012-25, 48610.007594/2012-70 e 48610.007121/2012-72 torna público o seguinte ato:

Art. 1º Conceder autorização prévia para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A, CNPJ 33.000.167/0001-01, realizar investimentos na implantação de infraestrutura laboratorial para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse do setor de petróleo e seus derivados e gás natural, nos projetos, instituições e respectivos valores, conforme relação em anexo.

Art. 2º A presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3º Compete ao concessionário acompanhar, no desenvolvimento do projeto, as condições contidas no Plano de Trabalho, em especial no que se refere aos objetivos, resultados esperados, prazos e valores totais estimados.

Art. 4º O concessionário deverá apresentar, quando do encaminhamento do Relatório Demonstrativo Anual, os dados referentes aos valores contratados e a execução efetiva dos projetos até a data de referência do relatório demonstrativo, cotejando com aqueles apresentados nos respectivos planos de trabalho objeto da presente autorização.

Art. 5º Nos termos do item 10 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, as despesas previstas nesta autorização, para efeito de cumprimento da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, estão sujeitas à análise técnica da ANP, quando da apresentação dos Relatórios Demonstrativos Anuais e da documentação de comprovação dos resultados obtidos.

Art. 6º O concessionário deverá usar a logomarca da ANP, acompanhada da expressão "Compromisso com Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", em todo o material de divulgação relacionado ao projeto, objeto da presente autorização prévia.

Art. 7º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANÁLIA FRANCISCA FERREIRA

ANEXO

Nº do Projeto	*Título*	*Rede / Área / Programa / Núcleo*	*Instituição*	*Valor (R$)*	*Item de Enquadramento*
1141	Controle de Sólidos na Atividade de Perfuração de Poços de Petróleo e Gás: Otimização, Operações Alternativas e Instrumentação de Equipamentos de Separação e Escoamento de Fluidos em Rocha Reservatório e em Seções Anulares	Rede de Engenharia de Poços	UFU	1.194.060,00	8.2.3
1142	P&DI em processos termocatalíticos aplicados ao aproveitamento sustentável dos resíduos da indústria do petróleo e resíduos agroindustriais.	Área Tecnológica de Meio Ambiente	UFT	973.943,63	8.2.3
1144	Avaliação de superfícies metálicas modificadas quanto à eficiência de inibição da adesão de incrustações inorgânicas	Área Tecnológica de Elevação e Escoamento	UNICAMP	731.398,00	8.2.3
1145	Adequação de espaço físico e aquisição de equipamentos para expansão da capacidade de processamento paralelo do laboratório de mecânica dos fluidos da FEMEC-UFU.	Rede Fluidodinâmica Computacional em Processos de Refino	UFU	1.245.562,50	8.2.3

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 200, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 806.044/2006, resolve:

Art. 1° Outorgar à REFRINOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no Município de SÃO LUÍS/MA, numa área de 49,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 02°40'01,062"S / 44°17'25,837"W; 02°40'01,062"S/44°17'03,176"W; 02°40'23,852"S / 44°17'03,175"W; 02°40'23,852"S / 44°17'25,837"W; 02°40'01,062"S / 44°17'25,837"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 289,0m, no rumo verdadeiro de 51°38'59"988 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 02°40'06,900"S e Long. 44°17'18,500"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-E; 700,0m-S; 700,0m-W; 700,0m-N.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 25 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 02°40'19,939"S / 44°17'12,007"W; 02°40'19,939"S / 44°17'28,194"W; 02°40'03,661"S / 44°17'28,194"W; 02°40'03,661"S / 44°17'12,007"W; 02°40'19,939"S / 44°17'12,007"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 353,6m, no rumo verdadeiro de 44°59'59"994 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 02°40'11,800"S e Long. 44°17'20,100"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-W; 500,0m-N; 500,0m-E; 500,0m-S.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 201, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 821.153/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à EDUARDO APARECIDO GONÇALVES ALONSO - FI, concessão para lavrar ARGILA REFRATÁRIA, AREIA, no Município de AGUAÍ/SP, numa área de 48,06ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°58'57,211"S/47°06'00,884"W; 21°59'03,310"S/47°06'00,884"W; 21°59'03,310"S/47°06'00,553"W; 21°59'03,710"S/47°06'00,553"W; 21°59'03,710"S/47°05'46,941"W; 21°59'06,562"S/47°05'46,941"W; 21°59'06,562"S/47°05'46,610"W; 21°59'06,961"S/47°05'46,610"W; 21°59'06,961"S/47°05'32,666"W; 21°59'06,994"S/47°05'32,666"W; 21°59'06,994"S/47°05'46,610"W; 21°59'24,846"S/47°05'46,610"W; 21°59'24,845"S/47°06'11,012"W; 21°59'06,544"S/47°06'11,011"W; 21°59'06,544"S/47°06'07,853"W; 21°59'06,536"S/47°06'07,852"W; 21°58'59,229"S/47°06'07,851"W; 21°58'59,229"S/47°06'04,366"W; 21°58'59,221"S/47°06'04,366"W; 21°58'57,210"S/47°06'04,365"W; 21°58'57,211"S/47°06'00,884"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°58'57,211"S e Long. 47°06'00,884"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 187,6m-SW 00°00'21"988; 9,5m-NE 90°00'00"000; 12,3m-SW 00°00'00"000; 390,5m-SE 89°59'49"436; 87,7m-SW 00°00'00"000; 9,5m-NE 90°00'00"000; 12,3m-SW 00°00'00"000; 400,0m-SE 89°59'49"687; 1,0m-SW 00°00'00"000; 400,0m-NW 89°59'49"687; 549,1m-SW 00°00'11"269; 700,0m-NW 89°59'51"160; 562,9m-NE 00°00'10"993; 90,6m-NE 90°00'00"000; 0,3m-NE 04°34'26"117; 224,8m-NE 00°00'09"178; 100,0m-SE 89°59'39"369; 0,3m-NE 04°14'11"021; 61,8m-NE 00°00'00"000;99,9m-NE 90°00'00"000.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 202, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.607/2004, resolve:

rt. 1° Outorgar à TINGUA EMPRESA DE MINERAÇÃO E ÁGUAS LTDA, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no Município de NOVA IGUAÇU/RJ, numa área de 49,59ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°36'39,300"S/43°25'08,400"W; 22°36'47,100"S/43°25'08,400"W; 22°36'47,100"S/43°25'11,780"W; 22°36'49,700"S/43°25'11,780"W; 22°36'49,700"S/43°25'27,000"W; 22°37'00,100"S/43°25'27,000"W; 22°37'00,100"S/43°25'31,500"W; 22°37'04,100"S/43°25'31,500"W; 22°37'04,100"S/43°25'39,700"W; 22°37'02,800"S/43°25'39,700"W; 22°37'02,800"S/43°25'45,000"W; 22°37'14,000"S/43°25'45,000"W; 22°37'14,000"S/43°25'40,700"W; 22°37'08,800"S/43°25'40,700"W; 22°37'08,800"S/43°25'31,500"W; 22°37'06,800"S/43°25'31,500"W; 22°37'06,800"S/43°25'27,700"W; 22°37'04,300"S/43°25'27,700"W; 22°37'04,300"S/43°25'22,800"W; 22°36'55,400"S/43°25'22,800"W; 22°36'55,400"S/43°25'13,700"W; 22°36'50,600"S/43°25'13,700"W; 22°36'50,600"S/43°24'41,100"W; 22°36'39,000"S/43°24'41,100"W; 22°36'39,000"S/43°25'08,400"W; 22°36'39,300"S/43°25'08,400"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°36'39,300"S e Long. 43°25'08,400"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 239,9m-S; 96,5m-W; 80,0m-S; 434,7m-W; 319,9m-S; 128,5m-W; 123,0m-S; 234,2m-W; 40,0m-N; 151,4m-W; 344,5m-S; 122,8m-E; 160,0m-N; 262,7m-E; 61,5m-N; 108,5m-E; 76,9m-N; 139,9m-E; 273,8m-N; 259,9m-E; 147,7m-N; 931,0m-E; 356,8m-N; 779,7m-W; 9,2m-S.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 242,9 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°36'30,200"S/43°24'41,600"W; 22°36'30,200"S/43°25'23,100"W; 22°36'42,600"S/43°25'23,100"W; 22°36'42,600"S/43°25'38,900"W; 22°36'57,600"S/43°25'38,900"W; 22°36'57,600"S/43°25'55,300"W; 22°37'28,200"S/43°25'55,300"W; 22°37'28,200"S/43°25'23,000"W; 22°37'16,500"S/43°25'23,000"W; 22°37'16,500"S/43°25'04,900"W; 22°37'03,300"S/43°25'04,900"W; 22°37'03,300"S/43°24'49,300"W; 22°36'53,900"S/43°24'49,300"W; 22°36'53,900"S/43°24'41,600"W; 22°36'30,200"S/43°24'41,600"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°36'30,200"S e Long. 43°24'41,600"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1185,2m-W; 381,4m-S; 451,2m-W; 461,4m-S; 468,3m-W; 941,3m-S; 922,4m-E; 359,9m-N; 516,9m-E; 406,1m-N; 445,5m-E; 289,2m-N; 219,9m-E; 729,0m-N

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 203, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 870.030/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à PEDREIRAS SANTA ISABEL LTDA, concessão para lavrar GNAISSE, no Município de CONCEIÇÃO DO JACUÍPE/BA, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°18'19,765"S/38°45'59,106"W; 12°18'19,765"S/38°45'42,559"W; 12°18'52,307"S/38°45'42,558"W; 12°18'52,307"S/38°45'59,106"W; 12°18'19,765"S/38°45'59,106"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1350,0m, no rumo verdadeiro de 04°59'59"996 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°17'36,000"S e Long. 38°46'03,000"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-E; 1000,0m-S; 500,0m-W; 1000,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 19 de julho de 2012

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA

Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)

Os Processos permanecerão nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias.

815.757/1994 - CERÂMICA E MADEIRAS RIO BENEDITO LTDA. - Dr. Pedrinho/SC

860.609/1995 - BENUDES E BENUDES LTDA. - Goiás/GO

815.964/1996 - SETEP CONSTRUÇÕES S.A. - Meleiro/SC

890.705/1998 - PEDRAS DECORATIVAS PURIS LTDA. - Porciúncula/RJ

870.079/1999 - TERRABRÁS TERRAPLENAGENS DO BRASIL S.A. - Camaçari/BA

871.233/2000 - TOP ENGENHARIA LTDA. - Camaçari/BA

815.180/2003 - A. J. POTTER & CIA LTDA. - Itajaí/SC

860.747/2003 - CIPLAN CIMENTO PLANALTO S.A. - Brasília/DF

815.451/2004 - CUBATÃO DRAGAGENS LTDA. - Araquari/SC

CLAUDIO SCLIAR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 48, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, e na Portaria MRE nº 717, de 09 de dezembro de 2006;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar e atualizar o acompanhamento técnico e administrativo dos Projetos de Cooperação Técnica firmados com Organismos Internacionais;

Considerando a necessidade de adequação das iniciativas de cooperação técnica internacional às diretrizes definidas nos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Considerando a alta relevância de se garantir a fiel observância dos Princípios da Administração Pública, dos procedimentos e critérios objetivos nas contratações de serviços técnicos de consultoria de pessoa física decorrentes dos acordos de cooperação técnica com os organismos internacionais, resolve:

Art. 1º Regulamentar os procedimentos a serem observados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua Entidade Vinculada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a celebração de Projetos de Cooperação Técnica com organismos internacionais, assim como as regras para contratação de consultoria de pessoa física na modalidade produto.

Art. 2º A proposta de celebração de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional somente será efetivada mediante apresentação, pela Unidade interessada, à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de documento contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - Objetivo;
II - Justificativa;
III - Metas;
IV - Estratégia de Implementação;
V - Matriz Lógica;
VI - Discriminação dos Insumos;
VII - Orçamento;
VIII - Cronograma de Implementação;
IX - Plano de Trabalho;
X - Monitoramento e Avaliação.

Art. 3º Caberá à Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário examinar e aprovar as propostas de Projetos de Cooperação Técnica Internacional, realizando consulta às Unidades do MDA sobre a existência de Projetos com objetos similares.

Art. 4º Os serviços técnicos de consultoria de pessoa física somente serão efetivados mediante apresentação, pela Unidade interessada, de Termo de Referência que demonstre a real necessidade da contratação, e desde que as atividades não sejam típicas nem possam ser desempenhadas por servidores lotados nas Unidades deste Ministério.

§1º Caberá à Secretaria Executiva analisar o Termo de Referência enviado pela Unidade interessada, e autorizar ou não o prosseguimento do processo de contratação.

§2º A comprovação da inexistência de servidores disponíveis para o desempenho das atividades requeridas será feita pela área de Recursos Humanos.

§3º As contratações deverão ser compatíveis com os objetivos gerais e específicos constantes dos respectivos instrumentos de cooperação técnica.

§4º É vedada a contratação de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica internacional, salvo exceções legais.

Art. 5º As contratações dos serviços técnicos de consultoria de pessoa física de que trata esta Portaria serão precedidas de processo seletivo com vistas a garantir a fiel observância dos Princípios básicos da legalidade, finalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade administrativa, publicidade, eficiência e do interesse público.

§1º O processo seletivo de que trata o caput deste artigo se caracteriza por ato administrativo formal e se fará público através da publicação do edital no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário e/ou Organismo Internacional, e da chamada do edital em jornal de grande circulação na localidade da prestação do serviço ou de abrangência nacional, com indicação do endereço virtual para acesso do Termo de Referência.

§2º No edital de seleção de candidato deverão estar expressa e objetivamente previstos:

I - o objeto da contratação;
II - a qualificação específica exigida do profissional;
III - as exigências quanto à capacidade técnica e científica, por meio de apresentação de currículo que demonstre experiência compatível com os trabalhos a serem executados, a ser preenchido em conformidade com o modelo do Anexo I desta Portaria;
IV - os itens objeto de avaliação em cada fase da seleção e a respectiva pontuação;
V - a caracterização das atividades a serem desempenhadas pelo profissional, os produtos a serem desenvolvidos e a sede principal da consultoria;
VI - o valor total da consultoria, com a indicação dos valores individuais dos produtos a serem desenvolvidos;
VII - a vigência do contrato; e
VIII - os procedimentos para apresentação de documentação exigida no Termo de Referência.

§3º O processo de seleção será composto de 3 (três) fases, na seguinte ordem:

Primeira Fase, avaliação curricular realizada pela Comissão de Seleção, com base nos requisitos estabelecidos no edital, de caráter eliminatório e classificatório, com peso de 80% (oitenta por cento) sobre a pontuação total;

Segunda Fase, entrevista a ser realizada pela Unidade interessada, de caráter classificatório, com peso de 20% (vinte por cento) sobre a pontuação total, dentre os candidatos classificados até a 5ª colocação na Primeira Fase;

Terceira Fase, verificação, pela Unidade interessada, da existência de comprovação, pelo candidato, das informações constantes no curriculum vitae, de caráter eliminatório e classificatório.

Art. 6º A Comissão de Seleção observará a seguinte composição:

a) um representante da Assessoria de Gabinete do Ministro;
b) um representante da Secretaria de Reordenamento Agrário;
c) um representante da Secretaria de Desenvolvimento Territorial;
d) um representante da Secretaria da Agricultura Familiar;
e) um representante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;
f) um representante do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural;
g) um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), indicado pela Presidência da autarquia, observada a limitação constante do parágrafo 5º deste artigo.

§1º A Comissão de Seleção será presidida pelo representante titular da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, sendo o representante titular do Gabinete do Ministro seu substituto direto. Na falta de um dos representantes citados, deverá presidir a Comissão, na seguinte ordem: o suplente da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração; o suplente do Gabinete do Ministro; o representante da Unidade Técnica eleita na assentada.

§2º A Comissão de Seleção pode ser instalada com a presença de 50% (cinqüenta por cento) dos representantes designados.

§3º O presidente da Comissão de Seleção poderá convocar outros representantes das Unidades para participarem de reuniões, quando necessário.

§4º. Os membros serão indicados pelas respectivas Unidades, e serão designados pela Secretária-Executiva, por meio de Portaria, na qual deverá conter a indicação dos respectivos suplentes.

§5º Representante do INCRA somente comporá a Comissão de Seleção quando pretendida a contratação Projetos de Cooperação Técnica vinculados à Autarquia.

Art. 7º Caberá à Comissão de Seleção, de forma soberana:

I - revisar formalmente os Termos de Referência apresentados pelas Unidades interessadas, e aprovados pela Secretaria Executiva, a fim de conferir legitimidade aos pleitos, bem como adequá-los à Tabela Progressiva de Valores constante no Anexo II desta Portaria.

II - classificar os candidatos que julgar detentores dos requisitos estabelecidos no Edital para serem submetidos às fases seguintes de seleção, observados os itens objeto de avaliação e a respectiva pontuação previamente estabelecidos no edital de seleção, a serem realizadas pelo responsável da Unidade interessada, até a 5ª colocação.

III - definir procedimentos internos que promovam a adequação e o aperfeiçoamento das rotinas vivenciadas e decisões adotadas pela Comissão Especial de Seleção no exercício da sua competência.

Parágrafo Único. Exaurido o prazo estipulado em edital para apresentação dos currículos, a Comissão de Seleção terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para proceder à avaliação curricular e classificar os candidatos aptos a seguirem para a próxima etapa da seleção, na forma estabelecida pelo artigo 5º, §3º, desta Portaria.

Art. 8º Na Segunda Fase (art.5, §3º), a Unidade interessada deverá justificar nos autos do processo de seleção as pontuações aplicadas na entrevista, observados itens objeto de avaliação e a respectiva pontuação previamente estabelecidos no edital de seleção.

Art. 9º Na Terceira Fase (art.5º, §3º), a não comprovação das informações constantes no currículo apresentado pelo candidato, ou sua inadequação à experiência especificada no Edital acarretará a possibilidade de revisão da pontuação realizada na Primeira Fase e o reenquadramento da ordem classificatória, pela própria Unidade interessada, e de forma fundamentada, com a possibilidade de desclassificação imediata do candidato para o caso de não atingir o tempo mínimo de experiência exigido no respectivo Edital.

Art. 10. Selecionado o candidato, o responsável pelo Projeto de Cooperação Técnica encaminhará ao organismo internacional a proposta de contratação da consultoria selecionada, nos termos do art. 21, §2º da Portaria MRE nº 717/2006.

Art. 11. Aplicam-se aos contratos regulamentados por esta Portaria o Decreto nº 5.151/2004 e a Portaria MRE nº 717/2006, e demais legislações pertinentes.

Art. 12. Aplicam-se as disposições contidas nesta Portaria à Entidade Vinculada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em se tratando de consultorias decorrentes de instrumentos internacionais pertencentes àquela Autarquia.

Art. 13. Revoga-se a Portaria MDA nº 229, de 23 de outubro de 2001.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS

PORTARIA Nº 51, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei n° 12.188, de 11 de janeiro de 2010, na Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006, no art. 13 do Decreto n° 7.215, de 15 de junho de 2010, na portaria MDA n° 35, de 16 de junho de 2010, resolve:

Art. 1° As instituições credenciadas para a prestação de serviços de ATER para empreendimentos familiares rurais poderão atuar na área de abrangência que conste de seu objeto social, informada no credenciamento, independentemente do Estado em que ocorrer o credenciamento.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria, entende-se por empreendimento familiar rural o arranjo individual ou coletivo, caracterizado como pessoa jurídica, portador de DAP ou enquadrado nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Art. 2° Os serviços de ATER para a inserção mercadológica dos empreendimentos familiares rurais baseiam-se na melhoria dos processos de organização, gestão, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não-agropecuários.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 140, DE 13 DE JULHO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - Substituto, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no inciso II, do § 2º, do art. 52, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria MDA nº 107, de 13 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2003, resolve:

Art. 1º Promover a modificação de modalidade de aplicação de dotação orçamentária consignada na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e autorizar que a Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do MDA adote no âmbito de sua respectiva competência, os procedimentos necessários à efetivação, na forma do Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. As justificativas exigidas para atender à necessidade de execução orçamentária constam do Processo nº 55000.001989/2012-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLAUDIO MONTEIRO MORGADO

ANEXO

49.000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO — R$ 1,00

FUNCIONAL / PROGRAMÁTICA	AÇÃO / LOCALIZAÇÃO	ESF	FTE	IDOC	GND	MOD	VALOR	
							REDUÇÃO	ACRÉSCIMO
21.127.2029.12NR.0015	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais Para Municípios Com Até 50.000 Habitantes - No Estado do Pará	F	0100	9999	4	40	350.000	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		F	0100	9999	4	30		350.000
21.127.2029.8991.0028	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais - No Estado de Sergipe	F	0100	9999	3	90	225.000	
		F	0100	9999	3	30		225.000
TOTAL							465.000	465.000

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA INCRA/SR-13/MT N° 028/12, de 08 de Junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 113 de 13 de Junho de 2012, na Seção 01 Página 84, código do SIPRA MT-0774000 de revogação do Projeto de Assentamento, Orestes Ferreira Coelho II, localizado no município de Novo Mundo-Mato Grosso, onde se lê "Orestes Ferreira Coelho-II", leia-se "Orestes Ferreira Coelho V".

Na PORTARIA INCRA/SR-13/MT N° 027/12, de 08 de Junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 113 de 13 de Junho de 2012, na Seção 01 Página 84, código do SIPRA MT-0773000 de revogação do Projeto de Assentamento, Orestes Ferreira Coelho I, localizado no município de Novo Mundo-Mato Grosso, onde se lê "Orestes Ferreira Coelho-I", leia-se "Orestes Ferreira Coelho IV".

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 20 de julho de 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, o Decreto publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: INSPETORIA NOSSA SENHORA DA PENHA
CNPJ: 31.380.322/0001-37
Município: Rio de Janeiro/RJ
Processo nº: 71000.043261/2009-17

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, e o Decreto de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NATAL JUSTINO DA COSTA
CNPJ: 01.320.260/0001-07
Município: Unaí/MG
Processo nº: 71000.041267/2009-41

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, e o Decreto de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: AÇÃO SOCIAL FAMÍLIA CAMILIANA
CNPJ: 04.787.939/0001-07
Município: Pinhais/PR
Processo nº: 71010.002024/2009-79

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, o Decreto publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: SOCIEDADE PORTO ALEGRENSE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS - SPAAN
CNPJ: 92.855.600/0001-50
Município: Porto Alegre/RS
Processos nº: 28992.000050/95-89

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, o Decreto publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, nos seguintes processos:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE ITAPERUÇU
CNPJ: 72.106.289/0001-39
Município: Itaperuçu/PR
Processos nºs: 71010.002677/2004-43 e 71010.002720/2007-13

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, o Decreto publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: AÇÃO SOCIAL SANTA ISABEL
CNPJ: 88.332.432/0001-40
Município: Canoas/RS
Processo nº: 71010.003360/2009-39

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, e o Decreto de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: LAR SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ: 75.334.656/0001-40
Município: Rio Bom/PR
Processo nº: 71010.001655/2009-71

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, o Decreto publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, nos seguintes processos:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DOS OLIVETANOS
CNPJ: 61.398.574/0001-54
Município: São Paulo/SP
Processos nºs: 44006.004211/1997-61, 44000.001125/2006-26 e 44000.001809/2006-28.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, nos seguintes processos:

Nome da entidade: SECONCI-DF - SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ: 03.656.261/0001-52
Município: Brasília/DF
Processos nºs: 71010.000855/2004-00, 44000.000713/2008-12, 44000.002569/2008-41, e 44006.001368/2001-08.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE VITÓRIA
CNPJ: 28.162.402/0001-01
Município: Vitória/ES
Processo nº: 71000.594966/2008-17

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, o Decreto publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO METODISTA DE AÇÃO SOCIAL
CNPJ: 20.460.085/0001-06
Município: Juiz de Fora/MG
Processo nº: 71000.066381/2009-84

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, o Decreto publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA
CNPJ: 04.966.545/0001-08
Município: Belém/PA
Processos nº: 71010.009908/2008-73

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, o Decreto publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: CENTRO VOLUNTARIADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 01.941.823/0001-84
Município: São Paulo/SP
Processo nº: 71010.001690/2009-90

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INTERINO, em conformidade com o Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, o Decreto publicado no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2012, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 30 de novembro de 2009, e no art. 13, § 3º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, no seguinte processo:

Nome da entidade: PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS
CNPJ: 05.349.808/0001-00
Município: Cametá/PA
Processo nº: 71000.045511/2009-45

MARCELO CARDONA ROCHA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 20 DE JULHO DE 2012

Estabelece metodologia de cálculo excepcional para os preços de referência das operações de aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA - Leite), até dezembro de 2012.

O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e o art. 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 10 da Resolução nº 37, de 30 de outubro de 2009 e na Resolução nº 38, de 27 de novembro de 2009, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Estabelecer, excepcionalmente ao disposto no art. 1º, caput e § 1º, da Resolução nº 38, de 2009, que os preços a serem pagos aos beneficiários produtores para aquisição do leite de vaca no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA - Leite) serão calculados pela média dos preços pagos ao produtor nos últimos três meses.

Parágrafo único. O Grupo Gestor do PAA poderá aumentar ou reduzir em até 10% (dez por cento) os preços calculados na forma do caput, para permitir maior uniformidade nos preços pagos aos beneficiários produtores entre as Unidades da Federação.

Art. 2º Os preços de referência para aquisição do leite, no âmbito do PAA - Leite, estabelecidos com base na metodologia prevista no art. 1º, ressalvado o disposto no seu parágrafo único, encontram-se definidos na forma do Anexo.

Parágrafo único. Os preços de referência ora estabelecidos valerão até dezembro de 2012, quando será avaliada a necessidade de revisão.

Art. 3º Para a aquisição do leite caprino, mantêm-se os preços estabelecidos na Resolução nº 38, de 2009, do Grupo Gestor do PAA.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAYA TAKAGI
Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PEDRO ANTONIO BAVARESCO
Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário

ROBSON TETSUO ITO
Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

LHAIS NAYANNA ARAUJO DE ANDRADE
Representante do Ministério da Educação

ANEXO

Preços de referência para aquisição do leite, no âmbito do PAA - Leite

UF	Preço de Referência a serem pagos aos produtores				
	Leite de Vaca			Preço de Referência Valor Final	
	Leite de Vaca	Leite de Cabra	Valores do Leite pago aos Laticínios	Leite de Vaca	Leite de Cabra
AL	0,81	1,20	0,52	1,33	1,72
BA	0,83	1,25	0,52	1,35	1,77
CE	0,76	1,20	0,52	1,28	1,72
MA	0,77	-	0,52	1,29	-
MG	0,83	-	0,52	1,35	-
PB	0,81	1,30	0,52	1,33	1,82
PE	0,79	1,30	0,52	1,31	1,82
PI	0,83	-	0,52	1,35	-
RN	0,83	1,30	0,52	1,35	1,82
SE	0,75	-	0,52	1,27	-

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autoriza as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, no uso da prerrogativa estabelecida no § 4º do art. 5º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e com fulcro no art. 47, II, do Decreto 2.594, de 15 de maio de 1998, bem como na autorização proferida pelo Sr. Ministro da Fazenda, por meio do Aviso nº 204/MF, de 26 de junho de 2012, e

Considerando os termos do Parecer nº 0458-1.4.3/2012/RLL/CONJUR/MDIC da Consultoria Jurídica desta Pasta.

Resolve, ad referendum do colegiado:

Art. 1º Autorizar as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. para construção de pavilhão adicional no entreposto de Uberlândia, no valor de R$ 2.452.279,69 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos), devendo ser observada a legislação aplicável ao contingenciamento do crédito ao setor público.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 275 de 31 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 04 de junho de 2012, seção 01, páginas 115 a 116, onde se lê: "(...)V - os componentes automotivos destinados exclusivamente a veículos que possuam potência máxima superior a 195kW (...)"; leia-se: "(...)V - os componentes automotivos destinados exclusivamente a veículos com peso bruto total (PBT) igual ou inferior a 3,5 toneladas que possuam potência máxima superior a 195kW (...)".

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 23, DE 20 DE JULHO DE 2012

Altera os artigos 151 e 189 da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, RESOLVE:

Art. 1º Os arts. 151 e 189 da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 151. As empresas amparadas pelo regime de drawback integrado deverão informar, durante o prazo de validade do ato concessório, as notas fiscais de compra no mercado interno por meio da opção "Cadastrar NF" do módulo específico do SISCOMEX.

Parágrafo único. Na hipótese de a nota fiscal não observar os requisitos de que trata o Anexo XIII desta Portaria, a beneficiária do regime deverá apresentar ao DECEX, dentro da validade do AC, ofício que contenha cópia da nota fiscal complementar, retificadora, ou de retificação, ou a carta de correção, na forma da legislação tributária." (NR)

"Art. 189. O prazo de validade do RE para início do despacho aduaneiro de exportação das mercadorias é de 60 (sessenta) dias contados da data do seu deferimento.

§ 1º No caso de operações envolvendo produtos sujeitos a contingenciamento e outras situações incluídas no Anexo XVII desta Portaria, o prazo de que trata o caput fica limitado às condições específicas, no que couber.

§ 2º O despacho aduaneiro de exportação referente a determinado RE deverá ser iniciado dentro do prazo de validade deste.

§ 3º O RE não utilizado até a data final de sua validade poderá ser prorrogado."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 369, DE 20 DE JULHO DE 2012

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/11/2011, 07/02/2012, 08/05/2012, 05/06/2012 e 03/07/2012.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 01/11/2011, 07/02/2012, 08/05/2012, 05/06/2012 e 03/07/2012.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.000846/2012-74
Proponente: Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos
Título: Ações de Pólo Aquático 2012/2013
Registro: 02RJ009472007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.980.273/0001-21
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado após recursos para captação: R$ 865.399,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3520 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24998-X
Período de Captação: da data de publicação até 25/08/2012.

2 - Processo: 58701.000695/2012-54
Proponente: Associação de Moradores do Conjunto Antônio Teixeira Dias
Título: Centro de Excelências do Voleibol II
Registro: 02MG086102011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 21.812.342/0001-86
Cidade: Belo Horizonte - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 710.463,89
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1632 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 46799-5
Período de Captação: da data de publicação até 15/03/2013.

3 - Processo: 58701.000089/2012-58
Proponente: Associação G12
Título: Esporte pela Cidadania e Educação
Registro: 02SP077092010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.325.294/0001-85
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 210.620,46
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1514 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16939-0
Período de Captação: da data de publicação até 07/02/2013.

4 - Processo: 58701.001037/2012-80
Proponente: Circuito Militar de Fortaleza
Título: Cobertura e Reforma da Quadra de Basquete
Registro; 02CE013322007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 06.750.533/0001-77
Cidade: Fortaleza - UF: CE
Valor aprovado para captação: R$ 259.634,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3515 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 13002-8
Período de Captação: da data de publicação até 02/07/2013.

5 - Processo: 58701.003214/2011-81
Proponente: Prefeitura Municipal de Betim
Título: Rir e Brincar
Registro: 01MG044572009
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.715.391/0001-96
Cidade: Betim - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 345.051,65
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0750 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 88275-5
Período de Captação: da data de publicação até 05/06/2013.

6 - Processo: 58701.002845/2011-83
Proponente: Associação e Desenvolvimento de Projetos
Título: Talento do Tênis
Registro: 02MG049892009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.364.447/0001-01
Cidade: Belo Horizonte - UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 668.852,85
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1229 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 65051-X
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2012.

7 - Processo: 58701.002573/2011-11
Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Título: Lazer e Esporte na APAE
Registro: 02AC091532011
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 01.949.095/0001-57
Cidade: Cruzeiro do Sul - UF: AC
Valor aprovado para captação: R$ 2.078.983,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0234 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 39122-0
Período de Captação: da data de publicação até 05/06/2013.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8 - Processo: 58701.000684/2012-74
Proponente: Federação Gaúcha de Esportes Equestres
Título: Campeonato Brasileiro de Salto Amadores 2012
Registro: 02RS00672007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 87.107.686/0001-00
Cidade: Porto Alegre - UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 163.011,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4359 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 13867-3
Período de Captação: da data de publicação até 20/10/2012.

9 - Processo: 58701.000758/2012-72
Proponente: Federação de Esportes Equestres do Rio de Janeiro
Título: Ranking FEERJ 2012
Registro: 02RJ003572007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.533.262/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 268.506,62
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1572 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 19577-4
Período de Captação: da data de publicação até 30/07/2012.

10 - Processo: 58701.000773/2012-11
Proponente: Esporte Clube Pinheiros
Título: ECP Olímpico Terrestres
Registro: 02SP000222007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.854.205/0001-66
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 5.483.371,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3336 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6017-8
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2012.

11 - Processo: 58701.000772/2012-76
Proponente: Esporte Clube Pinheiros
Título: ECP Olímpico Aquáticos II
Registro: 02SP000222007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.854.205/0001-66
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 3.978.362,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3336 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6016-X
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2012.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.003852/2010-11
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil Caxias do Sul
Título: Revitalização do Ginásio de Esporte
Valor aprovado para captação: R$ 191.300,42
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0089 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 83785-7
Período de Captação: da data de publicação até 31/03/2013.

2 - Processo: 58701.001323/2009-40
Proponente: Associação Educacional Esportiva e Cultura Tryade
Título: Escola de Ginástica Ritmica
Valor aprovado para captação: R$ 1.259.417,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0681 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 58934-9
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2012.

3 - Processo: 58701.000234/2012-81
Proponente: Instituto Verdescola
Título: Verdesporte na Areia
Valor aprovado para captação: R$ 576.107,03
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4010 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 11564-9
Período de Captação: da data de publicação até 25/07/2012.

4 - Processo: 58701.002015/2009-31
Proponente: Organização Nacional das Entidades do Desporto
Título: Esporte Cidadão Embu
Valor aprovado para captação: R$ 2.825.949,92
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2038 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 40706-2
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2012.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 120, DE 20 DE JULHO DE 2012

O Ministério do Esporte resolve aplicar à Empresa Projeta Comércio e Serviços de Manutenção Ltda., CNPJ Nº 10.416.289/0001-88, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com esta pasta, com fundamento na cláusula quinta, inciso III, alínea "C" do Contrato Nº 13/2012, a qual se iniciou em 08 de maio de 2012 e encontra-se vigente até a presente data. A penalidade, cuja fundamentação encontra-se no processo administrativo Nº 58000.002305/2011-05, é resultado da inadimplência contratual da empresa, precisamente por deixar de executar as demandas contratuais solicitadas.

MÁRCIO SIMÃO
Diretor

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 67, DE 20 DE JULHO DE 2012

Altera o Anexo da Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999, que atualiza a discriminação da despesa por funções, de que trata o Anexo 5 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 17, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 113 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, resolve:

Art 1º Incluir as seguintes subfunções na função "20 - Agricultura":

I - 608 - Promoção da Produção Agropecuária; e

II - 609 - Defesa Agropecuária.

Art. 2 º Excluir as seguintes subfunções na função "20 - Agricultura":

I - 601 - Promoção da Produção Vegetal;

II - 602 - Promoção da Produção Animal;

III - 603 - Defesa Sanitária Vegetal; e

IV - 604 - Defesa Sanitária Animal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2013, inclusive no que se refere à elaboração do respectivo projeto de lei orçamentária.

CÉLIA CORRÊA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 209, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 2°, § 2° Decreto-Lei 1.561 de 1977, art. 5°, parágrafo único do Decreto-lei 2.398 de 1987, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636 de 1998 e no Processo nº 04957.001833/2011-19 assim como do art. 5º, da Medida Provisória 2.220, de 04/09/2001, resolve:

Art. 1° Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária o imóvel da União caracterizado como acrescido de marinha, localizado na Rua dos Tamoios, bairro Jurunas, Município de Belém, Estado do Pará, com área total de 7.374,00 m².

Parágrafo Único. O Imóvel declarado de interesse do serviço público assim descreve-se e caracteriza-se: Partindo da estação P-1, definida pela coordenada geográfica de Latitude 1°28'15,94" Sul e Longitude 48°29'57,90" Oeste, Elipsóide SAD 69 e pela coordenada plana UTM 9.837.244,000m Norte e 778.251,000m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr; desta, seguindo com uma distância de 47,63 metros e com o azimute plano de 129°02'08", chega-se na estação P-2 de Latitude 1°28'16,92" Sul e Longitude 48°29'56,70" Oeste e de coordenada N = 9.837.214,000m e E = 778.288,000m; desta, seguindo com uma distância de 166,96 metros e com o azimute plano de 219°24'36", chega-se na estação P-3 de Latitude 1°28'21,12" Sul e Longitude 48°30'00,12" Oeste e de coordenada N = 9.837.085,000m e E = 778.182,000m; desta, seguindo com uma distância de 4,24 metros e com o azimute plano de 135°00'00", chega-se na estação P-4 de Latitude 1°28'21,21" Sul e Longitude 48°30'00,03" Oeste e de coordenada N = 9.837.082,000m e E = 778.185,000m; desta, seguindo com uma distância de 21,93 metros e com o azimute plano de 226°50'51", chega-se na estação P-5 de Latitude 1°28'21,70" Sul e Longitude 48°30'00,54" Oeste e de coordenada N = 9.837.067,000m e E = 778.169,000m; desta, seguindo com uma distância de 2,83 metros e com o azimute plano de 315°00'00", chega-se na estação P-6 de Latitude 1°28'21,64" Sul e Longitude 48°30'00,61" Oeste e de coordenada N = 9.837.069,000m e E = 778.167,000m; desta, seguindo com uma distância de 6,40 metros e com o azimute plano de 218°39'35", chega-se na estação P-7 de Latitude 1°28'21,80" Sul e Longitude 48°30'00,74" Oeste e de coordenada N = 9.837.064,000m e E = 778.163,000m; desta, seguindo com uma distância de 1,41 metros e com o azimute plano de 135°00'00", chega-se na estação P-8 de Latitude 1°28'21,83" Sul e Longitude 48°30'00,71" Oeste e de coordenada N = 9.837.063,000m e E = 778.164,000m; desta, seguindo com uma distância de 7,07 metros e com o azimute plano de 225°00'00", chega-se na estação P-9 de Latitude 1°28'22,00" Sul e Longitude 48°30'00,87" Oeste e de coordenada N = 9.837.058,000m e E = 778.159,000m; desta, seguindo com uma distância de 1,41 metros e com o azimute plano de 315°00'00", chega-se na estação P-10 de Latitude 1°28'21,96" Sul e Longitude 48°30'00,90" Oeste e de coordenada N = 9.837.059,000m e E = 778.158,000m; desta, seguindo com uma distância de 5,00 metros e com o azimute plano de 216°52'12", chega-se na estação P-11 de Latitude 1°28'22,09" Sul e Longitude 48°30'01,00" Oeste e de coordenada N = 9.837.055,000m e E = 778.155,000m; desta, seguindo com uma distância de 1,41 metros e com o azimute plano de 135°00'00", chega-se na estação P-12 de Latitude 1°28'22,13" Sul e Longitude 48°30'00,96" Oeste e de coordenada N = 9.837.054,000m e E = 778.156,000m; desta, seguindo com uma distância de 4,24 metros e com o azimute plano de 225°00'00", chega-se na estação P-13 de Latitude 1°28'22,22" Sul e Longitude 48°30'01,06" Oeste e de coordenada N = 9.837.051,000m e E = 778.153,000m; desta, seguindo com uma distância de 5,00 metros e com o azimute plano de 306°52'12", chega-se na estação P-14 de Latitude 1°28'22,13" Sul e Longitude 48°30'01,19" Oeste e de coordenada N = 9.837.054,000m e E = 778.149,000m; desta, seguindo com uma distância de 5,00 metros e com o azimute plano de 216°52'12", chega-se na estação P-15 de Latitude 1°28'22,26" Sul e Longitude 48°30'01,29" Oeste e de coordenada N = 9.837.050,000m e E = 778.146,000m; desta, seguindo com uma distância de 3,61 metros e com o azimute plano de 123°41'24", chega-se na estação P-16 de Latitude 1°28'22,32" Sul e Longitude 48°30'01,19" Oeste e de coordenada N = 9.837.048,000m e E = 778.149,000m; desta, seguindo com uma distância de 3,61 metros e com o azimute plano de 236°18'36", chega-se na estação P-17 de Latitude 1°28'22,39" Sul e Longitude 48°30'01,29" Oeste e de coordenada N = 9.837.046,000m e E = 778.146,000m; desta, seguindo com uma distância de 12,04 metros e com o azimute plano de 318°21'59", chega-se na estação P-18 de Latitude 1°28'22,10" Sul e Longitude 48°30'01,55" Oeste e de coordenada N = 9.837.055,000m e E = 778.138,000m; desta, seguindo com uma distância de 7,07 metros e com o azimute plano de 225°00'00", chega-se na estação P-19 de Latitude 1°28'22,26" Sul e Longitude 48°30'01,71" Oeste e de coordenada N = 9.837.050,000m e E = 778.133,000m; desta, seguindo com uma distância de 14,87 metros e com o azimute plano de 317°43'35", chega-se na estação P-20 de Latitude 1°28'21,90" Sul e Longitude 48°30'02,03" Oeste e de coordenada N = 9.837.061,000m e E = 778.123,000m; desta, seguindo com uma distância de 52,40 metros e com o azimute plano de 41°54'21", chega-se na estação P-21 de Latitude 1°28'20,63" Sul e Longitude 48°30'00,90" Oeste e de coordenada N = 9.837.100,000m e E = 778.158,000m; desta, seguindo com uma distância de 8,49 metros e com o azimute plano de 315°00'00", chega-se na estação P-22 de Latitude 1°28'20,44" Sul e Longitude 48°30'01,10" Oeste e de coordenada N = 9.837.106,000m e E = 778.152,000m; desta, seguindo com uma distância de 75,82 metros e com o azimute plano de 41°15'25", chega-se na estação P-23 de Latitude 1°28'18,58" Sul e Longitude 48°29'59,48" Oeste e de coordenada N = 9.837.163,000m e E = 778.202,000m; desta, seguindo com uma distância de 2,83 metros e com o azimute plano de 135°00'00", chega-se na estação P-24 de Latitude 1°28'18,64" Sul e Longitude 48°29'59,42" Oeste e de coordenada N = 9.837.161,000m e E = 778.204,000m; desta, seguindo com uma distância de 16,28 metros e com o azimute plano de 42°30'38", chega-se na estação P-25 de Latitude 1°28'18,25" Sul e Longitude 48°29'59,06" Oeste e de coordenada N = 9.837.173,000m e E = 778.215,000m; desta, seguindo com uma distância de 5,00 metros e com o azimute plano de 126°52'12", chega-se na estação P-26 de Latitude 1°28'18,35" Sul e Longitude 48°29'58,93" Oeste e de coordenada N = 9.837.170,000m e E = 778.219,000m; desta, seguindo com uma distância de 43,42 metros e com o azimute plano de 38°27'13", chega-se na estação P-27 de Latitude 1°28'17,24" Sul e Longitude 48°29'58,06" Oeste e de coordenada N = 9.837.204,000m e E = 778.246,000m; desta, seguindo com uma distância de 12,04 metros e com o azimute plano de 311°38'01", chega-se na estação P-28 de Latitude 1°28'16,98" Sul e Longitude 48°29'58,35" Oeste e de coordenada N = 9.837.212,000m e E = 778.237,000m; desta, seguindo com uma distância de 3,61 metros e com o azimute plano de 33°41'24", chega-se na estação P-29 de Latitude 1°28'16,89" Sul e Longitude 48°29'58,29" Oeste e de coordenada N = 9.837.215,000m e E = 778.239,000m; desta, seguindo com uma distância de 7,81 metros e com o azimute plano de 309°48'20", chega-se na estação P-30 de Latitude 1°28'16,72" Sul e Longitude 48°29'58,48" Oeste e de coordenada N = 9.837.220,000m e E = 778.233,000m; desta, seguindo com uma distância de 9,90 metros e com o azimute plano de 45°00'00", chega-se na estação P-31 de Latitude 1°28'16,49" Sul e Longitude 48°29'58,25" Oeste e de coordenada N = 9.837.227,000m e E = 778.240,000m; desta, seguindo com uma distância de 5,10 metros e com o azimute plano de 11°18'36", chega-se na estação P-32 de Latitude 1°28'16,33" Sul e Longitude 48°29'58,22" Oeste e de coordenada N = 9.837.232,000m e E = 778.241,000m; desta, seguindo com uma distância de 15,62 metros e com o azimute plano de 39°48'20", chega-se na estação P-1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2° A área descrita no art. 1º, é de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de aproximadamente 125 famílias de baixa renda.

Parágrafo Único. A regularização fundiária se dará no local de moradia ou em outro local próximo adequado, em razão à implantação de projeto de urbanização pela Municipalidade de Belém, pela implantação dos projetos denominados "Portal da Amazônia" e "Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova".

Art.3° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA, procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral, a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA dará conhecimento do teor desta Portaria ao Oficio de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município de Belém.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

PORTARIA Nº 210, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 2°, § 2° do Decreto-Lei 1.561 de 1977, art. 5°, parágrafo único do Decreto-lei 2.398 de 1987, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636 de 1998 e no Processo nº 04957.001833/2011-19 assim como do art. 5º, da Medida Provisória 2.220, de 04/09/2001, resolve:

Art. 1° Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária o imóvel da União classificado como acrescido de marinha localizado na Avenida Bernardo Sayão, bairro Jurunas, Município de Belém, Estado do Pará, com área total de 4.691,50 m².

Parágrafo Único. O imóvel declarado de interesse do serviço público assim descreve-se e caracteriza-se: Partindo do marco M-1, definido pela coordenada geográfica de Latitude 1°28'05,60" Sul e Longitude 48°30'02,24" Oeste, Elipsóide SAD 69 e pela coordenada plana UTM 9.837.562,000m Norte e 778.117,000m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr; deste, seguindo com uma distância de 58,60 metros e com o azimute plano de 154°44'49", chega-se no marco M-2 de coordenada N = 9.837.509,000m e E = 778.142,000m; deste, seguindo com uma distância de 2,24 metros e com o azimute plano de 243°26'06", chega-se no marco M-3 de coordenada N = 9.837.508,000m e E = 778.140,000m; deste, seguindo com uma distância de 71,12 metros e com o azimute plano de 152°21'14", chega-se no marco M-4 de coordenada N = 9.837.445,000m e E = 778.173,000m; deste, seguindo com uma distância de 25,00 metros e com o azimute plano de 233°07'48", chega-se no marco M-5 de coordenada N = 9.837.430,000m e E = 778.153,000m; deste, seguindo com uma distância de 6,40 metros e com o azimute plano de 321°20'25", chega-se no marco M-6 de coordenada N = 9.837.435,000m e E = 778.149,000m; deste, seguindo com uma distância de 3,16 metros e com o azimute plano de 71°33'54", chega-se no marco M-7 de coordenada N = 9.837.436,000m e E = 778.152,000m; deste, seguindo com uma distância de 12,21 metros e com o azimute plano de 325°00'29", chega-se no marco M-8 de coordenada N = 9.837.446,000m e E = 778.145,000m; deste, seguindo com uma distância de 2,24 metros e com o azimute plano de 243°26'06", chega-se no marco M-9 de coordenada N = 9.837.445,000m e E = 778.143,000m; deste, seguindo com uma distância de 4,47 metros e com o azimute plano de 333°26'06", chega-se no marco M-10 de coordenada N = 9.837.449,000m e E = 778.141,000m; deste, seguindo com uma distância de 5,39 metros e com o azimute plano de 248°11'55", chega-se no marco M-11 de coordenada N = 9.837.447,000m e E = 778.136,000m; deste, seguindo com uma distância de 5,00 metros e com o azimute plano de 323°07'48", chega-se no marco M-12 de coordenada N = 9.837.451,000m e E = 778.133,000m; deste, seguindo com uma distância de 8,54 metros e com o azimute plano de 249°26'38", chega-se no marco M-13 de coordenada N = 9.837.448,000m e E = 778.125,000m; deste, seguindo com uma distância de 22,36 metros e com o azimute plano de 333°26'06", chega-se no marco M-14 de coordenada N = 9.837.468,000m e E = 778.115,000m; deste, seguindo com uma distância de 3,16 metros e com o azimute plano de 71°33'54", chega-se no marco M-15 de coordenada N = 9.837.469,000m e E = 778.118,000m; deste, seguindo com uma distância de 6,71 metros e com o azimute plano de 333°26'06", chega-se no marco M-16 de coordenada N = 9.837.475,000m e E = 778.115,000m; deste, seguindo com uma distância de 2,24 metros e com o azimute plano de 243°26'06", chega-se no marco M-17 de coordenada N = 9.837.474,000m e E =

778.113,000m; deste, seguindo com uma distância de 6,71 metros e com o azimute plano de 333°26'06", chega-se no marco M-18 de coordenada N = 9.837.480,000m e E = 778.110,000m; deste, seguindo com uma distância de 3,16 metros e com o azimute plano de 71°33'54", chega-se no marco M-19 de coordenada N = 9.837.481,000m e E = 778.113,000m; deste, seguindo com uma distância de 12,53 metros e com o azimute plano de 331°23'22", chega-se no marco M-20 de coordenada N = 9.837.492,000m e E = 778.107,000m; deste, seguindo com uma distância de 5,83 metros e com o azimute plano de 59°02'10", chega-se no marco M-21 de coordenada N = 9.837.495,000m e E = 778.112,000m; deste, seguindo com uma distância de 5,83 metros e com o azimute plano de 329°02'10", chega-se no marco M-22 de coordenada N = 9.837.500,000m e E = 778.109,000m; deste, seguindo com uma distância de 3,61 metros e com o azimute plano de 236°18'36", chega-se no marco M-23 de coordenada N = 9.837.498,000m e E = 778.106,000m; deste, seguindo com uma distância de 5,83 metros e com o azimute plano de 329°02'10", chega-se no marco M-24 de coordenada N = 9.837.503,000m e E = 778.103,000m; deste, seguindo com uma distância de 3,61 metros e com o azimute plano de 56°18'36", chega-se no marco M-25 de coordenada N = 9.837.505,000m e E = 778.106,000m; deste, seguindo com uma distância de 14,76 metros e com o azimute plano de 331°41'57", chega-se no marco M-26 de coordenada N = 9.837.518,000m e E = 778.099,000m; deste, seguindo com uma distância de 1,41 metros e com o azimute plano de 225°00'00", chega-se no marco M-27 de coordenada N = 9.837.517,000m e E = 778.098,000m; deste, seguindo com uma distância de 34,44 metros e com o azimute plano de 334°10'44", chega-se no marco M-28 de coordenada N = 9.837.548,000m e E = 778.083,000m; deste, seguindo com uma distância de 36,77 metros e com o azimute plano de 67°37'12", chega-se no marco M-1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2° A área descrita no art. 1°, é de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de aproximadamente 180 famílias de baixa renda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. A regularização fundiária se dará no local de moradia ou em outro local próximo adequado, em razão da implantação do projeto de urbanização pela Municipalidade de Belém, pela implantação dos projetos denominados "Portal da Amazônia" e Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova".

Art.3° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA, procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral, a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA dará conhecimento do teor desta Portaria ao Oficio de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município de Belém.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

PORTARIA Nº 211, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 2°, § 2° Decreto-Lei 1.561 de 1977, art. 5°, parágrafo único do Decreto-lei 2.398 de 1987, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636 de 1998 e no Processo nº 04957.001833/2011-19 assim como do art. 5º, da Medida Provisória 2.220, de 04/09/2001, resolve:

Art. 1° Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária o imóvel da União caracterizado como acrescido de marinha localizado na Avenida Bernardo Sayão, Bairro Jurunas, Município de Belém Estado do Pará com área total de 5.820,47 m².

Parágrafo Único. O Imóvel declarado de interesse do serviço público assim descreve-se e caracteriza-se: Partindo da estação P-1, definida pela coordenada geográfica de Latitude 1°28'26,55" Sul e Longitude 48°29'42,78" Oeste, Elipsóide SIRGAS 2000 e pela coordenada plana UTM 9.836.917,450m Norte e 778.718,120m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr; desta, seguindo com uma distância de 46,11 metros e com o azimute plano de 128°18'24", chega-se na estação P-2 de Latitude 1°28'27,48" Sul e Longitude 48°29'41,61" Oeste e de coordenada N = 9.836.888,870m e E = 778.754,300m; desta, seguindo com uma distância de 125,75 metros e com o azimute plano de 217°10'44", chega-se na estação P-3 de Latitude 1°28'30,74" Sul e Longitude 48°29'44,07" Oeste e de coordenada N = 9.836.788,680m e E = 778.678,310m; desta, seguindo com uma distância de 43,68 metros e com o azimute plano de 294°06'23", chega-se na estação P-4 de Latitude 1°28'30,16" Sul e Longitude 48°29'45,36" Oeste e de coordenada N = 9.836.806,520m e E = 778.638,440m; desta, seguindo com uma distância de 136,58 metros e com o azimute plano de 35°41'22", chega-se na estação P-1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2° A área descrita no art. 1º é de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de aproximadamente 80 famílias de baixa renda.

Parágrafo Único. A regularização fundiária se dará no local de moradia ou em outro local próximo adequado, em razão à implantação de projeto de urbanização pela Municipalidade de Belém, pela implantação dos projetos denominados "Portal da Amazônia" E "Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova".

Art.3° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA, procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral,, a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA dará conhecimento do teor desta Portaria ao Oficio de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município de Belém.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

PORTARIA Nº 212, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 2°, § 2° do Decreto-Lei 1.561 de 1977, art. 5°, parágrafo único do Decreto-lei 2.398 de 1987, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636 de 1998 e no Processo nº 04957.001833/2011-19, assim como do art. 5º, da Medida Provisória 2.220, de 04/09/2001, resolve:

Art. 1° Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária o imóvel da União caracterizado como acrescido de marinha, localizado na Rua Beco do Carmo, Bairro da Cidade Velha, Município de Belém, Estado do Pará com área total de 1.671,87 m².

Parágrafo Único. O Imóvel declarado de interesse do serviço público assim descreve-se e caracteriza-se: Partindo da estação P-1, definida pela coordenada geográfica de Latitude 1°27'29,45" Sul e Longitude 48°30'22,41" Oeste, Elipsóide SIRGAS 2000 e pela coordenada plana UTM 9.838.673,570m Norte e 777.494,540m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr; desta, seguindo com uma distância de 60,31 metros e com o azimute plano de 93°12'45", chega-se na estação P-2 de Latitude 1°27'29,56" Sul e Longitude 48°30'20,46" Oeste e de coordenada N = 9.838.670,190m e E = 777.554,760m; desta, seguindo com uma distância de 25,90 metros e com o azimute plano de 186°51'12", chega-se na estação P-3 de Latitude 1°27'30,40" Sul e Longitude 48°30'20,56" Oeste e de coordenada N = 9.838.644,480m e E = 777.551,670m; desta, seguindo com uma distância de 64,23 metros e com o azimute plano de 271°17'37", chega-se na estação P-4 de Latitude 1°27'30,35" Sul e Longitude 48°30'22,64" Oeste e de coordenada N = 9.838.645,930m e E = 777.487,460m; desta, seguindo com uma distância de 28,53 metros e com o azimute plano de 14°22'03", chega-se na estação P-1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2° A área descrita no art.1°, é de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de aproximadamente 120 famílias de baixa renda.

Parágrafo único. A regularização fundiária se dará no local de moradia ou em outro local próximo adequado, em razão à implantação de projeto de urbanização pela Municipalidade de Belém, pela implantação dos projetos denominados "Portal da Amazônia" e "Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova".

Art.3° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA, procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral, a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local, para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA dará conhecimento do teor desta Portaria ao Oficio de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município de Belém.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

PORTARIA Nº 213, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 2°, § 2° do Decreto-Lei 1.561 de 1977, art. 5°, parágrafo único do Decreto-lei 2.398 de 1987, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636 de 1998 e no Processo nº 04957.001833/2011-19, assim como do art. 5º, da Medida Provisória 2.220, de 04/09/2001, resolve:

Art. 1° Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária o imóvel da União caracterizado como acrescido de marinha, localizado à Avenida Bernardo Sayão, Bairro Jurunas, município de Belém, Estado do Pará com área total de 15.745,40 m².

Parágrafo único. O imóvel declarado de interesse do serviço público assim descreve-se e caracteriza-se: Partindo da estação P-2, definida pela coordenada geográfica de Latitude 1°28'23,46" Sul e Longitude 48°29'46,26" Oeste, Elipsóide Sirgas 2000 e pela coordenada plana UTM 9.837.012,530m Norte e 778.610,840m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr; desta, seguindo com uma distância de 78,28 metros e com o azimute plano de 129°35'38", chega-se na estação P-4 de Latitude 1°28'25,08" Sul e Longitude 48°29'44,30" Oeste e de coordenada N = 9.836.962,640m e E = 778.671,160m; desta, seguindo com uma distância de 42,99 metros e com o azimute plano de 219°00'49", chega-se na estação P-5 de Latitude 1°28'26,17" Sul e Longitude 48°29'45,18" Oeste e de coordenada N = 9.836.929,240m e E = 778.644,100m; desta, seguindo com uma distância de 8,84 metros e com o azimute plano de 307°38'51", chega-se na estação P-6 de Latitude 1°28'25,99" Sul e Longitude 48°29'45,41" Oeste e de coordenada N = 9.836.934,640m e E = 778.637,100m; desta, seguindo com uma distância de 123,57 metros e com o azimute plano de 222°35'10", chega-se na estação P-7 de Latitude 1°28'28,96" Sul e Longitude 48°29'48,11" Oeste e de coordenada N = 9.836.843,660m e E = 778.553,480m; desta, seguindo com uma distância de 53,52 metros e com o azimute plano de 308°23'56", chega-se na estação P-7A de Latitude 1°28'27,88" Sul e Longitude 48°29'49,46" Oeste e de coordenada N = 9.836.876,900m e E = 778.511,540m; desta, seguindo com uma distância de 58,54 metros e com o azimute plano de 265°57'15", chega-se na estação P-8 de Latitude 1°28'28,01" Sul e Longitude 48°29'51,35" Oeste e de coordenada N = 9.836.872,770m e E = 778.453,150m; desta, seguindo com uma distância de 178,46 metros e com o azimute plano de 44°09'44", chega-se na estação P-9 de Latitude 1°28'23,84" Sul e Longitude 48°29'47,34" Oeste e de coordenada N = 9.837.000,790m e E = 778.577,480m; desta, seguindo com uma distância de 15,36 metros e com o azimute plano de 134°50'30", chega-se na estação P-3 de Latitude 1°28'24,20" Sul e Longitude 48°29'46,98" Oeste e de coordenada N = 9.836.989,960m e E = 778.588,370m; desta, seguindo com uma distância de 31,85 metros e com o azimute plano de 44°52'22", chega-se na estação P-2, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2° A área descrita no art.1° é de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de aproximadamente 230 famílias de baixa renda.

Parágrafo único. A regularização fundiária se dará no local de moradia ou em outro local próximo adequado, em razão à implantação de projeto de urbanização pela Municipalidade de Belém, pela implantação dos projetos denominados "Portal da Amazônia" e "Macrodrenagem da bacia da estrada nova".

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA, procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral, a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA dará conhecimento do teor desta Portaria ao Oficio de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município de Belém.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

PORTARIA Nº 214, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 2°, § 2° do Decreto-Lei 1.561 de 1977, art. 5°, parágrafo único do Decreto-lei 2.398 de 1987, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636 de 1998 e no Processo nº 04957.001833/2011-19, assim como do art. 5º, da Medida Provisória 2.220, de 04/09/2001, resolve:

Art. 1° Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária em área de projeto de urbanização o imóvel da União caracterizado como acrescido de marinha, localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro, Bairro da Cremação, Município de Belém, Estado Pará, com área 2.929,00 m².

Parágrafo Único. O Imóvel declarado de interesse do serviço público assim descreve-se e caracteriza-se: Partindo da estação P-1, definida pela coordenada geográfica de Latitude 1°27'47,89" Sul e Longitude 48°28'56,53" Oeste, Elipsóide SAD 69 e pela coordenada plana UTM 9.838.104,000m Norte e 780.150,000m Leste, referida ao meridiano central 51° (cinquenta e um graus) WGr; desta, seguindo com uma distância de 10,00 metros e com o azimute plano de 90°00'00", chega-se na estação P-2 de Latitude 1°27'47,89" Sul e Longitude 48°28'56,21" Oeste e de coordenada N = 9.838.104,000m e E = 780.160,000m; desta, seguindo com uma distância de 93,00 metros e com o azimute plano de 180°00'00", chega-se na estação P-3 de Latitude 1°27'50,91" Sul e Longitude 48°28'56,21" Oeste e de coordenada N = 9.838.011,000m e E = 780.160,000m; desta, seguindo com uma distância de 10,00 metros e com o azimute plano de 270°00'00", chega-se na estação P-4 de Latitude 1°27'50,92" Sul e Longitude 48°28'56,53" Oeste e de coordenada N = 9.838.011,000m e E = 780.150,000m; desta, seguindo com uma distância de 50,92 metros e com o azimute plano de 289°30'09", chega-se na estação P-5 de Latitude 1°27'50,36" Sul e Longitude 48°28'58,08" Oeste e de coordenada N = 9.838.028,000m e E = 780.102,000m; desta, seguindo com uma distância de 67,42 metros e com o azimute plano de 35°20'24", chega-se na estação P-6 de Latitude 1°27'48,57" Sul e Longitude 48°28'56,82" Oeste e de coordenada N = 9.838.083,000m e E = 780.141,000m; desta, seguindo com uma distância de 7,00 metros e com o azimute plano de 90°00'00", chega-se na estação P-7 de Latitude 1°27'48,57" Sul e Longitude 48°28'56,60" Oeste e de coordenada N = 9.838.083,000m e E = 780.148,000m; desta, seguindo com uma distância de 13,04 metros e com o azimute plano de 4°23'55", chega-se na estação P-8 de Latitude 1°27'48,15" Sul e Longitude 48°28'56,57" Oeste e de coordenada N = 9.838.096,000m e E = 780.149,000m; desta, seguindo com uma distância de 8,06 metros e com o azimute plano de 7°07'30", chega-se na estação P-1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2° A área descrita no art. 1°, é de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de aproximadamente 220 famílias de baixa renda.

Parágrafo único. A regularização fundiária se dará no local de moradia ou em outro local próximo adequado, em razão à implantação de projeto de urbanização pela Municipalidade de Belém, denominado "Portal da Amazônia" e "Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova".

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral, a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local, para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4° A Superintendência do Patrimônio da União no Pará - SPU/PA dará conhecimento do teor desta Portaria ao Oficio de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município de Belém.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAÚJO CARVALHO

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.154, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 74, § 2º, e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, o art. 13 da Portaria 1.510 de 21 de agosto de 2009 e observado o Certificado de Conformidade de REP emitido pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL, de nº REP129-011, decide:

Art. 1º Aprovar o registro do equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), marca ATHOS, modelo STARREP MIFARE, sob número de registro 00174, fabricado por ATHOS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO LTDA., CNPJ 61.042.164/0001-76, cadastro de fabricante de REP no MTE nº 00012, objeto do processo nº CAAD/SIT/MTE 46017.000442/2012-10, protocolizado no dia 16 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DAUDT BRIZOLA

PORTARIA Nº 1.155, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 74, § 2º, e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, o art. 13 da Portaria 1.510 de 21 de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

agosto de 2009 e observado o Certificado de Conformidade de REP emitido pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL, de nº REP127-011, decide:

Art. 1º Aprovar o registro do equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), marca ATHOS, modelo STARREP BIO PROXY, sob número de registro 00173, fabricado por ATHOS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO LTDA., CNPJ 61.042.164/0001-76, cadastro de fabricante de REP no MTE nº 00012, objeto do processo nº CAAD/SIT/MTE 46017.000441/2012-75, protocolizado no dia 16 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DAUDT BRIZOLA

PORTARIA Nº 1.156, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 74, § 2º, e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, o art. 13 da Portaria 1.510 de 21 de agosto de 2009 e observado o Certificado de Conformidade de REP emitido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, de nº REP0022010, decide:

Art. 1º Aprovar o registro do equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), marca ID DATA, modelo ID REP BI 01, sob número de registro 00175, fabricado por DAIKEN AUTOMAÇÃO LTDA., CNPJ 07.952.832/0001-57, cadastro de fabricante de REP no MTE nº 00024, objeto do processo nº SPA/MTE 46000.022432/2010-52, protocolizado no dia 19 de novembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DAUDT BRIZOLA

PORTARIA Nº 1.157, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 74, § 2º, e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, o art. 13 da Portaria 1.510 de 21 de agosto de 2009 e observado o Certificado de Conformidade de REP emitido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, de nº REP0032010, decide:

Art. 1º Aprovar o registro do equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), marca ID DATA, modelo ID REP BP 31, sob número de registro 00176, fabricado por DAIKEN AUTOMAÇÃO LTDA., CNPJ 07.952.832/0001-57, cadastro de fabricante de REP no MTE nº 00024, objeto do processo nº SPA/MTE 46000.022746/2010-52, protocolizado no dia 02 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DAUDT BRIZOLA

PORTARIA Nº 1.158, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 74, § 2º, e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, o art. 13 da Portaria 1.510 de 21 de agosto de 2009 e observado o Certificado de Conformidade de REP emitido pela FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS - COPPETEC, de nº 00030, decide:

Art. 1º Aprovar o registro do equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), marca MCP REP, modelo BIO-PROX-BARRAS, sob número de registro 00176, fabricado por RJF 2005 INFORMÁTICA LTDA., CNPJ 06.911.054/0001-95, cadastro de fabricante de REP no MTE nº 00036, objeto do processo nº CAAD/SIT/MTE 46017.006248/2012-48, protocolizado no dia 08 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DAUDT BRIZOLA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 113, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista o que consta da Portaria Ministerial nº 3118, de 03/04/1989, publicada no DOU de 05/04/1989, que subdelegou competência ao Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina para conceder autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo nº 46220.003030/2012-26, resolve:

I - Conceder autorização a empresa Estaleiro Navship Ltda. para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos em seu estabelecimento situado na Rua Orlando Ferreira, nº 305, na cidade de Navegantes (SC), especificamente no setor de pintura, manutenção, suprimentos, guindastes e SESMT, bem como, demais setores que acompanham o setor de pintura, conforme escala de trabalhadores apresentada no processo administrativo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70 da CLT e as disposições contidas na Lei nº 605, de 05/01/1949 e regulamento aprovado pelo decreto nº 27.048, de 12/08/1949, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o requerimento de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes das alíneas do artigo 2º, da prefalada Portaria Ministerial.

II - Esta autorização estará sujeito ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da referida Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

RODRIGO MINOTTO

PORTARIA Nº 116, DE 19 DE JULHO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, e, considerando o que consta dos autos do Processo nº 46305.001177/2010-80, resolve:

Conceder autorização a empresa PRISCILLA MALHAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.409.245/0001-77 para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no 1º Turno (de segunda à sexta-feira, das 05:00 às 13:30 horas); 2º Turno (de segunda à sexta-feira, das 13:30 às 22:00 horas); e, 3º Turno (de segunda à sexta-feira, das 22:00 às 05:00 horas, sendo no domingo das 22:30 às 05:00 horas), no estabelecimento situado na Rua 14 de março, nº 200, bairro centro, na cidade de Rodeio (SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante às folhas 01, 90 e 91 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

RODRIGO MINOTTO

Ministério do Turismo

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 112, DE 18 DE JULHO DE 2012

Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da EMBRATUR e da outras providencias.

O Presidente da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, em exercício, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria do Ministério do Turismo nº 139, de 11 de agosto de 2011, pelo art. 4º da Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991, art. 14 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.916, de 29 de julho de 2009, e art. 5º do Regimento Interno aprovado pela Portaria MTur nº 108, de 30 de junho de 201, e com base no disposto no art. 4º da Portaria da EMBRATUR n° 94, de 29 de junho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, na forma anexa desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUILHERME DE ARAÚJO

ANEXO

REGIMENTO
COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CGTI-EMBRATUR
CAPÍTULO I
FINALIDADE E NATUREZA

Art. 1º - O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI-EMBRATUR, instituído pela Portaria n° 94, de 29 de junho de 2012, é responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos da Autarquia e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos.

Art. 2° - A organização e o funcionamento do Comitê serão regidos pelos dispositivos deste Regulamento, e tem por finalidade auxiliar a Autarquia na Tomada de decisões relacionadas à Tecnologia da Informação.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Comitê será constituído pelo Presidente, a quem caberá à presidência, por um Secretário Executivo, e pelo:

I - Chefe de Gabinete;
II - Diretor de Administração e Finanças;
III - Diretor de Marketing;
IV - Diretor de Mercados Internacionais;
V - Diretor de Produtos e Destinos; e
VI - Coordenador da Coordenação de Suporte Tecnológico.

§ 1º - Na ausência do Presidente, será designado um coordenador pro tempore dentre seus membros.

§ 2º - Os demais titulares serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, por seus substitutos legais, os quais terão as mesmas atribuições dos titulares, inclusive direito a voto.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

Art. 4º - São atribuições do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação-EMBRATUR:

I - Estabelecer a política e as diretrizes de Tecnologia da Informação para a melhoria contínua da gestão, alinhamento à missão, às estratégias e às metas Institucionais;

II - Propor o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, observadas as diretrizes estabelecidas na política de Tecnologia da Informação definidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informática - SISP;

III- Analisar, supervisionar e priorizar, em conformidade com as políticas da EMBRATUR e de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, o planejamento anual de aquisições, contratações e serviços de Tecnologia da Informação;

IV- Estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologias associadas, promover a sua implementação e zelar pelo seu cumprimento;

V- Propor a criação de grupos de trabalho e/ou subcomitês para auxiliarem nas decisões do Comitê, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso;

VI- Propor alterações em seu Regimento Interno.

Art. 5º - Ao Presidente do Comitê compete:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades do Comitê, bem como expedir convites especiais;

II - convocar, abrir, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões ordinárias e extraordinárias e resolver questões de ordem;

III - designar relator para os assuntos em pauta, dentre os membros do Comitê, quando necessário;

IV - promover o cumprimento das proposições do Comitê;

V - proferir voto de qualidade no caso de empate em processo decisório;

VI - diligenciar para o cumprimento destas Normas;

VII - designar servidor responsável pelos trabalhos de apoio às reuniões do Comitê e coordenar a provisão do apoio técnico-administrativo necessário ao seu funcionamento; e

VIII - indicar seu substituto, para presidir reuniões, na impossibilidade de seu comparecimento.

Art. 6º - O Coordenador de Suporte Tecnológico exercerá as atribuições de Secretário Executivo do CGTI-EMBRATUR.

§ 1º Ao Secretário Executivo incumbe as seguintes atribuições:

I - elaboração e apresentação das propostas a serem discutidas e homologadas nas reuniões;

II - elaboração da agenda e pauta das reuniões;

III - encaminhar a convocação para as reuniões aos membros do Comitê;

IV - lavrar e encaminhar as atas de reuniões para aprovação e assinatura dos membros do Comitê;

V - elaborar relatório de atividades do Comitê;

VI - supervisionar tecnicamente os grupos de trabalho constituídos;

VII - coordenar a realização de seminários e eventos;

VIII - supervisionar tecnicamente a elaboração de estudos, diagnósticos e outros documentos; e

IX - auxiliar o Presidente do Comitê quando solicitado.

Art. 7º - Aos Membros do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação incumbe:

I - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;

II - analisar, debater e votar os assuntos em discussão;

III - Realizar estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Comitê;

IV - propor a inclusão de matérias de interesse na pauta das reuniões;

V - propor ao Presidente do Comitê, com a necessária antecedência, a participação nas reuniões de convidados que possam prestar esclarecimentos e subsídios sobre as matérias constantes da pauta;

VI - solicitar informações e documentos necessários ao desempenho de suas atividades junto ao Comitê; e

VII - comunicar ao Presidente do Comitê, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, a impossibilidade do seu comparecimento à reunião.

Parágrafo único: Na ausência do membro titular, o suplente terá as mesmas atribuições.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação reunir-se-á ordinariamente, trimestralmente, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente.

§1° - O aviso de convocação das reuniões conterá a pauta de temas e deliberações a serem tomadas e será acompanhada, quando for o caso, dos relatórios, pareceres, propostas de resoluções e outros documentos que instruam as matérias a serem apreciadas.

§ 2º - A critério do Presidente ou da maioria dos membros presentes, poderão ser propostas matérias relevantes e urgentes, não expressamente consignadas na pauta da reunião, cabendo ao proponente relatá-la por escrito ou verbalmente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 9º - O Comitê somente deliberará com o quorum equivalente à maioria absoluta dos seus integrantes. As decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes à reunião.

§ 1º - Cada membro tem direito a um voto simples e de qualidade nas deliberações postas em votação no comitê.

§ 2º - É livre a participação de suplente nas reuniões do Comitê, por convite do Presidente ou por indicação do titular, com direito à voz e sem direito a voto.

§ 3º - Poderão participar das reuniões do Comitê, a convite, servidores de órgãos e unidades organizacionais da Autarquia ou consultores que funcionarão na qualidade de assessores, não integrando a mesa e sem direito a voto nas deliberações, quando a matéria a ser tratada envolver especificidades fora do domínio dos membros.

§ 4º As deliberações do Comitê serão expedidas na forma de recomendações a serem submetidas à apreciação do Presidente.

§ 5º Os temas objeto de deliberação ou apreciação do Comitê deverão ser objeto de relatórios ou pareceres elaborados por seus membros, pelo Secretário Executivo do Comitê ou, ainda, pelos grupos de trabalho.

§ 6º O Presidente do Comitê poderá deliberar ad referendum, em vista de circunstâncias de urgência, ficando o tema obrigatoriamente inscrito na pauta da próxima reunião a ser realizada.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante deliberação da maioria dos membros, ad referendum do Presidente do Comitê.

Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário do Comitê, ad referendum, e em última instância pelo Presidente da EMBRATUR.

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 3.865, DE 18 DE JULHO DE 2012

Habilita empresas à prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual e/ou internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Voto DNM - 039, de 10 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Habilitar as empresas relacionadas no anexo a esta Resolução, à prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual e/ou internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.

Art. 2º Autorizar a Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a emitir os respectivos Certificados de Registro para Fretamento - CRF, com validade de 2 (dois) anos, a partir da data da publicação da presente Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º Estabelecer que a prestação do serviço, no regime de fretamento contínuo fica condicionada, ainda, a posterior emissão do Termo de Autorização, conforme determina o Art. 20 da Resolução ANTT nº 1.166, de 5 de outubro de 2005.

Art. 4º Estabelecer que as autorizações serão concedidas a cada viagem, em cumprimento ao Art. 23 da Resolução ANTT nº 1.166/2005.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

ANEXO

Razão Social: 5S TUR LTDA
CNPJ: 04.501.910/0001-09
N° do Processo: 50500.058237/2012-69
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: A.M TURISMO DE MURIAÉ LTDA
CNPJ: 07.681.081/0001-81
N° do Processo: 50500.051973/2012-96
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 04.205.633/0001-97
N° do Processo: 50500.034296/2012-41
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: AD TUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA EPP
CNPJ: 02.136.283/0001-29
N° do Processo: 50500.021271/2012-88
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: ADIKERN TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 04.231.372/0001-80
N° do Processo: 50500.057971/2012-19
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ADSS TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 05.007.025/0001-30
N° do Processo: 50500.058195/2012-66
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: AFLUENTE TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 07.953.305/0001-67
N° do Processo: 50505.004448/2012-31
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: AGÊNCIA DE TURISMO MONTE ALEGRE LTDA
CNPJ: 48.194.609/0001-75
N° do Processo: 50500.051170/2012-31
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AGÊNCIA DE VIAGENS DALDEGAN LTDA - ME
CNPJ: 09.257.710/0001-76
N° do Processo: 50500.029115/2012-65
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AGUIA TURISMO LTDA
CNPJ: 14.197.200/0001-90
N° do Processo: 50500.038993/2012-71
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: AGUITUR TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 88.675.715/0001-95
N° do Processo: 50500.048810/2012-26
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ALCIDES BASSO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 87.791.448/0001-59
N° do Processo: 50500.050901/2012-21
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ALITUR ALIANÇA DE TURISMO LTDA
CNPJ: 46.729.356/0001-61
N° do Processo: 50500.035429/2012-05
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: ALLIGUI VIAGENS E TURISMO DE ANDIRÁ LTDA - ME
CNPJ: 85.509.438/0001-52
N° do Processo: 50500.048590/2012-31
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ANDREATUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA - EPP
CNPJ: 01.502.456/0001-12
N° do Processo: 50500.040059/2012-10
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ANTONIO ANDERSON SOARES DE OLIVEIRA
CNPJ: 07.451.686/0001-86
N° do Processo: 50500.041442/2012-95
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: ARABUTAN TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
CNPJ: 04.692.006/0001-28
N° do Processo: 50500.055912/2012-06
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ARAÚJO TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 04.273.482/0001-04
N° do Processo: 50500.038640/2012-71
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: ARB TURISMO LTDA ME
CNPJ: 03.710.970/0001-79
N° do Processo: 50500.060643/2012-91
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AREMBEPE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 03.206.850/0001-39
N° do Processo: 50500.035439/2012-32
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA
CNPJ: 87.767.596/0001-38
N° do Processo: 50500.046849/2012-17
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: ATLAS VIAGENS LTDA
CNPJ: 10.684.377/0001-60
N° do Processo: 50500.039748/2012-81
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AUGUSTO CESAR BEZERRA DE CARVALHO - ME
CNPJ: 04.816.560/0001-70
N° do Processo: 50500.073889/2011-42
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AUTO VIAÇÃO CIRCULARE POCOS DE CALDAS LTDA
CNPJ: 07.190.108/0001-33
N° do Processo: 50500.049382/2012-59
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AUTO VIAÇÃO PYRES LTDA - ME
CNPJ: 02.288.564/0001-05
N° do Processo: 50500.038933/2012-59
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AUTO VIAÇAO VALE DO CAI LTDA
CNPJ: 03.406.814/0001-19
N° do Processo: 50500.046295/2012-40
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AUTO VIAÇÃO VENÂNCIO AIRES LTDA
CNPJ: 98.593.668/0001-94
N° do Processo: 50500.051693/2012-88
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BAHIA PANORAMICA AGENCIA DE TURISMO LTDA ME
CNPJ: 10.595.745/0001-02
N° do Processo: 50500.048330/2012-65
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: BARRA DE OURO LOCADORA DE VANS LTDA ME
CNPJ: 13.277.597/0001-68
N° do Processo: 50500.042411/2012-51
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BASTOS TURISMO NACIONAL E INTERNACIONAL LTDA - ME
CNPJ: 00.692.669/0001-91
N° do Processo: 50500.056439/2012-76
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BATATA TUR LTDA ME
CNPJ: 13.367.284/0001-09
N° do Processo: 50500.055348/2012-13
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: BECK E SOUZA LTDA - ME
CNPJ: 03.444.059/0001-67
N° do Processo: 50500.085586/2011-72
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BELA VISTA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E TURISMO LTDA ME
CNPJ: 13.240.779/0001-64
N° do Processo: 50500.046600/2012-01
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BOA VISTA SERVIÇOS DE TRANSPORTE LTDA - ME
CNPJ: 06.004.983/0001-10
N° do Processo: 50500.024013/2012-53
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: BOM JESUS POLONI TRANSPORTES LTDA- ME
CNPJ: 08.415.329/0001-25
N° do Processo: 50500.034493/2012-61
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BORGESTUR TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 03.678.056/0001-98
N° do Processo: 50500.052769/2012-92
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BOSEMBECKERTUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 94.890.548/0001-06
N° do Processo: 50500.056822/2012-24
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BRASIL BONITO TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA ME
CNPJ: 07.322.012/0001-81
N° do Processo: 50500.050666/2012-98
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BRASIL TURISMO E FRETAMENTO LTDA
CNPJ: 03.264.460/0001-15
N° do Processo: 50500.044273/2012-45
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BRUNATUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 00.985.027/0001-80
N° do Processo: 50500.044961/2012-13
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BUSNARDO & ROCHA LTDA
CNPJ: 08.924.935/0001-76
N° do Processo: 50500.047706/2012-14
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: C.S. BARBOSA & SPETH LTDA
CNPJ: 02.175.449/0001-16
N° do Processo: 50500.050331/2012-70
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Razão Social: CALIMIR E S. DA SILVA & CIA LTDA
CNPJ: 14.152.732/0001-01
N° do Processo: 50500.039027/2012-71
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CANOPUS TURISMO E VIAGENS LTDA
CNPJ: 01.925.674/0001-60
N° do Processo: 50500.048348/2012-67
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CARDOSO E FERREIRA TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 05.057.140/0001-10
N° do Processo: 50500.039100/2012-13
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CARLOS HENRIQUE DA CUNHA LIMA
CNPJ: 10.755.939/0001-10
N° do Processo: 50500.046817/2012-11
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CATU TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME
CNPJ: 73.513.145/0001-60
N° do Processo: 50500.046303/2012-58
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CENTAURO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E TURISMO LTDA
CNPJ: 26.026.641/0001-09
N° do Processo: 50500.056805/2012-97
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CF TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 10.632.539/0001-17
N° do Processo: 50500.039233/2012-81
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: CLARA GOMIG DE ANDRADE VAZ
CNPJ: 05.388.223/0001-91
N° do Processo: 50500.030987/2012-76
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CLECIO AVRELLA & GUSTAVO AVRELLA LTDA
CNPJ: 02.958.195/0001-02
N° do Processo: 50500.056418/2012-51
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CNN VIAGENS E TURISMO LTDA ME
CNPJ: 05.553.399/0001-51
N° do Processo: 50500.058203/2012-74
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA E GAS CAMPO ALEGRE LTDA
CNPJ: 04.267.440/0001-60
N° do Processo: 50500.045193/2012-15
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CONDA AGENCIA DE TURISMO LTDA
CNPJ: 10.639.670/0001-06
N° do Processo: 50500.045889/2012-33
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CONSTUR LTDA
CNPJ: 03.205.501/0001-00
N° do Processo: 50500.036612/2012-10
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CORCOVADO TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA.
CNPJ: 45.356.532/0001-02
N° do Processo: 50500.046299/2012-28
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CORUMBAU BRASIL TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA
CNPJ: 05.409.468/0001-58
N° do Processo: 50500.019597/2012-45
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: CRISTAL AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME
CNPJ: 13.185.099/0001-95
N° do Processo: 50500.044103/2012-61
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: DELGADO - TRANSPORTE TURISTICO, FRETAMENTO E LOCACAO DE ONIBUS LTDA - ME
CNPJ: 08.092.491/0001-50
N° do Processo: 50500.058527/2012-11
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: DIRCEU APARECIDO PINTO & CIA LTDA -ME
CNPJ: 05.464.721/0001-76
N° do Processo: 50500.055354/2012-71
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: DIRONTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 03.510.489/0001-30
N° do Processo: 50500.057205/2012-46
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: E.C TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ: 07.703.316/0001-99
N° do Processo: 50500.028787/2012-53
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: E.R. TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 07.305.467/0001-99
N° do Processo: 50500.085720/2011-35
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EC. DA COSTA TURISMO ME
CNPJ: 14.937.178/0001-78
N° do Processo: 50500.045140/2012-96
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EDNALDO BARROSO DE OLIVEIRA - ME
CNPJ: 13.231.556/0001-30
N° do Processo: 50500.049373/2012-68
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EDS TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 04.730.538/0001-02
N° do Processo: 50500.026184/2012-17
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EFV.AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 02.795.974/0001-34
N° do Processo: 50500.054949/2012-17
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ELDORADO TURISMO LTDA
CNPJ: 02.250.967/0001-57
N° do Processo: 50500.055226/2012-27
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ELENA AVELINO SILVA ME
CNPJ: 07.944.403/0001-38
N° do Processo: 50500.040205/2012-15
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ELI TUR TURISMO LTDA ME
CNPJ: 12.027.834/0001-70
N° do Processo: 50500.053599/2012-63
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EMPRESA ARROIOSILVENSE DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA -ME
CNPJ: 04.266.063/0001-45
N° do Processo: 50500.032671/2012-19
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: EMPRESA DE ÔNIBUS ROSA LTDA
CNPJ: 72.189.988/0001-90
N° do Processo: 50500.031059/2012-29
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EMPRESA DE TRANSP. E TUR. N. S. DE LOURDES LTDA - ME
CNPJ: 01.294.491/0001-93
N° do Processo: 50500.045274/2012-15
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EMPRESA DE TRANSPORTE J PEREIRA LTDA
CNPJ: 01.581.482/0001-83
N° do Processo: 50500.048822/2012-51
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: EMPRESA DE TRANSPORTES BOSEMBECKER LTDA
CNPJ: 93.841.161/0001-99
N° do Processo: 50500.042599/2012-38
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVO VOLKMANN LTDA
CNPJ: 85.460.079/0001-96
N° do Processo: 50500.050358/2012-62
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LINDEMANN LTDA
CNPJ: 82.150.921/0001-03
N° do Processo: 50500.054068/2012-98
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EMPRESA TURISTICA DALDEGAN LTDA
CNPJ: 08.515.840/0001-07
N° do Processo: 50500.028606/2012-99
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EMPRESA UNIÃO DE TRANSPORTE LTDA
CNPJ: 82.563.891/0001-59
N° do Processo: 50500.052768/2012-48
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ESATUR TURISMO LTDA
CNPJ: 00.185.069/0001-37
N° do Processo: 50500.052523/2012-11
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ESMERALDO SOUZA DE AGUILAR - ME
CNPJ: 02.328.499/0001-96
N° do Processo: 50500.057448/2012-84
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ESTRELA DO NORTE TURISMO LTDA ME
CNPJ: 14.789.939/0001-91
N° do Processo: 50500.045389/2012-00
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ESTRELA PRATEADA VIAGENS LTDA ME
CNPJ: 05.683.805/0001-09
N° do Processo: 50500.051230/2012-16
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ETS - EMPRESA DE TRANSPORTE FERNANDES SANT`ANA LTDA
CNPJ: 06.205.197/0001-81
N° do Processo: 50500.030318/2012-02
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EVETUR - EMPRESA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 91.968.834/0001-40
N° do Processo: 50500.049102/2012-11
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EXPRESSO CAXIENSE S/A.
CNPJ: 88.617.733/0001-10
N° do Processo: 50520.010300/2012-48
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EXPRESSO LEÃOZINHO LTDA
CNPJ: 23.339.138/0001-15
N° do Processo: 50500.051736/2012-25
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EXPRESSO MARLY LTDA
CNPJ: 01.026.921/0001-96
N° do Processo: 50500.030511/2012-35
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: EXPRESSO NELMI LTDA
CNPJ: 90.210.113/0001-04
N° do Processo: 50500.040948/2012-87
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EXPRESSO NOVA ERA LTDA - ME
CNPJ: 77.856.102/0001-38
N° do Processo: 50500.032711/2012-22
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EXPRESSO RAMOS LTDA
CNPJ: 07.347.588/0001-01
N° do Processo: 50500.031403/2012-80
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: EXPRESSO ROSALTUR LTDA
CNPJ: 00.444.990/0001-57
N° do Processo: 50500.046314/2012-38
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: EXPRESSO TRANSLIDER LTDA
CNPJ: 21.115.183/0001-60
N° do Processo: 50500.055350/2012-92
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: EXTRA TURISMO TRANSPORTE FR LTDA
CNPJ: 07.417.540/0001-14
N° do Processo: 50500.050380/2012-11
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EXTREMOESTE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 79.659.892/0001-97
N° do Processo: 50500.057097/2012-10
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: F K PARDINHO E CIA LTDA - ME
CNPJ: 04.971.078/0001-04
N° do Processo: 50500.060716/2012-45
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: FACIL TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 31.134.935/0001-94
N° do Processo: 50500.047699/2012-51
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: FENEME VIAGEM E TURISMO LTDA
CNPJ: 12.667.944/0001-04
N° do Processo: 50500.042435/2012-19
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: FICAGNA TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME
CNPJ: 01.628.021/0001-19
N° do Processo: 50500.056491/2011-41
Regime: Contínuo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Modalidade: Interestadual
Razão Social: FIRMINO BOTTA DA SILVEIRA - ME
CNPJ: 91.923.748/0001-11
N° do Processo: 50500.053034/2012-86
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: FLAVIO ROBERTO BARBOSA DE SOUZA - ME
CNPJ: 12.425.362/0001-03
N° do Processo: 50500.040316/2012-13
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: FRANCISTUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA
CNPJ: 05.746.617/0001-74
N° do Processo: 50500.033588/2012-67
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: FREDERES, RODEL WEIMER S/A TRANSPORTES COLETIVOS
CNPJ: 87.525.341/0001-69
N° do Processo: 50500.057868/2012-61
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: FREQUENTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 02.692.956/0001-27
N° do Processo: 50500.030222/2012-36
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: GABRIEL & GABRIEL TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 09.190.025/0001-70
N° do Processo: 50500.059236/2012-31
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: GAÚCHO TURISMO LTDA
CNPJ: 71.294.664/0001-59
N° do Processo: 50500.028605/2012-44
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: GEFS TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 09.442.758/0001-54
N° do Processo: 50500.022199/2012-14
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: GERALDO TADEU GOUVEIA
CNPJ: 10.295.691/0001-51
N° do Processo: 50500.058464/2012-94
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: GETULIO FERREIRA SANTOS
CNPJ: 70.992.912/0001-72
N° do Processo: 50500.039312/2012-92
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: GF LOCADORA LTDA - ME
CNPJ: 03.540.368/0001-30
N° do Processo: 50500.039252/2012-16
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: GILSON ALBUQUERQUE E CIA LTDA
CNPJ: 12.967.814/0001-89
N° do Processo: 50500.047211/2012-95
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: GLOBOSUL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 02.232.660/0001-23
N° do Processo: 50500.055697/2012-35
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: GME TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 11.096.964/0001-00
N° do Processo: 50500.030938/2012-33
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: GPK TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 81.682.296/0001-70
N° do Processo: 50500.028213/2012-85
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: GRACIMAR TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
CNPJ: 62.348.289/0001-91
N° do Processo: 50500.042570/2011-75
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: GRAN REAL TURISMO LTDA ME
CNPJ: 12.569.368/0001-54
N° do Processo: 50500.037374/2012-60
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: GRILO TURISMO LTDA-ME
CNPJ: 01.694.625/0001-63
N° do Processo: 50500.025528/2012-71
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: GUAÇU TUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 00.987.763/0001-78
N° do Processo: 50500.054865/2012-75
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: GVA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 12.358.744/0001-61
N° do Processo: 50500.045887/2012-44
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: H J R LOCACAO DE AUTOMOVEIS TURISMO LTDA ME
CNPJ: 11.923.947/0001-90
N° do Processo: 50500.046544/2012-05
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: HAPPY TUR E TRANSPORTES LTDA.
CNPJ: 03.780.963/0001-43
N° do Processo: 50500.037246/2012-16
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: HS TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 08.666.123/0001-78
N° do Processo: 50500.055353/2012-26
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: IDEALTUR TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 07.873.363/0001-80
N° do Processo: 50500.049850/2012-95
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: IGUASSU GLOBO TOURS LTDA
CNPJ: 14.786.014/0001-97
N° do Processo: 50500.059748/2012-06
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: INBRAZILTOUR TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 02.900.479/0001-48
N° do Processo: 50500.051183/2012-19
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: INTER TURISMO LTDA EPP
CNPJ: 14.092.098/0001-69
N° do Processo: 50500.059239/2012-75
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: IRMÃOS MINGOTI LTDA
CNPJ: 06.044.464/0001-86
N° do Processo: 50500.060651/2012-38
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ITIQUIRA TURISMO LTDA
CNPJ: 02.675.312/0001-20
N° do Processo: 50500.038191/2012-61
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: ITÚ TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 02.549.843/0001-77
N° do Processo: 50500.044951/2012-70
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: J. BRAZ TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 04.955.754/0001-56
N° do Processo: 50500.041072/2012-96
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: J. H. TURISMO LTDA
CNPJ: 05.833.001/0001-30
N° do Processo: 50500.050914/2012-09
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: J. L. DE CARVALHO PINTO - TRANSPORTES ME
CNPJ: 03.354.710/0001-08
N° do Processo: 50500.032952/2012-71
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: JAM LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME
CNPJ: 02.629.866/0001-91
N° do Processo: 50515.018108/2012-79
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: JAQUELINE DALPIZZOL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 02.337.358/0001-30
N° do Processo: 50500.026800/2012-30
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: JC FIGUEREDO & CIA LTDA- ME
CNPJ: 03.360.489/0001-09
N° do Processo: 50500.023139/2012-19
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: JL TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 14.882.404/0001-60
N° do Processo: 50500.048830/2012-05
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: JOÃO JORGE FILHO
CNPJ: 54.624.044/0001-11
N° do Processo: 50500.035072/2012-57
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: JORGE LUIS DE MATOS
CNPJ: 04.191.327/0001-49
N° do Processo: 50500.052723/2012-73
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: JOSÉ CARLOS DA FREIRIA & CIA LTDA - ME
CNPJ: 05.096.637/0001-47
N° do Processo: 50500.047409/2012-79
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: JOSE CARLOS MENDES BARBOSA ME
CNPJ: 21.480.702/0001-90
N° do Processo: 50500.054499/2012-54
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: JOSÉ DE SOUZA DA COSTA - ME
CNPJ: 68.492.677/0001-28
N° do Processo: 50500.041439/2012-71
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: JOSÉ GELDO GUERRA BELEM FILHO - ME
CNPJ: 04.113.207/0001-23
N° do Processo: 50500.043410/2012-24
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: JOSÉ VANDERLEI DOS SANTOS E CIA LTDA
CNPJ: 05.514.939/0001-98
N° do Processo: 50500.033237/2012-56
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: JOSEMAR MOREIRA DE ANDRADE ME
CNPJ: 02.731.965/0001-80
N° do Processo: 50500.043162/2012-11
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: JR LOCADORA FRETAMENTO E TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 13.007.010/0001-09
N° do Processo: 50500.041590/2012-18
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: JUAREZ MENDES DE OLIVEIRA JUNIOR ME
CNPJ: 20.305.421/0001-38
N° do Processo: 50500.053150/2012-03
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: JÚNIOR CÉSAR SCAPIN ME
CNPJ: 03.566.889/0001-67
N° do Processo: 50500.056792/2012-56
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: KAWAGUCHI EVENTOS TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 07.620.023/0001-48
N° do Processo: 50500.046701/2012-74
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: KIDO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 03.752.653/0001-15
N° do Processo: 50500.043925/2012-24
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: L. V. AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 03.906.132/0001-75
N° do Processo: 50500.023152/2012-60
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: L.A. FÉLIX & M.J.S. FÉLIX LTDA
CNPJ: 04.348.936/0001-69
N° do Processo: 50500.057213/2012-92
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: L.N.T. DA SILVA
CNPJ: 08.674.800/0001-08
N° do Processo: 50500.051175/2012-64
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: LASTE TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA
CNPJ: 05.962.765/0001-26
N° do Processo: 50500.024811/2012-85
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: LDO TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 73.477.424/0001-15
N° do Processo: 50500.055705/2012-43
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: LELU TRANSPORTE LTDA
CNPJ: 10.284.961/0001-29
N° do Processo: 50500.043815/2012-62
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: LEONTUR LTDA - ME
CNPJ: 14.809.031/0001-00
N° do Processo: 50500.040392/2012-29
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: LOCADORA VAI BEM DE VEICULOS LTDA
CNPJ: 07.303.446/0001-34
N° do Processo: 50500.057816/2012-94
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: LOMBARDI & LOMBARDI LTDA - ME
CNPJ: 01.801.482/0001-41
N° do Processo: 50500.043182/2012-92
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: LONES TURISMO E VIAGENS LTDA
CNPJ: 00.617.371/0001-17
N° do Processo: 50500.039398/2012-53
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: LUAN TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA
CNPJ: 08.435.599/0001-06
N° do Processo: 50500.046825/2012-50
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: LUIZ RENATO DA SILVA & CIA LTDA
CNPJ: 01.611.282/0001-26
N° do Processo: 50500.040342/2012-41
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: M M CORTEZ TURISMO
CNPJ: 14.838.582/0001-94
N° do Processo: 50500.036818/2012-40
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: M. A. TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 04.323.963/0001-87
N° do Processo: 50500.050820/2012-21
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: M.J. TURISMO - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 07.263.861/0001-01
N° do Processo: 50500.027001/2012-81
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: MAGGRI & SILVA LTDA - ME
CNPJ: 01.947.999/0001-43
N° do Processo: 50500.057534/2012-97
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MAIRA TUR LTDA - ME
CNPJ: 07.803.985/0001-32
N° do Processo: 50500.055910/2012-17
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MAIZE FRANCISCA DA SILVA - ME
CNPJ: 04.645.191/0001-08
N° do Processo: 50500.040315/2012-79
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: MANANCIAL TURISMO LTDA
CNPJ: 11.139.381/0001-00
N° do Processo: 50500.055708/2012-87
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MAPE TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 03.431.716/0001-31
N° do Processo: 50500.048866/2012-81
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MARCIO M. CAVALCANTE TRANSPORTES - ME
CNPJ: 08.628.636/0001-94
N° do Processo: 50500.057458/2012-10
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MARIA SUELY ZAMPIRI
CNPJ: 07.300.373/0001-27
N° do Processo: 50500.035450/2012-01
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: MARISEL TUR LOCADORA LTDA
CNPJ: 10.384.135/0001-51
N° do Processo: 50500.040603/2012-23
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: MASTER PASSAGEM E TURISMO LTDA
CNPJ: 07.656.489/0001-01
N° do Processo: 50500.039667/2012-81
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: MASTER TRANSPORTES TURISTICOS LTDA
CNPJ: 14.789.142/0001-94
N° do Processo: 50500.046321/2012-30
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MB TURISMO E VIAGENS LTDA
CNPJ: 03.414.682/0001-77
N° do Processo: 50500.055336/2012-99
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MENDES & RODRIGUES LTDA- ME
CNPJ: 15.079.634/0001-59
N° do Processo: 50500.040107/2012-70
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MISTER TUR TRANSPORTE TURISTICO LTDA
CNPJ: 03.955.189/0001-64
N° do Processo: 50500.025771/2012-99
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MITUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA
CNPJ: 67.558.718/0001-79
N° do Processo: 50500.049515/2012-97
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MONTES TUR TURISMO LTDA ME
CNPJ: 95.396.800/0001-80
N° do Processo: 50500.058890/2012-28
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MOSNA VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 02.490.967/0001-24
N° do Processo: 50500.057443/2012-51
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: MULT VC TRANSPORTADORA TURISTICA E LOCAÇOES LTDA - ME
CNPJ: 14.436.633/0001-51
N° do Processo: 50500.052046/2012-93
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: NATAL COOPE-COOPERATIVA DOS PROPRIETARIOS DE TRANSP.DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO LOCAÇAO E TURISMO
CNPJ: 07.713.271/0001-33
N° do Processo: 50500.054099/2012-49
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: NELCIR JOÃO SAVARIS TRANSPORTE ME
CNPJ: 01.040.689/0001-40
N° do Processo: 50500.016110/2012-72
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: NILTON LUIZ DE AGUIAR LOCAÇÃO E TURISMO ME
CNPJ: 07.623.492/0001-10
N° do Processo: 50500.045423/2012-38
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: NOVAZUL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME
CNPJ: 11.174.348/0001-11
N° do Processo: 50500.055238/2012-51
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: NOVO TRIUNFO TURISMO LTDA
CNPJ: 03.616.013/0001-88
N° do Processo: 50500.135945/2011-40
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: NUNES & SILVA LTDA ME
CNPJ: 11.076.440/0001-49
N° do Processo: 50500.029073/2012-62
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: OLDE PARIZOTTO - ME
CNPJ: 90.606.484/0001-00
N° do Processo: 50500.050487/2011-70
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ONEIDE OSMAR PETRI - ME
CNPJ: 05.435.582/0001-52
N° do Processo: 50500.038997/2012-50
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ORIENTE TRANSPORTES DE JUNDIAI LTDA - EPP
CNPJ: 05.356.390/0001-50
N° do Processo: 50500.033967/2012-57
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: OTAVIO JOEL STEFFENS
CNPJ: 08.508.458/0001-68
N° do Processo: 50500.042450/2012-59
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PAGANI LOCADORA DE VEÍCULOS VIP LTDA
CNPJ: 00.759.706/0001-31
N° do Processo: 50500.052534/2012-09
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PAIVA TRANSPORTES & LOGISTICAS LTDA - ME
CNPJ: 14.703.154/0001-54
N° do Processo: 50500.052740/2012-19
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PARANATINGA TUR LTDA ME
CNPJ: 14.793.694/0001-76
N° do Processo: 50500.039395/2012-10
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PAULINHO AGENCIA DE VIAGENS LTDA EPP
CNPJ: 03.946.083/0001-02
N° do Processo: 50500.059894/2012-23
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PEVIDOR JUNIOR & AMORIM LTDA - ME
CNPJ: 05.643.777/0001-98
N° do Processo: 50500.052794/2012-76
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PH TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ: 11.963.433/0001-69
N° do Processo: 50500.038909/2012-10
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PHOENIX TURISMO DE ITURAMA LTDA - ME
CNPJ: 12.063.479/0001-94
N° do Processo: 50500.045070/2012-76
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PIRES & OLIVEIRA TRANSPORTADORA LTDA - ME
CNPJ: 05.979.530/0001-47
N° do Processo: 50500.047871/2012-76
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: PIU BELLI TRANSPORTES E VIAGENS LTDA ME
CNPJ: 08.056.161/0001-09
N° do Processo: 50500.052753/2012-80
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PRELÚDIO TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 73.164.998/0001-33
N° do Processo: 50500.034858/2012-57
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PRIMAR NAVEGAÇÕES E TURISMO LTDA
CNPJ: 03.854.439/0001-70
N° do Processo: 50500.060711/2012-12
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PROENÇA DE SOUZA E CIA LTDA ME
CNPJ: 03.821.757/0001-34
N° do Processo: 50500.023651/2012-57
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PRYSLLA LOGISTICA EM TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 08.303.756/0001-11
N° do Processo: 50500.086293/2011-11
Regime: Contínuo
Modalidade: Interestadual
Razão Social: R M TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 03.014.234/0001-86
N° do Processo: 50500.029286/2012-94
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: RAMOS E SILVA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA
CNPJ: 11.403.959/0001-94
N° do Processo: 50500.060833/2012-17
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: RAY TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 13.338.716/0001-45
N° do Processo: 50500.019503/2012-38
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: RENATO FERREIRA DA SILVA DE SALVADOR - ME
CNPJ: 11.962.077/0001-69
N° do Processo: 50500.033513/2012-86
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: RENILDO PEDRO ALEM BISCHOFF - ME
CNPJ: 11.478.031/0001-79
N° do Processo: 50500.056447/2012-12
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: REUNIDAS TURISMO S.A.
CNPJ: 04.176.082/0001-80
N° do Processo: 50500.021149/2012-10
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: RIC EXPRESS TRANSPORTE TURISMO LTDA
CNPJ: 05.897.585/0001-08
N° do Processo: 50500.122603/2011-60
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: RIO MANSO TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 43.159.078/0001-66
N° do Processo: 50500.031896/2012-58
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: RIOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA EPP
CNPJ: 08.324.925/0001-08
N° do Processo: 50500.130901/2011-23
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: RIQUETTI & ELLI TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ: 14.045.960/0001-82
N° do Processo: 50500.038485/2012-93
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: RODO SEMPRE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CNPJ: 08.578.578/0001-31
N° do Processo: 50500.034500/2012-24
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: RODOVIARIA STA TEREZINHA AG DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 86.183.381/0001-07
N° do Processo: 50500.034878/2012-28
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: RONDOTUR TRANSPORTADORA DE PASSAGEIROS E TURISMO LTDA
CNPJ: 04.908.618/0001-05
N° do Processo: 50500.043130/2012-16
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ROSELI GELSDORF CARLOS
CNPJ: 05.775.128/0001-40
N° do Processo: 50500.038999/2012-49
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ROSILENE GOULART RABELO ME
CNPJ: 04.460.419/0001-87
N° do Processo: 50500.055231/2012-30
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: RW TURISMO LTDA
CNPJ: 11.488.432/0001-00
N° do Processo: 50500.056446/2012-78
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: RYAN LOCADORA DE VEICULOS LTDA ME
CNPJ: 08.831.312/0001-59
N° do Processo: 50500.054938/2012-29
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: S C MOREIRA PANIFICADORA
CNPJ: 04.492.798/0001-97
N° do Processo: 50500.025320/2012-51
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SALVATO - TRANSPORTE TURISTICO, FRETAMENTO E LOCAÇÃO DE ÔNIBUS LTDA - ME
CNPJ: 08.762.714/0001-49
N° do Processo: 50500.038642/2012-61
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SAMIS TUR DO BRASIL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 03.780.520/0001-52
N° do Processo: 50500.052059/2012-62
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: SANTANA TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA - ME
CNPJ: 38.046.561/0001-02
N° do Processo: 50500.055349/2012-68
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SAO JORGE TURISMO LTDA
CNPJ: 09.039.927/0001-00
N° do Processo: 50500.039079/2012-48
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SÃO JORGE TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 04.861.348/0001-24
N° do Processo: 50500.044579/2012-00
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SERGIO CARLOS DE ALMEIDA
CNPJ: 04.973.331/0001-69
N° do Processo: 50500.021602/2012-80
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: SERLUTUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 09.097.481/0001-70
N° do Processo: 50500.056781/2012-76
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SERRA AZUL TURISMO LTDA
CNPJ: 01.429.360/0001-76
N° do Processo: 50500.056449/2012-10
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SILVANA FERNANDES HAEFFNER E CIA LTDA
CNPJ: 11.439.026/0001-57
N° do Processo: 50500.056774/2012-74
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SOLIVA & TEIXEIRA LTDA - ME
CNPJ: 09.327.146/0001-10
N° do Processo: 50500.039606/2012-14
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SOUZA E BRAGA TRANSPORTE COLETIVO LTDA
CNPJ: 10.392.598/0001-65
N° do Processo: 50500.019449/2012-21
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SOUZA TUR TURISMO LTDA
CNPJ: 93.652.279/0001-79
N° do Processo: 50500.043089/2012-88
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: SP TURISMO LTDA
CNPJ: 15.056.985/0001-44
N° do Processo: 50500.044608/2012-25
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SPAZZINI TURISMO LTDA
CNPJ: 94.624.665/0001-10
N° do Processo: 50500.051841/2012-64
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SSV TURISMO LTDA
CNPJ: 08.624.830/0001-00
N° do Processo: 50500.046305/2012-47
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: SYLVEIRATUR TRANSPORTES TURISTICOS LTDA
CNPJ: 11.158.259/0001-81
N° do Processo: 50500.041099/2012-89
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: T.M.P TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA -ME
CNPJ: 05.616.139/0001-88
N° do Processo: 50500.051737/2012-70
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: THAIS E KEILA TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ: 13.085.787/0001-83
N° do Processo: 50500.045000/2012-18
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANS - XAVIER TURISMO LTDA
CNPJ: 05.528.317/0001-19
N° do Processo: 50500.037614/2012-26
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRANS ÁGAPE LTDA
CNPJ: 04.508.709/0001-53
N° do Processo: 50500.050402/2012-34
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRANS RUBIM TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 04.440.133/0001-30
N° do Processo: 50500.057821/2012-05
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRANS SANTI LTDA - ME
CNPJ: 39.046.917/0001-62
N° do Processo: 50500.033508/2012-73
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSCATTO TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 85.135.960/0001-11
N° do Processo: 50500.055694/2012-00
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSDUTRA FRETAMENTO E TURISMO LTDA
CNPJ: 03.321.526/0001-61
N° do Processo: 50500.056484/2012-21
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANS-EGLEM TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 05.379.352/0001-13
N° do Processo: 50500.041497/2012-03
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRANSERGIO TRANSPORTES GERAIS LTDA
CNPJ: 65.179.509/0001-99
N° do Processo: 50500.038732/2012-51
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPARR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA
CNPJ: 01.216.301/0001-10
N° do Processo: 50500.053049/2012-44
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPORTADORA TURÍSTICA NATAL LTDA
CNPJ: 47.202.007/0001-50
N° do Processo: 50500.047781/2012-85
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRANSPORTE E TURISMO NOSSA SENHORA DA GLORIA LTDA ME
CNPJ: 08.432.907/0001-31
N° do Processo: 50500.039341/2012-54
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRANSPORTE HF LTDA - ME
CNPJ: 02.677.307/0001-57
N° do Processo: 50500.056030/2012-50
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPORTE LUCIANO LTDA
CNPJ: 23.854.003/0001-98
N° do Processo: 50500.050912/2012-10
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPORTE OASIS LTDA
CNPJ: 89.181.465/0001-08
N° do Processo: 50500.038978/2012-23
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPORTES DE PASSAGEIROS OLITUR LTDA
CNPJ: 06.959.809/0001-21
N° do Processo: 50500.123543/2011-01
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPORTES E TURISMO SANHEIRO LTDA - EPP
CNPJ: 01.029.310/0001-00
N° do Processo: 50500.056802/2012-53
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPORTES E VIAGENS ACACIA LTDA - ME
CNPJ: 06.330.367/0001-50
N° do Processo: 50500.028544/2012-15
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPORTES JOVANI TUR LTDA - ME
CNPJ: 03.311.208/0001-10
N° do Processo: 50500.052532/2012-10
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPORTES JU TUR LTDA ME
CNPJ: 04.222.940/0001-86
N° do Processo: 50500.044959/2012-36
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRANSPORTES SOMER E ZENI LTDA
CNPJ: 05.769.928/0001-59
N° do Processo: 50500.041436/2012-38
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSSECCHI TRANSPORTES RODOVIÁRIO LTDA - ME
CNPJ: 85.183.747/0001-85
N° do Processo: 50500.047671/2012-13
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSTUR AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA
CNPJ: 18.035.014/0001-06
N° do Processo: 50500.058872/2012-46
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSVIVO TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 07.027.269/0001-00
N° do Processo: 50500.022374/2012-65
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRILHAS TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS LTDA - ME
CNPJ: 04.501.168/0001-31
N° do Processo: 50500.029292/2012-41
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TSM TURISMO SAINT MARIE LTDA
CNPJ: 58.096.777/0001-81
N° do Processo: 50500.050656/2012-52
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TURIM TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 41.987.645/0001-47
N° do Processo: 50500.048374/2012-95
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TURISCOLL TURISMO COLLET LTDA
CNPJ: 83.429.720/0001-02
N° do Processo: 50500.047189/2012-83
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VALERIA APARECIDA TAVARES SILVA & CIA LTDA
CNPJ: 15.273.937/0001-08
N° do Processo: 50500.049080/2012-81
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VALETUR TRANSPORTES LOCAÇÃO E TURISMO LTDA
CNPJ: 10.680.547/0001-39
N° do Processo: 50500.040552/2012-30
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VAN GARD TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 02.383.690/0001-30
N° do Processo: 50500.054479/2012-83
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Razão Social: VIAÇÃO CANARINHO LTDA.
CNPJ: 03.385.036/0001-29
N° do Processo: 50500.043107/2012-21
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO CECATO LTDA
CNPJ: 16.951.568/0001-28
N° do Processo: 50500.054776/2012-29
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: VIAÇÃO CIDADE DE CAIEIRAS LDA
CNPJ: 71.896.880/0001-74
N° do Processo: 50500.059208/2012-14
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO FATIGATTI LTDA
CNPJ: 06.770.841/0001-64
N° do Processo: 50500.046326/2011-81
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: VIAÇÃO FOZ DO BRASIL TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 13.915.514/0001-19
N° do Processo: 50500.059233/2012-06
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO LOPES LTDA
CNPJ: 44.920.411/0001-70
N° do Processo: 50500.033946/2012-31
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO NOIVA DO MAR LTDA
CNPJ: 87.746.913/0001-30
N° do Processo: 50500.032969/2012-29
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: VIAÇÃO ÔMEGA LTDA
CNPJ: 11.438.771/0001-81
N° do Processo: 50500.061001/2012-18
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO PATO BRANCO LTDA
CNPJ: 79.039.392/0001-52
N° do Processo: 50500.050800/2012-51
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO PERNAMBUCANA TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 07.175.375/0001-31
N° do Processo: 50500.024778/2012-93
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO SAFIRA LTDA - VISAL
CNPJ: 47.376.389/0001-38
N° do Processo: 50500.044609/2012-70
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A
CNPJ: 32.285.454/0001-42
N° do Processo: 50500.042444/2012-00
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO SÃO BENTO LTDA
CNPJ: 44.944.577/0001-27
N° do Processo: 50500.019476/2012-01
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIVIDA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
CNPJ: 07.316.046/0001-63
N° do Processo: 50500.054106/2012-11
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VLD TURISMO LTDA
CNPJ: 11.268.155/0001-20
N° do Processo: 50500.058946/2012-44
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: WAGNER BRINCK ME
CNPJ: 14.436.585/0001-00
N° do Processo: 50500.040956/2012-23
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: WALACE P. PORTO ME
CNPJ: 84.034.669/0001-94
N° do Processo: 50500.071517/2011-81
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: WELLENTUR TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 05.432.178/0001-25
N° do Processo: 50500.053094/2012-07
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: WILLIANTUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 05.208.233/0001-06
N° do Processo: 50500.033002/2012-64
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: ZA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA ME
CNPJ: 04.954.032/0001-87
N° do Processo: 50500.044577/2012-11
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional

RESOLUÇÃO Nº 3.866, DE 18 DE JULHO DE 2012

Emite Ato de Outorga em favor do Consórcio Rodovia da Vitória e autoriza assinatura do Contrato de Concessão para Operação do trecho Entr. BA-698 (acesso à Mucuri) - Divisa ES/RJ da Rodovia BR-101/ES/BA, referente ao Edital nº 001/2011.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 045, de 18 de julho de 2012, no que consta do Processo nº 50500.074317/2011-81; e

CONSIDERANDO o atendimento das obrigações insertas nos subitens 7.9 e 17.3 do Edital nº 001/2011, RESOLVE:

Art. 1º Emitir, em favor do Consórcio Rodovia da Vitória, o Ato de Outorga da BR-101/ES/BA, trecho Entr. BA-698 (acesso à Mucuri) - Divisa ES/RJ, compreendendo uma extensão total de 475,9 km.

Art. 2º Autorizar a assinatura do respectivo Contrato de Concessão, nos prazos e condições estabelecidos no Edital nº 001/2011, com a devida publicação do extrato no Diário Oficial da União.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 156, DE 18 DE JULHO DE 2012

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 040, de 11 de julho de 2012, e no que consta do Processo nº 50500.063085/2012-16, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa Eucatur Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 76.080.738/0001-78, atualizados até a presente data, em 30 (trinta) parcelas, de acordo com o art. 1°, caput da Resolução ANTT n° 3.561 de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 157, DE 18 DE JULHO DE 2012

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no art. 8º, inciso IV, da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, publicada no DOU de 18 de fevereiro de 2009 e no que consta do Processo nº 50500.057152/2009-07, delibera:

Art. 1º Referendar a Deliberação nº 155, de 12 de julho de 2012, que encaminhou ao Exmº Senhor Ministro de Estado dos Transportes proposta de Declaração de Utilidade Pública em favor da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., para fins de desapropriação ou instituição de servidão de passagem dos imóveis, terras, benfeitorias e acessões, situados nos municípios: Figueirópolis, Alvorada, Sucupira, Peixe, Paranã, Conceição do Tocantins, Taguatinga, Arraias, Lavandeira e Combinado, no estado do Tocantins; no município de Campos Belos no estado de Goiás; nos municípios de São Desidério, Barreiras, Santa Maria da Vitória, Correntina, Jaborandi, Coribe, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Matina, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Caetité, Ibiassucê, Rio do Antônio, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Brumado, Aracatu, Tanhaçu, Mirante, Barra da Estiva, Manoel Vitorino, Jequié, Itagi, Aiquara, Ipiaú, Itagibá, Barro do Rocha, Gongogi, Ubatã, Ubaitaba, Aurelino Leal, Uruçuca e Ilhéus no estado da Bahia, necessários à execução das obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (EF-334), entre os Municípios de Figueirópolis/TO e Ilhéus/BA, num total de aproximadamente 1.457 Km, para posterior submissão do respectivo Decreto à Excelentíssima Senhora Presidente da República.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 95, DE 19 DE JULHO DE 2012

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50535.000837/2012-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-324/BA, no km 585+100m, na Pista Leste, em Candeias/BA, de interesse da Imperial Combustíveis e Lubrificantes Ltda..

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, a Imperial deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Imperial não poderá iniciar a construção do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a ViaBahia, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A ViaBahia deverá encaminhar, à Unidade Regional da Bahia - URBA, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Imperial assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Imperial deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 80 (oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Imperial verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à ViaBahia sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à ViaBahia acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A Imperial deverá apresentar, à URBA e à ViaBahia, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Imperial abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 96, DE 19 DE JULHO DE 2012

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.024260/2012-18, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Santos Dumont, BR-116/RJ, por meio de travessia no km 065+874m, em Teresópolis/RJ, de interesse da Ampla Energia e Serviços S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a Ampla deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CRT - Concessionária Rio-Teresópolis S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Ampla não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a CRT, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A CRT deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Ampla assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Ampla deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Ampla verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à CRT sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à CRT acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A Ampla deverá apresentar, à URRJ e à CRT, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Ampla abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS NARCISO PEDUTI DAL'MOLIN
Substituto

PORTARIA Nº 97, DE 19 DE JULHO DE 2012

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.024261/2012-54, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de linha de transmissão de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Santos Dumont, BR-116/RJ, por meio de travessia no km 013+593m, em Sapucaia/RJ, de interesse de Furnas Centrais Elétricas S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida linha de transmissão de energia elétrica, Furnas deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CRT - Concessionária Rio-Teresópolis S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º Furnas não poderá iniciar a implantação da linha de transmissão de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a CRT, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A CRT deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º Furnas assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa linha de transmissão de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º Furnas deverá concluir a obra de implantação da linha de transmissão de energia elétrica no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso Furnas verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da linha de transmissão de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à CRT sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à CRT acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à linha de transmissão de energia elétrica.

Art. 8º Furnas deverá apresentar, à URRJ e à CRT, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. Furnas abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS NARCISO PEDUTI DAL'MOLIN
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

PORTARIA Nº 197, DE 19 DE JULHO DE 2012

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Deliberação nº 158, de 12 de maio de 2010, Resolução ANTT nº 2.695/08 e no que consta do Processo nº 50500.010851/2012-40, resolve:

Art. 1º Art. 1º Autorizar a SANEPAR a realizar a Implantação de travessia subterrânea de esgoto em Almirante Tamandaré/PR, Km 022+450m da ferrovia, na malha concedida à ALL Malha Sul.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à adoção das seguintes ações:

a. Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelo Projeto em comento, por parte do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e respectivo comprovante de pagamento;

b. Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela execução da obra, por parte do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e respectivo comprovante de pagamento;

c. Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional da Concessionária responsável pela fiscalização da obra, por parte do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e respectivo comprovante de pagamento;

d. Apresentar Cronograma físico de execução das obras.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em R$ 500,00 (quinhentos reais), a título de remuneração pela utilização da faixa de domínio, prevista para vigorar pelo mesmo prazo de vigência do Contrato de Concessão, celebrado entre a Concessionária e a União, ou seja, até 27 de fevereiro de 2027. As contraprestações serão anualmente reajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do Contrato formalizado com o Terceiro Interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar do início e conclusão das obras.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

PORTARIA Nº 198, DE 19 DE JULHO DE 2012

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50510.009111/2012-41, resolve:

Art. 1º Autorizar a SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO S.A. a implantar 01 (uma) travessia subterrânea de esgoto sob o km 262+800 da malha arrendada à FCA, no município de Campinas/SP.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) por parte da Concessionária do responsável pela fiscalização da obra, por seu respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 8.025,12 (oito mil vinte e cinco reais e doze centavos), a serem pagas até o final da Concessão da Malha Centro-Leste, bem como anualmente reajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice oficial que porventura vier a substituí-lo.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

RETIFICAÇÃO

No DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE Em 19 de julho de 2012, publicado no DOU de 20-7-2012, Seção 1, página 136, onde se lê: CARLOS ANTONIO FIGUEIREDO DE SOUZA, leia-se: JOSÉ EDUARDO SABÓIA CASTELLO BRANCO.

(p/Coejo)

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 1078 DATA:19/07/2012 HORA:13:11

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000764/2012-47
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Natal/RN
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira
Processo : 0.00.000.000763/2012-01
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : São João Del Rei/MG
Relator : Mario Luiz Bonsaglia

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição

PLENÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 87, DE 27 DE JUNHO DE 2012

Altera o art. 3º da Resolução CNMP nº 40/2009, que regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130-A, parágrafo 2º, incisos I, II e III, da Constituição Federal, e com arrimo no artigo 19 do Regimento Interno; em conformidade com a decisão Plenária proferida na 5º Sessão Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012;

CONSIDERANDO que a redação do artigo 129, § 3º, da Constituição Federal define o ingresso na carreira do Ministério Público como o momento para a comprovação de três anos de atividade jurídica;

CONSIDERANDO que essa expressão "ingresso" deve ser interpretada como sinônimo de investidura, que somente se efetivará com a posse no cargo, e não com o ato de mera inscrição definitiva no respectivo certame;

CONSIDERANDO ainda, o decidido na 3ª Sessão Ordinária de 20 de março de 2012, no processo CNMP 0.00.000.000134/2012-72 (Preventos os processos CNMP nºs 0.00.000.000164/2012-89 e 0.00.000.000170/2012-36), resolve:

Art. 1º. O art. 3º da Resolução CNMP nº 40/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

A comprovação do período de três anos de atividade jurídica deverá ser documentada e formalizada para o ato da posse do candidato aprovado em todas as fases do concurso público.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 6, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, caput, da Constituição Federal e artigo 1o da Lei Complementar n. 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. os artigos 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (artigo 1o da Resolução n. 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em Bragança Paulista, o Procedimento Administrativo n. 1.34.028.000080/2011-12, com a seguinte ementa:

"TUTELA COLETIVA. RADIODIFUSÃO. APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES EM RÁDIO COMUNITÁRIA"

CONSIDERANDO que referido Procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §7º, da Resolução n. 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuar esta Portaria e o Procedimento Administrativo n. 1.34.028.000080/2011-12 como Inquérito Civil, nos termos do artigo 4º, da Resolução n. 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

2. Registre-se e publique-se, controlando o prazo de eventual prorrogação, conforme disposto nos artigos 4º e 9º, da Resolução n. 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Comunique-se a instauração à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, desta Portaria de instauração, nos termos do artigo 4o, inciso VI, da Resolução n. 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

RICARDO NAKAHIRA

PORTARIA Nº 23, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de averiguar quais as providências que estão sendo tomadas diante da notícia de falta no mercado de consumo dos medicamentos INTERFERON e HYDREA, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (nº 1.29.014.000005/2012-51) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e à autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF, publique-se, por meio eletrônico (internet) e afixe-se cópia no átrio da Procuradoria da República em Lajeado/RS, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, §2º, II, da Resolução nº 23/07/CNMP.

A secretaria deste gabinete acompanhará a tramitação deste feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

ALEXANDRE SCHNEIDER

PORTARIA Nº 327, DE 18 DE JULHO DE 2012

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, e com fundamento nos arts. 129, II e III, da CF e art. 7º, I, da LC 75/93, e nos termos da Resolução CSMPF n. 87/2006;

Considerando que foi apurado no Procedimento Administrativo n. 1.29.000.000309/2011-97 descumprimento do Edital do Concurso Vestibular de 2011 da UFRGS no que respeita ao aproveitamento da nota do ENEM;

Considerando que é controversa a responsabilidade administrativa pelo descumprimento apurado (se da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul ou do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira);

Considerando que a UFRGS informou não manter registro dos escores brutos obtidos pelos candidatos no ENEM fornecidos pelo INEP, o que, se confirmado, inviabiliza qualquer revisão ou questionamento, independente de possível lesão a direitos;

Considerando que a UFRGS é a autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e é a responsável direta pela organização e aplicação do próprio concurso vestibular;

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos órgãos da administração direta ou indireta (art. 129, II, CF c/c art. 39, II da LC 75/93), e promover o inquérito civil e, se necessário, a ação civil pública para proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 6º, VII, a e d, da LC 75/93, c/c art. 129, III, CF);

Considerando que há necessidade de novas diligências investigatórias para bem instruir o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais e que já superado o prazo previsto pela Resolução 87 do CSMPF para tramitação do procedimento administrativo antes da instauração do inquérito civil (art. 4º, §1º);

Resolve instaurar inquérito civil tendo por objeto apurar descuprimento da UFRGS do Edital do Concurso Vestibular 2011 quanto ao aproveitamento da nota do ENEM.

Como consequência da instauração e para assegurar a devida publicidade e a regularidade da instrução, determino que a Secretaria da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão providencie:

a) a conversão do procedimento administrativo n. 1.29.000.000309/2011-97 em inquérito civil, juntando esta portaria no início dos autos e efetuando as devidas alterações nos sistemas eletrônicos desta Procuradoria.

b) a imediata inserção eletrônica desta portaria no banco de dados da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Sistema ÚNICO, bem como, em até dez dias, a comunicação àquele Órgão Superior desta instauração, acompanhada de solicitação para publicação desta portaria no Diário Oficial, nos termos dos arts. 6º e 16 da Resolução CSMPF 87/06;

Deixo de determinar diligência investigatória em razão do iminente término do meu mandato na função de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, determinando que estes autos venham conclusos ao novo titular no prazo de 30 dias, para deliberação sobre a próxima diligência investigatória.

Designo o Analista Processual Daniel Georgiano Klujszo e o Técnico Administrativo Rodrigo Simões para atuarem neste inquérito civil como secretários, enquanto lotados na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/RS.

Para instruir este inquérito, determino, como diligência(s) investigatória(s), que a Secretaria desta PRDC providencie o agendamento de oitiva do Chefe do Centro de Processamento de Dados da UFRGS, para que preste informações sobre o armazenamento dos dados relativos ao concurso vestibular, especialmente àqueles fornecidos pelo INEP.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI,

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 28, DE 18 DE JUNHO DE 2012

Expediente PR-AM-7156/2012. Assunto: Saúde. Síntese: "Desestruturação da CASAI de Maués". Procurador: 5º Ofício Cível - PR/AM. Data prevista para finalização: /06/ 2013.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º, III, alínea "e", art. 6º, VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a denúncia acostada ao expediente PR-AM-7156/2012, de precariedade na estrutura física, bem como falta de logística para aquisição tempestiva e eficiente de instrumentos e insumos, para o correto desempenho dos fins institucionais da CASAI de Maués, vinculado ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Parintins;

CONSIDERANDO que dentre os problemas identificados na CASAI - Maués, destacam-se as seguintes: Ausência de segurança nos armadores de redes dos pacientes; ausência de divisória para pacientes com moléstias contagiosas; falta de higienização nos banheiros; má logística para aquisição de alimentos, o que implica a perda de parte dos alimentos e a não observância da dieta médica; ausência de ambulâncias e lanchas suficientes para o adequado transportes de pacientes; ausência de combustível para os transportes existentes; ausência de materiais de higiene básica, de atenção básica de saúde e de vestuário básico para os pacientes; ausência de meios de comunicação para contato com o DSEI - Parintins e demais Polos Base;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar: "A desestruturação da CASAI de Maués".

Como providências iniciais, DETERMINA-SE:

I - O envio do(s) expediente(s) correlato(s) à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofício ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Parintins e à CASAI de Maués, com cópia do expediente PR-AM-7156/2012, a fim de que prestem esclarecimentos acerca dos fatos narrados, bem como apresente plano e cronograma razoável para solucionar os problemas apresentados;

V - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

VI - A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 96, DE 18 DE JULHO DE 2012

Inquérito Civil Público nº 1.29.004.000454-2012-19 .

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, CONSIDERANDO

a Ata de Reunião realizada no dia 20 de abril de 2012, na qual os indígenas acampados em Campo do Meio, município de Gentil, postulam a disponibilização de uma escola móvel para atender a essa comunidade, já que a escola indígena que utilizam não teria condições físicas adequadas para que sejam ministradas aulas aos alunos;

que a educação trata-se de direito social e direito público subjetivo, cujo acesso deve ser proporcionado pelos entes federados e promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, com asseguração de oferta gratuita da educação básica e do pleno atendimento ao educando (Constituição Federal, art. 6º, art. 23, V, e Título VIII, Capítulo III, Seção I);

que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, III, e Lei Complementar n° 75/93, art. 5º, II, "d", e art. 6º, VII);

que incumbe ao Ministério Público Federal, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos (Lei Complementar nº. 75/93, art. 7º, I), podendo, para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta e indireta, bem como expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (Lei Complementar nº. 75/93, arts. 7º, I, e 8º, II);

Resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de acompanhar a oferta de educação aos indígenas acampados em Campo do Meio, no município de Gentil.

De imediato, DETERMINO:

a) autue-se a Portaria e a Ata de Reunião;

b) encaminhe-se correio eletrônico à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal comunicando a instauração do presente inquérito civil, anexando-se cópia desta portaria;

c) encaminhe-se cópia do presente expediente ao responsável pela educação indígena no Rio Grande do Sul, questionando-o acerca das medidas que serão adotadas a partir da postulação aludida.

ESTEVAN GAVIOLI DA SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 87, DE 15 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais;

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b");

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

Considerando a Peça de Informação nº 1.13.000.000684/2011-05, em que se noticia a suposta ausência de repasses de contribuições sociais de valores efetivamente descontados de funcionários, pelo período de 4 (quatro) anos, por parte de ex-presidente da Câmara Municipal de Careiro Castanho;

Considerando que o ex-presidente da Câmara Municipal, Sr. João Socorro Cavalcante da Costa, esteve na função no período compreendido entre 01.01.2005 a 11.2008;

Considerando a informação de que a gestão subsequente teria realizado acordo para pagamento da dívida com parcelamento em 240 vezes (fl. 11);

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível ausência de repasses de contribuições sociais de valores efetivamente descontados de funcionários, no período de 2005 a 2008, por parte de ex-presidente da Câmara Municipal de Careiro Castanho .

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficie-se à Delegacia da Receita Federal em Manaus, solicitando que, no prazo de 15 dias, informe quanto ao recolhimento das GFIPs por parte da Câmara Municipal do município de Careiro Castanho/AM, exercícios 2005, 2006, 2007 e 2008, referentes a funcionários daquela casa.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PORTARIA Nº 91, DE 25 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b"),

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (artigo 129, inciso VI, CF; artigo 8º, inciso II, LC 75/93);

EXEMPLAR DE ASSINANTE

Considerando o teor da Peça de Informação n. 1.13.000.000890/2010-26, que versa sobre possíveis irregularidades na prestação de contas relativas a verbas federais oriundas do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercícios dos anos 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, repassadas à Escola Estadual Prof. Antônio Maurity Coelho.

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), relativas aos exercícios de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, repassadas à Escola Estadual Prof. Antônio Maurity Coelho.

Para isso, DETERMINA-SE seja(m):

I - esta publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - prorrogado pelo período de 1 (um) ano o prazo para conclusão deste, face à necessidade de realização e conclusão de diligências com vistas à total elucidação dos fatos, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010, com o registro no Sistema Único de Informações da data prevista para finalização dos trabalhos, contados a partir da data da assinatura desta Portaria;

III - Oficiado a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC/AM) para que informe quanto à prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), exercícios 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, pela Escola Estadual Prof. Antônio Maurity Coelho, enviando a documentação correspondente à análise das referidas contas.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

THALES MESSIAS PIRES CARDOSO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 27, DE 28 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, bem assim compete ao Órgão zelar pela probidade administrativa;

CONSIDERANDO a notícia da existência do Processo Administrativo Disciplinar n°. 35013.00418/2001-42 a que responderam os servidores do INSS, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS e EDUARDO DA SILVA BARROS.

CONSIDERANDO a notícia da apuração de diversos benefícios previdenciários concedidos irregularmente, com a participação dos servidores acima nominados;

CONSIDERANDO que os fatos tratados na ação civil por ato de improbidade nº. 2009.33.00.015257-14, movida em desfavor dos mesmos servidores, possivelmente, guardam conexão com os fatos objeto do sobredito PAD, devendo ser aquilatada a providência a ser adotada quanto a esses novos fatos noticiados ao Parquet ;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos narrados, converte as peças de informação autuadas sob nº. 1.14.000.000830/2012-38 em INQUÉRITO CIVIL, nos termos do art. 5º da Resolução n° 87/2010 do CSMPF, devendo ser realizadas as seguintes diligências com vistas a instruir o feito:

1.Registre-se o objeto como "apuração de ato de improbidade nas concessões supostamente indevidas de benefícios por parte de servidores do INSS e possíveis inserções e adulterações de vínculos empregatícios em desfavor dos particulares";

2.Oficie ao INSS, requisitando-lhe cópia integral do Processo Administrativo Disciplinar nº. 35013.00418/2001-42 .

3.Oficie ao Juízo Federal Criminal no qual tramita a ação penal oriunda do IPL nº. 0839/2009, solicitando se digne a conceder vista dos referidos autos com o escopo de esse Parquet instruir Inquérito Civil em curso sobre o assunto;

4. Dê-se ciência da instauração à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

5.Findo o prazo, com ou sem resposta, retornem-me os autos conclusos.

MELINA CASTRO MONTOYA FLORES

PORTARIA Nº 55, DE 6 DE JUNHO DE 2012

Determina a instauração de Inquérito Civil Público no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, e fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e ainda de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº 23/07-CNMP, resolve determinar a instauração de inquérito civil público visando a regular e legal coleta de elementos de instrução, com o objetivo de averiguar a veracidade e a profundidade da situação fática adiante narrada e, caso necessário, buscar uma resolução administrativa e/ou adotar medidas judicias.

Na espécie, cuida-se de expediente remetido a esta Procuradoria da República, através da representação PRM-PAF-BA-00002584/2011, a qual encaminha informações sobre supostas irregularidades na oferta da merenda escolar, no exercício de 2011, do pólo do Tijuco, povoado Sapé, município de Heliópolis/BA.

Ao Cartório, para registro e autuação da presente portaria e do expediente que a acompanha, inclusive para fins de comunicação e publicação à 5º CCR, lançando-se os seguintes dados no sistema:

Referência: Expediente nº PRM-PAF-BA-00002584/2011.

Interessado: Comissão de Direitos Humanos em Cícero Dantas/BA; município de Heliópolis/BA; Sociedade.

Representante: Comissão de Defesa dos Direitos Humanos em Cícero Dantas/BA.

Representado: Prefeitura Municipal de Heliópolis/BA.

Assunto: Apurar supostas irregularidades na oferta da merenda escolar, adquirida com recursos do PNAE - no exercício de 2011 - do pólo do Tijuco, povoado Sapé, município de Heliópolis/BA.

Após, à Assessoria para as seguintes providências iniciais:

1. Oficie-se, com urgência, à Prefeitura Municipal de Heliópolis, requisitando informações pormenorizadas a respeito dos fatos narrados na representação anexada, no prazo de 10 (dez) dias;

2. Após, agende-se visita a ser feita na localidade objeto da representação, a fim de comprovar o alegado.

Com as respostas, ou esgotado prazo razoável sem elas, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 74, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.001713/2011-73 cujo objeto cinge-se em uma Auditoria Operacional com objetivo de avaliar instrumentos de caráter estruturante para a implantação da Política de Regulação Assistencial do SUS, relacionados ao Acórdão nº 1189/2010, Plenário, TC nº 014.541/2009-6.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 77, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.000085/2012-90 cujo objeto cinge-se no resultado das fiscalizações do FUNDEB, referente à 32ª e 33ª Etapas do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos da CGU/PR - Município de Umirim/CE.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 79, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.001467/2011-50, cujo objeto cinge-se na apuração de supostas irregularidades na aquisição pela Base Aérea de Fortaleza(BAFZ) de materiais(peças para máquinas e tratores), sem a devida formalização do procedimento licitatório.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 81, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.002212/2011-12, cujo objeto cinge-se uma denúncia de fraude em licitação que envolve recursos federais para ampliação do terminal portuário do Pecém, no Município de São Gonçalo de Amarante.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 82, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.002153/2009-50, cujo objeto cinge-se em uma denúncia sobre possível conluio nas licitações para locação de veículos destinados ao transporte escolar dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Trairi, com a possibilidade dos recursos serem provenientes do governo federal(FUNDEB).

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 83, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.000873/2011-03, cujo objeto cinge-se no suposto uso indevido do nome da médica Ayla Carla Silva de Melo em procedimentos prestados ao SUS.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 85, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.001770/2011-52 cujo objeto cinge-se no Termo de Representação PRDC Nº 452/2011, relativo a Manuel Antônio dos Santos em uma denúncia feita em face da Universidade Federal do Ceará por descumprimento de ordem judicial do Processo 0212900-29.1991.5.07.0001.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 86, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.001962/2011-69 cujo objeto cinge-se no relatório de Demandas Especiais Nº 00206.001002/2009-56, realizado pela Controladoria Geral da União, referente à irregularidade na aplicação do recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - Fundef, no exercício de 2000 no Município de São Luís do Curu - 2000.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 87, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.001971/2011-50 cujo objeto cinge-se no Termo de Representação PRDC Nº 00473/2011, solicitando investigação de possível fraude e/ou favorecimento no tocante à matrícula de Gilberto dos Santos Cerqueira na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará - UFC.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 88, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.002062/2011-39 cujo objeto cinge-se em um Ofício-Circular nº 014/2011/5ª CCR/MPF e no encaminhamento de cópias de expediente originário do Conselho Nacional de Justiça, versando sobre supostas irregularidades relacionadas a projetos de lei de criação de cargos em Tribunal de Regionais do Trabalho.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 89, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.002100/2011-53 cujo objeto cinge-se em uma denúncia versando sobre suposto desvio de recursos do FNDE, destinados ao estabelecimento de ensino Mário Sales, localizado no município de Eusébio, relativa a desvio de recursos federais, apropriação indébita, superfaturamente em licitações, pagamento de despesas inexistentes e pagamento de salários a funcionários "fantasmas".

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 90, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.000521/2010-69 cujo objeto cinge-se em contas desaprovadas em processo de instauração de Tomada de Contas Especial relativo ao Convênio PGE 102/2004 da Prefeitura Municipal de Caridade para construção das passagens molhadas Pereiro 1 e 2.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 92, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.000412/2011-22 cujo objeto cinge-se na possível prática de crime ou ilícito administrativo por parte de servidores do Departamento de Polícia Federal no Estado do Ceará.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 95, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.000016/2006-38, cujo objeto cinge-se na análise do Relatório de Fiscalização nº 538/2005, executado pela Controladoria-Geral da União no Estado do Ceará, a partir do 2º Sorteio Público de Unidades da Federação, relativo a vários Ministérios.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 96, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.001335/2006-61, cujo objeto cinge-se na aquisição de ambulâncias com fraude em procedimento licitatório conhecido vulgarmente como "máfia das sanguessugas".

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 97, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) nº 1.15.000.001557/2011-41, cujo objeto cinge-se em uma denúncia oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social no Estado do Ceará, informando as péssimas condições de trabalho e a má conversação do patrimônio público da agência da previdência Social/Parangaba/Fortaleza/Ce.

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 66, DE 21 DE JUNHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, em exercício na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, desempenhando as atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, e por determinação do art. 5º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Resolve converter a Peça de Informação nº 1.20.002.000057/2012-92 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para verificar a regularidade da arredação e transferência de imóveis de propriedade da União, na Gleba Jarinã, pelo Estado de Mato Grosso , bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo).

III - a adoção da seguinte diligência:

a) oficie-e a INTERMAT para que: oficie-se ao INCRA, com cópia integral do presente procedimento, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, informe se as áreas arrecadadas pelo Estado pertenciam à União à época da arrecadação, bem como, em caso positivo, o proprietário atual dos imóveis.

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 42, DE 13 DE JULHO 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts.127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na presente peça de informação;

Converte a peça informativa autuado sob nº 1.22.009.000211/2012-91 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO FATO INVESTIGADO: apurar possíveis irregularidades por parte do prefeito municipal de Divino das Laranjeiras, MG, Edson Alves de Souza, na contratação do município com as sociedades empresárias indicadas na representação, de possível titularidade de Edvaldo Fernandes de Oliveira, Adilson Santos Rocha e Alice Trindade de Oliveira.

AUTORES DA REPRESENTAÇÃO: Carlos Leonardo (CPF 457.036.556-68); Elziane Gregório da Silva Amaral (CPF 047.169.846-64); Gilmar Miranda Spyer (CPF 495.031.546-34) e Nelson Rodrigues Quintão (CPF 207.459.236-15).

Determina a publicação desta portaria no endereço eletrônico da Procuradoria da República do Município de Governador Valadares MG: http://www.prmg.mpf.gov.br//governadorvaladaresinstauracao-de-icps, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts.4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

BRUNO COSTA MAGALHÃES

PORTARIA Nº 43, DE 13 DE JULHO 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts.127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na presente peça de informação;

Converte a peça informativa autuado sob nº 1.22.009.000259/2012-08 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO FATO INVESTIGADO: Apurar possível omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao programa PNAE no exercício de 1999 e da impugnação parcial das despesas do programa PNAE/2000, do município de Grei Gaspar/MG.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: TCU/MG - Tribunal de Contas da União - Secretaria de Controle Externo-MG.

Determina a publicação desta portaria no endereço eletrônico da Procuradoria da República do Município de Governador Valadares MG: http://www.prmg.mpf.gov.br//governadorvaladaresinstauracao-de-icps, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts.4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

BRUNO COSTA MAGALHÃES

PORTARIA Nº 59, DE 16 DE JULHO 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts.127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na presente peça de informação;

Converte a peça informativa autuado sob nº 1.22.009.000335/2011-96 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO FATO INVESTIGADO: apurar possíveis danos causados a Anselmo Ribeiro de Assis e Dulcilene Cláudia Xavier em razão de restrição aos Cadastros de Pessoa Física - CPF's dos mesmos pela Caixa Econômica Federal - CEF, sob o argumento de que a empresa da qual eram sócios encontrava-se inadimplente perante a referida instituição financeira.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Anselmo Ribeiro de Assis

Determina a publicação desta portaria no endereço eletrônico da Procuradoria da República do Município de Governador Valadares MG: http://www.prmg.mpf.gov.br//governadorvaladaresinstauracao-de-icps, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts.4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

BRUNO COSTA MAGALHÃES

PORTARIA Nº 62, DE 16 DE JULHO 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts.127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na presente peça de informação;

Converte a peça informativa autuado sob nº 1.22.009.000359/2011-45 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO FATO INVESTIGADO: Apurar possíveis irregularidades na execução de obras de manutenção de trecho da BR 116, conduzidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, no bojo dos contratos nº 237/2009, de 28.05.2009, e 659/2009, de 14.11.2009.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público Federal.

Determina a publicação desta portaria no endereço eletrônico da Procuradoria da República do Município de Governador Valadares MG: http://www.prmg.mpf.gov.br//governadorvaladaresinstauracao-de-icps, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts.4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

BRUNO COSTA MAGALHÃES

PORTARIA Nº 114, DE 16 DE JULHO 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts.127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na presente peça de informação;

Converte a peça informativa autuado sob nº 1.22.009.000087/2011-83 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO FATO INVESTIGADO: apurar possíveis irregularidades na aplicação das verbas públicas repassadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ao município de Bertópolis, MG, por intermédio do programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Lauro Alves Jardim

Determina a publicação desta portaria no endereço eletrônico da Procuradoria da República do Município de Governador Valadares MG: http://www.prmg.mpf.gov.br//governadorvaladaresinstauracao-de-icps, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts.4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

BRUNO COSTA MAGALHÃES

PORTARIA Nº 156, DE 9 DE JULHO DE 2012

Procedimento Administrativo n° 1.22.000.00180/2012-59. Conversão em Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 5º, inciso III, alínea "e", e 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93, e:

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em epígrafe foi instaurado com objetivo de averiguar a política habitacional do município de Ribeirão das Neves ;

CONSIDERANDO que, de acordo com o novo regramento do CSMPF, o prazo de tramitação do procedimento administrativo deverá ser de 90 (noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo tramita há quase de 180 (cento e oitenta) dias;

CONSIDERANDO que há diligências pendentes de realização e cumprimento para a formação do convencimento deste Órgão Ministerial;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, pressupõe a instauração de inquérito civil, caso esteja vencido o prazo de tramitação do procedimento administrativo, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, da Resolução n.º 87/2006, com a redação dada pela Resolução n.º 106/2010;

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1° e 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei complementar n.° 75/93) e administrativas (Resolução CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106/2010), resolve converter o Procedimento administrativo n.° 1.22.000.000180/2012-59 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, já que as diligências realizadas não foram suficientes para a formação de convicção ministerial acerca dos fatos.

Proceda-se ao registro da conversão na capa dos autos e no sistema informatizado desta Procuradoria da República.

Comunique-se a E. Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, para ciência e publicação da presente, nos moldes do art. 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Após, venham-me os autos cls, para que cumprimento do despacho de fl. 115-v.

SILMARA CRISTINA GOULART

PORTARIA Nº 161, DE 12 DE JULHO DE 2012

Procedimento Administrativo n° 1.22.000.00200/2012-91. Conversão em Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 5º, inciso III, alínea "e", e 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93, e:

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em epígrafe foi instaurado com objetivo de apurar a existência de irregularidades na transferência do projeto de implantação de galpão de triagem de materiais recicláveis no bairro Bonfim/Lagoinha, para a BR 040, em Belo Horizonte/MG;

CONSIDERANDO que, de acordo com o novo regramento do CSMPF, o prazo de tramitação do procedimento administrativo deverá ser de 90 (noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo tramita há quase de 180 (cento e oitenta) dias;

CONSIDERANDO que há diligências pendentes de realização e cumprimento para a formação do convencimento deste Órgão Ministerial;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, pressupõe a instauração de inquérito civil, caso esteja vencido o prazo de tramitação do procedimento administrativo, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, da Resolução n.º 87/2006, com a redação dada pela Resolução n.º 106/2010;

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1° e 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei complementar n.° 75/93) e administrativas (Resolução CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106/2010), resolve converter o Procedimento administrativo n.° 1.22.000.00200/2012-91 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, já que as diligências realizadas não foram suficientes para a formação de convicção ministerial acerca dos fatos.

Proceda-se ao registro da conversão na capa dos autos e no sistema informatizado desta Procuradoria da República.

Comunique-se a E. Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, para ciência e publicação da presente, nos moldes do art. 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Após, venham-me os autos cls, para análise.

SILMARA CRISTINA GOULART

PORTARIA Nº 222, DE 13 DE JULHO DE 2012

O Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República, lotado na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 3º Ofício da Tutela do Consumidor e Econômico, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);CONSIDERANDO a tramitação, nesta PRMG, do procedimento administrativo nº 1.22.000.003236/2009-21, com o escopo de apurar eventuais irregularidades no plano de saúde comercializado pela Santa Casa de Misericórdia de BH;

CONSIDERANDO os elementos colhidos nos autos até o presente momento, bem como a necessidade de se dar continuidade à presente investigação;

resolve, em cumprimento às Resoluções de nºs 87/2006 e 23/2007, respectivamente, do CSMPF e CNMP, converter o PAC em epígrafe em inquérito civil público, procedendo-se às seguintes determinações:

1 - Renove-se o ofício nº 3253/2012, com acréscimo de advertência legal;

2 - Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto nos artigos 4º, inciso VI, da Res. 23/2007 do CNMP e 6º da Res. 87/2006 do CSMPF.

Cumpram-se as Resoluções acima especificadas.

ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ

PORTARIA Nº 224, DE 12 DE JULHO DE 2012

O Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República, lotado na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 3º Ofício do Consumidor, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);CONSIDERANDO a tramitação, nesta PRMG, do procedimento administrativo nº 1.22.000.003735/2011-33, com o escopo de acompanhar as ações executadas pela COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM em face da empresa LAEP INVESTMENTS Ltd, tendo em vista denúncia de sucessivos aumentos de capital pela administração da emissora, fato que vem acarretando a diluição dos detentores de BDR´s, bem como atraso e não divulgação oportuna de demonstrações financeiras e formulários ITRs.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO os elementos colhidos nos autos até o presente momento, bem como a necessidade de se dar continuidade à presente investigação;

RESOLVE, em cumprimento às Resoluções de nºs 87/2006 e 23/2007, respectivamente, do CSMPF e CNMP, converter o PAC em epígrafe em inquérito civil público, procedendo-se às seguintes determinações:

1 - Em razão da abertura de vista ao representante para se manifestar sobre as informações prestadas pela CVM e como o AR ainda não foi juntado, conforme relatório de f. 18, os autos deverão ser acautelados até o dia 15/08/2012.

2 - Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto nos artigos 4º, inciso VI, da Res. 23/2007 do CNMP e 6º da Res. 87/2006 do CSMPF.

Cumpra-se.

ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ

PORTARIA Nº 225, DE 12 DE JULHO DE 2012

O Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República, lotado na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 3º Ofício do Consumidor, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);CONSIDERANDO a tramitação, nesta PRMG, do procedimento administrativo nº 1.22.000.003526/2011-90, com o escopo de acompanhar as ações executadas pela ANVISA em face da empresa COGUMELO VALE DO SOL, tendo em vista denúncia de prática de propaganda enganosa e abusiva.

CONSIDERANDO os elementos colhidos nos autos até o presente momento, bem como a necessidade de se dar continuidade à presente investigação;

RESOLVE, em cumprimento às Resoluções de nºs 87/2006 e 23/2007, respectivamente, do CSMPF e CNMP, converter o PAC em epígrafe em inquérito civil público, procedendo-se às seguintes determinações:

1 - Em razão do requerimento de Notificação Judicial de f. 23/24, acautele-se os autos até 13/08/2012.

2 - Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto nos artigos 4º, inciso VI, da Res. 23/2007 do CNMP e 6º da Res. 87/2006 do CSMPF.

Cumpra-se.

ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ

PORTARIA Nº 226, DE 12 DE JULHO DE 2012

O Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República, lotado na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 3º Ofício do Consumidor, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);CONSIDERANDO a tramitação, nesta PRMG, do procedimento administrativo nº 1.16.000.003372/2011-33, com o escopo de apurar supostas irregularidades no arquivamento de dez mil queixas de consumidores contra as operadoras de convênio médico por falta de capacidade de atendimento.

CONSIDERANDO os elementos colhidos nos autos até o presente momento, bem como a necessidade de se dar continuidade à presente investigação;

Resolve, em cumprimento às Resoluções de nºs 87/2006 e 23/2007, respectivamente, do CSMPF e CNMP, converter o PAC em epígrafe em inquérito civil público, procedendo-se às seguintes determinações:

1 - Aguardar resposta ao Of. 4525/2012-PRMG.ARSC.GAB, endereçado ao TCU, solicitando informações acerca de eventual instauração de auditoria operacional em face das reestruturações promovidas pela ANS no âmbito do serviço de atendimento ao consumidor e, em caso negativo, a instauração do devido procedimento, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, "c" da LC 75/93

2- A Secretaria deverá verificar o retorno do AR, promovendo-se a devida juntada, após o transcurso do prazo concedido, caso não haja resposta do TCU, o ofício deverá ser reiterado.

3 - Comunique-se à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto nos artigos 4º, inciso VI, da Res. 23/2007 do CNMP e 6º da Res. 87/2006 do CSMPF.

Cumpra-se.

ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ

PORTARIA Nº 227, DE 5 DE JULHO DE 2012

A Dra. Zani Cajueiro Tobias de Souza, Procuradora da República, lotada na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 2º Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);CONSIDERANDO a tramitação, nesta PRMG, do procedimento administrativo cível nº 1.22.000.003576/2011-77, instaurado para apurar intervenção irregular na APA Morro da Pedreira.

Resolve converter o PAC em tela em inquérito civil público.

Determino seja expedido ofício conforme despacho nos autos.

ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 50, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo - PA nº 1.23.002.000157/2011-26, cujo objeto consiste em apurar possíveis irregularidades no contrato de repasse nº 0161.383-11, que tem como objeto a execução de Ações de infraestrutura urbana no Município de Santarém: recuperação da Av. Marechal Castelo Branco, constituindo uma segunda etapa do contrato nº 160.805-95, de mesmo objeto. (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO-30º ETAPA DO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO A PARTIR DE SORTEIOS PÚBLICOS.)

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

3) a comunicação da presente conversão à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

FELIPE BOGADO

PORTARIA Nº 51, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo - PA nº 1.23.002.000158/2011-71, cujo objeto consiste em apurar possível inobservância da Lei de Licitações nos pregões nº 022/2008 e 026/2008 pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santarém, e na utilização de pregão presencial em detrimento do pregão eletrônico nos pregões acima citados, bem como no 002/2009. (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO-30º ETAPA DO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO A PARTIR DE SORTEIOS PÚBLICOS.)

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

3) a comunicação da presente conversão à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

FELIPE BOGADO

PORTARIA Nº 52, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo - PA nº 1.23.002.000159/2011-15, cujo objeto consiste em apurar possível inobservância dos procedimentos legais no processo licitatório, modalidade Convite, nº 003/2009, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santarém, tendo como objeto a aquisição de camisas para eventos. (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO-30º ETAPA DO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO A PARTIR DE SORTEIOS PÚBLICOS.)

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

3) a comunicação da presente conversão à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

FELIPE BOGADO

PORTARIA Nº 53, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo - PA nº 1.23.002.000160/2011-40, cujo objeto consiste em apurar possíveis irregularidades na execução do Plano Municipal de Assistência Farmacêutica pelo Município de Santarém, que não estaria aplicando nos medicamentos do Elenco de Referência, o valor mínimo de R$ 1,50 por habitante/ano pactuado nos Termos de Adesão dos exercícios de 2008 e 2009. (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO-30º ETAPA DO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO A PARTIR DE SORTEIOS PÚBLICOS.)

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

3) a comunicação da presente conversão à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

FELIPE BOGADO

PORTARIA Nº 54, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo - PA nº 1.23.002.000161/2011-94, cujo objeto consiste em apurar possível inobservância dos princípios administrativos da isonomia e da eficiência, pela utilização de licitação tipo menor preço por lote em detrimento da economicidade decorrente do tipo menor preço por item para aquisição de equipamentos por parte da Prefeitura Municipal de Santarém, bem como apurar possível sobrebreço no Pregão nº 014/2008, além de celebração de termos aditivos a contratos em percentual superior ao estabelecido por lei. (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO-30º ETAPA DO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO A PARTIR DE SORTEIOS PÚBLICOS.)

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

3) a comunicação da presente conversão à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

FELIPE BOGADO

PORTARIA Nº 52, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000411/2011-86, de que o BASA teria concedido financiamentos a determinados beneficiários situados em área pertencente à ESEC Terra do Meio, mesmo após a criação da Unidade de Conservação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000411/2011-86, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se, pela última vez, o ofício de fl. 32, juntando cópia dessa e das fls. 04-30 e 35, com as advertências de praxe;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 55, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000012/2012-04, que apurou irregularidades na execução do Convênio n° 91567/98;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000012/2012-04, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 61, DE 5 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000024/2012-21, de conteúdo sigiloso;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000024/2012-21, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Após, autos conclusos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 67, DE 6 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000413/2011-75, que acompanha o pedido da Assoicação ASPAARGS no sentido da regularização - junto ao INCRA - da gleba 70, Pilão Poente II, Anapu/PA;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000413/2011-75, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se, urgentemente, o OF.PRM/ATM/GAB 1/Nº 661/2012, com AR, concedendo prazo de cinco dias para resposta e mencionando, em caso de não atendimento injustificado, a possibilidade de responsabilização penal e por improbidade administrativa, nos termos do artigo 11, II, c/c artigo 12, III, da lei 8.429 (juntar cópia da representação e dos ofícios já expedidos);

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 675, DE 18 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício regular de suas atribuições funcionais, que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO:

a) que o Ministério Público Federal é Instituição destinada à "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", tendo, entre suas funções constitucionais, as de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia" e de "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (Constituição da República, artigos 127 e 129, incisos II e III);

b) que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da CF, e arts. 2º, caput, 5º, V, b, e 6º, XIV, a, da Lei Complementar nº 75/93), e proteger o patrimônio público e social e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF, e arts. 5º, III, b, e 6º, VII, b e d, da Lei Complementar nº 75/93);

c) os termos da Portaria PR-RJ nº 843/2008, a qual dispõe sobre as atribuições dos Ofícios da Área da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Rio de Janeiro;

d) que o Conselho Superior do Ministério Público Federal editou em 06 de abril de 2010 a Resolução nº 106, unificando, no âmbito do MPF, as normas disciplinadoras do Inquérito Civil Público antes divididas entre a Resolução nº 87/2006, do próprio CSMPF, e a Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) o teor das Peças de Informação nº 1.30.001.003477/2012-94, por meio das quais o Procurador da República Dr. Fábio Moraes de Aragão encaminhou cópia das fls. 1/21, 1724/1738 da Ação Civil Pública nº 0018794-17.2011.4.02.5101 proposta em face do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região, sustentando que o patrocínio de causas judiciais do Conselho Regional por advogados fora de seus quadros funcionais é, em tesem, irregular; determino:

i) Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (ICP), com o objetivo de verificar a regularidade da contratação direta de advogados fora dos quadros funcionais do Conselho Regional Psicologia da 5ª Região para defesa de seus interesses nos autos na Ação Civil Pública nº 0018794-17.2011.4.02.5101;

ii) Adote a seguinte ementa:

"CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 5ª REGIÃO - CRP - CONTRATAÇÃO DIRETA ADVOGADOS - POSSÍVEL INFRAÇÃO DO ART. 37, II, da CRFB/88";

iii) Autue-se e publique-se esta Portaria;

iv) Remeta-se esta Portaria à Colenda 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para publicação.

Oficie-se o CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 5ª REGIÃO para que informe:

a) se há advogados em seus quadros funcionais. Em caso positivo, encaminhe a lista com a identificação dos mesmos;

b) se o causídico Paulo Henrique Teles Fagundes faz parte de seus quadros funcionais;

c) em caso de resposta negativa ao item "b", se o causídico foi contratado por licitação. Em caso positivo, encaminhe documentação comprobatória. Em caso negativo, deverá ser declinada a razão.

MARTA CRISTINA PIRES ANCIÃES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 314, DE 6 DE JULHO DE 2012

INSTAURA O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.00.000.002230/2006-51

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria da República o Procedimento Administrativo n.º 1.29.000.002230/2006-51, instaurado a partir do recebimento de cópia do Acórdão nº 230/2006/TCU 1ª Câmara, proferido pela 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União - TCU no processo nº TC-012-878/2004-2, originário de representação versando sobre suposto desvio de finalidade no emprego de recursos federais pertencentes ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES;

CONSIDERANDO que os fatos inicialmente narrados podem, em tese, resultar em prejuízo aos cofres públicos e caracterizar a violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública da União;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público da União a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União (art. 5º, I, h, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (art. 5°, V, b, da Lei Complementar n° 75/93), bem como a defesa do patrimônio público e social (art. 5º, III, b, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais; determino:

a) a conversão do Procedimento Administrativo n.º 1.00.000.002230/2006-51 em Inquérito Civil, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando à apuração dos fatos mencionados;

b) seja enviado e-mail à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, cientificando-a da instauração deste Inquérito Civil e encaminhando cópia deste Termo de Instauração;

c) a expedição do ofício que segue, dirigido ao Secretário da 2ª Secretaria de Controle Externo - SECEX-2, o qual deve ser encaminhado com AR-Simples.

Após, cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para deliberação.

MÁRCIA NOLL BARBOZA

PORTARIA Nº 315, DE 6 DE JULHO DE 2012

INSTAURA O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001216/2009-65

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que peças informativas recebidas nesta Procuradoria da República noticiam possível uso inadequado de área destinada à implantação de edificações dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, praticado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Porto Alegre;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que os fatos inicialmente narrados podem, em tese, caracterizar a violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública da União;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público da União a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União (art. 5º, I, h, da Lei Complementar nº 75/93), bem como a defesa do patrimônio público e social (art. 5º, III, b, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (art. 5°, V, b, da Lei Complementar n° 75/93);

CONSIDERANDO que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais; determino:

a) a instauração de INQUÉRITO CIVIL, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando à apuração dos fatos mencionados;

b) seja enviado e-mail à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, cientificando-a da instauração deste Inquérito Civil e encaminhando cópia deste Termo de Instauração;

c) sejam juntadas ao expediente cópia do ofício OF/GABPC/PR/RS/Nº 5819 e a via original do ofício nº 558 - 2009/GAB/GRPU/RS;

d) a expedição do ofício que segue, dirigido ao Procurador-Regional da União da 4ª Região, o qual deve ser encaminhado com AR-Simples.

Após, cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para deliberação.

MÁRCIA NOLL BARBOZA

PORTARIA Nº 317, DE 6 DE JULHO DE 2012.

INSTAURA O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000459/2009-86

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que a representação formulada atráves de e-mail por Paulo Dutra dá notícia de supostas irregularidades ocorridas na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, consistentes, basicamente, em desvio de percentual destinado à compra de implantes ortopédicos e cardíacos pagos com recursos financeiros do Sistema Único de Saúde - SUS;

CONSIDERANDO que os fatos inicialmente narrados podem, em tese, resultar em prejuízo aos cofres públicos e caracterizar violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública da União;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público da União a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União (art. 5º, I, h, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade (art. 5º, V, b, da Lei Complementar nº 75/93), bem como a defesa do patrimônio público e social (art. 5º, III, b, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais;

DETERMINO

a) a instauração de INQUÉRITO CIVIL, objetivando a legal e regular coleta de elementos visando à apuração dos fatos mencionados;

b) seja enviado e-mail à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, cientificando-a da instauração deste Inquérito Civil e encaminhando cópia deste Termo de Instauração.

c) seja expedido o ofício que segue, dirigido ao Diretor Geral e Administrativo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, o qual deve ser encaminhado com AR-Simples.

MÁRCIA NOLL BARBOZA

PORTARIA Nº 318, DE 5 DE JULHO DE 2012

INSTAURA O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.002614/2008-18

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO ter sido recebida nesta Procuradoria da República a representação de César Luis Pacheco Chagas e outros, na qual relatam possíveis irregularidades ocorridas em processo eleitoral realizado pelo Conselho Regional de Adminstração - CRA/RS;

CONSIDERANDO que os fatos inicialmente narrados podem, em tese, caracterizar a violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública da União;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público da União a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União (art. 5º, I, h, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (art. 5°, V, b, da Lei Complementar n° 75/93), bem como a defesa do patrimônio público e social (art. 5º, III, b, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais; determino:

a) a instauração de INQUÉRITO CIVIL, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando à apuração dos fatos mencionados;

b) seja enviado e-mail à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, cientificando-a da instauração deste Inquérito Civil e encaminhando cópia deste Termo de Instauração;

c) seja expedido o ofício que segue, dirigido à Presidente do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, o qual deve ser encaminhado com AR-Simples.

Após, cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para deliberação.

MÁRCIA NOLL BARBOZA

PORTARIA Nº 319, DE 3 DE JULHO DE 2012

INSTAURA O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.002519/2006-52

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria da República o Procedimento Administrativo n.º 1.29.000.002519/2006-52, instaurado a partir do recebimento do Ofício nº 3-1349/2006, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, que noticia possível irregularidade na prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela "Rádio Brava FM", mantida pela Associação Rádio Comunitária de Capão da Canoa - ARCCC;

CONSIDERANDO que o art. 25 da Lei nº 9.612/1998 c/c art. 9º, III, do Decreto nº 2.615/1998 estabelecem que compete ao Ministério das Comunicações a fiscalização do conteúdo da programação das rádios comunitárias, e que podem, em tese, estar ocorrendo violações aos princípios e regras que norteiam o serviço de radiodifusão comunitária preceituados na lei e no decreto referidos;

CONSIDERANDO que os fatos inicialmente narrados podem caracterizar violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública da União;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público da União a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União (art. 5º, I, h, da Lei Complementar nº 75/93), bem como a defesa do patrimônio público e social (art. 5º, III, b, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (art. 5°, V, b, da Lei Complementar n° 75/93);

CONSIDERANDO que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais; determino:

a) a conversão do Procedimento Administrativo n.º 1.29.000.002519/2006-52 em Inquérito Civil, para o fim de apurar a possível ocorrência de irregularidade na execução do serviço de radiodifusão comunitária pela "Rádio Brava FM", mantida pela Associação Rádio Comunitária de Capão da Canoa - ARCCC;

b) seja enviado e-mail à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, cientificando-a da instauração deste Inquérito Civil e encaminhando cópia deste Termo de Instauração;

a expedição do ofício que segue, com cópia do termo de declaração assinado por Glênio Adrio Silva de Almeida e Antônio Ferreira, dirigido à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE - do Ministério das Comunicações;

MÁRCIA NOLL BARBOZA

PORTARIA Nº 320, DE 10 DE JULHO DE 2012

INSTAURA O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000102/2004-93

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria da República o Procedimento Administrativo n.º 1.29.000.000102/2004-93, instaurado com o fim de apurar possível descumprimento de ordem judicial pelo setor jurídico da Caixa Econômica Federal no processo nº 2000.71.00.025506-7, que tramitou pela 5ª Vara Federal de Porto Alegre/RS (na época denominada 8ª Vara Federal de Porto Alegre), havendo notícia da aplicação de multa pelo não atendimento da determinação do juízo;

CONSIDERANDO que os fatos inicialmente narrados podem, em tese, resultar em prejuízo aos cofres públicos e caracterizar a violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública da União;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público da União a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União (art. 5º, I, h, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público da União zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (art. 5°, V, b, da Lei Complementar n° 75/93), bem como a defesa do patrimônio público e social (art. 5º, III, b, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais; determino:

a) a conversão do Procedimento Administrativo n.º 1.29.000.000102/2004-93 em Inquérito Civil, objetivando a legal e regular coleta de elementos visando à apuração dos fatos mencionados;

b) seja enviado e-mail à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, cientificando-a da instauração deste Inquérito Civil e encaminhando cópia deste Termo de Instauração;

c) seja requerido à 5ª Vara Federal de Porto Alegre, por meio da petição que segue, o desarquivamento e a concessão de vista dos autos do processo nº 2000.71.00.025506-7.

MÁRCIA NOLL BARBOZA

PORTARIA Nº 321, DE 5 DE JUNHO DE 2012

INSTAURA O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001339/2007-34

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria da República o Procedimento Administrativo n.º 1.29.000.001339/2007-34, instaurado a partir do ofício OF/PRT-CODIN nº 2439/2007, oriundo da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, que encaminha depoimento noticiando supostas irregularidades no uso de verbas federais destinadas ao Projeto "Habitar Brasil", bem como em licitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;

CONSIDERANDO que os fatos inicialmente narrados podem, em tese, resultar em prejuízo aos cofres públicos e em violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública Indireta da União;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público da União a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União (art. 5º, I, h, da Lei Complementar nº 75/93), bem como a defesa do patrimônio público e social (art. 5º, III, b, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (art. 5°, V, b, da Lei Complementar n° 75/93);

CONSIDERANDO que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais; determino:

a) a conversão do Procedimento Administrativo n.º 1.29.000.001339/2007-34 em Inquérito Civil, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando à apuração de supostas irregularidades no uso de verbas federais destinadas ao Projeto "Habitar Brasil", bem como em licitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;

b) seja enviado e-mail à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, cientificando-a da instauração deste Inquérito Civil e encaminhando cópia deste Termo de Instauração;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) sejam expedidos os ofícios que seguem, dirigidos ao Ministro das Cidades no Rio Grande do Sul e ao Procurador do Trabalho Gilson Luiz Laydner de Azevedo, que devem ser encaminhados com AR-Simples.

Após, cumpridas as determinações, venham os autos conclusos para deliberação.

MÁRCIA NOLL BARBOZA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 317, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO a existência de Tipo AA nº 1.33.000.000865/2012-11 versando sobre Descentralização da execução dos serviços desempenhados pelo SAMU no âmbito do Ofício OFICIO da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO escolha tipo AA em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Patrimônio Público. Moralidade Administrativa. Saúde. Descentralização dos serviços desempenhados pelo SAMU. Gestão Estadual da prestação do serviço público em Santa Catarina. Repasse de verbas federais ;

b) a expedição de ofício ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina para verificar a existência de possível procedimento administrativo alusivo ao tema, tendo por conta o noticiado de que houve ciência deste acerca das alegadas irregularidades;

c) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação.

d) após, o retorno dos autos a este gabinete para novas providências.

PEDRO PAULO REINALDIN

PORTARIA Nº 320, DE 19 DE JULHO DE 2012

Peça de Informação nº 1.33.000.001484/2012-50

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO a existência de Tipo AA nº 1.33.000.001484/2012-50 versando sobre Improbidade administrativa - descumprimento de medida liminar/sentença, no âmbito do Ofício do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO desta Peça de Informação em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Improbidade administrativa - descumprimento de medida liminar/sentença. A.C.P. nº.: 2006.72.00.013764-6. Deficiência de saneamento/tratamento de esgotos e poluição do mar em Ponta das Canas e na Lagoa das Docas. Florianópolis/SC;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

PEDRO PAULO REINALDIN

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 11, DE 19 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais e legais, com especial fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal; no artigo 5°, inciso I, alínea "h", inciso III, alínea "b", inciso V, alínea "b", no artigo 6°, inciso VII, alíneas "a" e "b", inciso XIV, alínea "f", e no artigo 7°, inciso I, todos da Lei Complementar n° 75/93; no artigo 8°, § 1°, da Lei n° 7.347/85; no artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007; e no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, incluído pela Resolução CSMPF nº 106/2010,

Converte o presente procedimento autuado sob o nº 1.34.008.000518/2011-09 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto apurar supostas irregularidades no fornecimento da merenda escolar aos estudantes da rede pública no Município de Americana/SP.

Para tanto, serão promovidas a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias, requisição de documentos e demais diligências necessárias, para posterior expedição de recomendações, celebração de termo de compromisso e ajustamento de conduta, ajuizamento de ação civil pública ou arquivamento, nos termos da lei.

Publique-se esta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Piracicaba, nos termos do que prevê o artigo 7º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Comunique-se a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

Proceda-se aos registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

Retornem-se os autos conclusos para análise da documentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Americana.

CAMILA GHANTOUS

PORTARIA Nº 13, DE 13 DE JULHO DE 2012

INQUÉRITO CIVIL PÙBLICO Nº 1.29.015.000109/2012-56. Objeto: Apurar possíveis irregularidades na destinação das verbas subvencionadas pelo governo federal e aplicadas na construção de moradias do programa habitacional "Minha Casa Minha Vida" no município de Santa Rosa (RS). Vinculado à: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais em face do disposto nos artigos 2º, inciso II, e 4º, § 1º, da Resolução CSMPF nº 87/2006 e,

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do agente signatário a existência de possíveis transações de aluguel e de compra e venda envolvendo imóveis do programa habitacional "Minha Casa Minha Vida", do Governo Federal, o que, se configurado, desvirtua os objetivos da proposta governamental, além de contrariar expressamente informação divulgada no documento intitulado Manual do Beneficiário (pág. 11), extraído do sitio eletrônico da Caixa Econômica Federal (CAIXA)1;

CONSIDERANDO que, no Modelo de Contrato de Compra e Venda do referido programa habitacional, mais especialmente no § 1º da CLÁUSULA PRIMEIRA - DA COMPRA E VENDA, consta, textus: "O imóvel objeto do presente contrato é destinado à moradia própria do contratante e de sua família, sendo certo que o desvio desta finalidade importará no vencimento antecipado da dívida";

CONSIDERANDO, igualmente, que no inciso I da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA, do mesmo modelo, consta, litteris: "A dívida será considerada antecipadamente vencida e imediatamente exigível pela CAIXA, após prévia notificação, podendo ensejar a cobrança administrativa e/ou execução do contrato e de sua respectiva garantia, em razão de quaisquer dos motivos previstos em lei e, ainda, na ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses: I - transferência ou cessão a terceiros, a qualquer título, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento (...)"2;

CONSIDERANDO que a disponibilização do imóvel para fins de aluguel ou mesmo para venda, se realizada pouco após a concessão do benefício, tendo em vista o fato de serem destinados a pessoas de baixa renda, se desacompanhada de justificativa plausível, pode configurar, em tese, malversação da subvenção econômica já recebida, bem como possível especulação imobiliária não fomentada pelo programa;

CONSIDERANDO, ainda, que a Lei nº 11.977/2009, alterada pela Medida Provisória nº 561/2012, em seu art. 6º-A, § 5º, III, veda expressamente a transferência inter vivos de imóveis sem a respectiva quitação;

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (art. 23, I, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Publico Federal zelar pela correta aplicação das verbas públicas federais, pela integridade do patrimônio público e pelos direitos sociais, especialmente a moradia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, podendo, para tanto, requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, visando esclarecer, solucionar ou aclarar fatos a respeito de interesse, direito ou bens cuja defesa lhe cabe promover (art. 129, III e VI, da Constituição Federal e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85);

Resolve instaurar, de ofício, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo por objeto apurar possíveis irregularidades na destinação das verbas subvencionadas pelo governo federal e aplicadas na construção de moradias do programa habitacional 'Minha Casa Minha Vida' no município de Santa Rosa (RS), determinando-se, inicialmente, as seguintes providências:

1) Registro e autuação da presente portaria nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como Inquérito Civil Público, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF;

2) Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, inclusive por meio eletrônico (para o endereço 5camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, da Resolução nº 23 do CNMP e art. 16, §1º, I, da Resolução nº 87 do CSMPF);

3) Afixação da presente portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Santa Rosa (art. 4°, VI da Resolução nº 23/2007 do CNMP);

4) Expedição de ofício à Caixa Econômica Federal (agência Santa Rosa), requisitando-se:

a) informações sobre as etapas administrativas anteriores à efetiva concessão de financiamento aos beneficiários do programa habitacional "Minha Casa Minha Vida", devendo ser informados os respectivos prazos e normas legais ou regulamentares;

b) esclarecimentos sobre a possibilidade de venda ou aluguel dos imóveis financiados junto à Caixa Econômica Federal pelos beneficiários do "Minha Casa Minha Vida", devendo ser encaminhada toda a documentação pertinente;

c) remessa de cópia do(s) modelo(s) de contrato(s) de venda e compra utilizado(s) nas transações junto aos beneficiários/mutuários pela agência da Caixa Econômica Federal de Santa Rosa (RS);

d) remessa da relação dos beneficiários do "Minha Casa Minha Vida" na cidade de Santa Rosa, com especificação das datas em que os contratos começaram a vigorar e das datas em que ocorreram quitações antecipadas das dívidas fiduciárias, bem como os correspondentes valores recebidos pelos beneficiários/mutuários (subvenção Econômica/subsídio etc);

e) remessa de cópia das escrituras de alienação fiduciária existentes no Registro de Imóveis do Município de Santa Rosa, cuja averbação se deu em razão de compra e venda fomentada com verba do "Minha Casa Minha Vida"; e

f) remessa de cópia dos contratos de compra e venda em que houve a quitação antecipada do saldo devedor e posterior transferência da propriedade, esclarecendo os motivos das vendas, analisados caso a caso.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

GABRIEL SILVEIRA DE QUEIRÓS CAMPOS

PORTARIA Nº 20, DE 12 DE JULHO DE 2012

(1.34.010.000884/2011-19)

O Procurador da República em Ribeirão Preto ao final assinado, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal e pelo artigo 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93, regulamentado pela Resolução nº

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e também pela Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda,

Considerando que as peças de informação nº 1.34.010.000890/2011-21 foram instauradas em decorrência do Ofício aprm-frc/sp - dpbp nº 408/2011, de 28/09/2011, oriundo da Procuradoria da República em Franca/SP, por meio do qual se noticia a constatação de irregularidades envolvendo repasses de verbas concernentes ao programa federal "Farmácia Popular" em municípios daquela Subseção Judiciária (fls. 03/05);

Considerando a probabilidade de fraudes semelhantes terem sido perpetradas nas cidades afetas à circunscrição de Ribeirão Preto, determinou-se a instauração de um procedimento de tutela coletiva referente a cada cidade e a livre distribuição de cada peça informativa formada a partir dessa divisão (fls. 02);

Considerando que coube a este subscritor, nos moldes acima, os procedimentos relativos aos municípios de Cajuru, Pitangueiras, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rosa de Viterbo e São Simão;

Considerando que, neste feito, especificamente, apura-se a regularidade dos repasses do Programa "Farmácia Popular" na urbe de Cajuru, os quais, por sua vez, são destinados a estabelecimentos farmacêuticos sediados naquela urbe;

Resolve:

(I) Instaurar, nos termos dos arts. 2º, caput, inciso I, e 4º, caput, II, da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 4º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, o presente INQUÉRITO CIVIL, a fim de apurar irregularidades no manejo de recursos da União repassados às farmácias de Cajuru para custear Programa Farmácia Popular;

(II) Seja o presente feito autuado e registrado;

(III) Comunique-se a instauração deste inquérito à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, sem prejuízo da inclusão desta Portaria na base de dados da 5ª CCR;

(IV) Designar a técnica administrativa SANDRA OSÓRIO DE ANDRADE para secretariar os trabalhos. Junte-se termo de compromisso (art. 4º, caput, inciso V, da Resolução nº 23/2007 do CNMP).

(V) Tendo em conta as diligências já empreendidas, determino :

ante à premente remoção deste subscritor seja oficiado de ordem, ao Ministério da Saúde, para que encaminhe, no prazo de 15 dias úteis, o relatório de verificação das transações relativo a farmácias situadas em Cajuru, no período entre dezembro de 2009 e novembro de 2010;

(VI) Determinar o prazo inicial de um ano, a contar da presente data, para a finalização do presente inquérito civil.

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

PORTARIA Nº 21, DE 12 DE JULHO DE 2012

(1.34.010.000908/2011-21)

O Procurador da República em Ribeirão Preto ao final assinado, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal e pelo artigo 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93, regulamentado pela Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e também pela Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda,

Considerando que as peças de informação nº 1.34.010.000890/2011-21 foram instauradas em decorrência do Ofício aprm-frc/sp - dpbp nº 408/2011, de 28/09/2011, oriundo da Procuradoria da República em Franca/SP, por meio do qual se noticia a constatação de irregularidades envolvendo repasses de verbas concernentes ao programa federal "Farmácia Popular" em municípios daquela Subseção Judiciária (fls. 03/05);

Considerando a probabilidade de fraudes semelhantes terem sido perpetradas nas cidades afetas à circunscrição de Ribeirão Preto, determinou-se a instauração de um procedimento de tutela coletiva referente a cada cidade e a livre distribuição de cada peça informativa formada a partir dessa divisão (fls. 02);

Considerando que coube a este subscritor, nos moldes acima, os procedimentos relativos aos municípios de Cajuru, Pitangueiras, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rosa de Viterbo e São Simão;

Considerando que, neste feito, especificamente, apura-se a regularidade dos repasses do Programa "Farmácia Popular" na urbe de Pitangueiras, os quais, por sua vez, são destinados a estabelecimentos farmacêuticos sediados naquela urbe;

Resolve:

(I) Instaurar, nos termos dos arts. 2º, caput, inciso I, e 4º, caput, II, da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 4º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, o presente INQUÉRITO CIVIL, a fim de apurar irregularidades no manejo de recursos da União repassados às farmácias de Pitangueiras para custear Programa Farmácia Popular;

(II) Seja o presente feito autuado e registrado;

(III) Comunique-se a instauração deste inquérito à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, sem prejuízo da inclusão desta Portaria na base de dados da 5ª CCR;

(IV) Designar a técnica administrativa SANDRA OSÓRIO DE ANDRADE para secretariar os trabalhos. Junte-se termo de compromisso (art. 4º, caput, inciso V, da Resolução nº 23/2007 do CNMP).

(V) Tendo em conta as diligências já empreendidas, determino :

ante à premente remoção deste subscritor seja oficiado de ordem, ao Ministério da Saúde, para que encaminhe, no prazo de 15 dias úteis, o relatório de verificação das transações relativo a farmácias situadas em Pitangueiras, no período entre dezembro de 2009 e novembro de 2010;

(VI) Determinar o prazo inicial de um ano, a contar da presente data, para a finalização do presente inquérito civil.

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

PORTARIA Nº 22, DE 12 DE JULHO DE 2012

(1.34.010.000903/2011-07)

O Procurador da República em Ribeirão Preto ao final assinado, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal e pelo artigo 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93, regulamentado pela Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e também pela Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda,

Considerando que as peças de informação nº 1.34.010.000903/2011-07 foram instauradas em decorrência do Ofício aprm-frc/sp - dpbp nº 408/2011, de 28/09/2011, oriundo da Procuradoria da República em Franca/SP, por meio do qual se noticia a constatação de irregularidades envolvendo repasses de verbas concernentes ao programa federal "Farmácia Popular" em municípios daquela Subseção Judiciária (fls. 03/05);

Considerando a probabilidade de fraudes semelhantes terem sido perpetradas nas cidades afetas à circunscrição de Ribeirão Preto, determinou-se a instauração de um procedimento de tutela coletiva referente a cada cidade e a livre distribuição de cada peça informativa formada a partir dessa divisão (fls. 02);

Considerando que coube a este subscritor, nos moldes acima, os procedimentos relativos aos municípios de Cajuru, Pitangueiras, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rosa de Viterbo e São Simão;

Considerando que, neste feito, especificamente, apura-se a regularidade dos repasses do Programa "Farmácia Popular" na urbe de Pradópolis, os quais, por sua vez, são destinados a estabelecimentos farmacêuticos sediados naquela urbe;

Resolve:

(I) Instaurar, nos termos dos arts. 2º, caput, inciso I, e 4º, caput, II, da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 4º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, o presente INQUÉRITO CIVIL, a fim de apurar irregularidades no manejo de recursos da União repassados às farmácias de Pradópolis para custear Programa Farmácia Popular;

(II) Seja o presente feito autuado e registrado;

(III) Comunique-se a instauração deste inquérito à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, sem prejuízo da inclusão desta Portaria na base de dados da 5ª CCR;

(IV) Designar a técnica administrativa SANDRA OSÓRIO DE ANDRADE para secretariar os trabalhos. Junte-se termo de compromisso (art. 4º, caput, inciso V, da Resolução nº 23/2007 do CNMP).

(V) Tendo em conta as diligências já empreendidas, determino :

ante à premente remoção deste subscritor seja oficiado de ordem, ao Ministério da Saúde, para que encaminhe, no prazo de 15 dias úteis, o relatório de verificação das transações relativo a farmácias situadas em Pradópolis, no período entre dezembro de 2009 e novembro de 2010;

(VI) Determinar o prazo inicial de um ano, a contar da presente data, para a finalização do presente inquérito civil.

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

PORTARIA N° 23, DE 20 DE JULHO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e com base no que consta do Procedimento Preparatório n° 1.34.014.000435/2011-22, determina a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar o "termo de denúncia nº 5327" de fls. 04/05, o qual noticia o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia a servidores públicos militares condicionado à comprovação da passagem de ônibus intermunicipal, sendo dispensados os que residem no próprio município.

Para tanto, determino a realização das seguintes diligências:

a) o registro do procedimento preparatório como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO;

b) a comunicação da instauração do ICP à 5ª CCR, no prazo de 10 (dez) dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06;

c) o acautelamento dos autos na Subcoordenadoria Jurídica, no aguardo da resposta ao ofício expedido ao Diretor-Geral do DCTA.

ANGELO AUGUSTO COSTA

PORTARIA Nº 23, DE 12 DE JULHO DE 2012

(1.34.010.000902/2011-54)

O Procurador da República em Ribeirão Preto ao final assinado, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal e pelo artigo 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93, regulamentado pela Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e também pela Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda,

Considerando que as peças de informação nº 1.34.010.000902/2011-54 foram instauradas em decorrência do Ofício aprm-frc/sp - dpbp nº 408/2011, de 28/09/2011, oriundo da Procuradoria da República em Franca/SP, por meio do qual se noticia a constatação de irregularidades envolvendo repasses de verbas concernentes ao programa federal "Farmácia Popular" em municípios daquela Subseção Judiciária (fls. 03/05);

Considerando a probabilidade de fraudes semelhantes terem sido perpetradas nas cidades afetas à circunscrição de Ribeirão Preto, determinou-se a instauração de um procedimento de tutela coletiva referente a cada cidade e a livre distribuição de cada peça informativa formada a partir dessa divisão (fls. 02);

Considerando que coube a este subscritor, nos moldes acima, os procedimentos relativos aos municípios de Cajuru, Pitangueiras, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rosa de Viterbo e São Simão;

Considerando que, neste feito, especificamente, apura-se a regularidade dos repasses do Programa "Farmácia Popular" na urbe de Santa Rosa do Viterbo, os quais, por sua vez, são destinados a estabelecimentos farmacêuticos sediados naquela urbe;

Resolve:

(I) Instaurar, nos termos dos arts. 2º, caput, inciso I, e 4º, caput, II, da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 4º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, o presente INQUÉRITO CIVIL, a fim de apurar irregularidades no manejo de recursos da União repassados às farmácias de santa Rosa de Viterbo para custear Programa Farmácia Popular;

(II) Seja o presente feito autuado e registrado;

(III) Comunique-se a instauração deste inquérito à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, sem prejuízo da inclusão desta Portaria na base de dados da 5ª CCR;

(IV) Designar a técnica administrativa SANDRA OSÓRIO DE ANDRADE para secretariar os trabalhos. Junte-se termo de compromisso (art. 4º, caput, inciso V, da Resolução nº 23/2007 do CNMP).

(V) Tendo em conta as diligências já empreendidas, determino :

ante à premente remoção deste subscritor seja oficiado de ordem, ao Ministério da Saúde, para que encaminhe, no prazo de 15 dias úteis, o relatório de verificação das transações relativo a farmácias situadas em Santa Rosa de Viterbo, no período entre dezembro de 2009 e novembro de 2010;

(VI) Determinar o prazo inicial de um ano, a contar da presente data, para a finalização do presente inquérito civil.

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

PORTARIA Nº 24, DE 12 DE JULHO DE 2012

(1.34.010.000901/2011-18)

O Procurador da República em Ribeirão Preto ao final assinado, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal e pelo artigo 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93, regulamentado pela Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e também pela Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda,

Considerando que as peças de informação nº 1.34.010.000901/2011-21 foram instauradas em decorrência do Ofício aprm-frc/sp - dpbp nº 408/2011, de 28/09/2011, oriundo da Procuradoria da República em Franca/SP, por meio do qual se noticia a constatação de irregularidades envolvendo repasses de verbas concernentes ao programa federal "Farmácia Popular" em municípios daquela Subseção Judiciária (fls. 03/05);

Considerando a probabilidade de fraudes semelhantes terem sido perpetradas nas cidades afetas à circunscrição de Ribeirão Preto, determinou-se a instauração de um procedimento de tutela coletiva referente a cada cidade e a livre distribuição de cada peça informativa formada a partir dessa divisão (fls. 02);

Considerando que coube a este subscritor, nos moldes acima, os procedimentos relativos aos municípios de Cajuru, Pitangueiras, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rosa de Viterbo e São Simão;

Considerando que, neste feito, especificamente, apura-se a regularidade dos repasses do Programa "Farmácia Popular" na urbe de São Simão, os quais, por sua vez, são destinados a um estabelecimento farmacêutico sediado naquela urbe;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, com prazo inicial de 01 (um) ano, para o fim de apurar irregularidades no manejo de recursos da União repassados às farmácias de São Simão para custear Programa Farmácia Popular.

Determina-se, outrossim, desde já, ante à vindoura remoção deste subscritor, seja oficiado de ordem, ao Ministério da Saúde para que que encaminhe, no prazo de 15 dias úteis, o relatório de verificação das transações relativo a São Simão.

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 26, DE 12 DE JULHO DE 2012

(1.34.010.000890/2011-68)

O Procurador da República em Ribeirão Preto ao final assinado, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal e pelo artigo 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93, regulamentado pela Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e também pela Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda,

Considerando que as peças de informação nº 1.34.010.000890/2011-21 foram instauradas em decorrência do Ofício aprm-frc/sp - dpbp nº 408/2011, de 28/09/2011, oriundo da Procuradoria da República em Franca/SP, por meio do qual se noticia a constatação de irregularidades envolvendo repasses de verbas concernentes ao programa federal "Farmácia Popular" em municípios daquela Subseção Judiciária (fls. 03/05);

Considerando a probabilidade de fraudes semelhantes terem sido perpetradas nas cidades afetas à circunscrição de Ribeirão Preto, determinou-se a instauração de um procedimento de tutela coletiva referente a cada cidade e a livre distribuição de cada peça informativa formada a partir dessa divisão (fls. 02);

Considerando que coube a este subscritor, nos moldes acima, os procedimentos relativos aos municípios de Cajuru, Pitangueiras, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rosa de Viterbo e São Simão;

Considerando que, neste feito, especificamente, apura-se a regularidade dos repasses do Programa "Farmácia Popular" na urbe de Ribeirão Preto, os quais, por sua vez, são destinados a um estabelecimento farmacêutico sediado naquela urbe;

Resolve

(I) Instaurar, nos termos dos arts. 2º, caput, inciso I, e 4º, caput, II, da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 4º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, o presente INQUÉRITO CIVIL, a fim de apurar irregularidades no manejo de recursos da União repassados às farmácias de Ribeirão Preto para custear Programa Farmácia Popular;

(II) Seja o presente feito autuado e registrado;

(III) Comunique-se a instauração deste inquérito à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, sem prejuízo da inclusão desta Portaria na base de dados da 5ª CCR;

(IV) Designar a técnica administrativa SANDRA OSÓRIO DE ANDRADE para secretariar os trabalhos. Junte-se termo de compromisso (art. 4º, caput, inciso V, da Resolução nº 23/2007 do CNMP).

(V) Tendo em conta as diligências já empreendidas, determino :

ante à premente remoção deste subscritor seja oficiado de ordem, ao Ministério da Saúde, para que encaminhe, no prazo de 15 dias úteis, o relatório de verificação das transações relativo a farmácias situadas em Ribeirão Preto, elucidando se, também, em relação à farmácia DROGAVIDA COMERCIAL DE DROGAS LTDA. se todos os pagamentos são concentrados no CNPJ da matriz, ou se há possibilidade de discriminá-los em relação a cada uma das unidades, contemplando, particularizadamente, as filiais (muitas das quais situadas em outros municípios)

(VI) Determinar o prazo inicial de um ano, a contar da presente data, para a finalização do presente inquérito civil.

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

PORTARIA Nº 215, DE 4 DE JULHO DE 2012

(PR-SP-00042659/2012)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o procedimento administrativo nº 1.34.001.006216/2011-04, para apurar eventuais irregularidades na execução dos convênios firmados entre a Fundação Zerbini e a União sob os números 09/90, 44/91, 57/91, 134/92, 150/93, 156/93 e 190/94, bem como dos termos aditivos celebrados entre a Fundação Zerbini e a SES/SP de números 05/93 e 18/93;

- o referido procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §6º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta portaria e o procedimento administrativo 1.34.001.006216/2011-04 como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, inclusive na página da internet, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

ROBERTO ANTONIO DASSIÉ DIANA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 335, DE 19 DE JULHO DE 2012

Alterar a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

Considerando a necessidade de adequar a Estrutura Organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região/BA;

Considerando a estrutura do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região/BA definida pela Portaria n° 124, de 24/4/2007, publicada no Diário Oficial da União de 609/2007 e alterada pela Portaria nº 321, de 27/8/2009, publicada no Diário Oficial da União de 31/8/2009, pela Portaria nº 13, de 14/1/2010, publicada no Diário Oficial da União de 18/1/10, pela Portaria nº 582, de 17/12/10, publicada no Diário Oficial da União de 22/12/2010 e pela Portaria nº 720, de 19/12/2011, publicada no DOU de 20/12/2011, resolve:

Art. 1º. Alterar a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, na forma discriminada em anexo.

ROGÉRIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO

ANEXO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
	GABINETE DO PROCURADOR CHEFE			GABINETE DO PROCURADOR CHEFE	
1	GABINETE Chefe de Gabinete	CC 03	1	GABINETE Chefe de Gabinete	CC 03
	Assistente do Gabinete	FC 01			
	DIRETORIA REGIONAL			DIRETORIA REGIONAL	
1	Diretor Regional	CC 03	1	Diretor Regional	CC 04
	DIVISÃO ADMINISTRATIVA			DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
			1	Setor de Transportes Chefe	FC 02
	NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS E BENEFÍCIOS			NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS E BENEFÍCIOS	
1	Chefe do Núcleo	FC 03	1	Chefe do Núcleo	FC 03
1	SETOR DE PESSOAL Chefe	FC 02			
	DIVISÃO PROCESSUAL			DIVISÃO PROCESSUAL	
1	DIRETORIA DE 1º GRAU Diretor	CC 03	1	SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 1º GRAU Diretor	CC 03
4	SECRETARIA DE NÚCLEO DE 1º GRAU Chefe	FC 02	3	SECRETARIA DE NÚCLEO DE 1º GRAU Chefe	FC 02
1	SECRETARIA DE AUDIÊNCIAS Chefe	FC 02	1	SECRETARIA DE AUDIÊNCIAS Chefe	FC 02
1	SEÇÃO DE PERÍCIAS Chefe	CC 01			
1	SECRETARIA DE AÇÕES E RECURSOS Chefe	FC 03	1	SECRETARIA DE AÇÕES E RECURSOS Chefe	FC 03
1	DIRETORIA DE 2º GRAU Diretor	CC 02	1	SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 2º GRAU Diretor	CC 02
	DIRETORIA DE PTM			DIRETORIA DE PTM	
1	Secretaria Administrativa	FC 01	2	Secretaria Administrativa	FC 01
	Chefe			Chefe	
			1	Assessoria-Especial Assessor-Chefe	CC 01

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCURADORIAS REGIONAIS
20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 333, DE 12 DE JULHO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000619.2011.20.000/5 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Doença Ocupacional e Profissional, Saúde Mental no Trabalho) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face do Cencosud Brasil Comercial Ltda (CNPJ nº 39.346.861/0001-61).

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 335, DE 12 DE JULHO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 001195.2011.20.000/6 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Remuneração e Benefícios - Atraso ou não ocorrência do Pagamento, Décimo Terceiro Salário) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de Genival Crisley Andrade Santos ME (T&M Alimentação e Serviços) (CNPJ nº 13.311.992 /0001-10). .

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 371, DE 20 DE JULHO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a representação apresentada pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SERGIPE (CNPJ 32.742.645/0001-96), bem como que dos autos do Procedimento 000041.2012.20.000/0 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (CONDUTA ANTISSINDICAL), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 370, DE 20 DE JULHO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a representação apresentada pela FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO ESTADO DE SERGIPE - FECOMSE (CNPJ 07.710.241/0001-73), bem como que dos autos do Procedimento 000040.2012.20.000/3 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (IRREGULARIDADES NA ASSISTÊNCIA À RESCISÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face do SINDICATO DOS CONTABILISTAS NO ESTADO DE SERGIPE (CNPJ 13.041.421/0001-02).

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 27/2012
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA
Em 25 de julho de 2012, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-012.744/2012-3
Natureza: Relatório de Levantamentos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.617/2012-2
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.666/2012-3
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.148/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-014.734/2011-7
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-014.144/2012-3
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-009.755/2012-8
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-016.391/2009-6
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - Art. 112 do R.I)
Natureza: Denúncia
REVISOR: Ministro RAIMUNDO CARREIRO (Ata 9/2011)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-019.531/2012-5
Natureza: Administrativo (Proposta de Fiscalização).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-015.357/2012-0
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 20 de julho de 2012.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

EXTRATO DA PAUTA Nº 28/2012
SESSÃO ORDINÁRIA
Em 25 de julho de 2012, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-002.546/2011-6
Natureza: MONITORAMENTO
Apensos: 025.789/2006-4 (MONITORAMENTO)
Interessado: Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União - TCU
Representante do Ministério Público: não atuou
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.647/2003-8
Natureza: Representação
Responsáveis: Domingos Sávio Pedroso de Barros (285.894.596-91); Jayme Veríssimo de Campos (048.810.441-68); Medimp-soc. Imp. Exp. Produtos Médicos (02.660.116/0001-82); Moacy Lopes Suares (138.766.191-49).
Interessado: Tribunal Regional Federal 1ª Região (DF-AC-AP-AM-BA-GO-MA-MT-MG-PA-PI-RO-RR-TO) (03.658.507/0001-25).
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal 1ª Região (DF-AC-AP-AM-BA-GO-MA-MT-MG-PA-PI-RO-RR-TO). Advogados constituídos nos autos: João Celestino Corrêa da Costa Neto (OAB/MT 4.611); Bettânia Maria Gomes Pedroso (OAB/MT 6.522); Luciano Luiz Brescovici (OAB/MT 6.814-B); Luciana Gamballi Corrêa da Costa (OAB/MT 4.726).

TC-009.360/2010-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Apensos: 017.688/2011-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 025.559/2009-9 (MONITORAMENTO)
Responsáveis: Albanisa Pereira Pedraça (497.864.582-49); América Maria Ruiz de Lima Verde Ferreir (192.078.832-87); Aparecida Ferreira de Almeida Soares (523.175.101-44); Camila Guedes da Silva (276.550.338-97); Carlos Eduardo Curi Gallego (022.373.029-79); Consórcio Cowan-triunfo (10.803.934/0001-15); Débora Maria de Corte Real D Medina Reis (479.112.121-04); Edson Victor de Souza (174.816.048-60); Elenice Marques Carraro (515.103.326-34); Eralda Etra Maria Lessa (161.821.702-04); Everson Cezar Nascimento (577.809.199-00); Everton Jose dos Santos Filho (113.422.932-15); Genny Trivério Denny (409.823.272-34); Ivo Narciso Cassol (304.766.409-97); Jose Eduardo Figueiredo Leite (008.371.338-74); João Carlos Gonçalves Ribeiro (775.238.578-68); Larissa Nogueira Corbacho Martins (253.585.428-76); Leodegar da Cunha Tiscoski (169.196.619-34); Luciano dos Santos Guimarães (519.405.585-49); Maria Angélica Foes da Rocha (017.361.019-60); Mayara Gomes Freire da Silva (061.216.989-85); Márcia Cristina Luna (288.491.914-72); Naiara Jovania Braga da Silva (531.236.462-20); Osamu Sato (040.779.378-09); Patricia Oliveira de Holanda Rocha (024.985.847-90); Rodrigo Pinheiro Pacheco (018.976.339-63); Rogerio de Paula Tavares (331.852.987-72); Rosely Aparecida de Jesus (754.477.626-34); Rossini Ewerton Pereira da Silva (040.658.912-72); Sérgio Augusto Portocarrero Ramos (441.734.234-20); Tarcisio Batista Rego (080.549.754-49); Vagner Marcolino Zacarini (595.849.719-72); Wanderly Lessa Mariaca (317.013.372-15); Zuleide Azevedo de Almeida Leal (141.161.624-34)
Recorrente: Consórcio Cowan-triunfo (10.803.934/0001-15)
Interessado: Congresso Nacional
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF; Entidades/órgãos do Governo do Estado de Rondônia; Ministério das Cidades (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.238/2005-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Apensos: 019.895/2006-1 (SOLICITAÇÃO); 029.147/2011-5 (SOLICITAÇÃO)
Responsáveis: Celita Cortes Tavares (725.352.297-49); Jose Gomes Temporao (487.471.497-87); Luiz Alberto Ladezenski (741.904.407-44); Maria da Graça Oliveira Rangel (436.034.837-15); Nelson dos Santos (489.802.347-91); Pedro Paulo Vereza Henriques (260.507.307-68); Reinhar Braun (740.262.167-72); Santa Bárbara Engenharia S/A (17.290.057/0001-75); Valdemar da Silva Fagundes (222.083.561-87).
Interessado: Instituto Nacional do Câncer - MS (00.394.544/0171-50).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer - MS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.012/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Celio Oliveira de Souza (069.554.447-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.
Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.669/2011-4
Natureza: Relatório de Monitoramento
Apensos: 005.395/2011-9 (MONITORAMENTO).
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SP - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.817/2005-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cooperativa de Trabalho Médico (02.476.067/0001-22); Dora Maria da Costa (198.556.136-00); Gil Cesar Costa de Paula (279.148.951-72); Hildeth Cardoso Filho (211.781.601-06); Ricardo Werbster Pereira de Lucena (225.039.941-72).
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho 18ª Região/GO - JT.
Advogados constituídos nos autos: José Ricardo Roquette (OAB/GO 5.541); Clara Rezende Roquette (OAB/GO 4.971); Antônio Ricardo Rezende Roquette (OAB/GO 13.627); Marcelo Mariani Dalan (OAB 10.223-A); Ennio Tiburcio (OAB 11.579); Jayme Benjamin Sampaio Santiago (OAB/DF 15.398); André Luis Garoni de Oliveira (OAB/DF 15.786); Juscimar Pinto Ribeiro (OAB/GO 14.232).

TC-020.638/2004-0
Natureza: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Carmina Carmen Lima Barroso Moura (055.517.223-68); Construssonda Construcoes Ltda (01.600.175/0001-00); Construtora Omega Ltda (69.573.590/0001-43); Eliseu Barroso de Carvalho Moura (054.829.413-53); Francisco de Assis Sousa (308.937.043-34); Joao Araujo da Silva Filho (128.676.753-91); Joao da Silva Neto (239.914.963-72); Jose Olivan de Carvalho Moura (159.567.413-68); Maurie Anne Mendes Moura (854.498.064-34); Osaka Engenharia Indústria e Comércio Ltda (03.586.077/0001-05); Procel-projetos Construcoes e Eletrificacoes Ltda (02.148.299/0001-51); Sonia Maria de Carvalho Barroso (407.614.443-00); Tkm- Construções Projetos e Representações Comerciais Ltda. (01.118.613/0001-90); Walter Pinho Lisboa Filho (074.646.653-68); Wellington Manoel da Silva Moura (170.199.582-49); e B C Empresa Brasileira de Construções Ltda (10.303.162/0001-52).
Recorrente: Walter Pinho Lisboa Filho (074.646.653-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.382/2010-3
Natureza: Monitoramento
Responsável: Elpídio Dias de Carvalho (092.607.572-15).
Recorrente: Elpídio Dias de Carvalho (092.607.572-15).
Interessado: Secretaria de Contr. Externo No Amapá (00.414.607/0025-95). Relator da deliberacao recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-037.298/2011-9
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: Jorge Ernesto Pinto Fraxe (108.617.424-00); Moacyr Roberto de Lima (029.720.187-53).
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-350.161/1996-8
Natureza: Prestação de Contas
Apensos: 350.016/1996-8 (REPRESENTAÇÃO); 350.032/1996-3 (REPRESENTAÇÃO); 350.053/1995-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 000.982/1998-9 (DENÚNCIA); 350.050/1996-1 (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO).
Responsáveis: Aldy Mello de Araújo (027.696.463-20); Domingos Ferreira da Silva (001.789.828-57); Fundação Sousândrade de Apoio ao Densevolvimento da Ufma (07.060.718/0001-72); Guilherme Frederico Figueiredo Lago (012.615.503-82); Milton de Freitas e Silva (004.362.163-53); Raimundo Nonato Palhano Silva (025.333.163-34); Regina Celi Miranda Reis Luna (044.995.147-20).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-011.021/2006-8
Natureza: Monitoramento.
Responsáveis: Alessandro Golombiewski Teixeira (CPF: 656.147.550-04); Mário Sérgio Salerno (CPF: 010.398.208-67); Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho (CPF: 337.000.447-04).
Entidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI
Advogados constituídos nos autos: Adriana Diaféria (OAB/SP 130.506 e OAB/PR 48.668); Angelo Mario Peixoto de Magalhães Junior (OAB/DF 11.472); Juliana de Carvalho Pereira (OAB/DF 24.481); Artur Henrique Tunes Sacco (OAB/SP 278.051)

TC-017.184/2002-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Aurélio Castro Remor (415.198.339-20); Cícero Camargo Vieira (463.873.669-68); Dario Elias Berger (341.954.919-91); Djalma Vando Berger (436.678.729-68); Lúcia Maria de Oliveira (289.630.759-15); Magaly Dias Cordeiro (561.275.701-82); Maguidar Dutra Behr (501.909.389-00); Pedro Roberto Bartucheski (563.457.719-53); Radial Engenharia, Construções e Dragagens Ltda. (85.150.985/0001-94); Sanderson Almeci de Jesus (908.891.269-68); de Faria Construções Ltda. (80.428.519/0001-04); Átila Rocha dos Santos (178.854.189-87)
Entidade: Prefeitura Municipal de São José - SC
Advogados constituídos nos autos: Gustavo Henrique Serpa (OAB/SC 13.355), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e Rogério Reis Olsen da Veiga (OAB/SC 7.855)

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-006.258/2009-2
Apensos: TC 008.794/2012-0 (Solicitação de Certidão); TC 017.680/2010-7 (Cobrança Executiva)
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Cleuza Luiz de Assunção (253.874.641-87)
Unidade: Municípo de Britânia - GO
Advogados constituídos nos autos: Danilo S. de Freita OAB/GO 13.800, e outros

TC-009.142/2012-6
Natureza: Representação
Interessado: JPW Engenharia Elétrica LTDA (12.580.932/0001-30)
Unidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Grupo Eletrobras - MME
Advogados constituídos nos autos: Leonardo Oliveira OAB/PE 21.761, Ediel Frazão OAB/PE 13.497.

TC-009.666/2004-9
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2003
Responsável: Valdi Camarcio Bezerra (081.750.801-59)
Unidade: Fundação Nacional de Saúde - MS
Advogados constituídos nos autos: Sebastião Ferreira Leite, OAB/GO 1.381, Keila Cristina Eustáquio, OAB/GO 20.369, Sebastião Hélcio Pereira Aves Filho OAB/GO 26.469

TC-023.234/2010-5
Natureza: Monitoramento
Interessado: TCU
Unidades: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-004.603/2012-5
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro (SMSD/RJ)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.860/2012-6
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (IFMS)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MS (Secex/MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.174/2012-0
Apenso: TC 005.782/2007-4 (Relatório de Acompanhamento)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Consórcio Construtora OAS Ltda./Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A./Galvão Engenharia S.A. (07.044.982/0001-62); Eleuza Teresinha Manzoni dos Santos Lore (369.876.387-72); Maria Cristina Ponchon da Silva (105.411.388-20); Priscilla Filadoro Nogueira (169.905.558-07)
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (Secob-1).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.549/2012-4
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (Secex-1)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.792/2010-2
Apenso: TC 031.981/2010-0 (Representação)
Natureza: Desestatização
Responsáveis: João Batista de Rezende e Ronaldo Mota Sardenberg
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação 2 (Sefid-2).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-019.179/2012-0
Natureza: Representação
Representante: Makbrazil Importação e Exportação de Máquinas e Equipamentos Ltda. (13.187.625/0001-56)
Unidade: Prefeitura Municipal de Jacinto/MG
Advogado constituído nos autos: Marco Antonio Ribeiro Feitosa (OAB/SP 200.096).

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-002.901/2008-1
Natureza: Representação
Responsáveis: Adilson Moreira da Silva (CPF 112.275.918-53); Ana Virgínia de Carvalho (CPF 229.877.461-72); Anildo Lima Barros (CPF 364.887.128-53); Antônio Dias Felipe (CPF 289.177.158-34); Carlos Eduardo Avalone (CPF 140.415.611-91); Concremax Engenharia Concreto e Saneamento Ltda. (CNPJ 15.378.979/0001-03); Construtora Augusto Velloso S A (CNPJ 60.853.934/0001-06); Construtora Costa Gomes Ltda (CNPJ 05.393.438/0001-09); Construtora Entecco Ltda (CNPJ 75.317.412/0001-59); Construtora Ip Industria &comercio Ltda (CNPJ 15.085.327/0001-80); Construtora Panamericana Ltda (CNPJ 03.255.381/0001-48); Construtora Passarelli Ltda (CNPJ 60.625.829/0001-01); Elmo Engenharia Ltda (CNPJ 02.500.304/0001-43); Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda (CNPJ 61.288.437/0001-67); Engeform S/a Construcoes e Comercio (CNPJ 48.246.920/0001-10); Esper Haddad Neto (CPF 104.611.241-49); Gemini Projetos Incorporacoes e Construcoes Ltda (CNPJ 00.311.076/0001-38); Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda (CNPJ 01.898.295/0001-28); Guilherme de Rezende Pinheiro (CPF 520.372.901-87); Gustavo Caputo Cariello (CPF 677.318.567-04); Gustavo de Rezende Pinheiro (CPF 599.542.481-53); Jorge Antonio Pires de Miranda (CPF 174.759.101-72); José Alexandre Schutze (CPF 675.101.598-49); José Antonio Rosa (CPF 178.248.421-34); Luiz Carlos Richter Fernandes (CPF 253.483.459-20); Lumen Consultoria, Construções e Comércio Ltda (CNPJ 01.089.250/0001-02); Marcelo Avalone (CPF 242.016.501-20); Mariozan Pimenta da Silva (CPF 123.826.201-53); Nei Busnardo (CPF 366.480.868-15); Olinger Gomes (CPF 207.391.331-87); Rodolfo Aurélio Borges de Campos (CPF 040.782.921-00); Três Irmãos Engenharia Ltda (CNPJ 15.046.287/0001-68).
Interessados: Ana Cristina Bardusco Silva (CPF 998.462.928-72); Município de Cuiabá e Município de Várzea Grande.
Unidade: Prefeitura Municipal de Cuiabá - MT.
Advogado constituído nos autos:Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-011.555/2012-2
Natureza: Representação
Interessado: Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia (CNPJ 04.913.794/0001-35).
Unidade: Município de Presidente Médici - RO.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.088/2012-4
Natureza: Solicitação
Interessados: Ministério Público Federal (CNPJ 00.000.002/0006-90); Paulo Cezar Calandrini Barata (CPF 074.820.107-69).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.816/2011-1
Natureza: Monitoramento
Unidade: Município de Várzea Grande - MT.
Advogado constituído nos autos: Carla Mitiko Honda da Fonseca (OAB/MT 7.111) e outros.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-006.494/2012-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Ivete Coêlho Dibo, 273.511.492-91; Jorge Ernesto Pinto Fraxe, 108.617.424-00; Mario Jorge Dutra da Silva, 025.841.582-72; Moacir Ferreira Torres Júnior, 336.496.932-91; Raiff Arruda Sabbag Law, 216.679.898-55; Sílvio Figueiredo Mourão, 729.316.637-00; Thulio Osinski Balieiro, 383.810.988-07; Waldívia Ferreira Alencar, 202.023.772-53
Interessado: Congresso Nacional
Unidades: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT, 04.892.707/0001-00; Secretaria de Estado de Infra-estrutura do Estado do Amazonas 01.000.444/0001-90
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.116/2012-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Celso Itajuba Ferreira Borgneth, 001.859.733-53; Elpídio Gomes da Silva Filho, 035.292.152-87; Estaleiro Rio Amazonas Ltda., 02.709.163/0001-73; Jorge Ernesto Pinto Fraxe, 108.617.424-00; Washington de Oliveira Viegas, 001.379.603-87
Interessado: Congresso Nacional
Unidades: COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO S.A. - MT, 06.347.892/0001-88; DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT, 04.892.707/0001-00
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.860/2012-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Sílvio Figueiredo Mourão, 729.316.637-00.
Interessado: Congresso Nacional
Unidade: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT, 04.892.707/0001-00
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.861/2012-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Sílvio Figueiredo Mourão, 729.316.637-00.
Interessado: Congresso Nacional
Unidade: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT, 04.892.707/0001-00
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.863/2012-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Sílvio Figueiredo Mourão, 729.316.637-00.
Interessado: Congresso Nacional
Unidade: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT, 04.892.707/0001-00
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.914/2008-0
Natureza: REPRESENTAÇÃO
Apensos: 006.916/2009-0 (DENÚNCIA); 029.510/2011-2 (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO)
Responsáveis: Adalberto Fernandes de Azevedo (321.293.862-53); Andrea Soares Barnez (937.910.465-00); Audizia Donizete Gomes Lobo (240.710.212-68); Edelto de Oliveira Lopes (314.374.352-20); Estaleiro Rio Amazonas Ltda. (02.709.163/0001-73); Francisco de Assis Benchaya (055.069.482-04); Jackson Monteiro Martins (314.374.782-04); José Milton Barbosa Filho (074.296.653-49); João Bosco Cantuária dos Reis (213.053.582-87); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Luiz Antonio Pagot Cpf Errado (435.102.657-00); Marineth de Souza Ferreira (122.845.132-04); Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva (174.201.562-04); Raimunda Regina Cruz de Angiolis (346.813.882-20); Ricardo Kumihiko Yamaguishi (562.968.948-72); Sidney Ricardo de Oliveira Leite (240.678.572-68); Solange Cristina da Costa Rocha (601.107.162-72); Valter Casimiro Silveira (564.286.341-04); Vivaldo do Nascimento Rabelo (000.863.392-49)
Interessados: Prefeitura Municipal de Maués - AM (04.282.869/0001-27); Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (05.829.742/0001-48); Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (05.829.742/0001-48)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Maués - AM; Prefeituras Municipais do Estado do Amazonas (62 Municípios)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-025.078/2009-7
Natureza: Monitoramento.
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Norte - Secex/RN.
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Advogado constittuído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-001.743/2008-6
Apenso: TC-033.757/2010-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Amazonas - Incra/AM - MDA
Responsáveis: Jorge Cláudio Serra Gonçalves (CPF 147.108.383-72); Maria do Socorro Marques Feitosa (CPF 114.794.502-00); Omar da Silva Oliveira (CPF 052.999.002-44); Osny Tavares de Araújo (CPF 018.164.972-15); e Washington Santos Vasconcelos (CPF 094.770.633-04)
Advogados constituídos nos autos: Sebastião Azevedo, OAB/DF 1.159-A, e outros

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-027.265/2006-4
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - Art. 112 do R.I) (com 25 volumes e 11 anexos).
Natureza: Representação.
REVISOR: Ministro JOSÉ MÚCIO (Ata 10/2011)
Unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC; Petróleo Brasileiro S./A - Petrobras; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC.
Responsáveis: Adolfo Elias Mitouzo Vieira (CPF 120.463.025-91); Agência de Desenvolvimento Solidário (CPF 03.607.290/0001-24); Ailton Florêncio dos Santos (CPF 352.039.605-00); Anamaria Miranda Rodrigues Ballard (CPF 892.923.327-91); Ari Aloraldo do Nascimento (CPF 419.563.460-15); Central Unica dos Trabalhadores - Cut (CNPJ 60.563.731/0001-77); Cláudia Ribeiro Lapenda (CPF 674.108.637-49); Cooperativa de Profissionais Em Planejam. e Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Colméia (CNPJ 03.587.004/0001-06); Ecosol - Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (CNPJ 06.267.304/0001-04); Fernando Francisca (CPF 021.523.567-30); Gilmar Carneiro dos Santos (CPF 571.928.128-20); Ifas (CPF 01.682.509/0001-24); Iolete Giffoni de Carvalho (CPF 786.073.707-82); Janice Helena de Oliveira Dias (CPF 329.728.490-00); Joao Antonio Felicio (CPF 672.384.168-91); José Samuel Magalhães (CPF 580.103.358-00); João Miranda Neto (006.221.628-70); Luis Fernando Maia Nery (741.569.007-97); Luiz Marinho (CPF 008.848.518-85); Marcelo Benites Ranuzia (CPF 064.805.928-67); Marcos Medeiros de Oliveira (CPF 633.951.697-15); Maria Auxiliadora Lobo Alvin (243.944.405-72); Maria Eunice Dias Wolf (CPF 240.085.670-20); Maria Ivandete Santana Valadares (152.836.235-72); Mariruth de Mello Alves (232.487.425-34); Maristela Miranda Barbara (933.299.038-72); Ney Ribeiro de Sá (CPF 328.133.175-00); Paulo Cezar Farias (CPF 692.268.811-20); Pedro Rivas Franco Lima Gomes (805.201.545-68); Rosane Beatriz Juliano de Aguiar (CPF 011.494.147-58); Rosemberg Evangelista Pinto (CPF 080.200.515-20); União de Núcleos Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco - Unas (CNPJ 38.883.732/0001-40); Valtenira da Matta Almeida (CPF 234.067.125-68); Wilson Santarosa (CPF 246.512.148-00). Advogados constituídos nos autos: Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), André Uryn (OAB/RJ 110.580), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ124.668), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.354), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Marcos César Veiga Rios (OAB/DF 10.610), André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596), Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136).

Interessado(s) na Sustentação Oral
Fernando Salles Xavier - OAB/RJ 65.895

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-025.031/2008-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS
Responsáveis: André Simões (CPF 554.442.101-34); Fundação Cândido Rondon (CNPJ 04.202.329/0001-96); Laurindo Faria Petelinkar (CPF 709.030.938-04); Manoel Catarino Paes Peró (CPF 051.554.601-15); Rose Ane Vieira (CPF 365.768.161-20)
Advogados constituídos nos autos: Carlos Alberto de Medeiros, OAB/DF nº 7.924, e outros Sustentação Oral em nome de ILDO LUIZ MICHELS
Interessado(s) na Sustentação Oral
Fernando Ortega - OAB/MS 13.701

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-002.643/2003-4
Apenso:TC-029.320/2008-3.
Natureza: Embargos de Declaração.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.
Embargantes: Valter Albuquerque Braga (CPF: 270.970.231-49) e outros.
Advogado contituído nos autos: Ibaneis Rocha Barros Junior (OAB/DF 11.555).

TC-011.742/2010-0
Natureza: Monitoramento.
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.509/2008-9
Apenso: TC 007.060/2007-8
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2007 e Fiscobras 2008)
Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: André Luiz de Oliveira (114.568.411-49); Benjamim da Silva Teixeira (600.806.477-15); Carlos Eduardo Martins Tannus (051.553.676-89); Cleilson Gadelha Queiroz (605.759.301-44); Fábio Levy Rocha (229.765.746-34); Jaqueline dos Santos Melo Abreu (848.458.721-53); Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida (341.332.917-00); José Francisco das Neves (062.833.301-34); Marcelo Cabral de Mello (506.213.007-72); Reginaldo dos Santos (346.386.107-06); Renato Luiz de Oliveira Lustosa (266.512.977-91); Ulisses Assad (008.266.408-00).
Advogados constituídos nos autos: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros.

TC-030.186/2010-2
Apenso: TC 032.772/2010-6
Natureza: Relatório de Levantamento.
Órgãos/Entidades: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Secretaria do Patrimônio da União - SPU, Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro - SPU/RJ, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, Advocacia Geral da União - AGU, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.
Responsáveis: Celia Beatriz Ravera Schargrodsky (715.159.257-49); Liszt Benjamin Vieira (678.165.177-34); Marina Ângela Miranda Esteves da Silva (636.457.007-06)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-012.461/2007-8
Natureza: Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
Órgão: Prefeitura de Corumbá de Goiás - GO
Responsáveis: Faenge Engenharia Ltda. (00.281.600/0001-75); Paulo Ridomar Fleury Fernandes (077.054.251-49).
Interessados: Paulo Ridomar Fleury Fernandes (077.054.251-49); Tribunal de Contas dos Municipios no Estado de Goiás (02.600.963/0001-51)
Advogado constituído nos autos: Wilson Tavares de Sousa Júnior (OAB/GO 29.217).

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-000.026/2012-3
Natureza: Administrativo
Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.153/2012-8
Natureza: Representação (com pedido de medida cautelar).
Entidade: Gerência Executiva do INSS em São José do Rio Preto/SP.
Interessado: Apparício Lima Junior, CPF nº 124.212.018-10.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.738/2010-0
Natureza: Administrativo.
Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.311/2012-5
Natureza: Representação (com pedido de medida cautelar).
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Gerência Executiva em Mossoró/RN.
Representante: Multi Service - Serviços Técnicos Ltda ME (CNPJ 09.517.329/0001-07).
Advogado constituído nos autos: Não há.

TC-020.746/2010-5
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre (FUFAC).
Responsáveis: Olinda Batista Assmar (CPF 041.331.707-25); e Ronaldo Martins Freire (CPF 045.689.072-68).
Interessados: Valci Augustinho (007.464.909-72); Luiza Galvão Lessa (045.755.042-20); Nair Pacheco Nunes (815.279.002-82); Helena Cavalcante Damasceno (051.471.662-20); Francisco Raimundo Alves Neto (308.073.102-63); Raimunda Oliveira Barbosa (089.839.763-49); Manoel Severo de Farias (040.610.802-10); Cleto Batista Barbosa (323.507.167-91); Maria de Fátima Mendes Acácio Bigi (CPF 040.733.392-49); Euvaldo Gonçalves da Silva (CPF 767.180.268-91); Maria Helena Duarte Maia (188.755.642-72); Lucília Maria Parra Magalhães (133.486.802-63); Rosemir Santana de Andrade Lima (308.631.712-49); Nanci Neiza Wanderley de Oliveira Miranda (124.140.934-04); Ana Rosa Bayma Azevedo (005.642.902-97); Geane de Oliveira Januário (683.743.052-15); Olinda Batista Assmar (041.331.707-25); Cláudia Ferreira Almeida (771.424.864-68); Ilce Maria de Souza Rebouças (045.139.592-15); e Aluísio Cavalcante de Albuquerque (001.014.002-68).
Advogados constituídos nos autos: Cláudia Maria de Fontoura Messias Sabino (OAB/AC nº 3.187); Francisco Maciel Cardoso Filho (OAB/AC nº 809); Vicente Aragão Prado Júnior (OAB/AC nº 1.619); Luciana Santana do Carmo (OAB/MG nº 100.366); Carolina Braz Gomes (OAB/MG nº 121.523); Jersey Pacheco Nunes (OAB/DF nº 19.701); Ana Lúcia Crema Borges Marques (OAB/DF nº 25.029); Kelen Rejane Nunes Sobrinho (OAB/AC nº 3.098); Márcia Cristina Cordeiro Lopes Alódio (OAB/AC nº 1.283); Patrícia Pontes de Moura (OAB/AC nº 3.191).

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-000.141/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Responsável: Luciula Izabel Giron (CPF: 069.773.240-15).
Advogado constituído nos autos: Miguel Joaquim Bezerra (OAB/DF: 5.394).

TC-002.604/2011-6
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria - Fiscobras 2011.
Unidades/Órgãos: Prefeitura de Vila Velha/ES, Caixa Econômica Federal (CEF) e Secretaria Executiva do Ministério das Cidades (MICI).
Responsáveis: Neucimar Ferreira Fraga (CPF 818.247.267-91); Zacarias Carraretto (CPF 317.940.927-49).
Interessada: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-019.569/2012-2
Natureza: Administrativo - Projeto de Decisão Normativa.
Órgão: Tribunal de Contas da União.
Interessados: Estados e Distrito Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-004.552/2012-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Ministério da Integração Nacional e Ministério da Defesa/Comando do Exército
Responsáveis: Alexandre Navarro Garcia e Márcio Velloso Guimarães
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.377/2010-7
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Pedro Velho (RN)
Responsáveis: Lenivaldo Brasil Fernandes (CPF 043.839.904-87) e F. T. Edificações Ltda. (CNPJ 02.309.931/0001-00)
Interessado: Lenivaldo Brasil Fernandes (CPF 043.839.904-87) Advogados constituídos nos autos: Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (OAB/RN 3.640) e outros

TC-009.454/2012-8
Natureza: Desestatização
Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Ministério das Minas e Energia (MME).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.500/2012-0
Natureza: Desestatização
Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Ministério das Minas e Energia (MME).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.360/2009-6
Apenso: TC 016.526/2009-9
Natureza: Pedido de Reexame em Representação
Unidade: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
Responsáveis: César Augusto Pinheiro (CPF 638.597.008-63), Fernando Antonio Costa Oliveira (CPF 122.453.303-82) e Régis Gonçalves Pinheiro (CPF 770.173.153-91)
Interessado: Amitech Brasil Tubos Ltda. (CNPJ 62.365.153/0001-27)
Advogado constituído nos autos: Evilásio Pereira da Silva Júnior (OAB/SP 92.780)

TC-028.289/2011-0
Natureza: Relatório de Auditoria Operacional
Unidade: Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)
Responsáveis: Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia e Presidente do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE); Márcio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Nelson José Hübner, Diretor-Geral da Aneel; José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.066/2011-5
Natureza: Desestatização
Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Ministério das Minas e Energia (MME).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-004.549/2001-5
Apenso: TC 003.896/2011-0
Natureza: Recurso de Reconsideração
Órgão: Ministério da Cultura (vinculador)
Recorrentes: Guilherme Fontes Filmes Ltda. (31.622.483/0001-90); Guilherme Machado Cardoso Fontes (826.247.047-87)
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359) e Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21.989).

TC-009.497/2012-9
Natureza: Representação
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Interessada: Thalentos Engenharia Ltda. (CNPJ nº 04.822.667/0001-20)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.372/2011-4
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
Responsável: Ailton Ribeiro de Oliveira (077.847.755-04).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.269/2007-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão: Prefeitura Municipal de Betim - MG
Responsáveis: Alexandre Eustáquio Martins (547.852.196-53); Arildo Mariano Rego (225.804.501-06); Carlaile de Jesus Pedrosa (108.902.546-72); Cleanto Marcos Pedrosa (129.742.776-91); Companhia Alma Dell' Art (04.712.715/0001-28); Companhia Cultural Nós Dois (06.133.727/0001-23); Cooperativa dos Carreteiros de Contagem Ltda. (01.163.619/0001-80); Daniel Leite Fonseca (095.344.826-68); Divino Lourenço da Silva (310.979.446-20); Emanoel Geraldo da Silva (828.783.906-87); Fabrício Fernandes Freire (718.745.856-87); Fernando Antônio Brandão (256.271.396-68); Gilbert Luiz Diniz (856.468.306-72); Gilmar Lembi Mascarenhas (264.210.896-15); Gilson Alves de Melo (663.432.086-15); Gilson Ferreira de Oliveira (029.960.056-43); Helena Tavares da Silva (421.366.526-72); Hudson Antônio de Souza (228.761.206-82); João Augusto Reis (832.136.948-00); Kleyton Arnoud Dutra (036.627.846-02); Kleyton Arnoud Dutra - Me (04.342.806/0001-19); Lar de Meninas Madalena Medioli (03.958.569/0001-52); Letícia Fonseca de Paula Lima (856.480.356-91); Luciene Aparecida dos Santos Corrêa (898.012.706-59); Lumen Fomento Mercantil Ltda. (07.156.701/0001-63); Margareth Melo Rezende Butori (645.802.456-87); Núcleo Asssistencial Espírita Glacus (22.737.829/0001-04); Patrus Ananias de Sousa (174.864.406-87); Ponto Contacto Nova Canaã Promoção Bem-estar Social (22.737.746/0001-15); Raimundo Gonçalves Rego (175.329.906-30); Regina Lúcia Rezende Cunha (517.019.956-20); Regina Stela Varela (015.224.506-53); Roberto Gonçalves Rego (325.357.326-53); Rômulo Victor Pinheiro Veneroso (256.468.936-15); Samuel Eloi Batista (061.405.666-73); Servquality Ind. Com. e Serv. Gerais Ltda. (02.912.237/0001-74); Total Limpeza Indústria e Comércio Ltda. (01.867.600/0001-14); Vetor - Instituto de Assessoria, Planejamento, Pesquisas e Estudos Sociais (06.111.535/0001-16); Walfredo Ladeira Senna (070.537.626-53); Walter Raimundo de Souza (328.028.386-87); Wilma Conceição Amaral (863.791.196-04)
Interessados: Congresso Nacional (); Prefeitura Municipal de Betim - MG (18.715.391/0001-96) Advogados constituídos nos autos: Marcelo Geraldo dos Santos Rezende (OAB/MG 108.764), Fabiane Aparecida Soares Teixeira (OAB/MG 108.039), Milton Machado (OAB/MG 62.036), Décio Freire (OAB/MG 56.543), e outros.

TC-027.884/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Municípios de Paripueira e Delmiro Gouveia, no Estado de Alagoas.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.180/2011-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Municípios de Caxingó e de Nossa Senhora de Nazaré, no Piauí
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.556/2011-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Municípios de Jaguaripe/BA e Itapicuru/BA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-036.666/2011-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - MI
Responsáveis: Maximiliano Saraiva Arcoverde (327.986.013-04); Valdiney Bizerra de Amorim (152.641.814-20)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-005.361/2003-0
Apensos: TC-825.147/1997-2; TC-005.448/2003-3
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Construtora Andrade Galvão Engenharia Ltda. (CNPJ 13.558.308/0001-43) e Maria Tereza Saenz Surita Jucá (CPF 385.344.601-91)
Unidade: Município de Boa Vista/RR
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antonio Perilo Teixeira Neto (OAB/DF 21.359), Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21.989) e Oscar Luis de Morais (OAB/DF 4.300), Gustavo Souto(OAB/DF 14.717), Leandro Bemfica Rodrigues (OAB/DF 16.341) e outros

TC-007.109/2007-0
Apensos: TC 013.509/2009-4 e TC 013.474/2009-7
Natureza: Representação
Interessado: Ministério Público junto ao TCU
Unidade: Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.133/2006-9
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: Romeiro José Costeira de Mendonça (CPF 465.929.706-34)
Unidade: Município de Presidente Figueiredo/AM Advogados constituídos nos autos: Fernanda Peres Toscano Dantas (OAB/DF 12.527); Daniele Vasconcelos Corrêa Lima Leite (OAB/AM 3.337); Francisco Queiroz Caputo Neto (OAB/DF 11.707); Marizete de Souza Caldas (OAB/AM 6.405); Misael Ribeiro Alves da Silva (OAB/AM 6.799); Aniello Miranda Aufiero (OAB/AM 1.579); Danielle Aufiero M. de Paula (OAB/AM 6.945); Maria E. M. Gomes (OAB/AM 7.432)

TC-013.206/2008-8
Apensos: TC-028.392/2009-6; TC-020.474/2010-5
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Ely Afonso Bezerra de Mendonça (CPF 021.769.604-08), Djalma Aprígio dos Santos (CPF 509.457.504-04), Marcos Antônio Trindade de Oliveira (431.329.524-00) Altanis Lima de Oliveira (CPF 678.442.194-91), Benedito Pereira da Silva (CPF 134.318.704-49), Marcos Paulo do Nascimento (CPF 650.763.384-49) e Cícero Cavalcante de Araújo (CPF 846.808.908-78)
Unidade: Município de Matriz de Camaragibe/AL
Advogados constituídos nos autos: Ricardo Nobre Agra (OAB/AL 3.595) e Adeilson Teixeira Bezerra (OAB/AL 4.719)

TC-017.008/2012-3
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ
Unidade: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/RJ
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.164/2005-9
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Apenso: TC-030.366/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cláudio de Castro Vasconcelos (CPF 252.377.641-34); D+ Brasil Comunicação Total S/A (CNPJ 03.334.089/0001-10); Henrique Pizzolato (CPF 296.719.659-20)
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogados constituídos nos autos: Miguel Oscar Viana Peixoto (OAB/CE 3.648) e outros; Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92.114) e outros; Antônio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998) e Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073) e outros

TC-022.774/2006-8
Apenso: TC-005.216/2011-7
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Colégio Pedro II (CNPJ 42.414.284/0001-02) e Wilson Choeri (CPF 008.639.987-04)
Unidade: Colégio Pedro II
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.974/2010-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Clodoveu de Jesus Bezerra Batista (CPF 132.622.034-91) e Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante (CPF 048.380.683-87)
Unidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Piauí - Sesc/PI
Advogado constituído nos autos: Francisco Soares Campelo Filho (OAB/PI 2.734)

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-000.050/2012-1
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Unidade: Município de Fortaleza/CE
Interessado: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.890/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Empresa Maranhense de Administração Portuária - Emap
Responsáveis: Fernando Antonio Brito Fialho (CPF 214.178.143-49), Aymar Santos Mesquita (CPF 001.818.203-82), Fernando Antonio Jorge Pires Leal (CPF 094.771.283-68), Hilário Ferreira Filho (CPF 062.767.413-53), Lusivaldo Moraes dos Santos (CPF 278.745.243-49), Francisco de Salles Baptista Ferreira (CPF 000.544.963-49) e Ram Engenharia Ltda. (CNPJ 29.119.534/0001-13) Advogados constituídos nos autos: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912) e outros

TC-019.315/2012-0
Natureza: Solicitação
Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Interessado: Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Advogado constituído nos autos: não há

TC-350.275/1996-3
Apensos: TC 008.237/2000-8, TC 003.161/1997-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão (Seplan/MA); Superintendência do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP/Seplan/MA)
Responsáveis: Ricardo Laender Perez, ex Secretário de Planejamento do Estado do Maranhão (CPF 055.154.671-91); Francisco de Assis Gomes de Castro, ex Superintendente do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (CPF 012.264.521-91); César Rodrigues Viana, ex Secretário de Estado Extraordinário de Solidariedade e Cidadania (CPF 001.661.113-68); Marconi Bimba Carvalho de Aquino, então Prefeito do Município de Rosário/MA e Presidente do Conselho Municipal do Fumac (CPF 106.951.333-49); Domingos França Soares, ex Gerente da Agência do Banco do Brasil S.A. em Rosário/MA (CPF 034.944.703-91); José de Ribamar Launé Campelo, ex Gerente da Agência do Banco do Brasil S.A. em Rosário/MA (CPF 067.514.903-72); Yamacom Nordeste S.A. (CNPJ 41.298.134/0001-18); Casa Feitosa Indústria e Comércio de Máquinas de Costura Ltda. (CNPJ 41.106.592/0001-08); Normalhas Com. e Ind. de Confecções Ltda. (CNPJ 41.560.160/001-72); Paviplan-Pavimentação, Planejamento e Construções Ltda. (CNPJ 63.444.343/0001-65); Indecon Ind. de Estrutura de Concreto Ltda. (CNPJ 11.775.202/0001-21); Integral Engenharia Ltda. (CNPJ 07.334.816/0001-09) Advogados constituídos nos autos: Enéas Garcia Fernandes Neto (OAB/MA 6756); Sérgio Gurgel (OAB/CE 2799); Manoel Leandro de Norões Milfont (OAB/CE 3176); Edson Menezes da Nobrega Filho (OAB/CE 15937); Augusto Aristóteles Matões Brandão (OAB/MA 7306-A); Angelo Gomes Matos Neto (OAB/MA 7508); Renata Bessa da Silva Castro (OAB/MA 6241); João Ricardo da Silva Gomes de Oliveira (OAB/MA 5656); Mauro Júnior Rios (OAB/CE 5.714); José Pinto Quezado Neto (OAB/CE 5.993); José Gurgel Carlos da Silva (OAB/CE 7.115); Solange Maria Quezado Santos Gurgel (OAB/CE 16.033); Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB/CE 16.669); Marcela Leopoldina Quezado Gurgel e Silva (OAB/CE 18.971); Mariana Gomes Pedrosa Bezerra Gurgel (OAB/CE 19.348); Alessandro Coutinho Passos Lobo (OAB/MA 5.166); Luiz Viana da Fonseca Filho (OAB/MA 7.227); Walter Costa Porto (OAB/DF 6.09); Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406); Antonio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668)

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-004.762/2012-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT; Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás
Responsáveis: Aureliano Ferreira Feitosa (060.839.941-87); Flávio Murilo Gonçalves Prates de Oliveira (306.587.481-49); Jayme Eduardo Rincon (093.721.801-49); Luiz Antônio Urani (100.434.541-00); Mauro Rodrigues Xavier (354.935.261-15); Ricardo Ferreira Souza (269.445.531-04); Wanderley David de Souza (197.936.501-68)
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: nã há.

TC-008.699/2012-7
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Negrinho/SC.
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-006.582/2009-4
Apensos: TC 004.942/2009-1, TC 011.653/2009-9
Natureza: Denúncia
Entidade: Município de Maués/AM
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei nº 8.443/1992)
Responsáveis: Roney de Oliveira Granemann (358.554.289-15), Augusto Manoel de Siqueira C. Carvalho (011.391.502-00), Carlos Alberto Valente Viana (000.160.037-05), Hamilton Cesar Pacheco Bandeira (240.663.382-91), Sérgio Augusto Mineiro (046.939.768- 30), Cristiane de Oliveira Batista (869.054.572-72), Eliany Mendonça da Silva (034.499.202-00), Maria Luiza de Andrade Picanço Meleiro (256.749.432-49), Evandro Narciso de Lima (321.404.282-34), Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva (174.201.562-04), Sidney Ricardo de Oliveira Leite (240.678.572-68), Reginaldo de Matos Pantoja (273.331.082-87), Jucely Lima Albuquerque (618.168.502-25), Manoel Cardoso Neto (594.450.252-53), Ana Lucia Lima do Nascimento (140.009.112-87), Noemia de Sousa Jacob (263.131.972-91), Audizia Donizete Gomes Lobo (240.710.212-68), Daleth da Cruz Lima (266.253.888-07), Maria das Dores Nepomuceno Batanhe (174.228.172-91) e Solange Cristina da Costa Rocha (601.107.162-72) Advogados constituídos nos autos: Juarez Frazão Rodrigues Junior, OAB/AM nº 5851, Francisco Eduardo Carrilho Chaves,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

OAB/DF nº 22.322, Guilherme Lopes Mair, OAB/SP nº 241.701, Jailton Zanon da Silveira, OAB/RJ nº 77.366 e Adam Luiz Alves Barra, OAB/DF nº 19786

TC-013.308/2012-2
Natureza: Auditoria.
Entidade: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 20 de julho de 2012.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

1ª CÂMARA

RETIFICAÇÃO

Na Ata nº 24/2012 - 1ª Câmara, publicada no D.O.U nº 139, de 19/07/2012, Seção 1, página 80, 1ª coluna.

ONDE SE LÊ:

ATA Nº 23, DE 17 DE JULHO DE 2012
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

LEIA-SE:

ATA Nº 24, DE 17 DE JULHO DE 2012
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

2ª CÂMARA

ATA Nº 24, DE 17 DE JUNHO DE 2012

(Sessão Ordinária da Segunda Câmara)

Presidência do Ministro Aroldo Cedraz
Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença do Ministro Raimundo Carreiro; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro José Jorge) e Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Presidente, Ministro Augusto Nardes), bem como do Representante do Ministério Público, Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé; o Ministro Aroldo Cedraz, na Presidência, invocando a proteção de Deus declarou aberta a Sessão Ordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas; havendo registrado a ausência do Presidente, Ministro Augusto Nardes, do Ministro José Jorge e do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em férias (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 23, da Sessão Ordinária realizada em 10 de julho de 2012 (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Esta Ata, bem como seu Anexo, está publicada na página do Tribunal de Contas da União (Resolução TCU nº 184/2005).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 4964 a 5045, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº 164/2003 e nº 184/2005).

a) Ministro Aroldo Cedraz (Relação nº 19);

ACÓRDÃO Nº 4964/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, considerando que as determinações constantes do Acórdão 1.813/2010 - TCU - 2ª Câmara não foram atendidas de forma satisfatória por parte da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "c", e 157 do Regimento Interno, em determinar a audiência do então reitor da FURG, João Carlos Brahm Cousin (CPF 212.082.630-72), para que apresente justificativas ao não cumprimento das determinações exaradas nos subitens 9.3.1 e 9.4 do Acórdão 1813/2010 - TCU - 2ª Câmara, de acordo com o parecer da Sefip.

1. Processo TC-003.691/2004-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Arthur Correa Dornelles (011.870.660-87)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4965/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.535/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Julia de Melo (102.301.061-53); Maria Natalice da Silva Sousa (084.590.611-91); Maria do Socorro da Cunha Lemos (084.358.201-49); Sonia Maria (113.871.731-20)
1.2. Entidade: Hospital das Forças Armadas - HFA.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4966/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a informação, nos autos do processo a seguir relacionado, de que as determinações exaradas no Acórdão 623/2006 - TCU - 1ª Câmara foram implementadas pela Universidade de Brasília, à exceção daquelas relacionadas ao ato de aposentadoria de Francisco Assis Trindade Beleza;

considerando a existência de liminar concedida pela 8ª Vara Federal do DF nos autos do processo 2007.34.00.043326-5, a obstar o cumprimento das determinações deste Tribunal em relação ao servidor acima nominado;

ACORDAM, os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, incisos II e V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em:

1. Processo TC-017.474/2003-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Arnaldo Santos do Nascimento (038.643.831-53); Antonio Feliciano da Silva (030.344.371-53); Aryon Dall Igna Rodrigues (039.821.227-91); Cleide Viana David (117.249.351-00); Evandro Emilio da Rocha de Souza Lima (002.593.734-00); Francisco de Assis Trindade Beleza (008.126.091-15); Jairo de Abreu (003.049.213-00); Jose Galdino da Silva (008.289.631-34); Kumiko Mizuta (219.739.898-91); Marcia Maria de Pinho Britto (071.794.051-91); Mauro Teixeira de Carvalho (090.505.071-15); Oscar Sebastiao Leão (000.527.361-72)
1.2. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. determinar à **SEFIP** que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da seguinte ação judicial:

Processo	Tramitação originária	Situação atual
2007.34.00.043326-5	8ª Vara Federal do DF	Pendente de julgamento de mérito no TRF da 1ª Região

1.6.2. autorizar o arquivamento do presente processo.

ACÓRDÃO Nº 4967/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, considerando o parecer da Sefip sobre o acompanhamento de determinações exaradas nos autos do processo a seguir relacionado (Acórdão 1.834/2005), ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "c", e 157 do Regimento Interno, em:

1. Processo TC-852.609/1997-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Pacheco Soares (068.255.401-49); Esther Zila da Silva Ventilari (090.646.807-87); Odete Maria Trentin Marchese (167.492.190-04); Solange Maria Correia de Souza Campello (040.518.905-20)
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações:
1.6.1. realizar audiência do Gerente Executivo do Instituto Nacional do Seguro Social no Distrito Federal, para que apresente razões de justificativas para a manutenção do pagamento das vantagens "2/5 de DAS 1 e 3/5 de DAS 2" à inativa Esther Zilá da Silva Ventilari, pagas atualmente sob a rubrica "VPNI Art. 62-A Lei 8112/90", consideradas irregulares pelo Tribunal, conforme Acórdão 1.834/2005-1ª Câmara;
1.6.2. determinar à Gerência Executiva do INSS no Distrito Federal que:
1.6.2.1 - exclua dos proventos da referida inativa a vantagem relativa à incorporação das vantagens "2/5 de DAS 1" e "3/5 de DAS 2", pagas sob a rubrica "VPNI Art. 62-A Lei 8112/90", nos termos do que já foi determinado no item 9.4 do Acórdão TCU 1834/2005-1ª Câmara;
1.6.2.2 - apure o montante recebido, a esse título, pela beneficiária, entre o período de setembro/2005 até o presente e promova a reposição ao erário, nos temos do art. 46 da lei 8.112/90.

ACÓRDÃO Nº 4968/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, considerando a existência de erro material relativo à grafia do CPF da inativa Maria Ferreira Nobre Medeiros nos Acórdãos 2.800/2004 e 733/2006, ambos da Primeira Câmara, bem como o não atendimento em sua totalidade, pela Superintendência Estadual do INSS, das determinações constantes do Acórdão 733/2006 - TCU - 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

1. Processo TC-855.961/1997-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliseu Eugenio de Sousa (008.418.463-91); Eneas de Sousa Reis (003.567.433-49); Francisco Duarte Mourao (015.440.043-20); Geraldo Luciano Lopes (013.173.503-91); Ita Vinuta Porto de Sousa (117.391.503-68); Ita Vinuta Porto de Sousa (117.391.503-68); Jose Stenio Vieira (166.598.643-34); Manoel Gonçalves de Lemos Filho (192.503.474-72); Margarida Maria Saraiva Mota (015.542.393-20); Maria Ferreira Nobre Medeiros (036.665.573-68); Maria Jose Monte de Sousa (091.101.273-72); Maria Marta de Oliveira Sampaio (037.518.213-68); Maria das Gracas Mac Lincks Marques (048.420.063-15)
1.2. Entidade: Superintendência Estadual do INSS no Ceará.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, retificar, por inexatidão material, os Acórdão 2.800/2004 - TCU - 1ª Câmara e 733/2006 - TCU - 1ª Câmara, de modo que onde se lê: "Maria Ferreira Nobre Medeiros (CPF 036.665.573-68)", leia-se: "Maria Ferreira Nobre Medeiros (CPF 851.606.363-15", mantendo-se inalterados os demais termos dos referidos acórdãos; e
1.6.2. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Ceará que:
1.6.2.1 exclua dos proventos da inativa Margarida Maria Saraiva Mota (CPF nº 015.542.393-20), na rubrica "VPNI Art. 62-A Lei 8112/90" o valor correspondente à GADF, que já compõe a vantagem "Decisão Judicial N Tran Jug Ap" e por isso vinha sendo paga em duplicidade, nos termos do que já havia sedo determinado no item 9.4.2 do Acórdão TCU 733/2006 - 1ª Câmara;
1.6.2.2 proceda à emissão de novos atos de concessão de aposentadoria para os inativos Enéas de Sousa Reis, Maria Ferreira Nobre Medeiros, Maria das Graças Mac Lincks Marques e Margarida Maria Saraiva Mota, livres das irregularidades apontadas nestes autos, para que sejam submetidos à apreciação deste Tribunal;
1.6.2.3. proceda a devolução do valor pago a maior a Margarida Maria Saraiva Mota desde a prolação do Acórdão TCU 733/2006 - 1ª Câmara, nos termos do art. 46 da Lei 8112/90;
1.6.3 determinar o arquivamento dos autos, nos termos do artigo 169, inciso V do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 4969/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas do responsável José Sérgio de Oliveira Machado (108.841.497-49), dando-lhe quitação, e nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.2, dando-lhes quitação plena, e arquivar o processo, com fulcro no artigo 40, inciso V, da Resolução 191/2006, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.776/2006-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2005)
1.1. Apensos: 018.225/2006-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Agenor César Junqueira Leite (344.898.437-04); Alexandre Aparecido de Barros (636.124.106-87); Armando Marques da Silva (022.977.797-04); Emma Miranda Urzedo Rocha (021.151.827-15); Faustino Vertamatti (944.647.668-20); Fernando Sereda (001.684.759-87); José Eduardo de Barros Dutra (347.586.406-10); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); José Sérgio de Oliveira Machado (108.841.497-49); Julio Cesar Gonçalves Correa (553.224.336-00); Kátia Aparecida Zanetti de Lima (497.311.656-49); Marcelino Guedes Ferreira Mosqueira Gomes (793.109.077-20); Maria das Gracas Silva Foster (694.772.727-87); Miriam Mara Miranda (221.806.131-72); Paulo Mauricio Cavalcanti Gonçalves (332.551.307-78); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Richard Ward (366.670.727-00); Siddharta Pereira Pinto (257.220.857-15); Wilson Lins de Barros (066.588.307-20); Álvaro Gaudêncio Neto (154.356.444-53); Ênio José Verri (397.377.059-04)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
1.4. Advogados constituídos nos autos: Maria Carolina Gomes Pereira Vilas Boas (OAB/RJ 1176-B); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12250); Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10969).
1.5. Determinações:
1.5.1. determinar à Petrobras Transporte S.A. que:
1.5.1.1. não terceirize serviços para execução de atividades relacionadas a cargos que constem no Plano de Cargos e Salários, conforme orientação do DIP TRANSPETRO/PRES 9/2005, a não ser em situações excepcionais, com justificativa pormenorizada, que deverá ser arquivada no processo de contratação para comprovação em fiscalizações posteriores por parte do TCU e da CGU, nos termos do Acórdão n. 576/2012-Plenário;
1.5.1.2. abstenha-se de aditivar contratos de terceirização que tenha como objeto atividade relacionada a cargos que constem no Plano de Cargos e Salários da Transpetro, salvo em situações excepcionais, com justificativa pormenorizada, que deverá ser arquivada no processo de contratação para comprovação em fiscalizações posteriores por parte do TCU e da CGU, nos termos do Acórdão n. 576/2012-Plenário;
1.5.1.3. realize estudo fundamentado de forma a estabelecer metas para a primeirização total, com cronograma detalhado, justificando o tempo em que ainda se fizer necessária a utilização de mão-de-obra terceirizada, e evidenciar a diminuição dessa mão-de-obra através do Sistema de Controle de Contratados - SICONT;
1.5.1.4. faça constar de seus normativos internos a obrigatoriedade de inscrição na Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq) para empresas que prestarão serviços de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio portuário e de apoio marítimo, nos termos dos arts. 1º e 2º, inc. V, da Resolução nº 52/ANTAQ;
1.5.1.5. adote medidas para regularização dos contratos de serviços de navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio portuário e de apoio marítimo firmados com empresas que eventualmente não estejam inscritas junto à Antaq, considerando inclusive a possibilidade de rescisão desses contratos;
1.5.1.6. apure se houve vazamento das estimativas no caso dos Contratos nºs 4600003111, 4600003177 e 4600002912, para, se for o caso, sejam adotadas as providências administrativas e/ou judiciais cabíveis em relação às pessoas e empresas envolvidas.
1.5.2. determinar à 1ª Secex que dê ciência desta deliberação à Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), aos responsáveis e à Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq), acompanhada da instrução de fls. 543/560 do volume 2.

ACÓRDÃO Nº 4970/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, considerando as alegações constantes do pedido de prorrogação de prazo formulado por intermédio do Ofício 17.543/DCOPE/DC/SFC/CGU-PR, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em prorrogar por 60 (sessenta) dias, a contar da notificação, o prazo fixado para cumprimento do item 1.5.1 do Acórdão 9763/2011 - TCU - 2ª Câmara, de acordo com o parecer da Secex-AL.

1. Processo TC-003.716/2012-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas.
1.2. Entidade: Prefeitura de Dois Riachos - AL.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4971/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a determinação endereçada ao Ministério da Saúde e à CGU por intermédio do Acórdão 2.451/2007 - TCU - Plenário, para que encaminhassem diretamente ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde - UMS, relacionados com a denominada "Operação Sanguessuga";
considerando que o item 9.4.1 daquela deliberação autorizou a autuação de cada um daqueles relatórios como representação e, nos casos em que houvesse indícios de superfaturamento, desvio de finalidade, desvio de recursos ou qualquer outra irregularidade que resultasse em dano ao erário, sua consequente conversão em tomada de contas especial;
considerando que o débito apurado nos autos, em valores atualizados, é inferior ao limite mínimo fixado na Instrução Normativa TCU 56/2007 para a instauração de tomada de contas especial;
considerando que as demais falhas e irregularidades relacionadas à atuação irregular do órgão concedente foram analisadas nos autos do TC-018.701/2004-9 (Acórdão 1.147/2011 - TCU - Plenário), que determinou a constituição de apartado para apurar a responsabilidade das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas no âmbito da "Operação Sanguessuga" (TC-015.452/2011-5);
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 43 e 93, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 213, 235 e 237 do Regimento Interno; e art. 5º, § 1º, inciso III, e art. 10 da IN TCU 56/2007, em:

1. Processo TC-005.699/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Luiz Fernando de Souza (569.211.957-91) e Maria da Conceição de Souza Rocha (946.477.577-20).
1.2. Entidade: Prefeitura de Piraí - RJ
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
1.6.2. determinar o arquivamento do feito, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor; e
1.6.3. dar ciência da presente deliberação ao Fundo Nacional de Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS, à Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União.

ACÓRDÃO Nº 4972/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a determinação endereçada ao Ministério da Saúde e à CGU por intermédio do Acórdão 2.451/2007 - TCU - Plenário, para que encaminhassem diretamente ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde - UMS, relacionados com a denominada "Operação Sanguessuga";
considerando que o item 9.4.1 daquela deliberação autorizou a autuação de cada um daqueles relatórios como representação e, nos casos em que houvesse indícios de superfaturamento, desvio de finalidade, desvio de recursos ou qualquer outra irregularidade que resultasse em dano ao erário, sua consequente conversão em tomada de contas especial;
considerando que a análise efetuada pela unidade técnica competente nos autos da representação adiante relacionada detectou a ocorrência de falhas e irregularidades das quais não resultou prejuízo ao erário;
considerando que as demais falhas e irregularidades relacionadas à atuação irregular do órgão concedente foram analisadas nos autos do TC-018.701/2004-9 (Acórdão 1.147/2011 - TCU - Plenário), que determinou a constituição de apartado para apurar a responsabilidade das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas no âmbito da "Operação Sanguessuga" (TC-015.452/2011-5);
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234; 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante indicada para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência da presente deliberação, juntamente com o envio de cópia da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Denasus e à Controladoria Geral da União.

1. Processo TC-007.397/2010-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 015.226/2006-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsável: José de Deus Barbosa Filho (056.127.994-20)
1.3. Entidade: Prefeitura de Ipanguaçu - RN
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.8. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4973/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a determinação endereçada ao Ministério da Saúde e à CGU por intermédio do Acórdão 2.451/2007 - TCU - Plenário, para que encaminhassem diretamente ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde - UMS, relacionados com a denominada "Operação Sanguessuga";
considerando que o item 9.4.1 daquela deliberação autorizou a autuação de cada um daqueles relatórios como representação e, nos casos em que houvesse indícios de superfaturamento, desvio de finalidade, desvio de recursos ou qualquer outra irregularidade que resultasse em dano ao erário, sua consequente conversão em tomada de contas especial;
considerando que o débito apurado nos autos, em valores atualizados, é inferior ao limite mínimo fixado na Instrução Normativa TCU 56/2007 para a instauração de tomada de contas especial;
considerando que as demais falhas e irregularidades relacionadas à atuação irregular do órgão concedente foram analisadas nos autos do TC-018.701/2004-9 (Acórdão 1.147/2011 - TCU - Plenário), que determinou a constituição de apartado para apurar a responsabilidade das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas no âmbito da "Operação Sanguessuga" (TC-015.452/2011-5);
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 43 e 93 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 213; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237 do Regimento Interno, e art. 5º, § 1º, inciso III, e art. 10 da IN TCU 56/2007, em:

1. Processo TC-007.419/2010-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 028.686/2007-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.2. Responsável: João Abreu Luz (125.069.581-34)
1.3. Entidade: Prefeitura de São Félix do Araguaia - MT
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
1.8.2. dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso e ao Ministério Público daquele Estado que foram apurados indícios de irregularidades na utilização das ambulâncias adquiridas com recursos do Convênio 2835/2003, celebrado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, considerando que restou apurado que essas ambulâncias não estavam atendendo a população na área de saúde;
1.8.3. dar ciência à Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia/MT que foram apuradas as seguintes irregularidades nos Convites 9/2005 e 10/2005, destinados à execução do objeto previsto no Convênio 2835/2003 (aquisição de unidades móveis de saúde), celebrado com o Ministério da Saúde, para que evite a sua ocorrência em utilização de recursos federais transferidos mediante convênio, contrate de repasse e instrumentos afins:

Irregularidade	Norma Descumprida
Ausência de pesquisa prévia de preços de mercado	arts. 15, inc. V, e 43, inc. IV, da Lei 8.666/1993
Fracionamento indevido de licitação	Art. 23, § 2º, da Lei 8.666/1993
Ausência de formalização do processo licitatório	Art. 38 da Lei 8.666/1993
Ausência da fase de habilitação prévia dos licitantes	Art. 43, I, da Lei 8.666/1993

1.8.4. determinar o arquivamento do feito, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação.

ACÓRDÃO Nº 4974/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a determinação endereçada ao Ministério da Saúde e à CGU por intermédio do Acórdão 2.451/2007 - TCU - Plenário, para que encaminhassem diretamente ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde - UMS, relacionados com a denominada "Operação Sanguessuga";
considerando que o item 9.4.1 daquela deliberação autorizou a autuação de cada um daqueles relatórios como representação e, nos casos em que houvesse indícios de superfaturamento, desvio de finalidade, desvio de recursos ou qualquer outra irregularidade que resultasse em dano ao erário, sua consequente conversão em tomada de contas especial;
considerando que a análise efetuada pela unidade técnica competente nos autos da representação adiante relacionada detectou a ocorrência de falhas e irregularidades das quais não resultou prejuízo ao erário;
considerando que as demais falhas e irregularidades relacionadas à atuação irregular do órgão concedente foram analisadas nos autos do TC-018.701/2004-9 (Acórdão 1.147/2011 - TCU - Plenário), que determinou a constituição de apartado para apurar a responsabilidade das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas no âmbito da "Operação Sanguessuga" (TC-015.452/2011-5);
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234; 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante indicada para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, sem prejuízo de mandar fazer as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.305/2010-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 007.746/2008-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsável: Maria Lúcia Netto dos Santos (420.003.437-91)
1.3. Entidade: Prefeitura de Belford Roxo - RJ
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência ao Fundo Nacional de Saúde para que apure , se ainda não o fez, a utilização irregular de recursos do PAB, pela Prefeitura Municipal de Belford Roxo/RJ, para integralizar os recursos de contrapartida dos Convênios 128/2000 e 244/2000, bem assim a existência de eventual saldo não executado, instaurando a devida Tomada de Contas Especial nos casos previstos pela IN/TCU 56/2007;
1.7.2. dar ciência da deliberação que o Tribunal vier a adotar ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS, à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ; e
1.7.3. arquivar os presentes autos, com fundamento nos arts. 169, inciso V, do RI/TCU e 40, inciso V, da Resolução - TCU 191/2006.

ACÓRDÃO Nº 4975/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-011.706/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo em Alagoas.
1.2. Entidade: Prefeitura de Matriz de Camaragibe - AL.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. determinar à Controladoria-Geral da União, com fundamento no art. 2º da IN/TCU 56/2007 c/c o art. 18 da Lei 10.683/2003, que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as providências necessárias para apuração dos fatos concernentes às irregularidades indicadas no Relatório de Demandas Especiais 00190.031038/2006-38, referente a fiscalização realizada no Município de Matriz de Camaragibe/AL, envolvendo a gestão dos Contratos de Repasse 177766-88/2005, 188640-96/2005, 158847-51/2003, e 179619-38/2005, celebrados entre o Ministério das Cidades e o Município de Matriz de Camaragibe/AL, com vistas ao esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis ou, caso estas não logrem êxito, à instauração das tomadas de contas especiais que se fizerem necessárias;
1.6.2. determinar à Secex Alagoas que proceda ao monitoramento do cumprimento da determinação constante do item precedente; e,
1.6.3. determinar o arquivamento dos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 4976/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar a determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.860/2012-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. determinar à Compahia Docas do Estado de São Paulo - Codesp, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que não prorrogue, em hipótese alguma, o contrato emergencial firmado com a Sra. Roberta Schneider Westphal, contratada mediante o Expediente 13.956/12-51 para a prestação de serviços jurídico-administrativos para o Terminal Pesqueiro de Laguna, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8666/93;
1.5.2. recomendar à Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que finalize celeremente o processo 9.170/12-10, referente a licitação para a contratação de serviços jurídico-administrativos para o Terminal Pesqueiro de Laguna;
1.5.3. dar ciência da presente deliberação, acompanhada de reprodução da instrução de peça 8 dos autos, ao representante, Sr. Paulo Cesar Correa, e à Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp.

ACÓRDÃO Nº 4977/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a"; 234, 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, determinar o seu apensamento aos autos do TC-004.738/2012-8, e fazer as devidas comunicações processuais, de acordo com o parecer da Secex/MA.

1. Processo TC-015.567/2012-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Ministério Público Federal.
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4978/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a determinação endereçada ao Ministério da Saúde e à CGU por intermédio do Acórdão 2.451/2007 - TCU - Plenário, para que encaminhassem diretamente ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde - UMS, relacionados com a denominada "Operação Sanguessuga";
considerando que o item 9.4.1 daquela deliberação autorizou a autuação de cada um daqueles relatórios como representação e, nos casos em que houvesse indícios de superfaturamento, desvio de finalidade, desvio de recursos ou qualquer outra irregularidade que resultasse em dano ao erário, sua consequente conversão em tomada de contas especial;
considerando que a análise efetuada pela unidade técnica competente nos autos da representação adiante relacionada detectou a ocorrência de falhas e irregularidades das quais não resultou prejuízo ao erário;
considerando que as demais falhas e irregularidades relacionadas à atuação irregular do órgão concedente foram analisadas nos autos do TC-018.701/2004-9 (Acórdão 1.147/2011 - TCU - Plenário), que determinou a constituição de apartado para apurar a responsabilidade das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas no âmbito da "Operação Sanguessuga" (TC-015.452/2011-5);
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234; 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante indicada para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência da presente deliberação, juntamente com o envio de cópia da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Denasus e à Controladoria Geral da União.

1. Processo TC-019.425/2010-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Lucia de Fátima Fernandes Fonseca (499.523.317-20)
1.2. Entidade: Prefeitura de Paty do Alferes - RJ
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4979/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a determinação endereçada ao Ministério da Saúde e à CGU por intermédio do Acórdão 2.451/2007 - TCU - Plenário, para que encaminhassem diretamente ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde - UMS, relacionados com a denominada "Operação Sanguessuga";
considerando que o item 9.4.1 daquela deliberação autorizou a autuação de cada um daqueles relatórios como representação e, nos casos em que houvesse indícios de superfaturamento, desvio de finalidade, desvio de recursos ou qualquer outra irregularidade que resultasse em dano ao erário, sua consequente conversão em tomada de contas especial;
considerando que a análise efetuada pela unidade técnica competente nos autos da representação adiante relacionada detectou a ocorrência de falhas e irregularidades das quais não resultou prejuízo ao erário;
considerando que as demais falhas e irregularidades relacionadas à atuação irregular do órgão concedente foram analisadas nos autos do TC-018.701/2004-9 (Acórdão 1.147/2011 - TCU - Plenário), que determinou a constituição de apartado para apurar a responsabilidade das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas no âmbito da "Operação Sanguessuga" (TC-015.452/2011-5);
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234; 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante indicada para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência da presente deliberação, juntamente com o envio de cópia da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Denasus e à Controladoria Geral da União.

1. Processo TC-019.426/2010-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Lucia de Fátima Fernandes Fonseca (499.523.317-20)
1.2. Entidade: Prefeitura de Paty do Alferes - RJ
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4980/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, incisos I e II; e 47 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, incisos I e II; 143, inciso V, alínea "g"; e 252 do Regimento Interno, em determinar a conversão do processo adiante relacionado em tomada de contas especial, observados os termos do artigo 43 e § 1º da Resolução TCU 191/2006, bem como autorizar a realização das diligências, citações e audiências sugeridas, sem prejuízo de o Tribunal cientificar, conforme o disposto no artigo 198, parágrafo único, do Regimento Interno, o ministro de estado supervisor da área ou a autoridade equivalente.

1. Processo TC-019.500/2011-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representados: Alvorada Construções Ltda (04.267.094/0001-10); Construtora Cavalcante Ltda. (00.989.591/0001-71); Marcos Antônio dos Santos (240.532.524-15); Metropolitana Construção e Comércio Ltda (04.210.808/0001-54); Valter dos Santos Canuto (530.284.224-68); Amazonas Construções Ltda (04.267.049/0001-54).
1.2. Entidade: Prefeitura de Traipu - AL.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4981/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 47 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, incisos I e II; 143, inciso V, alínea "g"; e 252 do Regimento Interno, em determinar a conversão do processo adiante relacionado em tomada de contas especial, observados os termos do artigo 43 da Resolução TCU 191/2006, bem como autorizar a realização das audiências e citações sugeridas, sem prejuízo de o Tribunal cientificar, conforme o disposto no artigo 198, parágrafo único, do Regimento Interno, o ministro de estado supervisor da área ou a autoridade equivalente.

1. Processo TC-019.502/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representado: Valter dos Santos Canuto (530.284.224-68)
1.2. Entidade: Prefeitura de Traipu - AL.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4982/2012 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a determinação endereçada ao Ministério da Saúde e à CGU por intermédio do Acórdão 2.451/2007 - TCU - Plenário, para que encaminhassem diretamente ao TCU os relatórios elaborados por suas equipes nas fiscalizações de convênios relativos à aquisição de unidades móveis de saúde - UMS, relacionados com a denominada "Operação Sanguessuga";
considerando que o item 9.4.1 daquela deliberação autorizou a autuação de cada um daqueles relatórios como representação e, nos casos em que houvesse indícios de superfaturamento, desvio de finalidade, desvio de recursos ou qualquer outra irregularidade que resultasse em dano ao erário, sua consequente conversão em tomada de contas especial;
considerando que a análise efetuada pela unidade técnica competente nos autos da representação adiante relacionada detectou a ocorrência de falhas e irregularidades das quais não resultou prejuízo ao erário;
considerando que as demais falhas e irregularidades relacionadas à atuação irregular do órgão concedente foram analisadas nos autos do TC-018.701/2004-9 (Acórdão 1.147/2011 - TCU - Plenário), que determinou a constituição de apartado para apurar a responsabilidade das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas no âmbito da "Operação Sanguessuga" (TC-015.452/2011-5);
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234; 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante indicada para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência da presente deliberação, juntamente com o envio de cópia da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Denasus e à Controladoria Geral da União.

1. Processo TC-020.497/2010-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Fernando Pontes Moreira (172.185.197-68)
1.2. Entidade: Prefeitura de Miguel Pereira - RJ
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4983/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento após as devidas comunicações processuais, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.637/2010-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: COMPTROM - Indústria e Comércio de Produtos de Informática Ltda.
1.2. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Ceará.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4984/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento após as devidas comunicações processuais, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.052/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Portal Trilhos, Serviços e Construção Ltda.
1.2. Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) Ministro Raimundo Carreiro (Relação nº 22);

ACÓRDÃO Nº 4985/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão abaixo relacionados, **informando ao** Gestor de Pessoal que, na próxima reestruturação de carreira da categoria a que pertence a ex-servidora, a mencionada parcela deve ser absorvida, conforme os procedimentos previstos no item 9.2.1.2 do Acórdão TCU nº 2161/2005-Plenário, detalhados pelo Acórdão TCU nº 269/2012-Plenário, seguindo os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-016.641/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Carneiro de Sousa (151.355.431-04)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4986/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-017.713/2012-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alvaro Villaverde Nieves (064.767.308-86)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4987/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-017.946/2012-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jorge Estevam Nascimento Filho (227.111.201-04); Luis Alves Feitosa (164.066.053-49)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4988/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-017.949/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Carlos Sobral de Campos (346.891.927-15); José das Neves (082.303.665-00); Kiyomi Gondo (370.907.477-00); Lizete Pereira Gonçalves da Silva (528.299.017-20); Luiza Bezerra da Silva (111.868.953-49); Manuel Sueles Soares (281.524.257-53); Maria Auxiliadora Silva dos Santos (647.999.567-87); Maria Cristina de Araújo Amorim (461.995.437-34); Maria Helena Leta Carneiro da Cunha (745.417.817-00); Maria Theresinha Aparecida Monteiro Lima (155.067.387-49); Marilú Oliveira de Menezes Barros (490.094.277-49); Mirian Magalhães (081.157.102-53); Neila Pacheco (434.323.877-68); Neli Maria Duarte Fontão (412.844.377-87); Nilda Silva Gonçalves (725.099.297-04); Nilson Antonio Ferreira (403.498.297-72); Raimundo Nonato Costa (315.904.547-15); Ranulfo Rozendo dos Santos (219.298.157-00); Rosselier Antunes Couto (284.788.787-34); Sebastião Carlos Dias (304.923.437-72)
1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4989/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, instituída por ex-servidor da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, encaminhados a este Tribunal para apreciação, na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando que após o cruzamento com os sistemas Sisac e/ou Siape e/ou Sisobi comprova-se que houve falecimento do interessado, exclusão por falta de recadastramento há mais de um ano ou reversão da concessão, razão pela qual o ato está prejudicado por perda do objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007,

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

1. Processo TC-018.051/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Albino Rodrigues (360.110.617-53)
1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4990/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-001.484/2002-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Athaides Cateli (958.062.299-04); Regina Banik (020.892.949-57)
1.2. Unidade: Diretoria Regional da ECT No Paraná - DR/PR
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4991/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-017.785/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandro Francelino Nogueira (269.193.048-30); Alexander Hannequim Paes (028.523.127-86); Camilo Riello Neto (567.312.219-53); Fabio Augusto Machado (164.447.788-24); Leandro Ouriques Mendes de Carvalho (095.345.167-40); Lenduc Hermeto de Almeida Fauth (097.775.967-90); Rafael Ramos Gonçalves Passos (349.471.518-11); Renata Mayumi Saito (277.370.228-05); Roger Tadeu Giglio (337.305.548-24); Tiago Carluccio (309.629.708-83); Weber Batista da Luz (110.208.468-95)
1.2. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4992/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-017.822/2012-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abne Melo dos Santos (768.089.393-49); Adaildo do Rego Andrade (024.095.583-80); Adelson Roberts de Carvalho Silva (839.744.233-20); Adriana Martins Braga (003.405.263-19); Adriel Rodrigues de Oliveira (999.703.503-82); Ailton Xavier Leal (984.262.493-53); Alexandra Furtado Freire Paes Landim (827.592.783-87); Alexandre Correia Lima (789.653.573-49); Alexandre de Oliveira Pereira (564.706.303-91); Alexsandre Oliveira Saldanha (708.287.413-87); Aliadne Michelle Fonseca de Meneses (005.091.993-80); Ana Karini da Silva Correa Lima (797.347.233-91); Andre Quaresma de Sousa (839.303.883-91); Andreia Carla Ribeiro Lago (662.928.753-34); Antonio Alves Feitosa Filho (276.202.898-10); Antonio Carlos da Rocha Diniz (806.599.423-72); Antonio Carvalho Ribeiro (342.298.095-49); Antonio Claudio Pereira (645.191.473-87); Antonio Dilson da Silva Sousa (463.203.773-72); Antonio Jairo Silva Costa (012.882.303-89); Antonio Luiz Cruz Batista Junior (910.599.413-68); Antonio Paulo de Jesus Junior (784.477.473-87); Arineu Felix dos Santos (042.483.014-07); Aristides Jose Rodrigues (048.475.978-77); Aurivan de Melo Pereira (007.275.973-96); Beatriz Almeida Sobrinho (000.618.133-38); Bianor Barros Cavalcante Neto (808.537.493-53); Brendaly Maria de Alencar Farias (497.269.353-34); Cacilio Sonei de Sousa (056.925.858-80); Caio Cesar Fernandes Brasil (027.536.363-54); Carlos Alberto Ebrahim Coura Junior (009.974.004-47); Carlos Alberto Rodrigues dos Santos (395.267.983-68); Carlos Eduardo Soares de Almeida (004.868.743-03); Carlos de Sousa Tome de Arruda (905.015.434-49); Cassio Domingos Sampaio Pires (985.011.943-87); Cicero Morais da Silva (027.015.643-79); Clayton Vilar do Nascimento (031.972.583-98); Clemilton da Silva Oliveira (956.440.913-68); Cristina Carvalho dos Santos (023.873.083-28); Daniel Angelo Rufino da Silva (003.629.633-39); Denis Alfredo Costa e Silva (048.516.144-38); Denis Leal Vieira (016.722.793-99); Deyvson Almeida Lins (443.046.174-00); Dionisio Mauriz Moura (883.261.443-04); Domitilio Farias Neto (152.739.383-68); Edilton da Silva Azevedo (338.194.243-34); Edivaldo Pereira Lopes (716.622.003-15); Edmilson Barbosa de Sousa (860.922.783-91); Elan Lima de Carvalho (017.426.413-50); Eleuterio Pereira Filho (041.101.074-31); Eliel Pereira Brandao (350.677.053-53); Eliezer Lustosa Leal da Luz (030.299.633-81); Enoque Soares da C Junior (757.309.523-68); Eryvelthon Vieira dos Santos (011.693.243-04); Evaldo Pereira Damiao (009.916.403-57); Everaldo Castro Viana (738.011.783-15); Everaldo Goncalves Correia (973.422.703-34); Fabiano Hipolito de Sousa (924.824.303-72); Fabio Aparecido Lopes (267.959.288-37); Fabio Rodrigues de Araujo (026.998.193-44); Fabio Victor de Assis Jovelino (008.085.164-93); Felipe Socorro Rodrigues Pereira (980.908.363-72); Fernanda Lopes Batista (000.581.103-13); Fernanda Veloso Costa (920.964.683-53); Fernando Gualter de Oliveira Cruz (922.707.607-78); Flavia de Carvalho Leal (007.214.263-44); Florencio Soares Lages Neto (621.493.773-49); Francelio Vieira de Melo (746.588.083-15); Francisco Armando da Silva (350.837.273-15); Francisco Edney de Carvalho Silva (006.716.673-35); Francisco Eduardo da Franca Lima Junior (006.868.873-36); Francisco Gardel Rodrigues Veras (003.411.623-02); Francisco Jefferson da Silva Vieira (809.802.363-04); Francisco Maciel Alves da Silva (003.009.703-74); Francisco Ribeiro de Sousa Junior (003.811.203-50); Francisco das Chagas Avelino (199.927.423-72); Francisco das Chagas Pedrosa Souza (662.827.723-20); Francisco das Chagas Silva (624.722.243-20); Francisco de Assis do Nascimento Coelho (380.115.063-15); Francisco de Sousa Leal Junior (579.287.463-87); Francisco de Sousa Matos (878.902.083-91); Genise Batista Nascimento (010.492.063-71); Genivaldo Barbosa de Oliveira (878.934.103-10); Georgia Sales Pontes (004.970.523-77); Gerson Oliveira Santos (269.109.853-20); Gilberto Francisco de Araujo (490.390.403-20); Gilvan Rodrigues Monteiro (801.801.243-15); Girlene Costa da Silva (008.052.233-55); Glaucio Moura Santana (831.451.413-68); Gleyson Rangel Rodrigues de Macedo (762.972.683-04); Guilherme Cesar Albuquerque dos Santos (012.333.093-90); Hamirton Weslley Cavalcante Franklin (643.437.073-34); Hara Gerlana de Sousa Ribeiro (018.126.833-75); Helder do Espirito Santo Franca (287.117.933-68); Hellany Alves Ferreira (013.331.343-39); Hendrewel Ferreira Nunes (025.603.333-17); Henrique Samuel Ribeiro de Carvalho (030.433.873-76); Hilnara Marine da Silva Esteves (656.754.953-04); Hosanan Ribeiro Silva (843.845.653-72); Idiara Buenos Aires Cavalcante (038.621.894-30)
1.2. Unidade: Companhia Energética do Piauí S.A. - ELETROBRAS - MME
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4993/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-017.827/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Viana Jardim (853.505.912-15); Ana Cristina Coutinho Coelho (615.997.942-68); Daniel Freire de Castro (848.775.702-25); Ediney Costa da Silva (624.564.742-87); Fernando de Souza Fernandes (594.256.012-91); Flavio Augusto Ennes de Souza (335.877.102-44); Francisca Gonçalves da Silva Filha (392.121.303-72); Gelson Dias Florentino (508.175.152-91); Ismael Henrique de Araujo (660.831.842-15); Ivan Roberto Araujo de Oliveira Junior (683.836.732-72); Jose Ari Avelino Fonteneles Junior (621.609.153-00); Marilene Aparecida Correia Kuwano (276.923.452-87); Marleusa Figueira Gomes (161.553.942-53); Raimundo Rivail Marreiros Barbosa (100.493.982-53); Reginaldo da Silva Duarte (829.178.502-30); Riulna Ventura Muller (514.669.452-49); Rodrigo Coimbra da Rocha (946.516.202-72); Samira de Cassia Zacarias Caminha (025.684.824-60); Teodolindo Jose Gonçalves de Sousa (215.657.082-53); Wallacy Araujo da Silva (900.090.962-72); Wendell Orleam de Sousa Oliveira (628.486.662-34); Wilson Ferreira de Lima (835.710.272-72)
1.2. Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.- ELETROBRAS - MME
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4994/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectados a dos respectivos desligamentos, conforme se verifica da documentação anexada, seja na base do Sisac ou Siape;

Considerando que os desligamentos dos servidores dos quadros do órgão ou entidade para o qual foram admitidos, tem como consequência imediata a suspensão dos pagamentos recebidos a título de salários; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicada por perda de objeto, os atos de admissão abaixo relacionados, tendo em vista não produzirem mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007.

1. Processo TC-018.201/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patricia Duarte Benevides (289.247.113-34); Ricardo Kruk de Oliveira (826.598.421-91)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4995/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor da Eletrobrás Termonuclear S.A., encaminhado a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectado a existência do respectivo desligamento, conforme se verifica da documentação anexada, seja na base do Sisac ou Siape;

Considerando que o desligamento do servidor dos quadros do órgão ou entidade para o qual foi admitido, tem como consequência imediata a suspensão dos pagamentos recebidos a título de salários; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicado por perda de objeto, o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produzirem mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007.

1. Processo TC-018.229/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ivan Pereira Clem (109.493.477-10)
1.2. Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras - MME
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4996/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores da Amazonas Distribuidora de Energia S.A.- ELETROBRAS - MME, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip, foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte visto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar o erro apontado;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e com o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, em:

a) considerar **prejudicados por inépcia** os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas, seja pela falta de esclarecimentos pelo órgão gestor de pessoal acerca dessas inconsistências;

b) Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por este Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

c) orientar o Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos do Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

1. Processo TC-018.535/2012-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alciene Cacau de Souza Lyra (841.359.212-72); Jose Darci de Oliveira (229.428.662-68); Josivaldo Martins Silva (514.917.022-49); Juliano Andrade da Costa (386.764.192-72)
1.2. Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.- ELETROBRAS - MME
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4997/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessões de Pensões Civis em favor de beneficiários de ex-servidores da Superintendência Estadual do INSS, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando o cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, tendo em vista que todos os beneficiários de pensão constantes foram excluídos por falecimento, maioridade ou outro motivo;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, em:

a) Considerar prejudicada, por perda do objeto; as apreciações dos atos de interesse de
BRUNO REIS FERNANDES SAD, HELOISA BACELAR PORTELLA, CARLOS EDUARDO OSORIO COELHO; e
b) Considerar legais os demais atos constantes deste processo.

1. Processo TC-011.991/2007-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Bruno Reis Fernandes Sad (012.213.056-11); Carlos Eduardo Osorio Coelho (927.331.826-68); Delzuite Bacelar Portela (013.796.586-91); Edir Moraes de Oliveira (656.917.766-49); Jairo Magalhaes (012.608.856-07); Jairo Magalhães (012.608.856-07); Maria Cristina de Carvalho Coelho (012.970.216-14); Maria Lopes Magalhaes (070.700.206-00)
1.2. Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Belo Horizonte/MG - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4998/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-018.397/2012-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aurora Borges da Silva (026.212.327-44); Irma Vacarezza Foster (076.701.009-40); Isaura da Silva Miranda (206.735.157-53); Josepha Gimenez da Costa (839.571.707-53); Leila de Lima Gonçalves (789.614.241-49); Lubellia Gonçalves (001.440.147-93); Olivia Saraiva (255.301.867-34)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 4999/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-018.282/2012-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Albert Barbosa de Amorim (154.817.127-17); Edimê de Amorim Marques (554.188.137-49); Kelly Dayane Ojopi Castello (042.683.017-20); Leda Maria Castello (379.035.941-68); Leila Rosana Castello (293.918.141-15); Letícia Lima da Silva (110.072.687-00); Lindalva Morais Vital (042.480.277-55); Maria Luiza de Oliveira Marques (229.862.005-91); Maria da Conceição Marques (767.894.205-25); Marluce Maria de Melo Menezes (882.612.044-72); Patricia Kuklinski da Silva (017.042.470-71); Rosemary Freitas Barboza Lima (747.384.377-04); Simone Ferreira Lopes (022.989.087-37); Tayanne Martins da Silva Oehmen (017.590.921-00); Teresinha Cardoso da Silva (345.465.107-72); Wilma Mazarak Macedo (535.977.107-00); Ítala Maria de Castro (344.273.847-49)
1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5000/2012 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessões de Pensão Militar em favor de beneficiário de ex-servidor do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando o cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, notou-se o falecimento do beneficiário;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do beneficiário, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

1. Processo TC-018.518/2012-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Yvonetti Souza de Andrade (306.530.534-87)
1.2. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5001/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e regulares, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secex-ES e pelo Ministério Público.

1. Processo TC-028.192/2011-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)
1.1. Responsável: José Arnaldo de Alencar (073.659.423-04)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo - Mapa
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Julgar regulares com ressalva as contas do José Arnaldo de Alencar (CPF 073.659.423-04), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU;
1.8. Julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados à peça 2, Srs. Luiz Guilherme Barbosa CPF.: 159.785.837-49, Ricardo Scantamburlo Prates CPF.: 329.261.036-20, Sara Hoppe Schrôder CPF.: 048.384.854-92, Beatriz de Assis Junqueira CPF.: 012.830.716-14; dando-lhes quitação plena;
1.9. Alertar o Superintendente da unidade que o descumprimento reiterado de determinação do Tribunal, de que tenha tido ciência em processo de tomada ou prestação de contas, a exemplo da exarada no item 9.5.2 do Acórdão 1.173/2010 - Plenário, poderá ensejar o julgamento pela irregularidade das contas, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma dos arts. 16, § 1º e 57, inciso I, da lei 8.443/92;
1.10. Dar ciência do presente Acórdão, aos responsáveis; e
1.11. Arquivar o processo.

ACÓRDÃO Nº 5002/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM diante dos elementos que indicam a correta aplicação dos recursos, e implica na inexistência de dano ao erário, em concordância com a proposta de encaminhamento da unidade técnica, consignada na manifestação do Sr. Diretor (peça 6), no sentido de que, com fundamento nos arts. 5º, § 1º, inciso IV, e 10, da IN TCU nº 56/2007, sejam arquivados as presentes contas, sem julgamento de mérito, sem prejuízo de que seja encaminhado ao DEPEN e ao Sr. Paulo Cezar Ramos de Oliveira cópia deste Acórdão, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secex-SC e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-012.816/2012-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Paulo Cezar Ramos de Oliveira (207.005.800-00)
1.2. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional - SNJ/MJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (SECEX-SC).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar ao DEPEN a exclusão da inscrição de responsabilidade que consta no SIAFI, Nota de Lançamento 2011NL000032, em nome do Sr. Paulo Cezar Ramos de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 5003/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação ao responsável Sr. Marco Aurélio de Oliveira Mendonça (CPF 524.044.716-00), conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.999/2009-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Fernando David Fialho (722.200.316-91); Januario Montone (724.059.888-87); Marco Aurelio de Oliveira Mendonça (052.404.471-60)
1.2. Unidade: Municípal de Fervedouro - MG
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Bruno de Siqueira Pereira, OAB/DF 20.601, Thays Chrystina Munhoz de Freitas OAB/SP 251.382, e outros
1.7. Julgar regulares com ressalva as contas do responsável, Sr. Marco Aurélio de Oliveira Mendonça (CPF 524.044.716-00) ex-Prefeito Municipal de Fervedouro/MG, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno;
1.8. Rejeitar, parcialmente, as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Januário Montone (CPF 724.059.888-87), considerando as ocorrências relatadas no item 3.1 da instrução;
1.9. Acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Fernando David Fialho (CPF 722.200.316-91), considerando as ocorrências relatadas nos itens 3.3 e 3.4 da instrução; e
1.10. Encaminhar cópia deste Acórdão aos: Srs. Marco Aurélio de Oliveira Mendonça, Januário Montone e Fernando David Fialho, ao Diretor-Executivo da Fundação Nacional de Saúde - Funasa e à Controladoria-Geral da União em Minas Gerais.

ACÓRDÃO Nº 5004/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata da Representação, autuada com base no art. 237, VI, do RITCU, a partir do recebimento do Ofício 009-2012/GFF, de 8/3/2012 (peça 1, p. 1) da lavra do Exmo. Sr. Deputado Federal Fernando Francischini, pelo Ministro-Substituto André Luis de Carvalho, para as providências que julgar necessárias, pelo qual envia cópia de documentos por ele recebidos, os quais demonstrariam irregularidades nas obras de ampliação e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), localizada no município de Araucária/PR, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 parágrafo único do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer a presente Representação, na ausência dos requisitos de admissibilidade; sem prejuízo de comunicar ao Representante e encaminhar cópia do inteiro teor deste Acórdão ao Representante , à Petrobrás e ao TCE/PR..

1. Processo TC-007.001/2012-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Deputado Federal Fernando Francischini.
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: 8ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-8).
1.6. Advogado constituído nos autos: Eduardo Rodrigues Lopes OAB/DF 29.283, e outros.
1.7. Informar ao Exmo. Deputado Federal Fernando Francischini que não restou configurada matéria ambiental de competência desta Corte, já que o licenciamento ambiental da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) é de responsabilidade do órgão ambiental estadual, bem como não existiria, no momento, questão a ser apurada relativa à atuação da Petrobras, uma vez que ainda não haveria deliberação definitiva por parte da Secretaria Municipal em relação à concessão do alvará de construção. Entretanto, a atuação desta Corte pode vir a ser acionada caso a empresa venha a descumprir o ordenamento local após a deliberação definitiva da Secretaria.
1.8. Determinar a Secex/PR que encaminhe cópia de capa a capa da presente Representação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná; e
1.9. Arquivar os presentes autos, conforme instrução da unidade técnica.

ACÓRDÃO Nº 5005/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata de Representação da Corregedoria Regional de Polícia - Superintendência Regional em São Paulo a respeito de possíveis irregularidades ocorridas nas reformas dos prédios locados pela Prefeitura do Município de Cajamar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; 235, e parágrafo único do art. 237, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da Representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, determinar liminarmente o arquivamento deste processo, e dar ciência ao Representante, conforme os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de comunicar o presente Acórdão ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

1. Processo TC-015.812/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Corregedoria Regional de Polícia - Superintendência Regional em São Paulo.
1.2. Unidade: Município de Cajamar - SP
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
1.6. Determinar a Secex/SP que encaminhe cópia desta Representação de capa a capa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

c) Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (Relação nº 2); e

ACÓRDÃO Nº 5006/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.630/2012-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vera Maria de Oliveira Vargas (267.382.107-44)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa - Minc
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5007/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, e ainda c/c o art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução 206/2007, em considerar prejudicado, por inépcia, o exame de mérito do ato de concessão, relativo à sra. Eliana Gomes dos Santos, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos e julgar legal o ato de concessão relativo à sra. Maria Salete Anjos de Oliveira.

1. Processo TC-017.850/2012-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliana Gomes dos Santos (149.509.871-00); Maria Salete Anjos de Oliveira (038.429.161-91)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que no prazo de 30 dias, providencie o encaminhamento, por meio do Sistema Sisac, de novos atos concessórios devidamente corrigidos.
1.8. Orientar o Órgão de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.

ACÓRDÃO Nº 5008/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.955/2012-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Eduardo Borzino (397.286.767-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa - Minc
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5009/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de concessão a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-017.966/2012-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Fernando de Moura Delphim (171.797.506-20); Ivanildo Geminiano de Santana (142.494.724-34); Jane de Alencar (149.510.027-87); Luzia Mercedes Gomes (542.762.687-53)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Minc

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5010/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de concessão a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.980/2012-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elbanoca Amorim Sousa (028.841.431-49); Maria de Jesus da Cruz (153.608.141-87); Marisa Mendes do Nascimento (183.817.581-49)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5011/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.019/2005-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alaor Carvalho (513.434.360-87); Bruno Leonardo Kontarski Seger (000.872.760-03); Bruno Lucio Fraga da Silva (040.073.226-27); Celso Antonio Tirollo (077.749.768-92); Claudemir Felipe dos Passos (046.528.676-38); Cristiane Machado (808.598.601-91); Cristiano Herrmann Heck (784.712.220-00); Denis Colares de Araujo (792.035.744-68); Décio Lucena de Menezes (679.578.034-15); Edson Fontes Rodrigues (289.221.928-01); Fabio Luis Souza (150.191.058-21); Fernando Ferreira Pedrosa (004.956.446-33); Geraldo Mendonca Neto (533.726.971-20); Guilherme de Goes Oliveira Lopes (616.490.824-87); Gyovanni Rabello (090.952.227-80); Jose Elber de Souza Bandeira (387.814.253-68); Lucio Eduardo Zambaldi (879.579.069-15); Marcelo Paiva dos Santos (850.404.959-00); Mario Ronnie Goncalves da Silva (021.698.824-13); Moises Gustavo da Cunha (052.526.556-26); Ordilei da Rocha Pereira (652.805.392-87); Pedro Henrique de Goes Lopes (587.821.094-00); Waldo Jose Caram Rohlfs (563.291.131-49)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5012/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.427/2012-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Koji Shiguehara (264.330.888-30); Ana Maria Leal Goes de Mello (014.597.148-14); Ana Teresa Araujo Vasconcelos (053.025.117-54); Andre Gonçalves da Silva Bezerra (726.622.391-15); Auriel de Almeida Martins (104.864.877-09); Bruna Lopes Gomes Nogueira da Silva (070.915.417-82); Bruno Gawryszewski (026.103.327-18); Carlos Eugenio dos Santos Leite (035.773.347-97); Caroline Brito de Oliviera (105.813.277-64); Caroline Cantanhede Lopes (099.699.517-00); Catia Regina de Lima e Silva (013.379.707-43); Claudilea de Queiroz Sousa (534.636.683-00); Cristina Flores Penha Valle (093.935.187-00); Daniela Alvarenga de Meira (013.407.256-14); Daniela Sampaio Rocha de Sousa (028.235.227-94); Edvaldo Trajano de Melo (070.860.547-80); Fabricio Vaz Pires da Silva (077.211.147-21); Flavia Esteves Vasconcelos Lemos (052.682.637-14); Flavia Vieira Pozzatti (194.263.958-90); Giselle Dupin (540.577.016-72); Gloria Maria Silva da Silveira (456.275.767-15); Isabel Cristina Fernandes Mendes (824.135.847-49); Juliana Amaral dos Santos (091.795.877-20); Leticia Duarte (006.417.496-43); Lia Mity Ono (037.204.169-84); Luciana Chaves Rocha (089.033.257-61); Marcelo de Araujo Mavignier (848.935.407-34); Marco Aurélio dos Santos Silva (070.398.937-54); Marcos Landeira Coelho (023.560.167-59); Maria Helena Soares Arnaud (841.634.967-34); Maria Julia Faissal Cardoso (021.842.237-78); Maria da Glória Ferreira Brauniger (016.629.177-32); Nicelli Honório Feitosa (005.894.801-54); Oswaldo Vasconcelos de Carvalho (038.331.896-30); Raquel Costa Chaves (048.135.626-63); Ricardo Gracindo Dias (217.380.408-10); Richam Samir Hassan Sobh (032.271.567-92); Rodrigo King Lon Chia (076.219.427-89); Romulo Reis Campos (077.117.107-20); Silvio Marcos Dias Santos (335.692.405-25); Sylvana Cotrim Lobo (886.756.881-72); Tatiane Assis de Albuquerque (052.030.857-30); Vanilza Jacundino Rodrigues (033.797.596-51)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes - Minc

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5013/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de admissão, em face do desligamento ou falecimento dos interessados e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.882/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline dos Santos do Carmo (082.257.357-14); Andre Luciano de Oliveira Marra (037.636.756-39); Anita Fernandes Pereira (093.473.277-94); Denis da Costa Oliveira (084.564.677-07); Jacemir Barbosa Ribeiro (011.557.907-90); Nelson dos Santos Gomes Junior (077.810.947-00); Paulo Renato Pereira da Silva (035.381.197-16); Regina Beatriz Terra Assunção (819.605.067-49); Wanessa da Silva Ferreira (698.570.161-20)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes - Minc

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5014/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de admissão, em face do desligamento ou falecimento do interessado e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.891/2012-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Joberval Miquett Duarte da Silva (707.060.181-68)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5015/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.831/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Almeida Camilo (971.133.951-04); Adriana Rezende dos Santos Antunes (804.191.511-68); Alan Freires Cavalcante (017.945.221-58); Aldemir Trindade Santos (561.401.931-68); Alessandra Lopes da Silva (723.172.051-04); Alessandro Bontempo Cipriano da Silva (001.593.771-29); Alessandro Tavares Vieira de Lucena (697.643.521-20); Alex Sandro Pereira dos Santos (692.925.901-20); Ana Carolina Nunes Fonseca (001.403.941-92); Ana Claudia Lima Britto (573.286.841-00); Ana Leticia Fonseca Ferreira de Oliveira (717.946.971-87); Ana Maria Ribeiro Silva (060.497.116-82); Ana Paula de Moura (818.945.891-49); Ana Paula de Souza Felix (717.481.801-34); Anderson Carvalho Oliveira (386.456.101-91); Andre Ricardo Reis Xavier (578.317.931-00); Andrea da Cunha Rocha (995.425.791-87); Andrea de Paula Porto Fernandes Peixoto (769.815.921-34); Andreia Maria Coutinho Teixeira (781.052.181-00); Andréa Aparecida Ribeiro (779.448.876-15); Angelina de Cássia Almeida Guerra Vieira (692.910.471-04); Antonio Carlos de Carvalho (220.583.111-91); Antônio Eugênio Cavalcante Neto (602.671.511-87); Armando Porpino Henriques Filho (667.013.502-59); Arthur Lopes de Souza (024.706.861-64); Barbara Maria Toledo Patay (006.042.511-30); Beatriz Medina Pegoraro (694.795.341-34); Blenda Locatelli de Oliveira (991.127.281-87); Bruno Faria Azevedo Morgado da Cruz (005.491.381-02); Bruno Paloschi da Guirra (001.955.271-86); Bruno Rocha Bezerra (957.780.471-34); Caio Pompeu Monteiro Barbosa (875.639.321-00); Camila Campos de Miranda França (703.797.771-34); Camila Fortes Lobato Bouéres (033.540.141-48); Camila Vasconcelos Gomes (071.114.256-42); Carlos Dhreonny Macedo Santos (571.329.683-00); Carlos Eduardo Cardoso de Oliveira (726.699.771-20); Carolina dos Santos Carvalho (007.106.311-03); Cassandra Vieira Lopes (037.196.536-50); Catia Camargos (007.412.621-00); Celso Santana Gonçalves (381.491.171-72); Christiane de Sousa e Silva Aleixo (829.967.251-15); Cinthya Monteiro Braga (601.794.301-49); Claudia Carvalho Rodrigues de Albuquerque (626.471.993-53); Claudio Almeida de Meneses Silva (764.989.561-00); Cremilda Farias Costa (540.001.731-20); Cristiane de Souza Barreto (791.098.701-30); Cristiano Tenório Ramos (832.341.281-20); Cristina Xavier (725.391.861-49); Daniel Araujo Silva (043.454.166-47); Daniel Sampaio Mota (699.800.391-91); Daniel da Cunha Lima Ribeiro (716.410.411-53); Daniela Dias Ribeiro (935.723.441-15); Danielle Abrahao Scafuto (708.588.021-04); Danusa Evangelista Oliveira (012.219.076-97); Danusa Landim de Souza (606.518.731-34); Debora Soares Marques Xavier (718.024.101-63); Delfim de Castro (344.280.621-68); Denise Coelho Lima (905.191.321-49); Diego Vinicios de Araujo Fagundes (028.489.081-22); Edilene Nazaré de Oliveira Andrade (567.710.022-68); Elaine Oliveira Vasconcelos (319.442.131-04); Elayr Brandao Monteiro (817.936.421-68); Elisangela Fatima de Sena Rodrigues (805.627.871-00); Ellen Mendes Redmond Fortes (953.622.581-68); Emerson Martineli Rodiguero (540.008.821-04); Eric Diniz Casimiro (895.489.221-34); Eric Parente Pinto (003.368.121-08); Erismar Souza Freitas Filho (910.910.043-15); Evandro Martins Medeiros (658.773.301-87); Fabianne Regia Bezerra Rodrigues (716.982.131-15); Fabio Carfero (602.739.841-87); Fabio Ferreira de Castro (806.319.751-87); Fabio Neves Vidal (045.076.537-70); Fabio de Farias Feitosa (620.787.803-59); Fabiola Silva Carvalho (837.184.785-87); Fabricio Franca Oliveira Guimaraes (522.681.792-49); Fabricio Guimarães (012.672.306-06); Fernanda Fernandes Azevedo Martins (996.044.341-87); Fernanda Silveira de Medeiros (006.809.981-95); Fernanda dos Anjos Torezani (023.128.561-23); Fernando Neres da Silva (005.239.531-60); Filipe Dourado Adelaide (026.686.641-79); Flavia Cristina Pinto Rezende (770.945.496-87); Flaviana Guimarães Sobral (665.508.401-63); Flávia Almeida Delfino (025.475.781-23); Flávio Roberto Vasconcelos Oliveira (911.286.761-68); Francisco Antonio dos Santos Netto (373.199.571-91); Fátima Aparecida Garcia (574.589.286-20); Gerson Manoel da Silva (380.982.531-04); Gilberto Júnior Sousa Lacerda (805.421.903-20); Giscelle Medeiros Nobrega de Araujo (709.255.691-00); Giulianna Louise Christofoli (019.323.881-09); Gizeli Alves Morais (658.680.721-20); Glaucia Cabral Amorim Moura (814.342.941-53); Glaucia Elizabet Carvalho (031.104.226-03); Gustavo Penna Marinho de Abreu Lima (688.224.641-68); Gustavo Santos de Faria (978.194.171-53); Helio Borges de Godoy Junior (017.422.621-71); Érica Ferreira de Oliveira Bernardes (859.806.411-49)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5016/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.834/2012-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rute Rodrigues Sobrinho (836.574.521-68); Sabrina Alexandrino Campos de Oliveira (929.226.601-25); Samanta Portuguez de Souza Gomes (798.408.501-30); Samara Fernandes Castro (988.260.181-20); Samuel Martins Feliciano (313.609.248-17); Sandra Elias El Jaliss Dourado (574.423.201-04); Sara Cristina Dias de Oliveira Coutinho (078.824.196-64); Sergio Ricardo D'almeida Vitor (379.784.891-91); Silene Rodrigues Santana (699.961.211-00); Silvia Paula Pereira Moreira Joao (826.931.881-72); Sofia Lily da Silva Soares (710.094.931-91); Sônia Maria Feliciano Pereira (560.501.197-91); Taciana Cruciol de Sousa

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(016.537.751-81); Taciana da Silva Nogueira (089.268.656-14); Tania do Valle Rosa (771.039.471-04); Tatiana Raquel Derzie Cauhi (715.391.311-49); Tennessee Vieira Oliveira (441.047.233-04); Thais Cruz Andreozzi (960.357.061-34); Thais Rodrigues da Silva (720.951.641-72); Thaise Souza Lima (030.440.111-08); Thaiza Nara Romao Mesquita Sad (658.293.601-87); Thiago Wesley Scapim Machado (014.096.481-92); Tiago Ferreira Cota (050.565.446-63); Tiago Henrique Ramires (003.910.111-89); Valdemir Jesus de Santana (788.616.401-68); Valter de Alcantara Campos (007.659.541-25); Valéria Fernanda da Silva (009.235.841-10); Vander da Silva Lopes (557.897.811-87); Victor Dechiqui Barbosa (026.749.571-40); Vinicius Coimbra Benfica de Sousa (016.361.481-40); Viviane Torelli Soares (816.548.711-68); Wadson Venâncio de Morães (620.266.071-68); Wady Miguel Santos Buhaten Hiluy (616.710.883-87); Walter Eduardo Maranhao Bressan (929.266.301-15); Walter Rodrigues de Lima Júnior (564.332.471-72); Wandegleysson Pereira de Lima (702.651.351-68); Wesley Adolfo Gomes da Silva (004.363.411-74); Wesser Lindolfo da Silva Araujo (005.758.461-35); Ynnaê Vilela Guimaraes (023.943.071-96)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5017/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de admissão, em face do desligamento ou falecimento dos interessados e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.232/2012-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Márcia Barreto Costa (974.195.081-00)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5018/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de concessão a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.216/2012-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Darcy Rodrigues Martins (376.410.851-72); Maria Izaura de Oliveira (351.394.396-20)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5019/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.424/2012-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Cleusa Maria Alho de Azevedo Correa (007.206.662-87)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - MCT

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5020/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2.2 do Acórdão nº 2207/2012-TCU- 1ª Câmara, como a seguir:

Onde se lê:

"9.2.2. instaure, em processo apartado constituído a partir de cópia dos elementos pertinentes destes autos, tomada de contas especial objetivando a apuração do dano ao erário decorrente do sobrepreço na contratação de serviços de transporte escolar, promovendo-se a citação solidaria dos responsáveis abaixo indicados, nos termos dos arts. 10, § 1º e 12, inciso II, da LO/TCU, c/c o art. 202, inciso II, do RI/TCU, para, no prazo de quinze dias contados a partir da ciência da citação, apresentar alegações de defesa ou recolher aos cofres do FNDE, as quantias devidas atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, nos termos da legislação vigente, a partir das datas abaixo especificadas até a data do efetivo recolhimento:

Responsável: Sr. José Leite Gonçalves Cruz (CPF 144.320.801-91), Prefeito Municipal;

Valor do débito: R$ 121.808,30; data de ocorrência: 31.12.2010;

Responsável: Maria Betilde Sampaio Correia (CPF 092.148.523-91), ex-secretária de educação (de 01/01/2010 até 09/7/2010);

Valor do débito: R$ 60.904,15; data de ocorrência: 31.12.2010;

Responsável: Odair José de Matos (CPF 403.387.623-53), ex-secretário de educação (de 12/7/2010 até 07/9/2010);

Valor do débito: R$ 20.301,38; data de ocorrência: 31.12.2010;

Responsável: Izabel Cristina Bastos Nóbrega Cruz (CPF 058.950.303-00), ex-secretária de educação (de 08/09/2010 até 31/12/2011);

Valor do débito: R$ 40.602,77; data de ocorrência: 31.12.2010;

Responsável: Top Service Mão de Obra e Locações de Veículos Ltda. (ou Flamax Serviços de Mão de Obras Ltda.), CNPJ 09.021.123/0001-83;

Valor do débito: R$ 129.121,22; data de ocorrência: 31.12.2010;

Ocorrência: sobrepreço na subcontratação dos serviços de prestação de transporte escolar do município por parte da empresa Top Service Mão de Obras e Locações de Veículos Ltda. (ou Flamax Serviços de Mão de Obras Ltda.), relativo ao exercício 2010, em infringência ao arts. 37 da Constituição Federal de 1988, caput, art. 3º, art. 72 e 78, inciso VI, da Lei 8.666/1993, e Acórdãos T 438/2008-TCU-Plenário e 228/2009-TCU-Plenário."

Leia-se:

"Instaure, em processo apartado constituído a partir de cópia dos elementos pertinentes destes autos, tomada de contas especial objetivando a apuração do dano ao erário decorrente do sobrepreço na contratação de serviços de transporte escolar, promovendo-se a citação solidaria dos responsáveis abaixo indicados, nos termos dos arts. 10, § 1º e 12, inciso II, da LO/TCU, c/c o art. 202, inciso II, do RI/TCU, para, no prazo de quinze dias contados a partir da ciência da citação, apresentar alegações de defesa ou recolher aos cofres do FNDE, as quantias devidas atualizadas monetariamente, nos termos da legislação vigente, a partir das datas abaixo especificadas até a data do efetivo recolhimento:

Responsáveis solidários:

Sr. José Leite Gonçalves Cruz (CPF 144.320.801-91), Prefeito Municipal;

Maria Betilde Sampaio Correia (CPF 092.148.523-91), ex-secretária de educação (de 01/01/2010 até 09/7/2010);

Top Service Mão de Obra e Locações de Veículos Ltda. (ou Flamax Serviços de Mão de Obras Ltda.), CNPJ 09.021.123/0001-83;

Valor do débito: R$ 60.904,15; data de ocorrência: 31.12.2010;

Sr. José Leite Gonçalves Cruz (CPF 144.320.801-91), Prefeito Municipal;

Sr. Odair José de Matos (CPF 403.387.623-53), ex-secretário de educação (de 12/7/2010 até 07/9/2010);

Top Service Mão de Obra e Locações de Veículos Ltda. (ou Flamax Serviços de Mão de Obras Ltda.), CNPJ 09.021.123/0001-83;

Valor do débito: R$ 20.301,38; data de ocorrência: 31.12.2010;

Sr. José Leite Gonçalves Cruz (CPF 144.320.801-91), Prefeito Municipal;

Srª Izabel Cristina Bastos Nóbrega Cruz (CPF 058.950.303-00), ex-secretária de educação (de 08/09/2010 até 31/12/2011);

Top Service Mão de Obra e Locações de Veículos Ltda. (ou Flamax Serviços de Mão de Obras Ltda.), CNPJ 09.021.123/0001-83;

Valor do débito: R$ 40.602,77; data de ocorrência: 31.12.2010;

Ocorrência: sobrepreço na subcontratação dos serviços de prestação de transporte escolar do município por parte da empresa Top Service Mão de Obras e Locações de Veículos Ltda. (ou Flamax Serviços de Mão de Obras Ltda.), relativo ao exercício 2010, em infringência ao arts. 37 da Constituição Federal de 1988, caput, art. 3º, art. 72 e 78, inciso VI, da Lei 8.666/1993, e Acórdãos T 438/2008-TCU-Plenário e 228/2009-TCU-Plenário.

1. Processo TC-000.861/2011-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Antônio Helson Viana de Brito (430.571.013-72); Construtora Felix & Silva Ltda (12.462.289/0001-40); Dante Matos Cardoso de Alencar (075.354.305-20); Edmundo de Sá Filho (050.288.173-91); Flamax Serviços de Mão de Obras Ltda. (09.021.123/0001-83); Francisco Idílio do Nascimento (152.485.264-34); Francisco Rommel Feijó de Sá (110.356.253-34); Izabel Cristina Bastos Nóbrega Cruz (058.950.303-00); Jacqueline Cavalcanti Sampaio (707.845.233-04); José Leite Gonçalves Cruz (144.320.801-91); José Marcondes Macedo Landim (313.037.143-53); Juliana de Alencar Mota e Macedo (089.552.737-54); Marco Antônio Bezerra Rulim (525.988.963-00); Maria Betilde Sampaio Correia (092.148.523-91); Maria Isabelle Sampaio F Nascimento (652.978.063-72); Maria Tereza Amora Cruz (308.314.743-00); Odair José de Matos (403.387.623-53); Paulo Marcio Sampaio Filgueira (472.959.963-20); Ricardo Bruno Macedo Tavares Cruz (970.241.473-34); Sandra Helena Lobo Mesquita (267.826.343-68); Silvio Roberto Araujo Gomes (666.415.003-49)

1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Ceará (00.414.607/0006-22)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barbalha - CE

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5021/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", e 250, inciso II, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação para considerá-la procedente, e determinar o apensamento ao TC 027.911/2010-1, consoante proposto nos pareceres da 9ª Secex, dar ciência desta deliberação e encaminhar cópia da instrução de peça nº 2 ao interessado.

1. Processo TC-012.796/2011-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região/RJ (02.578.421/0001-20)

1.2. Órgão/Entidade: Nuclebras Equipamentos Pesados S.A. - MCT

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5022/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV, e 237, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação e determinar o arquivamento dos autos, ante as informações fornecidas pelos órgãos repassadores dos recursos atinentes aos convênios tratados nos autos de que as respectivas contas foram aprovadas, conforme esclarecido na instrução da Secex/AM, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar os convênios mencionados novamente em processos distintos caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-019.742/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (05.829.742/0001-48)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fonte Boa - AM

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (SECEX-AM).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5023/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", e 237, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer a presente representação, arquivar os presentes autos ante os motivos expostos pela 9ª Secex, comunicar à Nuclep e a interessada desta deliberação e recomendar à Nuclebrás Equipamen-

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

tos Pesados S.A- NUCLEP que insira nos processos de contratação, caso ainda não esteja fazendo, a garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas, em conformidade com o inciso IV do art. 21 do anexo ao Decreto 3.555/2000, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar o pregão tratado nos autos em processo distinto caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-026.320/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: A. A. da Silva Gomes Comercial (10.445.568/0001-70)
1.2. Órgão/Entidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - MCT
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

d) Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (Relação nº 20).

ACÓRDÃO Nº 5024/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados ou o advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.279/2012-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jessica Souza Bonasser (840.393.532-34); Marcos Daniel Souza Rodrigues (840.388.702-78).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas - SRTE/AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5025/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 11 da Lei n. 8.443/1992, 157 do Regimento Interno/TCU e 39 da Resolução/TCU n. 191/2006, em sobrestar o julgamento do presente processo até o pronunciamento do Ministério da Cultura sobre a determinação abaixo (subitem 1.7.1), de acordo com o parecer da Secex/SC:

1. Processo TC-003.182/2012-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Cesar Augusto Vargas Lavoura (017.448.569-74).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura - MinC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex/SC).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. ao Ministério da Cultura que proceda, no prazo de 120 (centro e vinte) dias, à análise dos documentos apresentados pelo Sr. César Augusto Vargas Lavoura, referente ao Projeto n. 05-7642, Processo n. 01400.013283/05-22, certificando-se da efetiva impressão do livro "Teatro Amador e Cinema em Lages", encaminhando o resultado a este Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 5026/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando que, por meio do Acórdão n. 944/2012 - TCU - 2ª Câmara, foram julgadas irregulares as contas dos Srs. Samuel Alleyne Neto, Jorge Garcia Leite e Enéas Ferreira Carneiro, condenando-se solidariamente os dois primeiros e o espólio do último ao pagamento do débito apurado na aludida Tomada de Contas Especial, instaurada pelo Tribunal Superior Eleitoral para apurar irregularidades na aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário, transferidos ao Diretório Nacional do Partido da Reedificação da Ordem Nacional - Prona, posteriormente incorporado ao Partido da República - PR; considerando que a requerente, Sra. Lígia Lorandi Ferreira Carneiro, representante do espólio do Sr. Enéas Ferreira Carneiro, comparece aos autos para prestar esclarecimentos e não impugna os termos do julgado proferido neste processo; e considerando que a discussão em torno da possibilidade de o espólio arcar com as penalidades pecuniárias aplicadas por esta Corte será objeto de exame na ação de execução a ser proposta no âmbito do Poder Judiciário, de competência da Advocacia-Geral da União, de acordo com o art. 81, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, ACORDAM, por unanimidade, em receber a peça apresentada pela Sra. Lígia Lorandi Ferreira Carneiro como mera petição, negando-se a ela seguimento, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela Serur e desta deliberação à requerente:

1. Processo TC-027.804/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Enéas Ferreira Carneiro (126.043.057-04); Jorge Garcia Leite (243.473.537-15); Samuel Alleyne Neto (056.206.272-68).
1.2. Órgão/Entidade: Diretório Nacional do Partido da Reedificação da Ordem Nacional - Prona, posteriormente incorporado ao Partido da República - PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5027/2012 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 1.5.2, 1.5.4, 1.5.6, 1.5.7 e 1.6 do Acórdão n. 3.702/2009 - TCU - 1ª Câmara e em fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer emitido pela 2ª Secex:

1. Processo TC-002.174/2012-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal - Coren/DF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (Secex-2).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. conceder, em caráter excepcional, o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Conselho Regional de Enfermagem no Distrito Federal cumpra as determinações insertas nos subitens 1.5.8, 1.5.14.4 e 1.5.15 do Acórdão n. 3.702/2009 - 1ª Câmara, com as seguintes adaptações:
1.7.1.1. encaminhe cópia dos autos da Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência do recebimento, por conselheiros e servidores, de diárias para participarem do 8º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem, conquanto tenham se hospedado em hotel pago pelo Coren-DF, acompanhado do relatório conclusivo da comissão de Tomada de Contas Especial e dos comprovantes de ressarcimento, caso tenham sido efetuados (subitem 1.5.8 do Acórdão);
1.7.1.2. providencie o ressarcimento aos cofres do Conselho das despesas efetuadas com alimentação e com notas fiscais/recibos com data de emissão anteriores à de concessão de suprimentos, no exercício de 2005 (subitem 1.5.14.4 do Acórdão);
1.7.1.3. informe ao Tribunal as medidas administrativas adotadas com vistas ao atendimento das recomendações formuladas pela empresa Global Auditores Independentes, no Relatório de Auditoria n. 01/2006, referente às contas do exercício de 2005, do Coren-DF (subitem 1.5.15 do Acórdão);
1.7.1.4. alertar ao Coren-DF que o descumprimento de determinação do TCU enseja a aplicação de multa cominada no art. 58, inciso VII, da Lei n. 8.443/1992.

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento e à apreciação, de forma unitária, dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta sob o nº 24, organizada em 12 de julho corrente, havendo a Segunda Câmara aprovado os Acórdãos de nºs a , que se inserem no Anexo desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Procs. nºs 003.303/2010-1 (com o Apenso nº 018.202/2009-0), 015.423/2005-4 (com os Apensos nºs 019.401/2004-7 e 013.284/2000-9), 016.468/2010-4, 025.801/2009-5, 026.206/2008-5 (com o Apenso nº 010.363/2006-0) e 030.260/2007-8, relatados pelo Ministro Aroldo Cedraz;

b) Procs. nºs 000.222/2011-9, 009.629/2011-4, 015.815/2005-4 (com os Apensos nºs 020.951/2006-5 e 020.950/2006-8) e 020.451/2009-2, relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro;

c) Procs. nºs 002.419/2010-6, 018.499/2005-6, 019.636/2011-3 e 024.632/2011-2, relatados pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

d) Procs. nºs 012.523/2011-9, 016.660/2012-9, 019.173/2011-3 e 019.579/2011-0, relatados pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 5028/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.222/2011-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Confederação Brasileira de Desporto de Participação (02.698.985/5001-80); Dieter Fanta (111.311.318-94).
4. Entidade: Associação Olimpíadas Especiais do Brasil - AOEB/SP.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
8. Advogados constituídos nos autos: Renato Parreira Stetner (OAB/SP nº 119.073); Paulo Henrique Spirandeli Dantas (OAB/SP nº 197.479); Thais da Costa (OAB/DF nº 24.823); Danúbia Souto Santos (OAB/DF nº 29.843); e Anna Cecília Rostworowski da Costa (OAB/SP nº 203.612).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas do Ministério do Esporte, em razão da não aprovação da prestação de Contas do Termo de Convênio nº 61/2002 (fls. 17/23 - Peça 01), celebrado entre a União (Ministério do Esporte) e a Associação Olimpíadas Especiais do Brasil - AOEB/SP, objetivando a realização dos III Jogos Nacionais das Olimpíadas Especiais do Brasil, previstos para o período de 21 a 27 de julho de 2002, nas cidades de Sorocaba e Votorantim/SP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19, parágrafo único e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210, §2º e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas do Sr. Dieter Fanta (CPF nº 111.311.318-94) e condená-lo, solidariamente com a Confederação Brasileira de Desporto de Participação (CNPJ nº 26.989.855/0001-80), ao pagamento da quantia de R$ 188.807,91 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos e sete reais e noventa e um centavos), fixando-lhes o prazo de 15 dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do artigo 23, inciso III, alínea **a**, da Lei nº 8.443/1992, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 30/08/2002 até a data do efetivo pagamento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.2. aplicar, individualmente, ao Sr. Dieter Fanta (CPF nº 111.311.318-94) e à Confederação Brasileira de Desporto de Participação (CNPJ 26.989.855/0001-80), a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.4. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. determinar à Secex/SP que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.3 e 9.4, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;
9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e
9.7 encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Senhor Procurador-Chefe da República no Estado de São Paulo, para ajuizamento das ações que entender cabíveis, nos termos do artigo 16, §3º, da Lei nº 8.443/1992 c/c o §6° do art. 209 do Regimento Interno/TCU, ressalvando a informação de que o Acórdão está sujeito a recurso.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5028-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5029/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.629/2011-4.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame (Representação)
3. Interessado: Companhia Doca do Espírito Santo (Codesa).
4. Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).
5. Relatores:
5.1 Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
5.2 Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedido de Reexame em face do Acórdão n.º 4.286/2011-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer do pedido de reexame interposto pela Companhia Docas do Espírito Santo, com fundamento no art. 286, parágrafo único, do Regimento Interno, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o item 1.4.1 do Acórdão n.º 4.268/2011-2ª Câmara;
9.2 determinar à Companhia Docas do Espírito Santo que se abstenha de realizar despesas com capacitação de seu pessoal sem que adote medidas que garantam o retorno do investimento, a exemplo da assinatura pelos empregados de termo de compromisso de não se ausentarem da entidade, após cumprirem curso de longa duração, por período mínimo equivalente, consideradas as garantias de que gozem;
9.3 dar ciência à Companhia Docas do Espírito Santo.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5029-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5030/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.815/2005-4.
1.1. Apensos: TC 020.951/2006-5; TC 020.950/2006-8
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis: Reinaldo Ramos Rio (CPF n.º 021.286.245-68), ex-Prefeito.
4. Órgão/Entidade : Município de Valente (BA).
5. Relatores:
5.1 Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
5.2 Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Recurso de Reconsideração em face do Acórdão n.º 1.228/2006-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Reinaldo Ramos Rios, com fundamento no art. 32, I, e no art. 33 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2 dar nova redação aos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão n.º 1.228/2006-2ª Câmara, nos termos a seguir:
*"9.1. julgar as presentes contas irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", e 19, **caput**, da Lei 8.443/1992, e condenar o Sr. Reinaldo Ramos Rios, ex-Prefeito Municipal Valente/BA, ao pagamento do valor de R$ 9.100,00 (nove mil e cem reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 23/9/1997, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;*
9.2. aplicar ao Sr. Reinaldo Ramos Rios a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;"
9.3 autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.4 alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno;
9.5 remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para adoção das providências que julgar pertinentes, nos termos do art. 16, §3º, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 209, §6º, do RI/TCU;
9.6 informar ao FNDE, encaminhando-lhe cópia dos autos, inclusive dos documentos juntados pelo MP/TCU à contracapa do Anexo 1, de que há indícios de desvio na aplicação dos recursos de que trata o Convênio SIAFI nº 329858, cujo objetivo era a aquisição de um kit tecnológico, já que os recursos foram utilizados em sua totalidade na compra de material de limpeza, conforme nota fiscal emitida pelo Supermercado Bamba, no valor de R$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), paga com recursos oriundos do aludido Convênio, mas creditados na conta específica de que trata esta tomada de contas especial;
9.7 dar ciência da presente deliberação ao interessado.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5030-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (na Presidência).
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5031/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.451/2009-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71); Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT (37.464.161/0001-46); Venceslau Botelho de Campos (363.908.288-53)
3.2. Responsáveis: Klass Comércio e Representações Ltda. (02.332.985/0001-88); Leonildo de Andrade (154.695.258-64); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Venceslau Botelho de Campos (363.908.288-53).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); 7ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-7).
8. Advogado constituído nos autos: Demilson Nogueira Moreira (OAB/MT nº 6.491-B)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Venceslau Botelho de Campos, ex-prefeito do Município de Santo Afonso/MT, em face do Acórdão nº 10.558/2011 - TCU - 2ª Câmara (fls. 420/421 - Peça 09), que julgou irregulares suas contas, e o condenou em débito e em multa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Venceslau Botelho de Campos (CPF: 363.908.288-53), ex-Prefeito do Município de Santo Afonso/MT, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, na íntegra, o Acórdão nº 10.558/2011-TCU-2ª Câmara; e
9.2. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do respectivo relatório e voto, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, à Controladoria Geral da União, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, ao Ministério Público daquele ente federativo, e aos demais interessados.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5031-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5032/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-002.419/2010-6
2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.
3. Responsável: Paulo Marcos Borges Rizzo, CPF 007.499.728-90.
4. Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - Capes.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
5.1. Revisor: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: Secex/SC.
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade de Paulo Marcos Borges Rizzo, instaurada pelo CNPq em razão da não comprovação da conclusão do curso de doutorado e defesa de tese, objeto de bolsa de estudos concedida pelo órgão, condições essas estabelecidas em termo de compromisso,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 10, § 1º, *in fine*, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e do art.113 do RI/TCU:
9.1. encaminhar diligência ao Sr. Paulo Marcos Borges Rizzo para que, no prazo de trinta dias, apresente perante este Tribunal:
9.1.1. comprovação de que uma primeira versão da tese foi apresentada aos orientadores, em 1998, que a consideraram bem escrita e bem fundamentada tecnicamente, mas insuficiente na parte empírica;
9.1.2. comprovação do aprofundamento da pesquisa empírica, conforme solicitado pelos orientadores, durante os exercícios de 2001 e 2003;
9.1.3. comprovação de que o bolsista retornou e pertence ao quadro de discentes da Universidade Federal de Santa Catarina;
9.1.4. comprovação do ingresso do bolsista em curso de doutorado perante a Universidade Federal de Santa Catarina e do aproveitamento dos créditos de matérias cursadas na Inglaterra nesse curso;
9.1.5. comprovação da conclusão desse doutorado, se já tiver ocorrido;
9.1.6. quaisquer outras comprovações que entender pertinentes;
9.2. determinar à Secex-SC que analise as comprovações encaminhadas pelo bolsista e ofereça nova proposta de mérito nos autos, retificando ou ratificando sua proposta anterior;
9.3. após manifestação da unidade técnica, tramitar os autos ao Ministério Público - TCU, para manifestação regimental, e
9.4. dar ciência desta deliberação à Capes, à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e ao responsável.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5032-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência e Revisor) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5033/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-018.499/2005-6
2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Reforma.
3. Interessados: Amilton dos Santos Silva, CPF 003.679.826-68; Andrassy Barboza da Silva, CPF 006.343.101- 78; Antonio Carlos de Aguiar, CPF 018.605.006-25; Antonio Carlos Jeovanini, CPF 148.648.356-91; Antonio Pereira Benevides Filho, CPF 004.942.831-49; Carlos Alberto de França Rebouças, CPF 003.595.643-72; Claudio Rogério Carvalho, CPF 185.444.318-60; Eldemir Fernandes, CPF 114.091.939-34; Francisco Martins Fettermann, CPF 022.499.957-53; João de Deus Gracioso Alonso, CPF 070.805.307-68; José Walbran Jucá, CPF 075.355.111-04; Juarez Weiss, CPF 069.826.037-68; Julio Paiva Junior, CPF 351.773.308-34; Luiz Santiago de Lima, CPF 072.635.896-72; Meyerbeer Fricke de Lyra, CPF 001.945.902-59; Ney Ferreira da Silveira, CPF 040.533.460-53, e Pedro Gurgel Gentil, CPF 012.344.714-34.
4. Unidade: Diretoria de Civis, Inativos e Pensionistas do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de reforma,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões aduzidas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legais os atos constantes das peças 7/10, 12/13, 16 e 18/19, relativos às alterações das reformas dos Srs. Andrassy Barboza da Silva, Antônio Carlos de Aguiar, Antonio Carlos Jeovanini, Antônio Pereira Benevides Filho, Cláudio Rogério de Carvalho, Eldemir Fernandes, José Walbran Jucá, Julio Paiva Junior e Luiz Santiago de Lima, autorizando-se os respectivos registros, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. considerar prejudicada, pela perda do objeto, a análise de mérito dos atos descritos nas peças 14, 17 e 20, relativos às alterações das reformas dos Srs. Francisco Martins Fettermann, Juarez Weiss e Meyerbeer Fricke de Lyra, em face do óbito dos ex-militares, a teor do art. 260, § 5º do Regimento Interno desta Corte de Contas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3. considerar prejudicada, por inépcia, a análise de mérito dos atos constantes das peças 6, 11, 15, 21 e 22, referentes às alterações das reformas dos Srs. Amilton dos Santos Silva, Carlos Alberto de França Rebouças, João de Deus Gracioso Alonso, Ney Ferreira da Silveira e Pedro Gurgel Gentil, em face de inconsistências nas informações prestadas;

9.4. determinar ao órgão de origem que, no prazo de sessenta dias, disponibilize no sistema Sisac novos atos de alteração das reformas dos militares elencados no item anterior, informando-se corretamente a descrição dos fundamentos legais que motivaram as alterações das reformas;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. dê ciência deste acórdão e das demais peças que o fundamentam ao órgão de origem, e

9.5.2. cumprida a presente deliberação, arquivem-se os autos.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5033-24/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5034/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-019.636/2011-3.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: Celso Ricardo Ludwig, ex-Presidente (CPF 019.638.819-82); Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf) (CNPJ 04.801.878/0001-87).

4. Unidades: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (Secex/SC).

8. Advogados constituídos nos autos: Geferson Luís Chetsco (OAB/PR 45.333); Maria Loiva de Andrade Schwerz (OAB/SC 8.264).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial originada do TC-031.997/2010-4 por determinação do Acórdão 4001/2011-2ª Câmara, que tratou de representação encaminhada por Delegado de Polícia Federal, versando sobre possíveis irregularidades praticadas pela Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf) na execução do Contrato de Repasse 169.766-13/2004, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no valor de R$ 77.040,00 (setenta e sete mil e quarenta reais) em recursos federais transferidos em 3/2/2005, com vistas à realização de cursos de capacitação de agricultores familiares e à aquisição de material didático,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Celso Ricardo Ludwig e da Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, e condená-los solidariamente em débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento, aos cofres do Tesouro Nacional, da importância de R$ 77.040,00 (setenta e sete mil e quarenta reais), devidamente atualizada e acrescida dos juros de mora pertinentes, calculados a partir de 3/2/2005, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. aplicar, individualmente, ao Sr. Celso Ricardo Ludwig e à Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, e

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis;

9.5. determinar à Secex/SC que envie cópia desta deliberação e de outros elementos pertinentes à Controladoria-Geral da União, para que esta avalie a possibilidade de inabilitar a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf) para recebimento de novas transferências voluntárias federais.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5034-24/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5035/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 024.632/2011-2

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: Associação de Amigos 100% Saruga (CNPJ 05.485.707/0001-59); Jaílson Ribeiro Teixeira, Presidente da Associação de Amigos 100% Saruga (CPF 036.499.769-94); NM Produções e Eventos Ltda. (CNPJ 06.053.058/0001-80); Evaldo Santos Gonçalves Marcos, representante da empresa NM Produções e Eventos Ltda. (CPF 018.968.069-53).

4. Unidade: Município de Imbituba/SC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secex/MA.

8. Advogado constituído nos autos: Claudio Scarpeta Borges (OAB/RS 30.352), Leila Lucchese (OAB/SC 22.502) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial autuada a partir da conversão de representação apresentada pela Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina (TC-018.510/2010-8), noticiando irregularidades no emprego de recursos federais para patrocínio da 7ª Festa Nacional e a 13ª Festa Estadual do Camarão no Município de Imbituba/SC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revéis a Associação dos Amigos 100% Saruga e o Sr. Jaílson Ribeiro Teixeira;

9.2. julgar irregulares as presentes contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e condenar solidariamente a Associação de Amigos 100% Saruga, o Sr. Jaílson Ribeiro Teixeira, a empresa NM Produções e Eventos Ltda. e o Sr. Evaldo Santos Gonçalves Marcos ao pagamento da quantia de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 22/12/2005 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar, individualmente, ao Sr. Jaílson Ribeiro Teixeira, ao Sr.Evaldo Santos Gonçalves Marcos, à Associação de Amigos 100% Saruga e à empresa NM Produções e Eventos Ltda., com base nos arts. 19, *caput*, e 57 da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. determinar ao Ministério do Turismo, em reiteração ao item 9.6.2 do Acórdão 96/2008-TCU-Plenário, que, quando da análise de propostas de celebração de convênios ou contratos de repasse com entidades de natureza pública ou privada, verifique se o objeto do convênio destina-se ao cumprimento do interesse público e se é compatível com os objetivos estatutários do convenente, evitando participar de ajustes em que o interesse seja fundamentalmente privado, sob pena de caracterizar subvenção social a entidade privada, que é vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo caput do art. 16 da Lei nº 4.320/1964;

9.6. determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT que adote as providências pertinentes para investigar e sanar as irregularidades identificadas nestes autos, relativas ao Contrato 13.836/2006, firmado com a empresa NM Produções e Eventos Ltda. para realização da 7ª Festa Nacional do Camarão, no período de 26 a 29/1/2006, comunicando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as ações realizadas em cumprimento a esta determinação;

9.7. enviar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, para subsidiar os procedimentos a que se refere o item 9.5 acima, cópia da Representação, das instruções, dos pareceres e dos acórdãos constantes dos autos do processo apenso (TC-018.510/2010-8), além de cópia do presente feito; e

9.8. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, para as providências que entender cabíveis, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5035-24/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5036/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC 012.523/2011-9

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Jorge Luiz Cordeiro Dias, CPF 133.705.292-20.

4. Entidade: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima - Crea/RR.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Roraima - Secex/RR.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea contra o Sr. Jorge Luiz Cordeiro Dias, ex-Presidente do Conselho Regional de Arquitetura e Agronomia no Estado de Roraima, em razão da impugnação de despesas efetuadas pela entidade regional.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Jorge Luiz Cordeiro Dias, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, e 19, **caput**, da Lei n. 8.443/1992, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo descritas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das respectivas datas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima - Crea/RR:

Valor Original (R$)	Data da ocorrência
400,00	07/05/2006
2.216,00	12/05/2006
1.200,00	23/05/2006
400,00	04/06/2006
1.200,00	18/06/2006
500,00	18/07/2006
500,00	26/07/2006
708,00	21/09/2006
354,00	27/09/2006
354,00	22/10/2006
800,00	07/11/2006
354,00	26/11/2006
27.000,00	13/12/2006
431,00	26/12/2006
1.050,00	17/01/2007
10.057,40	19/04/2007

9.2. aplicar multa ao Responsável, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no disposto pelo art. 57 da Lei n. 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.4. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o antecedem, à Procuradoria da República no Estado de Roraima, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5036-24/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5037/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC-016.660/2012-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Edson Vicente Costa, CPF n. 681.268.758-87.

4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas - SRTE/AL.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo em que se analisa ato de concessão de aposentadoria ao Sr. Edson Vicente Costa, ex-servidor da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. Edson Vicente Costa, negando-se registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado n. 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. comunique ao interessado a respeito deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta Deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência do julgamento desta Corte;

9.4. orientar, com fulcro no art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, o órgão de origem no sentido de que poderá emitir novo ato de aposentadoria do Sr. Edson Vicente Costa, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, do Regimento Interno/TCU;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 **supra**, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5037-24/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5038/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC-019.173/2011-3.

2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Artur Alcides de Souza Barros, CPF n. 276.657.711-49, ex-Prefeito, e DL Empresa de Construções e Planejamento Ltda., CNPJ n. 02.495.787/0001-35.

4. Entidade: Município de Ponte Alta do Tocantins/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/TO.

8. Advogado constituído nos autos: Daniel Souza Matias, OAB/TO n. 2.222-B .

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Deliq/MP, devido a inexecução parcial do objeto do Convênio n. 19/1999, celebrado, em 14/07/1999, entre a União, por intermédio da extinta Secretaria Especial de Políticas Regionais da Presidência da República - Sepre/PR, e o Município de Ponte Alta do Tocantins/TO, objetivando a recuperação de uma ponte mista sobre o Rio Ponte Alta.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 20 e 21 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 211, § 1°, do RI/TCU, considerar iliquidáveis as presentes contas, ordenando o seu trancamento, no tocante à DL Empresa de Construções e Planejamento Ltda.;

9.2. julgar, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **b** e **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, irregulares as contas do Sr. Artur Alcides de Souza Barros, condenando-o ao pagamento do valor original de R$ 38.844,00 (trinta e oito mil oitocentos e quarenta e quatro reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 23/07/1999 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Artur Alcides de Souza Barros a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens 9.2 e 9.3 **supra**, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Tocantins, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992;

9.6. dar ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis e ao Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5038-24/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5039/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC 019.579/2011-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fórum de ONGs Aids no Estado de Goiás, CNPJ n. 04.953.954/0001-70; Maria das Dores Dolly Soares, CPF n. 347.548.731-49.

4. Entidade: Fórum de ONGs Aids no Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/GO.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS em decorrência da omissão no cumprimento do dever legal de prestar contas quanto à regularidade na aplicação da primeira parcela dos recursos transferidos por intermédio do Termo de Cooperação n. 017/2007 à entidade Fórum de ONGs Aids do Estado de Goiás.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **a**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas e condenar, solidariamente, a entidade Fórum de ONGs Aids do Estado de Goiás e a Sra. Maria das Dores Dolly Soares, ao pagamento do débito de R$ 113.040,00 (cento e treze mil e quarenta reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 27/06/2007 até o dia do seu efetivo pagamento, na forma da legislação em vigor;

9.2. aplicar individualmente aos responsáveis mencionados no subitem precedente a multa capitulada no art. 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens 9.1 e 9.2 acima, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Goiás, com base no art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5039-24/12-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 5040/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.303/2010-1.

1.1. Apenso: 018.202/2009-0

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Dirce Durães Vila Nova (600.156.917-72); Edinar Valente de Andrade Gibim (229.247.362-34); M do Espírito Santo Braga (02.043.066/0001-94); Marcos Herbert Felix (301.660.121-49); Namis Levino da Silva Filho (229.805.552-15).

4. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RR (00.394.544/0196-09)

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RR (Secex/RR).

8. Advogados constituídos nos autos: Sebastião Ernesto dos Anjos (OAB/RR: 123-B), Ronald Rossi Ferreira (OAB/RR: 467), Rivaldo Lopes (OAB/DF: 12.814).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas originada da conversão de Representação (TC 018.202/2009-0), conforme determinação do Acórdão 5554/2009 - 2ª Câmara, em razão da apuração, após inspeção **in loco**, de dano ao erário decorrente de irregularidades verificadas no Contrato 06/2005, que vigeu até 2008, celebrado entre o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Roraima - NEMS/RR e a empresa M. do Espírito Santo Braga, para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização do prédio do núcleo em Roraima.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **c**, 19 , **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1 acatar as alegações de defesa apresentadas por Edinar Valente de Andrade Gibim, excluindo-a da relação processual;

9.2 rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Marcos Herbert Felix, Namis Levino da Silva Filho, Dirce Durães Vila Nova e pela empresa M. do Espírito Santo Braga;

9.3 julgar irregulares estas contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 1992;

9.4 condenar, solidariamente, Marcos Herbert Felix, Namis Levino da Silva Filho e a empresa M. do Espírito Santo Braga ao pagamento do valor de R$ 52.172,01 (cinquenta e dois mil cento e setenta e dois reais e um centavo), devidamente atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora a partir de 13/5/2008, até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno - TCU), o recolhimento dos valores aos cofres do Tesouro Nacional, devido à ocorrência de superfaturamento no Contrato 06/2005 (Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização do Prédio do NEMS/RR), decorrente de preços praticados superiores aos referenciais de mercado;

9.5 condenar, solidariamente, Marcos Herbert Felix, Namis Levino da Silva Filho e a empresa M. do Espírito Santo Braga ao pagamento dos valores a seguir consignados, devidamente atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora a partir das datas abaixo descritas, até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno - TCU), o recolhimento dos valores aos cofres do Tesouro Nacional, devido à ocorrência de superfaturamento no Contrato 06/2005 (Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização do Prédio do NEMS/RR), decorrente de pagamentos por serviços não prestados:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
5.468,82	13/2/2006
6.628,00	3/3/2006
5.591,25	11/4/2006
452,33	12/4/2006
452,33	14/6/2006

9.6 condenar, solidariamente, Marcos Herbert Felix, Dirce Durães Vila Nova e a empresa M. do Espírito Santo Braga ao pagamento dos valores a seguir consignados, devidamente atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora a partir das datas abaixo descritas, até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno - TCU), o recolhimento dos valores aos cofres do Tesouro Nacional, devido à ocorrência de superfaturamento no Contrato 06/2005 (Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização do Prédio do NEMS/RR), decorrente de pagamentos por serviços não prestados:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
452,33	31/8/2006
452,33	24/10/2006
2.297,67	9/5/2006
1.350,00	31/8/2006
452,33	18/3/2008

9.7 condenar, solidariamente, Dirce Durães Vila Nova e a empresa M. do Espírito Santo Braga ao pagamento dos valores a seguir consignados, devidamente atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora a partir das datas abaixo descritas, até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno - TCU), o recolhimento dos valores aos cofres do Tesouro Nacional, devido à ocorrência de superfaturamento no

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Contrato 06/2005 (Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização do Prédio do NEMS/RR), decorrente de pagamentos por serviços não prestados:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
1.350,00	15/2/2008
452,33	15/4/2008
855,00	13/5/2008

9.8 aplicar a. Marcos Herbert Felix, Namis Levino da Silva Filho e Dirce Durães Vila Nova, bem como, à empresa M. do Espírito Santo Braga, respectivamente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), R$ 7.000,00 (sete mil reais), R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), R$ 700,00 (setecentos reais) com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do mencionado Regimento), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.9 determinar, caso não atendidas as notificações, o desconto das dívidas dos servidores Marcos Herbert Felix e Dirce Durães Vila Nova, em folha de pagamento, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno - TCU, tomando como parâmetro para o desconto o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a modificação feita pela Medida Provisória 2.225-45, de 4 de setembro de 2001;

9.10 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas mencionadas nos subitens anteriores, caso não atendidas as notificações e/ou não seja possível efetuar o desconto em folha;

9.11 remeter cópia dos autos, bem como da deliberação que vier a ser proferida e do relatório e voto que a fundamentarem, à Procuradoria da República no Estado de Roraima, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443, de 1992, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno - TCU, para ajuizamento das ações cabíveis; e

9.12 dar ciência do inteiro teor deste acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Roraima (NEMS/RR) e aos responsáveis.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5040-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5041/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.423/2005-4.
1.1. Apensos: 019.401/2004-7; 013.284/2000-9.
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas.
3. Responsáveis: Abelardo Bayma Azevedo (097.732.821-04); Adacir dos Reis (098.190.148-40); Álvaro Solon de França (083.212.301-30); Ana Maria Rocha Meira (093.226.632-00); Ângela Maria Mamede Lage (044.771.977-72); Antonia Pereira de Barros (186.407.021-87); Antonio Leandro dos Santos Filho (248.786.261-00); Daniel Correa da Silva (862.025.706-44); Edi Damasceno Maciel (398.922.391-72); Edmundo Soares do Nascimento Filho (224.487.053-72); Elizabeth Martins de Freitas Ferreira (183.714.001-44); Emerson Brandão dos Santos (286.108.141-49); Floriano Martins de Sá Neto (009.919.198-90); Geraldo Almir Arruda (279.854.821-72); Helmut Schwarzer (630.495.549-91); Jadir Dias Proença (082.079.845-20); Jose Ivan de Paula (186.426.161-72); Jose Reynaldo da Cunha Santos Arozo Vieira da Silva (002.185.373-87); Jose Wagner Lima Belchior (133.106.743-04); Jose de Freitas Ferreira da Silva (150.132.861-15); Julio Cesar Mantovani (277.925.366-53); Keviler Nobre Barroso Pinheiro (144.878.961-34); Leonardo Andre Paixão (125.598.288-80); Lieda Amaral de Souza (271.873.144-34); Maria Rosinete Gomes (373.157.491-87); Miriam Aparecida Custodio (350.410.726-04); Ricardo Barbosa Rios (808.381.978-68); Ricardo de Oliveira Lira (592.581.954-34); Romeu Rodrigues da Silva (084.571.151-20); Teresa Cristina Morais Gondim (363.496.667-04); Terezinha Rosa de Oliveira Silva (222.734.761-91); Walkiria Reis Moraes (200.175.963-00).
4. Unidade: Secretaria Executiva - MPS.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (Secex/5).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas agregada da Secretaria Executiva do Ministério da Previdência Social, relativa ao exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1 levantar o sobrestamento do presente processo;

9.2 com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alínea **b**, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Lieda Amaral de Souza;

9.3 com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalvas as contas de Helmut Schwarzer, Adacir dos Reis, Julio Cesar Mantovani, Edi Damasceno Maciel, Jose Wagner Lima Belchior, Abelardo Bayma Azevedo, Edmundo Soares do Nascimento Filho, Jose Reynaldo da Cunha Santos Arozo Vieira da Silva e de Ângela Maria Mamede Lage, dando-se-lhes quitação;

9.4 com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas de Álvaro Solon de França, Ana Maria Rocha Meira, Antonia Pereira de Barros, Antonio Leandro dos Santos Filho, Daniel Correa da Silva, Elizabeth Martins de Freitas Ferreira, Emerson Brandão dos Santos, Floriano Martins de Sá Neto, Geraldo Almir Arruda, Jadir Dias Proença, Jose Ivan de Paula, Jose de Freitas Ferreira da Silva, Keviler Nobre Barroso Pinheiro, Leonardo Andre Paixão, Lieda Amaral de Souza, Maria Rosinete Gomes, Miriam Aparecida Custodio, Ricardo Barbosa Rios, Ricardo de Oliveira Lira, Romeu Rodrigues da Silva, Teresa Cristina Morais Gondim, Terezinha Rosa de Oliveira Silva e de Walkiria Reis Moraes, dando-se-lhes quitação plena;

9.5 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5041-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5042/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.468/2010-4.
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Agrário (vinculador)
3.2. Responsável: José Joel Luis Bento (134.083.724-20).
4. Unidade: Cooperativa Agropecuária de Desenvolvimento do Agreste (Coopagreste)
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex/AL).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas de recursos repassados à Cooperativa Agropecuária de Desenvolvimento do Agreste (Coopagreste), mediante o Convênio nº 44/2002, Siafi nº 466409.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1 retificar, por inexatidão material, o subitem 9.3 do Acórdão 8.195/2011 - 2ª Câmara, que passa a ter a seguinte redação:

"[...]

9.3 com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar ao Sr. José Joel Luís Bento multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), devendo comprovar o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

[...]".

9.2 restituir os autos à Secex/AL para as providências a seu cargo.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5042-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5043/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.801/2009-5
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Jorge Briseno Torres (CPF/MF 326.014.844-20 e Kátia Born Ribeiro (CPF/MF 164.391.804-44).
4. Unidade: Diretório Estadual do Partido Socialista Brasileiro em Alagoas - PSB/AL.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secex/AL.
8. Advogado constituído nos autos: João Marcelo Vieira de Almeida (OAB/AL 7.495).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL), em razão da rejeição das contas do exercício de 2006 do Diretório Estadual de Alagoas do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **b** e **c**, 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, julgar irregulares as presentes contas e condenar em débito, solidariamente, os responsáveis Jorge Briseno Torres e Kátia Born Ribeiro, pelas importâncias a seguir especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno), o recolhimento aos cofres do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos) das referidas quantias, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente:

Data	Valor (R$)
14/2/2006	5.720,00
5/5/2006	4.000,00
5/5/2006	500,00
2/6/2006	650,00
2/6/2006	5.300,00
7/7/2006	4.910,00
7/7/2006	559,20
13/7/2006	40.000,00
25/7/2006	4.000,00
25/7/2006	5.500,00
25/7/2006	9.800,00
25/7/2006	9.800,00
4/8/2006	4.100,00
23/8/2006	5.000,00
23/8/2006	4.000,00
23/8/2006	5.000,00
23/8/2006	15.000,00
30/8/2006	4.100,00
29/9/2006	10.000,00
29/9/2006	7.500,00
27/10/2006	4.500,00
11/12/2006	500,00
11/12/2006	4.450,00

9.2. aplicar aos mencionados responsáveis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores individuais de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a** do Regimento Interno) o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5043-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5044/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.206/2008-5.
1.1. Apenso: 010.363/2006-0
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Plínio Rodrigues de Araújo (173.130.231-20), na pessoa de Giselle Cristina de Oliveira Araújo, representante legal do espólio.
4. Unidade: Prefeitura de Cidade Ocidental-GO.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (Secex/GO).
8. Advogado constituído nos autos: Carlos Eduardo Pires - OAB/GO 31.037, Alexandre Augusto Martins - OAB/GO 20.531, Sérgio Ferreira Wanderley - OAB/GO 7.249.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação Geral de Gestão Financeira e Contabilidade do Ministério do Meio Ambiente contra o Sr. Plínio Rodrigues de Araújo, ex-Prefeito da Cidade Ocidental-GO, em razão da execução parcial do objeto e pelo não atingimento do objetivo do Convênio 2001CV000093-SQA, firmado em 20/12/2001 com aquela Prefeitura Municipal, no valor de R$ 558.847,68 (quinhentos e cinquenta e oito mil oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos), sendo R$ 50.804,33 (cinquenta mil oitocentos e quatro reais e trinta e três centavos) a titulo de contrapartida da convenente e R$ 508.043,00 (quinhentos e oito mil e quarenta e três reais) à conta do concedente, tendo como objetivo apoiar a implantação de aterro sanitário e recuperação de área degradada no município.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea **c**; 19, **caput;** 23, inciso III da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. julgar irregulares as presentes contas e condenar o espólio de Plínio Rodrigues de Araújo, ex-Prefeito da Cidade Ocidental-GO, ao pagamento da quantia de R$ 508.043,00 (quinhentos e oito mil e quarenta e três reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, **a**, do Regimento Interno), o recolhimento da quantia, aos cofres do Tesouro Nacional, devidamente atualizada e acrescida dos juros de mora pertinentes, calculados a partir de 27/12/2001, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.3. encaminhar cópia dos do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, para ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5044-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5045/2012 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.260/2007-8.
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (TCE)
3. Interessada: Márcia Regina Serejo Marinho (334.233.343-04).
4. Unidade: Prefeitura de Caxias - MA.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1 Relator do acórdão recorrido: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MA (Secex/MA).
8. Advogada constituída nos autos: Rosângela A. Goulart - OAB-MA 2.728.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interpostos por Márcia Regina Serejo Marinho, ex-Prefeita Municipal de Caxias/MA, contra o Acórdão 756/2010-TCU-2ª Câmara, mediante o qual suas contas foram julgadas irregulares, condenando-a ao recolhimento do débito, no montante de R$ 978.228,60 (novecentos e setenta e oito mil duzentos e vinte e oito reais e sessenta centavos), e aplicação da multa, prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em face da omissão do dever de prestar contas e de outras irregularidades, na aplicação de recursos federais transferidos para o cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar FNDE, no exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;

9.2. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à recorrente.

10. Ata n° 24/2012 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2012 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-5045-24/12-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

REABERTURA DE VOTAÇÃO

Ao dar prosseguimento à discussão e votação, nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, do processo nº 002.419/2010-6 (v. Ata nº 18/2011 - Segunda Câmara), o Ministro Aroldo Cedraz, na Presidência, concedeu a palavra ao Relator, Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti e a seguir proferiu seu Voto Revisor de acordo com a alteração proposta, nesta data, pelo relator, havendo a Segunda Câmara proferido, por unanimidade, o Acórdão nº 5032/2012.

SUSPENSÃO DE VOTAÇÃO ANTE PEDIDO DE VISTA

Diante de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (art. 119 do Regimento Interno), foi suspensa a votação do processo nº 015.138/2009-3 (com os Apensos nºs 002.796/2012-0 e 012.772/2009-4), de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 24/2012 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nº 021.485/2006-0 (Ministro Aroldo Cedraz); e

b) nºs 014.149/2006-8 (Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Raimundo Carreiro, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Aroldo Cedraz.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos, às dezessete horas e quarenta e quatro minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, lavrei e subscrevi, a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 20 de julho de 2012.

AUGUSTO NARDES
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2007.71.50.031404-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARIOALDO SALAU PINHEIRO
PROC./ADV.: JOÃO VICENTE FEREGUETE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 2008.70.50.027015-7, nos seguintes termos:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. ANISTIADO POLÍTICO. LEI N. 10.559/2002. CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DO EXÉRCITO - FUSEX. NÃO INCIDÊNCIA."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.50.016252-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIELZE DE OLIVEIRA LANDGRAF
PROC./ADV.: MARIA BEATRIZ MARTINS DE MARTINS
PROC./ADV.: KARLA B. M. DE LOS SANTOS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1192556/PE, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, que decidiu a questão em acórdão assim ementado:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA.

1. Sujeitam-se incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004. Não há lei que autorize considerar o abono de permanência como rendimento isento.

2. Recurso especial provido.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do STJ.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.50.031402-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MIGUEL TAVORA GOULART LOPES
PROC./ADV.: JOÃO VICENTE FEREGUETE
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 2008.70.50.027015-7, nos seguintes termos:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. ANISTIADO POLÍTICO. LEI N. 10.559/2002. CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DO EXÉRCITO - FUSEX. NÃO INCIDÊNCIA."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.51.001511-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CARLOS RENATO FERRAO MACIEL
PROC./ADV.: FERNANDA ALMEIDA VALIATT

DECISÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. OCORRÊNCIA. JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE VALORES RECEBIDOS JUDICIAL E ADMINISTRATIVAMENTE. IMPOSTO DE RENDA. MATÉRIA PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELA TNU. EMBARGOS DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1. Embargos de declaração opostos a decisão da Presidência da TNU que, considerando já ter sido apreciada no PEDILEF n. 2009.71.62.004420-9/RS a matéria objeto do pedido de uniformização, determinou a devolução dos autos à origem com fundamento no art. 7º, VII, "a", do RITNU.

2. Alegação da existência de erro material na decisão embargada, uma vez que o mérito do precedente invocado pelo Presidente ainda não foi apreciado pela TNU.

3. Ocorrência do erro material. Saneamento.

4. Verifico que a questão jurídica debatida nos autos - incidência de imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes de valores recebidos judicial e administrativamente - está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2009.71.62.004420-9/RS (processado sob o rito do art. 15, §§ 1º a 3º, do RITNU).

5. Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Embargos de declaração acolhidos para sanar o erro material contido na decisão embargada.

7. Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.51.67.001991-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): EDER GILSON QUEIROZ DE SOUZA
PROC./ADV.: ELISANGELA COELHO PAVÃO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.086.382/RS, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, em acórdão assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO.TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. omissis".

Também esta Turma Nacional, ao apreciar o PEDILEF n. 2005.71.52.003235-6, da relatoria da Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, firmou o entendimento de que, verbis:

"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUSEX/FUNSA/FUSMA. NATUREZA TRIBUTÁRIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES SUJEITA A PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL, NA FORMA DO INCISO I DO ART. 168 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INCIDENTE PROVIDO.

1. As contribuições especiais instituídas para custeio do Fundo de Saúde do Exército, Marinha e Aeronáutica - FUSEX/FUSMA/FUNSA - possuem natureza tributária e são tributos sujeitos a lançamento de ofício. A pretensão de restituição de diferenças recolhidas em desacordo com o princípio da legalidade se submete, por conseqüência, a prazo prescricional qüinqüenal, na forma do inciso I do art. 168 do Código Tributário Nacional.

2. Incidente de uniformização provido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, inciso VII, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que foi pacificado no âmbito do STJ e desta TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.62.003352-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MAURO ALEXANDRE LANGARO
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS RODRIGUES COSTA
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.112.745, nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO PAGA POR LIBERALIDADE DO EMPREGADOR. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA. INDENIZAÇÃO PAGA NO CONTEXTO DE PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV. NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA. SÚMULA 215/STJ. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC.

1. Nas rescisões de contratos de trabalho são dadas diversas denominações às mais variadas verbas. Nessas situações, é imperioso verificar qual a natureza jurídica de determinada verba a fim de, aplicando a jurisprudência desta Corte, classificá-la como sujeita ao imposto de renda ou não.

2. As verbas pagas por liberalidade na rescisão do contrato de trabalho são aquelas que, nos casos em que ocorre a demissão com ou sem justa causa, são pagas sem decorrerem de imposição de nenhuma fonte normativa prévia ao ato de dispensa (incluindo-se aí Programas de Demissão Voluntária - PDV e Acordos Coletivos), dependendo apenas da vontade do empregador e excedendo as indenizações legalmente instituídas. Sobre tais verbas a jurisprudência é pacífica no sentido da incidência do imposto de renda já que não possuem natureza indenizatória. Precedentes: EAg - Embargos de Divergência em Agravo 586.583/RJ, Rel. Ministro José Delgado, DJ 12.06.2006;

EREsp 769.118 / SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, DJ de 15.10.2007, p. 221; REsp n.º 706.817/RJ, Primeira Turma, Rel. Min.

Francisco Falcão, DJ de 28/11/2005; EAg 586.583/RJ, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Seção, v.u., julgado em 24.5.2006, DJ 12.6.2006 p. 421; EREsp 775.701/SP, Relator Ministro Castro Meira, Relator p/ Acórdão Ministro Luiz Fux, Data do Julgamento 26/4/2006, Data da Publicação/Fonte DJ 1.8.2006 p. 364; EREsp 515.148/RS, Relator Ministro Luiz Fux, Data do Julgamento 8/2/2006, Data da Publicação/Fonte DJ 20.2.2006 p. 190 RET vol. 48 p. 28; AgRg nos EREsp. Nº 860.888 - SP, Primeira Seção, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 26.11.2008, entre outros.

3. "Os Programas de Demissão Voluntária - PDV consubstanciam uma oferta pública para a realização de um negócio jurídico, qual seja a resilição ou distrato do contrato de trabalho no caso das relações regidas pela CLT, ou a exoneração, no caso dos servidores estatutários. O núcleo das condutas jurídicas relevantes aponta para a existência de um acordo de vontades para por fim à relação empregatícia, razão pela qual inexiste margem para o exercício de liberalidades por parte do empregador. [...] Inexiste liberalidade em acordo de vontades no qual uma das partes renuncia ao cargo e a outra a indeniza [...]" (REsp Nº 940.759 - SP, Primeira Seção, Rel.

Min. Luiz Fux, julgado em 25.3.2009). "A indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda". Enunciado n. 215 da Súmula do STJ.

4. Situação em que a verba denominada "gratificação não eventual" foi paga por liberalidade do empregador e a chamada "compensação espontânea" foi paga em contexto de PDV.

5. Recurso especial parcialmente provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e artigo 7º, alíneas "a" e "b" c/c art. 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501738-73.2010.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSE DE ARIMATEIA FEITOSA
PROC./ADV.: JOSÉ LAMARQUES DE MEDEIROS

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1192556/PE, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, que decidiu a questão em acórdão assim ementado:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA.

1. Sujeitam-se incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004. Não há lei que autorize considerar o abono de permanência como rendimento isento.

2. Recurso especial provido.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do STJ.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.52.003319-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO PAULO VIZZOTTO
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 2010.71.52.003466-0, julgado com a seguinte ementa:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação.

2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese do 5 + 5).

3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da TNU.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.57.005331-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GILMAR DE ALMEIDA BOEIRA
PROC./ADV.: FÁBIO CANALLI BORGES
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização dirigido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001) em que se alega divergência entre decisão da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e paradigma proveniente da Turma Recursal Suplementar daquele Estado, ambas integrantes da Quarta Região.

A Presidência da 2ª Turma Recursal deu seguimento ao pedido de uniformização, determinando a remessa dos autos à Turma Regional.

Desse modo, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da Quarta Região.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão a seguir proferida:

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica, relativa a GPDGTAS, constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 633.933, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDPGTAS estabelecidos para os servidores em atividade.."

No que se refere a tese referente a gratificação denominada de GDPGPE, também, está sendo apreciada pelo STF no RE 631.389, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, com a seguinte ementa:

"ISONOMIA - SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS - PARCELA REMUNERATÓRIA. Possui repercussão geral a controvérsia sobre a obrigatoriedade, ou não, de estender aos inativos e pensionistas a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - parcela remuneratória prevista na Lei nº 11.357/2006 e paga aos servidores em atividade."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do STF.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0041644-68.2008.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JASSON GUIA DE BRITTO FILHO
PROC./ADV.: DANILO SOUZA RIBEIRO
PROCESSO: 0042199-85.2008.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARA ROSITA PINHEIRO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
ROCESSO: 0027871-19.2009.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSA FERREIRA BARRETO
PROC./ADV.: MARIA LUIZA ALCANTARA MAIA
PROCESSO: 0032518-57.2009.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: LAERTE SOUZA GOMES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROCESSO: 0033691-19.2009.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOSÉ GUILHERME DUPLAT ALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROCESSO: 0510680-45.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIO JOSEFINA FERNANDES SOARES
PROC./ADV.: FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO ADAUTOI DA COSTA
PROCESSO: 0507188-45.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): BÉRIA LIMA RAMOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
PROC./ADV.: JOÃO COSME DE MELO

DECISÕES

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 2004.71.50.010338-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): IUR DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANDRÉ SORIANO CAETANO
PROC./ADV.: MARCELO MULLER DE ALMEIDA

DECISÃO

Verifico que as questões jurídicas constantes dos autos já foram apreciadas pelo Superior Tribunal de Justiça, nos Recursos Especiais n. 1.269.570 e 1.012.903, nos seguintes termos, respectivamente:

"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, DO CPC). LEI INTERPRETATIVA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA A REPETIÇÃO DE INDÉBITO NOS TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. ART. 3º, DA LC 118?2005. POSICIONAMENTO DO STF. ALTERAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SUPERADO ENTENDIMENTO FIRMADO ANTERIORMENTE TAMBÉM EM SEDE DE RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA.

1. O acórdão proveniente da Corte Especial na AI nos Eresp nº 644.736?PE, Relator o Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 27.08.2007, e o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.002.932?SP, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 25.11.2009, firmaram o entendimento no sentido de que o art. 3º da LC 118?2005 somente pode ter eficácia prospectiva, incidindo apenas sobre situações que venham a ocorrer a partir da sua vigência. Sendo assim, a jurisprudência deste STJ passou a considerar que, relativamente aos pagamentos efetuados a partir de 09.06.05, o prazo para a repetição do indébito é de cinco anos a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior.

2. No entanto, o mesmo tema recebeu julgamento pelo STF no RE n. 566.621?RS, Plenário, Rel. Min. Ellen Gracie, julgado em 04.08.2011, onde foi fixado marco para a aplicação do regime novo de prazo prescricional levando-se em consideração a data do ajuizamento da ação (e não mais a data do pagamento) em confronto com a data da vigência da lei nova (9.6.2005).

3. Tendo a jurisprudência deste STJ sido construída em interpretação de princípios constitucionais, urge inclinar-se esta Casa ao decidido pela Corte Suprema competente para dar a palavra final em temas de tal jaez, notadamente em havendo julgamento de mérito em repercussão geral (arts. 543-A e 543-B, do CPC). Desse modo, para as ações ajuizadas a partir de 9.6.2005, aplica-se o art. 3º, da Lei Complementar n. 118?2005, contando-se o prazo prescricional dos tributos sujeitos a lançamento por homologação em cinco anos a partir do pagamento antecipado de que trata o art. 150, §1º, do CTN.

4. Superado o recurso representativo da controvérsia REsp. n. 1.002.932?SP, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 25.11.2009.

5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08?2008."

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713?88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250?95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713?88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250?95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691?DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414?SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148?SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163?SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561?CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro?86; (b) a OTN de março?86 a dezembro?88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro?1989 e março?1990 a fevereiro?1991; (d) o INPC de março a novembro?1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro?1991; (f) a UFIR de janeiro?1992 a dezembro?1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro?1996 (ERESP 912.359?MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08?08."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º c/c 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do STJ, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2005.71.50.031283-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADRIANO FERRAZ DA SILVA
PROC./ADV.: DANILO ALEJANDRO MOGNONI COSTALUNGA
REQUERIDA: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização interposto com fundamento no art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001.

O incidente foi admitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que determinou a remessa dos autos à Turma Regional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem para cumprimento da decisão.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513973-89.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TEREZINHA CÂNDIDO DE ASSIS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PARADIGMA. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS.

1. Embargos de declaração opostos a decisão da Presidência da TNU que inadmitiu incidente em razão de a divergência ter sido fundamentada em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais.

2. Alegação de omissão no exame da questão indicada, já que foi apresentado também um paradigma oriundo da Turma Recursal do Paraná, o qual não foi apreciado.

3. Ocorrência da aludida omissão. Saneamento.

4. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, relatora juíza Simone Lemos Fernandes, DJe de 7.10.2011.

5. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

6. Embargos de declaração acolhidos para sanar a omissão contida na decisão embargada.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.50.005820-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO PEREIRA OSÓRIO
PROC./ADV.:ANGELA VON MÜHLEN
PROC./ADV.:RENATO VON MÜHLEN
PROC./ADV.:RAQUEL ANTUNES DE AZAMBUJA
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500087-08.2007.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSELHO XAVIER DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. JUNTADA DE CÓPIA DOS JULGADOS. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. MATÉRIA JÁ EXAMINADA PELA TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503345-26.2007.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FABIANO AURELIANO MATIAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FABIANO AURELIANO MATIAS contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização ante a ausência de similitude fática entre acórdãos recorrido e paradigma e a impossibilidade de reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que confirmara a improcedência de pedido de concessão de auxílio-doença.

Sustenta a parte divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões, transcrevendo os acórdãos indicados como paradigmas. Todavia, nessa hipótese, é indispensável a citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL) -, conforme entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

Incide na espécie a Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509303-78.2007.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDINALVA DUARTE CELESTINO
PROC./ADV.: RIVANDI FREITAS DE MELO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial suscitada, admito o incidente com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.54.003528-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARLENE DE OLIVEIRA TEIXEIRA
PROC./ADV.: JELSON CARLOS ACCADROLLI
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

A Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, e determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZA-ÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que foi pacificado no âmbito da TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.57.008123-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANGELINO CARDOSO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DANIELA MENEGAT BIONDO

DECISÃO

A Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, e determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZA-ÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que foi pacificado no âmbito da TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.58.008719-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RONEI ROZENHEN
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA

DECISÃO

A Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, e determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZA-ÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que foi pacificado no âmbito da TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.57.006392-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ORILDA RODRIGUES PASUCH
PROC./ADV.: EVERSON SARTORI CASAROTTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

A Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, e determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZA-ÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que foi pacificado no âmbito da TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.34.00.700053-9
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERENI JOSÉ DE BARROS
PROC./ADV.:SERGIO RODRIGUES MARINHO FILHO

DECISÃO

Considerando o anterior julgamento do pedido de uniformização de lei federal por esta Turma Nacional de Uniformização, torno sem efeito a publicação realizada no dia 14/06/2011e reconsidero a decisão que determinou a devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.55.002507-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LÉA REGINA MACHADO
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA

DECISÃO

De início, observo que foi o pedido de uniformização de jurisprudência interposto pela União Federal foi admitido na origem e, no dia 23/05/2012, determinei a sua distribuição, o que efetivamente ocorreu.

Posteriormente, sobreveio a publicação de decisão que, à toda evidência, não guarda nenhuma correlação com o caso dos autos, pois discorre sobre pedido de concessão de benefício assistencial (LOAS) ao passo que, no caso sub examinem, a matéria está relacionada com a remuneração de servidores da Justiça Eleitoral.

Constatada, pois, a existência de manifesto erro material, de ofício, torno sem efeito a publicação do dia 18/06/2012 e reconsidero a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização, mantida a anterior determinação e a efetiva distribuição do feito. Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2008.71.55.002507-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LÉA REGINA MACHADO
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA -

DECISÃO

De início, observo que foi o pedido de uniformização de jurisprudência interposto pela União Federal foi admitido na origem e, no dia 23/05/2012, determinei a sua distribuição, o que efetivamente ocorreu.

Posteriormente, sobreveio a publicação de decisão que, à toda evidência, não guarda nenhuma correlação com o caso dos autos, pois discorre sobre pedido de concessão de benefício assistencial (LOAS) ao passo que, no caso sub examinem, a matéria está relacionada com a remuneração de servidores da Justiça Eleitoral.

Constatada, pois, a existência de manifesto erro material, de ofício, torno sem efeito a publicação do dia 18/06/2012 e reconsidero a decisão que inadmitiu o incidente de uniformização, mantida a anterior determinação e a efetiva distribuição do feito. Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500963-29.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO TIBURTINO DANTAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 0501152-47.2007.4.05.8102, julgado com a seguinte ementa:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. SENTENÇA QUE FIXA A DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO NO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. ACÓRDÃO QUE REFORMOU A SENTENÇA PARA CONCEDER O BENEFÍCIO A PARTIR DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. REEXAME DE PROVA. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de ação em que se objetiva a concessão de benefício assistencial.

2. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a concessão do benefício assistencial à parte autora, a partir do ajuizamento do feito em 11/04/2007.

3. Acórdão negou provimento ao recurso do INSS e deu provimento ao recurso da parte autora para fixar a data de início do benefício na data do requerimento administrativo.

4. Pedido de Uniformização do INSS no qual defende a impossibilidade de fixação da DIB do benefício assistencial na data do pedido administrativo, devendo ser considerado a data da juntada do laudo pericial como termo inicial do benefício. Aponta como paradigma o RESP n° 811.261/SP.

5. O pedido, tempestivo, não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Submetido o feito ao Presidente deste colegiado, foi reconhecida a divergência e determinada a distribuição do incidente.

6. Não conheço do pedido de uniformização.

7. Esta Turma Nacional firmou entendimento no sentido de que o termo inicial dos benefícios, seja por incapacidade, seja no de Prestação Continuada deve ser assim fixado: a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962); b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400) ; e c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200). Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 05017231720094058500).

8. No caso dos autos, o acórdão combatido consignou expressamente que: "o órgão julgador não está adstrito à perícia judicial. Se o acervo probatório constante nos anexos é suficiente para formar a convicção do magistrado acerca da evolução da incapacidade do(a) requerente, o fato de o perito do Juízo não explicitar a data do início da incapacidade ou fixá-la em data posterior ao requerimento administrativo, por si só, não é determinante para se fixar a data da apresentação do laudo pericial em juízo/citação como termo inicial para o pagamento das parcelas vencidas. No caso de que ora se cuida, as provas anexadas aos autos são suficientes para formar o convencimento deste Juízo acerca da existência da incapacidade da parte autora desde o protocolo do requerimento do benefício na esfera administrativa, razão pela qual são devidas as parcelas vencidas a partir dessa data."

9. Desta feita, observo que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento predominante neste colegiado que privilegia o livre convencimento do magistrado.

10. Inteligência da Questão de Ordem n° 13 deste órgão uniformizador.

11. Além disso, o pedido de uniformização pretende o revolvimento do conjunto fático, o que é vedado nesta seara. Aplicação da Súmula 42 desta TNU.

12. Pedido de Uniformização não conhecido.

13. Sugiro ao MM. Exo. Ministro Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.60.001712-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JULIO DE OLIVEIRA ULGUIM
PROC./ADV.: JORGE L. T. DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 2009.72.51.008649-2, julgado com a seguinte ementa:

"PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. PRETENSÃO DE CÔMPUTO DO 13º SALÁRIO NO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Incidente conhecido, já que presentes as condições de admissibilidade.

2. Pretende-se a normatização da matéria com base em acórdão que acolhe a pretensão de consideração do 13º salário no período básico de cálculo de benefício previdenciário. A pretensão não merece guarida, eis que esta Turma Nacional de Uniformização possui entendimento pacificado sobre o tema, rechaçando essa possibilidade, tanto no período anterior quanto no posterior à promulgação da Lei n.º 8.870/94 (Cf. Pedilef n.º 2008.72.53.000258-3/SC, Relator Élio Wanderley Filho, DJ 28/07/2009).

3. Afigura-se absolutamente irrelevante a data de concessão de aposentadoria dos segurados para o enfrentamento do tema, já que nunca houve, no ordenamento jurídico, norma que autorizasse o pretendido cômputo da gratificação natalina no cálculo da renda mensal inicial do benefício. Nem a redação original da Lei n.º 8.213/91, nem a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 8.870/94 permitem essa ilação. A legislação de regência é clara ao estatuir que o décimo terceiro salário, embora se considere salário-de-contribuição para fins de incidência de contribuição previdenciária, não deve ser computado quando por ocasião do cálculo da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários.

4. A modificação trazida pela Lei n.º 8.870/94 na redação da Lei n.º 8.213/91, vedando expressamente a inclusão da gratificação natalina no cálculo do salário-de-benefício, tem função explicativa, interpretativa, não tendo provocado alteração alguma na forma de cálculo do benefício. A previsão de tributação do décimo terceiro salário justifica-se pela necessidade de custeio do abono anual pago aos segurados e seus dependentes. Indevida, pois, a inclusão da gratificação natalina nos salários-de-contribução observados para cálculo de benefício previdenciário, mesmo que concedido antes de 1994.

5. Incidente improvido. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0010356-32.2008.4.01.3000
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. BASES FÁTICAS DISTINTAS. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU.

1. Incidente de Uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Pedido de concessão de benefício assistencial indeferido pelo JEF por ter sido constatada, com base na análise das provas dos autos, a inexistência de incapacidade.

3. Aferição da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória. Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

4. Indicação de paradigmas cujas bases fáticas são distintas. No presente feito, o acórdão paradigma entendeu pela ausência da incapacidade da requerente, ao passo que o acórdão paradigma versa acerca da possibilidade de concessão do benefício assistencial em caso de incapacidade parcial, mediante análise das condições sócio-econômicas.

5. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

6. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507407-78.2008.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: DEILSON MORAIS DE ARAÚJO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PARADIGMA. INDICAÇÃO DA FONTE. AUSÊNCIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1. Embargos de declaração opostos a decisão da Presidência da TNU que inadmitiu incidente em razão de a divergência ter sido fundamentada em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais.

2. Alegação de contradição no exame da questão indicada, já que foi apresentado paradigma oriundo da Turma Recursal de Tocantins.

3. Não ocorrência da aludida contradição. Existência de erro material. Saneamento.

4. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões. Simples transcrição do acórdão. Necessidade de citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página na internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL). Matéria apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

5. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

6. Embargos de declaração acolhidos para sanar o erro material contido na decisão embargada.

7. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509371-03.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EDNALDO BORGES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1 Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões".

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.60.004729-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HÉLIO HERNANDEZ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS. ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Ação na qual se objetiva o pagamento de diferenças de remuneração da caderneta de poupança devidas em razão de planos econômicos.

2. Pedido de Uniformização em que se discute a possibilidade de inversão do ônus da prova para a apresentação de extratos a conta de poupança, objetivando obter a correção pelos índices expurgados.

3. A questão jurídica acerca do ônus da prova constitui matéria processual. Dessarte, a jurisprudência da TNU já se consolidou no sentido do não conhecimento de incidente de uniformização que disponha sobre ônus de apresentação de extratos de conta poupança por se tratar de questão processual. Inteligência do caput do art. 6º da Resolução 22 de 2008 do Conselho da Justiça Federal. (PEDILEF 200750500066300, Rel. Juiz Federal José Antônio Savaris; PEDILEF 200750500115888, Rel. Juiz Federal Paulo Arena; PEDILEF 200850500023251, Rel. Juíza Federal Simone Lemos).

4. Outrossim, a questão relativa à indispensabilidade da apresentação dos documentos à propositura da ação não foi relevante para o deslinde da causa, tendo em vista que o próprio magistrado sentenciante supriu essa ausência, a partir da inversão do ônus da prova, com a determinação à requerida que apresentasse tais documentos.

5. Aplicação da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem").

6. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000444-42.2008.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
EMBARGANTE: INSS
EMBARGADO: JOÃO LUIZ MARTINS MOREIRA
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que, considerando a sistemática dos recursos repetitivos, determinou a devolução dos autos à origem, para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do STJ, no Resp 1.112.557.

Alega o embargante que há omissão no julgado, passível de ser sanada nesta via. Sustenta, em síntese, que a questão ainda não foi decidida, notadamente porque o REsp 1.112.557 foi sobrestado, até o julgamento do RE 567.985 pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 328-A do RISTF. Requer o acolhimento dos embargos para, sanada a omissão apontada, seja determinado o sobrestamento do incidente de uniformização até a decisão final do STF.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 48 da Lei nº 9.099/95, aplicável subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, visam aclarar obscuridade, desfazer contradição ou suprir omissão a respeito de questão jurídica de especial relevância para o desate da lide.

No caso, a relevância exsurge de uma simples leitura da decisão embargada. A propósito, embora se tenha identificado que a questão jurídica versada nos autos está sendo apreciada no pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG, não se explicitou que esse feito foi afetado à sistemática dos recursos repetitivos e nem constou a determinação de que, na origem, deva ser aplicado o entendimento que nele vier a ser pacificado, nos termos do artigo 543 do CPC.

Observo que, de fato, em consulta à tramitação do recurso especial indicado na decisão embargada, consta decisão de sobrestamento do feito até o julgamento do RE 567.985 do Supremo Tribunal Federal. Embora que não haja risco de que venha a ser proferida qualquer decisão conflitante, uma vez que já foi determinado que se aguarde, primeiro, a definição do STF, antes de se julgar o recurso especial ou de se proceder à manutenção ou adequação do julgado na Turma Recursal de origem, a cautela recomenda que essa questão fique explicitada.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (Resp 1.112.557/MG) e do Supremo Tribunal Federal (RE 567.985), após o respectivo trânsito em julgado.

Mediante essas considerações, acolho os embargos, para prestar os esclarecimentos, mantida a determinação de devolução dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.72.52.004566-4
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ACYR JOSE IOHAN
PROC./ADV.: MARYLISA PRETTO FAVARETTO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial suscitada, admito o incidente com fundamento no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507594-89.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ AGUIAR DA SILVA NETO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por INSS contra decisão que inadmitiu pedido de uniformização sob o fundamento de que descabe o reexame dos elementos probatórios constantes dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou procedente pedido de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.

Com base na análise do conjunto fático-probatório, concluiu-se que a incapacidade laboral da parte requerente foi demonstrada.

Os acórdãos paradigma indicados no incidente de uniformização concluem, diante do caso concreto, pela possibilidade de concessão de aposentadoria por invalidez, tendo em vista a constatação da capacidade do segurado.

A verificação da incapacidade para o trabalho implica dilação probatória, o que é vedado em incidente de uniformização.

Aplica-se ao caso a Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"), bem como a Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509166-80.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AGENOR LAURENTINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA FERREIRA DE SÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por INSS contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização por ser incabível o reexame dos elementos probatórios constantes dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que julgou procedente pedido de concessão de aposentadoria por invalidez.

O acórdão recorrido concluiu pela incapacidade da parte autora; assim, para modificar tal entendimento, seria necessário o reexame de conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado pelo óbice da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e pela Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização preleciona que, para fins de concessão de aposentadoria por invalidez, é permitido ao julgador levar em consideração aspectos socioculturais do segurado, ainda que o laudo médico indique incapacidade temporária (PEDILEF n. 2007.70.53.004060-5/PR, relator Juiz Federal Ronivon de Aragão, DJ de 11.6.2010).

Incide na espécie a Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.60.001632-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSE CARLOS FLORES CHAGAS
PROC./ADV.: IVONE DA FONSECA GARCIA
PROC./ADV.: ODILON MARQUES GARCIA JUNIOR
PROC./ADV.: FERNANDA HERENCIO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos, ou seja, se a sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários, foi decidida por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF nº 2006.50.50.006245-4/ES, da relatoria Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, que determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO- ADMINISTRATIVO. ALUNO APRENDIZ. CÔMPUTO TEMPO DE SERVIÇO DE ESCOLA TÉCNICA FEDERAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COMPROVADA CONTRAPRESTAÇÃO INDIRETA. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Acórdão recorrido reformou em parte a sentença de primeiro grau para não reconhecer período como aluno-aprendiz, em razão de suposta falta de contraprestação do trabalho.

2. Há nos autos documentos que comprovam a remuneração indireta no período em que o autor foi aluno-aprendiz de escola agrotécnica, eis que recebeu alimentação, pousada e assistência médico-odontológica, à custa da União.

3. Jurisprudência consolidada no STJ e nesta TNU (Súmula 18) acerca da possibilidade de cômputo do tempo como aluno-aprendiz, para fins previdenciários, se comprovada remuneração, ainda que de forma indireta.

4. Pedido conhecido e provido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida".

Ressalto que o referido acórdão foi publicado no DJU do dia 14/10/2011 e seu inteiro teor está disponibilizado na página da TNU no sitio do Conselho Nacional de Justiça, podendo ser acessada através do quadro informativo artigo 15 da Resolução CJF nº 22 de 4 de setembro de 2008 (http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf) ou, pelo número do processo, na consulta livre ao respectivo inteiro teor.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da TNU.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506546-98.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO SOCORRO DE SOUZA LIMA
PROC./ADV.: ISABEL BATISTA SOUTO DE ALENCAR
DECISÃO
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ERRO MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido de reconsideração de decisão da Presidência da TNU que inadmitiu incidente de uniformização interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Fundamento do decisum: impossibilidade de reexame do conjunto fático-probatório em sede de pedido de uniformização (Súmula n. 42/TNU e Questão de Ordem n. 29/TNU).
2. Apresentação das seguintes alegações: a) existência de erro material no exame da questão indicada; b) impossibilidade de comprovação da situação de desemprego tão somente pela simples ausência de registro na CTPS; e c) inaplicabilidade da Questão de Ordem n. 13/TNU.
3. É inadmissível o presente pedido de uniformização ante a falta de previsão legal.
4. Não ocorrência do erro material apontado, uma vez que as alegações do requerente não guardam nenhuma relação com a decisão impugnada e com a matéria tratada no pedido de uniformização.
5. Pedido de reconsideração não conhecido.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 26 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.56.000709-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NEI MAGALHÃES PINTO JUNIOR
PROC./ADV.: SILVIA CAROLINA GOUGEON ALVES
DECISÃO

Verifico que a questão jurídica concernente à responsabilidade solidária da União, Estados e Municípios para figurar no pólo passivo de demanda concernente ao fornecimento de medicamentos está sob apreciação do Superior Tribunal de Justiça, no Resp 1.114.382-AL, afeto à Primeira Seção como representativo da controvérsia.

À sua vez, a matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 566.471, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"SAÚDE - ASSISTÊNCIA - MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO - FORNECIMENTO. Possui repercussão geral controvérsia sobre a obrigatoriedade de o Poder Público fornecer medicamento de alto custo.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.58.000356-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDOS(AS): ERNI DA SILVA E OUTROS
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
DECISÃO

A Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, e determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZA-ÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que foi pacificado no âmbito da TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.72.51.007247-6
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADA: THAMIRES DELLA GIUSTINA
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que, considerando a sistemática dos recursos repetitivos, determinou a devolução dos autos à origem, para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do STJ, no Resp 1.112.557.

Alega o embargante que há omissão no julgado, passível de ser sanada nesta via. Sustenta, em síntese, que a questão ainda não foi decidida, notadamente porque o REsp 1.112.557 foi sobrestado, até o julgamento do RE 567.985 pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 328-A do RISTF. Requer o acolhimento dos embargos para, sanada a omissão apontada, seja determinado o sobrestamento do incidente de uniformização até a decisão final do STF.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 48 da Lei nº 9.099/95, aplicável subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, visam aclarar obscuridade, desfazer contradição ou suprir omissão a respeito de questão jurídica de especial relevância para o desate da lide.

No caso, a relevância exsurge de uma simples leitura da decisão embargada. A propósito, embora se tenha identificado que a questão jurídica versada nos autos está sendo apreciada no pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG, não se explicitou que esse feito foi afetado à sistemática dos recursos repetitivos e nem constou a determinação de que, na origem, deva ser aplicado o entendimento que nele vier a ser pacificado, nos termos do artigo 543 do CPC.

Observo que, de fato, em consulta à tramitação do recurso especial indicado na decisão embargada, consta decisão de sobrestamento do feito até o julgamento do RE 567.985 do Supremo Tribunal Federal. Embora que não haja risco de que venha a ser proferida qualquer decisão conflitante, uma vez que já foi determinado que se aguarde, primeiro, a definição do STF, antes de se julgar o recurso especial ou de se proceder à manutenção ou adequação do julgado na Turma Recursal de origem, a cautela recomenda que essa questão fique explicitada.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (Resp 1.112.557/MG) e do Supremo Tribunal Federal (RE 567.985), após o respectivo trânsito em julgado.

Mediante essas considerações, acolho os embargos, para prestar os esclarecimentos, mantida a determinação de devolução dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508939-56.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MÁRIA FERNANDES DA SILVA
PROC./ADV.:MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi apreciada pela TNU, no Pedido de Uniformização Nacional nº 0504108-62.2009.4.05.8200, em acórdão assim ementado:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS). PROCESSO REPRESENTATIVO DE RECURSOS SIMILARES. ACÓRDÃO MANTÉM SENTENÇA EXTINTIVA DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, AO ARGUMENTO DE NÃO TER HAVIDO A RENOVAÇÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS. ENTENDIMENTO RESTRITIVO QUE NÃO SE MANTÉM. AUSÊNCIA DE BASE LEGAL. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Acórdão mantém sentença extintiva de processo, sem julgamento de mérito, referente à concessão do Benefício Assistencial (LOAS), com base no fundamento da não renovação do requerimento administrativo após o transcurso do lapso temporal de 02 (dois) anos, a partir de analogia do art. 21, "caput", da Lei 8.742/93.

2. O STJ consolidou entendimento no sentido da desnecessidade do prévio requerimento administrativo como pressuposto para o ajuizamento de ação concessiva de benefício previdenciário ou revisional. Esta Turma Nacional segue no mesmo sentido, com a exceção da hipótese da peça de contestação do INSS não enfrentar o mérito do pedido do segurado, caso em que se mantém a extinção do feito.

3. Se a jurisprudência dominante não exige o prévio requerimento administrativo para o fim de ajuizamento de ação previdenciária, não há razoabilidade em exigir, nos casos em que há o requerimento administrativo, especialmente quando de Benefício de Prestação Continuada, que o mesmo se renove por determinado período de tempo.

4. A exigência de renovação do requerimento administrativo, a cada dois anos, não possui qualquer base legal, além de ter natureza manifestamente restritiva do exercício de direito de ação pelo segurado ou interessado. Inaplicabilidade de analogia ou de interpretação extensiva no caso em questão.

5. Pedido de Uniformização conhecido e provido para o fim de anular tanto a sentença como o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para o seu regular processamento".

3.Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, após o respectivo trânsito.

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 25 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.51.002375-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): DEISI GARIM DOS SANTOS
PROC./ADV.: EVERTON PEREIRA DE MATTOS
DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 638.115, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nos seguintes termos:

"Recurso extraordinário. Administrativo. Servidor Público. Incorporação de quintos decorrente do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a MP 2.225-48/2001. Repercussão geral reconhecida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503577-64.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS GRAÇAS GOMES MONTEIRO
PROC./ADV.: FERNANDA DO NASCIMENTO GRANGEÃO
PROC./ADV.: FABIANA ULISSES DA SILVA
DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 0501152-47.2007.4.05.8102, julgado com a seguinte ementa:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. SENTENÇA QUE FIXA A DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO NO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. ACÓRDÃO QUE REFORMOU A SENTENÇA PARA CONCEDER O BENEFÍCIO A PARTIR DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. REEXAME DE PROVA. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de ação em que se objetiva a concessão de benefício assistencial.

2. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a concessão do benefício assistencial à parte autora, a partir do ajuizamento do feito em 11/04/2007.

3. Acórdão negou provimento ao recurso do INSS e deu provimento ao recurso da parte autora para fixar a data de início do benefício na data do requerimento administrativo.

4. Pedido de Uniformização do INSS no qual defende a impossibilidade de fixação da DIB do benefício assistencial na data do pedido administrativo, devendo ser considerado a data da juntada do laudo pericial como termo inicial do benefício. Aponta como paradigma o RESP n° 811.261/SP.

5. O pedido, tempestivo, não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Submetido o feito ao Presidente deste colegiado, foi reconhecida a divergência e determinada a distribuição do incidente.

6. Não conheço do pedido de uniformização.

7. Esta Turma Nacional firmou entendimento no sentido de que o termo inicial dos benefícios, seja por incapacidade, seja no de Prestação Continuada deve ser assim fixado: a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962); b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400) ; e c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200). Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 05017231720094058500).

8. No caso dos autos, o acórdão combatido consignou expressamente que: "o órgão julgador não está adstrito à perícia judicial. Se o acervo probatório constante nos anexos é suficiente para formar a convicção do magistrado acerca da evolução da incapacidade do(a) requerente, o fato de o perito do Juízo não explicitar a data do início da incapacidade ou fixá-la em data posterior ao requerimento administrativo, por si só, não é determinante para se fixar a data da apresentação do laudo pericial em juízo/citação como termo inicial para o pagamento das parcelas vencidas. No caso de que ora se cuida, as provas anexadas aos autos são suficientes para formar o convencimento deste Juízo acerca da existência da incapacidade da parte autora desde o protocolo do requerimento do benefício na esfera administrativa, razão pela qual são devidas as parcelas vencidas a partir dessa data."

9. Desta feita, observo que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento predominante neste colegiado que privilegia o livre convencimento do magistrado.

10. Inteligência da Questão de Ordem n° 13 deste órgão uniformizador.

11. Além disso, o pedido de uniformização pretende o revolvimento do conjunto fático, o que é vedado nesta seara. Aplicação da Súmula 42 desta TNU.

12. Pedido de Uniformização não conhecido.

13. Sugiro ao MM. Exo. Ministro Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.50.002315-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GECI BONET
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 2009.72.50.004468-3/ SC, julgado com a seguinte ementa:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NULIDADE DA PROVA PERICIAL. INEXISTÊNCIA. MÉDICO ESPECIALISTA. DESNECESSIDADE. ANÁLISE DA INCAPACIDADE. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462).

2. No que se refere à análise da incapacidade, a TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

3. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

4. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

5. Incidente não conhecido.

6. Outrossim, sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.50.002690-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AUREA CECÍLIA DE QUADROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 2009.72.50.004468-3/ SC, julgado com a seguinte ementa:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NULIDADE DA PROVA PERICIAL. INEXISTÊNCIA. MÉDICO ESPECIALISTA. DESNECESSIDADE. ANÁLISE DA INCAPACIDADE. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462).

2. No que se refere à análise da incapacidade, a TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

3. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

4. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

5. Incidente não conhecido.

6. Outrossim, sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 25 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.66.001305-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELIAS CAVALLI
PROC./ADV.: BRUNO SCHEIDEMANDEL NETO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões".

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.50.017369-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA HELENA BERED
PROC./ADV.: RAFAEL BERED

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 0021992-38.2008.4.01.3600, julgado com a seguinte ementa:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GED - GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA. LEI Nº 9.678/98, ALTERADA PELA MP 208/2004, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.087/2005. INEXISTÊNCIA, APÓS A INDICADA MODIFICAÇÃO LEGISLATIVA, DE CRITÉRIOS DE PRODUTIVIDADE QUE DÊEM ENSEJO À DIFERENCIAÇÃO ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. VIOLAÇÃO DA PARIDADE PREVISTA NO ART. 40, § 8º, NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA EC 20/98. RECONHECIMENTO DO DIREITO DOS INATIVOS A IGUAL PONTUAÇÃO DEFERIDA AOS ATIVOS (140 PONTOS) NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º/05/2004 E 29/02/2008. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. A Emenda Constitucional nº 41/2003, não obstante ter extinguido o direito à paridade de vencimentos entre ativos e inativos, ressalvou os direitos já adquiridos (Cf. Art. 40, §8º da CF/88, na redação dada pela EC 20/98 e Art. 7º da EC 41/2003).

2. Após a edição da Medida Provisória n.º 208/2004, de 20/08/2004, a Gratificação de Estímulo à docência perdeu sua natureza de gratificação pro labore faciendo, transformando-se em parcela remuneratória de caráter genérico, motivo pelo qual se tornou inconstitucional o diferenciado tratamento entre ativos e inativos a partir de então. De fato, esse veículo normativo estabeleceu o pagamento da GED no patamar de 140 pontos aos servidores ativos até que fosse editado ato regulamentador de novos critérios de avaliação do desempenho docente e no patamar de 91 pontos aos servidores aposentados e pensionistas (pontuação posteriormente modificada com o advento da Medida Provisória nº 295/06, que estabeleceu o pagamento a estes últimos à razão de 115 pontos), sem que essas novas formas e fatores de avaliação do desempenho do docente fossem regulamentadas, com agressão à regra da paridade.

3. Os servidores inativos devem receber a GED com a mesma pontuação dos ativos, isto é, 140 (cento e quarenta) pontos, no período compreendido entre 1º/05/2004 (data de início dos efeitos financeiros da MP nº 208/2004, nos termos de seu art. 5º, mantida na Lei nº 11.087/2005, resultante de sua conversão) e 29/02/2008 (data final dos efeitos financeiros da GED, que foi extinta pela MP 431/08, de 14/05/08, convertida na Lei 11.784, de 22/09/2008).

4. Incidente não provido."

Acrescente-se que, nos termos do voto da Relatora, Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, que o PEDILEF acima mencionado foi destacado e julgado como precedente para os fins do disposto no artigo 7º, alíneas "a" e "b", do RITNU, inclusive com sugestão de devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos os representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e artigo 7º, alíneas "a" e "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

o entendimento que já foi pacificado no âmbito desta TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.50.029424-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AGLAE PRATES SAIN
PROC./ADV.: BRUNO SCHEIDEMANDEL NETO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões".

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509545-84.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MÁRIA DA PENHA DA SILVA ARAÚJO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões".

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.70.51.008229-9
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ADRIANA APARECIDA SANT´ANA
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, nestes termos:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DACF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min.NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido" (REsp 1.112.557, DJe 20/11/2009).

A matéria também está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n. 567.985, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"REPERCUSSÃO GERAL - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - IDOSO - RENDA PER CAPITA FAMILIAR INFERIOR A MEIO SALÁRIO MÍNIMO - ARTIGO 203, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior" (RE 567.985).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0067485-77.2009.4.02.5151
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: GILSON CHRISOSTOMO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 0501152-47.2007.4.05.8102, julgado com a seguinte ementa:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. SENTENÇA QUE FIXA A DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO NO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. ACÓRDÃO QUE REFORMOU A SENTENÇA PARA CONCEDER O BENEFÍCIO A PARTIR DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. REEXAME DE PROVA. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de ação em que se objetiva a concessão de benefício assistencial.

2. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a concessão do benefício assistencial à parte autora, a partir do ajuizamento do feito em 11/04/2007.

3. Acórdão negou provimento ao recurso do INSS e deu provimento ao recurso da parte autora para fixar a data de início do benefício na data do requerimento administrativo.

4. Pedido de Uniformização do INSS no qual defende a impossibilidade de fixação da DIB do benefício assistencial na data do pedido administrativo, devendo ser considerado a data da juntada do laudo pericial como termo inicial do benefício. Aponta como paradigma o RESP n° 811.261/SP.

5. O pedido, tempestivo, não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Submetido o feito ao Presidente deste colegiado, foi reconhecida a divergência e determinada a distribuição do incidente.

6. Não conheço do pedido de uniformização.

7. Esta Turma Nacional firmou entendimento no sentido de que o termo inicial dos benefícios, seja por incapacidade, seja no de Prestação Continuada deve ser assim fixado: a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962); b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400) ; e c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200). Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 05017231720094058500).

8. No caso dos autos, o acórdão combatido consignou expressamente que: "o órgão julgador não está adstrito à perícia judicial. Se o acervo probatório constante nos anexos é suficiente para formar a convicção do magistrado acerca da evolução da incapacidade do(a) requerente, o fato de o perito do Juízo não explicitar a data do início da incapacidade ou fixá-la em data posterior ao requerimento administrativo, por si só, não é determinante para se fixar a data da apresentação do laudo pericial em juízo/citação como termo inicial para o pagamento das parcelas vencidas. No caso de que ora se cuida, as provas anexadas aos autos são suficientes para formar o convencimento deste Juízo acerca da existência da incapacidade da parte autora desde o protocolo do requerimento do benefício na esfera administrativa, razão pela qual são devidas as parcelas vencidas a partir dessa data."

9. Desta feita, observo que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento predominante neste colegiado que privilegia o livre convencimento do magistrado.

10. Inteligência da Questão de Ordem n° 13 deste órgão uniformizador.

11. Além disso, o pedido de uniformização pretende o revolvimento do conjunto fático, o que é vedado nesta seara. Aplicação da Súmula 42 desta TNU.

12. Pedido de Uniformização não conhecido.

13. Sugiro ao MM. Exo. Ministro Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.69.000561-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOAO MANOEL DE CARVALHO
PROC./ADV.: ELAINE CLEIA SILVA MENEZES

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.114.938/AL, em que foi suscitado incidente de uniformização de jurisprudência, afeto à Terceira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, que decidiu a questão em acórdão assim ementado:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA A DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.787/99. PRAZO DECADENCIAL DE 5 ANOS, A CONTAR DA DATA DA VIGÊNCIA DA LEI 9.784/99. RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. ART. 103-A DA LEI 8.213/91, ACRESCENTADO PELA MP 19.11.2003, CONVERTIDA NA LEI 10.839/2004. AUMENTO DO PRAZO DECADENCIAL PARA 10 ANOS. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, NO ENTANTO.

1. A colenda Corte Especial do STJ firmou o entendimento de que os atos administrativos praticados antes da Lei 9.784/99 podem ser revistos pela Administração a qualquer tempo, por inexistir norma legal expressa prevendo prazo para tal iniciativa. Somente após a Lei 9.784/99 incide o prazo decadencial de 5 anos nela previsto, tendo como termo inicial a data de sua vigência (01.02.99). Ressalva do ponto de vista do Relator.

2. Antes de decorridos 5 anos da Lei 9.784/99, a matéria passou a ser tratada no âmbito previdenciário pela MP 138, de 19.11.2003, convertida na Lei 10.839/2004, que acrescentou o art. 103-A à Lei 8.213/91 (LBPS) e fixou em 10 anos o prazo decadencial para o INSS rever os seus atos de que decorram efeitos favoráveis a seus beneficiários.

3. Tendo o benefício do autor sido concedido em 30.7.1997 e o procedimento de revisão administrativa sido iniciado em janeiro de 2006, não se consumou o prazo decadencial de 10 anos para a Autarquia Previdenciária rever o seu ato.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Recurso Especial do INSS provido para afastar a incidência da decadência declarada e determinar o retorno dos autos ao TRF da 5a. Região, para análise da alegada inobservância do contraditório e da ampla defesa do procedimento que culminou com a suspensão do benefício previdenciário do autor.

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.51.004580-5
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUIZ CARLOS MARUTTI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica versada nos autos já foi sendo apreciado pela Turma Nacional de Uniformização, no PEDILEF nº 2008.71.95.001387-3, da relatoria da Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello, nos seguintes termos:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. LAUDO PERICIAL. DIREITO DE APRESENTAÇÃO, PELA PARTE AUTORA. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 20, DA TNU. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Pedido de reconhecimento de tempo especial e da respectiva conversão em tempo comum.

2. Sentença de parcial procedência do pedido (fls. 104/109).

3. Desprovimento aos recursos de sentença, ofertados pelas partes (fls. 137/140).

4. Trecho importante do voto - fls. 137:

"Ademais, em relação aos períodos em que a parte autora pretendia o reconhecimento da atividade especial, era desnecessária a apresentação de laudo pericial juntamente com o formulário com informações sobre as atividades especiais.

Dessa forma, mostrou-se dispensável a prova pericial, por já constar elementos suficientes para o julgamento da lide, não restando caracterizado qualquer prejuízo para o autor na demonstração dos fatos e do direito, alegados na inicial.

No que tange ao período cuja especialidade da atividade vem reconhecida na sentença, o embasamento deu-se em prova documental (fls. 70-71), sendo suficiente para ratificar as conclusões da sentença.

Por isto, resta mantida a sentença recorrida".

5. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

6. Alegação de que há direito à apresentação de laudo pericial.

7. Indicação, pela parte recorrente, de precedentes da lavra do STJ - Superior Tribunal de Justiça:

Recurso Especial nº 639.066/RJ: "PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE INSALUBRE COMPROVADA POR PERÍCIA TÉCNICA. MECÂNICO. ENUNCIADO SUMULAR Nº 198/TFR. 1. Antes da Lei 9.032/95, era inexigível a comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos, porque o reconhecimento do tempo de serviço especial era possível apenas em face do enquadramento na categoria profissional do trabalhador, à exceção do trabalho exposto a ruído e calor, que sempre se exigiu medição técnica. 2. É assente na jurisprudência deste Superior Tribunal ser devida a concessão de aposentadoria especial quando a perícia médica constata a insalubridade da atividade desenvolvida pela parte segurada, mesmo que não inscrita no Regulamento da Previdência Social (verbete sumular nº 198 do extinto TFR), porque as atividades ali relacionadas são meramente exemplificativas. 3. In casu, o laudo técnico para aposentadoria especial foi devidamente subscrito por engenheiro de segurança do trabalho, o que dispensa a exigibilidade de perícia judicial. 4. Recurso especial a que se nega provimento", (RESP 200400218443, ARNALDO ESTEVES LIMA, STJ - QUINTA TURMA, DJ DATA:07/11/2005 PG:00345.).

Agravo Regimental no Recurso Especial nº 941.885/SP: "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO PARA RUÍDO E CALOR. NÃO INFIRMADA A AUSÊNCIA DO LAUDO TÉCNICO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283/STF. DECISÃO MANTIDA. 1. A decisão agravada merece ser mantida por estar afinada com a jurisprudência atual e pacífica desta Corte de que, em relação a ruído e calor, sempre foi necessária a apresentação de laudo técnico. 2. O recorrente não infirmou o principal fundamento da decisão agravada, qual seja, a afirmação do acórdão de inexistência do necessário laudo técnico, situação que esbarra no óbice contido no enunciado nº 283 do STF. 3. Agravo regimental improvido", (AGRESP 200700828111, JORGE MUSSI, STJ - QUINTA TURMA, DJE DATA:04/08/2008.).

8. Inadmissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Rio Grande do Sul, lastreada na impossibilidade de reexame de matéria fática (fls. 154/155).

9. Apresentação, pela parte autora, do requerimento para novo juízo de admissibilidade do Presidente da TNU - Turma Nacional de Uniformização (fls. 158/159).

10. Admissão do incidente com fundamento no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

11. Similitude fático-jurídica entre o paradigma e a hipótese dos autos. Preenchimento das hipóteses descritas no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

12. Existência de precedente, na TNU - Turma Nacional de Uniformização, com menção à necessidade de elaboração de laudo pericial para comprovação do contato com agente ruído: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CONTRARIEDADE À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E À SÚMULA Nº 32 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO ADMITIDO. PROVIMENTO. 1. Cabe Pedido de Uniformização quando demonstrado que o acórdão recorrido contraria jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e Súmula desta Turma de Uniformização. 2. Para período posterior à edição da Lei nº 9.032/95, exige-se a comprovação da atividade especial por meio de formulários e, após o Decreto nº 2.172 de 05.03.97, de laudos técnicos. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 3. Nos termos da Súmula nº 32 desta Corte, "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 (1.1.6); superior a 90 decibéis, a partir de 5 de março de 1997, na vigência do Decreto n. 2.172/97; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003." 4. Pedido de Uniformização conhecido e parcialmente provido", (PEDIDO 200832007028699, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, DJ 23/03/2010.).

13. Aplicação, à hipótese dos autos, da questão de ordem nº 20, da TNU - Turma Nacional de Uniformização.

14. Incidente de uniformização parcialmente provido com a sugestão de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem, nos termos do art. 7º, do Regimento Interno da TNU, para que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.

15. Provimento parcial do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora. Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem para verificação das condições de trabalho da parte autora, aceitando-se a confecção e juntada, aos autos, de laudo pericial."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, do STJ ou do STF, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507770-16.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUZIA MANÇO DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA C/C APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Constatada, com base nas provas dos autos, que, embora a parte autora seja portadora de transtorno de ansiedade, não foi considerada incapaz pelo perito judicial.

2. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.54.003196-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE AUGUSTINHO DE LIMA KURSCHNER
PROC./ADV.: ALDO BATISTA SOARES NOGUEIRA

DECISÃO

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ERRO MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. Pedido de reconsideração de decisão da Presidência da TNU que inadmitiu incidente de uniformização interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Fundamento do decisum: aplicação da Súmula n. 10/TNU ("Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido").

2. Apresentação das seguintes alegações: a) existência de erro material no exame da questão indicada; e b) impossibilidade de comprovação da situação de desemprego tão somente pela simples falta de registro na CTPS.

3. É inadmissível o presente pedido de uniformização ante a ausência de previsão legal.

4. Não ocorrência do erro material apontado. Ausência de impugnação dos fundamentos da decisão.

5. Pedido de reconsideração não conhecido.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 26 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511474-55.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARNALDO MARQUES
PROC./ADV.: LEILANA JUSSARA DE LIMA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por INSS contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização em razão da ausência de similitude fática entre o aresto confrontado e o acórdão paradigma.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que negara provimento ao recurso para manter o benefício de aposentadoria por invalidez concedido em decisão monocrática.

Com base na análise do conjunto fático-probatório, reconheceu-se a incapacidade da parte autora para o trabalho.

No incidente, foram indicados paradigmas que, diante do caso concreto, concluíram pela impossibilidade de concessão de aposentadoria por invalidez ante a constatação de capacidade do segurado.

Dessa forma, a divergência não foi demonstrada, pois inexiste similitude fático-jurídica entre os casos. Ademais, a verificação da incapacidade para o trabalho é matéria objeto de dilação probatória.

Aplica-se à espécie, portanto, a Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"), bem como a Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.58.006249-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DIAMANTINO DE ABREU DUARTE
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Diamantino de Abreu Duarte contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização sob o fundamento de que a apreciação do recurso demandaria o reexame de conjunto fático-probatório.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer a sua admissão.

É o relatório. Decido.

No presente caso, o pedido de concessão de tempo de serviço especial em comum foi julgado parcialmente procedente por Juizado Especial Federal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O acórdão recorrido manteve a sentença que afastou o direito da parte autora à conversão de tempo de serviço especial em comum no período de 1º.2.77 à 22.9.90, ante a ausência de atividade específica (serviços gerais) por parte do requerente.

Os paradigmas apresentados tratam da possibilidade: a) de reconhecimento de cerceamento de defesa em razão do indeferimento de produção de provas imprescindíveis ao deslinde da controvérsia; b) de a atividade de servente em estabelecimentos hospitalares ser considerada como especial, desde que provada a exposição a agentes nocivos; e c) de as atividades desenvolvidas com nível de ruído abaixo de 90 decibéis, até o advento do Decreto n. 2.172/97, bem como aquelas em que o ruído é acima desse patamar, serem consideradas insalubres.

A divergência não foi demonstrada, pois inexiste similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados. Incide na espécie a Questão de Ordem n. 22/TNU "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.54.004270-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELOCI MARIA SOUZA
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ELOCI MARIA DE SOUZA contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização sob o fundamento de que descabe o reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de pensão por morte.

Mediante a análise do conjunto fático-probatório, concluiu-se que a dependência econômica da parte autora em relação ao de cujus não foi demonstrada e que a prova material produzida também não foi suficiente para comprovar a dependência econômica.

Os acórdãos paradigma concluem pela possibilidade de concessão da pensão por morte tendo em vista a constatação da dependência econômica no caso concreto.

Na vertente hipótese, a verificação da dependência econômica da mãe para com o filho implica no reexame de matéria de fato, o que é vedado em incidente de uniformização.

Aplica-se a Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.58.003918-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIETA CONCEIÇÃO DA SILVA
PROC./ADV.: ELAINE NOEDI LUDVIG HAUBERT
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARIETA CONCEIÇÃO DA SILVA contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização ante a ausência de similitude fática entre acórdãos recorrido e paradigma e a impossibilidade de indicação de precedentes dos Tribunais Regionais Federais.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul que confirmara a improcedência de pedido de declaração de nulidade do contrato de empréstimo firmado entre as partes.

Em relação aos pedidos de reconsideração do benefício de assistência judiciária gratuita e da multa por litigância de má-fé, constata-se que não houve a comprovação do dissídio jurisprudencial, já que não foram indicados acórdãos divergentes.

Além disso, sustenta a parte divergência jurisprudencial com julgado de turma recursal de diferente região - Primeira Turma Recursal da Bahia -, transcrevendo o acórdão tido por paradigma. Todavia, nessa hipótese, é indispensável a citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL) -, conforme entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

Incide na espécie a Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

Outrossim, ressalte-se que divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão de incidente de uniformização (art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001; art. 6º do Regimento Interno da TNU).

Por fim, no que se refere à indicação de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, verifica-se que a divergência não foi demonstrada ante a ausência de similitude fático-jurídica.

O acórdão recorrido manteve a sentença que declarou improcedente o pedido de declaração de nulidade do contrato, pois os juros pactuados e a correção contratada são normais no mercado, inexistindo ilegalidade. Por entender que a pretensão da parte autora é mover lide temerária, buscando alterar a verdade dos fatos, condenou-a ao pagamento de multa por litigância de má-fé.

Nos paradigmas do STJ apresentados, concluiu-se pela possibilidade de condenação ao pagamento de dano moral nos casos em que há o registro indevido nos órgãos de proteção ao crédito.

Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.60.000684-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MÁRCIA ELIANE DOS SANTOS CALVETE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS. ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Ação na qual se objetiva o pagamento de diferenças de remuneração da caderneta de poupança devidas em razão de planos econômicos.

2. Pedido de Uniformização em que se discute a quem compete o ônus da prova de apresentar extratos a conta de poupança, objetivando obter a correção pelos índices expurgados.

3. A questão jurídica acerca do ônus da prova constitui matéria processual. Dessarte, a jurisprudência da TNU já se consolidou no sentido do não conhecimento de incidente de uniformização que disponha sobre ônus de apresentação de extratos de conta poupança por se tratar de questão processual. Inteligência do caput do art. 6º da Resolução 22 de 2008 do Conselho da Justiça Federal. (PEDILEF 200750500066300, Rel. Juiz Federal José Antônio Savaris; PEDILEF 200750500115888, Rel. Juiz Federal Paulo Arena; PEDILEF 200850500023251, Rel. Juíza Federal Simone Lemos).

4.Aplicação da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem").

5. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.50.025497-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LURDES GUERRA CÂMARA
PROC./ADV.: BRUNO SCHEIDEMANDEL NETO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões".

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.50.025501-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANNA MARIA AMARAL
PROC./ADV.: ALOISIO JORGE HOLZMEIER
PROC./ADV.: MIRIAM WINTER
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Ação em que se objetiva pagamento das diferenças de vencimentos resultantes do acordo de parcelamento administrativo do reajuste de 28,86%, efetuado em decorrência da MP.1704/98.

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504358-92.2009.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: CARLOS ANDRÉ LIMA SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
ne

Trata-se de agravo interposto por CARLOS ANDRÉ LIMA SANTOS contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização ante a ausência de similitude fática entre acórdãos recorrido e paradigma e a impossibilidade de reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que confirmara a improcedência de pedido de restabelecimento de auxílio-doença.

Sustenta a parte divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões, transcrevendo os acórdãos indicados como paradigmas. Todavia, nessa hipótese, é indispensável a citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL) -, conforme entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

Incide na espécie a Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504050-59.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSEFA HERMÍNIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOSEFA HERMÍNIO DA SILVA contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização ante a ausência de similitude fática entre acórdãos recorrido e paradigma e a impossibilidade de reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que confirmara a improcedência de pedido de restabelecimento de auxílio-doença.

Sustenta a parte divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões, transcrevendo o acórdão indicado como paradigma. Todavia, nessa hipótese, é indispensável a citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL) -, conforme entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

Incide na espécie a Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.58.008268-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EVA JORENITA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: GILSON PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de requerimento de submissão ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização de incidente dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, §1º, da Lei n. 10.259/2001), alegando divergência entre decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e paradigmas provenientes da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina e da Turma Recursal do Paraná, ambas integrantes da 4ª Região.

Conforme o disposto no art. 3º, § 1º, da Resolução CJF n. 61/2009, a inadmissão do incidente regional de uniformização de jurisprudência deveria ter sido submetida à Presidência da Turma Regional de Uniformização.

Desse modo, considerando os princípios que norteiam os juizados especiais, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 4ª Região.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.54.004379-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ERVINO MARQUES
PROC./ADV.: DOUGLAS DALL CORTIVO DOS SANTOS
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que não há nos autos decisão de admissibilidade do incidente de uniformização interposto por ERVINO MARQUES.

Em razão disso, determino a remessa do feito ao Tribunal de origem para que seja realizada a admissibilidade do incidente de uniformização interposto.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.58.007706-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LAURINDO CORREA MENDES
PROC./ADV.: MARIA CRICELDE SPIES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que inadmitiu incidente de uniformização jurisprudencial.

Nota-se que o requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001), alegando divergência entre decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e paradigmas provenientes da Primeira e da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, todas integrantes da 4ª Região.

Conforme o disposto no art. 3º, § 1º, da Resolução CJF n. 61/2009, a inadmissão do incidente regional de uniformização de jurisprudência deveria ter sido submetida ao Presidente da Turma Regional de Uniformização.

Desse modo, considerando os princípios que norteiam os juizados especiais, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.53.001624-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RODRIGO DE FREITAS
PROC./ADV.: ALESSANDRO MEDEIROS
PROC./ADV.: ENIO MEREGALLI JÚNIOR
PROC./ADV.: ROGER HONÓRIO MEREGALLI DA SILVA
PROC./ADV.: KARINE VIGANIGO DA SILVA CIPRIANI

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e admitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

É o relatório. Decido.

Nota-se que o requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001).

Desse modo, considerando os princípios que norteiam os juizados especiais, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 4ª Região.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.50.015231-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALMIRO DA SILVA
PROC./ADV.: MARLENE FÁTIMA GOMES DA SILVA -

DECISÃO

A Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, e determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZA-ÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que foi pacificado no âmbito da TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500337-70.2009.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCINALDO FRANCISCO MARIANO
PROC./ADV.: LÍVIO SÉRGIO LOPES LEANDRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão interposto por FRANCINALDO FRANCISCO MARIANO com base no art. 15, § 4º, do RITNU, alterado pela Resolução CJF n. 62/2009, contra decisão da Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que inadmitiu incidente de uniformização fundado no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Nas razões, limita-se a parte a requerer que a decisão de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização seja submetida ao Presidente da TNU.

É o relatório. Decido.

É incabível o pedido de submissão apresentado.

Verifica-se que a Resolução CJF n. 163/2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), passando a exigir a apresentação de agravo contra a decisão de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, in verbis:

"Art. 15. [...]

§ 4º Em caso de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, a parte poderá interpor agravo nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, devendo fundamentar o pleito, demonstrando o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ e do STF."

Assim, não basta a simples formulação de requerimento de submissão - tal como previsto na norma anterior.

O agravo deve ser fundamentado, demonstrando-se o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ ou do STF, o que não foi realizado.

Dessa forma, ante a incidência imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão da Presidência da Turma Recursal foi proferida tão somente em 23.2.2012.

Ante o exposto, não conheço do pedido de submissão.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.71.58.012552-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLARICE RODRIGUES BRANDÃO
PROC./ADV.: NÁDIA K. ABDO
PROC./ADV.: GABRIEL DINIZ

DECISÃO

A Turma Nacional de Uniformização, após a definição da questão jurídica versada nos autos, qual seja, a necessidade ou não de registro no órgão próprio do MTPS, para fins de prorrogação do período de graça, pelo Superior Tribunal de Justiça da Pet 7115, apreciou a matéria no PEDILEF nº 2007.71.95.000394-2/RS, da relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, e determinou a devolução, à origem, de todos os recursos com o mesmo objeto para manutenção ou adequação do julgado, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZA-ÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO(A) "DE CUJUS". SIMPLES FALTA DE ANOTAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO EM CTPS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO PERÍODO DE GRAÇA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO DO DESEMPREGO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. ADMITIDOS OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO"

A questão também foi analisada no PEDILEF n. Uniformização nº 2008.33.00.700541-2/ BA, da Relatoria do Juiz Federal José Eduardo do Nascimento, sob o rito do artigo 15 do seu Regimento Interno, cujo acórdão aguarda publicação (quadro informativo disponível em http://www.jf.jus.br/cjf/tnu/quadroinformativoartigo15.pdf/view).

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para ser aplicação do entendimento que foi pacificado no âmbito da TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 2010.71.58.015477-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDIR MORBACH
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de requerimento de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização de incidente de uniformização dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

É o relatório. Decido.

O requerente, com fundamento no art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001, apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização.

Nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução n. 61/2009 do Conselho da Justiça Federal, a inadmissão do incidente regional de uniformização de jurisprudência deveria ter sido submetida à Presidência da Turma Regional de Uniformização. Desse modo, considerando os princípios que norteiam os juizados especiais, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.008075-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NESTOR JOSÉ FELL
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
PROC./ADV.: MELISSA PEREIR
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de requerimento de submissão ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização de incidente de uniformização dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

É o relatório. Decido.

O requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001), alegando divergência entre decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e paradigmas provenientes de Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná e da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.

Nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução CJF n. 61/2009, a inadmissão do incidente regional de uniformização de jurisprudência deveria ter sido submetida à Presidência da Turma Regional. Desse modo, considerando os princípios que norteiam os juizados especiais, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.72.52.000770-0
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LISSEU DA SILVA MARTINS
PROC./ADV.: FABIANA ROBERTA MATTANA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão interposto por LISSEU DA SILVA MARTINS com base no art. 15, § 4º, do RITNU, alterado pela Resolução CJF n. 62/2009, contra decisão da Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que inadmitiu incidente de uniformização fundado no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Nas razões, limita-se a parte a requerer que a decisão de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização seja submetida ao Presidente da TNU.

É o relatório. Decido.

É incabível o pedido de submissão apresentado.

Verifica-se que a Resolução CJF n. 163/2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), passando a exigir a apresentação de agravo contra a decisão de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, in verbis:

"Art. 15. [...]

§ 4º Em caso de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, a parte poderá interpor agravo nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, devendo fundamentar o pleito, demonstrando o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ e do STF."

Assim, não basta a simples formulação de requerimento de submissão - tal como previsto na norma anterior. O agravo deve ser fundamentado, demonstrando-se o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ ou do STF, o que não foi realizado.

Dessa forma, ante a incidência imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão da Presidência da Turma Recursal foi proferida tão somente em 25.1.2012.

Ante o exposto, não conheço do pedido de submissão.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500043-17.2010.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: TEREZINHA DE JESUS LINS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
PROC./ADV.: ISABEL CRISTINA DOS SANTOS MELO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos AREs 645641, 645640, 645642, 645643, 645644, 645645, 649471, 649498, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"EMENTA: Extensão, aos servidores inativos, da Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatística - GDIBGE."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.011377-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LEONILDA KREMER
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE.

1. Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por juizado especial federal.

2. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

3. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.58.007076-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: KELVI JÚNIOR ELGUI CASTRO
PROC./ADV.: NILCE LOURDES KAPPES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO
Trata-se de requerimento de submissão ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização de incidente de uniformização dirigido à Turma Regional de Uniformização da Quarta Região e inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
É o relatório. Decido.
Nota-se que o requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, §1º, da Lei n. 10.259/2001), alegando divergência entre decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e paradigmas provenientes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, ambas integrantes da quarta Região.
Nos termos do art. 3º, §1º, da Resolução n. 61/2009 do Conselho da Justiça Federal, a inadmissão do incidente regional de uniformização de jurisprudência deveria ter sido submetida ao Presidente da Turma Regional de Uniformização.
Desse modo, considerando os princípios que norteiam os Juizados Especiais, determino a remessa dos autos à presidência da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da Quarta Região.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.72.50.010557-1
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NATALIA MATILDE BRAGA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA C/C APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PERÍCIA REALIZADA POR PERITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Constatada, com base nas provas dos autos, que, embora a parte autora seja portadora de "...obesidade, HAS, dor lombar, varizes de MMII sem ulcerações,dor em região plantar dos pés", não foi considerada incapaz pelo perito judicial.

2. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

3. Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que pretenda o reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem".

4. Com relação à pretensão de que a parte autora fosse submetida a perícia realizada por médico especialista existem duas razões a conduzir a inadmissibilidade do incidente, a saber: a) no paradigma indicado admiti-lo, é de se salientar que, naquela hipótese, tratava-se de exceção (avaliação de doença psiquiátrica), o que não é o caso dos autos. Ademais, a TNU, ao julgar o PEDILEF nº 2009.72.50.004468-3/ SC, inclusive para os fins do artigo 7º, inciso VII, do RITNU, concluiu pela desnecessidade da perícia ser realizada por médico especialista, o que atrai a incidência da QO 13 ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

5. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.50.035016-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ CARLOS ROSA DA SILVA
PROC./ADV.: PEDRO LUCIANO DE OLIVEIRA DORNELLES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.114.938, julgado com a seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA A DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.787/99. PRAZO DECADENCIAL DE 5 ANOS, A CONTAR DA DATA DA VIGÊNCIA DA LEI 9.784/99. RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. ART. 103-A DA LEI 8.213/91, ACRESCENTADO PELA MP 19.11.2003, CONVERTIDA NA LEI 10.839/2004. AUMENTO DO PRAZO DECADENCIAL PARA 10 ANOS. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, NO ENTANTO.

1. A colenda Corte Especial do STJ firmou o entendimento de que os atos administrativos praticados antes da Lei 9.784/99 podem ser revistos pela Administração a qualquer tempo, por inexistir norma legal expressa prevendo prazo para tal iniciativa. Somente após a Lei 9.784/99 incide o prazo decadencial de 5 anos nela previsto, tendo como termo inicial a data de sua vigência (01.02.99). Ressalva do ponto de vista do Relator.

2. Antes de decorridos 5 anos da Lei 9.784/99, a matéria passou a ser tratada no âmbito previdenciário pela MP 138, de 19.11.2003, convertida na Lei 10.839/2004, que acrescentou o art. 103-A à Lei 8.213/91 (LBPS) e fixou em 10 anos o prazo decadencial para o INSS rever os seus atos de que decorram efeitos favoráveis a seus benefíciários.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Tendo o benefício do autor sido concedido em 30.7.1997 e o procedimento de revisão administrativa sido iniciado em janeiro de 2006, não se consumou o prazo decadencial de 10 anos para a Autarquia Previdenciária rever o seu ato.

4. Recurso Especial do INSS provido para afastar a incidência da decadência declarada e determinar o retorno dos autos ao TRF da 5a. Região, para análise da alegada inobservância do contraditório e da ampla defesa do procedimento que culminou com a suspensão do benefício previdenciário do autor."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º c/c 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do STJ, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.50.010626-3
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FLÁVIO MACIEL DE FREITAS
PROC./ADV.: DIOGO MORADOR BRASIL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e admitido pela Presidência da Terceira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

É o relatório. Decido.

Nota-se que o requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização (art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001).

Desse modo, considerando os princípios que norteiam os juizados especiais, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 4ª Região.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500158-14.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADA: FRANCISCA GLICÉRIA MARIA GOMES DE MORAIS
PROC./ADV.: GENÁRIO JOSÉ PEREIRA FILHO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que, considerando a sistemática dos recursos repetitivos, determinou a devolução dos autos à origem, para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do STJ, no Resp 1.112.557.

Alega o embargante que há omissão no julgado, passível de ser sanada nesta via. Sustenta, em síntese, que a questão ainda não foi decidida, notadamente porque o REsp 1.112.557 foi sobrestado, até o julgamento do RE 567.985 pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 328-A do RISTF. Requer o acolhimento dos embargos para, sanada a omissão apontada, seja determinado o sobrestamento do incidente de uniformização até a decisão final do STF.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração, cujos pressupostos estão relacionados no artigo 48 da Lei nº 9.099/95, aplicável subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, visam aclarar obscuridade, desfazer contradição ou suprir omissão a respeito de questão jurídica de especial relevância para o desate da lide.

No caso, a relevância exsurge de uma simples leitura da decisão embargada. A propósito, embora se tenha identificado que a questão jurídica versada nos autos está sendo apreciada no pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.112.557/MG, não se explicitou que esse feito foi afetado à sistemática dos recursos repetitivos e nem constou a determinação de que, na origem, deva ser aplicado o entendimento que nele vier a ser pacificado, nos termos do artigo 543 do CPC.

Observo que, de fato, em consulta à tramitação do recurso especial indicado na decisão embargada, consta decisão de sobrestamento do feito até o julgamento do RE 567.985 do Supremo Tribunal Federal. Embora que não haja risco de que venha a ser proferida qualquer decisão conflitante, uma vez que já foi determinado que se aguarde, primeiro, a definição do STF, antes de se julgar o recurso especial ou de se proceder à manutenção ou adequação do julgado na Turma Recursal de origem, a cautela recomenda que essa questão fique explicitada.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (Resp 1.112.557/MG) e do Supremo Tribunal Federal (RE 567.985), após o respectivo trânsito em julgado.

Mediante essas considerações, acolho os embargos, para prestar os esclarecimentos, mantida a determinação de devolução dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.62.001641-1
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ODETE PEREIRA DOS SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS. ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Ação na qual se objetiva o pagamento de diferenças de remuneração da caderneta de poupança devidas em razão de planos econômicos.

2. Pedido de Uniformização em que se discute a possibilidade de inversão do ônus da prova para a apresentação de extratos a conta de poupança, objetivando obter a correção pelos índices expurgados.

3. A questão jurídica acerca do ônus da prova constitui matéria processual. Dessarte, a jurisprudência da TNU já se consolidou no sentido do não conhecimento de incidente de uniformização que disponha sobre ônus de apresentação de extratos de conta poupança por se tratar de questão processual. Inteligência do caput do art. 6º da Resolução 22 de 2008 do Conselho da Justiça Federal. (PEDILEF 200750500066300, Rel. Juiz Federal José Antônio Savaris; PEDILEF 200750500115888, Rel. Juiz Federal Paulo Arena; PEDILEF 200850500023251, Rel. Juíza Federal Simone Lemos).

4. Aplicação da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Na hipótese das Súmulas 42 e 43, o Presidente, o Relator ou a Secretaria da TNU devolverá de imediato os autos à Turma Recursal de origem").

5. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

ROCESSO: 2010.71.50.001050-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CARLOS UBURAJARA GOMES
PROC./ADV.: BRUNO SCHEIDEMANDEL NETO
REQUERIDO(A):FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal nos AREs 645641, 645640, 645642, 645643, 645644, 645645, 649471, 649498, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"EMENTA: Extensão, aos servidores inativos, da Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatística - GDIBGE."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão a seguir proferida:

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos foi recentemente apreciada pela Turma Nacional de Uniformização, ao analisar o PEDILEF nº 0001737-16.2010.4.02.5167, da relatoria do Juiz Federal Rogério Moreira Alves, julgado com a seguinte ementa:

"SEGURO DESEMPREGO. PESCADOR ARTESANAL. PERÍODO DE DEFESO. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS. COMPROVANTE DE PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INDISPENSABILIDADE. LEI Nº 10.779/03.

1. O segurado especial sujeita-se a contribuição obrigatória sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção. Se vender o pescado para empresa ou cooperativa, o segurado especial não terá em seu poder o comprovante de recolhimento da contribuição, mas deverá reter o documento que comprova a aquisição da mercadoria pela pessoa jurídica que se sub-rogou na responsabilidade pelo recolhimento da contribuição e que forma prova suficiente para instruir o requerimento de seguro-desemprego. Nos demais casos, o próprio segurado especial ficará obrigado a recolher a contribuição, indicando na guia de recolhimento o número de Cadastro Específico do INSS - CEI, e esse documento será igualmente suficiente para instruir o requerimento de seguro-desemprego.

2. Para os fins do art. 2º, II, da Lei nº 10.779/03, o segurado especial não precisa exibir a GPS referente ao recolhimento de contribuição facultativa, mas se sujeita ao ônus de apresentar: (i) a nota fiscal de venda do pescado a adquirente pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica; ou (ii) o comprovante de recolhimento direto da contribuição obrigatória, com identificação do CEI - Cadastro Específico do INSS.

3. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência improvido. "

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que foi pacificado no âmbito da TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.64.001033-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CLOVIS SIQUEIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: NÁDIA OLIVEIRA PEGADO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCESSO: 2010.51.64.000970-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CLOVIS SIQUEIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: NÁDIA OLIVEIRA PEGADO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCESSO: 2010.51.64.000582-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DAMIÃO NUNES
PROC./ADV.: NÁDIA OLIVEIRA PEGADO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCESSO: 2010.51.64.000582-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DAMIÃO NUNES
PROC./ADV.: NÁDIA OLIVEIRA PEGADO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÕES

PROCESSO: 2010.71.63.000214-7
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ REMY CATELAN
PROC./ADV.: BRUNO SCHEIDEMANDEL NETO
REQUERIDO(A): INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Alegação de divergência jurisprudencial com julgados de turmas de diferentes regiões. Simples transcrição de trechos dos acórdãos. Ausência de cópia dos julgados paradigmas com indicação da fonte. Necessidade. PEDILEFs n. 200850500042531, DOU de 25.11.2011, 200563020147573, DOU de 14.10.2011, 05006545020094058402, DOU de 7.10.2011, e 200836007007933, DOU de 22.7.2011.

3. Aplicação da Questão de Ordem n. 3/TNU: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões".

4. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.71.51.003565-4
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: QUELIN SIMONE FONSECA SANTOS
PROC./ADV.: ELZA MARA MACHADO OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANA CRISTINA BORGES DA CUNHA
PROC./ADV.: FERNANDA ALMEIDA VALIATTI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PREVIDÊNCIÁRIO. PRÉVIA POSTULAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO DE POSTULAÇÃO JUDICIAL RELATIVA A BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. EXISTÊNCIA. Está caracterizada a repercussão geral da controvérsia acerca da existência de prévia postulação perante a administração para defesa de direito ligado à concessão ou revisão de benefício previdenciário como condição para busca de tutela jurisdicional de idêntico direito".

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ ou do STF.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502040-05.2010.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização ante a ausência de similitude fática entre acórdãos recorrido e paradigma e a impossibilidade de reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que confirmara a improcedência de pedido de concessão de auxílio-doença.

Sustenta a parte divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões, transcrevendo o acórdão indicado como paradigma. Todavia, nessa hipótese, é indispensável a citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL) -, conforme entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

Incide na espécie a Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503845-90.2010.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA contra decisão que negou seguimento a pedido de uniformização ante a ausência de similitude fática entre acórdãos recorrido e paradigma e a impossibilidade de reexame dos elementos probatórios constante dos autos.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 contra acórdão proferido pela Turma Recursal da Paraíba que confirmara a improcedência de pedido de concessão de auxílio-doença.

Sustenta a parte divergência jurisprudencial com julgados de turmas recursais de diferentes regiões, transcrevendo o acórdão indicado como paradigma. Todavia, nessa hipótese, é indispensável a citação do repositório de jurisprudência ou de reprodução da página da internet com indicação da respectiva fonte - endereço eletrônico (URL) -, conforme entendimento adotado pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0500654-50.2009.4.05.8402/RN, DJe de 7.10.2011.

Incide na espécie a Questão de Ordem n. 3/TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões").

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002097-16.2011.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MARIA HILDA SANTOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 0501152-47.2007.4.05.8102, julgado com a seguinte ementa:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. SENTENÇA QUE FIXA A DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO NO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. ACÓRDÃO QUE REFORMOU A SENTENÇA PARA CONCEDER O BENEFÍCIO A PARTIR DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. REEXAME DE PROVA. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de ação em que se objetiva a concessão de benefício assistencial.

2. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, determinando a concessão do benefício assistencial à parte autora, a partir do ajuizamento do feito em 11/04/2007.

3. Acórdão negou provimento ao recurso do INSS e deu provimento ao recurso da parte autora para fixar a data de início do benefício na data do requerimento administrativo.

4. Pedido de Uniformização do INSS no qual defende a impossibilidade de fixação da DIB do benefício assistencial na data do pedido administrativo, devendo ser considerado a data da juntada do laudo pericial como termo inicial do benefício. Aponta como paradigma o RESP n° 811.261/SP.

5. O pedido, tempestivo, não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Submetido o feito ao Presidente deste colegiado, foi reconhecida a divergência e determinada a distribuição do incidente.

6. Não conheço do pedido de uniformização.

7. Esta Turma Nacional firmou entendimento no sentido de que o termo inicial dos benefícios, seja por incapacidade, seja no de Prestação Continuada deve ser assim fixado: a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962); b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400) ; e c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200). Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 05017231720094058500).

8. No caso dos autos, o acórdão combatido consignou expressamente que: "o órgão julgador não está adstrito à perícia judicial. Se o acervo probatório constante nos anexos é suficiente para formar a convicção do magistrado acerca da evolução da incapacidade do(a) requerente, o fato de o perito do Juízo não explicitar a data do início da incapacidade ou fixá-la em data posterior ao requerimento administrativo, por si só, não é determinante para se fixar a data da apresentação do laudo pericial em juízo/citação como termo inicial para o pagamento das parcelas vencidas. No caso de que ora se cuida, as provas anexadas aos autos são suficientes para formar o convencimento deste Juízo acerca da existência da incapacidade da parte autora desde o protocolo do requerimento do benefício na esfera administrativa, razão pela qual são devidas as parcelas vencidas a partir dessa data."

9. Desta feita, observo que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento predominante neste colegiado que privilegia o livre convencimento do magistrado.

10. Inteligência da Questão de Ordem n° 13 deste órgão uniformizador.

11. Além disso, o pedido de uniformização pretende o revolvimento do conjunto fático, o que é vedado nesta seara. Aplicação da Súmula 42 desta TNU.

12. Pedido de Uniformização não conhecido.

13. Sugiro ao MM. Exo. Ministro Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505014-54.2011.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: ADVOGADO DA ECT
REQUERIDO(A): ANDERSON DE JESUS SANTOS
PROC./ADV.: JEAN FILIPE MELO BARRETO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 0504020-20.2011.4.05.8502:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ECT. EXTRAVIO DE CORRESPONDÊNCIA SEM CONTEÚDO DECLARADO. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO CONTEÚDO ATR

1. Trata-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência formulado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra acórdão que decidiu, confirmando sentença anteriormente prolatada, pela responsabilidade civil da Requerente e condenou-a ao pagamento de indenização por danos morais e materiais.

2. O incidente foi inadmitido na origem, tendo sido admitido, em sede de pedido de submissão, pelo Presidente desta Turma para exame do colegiado. E, nos termos da referida decisão do Presidente, o presente feito foi indicado como representativo de controvérsia, a teor do disposto no art. 15, §2º e seguintes da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal.

3. No presente Pedido de Incidente de Uniformização, a EBCT sustenta que o acórdão recorrido diverge das jurisprudências do STJ, das Turmas Recursais de Minas Gerais e do Distrito Federal e dos Tribunais Regionais Federais da 2ª e 4ª Regiões, que entendem ser necessária a comprovação do conteúdo da correspondência para que haja condenação em dano moral por parte da prestadora de serviço postal, decorrente do extravio de correspondência, mesmo tratando-se da responsabilidade objetiva imposta pelo art. 37, § 6º, da CF, por ser mero inadimplemento contratual.

4. Verifico que os acórdãos indicados como paradigmas, emanados da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Minas Gerais, possuem aptidão para inaugurar o conhecimento e julgamento deste incidente, já que há substrato fático similar ao acórdão recorrido. Passo à análise do mérito.

5. O caso em tela refere à necessidade de declarar, ou não, o valor do objeto postado para fazer jus à indenização em caso de extravio de correspondência.

6. Os acórdãos apresentados como precedentes condicionam a indenização do extravio de mercadoria enviada à indicação do conteúdo do objeto postado. Entretanto, ao compulsar a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização extraio posição diversa, cujo entendimento dirige-se no sentido de que a ausência de declaração do objeto postado não constitui óbice à fixação de indenização, admitida a comprovação por outras possibilidades de prova em direito admitidas. Nesse sentido: "EMENTA CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ECT. EXTRAVIO DE CORRESPONDÊNCIA SEM CONTEÚDO DECLARADO. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO CONTEÚDO ATRAVÉS DE OUTRAS PROVAS ADMITIDAS EM DIREITO. IMPROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. No caso dos autos, entenderam o Juiz monocrático e a Turma Recursal, através de análise do conjunto probatório constante dos autos, que, a despeito da ausência de declaração de conteúdo, estaria devidamente demonstrado que o objeto postado e extraviado corresponderia, efetivamente, ao projetor que fora remetido ao autor por seu cunhado (que o adquiriu, em nome do demandante, e obteve o correspondente ressarcimento em conta bancária). 2. Destarte, o entendimento de que é incabível indenização por danos materiais em

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

caso de extravio de objeto postado sem declaração de conteúdo pode ser temperado, de maneira a se admitir que, quando comprovado o conteúdo da postagem por outros meios admitidos em direito, é cabível a indenização. 3. Pedido de uniformização conhecido e improvido".(PEDILEF 200584005066499, JUÍZA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ 25/02/2010.)

7. Aplicação da questão de ordem n. 13 da TNU, cujos termos reproduzo: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

8. Pedido de Uniformização de Jurisprudência improvido. Determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 7º do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para que, após o respectivo trânsito em julgado, mantenham ou promovam a adequação da decisão, nos moldes do entendimento aqui pacificado.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2011.72.51.001003-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: TEREZINHA JUNKES WILBERT
PROC./ADV.: GRACIANE TAÍS ALVES COELHO
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO
PROC./ADV.: RODRIGO COELHO
PROC./ADV.: GEOVANI COELHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por TEREZINHA JUNKES WILBERT contra decisão que inadmitiu pedido de uniformização ante a inexistência de similitude fática entre o acórdão recorrido e o julgado paradigma.

Alega a parte agravante, em síntese, que os pressupostos de admissibilidade do pedido de uniformização foram atendidos, razão pela qual requer sua admissão.

É o relatório. Decido.

O incidente de uniformização de jurisprudência foi interposto com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 contra acórdão proferido pela Turma Recursal de Santa Catarina que negou provimento ao recurso sob o fundamento de que não é possível o cômputo do tempo exercido na atividade rural em regime de economia familiar para fins de concessão ou revisão de benefício de aposentadoria por idade urbana.

O acórdão paradigma refere-se à tese de que o desempenho de atividade urbana não constitui óbice para a concessão de aposentadoria por idade rural.

A divergência não foi demonstrada, uma vez que inexiste similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o julgado paradigma. Incide, na espécie, a Questão de Ordem n. 22/TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, conheço do agravo e nego-lhe provimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

DESPACHOS

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO N. 2009.71.57.007033-4
REQUERENTE: VALDIRENE DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: MARBEL LANNES SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Verifico que o incidente de uniformização foi dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região com fundamento no art. 14, § 1º, da Lei 10.259/2001; assim, trata-se de pedido de uniformização regional.

Após o referido incidente ter sido inadmitido pelo Presidente da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a requerente formulou pedido de submissão à Turma Nacional de Uniformização, tendo sido feito o encaminhamento dos autos.

Entretanto, considerando que os requisitos para admissibilidade dos pedidos de uniformização regional e nacional são diferentes, não compete à TNU manifestar-se neste caso.

Assim, nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução n. 61 de 25/6/2009, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional da 4ª Região para as providências cabíveis.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO N. 2010.71.65.000061-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTENOR DAMIÃO MACHADO
PROC./ADV.: ANDRÉ SORIANO CAETANO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Verifico que o incidente de uniformização foi dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região com fundamento no art. 14, § 1º, da Lei n. 10.259/2001. Assim, trata-se de pedido de uniformização regional.

O incidente foi admitido pela Presidência da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que determinou a remessa dos autos à Turma Regional de Uniformização (evento 60).

Diante disso, determino a remessa dos autos à origem para cumprimento da decisão.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502898-96.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos já foi apreciada por esta Turma Nacional, no PEDILEF n. 0505700-35.2009.4.05.8300, julgado com a seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REMOÇÃO A PEDIDO. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. AJUDA DE CUSTO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DE PERNAMBUCO. SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMAS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DA TNU. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO NA REMOÇÃO. AJUDA DE CUSTO DEVIDA. PROVIMENTO DO INCIDENTE.

O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

A ajuda de custo é devida para instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, e destina-se a compensar as despesas respectivas, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede (Lei n.º 8112/90, art. 53).

Hipótese na qual alega o recorrente que a decisão da Turma de origem, confirmando a sentença de improcedência da ajuda de custo decorrente de remoção a pedido, divergiu da jurisprudência dominante desta TNU, segundo a qual a ajuda de custo é devida mesmo no caso de remoção a pedido, considerando-se presente o interesse da Administração.

Identificada a similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido, que entendeu incabível a ajuda de custo no caso de remoção por interesse do servidor, e os paradigmas da TNU, reconhecedores do direito à vantagem, ainda que a remoção seja a pedido do servidor público. Conhecimento do incidente de uniformização por divergência entre acórdão impugnado e decisões paradigmas.

No mérito, esta TNU firmou jurisprudência entendendo devida a ajuda de custo decorrente da remoção de servidor público, mesmo a pedido, presente o interesse da Administração no preenchimento do cargo vago (TNU - PEDILEF n.º 200651510020756, Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJU 18 fev. 2008; PEDILEF n.º 200772510005124, Juiz Federal João Carlos Costa Mayer Soares, DJU 5 abr. 2010). Por ocasião do último julgamento citado, fixou a Turma que "o interesse do serviço na remoção está presente no oferecimento do cargo vago e não no procedimento administrativo tomado para preenchê-lo, criando-se, a partir daí, o direito do agente público de exigir a ajuda de custo". Destarte, embora incontestável o interesse do servidor na remoção a pedido, não se pode negar, também, o interesse da Administração no preenchimento do cargo vago, razão pela qual cabível a vantagem, não exigindo o art. 53 do RJU o interesse exclusivo da Administração.

- Pedido de Uniformização provido, para reformar o acórdão recorrido e julgar procedente o pedido do autor, reconhecendo-lhe o direito à percepção da ajuda de custo pleiteada. Excluem-se os honorários advocatícios fixados no acórdão recorrido em desfavor do recorrente.

- O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre a mesma questão sejam automaticamente devolvidos às respectivas Turmas de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido (TNU - Regimento Interno, art. 7.º, inciso VII, letra "a")."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos os representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na Turma Nacional de Uniformização, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e artigo 7º, alíneas "a" e "b", da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito desta TNU, após o respectivo trânsito em julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

ROCESSO: 0505033-60.2011.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: ADVOGADO DA ECT
REQUERIDO(A): ALCIVANIA LEITE OLIVEIRA NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 42/TNU E QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de Uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Ausência de prova do dano moral - matéria objeto de dilação probatória. Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

3. Indicação de paradigmas cujas bases fáticas são distintas. No presente feito, foi reconhecida a responsabilidade da ECT de pagar indenização por danos morais sofridos em virtude de assalto ocorrido em suas dependências. O acórdão paradigma, por sua vez, versa acerca da responsabilidade da ECT de indenizar os danos morais e materiais sofridos em decorrência de extravio de correspondência.

4. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

5. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

6. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504152-77.2011.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: ADVOGADO DA ECT
REQUERIDO(A): JULIANA OLIVEIRA FAGUNDES
PROC./ADV.: SAAC COSTA SANTOS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM N. 22/TNU. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 42/TNU E QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. DIVERGÊNCIA ENTRE JULGADOS DE TURMAS DE DIFERENTES REGIÕES. AUSÊNCIA DE CÓPIA DOS JULGADOS PARADIGMAS COM INDICAÇÃO DA FONTE. NECESSIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 3/TNU. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE. INCIDENTE INADMITIDO.

1. Incidente de Uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. Ausência de prova do dano moral - matéria objeto de dilação probatória. Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Indicação de paradigmas cujas bases fáticas são distintas. No presente feito, foi reconhecida a responsabilidade da ECT de pagar indenização por danos morais sofridos em virtude de assalto ocorrido em suas dependências. O acórdão paradigma, por sua vez, versa acerca da responsabilidade da ECT de indenizar os danos morais e materiais sofridos em decorrência de extravio de correspondência.

4. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica. Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

5. Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

6. Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

As partes interessadas, nos processos abaixo relacionados, encontram-se intimadas da decisão a seguir proferida:

DECISÃO

Verifico que a questão jurídica constante dos autos está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.389, sobrestado por força do instituto de repercussão geral, nestes termos:

"ISONOMIA - SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS - PARCELA REMUNERATÓRIA. Possui repercussão geral a controvérsia sobre a obrigatoriedade, ou não, de estender aos inativos e pensionistas a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - parcela remuneratória prevista na Lei nº 11.357/2006 e paga aos servidores em atividade."

Dessa forma, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos sobrestados por força de repercussão geral, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do STF.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de junho de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0007669-75.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALICE SIMIÃO FIALHO CORDEIRO
PROC./ADV.: ÉDEN LINO DE CASTRO
REQUERIDO(A): APARECIDA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ÉDEN LINO DE CASTRO
PROCESSO: 0006547-27.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ADA FERREIRA DE MENEZES
REQUERIDO(A): ALBERTO DE SOUZA COELHO
REQUERIDO(A): GERALDO CORDOVAL BRANDÃO
REQUERIDO(A): MARIALDA SANTANA PEREIRA
REQUERIDO(A): MARIALVA SILVA PEIXOTO
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0006930-05.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): APARECIDA DE CASTRO
REQUERIDO(A): BENTO SABINO DE SOUZA
REQUERIDO(A): LEILA FLEMING COSTA
REQUERIDO(A): MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA BROEDEL
REQUERIDO(A): MARIANA TEIXEIRA DO AMARAL DE SOUZA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0004937-24.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ADENILDA MARTINS DE CAMPOS
REQUERIDO(A): EDSON DUTRA DOS SANTOS
REQUERIDO(A): MARLUCIA DOS SANTOS CARMO
REQUERIDO(A): RUBENS BARBOSA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0004936-39.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): DANIEL ISMAEL DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): FERNANDA MARCIA DA LUZ RONDON
REQUERIDO(A): LUCILA CORRADI
REQUERIDO(A): SIDNEI NAZARÉ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0004922-55.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ADALBERTO ANTONIO DA SILVA
REQUERIDO(A): MARIA DAS NEVES SANTOS VILANOVA
REQUERIDO(A): MARIA DO PERPÉTUDO SOCORRO CAMPELO DA CUNHA
REQUERIDO(A): RAIMUNDO MAIA
REQUERIDO(A): RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA MONTEIRO
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0004929-47.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LEONOR JOANA DE SOUZA NARDI
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES CARVALHO ALVES
REQUERIDO(A): SELMA OLIVEIRA CARVALHO
REQUERIDO(A): SEVERINO GOMES
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0002377-12.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IONE COLLACO
REQUERIDO(A): MANOEL HERMELINDO DE MORAIS FERREIRA
REQUERIDO(A): MARIA AUXILIADORA URSINE MURTA
REQUERIDO(A): MARIA CILEIDE DA SILVA GUIMARÃES
REQUERIDO(A): OSCARINA SANTEIRO TOME DE JESUS
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0002373-72.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANDRADINA MATHIAS
REQUERIDO(A): LUIZA APARECIDA MACHADO
REQUERIDO(A): MARIA ERCÍLIA MACHADO FAGUNDES
REQUERIDO(A): MARIA STELA COSSON VELOZO
REQUERIDO(A): P0EDRO DUARTE LEITE
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0002370-20.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ARLETE COTRIM NONATO
REQUERIDO(A): HELENA DA SILVA CUNHA
REQUERIDO(A): MARIA GORETE DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): RITA DE CÁSSIA AMARAL DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): TÂNIA MASTELLA CUSTÓRDIO
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0001911-18.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARMEN DA PURIFICAÇÃO FONSECA DE JESUS
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
REQUERIDO(A): DEOCLECIANO ALVES DE ALMEIDA
REQUERIDO(A): GILBEROT LEÃO PINTO
REQUERIDO(A): ILES COSTA FERREIRA
REQUERIDO(A): ROLDÃO BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0002381-49.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALVARIM MACHADO SOARES
REQUERIDO(A): ANADIR APPARECIDA PEREIRA
REQUERIDO(A): REGINA MARTINS BAMBINO
REQUERIDO(A): THEREZINHA PEREIRA DA COSTA
REQUERIDO(A): ZENITA ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0002374-57.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANA MARIA SANTOS DA SILVA
REQUERIDO(A): EDIR EVELASCO MARTINS
REQUERIDO(A): LUIZ DIAS DE MORAIS
REQUERIDO(A): MARIA NELE BITTENCOUT
REQUERIDO(A): ROBSON DE JESUS FRANÇA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0001596-87.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTONIA CHAGAS DA CUNHA
REQUERIDO(A): LAURA GOMES DOS SANTOS
REQUERIDO(A): ROSEMEIRE EUGENIO LUZ
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
PROCESSO: 0001595-05.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCA DO ESPÍRITO SANTO DA SILVA
REQUERIDO(A): ILDA FERREIRA DA SILVA
REQUERIDO(A): MARIA AURILENE VIEIRA
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
PROCESSO: 0001588-13.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCA DE FREITAS LIMA
REQUERIDO(A): JOÃO OLIVEIRA DE SOUZA
REQUERIDO(A): MARIA NAICA FREIRES CUNHA
REQUERIDO(A): MARIA URBANO UCHOA
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
PROCESSO: 0001586-43.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCA BEZERRA DE MELO
REQUERIDO(A): FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): FRANCISCO FERREIRA DE ARAÚJO
REQUERIDO(A): JURACI CARNEIRO DE MESQUITA
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
PROCESSO: 0001572-59.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AQUILINA RAMOS SARMENTO
REQUERIDO(A): MARIA DA CONCEIÇÃO MARTINS
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
PROCESSO: 0001580-36.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ERINEIDE NOGUEIRA PEREIRA
REQUERIDO(A): JUCIANA CARLA LIMA COSTA
REQUERIDO(A): MARIA BEZERRA
REQUERIDO(A): MARIA ESTELITA PEREIRA
REQUERIDO(A): PEDRINA CORREA EUSTÁQUIO
PROC./ADV.: SOLANGE MARIA DE CARVALHO CAVALCANTE
PROCESSO: 0001551-83.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): APARECIDA ELAINE BATISTA DA SILVA
REQUERIDO(A): MARGARIDA CARRAMANHOS
REQUERIDO(A): RITA NOEMIA ARAÚJO DE FARIA
REQUERIDO(A): SEBASTIANA CAMPOS SILVA
REQUERIDO(A): SERVULA MARINHO LIMA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0001548-31.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ROSA MARIA SOETH DOS SANTOS
REQUERIDO(A): SEBASTIANA BARRA DOS SANTOS
REQUERIDO(A): SILVIA DE CASTRO MOURA FERNANDES
REQUERIDO(A): VITÓRIO NACIF FORMAGINI
REQUERIDO(A): ZILDA RIZZI DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0001537-02.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RENATO GABRIEL
REQUERIDO(A): RITA MARQUES BANISKI
REQUERIDO(A): ROSA DE BRANCO
REQUERIDO(A): SANDRA LUCRÉCIA BARROSO PEREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

REQUERIDO(A): SEBASTIANA BAPTISTA LOPES
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0006937-94.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANA MARIA RODRIGUES FARIAS
REQUERIDO(A): HELOISA MARTINS DA SILVEIRA
REQUERIDO(A): MARIA DO SOCORRO REBOUÇAS DE CARVALHO
REQUERIDO(A): MÁRCIA DOS REIS GONÇALVES
REQUERIDO(A): ZILDAL BRUNO CHAVES
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0006237-21.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AMETISTA MARIA G DOS REIS
REQUERIDO(A): EFIGÊNIA DAS DORES SILVA
REQUERIDO(A): GEORGETE BARRETO DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES BATISTA PESSOA
REQUERIDO(A): MARIA LUIZA FEITOSA FALCÃO
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0006239-88.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ARALDO ANTUNES
REQUERIDO(A): LAURA OLIVA
REQUERIDO(A): LAURINDA EMA LIPPERT FERNANDES
REQUERIDO(A): MARIA ANGELA RIBEIRO DE SOUZA
REQUERIDO(A): MARLENE MOREIRA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0006934-42.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ELOI DORNELES ALVES
REQUERIDO(A): GERALDA DUARTE DO AMARAL
REQUERIDO(A): MARIA AMÉLIA FERREIRA
REQUERIDO(A): PAULA DA SILVA MOREIRA
REQUERIDO(A): ZOLINA DA SILVA MOREIRA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0006227-74.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ABELARDO DE SOUZA COELHO
REQUERIDO(A): AMARO BEZERRA DAAA SILVA
REQUERIDO(A): CELSO LUIZ DISARO
REQUERIDO(A): GENY GOMES DE ANDRADE
REQUERIDO(A): JOSEFA STEIN CHERUBINO
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0004941-61.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EDITH FERREIRA DE ABREU
REQUERIDO(A): GERACINA DE OLIVEIRA BASTOS
REQUERIDO(A): JOAQUINA TAVARES COSTA
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO SOARES
REQUERIDO(A): SEVERINA DOS SANTOS COUTO
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0004939-91.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LORENZY ZIMMERMANN CESAR ARAÚJO
REQUERIDO(A): MANOELA FRANCISCA CESAR ARAÚJO
REQUERIDO(A): MARIA HOSANA JAIME DE SÁ
REQUERIDO(A): MARIO SALVADOR
REQUERIDO(A): RAIMUNDO DE ALMEIDA SILVA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0004938-09.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FELICIANO DA COSTA ARAÚJO
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ MOREIRA
REQUERIDO(A): RAIMUNDO DOS SANTOS
REQUERIDO(A): SILVIA REGINA DE CAMARGO
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0004940-76.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOANA DARC PEDROSO DA TRINDADE
REQUERIDO(A): LUISA MARIA BERNARDINO DA SILVA
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ LIMA DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): MARIA LUIZA LEÃO ALVARENGA
REQUERIDO(A): SILVIA MARIA MILLA FERRAZ
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0007765-90.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ERNANE SOARES DA ROCHA
REQUERIDO(A): LIEGE MARIA NORONHA MACHADO
REQUERIDO(A): TERESINHA DE JESUS LIMA VERDE
REQUERIDO(A): TEREZINHA DE JESUS CANTANHEDE MUNIZ
REQUERIDO(A): THERESA DE JESUS SANT´ANNA DE LIMA
PROC./ADV.: ÉDEN LINO DE CASTRO
PROCESSO: 0007769-30.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): IVO SOTERIO DE SOUZA
REQUERIDO(A): JOSÉ WALKI PACHECO MORAES
REQUERIDO(A): MARIA AIZA RODRIGUES MEDEIROS
PROC./ADV.: ÉDEN LINO DE CASTRO
PROCESSO: 0007786-66.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANTONINA MORAES DA SILVA
REQUERIDO(A): FRANCISCA BEZERRA DE SOUZA
REQUERIDO(A): IRACY JORAS
REQUERIDO(A): ROSARIA PEREIRA DA SILVA
REQUERIDO(A): TEREZA FERNANDES MOREIRA
PROC./ADV.: ÉDEN LINO DE CASTRO
PROCESSO: 0008027-40.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AFFONSINA ROCHO SANTANNA
REQUERIDO(A): ENEIDA FIALHO COHEN
REQUERIDO(A): PAULO MENDES MENEZES
REQUERIDO(A): RITA TINOCO
REQUERIDO(A): ROSA DE LIMA PEDROSA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE
PROCESSO: 0008030-92.2010.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LENITA DE JESUS SALES
REQUERIDO(A): LUIZ ANTÔNIO VELOSO VIANNA
REQUERIDO(A): MARIA DE JESUS COELHO DA SILVA
REQUERIDO(A): MARIA JOANA BRANDÃO MENEZES
REQUERIDO(A): MARINA DOMINGUEZ TINOCO
PROC./ADV.: SEBASTIÃO MIGUEL JULIÃO
PROC./ADV.: EDMUNDO JORGE
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONIA DE BARROS JORGE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 959, DE 19 DE JULHO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, resolve:

Transformar 01 (uma) Função Comissionada, FC-05, de Oficial de Gabinete, da Secretaria da Terceira Câmara Cível, em 01 (uma) Função Comissionada, FC-05, da Assessoria Jurídica da Presidência.

Des. JOÃO MARIOSI

PORTARIA Nº 962, DE 19 DE JULHO DE 2012

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, e tendo em vista o contido no PA N. 12.464/2012, resolve:

Transformar 01 (um) Cargo em Comissão, CJ-03, de Assessor Jurídico da Presidência, em 01 (um) Cargo em Comissão, CJ-03, de Assessor da Segunda Vice-Presidência.

Des. JOÃO MARIOSI

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 6 DE JULHO DE 2012

Cria o Fundo de Apoio aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) e dá outras providências.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que tratam o art. 28, inciso III da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e os artigos 15 e 29, inciso XXXI do Regimento Geral Provisório, com vistas a dar cumprimento às disposições do art. 60 da mesma Lei e de acordo com a deliberação adotada na Sessão Plenária Ordinária n° 8, realizada nos dias 5 e 6 de julho de 2012; Considerando a necessidade de instituição e regulamentação do fundo especial de apoio aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) nos termos previstos no art. 60 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010; Considerando que os presidentes dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) participaram da elaboração desta Resolução, atendendo assim o disposto no parágrafo único do art. 60 da Lei n° 12.378; Considerando que a proposição de norma regulamentadora do fundo especial foi debatida nas reuniões regionais de planejamento, orçamento e contabilidade realizadas com a participação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF); resolve:

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO, ABRANGÊNCIA E DOS RECURSOS DO FUNDO Art. 1° Fica instituído, em conformidade com o art. 60 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, fundo especial destinado a equilibrar as receitas e despesas dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) cuja arrecadação seja insuficiente para a implementação de suas atividades operacionais e manutenção de suas estruturas administrativas, que fica denominado de Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF. Art. 2° O Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF é constituído por recursos das seguintes origens: I - aporte inicial no valor de R$ 3.288.654,65 (três milhões duzentos e oitenta e oito mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), a ser feito pelo CAU/BR, à conta dos recursos provenientes dos repasses a que se refere o parágrafo único do art. 57 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010; II - aportes ordinários permanentes, a serem feitos pelo CAU/BR e pelos CAU/UF, a partir do exercício de 2013, em montantes a serem definidos em reunião plenária ampliada entre o CAU/BR e os CAU/UF. Parágrafo único. Os aportes de recursos financeiros serão feitos observando-se o seguinte: I - o aporte inicial de que trata o inciso I do caput deste artigo será feito no exercício de 2012, na forma dos critérios a serem definidos pelo Conselho Diretor CAU/BR; II - os aportes ordinários serão feitos com a retenção no momento do ingresso dos recursos no Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU); III - os aportes ordinários ao Fundo serão avaliados e revistos anualmente pela Comissão Gestora, em relatório gerencial, a ser submetido à aprovação do Plenário do CAU/BR. Art. 3° A projeção dos recursos do Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF será feita, anualmente, por ocasião da elaboração do Plano de Trabalho e Orçamento do CAU/BR e dos CAU/UF para o exercício subsequente. Art. 4° Os recursos destinados ao Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF serão depositados em conta específica em instituição financeira oficial. CAPÍTULO II - DA UTILIZAÇÃO DO FUNDO Art. 5° A utilização do Fundo, pelos CAU/UF, dar-se-á por meio de procedimentos e normas estabelecidas nesta Resolução, conforme os critérios a seguir especificados: I - os recursos serão disponibilizados aos CAU/UF que incorram em insuficiência de recursos próprios para suportar o desenvolvimento das ações previstas no Plano de Trabalho Anual e Orçamento; II - 10% (dez por cento) de todos os aportes de recursos ao Fundo serão reservados: a) para o custeio das atividades de gestão do próprio Fundo; b) para o financiamento das demandas emergenciais não previstas na programação do Plano de Trabalho e Orçamento, tais como: 1) situações excepcionais que provoquem queda abrupta na arrecadação prevista no Plano de Trabalho e Orçamento Anual, avaliadas pela Comissão Gestora do Fundo, a partir das informações apresentadas pelo CAU/UF solicitante; 2) casos de calamidade ou situação de emergência que extrapolem a capacidade de gestão do CAU/UF, ocasionando prejuízos ou comprometendo a realização das atividades que constituem suas atribuições legais. Parágrafo único. Para os fins do inciso II, letra "b" deste artigo adotam-se as seguintes convenções: a) calamidade - situação decretada por vários níveis de governo, relativos a desastres naturais, com vítimas e por um período determinado; b) situação de emergência - situação decretada por órgão de monitoramento meteorológico e da defesa civil, relativos a desastres naturais, com vítimas e por tempo indeterminado. Art. 6° Fica vedada a utilização do Fundo quando comprovada a má gestão administrativa ou financeira do CAU/UF solicitante. § 1° Para efeito de caracterização de má gestão administrativa ou financeira serão adotados os princípios que regem a administração pública, bem como as disposições da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa, e da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. § 2° Não se aplicará a vedação prevista no caput deste artigo se os atos de má gestão administrativa ou financeira tiverem sido praticados por gestor anterior. Art. 7° Na

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

hipótese de extinção do Fundo, o saldo será aplicado em ações a serem submetidas à aprovação do Plenário do CAU/BR. CAPÍTULO III - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS Art. 8° Os recursos serão liberados aos CAU/UF, mensalmente, observando o cronograma previsto no Plano de Trabalho e Orçamento Anual do CAU/BR. Parágrafo único. A partir da terceira parcela a liberação dos recursos previstos ficará condicionada à comprovação da aplicação de, no mínimo, 70% (setenta por cento) da parcela anterior. CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO E DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS Art. 9° O Fundo será administrado pelo CAU/BR, por meio de uma comissão gestora composta pelos membros de Comissão de Finanças do CAU/BR e por três representantes dos CAU/UF, escolhidos estes em reunião plenária ampliada entre o CAU/BR e os CAU/UF, devendo compor a comissão gestora pelo menos um representante de CAU/UF beneficiário dos recursos do Fundo e um representante de CAU/UF não demandante do Fundo. Parágrafo único. Até que a comissão gestora de que trata este artigo seja constituída, o Fundo será administrado pelo CAU/BR, por meio de uma comissão gestora provisória, composta pelos membros da Comissão de Finanças do CAU/BR e por três representantes dos CAU/UF, designados estes pelo Plenário do CAU/BR. Art. 10. São da responsabilidade da comissão gestora: a) acompanhar, avaliar e deliberar sobre a realização das ações previstas no Plano de Trabalho e Orçamento do CAU/UF que demandar recursos do Fundo; b) receber, analisar e deliberar sobre a prestação de contas dos recursos transferidos aos CAU/UF; c) receber, analisar e deliberar sobre o relatório de gestão do CAU/UF que demandar recursos do Fundo; d) acompanhar e avaliar o comportamento das arrecadações estaduais e o ingresso de recursos no Fundo, frente aos previstos no Plano de Trabalho e Orçamento aprovado. Parágrafo único. Para o desempenho das responsabilidades cometidas à comissão gestora neste artigo incumbirá ao CAU/UF que demandar recursos do Fundo apresentar ao CAU/BR: a) mensalmente, até o dia 20 do mês subsequente ao mês de referência, a prestação de contas dos recursos que lhe tenham sido transferidos, com demonstrativo de despesas e receitas; b) trimestralmente, até o dia 20 do mês subsequente ao trimestre de referência, relatório de gestão contemplando a análise e avaliação das ações e resultados alcançados no período frente aos previstos no Plano de Trabalho o Orçamento aprovado. CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 11. Os casos omissos serão analisados pela comissão gestora e submetidos à aprovação do Conselho Diretor do CAU/BR. Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 6 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre o registro e sobre a alteração e a baixa de registro de pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que tratam o art. 28, inciso III da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e os artigos 15 e 29, inciso III do Regimento Geral Provisório, com vistas a dar cumprimento às disposições dos artigos 10, 14 e 34, inciso V da mesma Lei e de acordo com a deliberação adotada na Sessão Plenária Ordinária n° 8, realizada nos dias 5 e 6 de julho de 2012; resolve:

CAPÍTULO I - DO REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA Art. 1° Em cumprimento ao disposto na Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, ficam obrigadas ao registro nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF): I - as pessoas jurídicas que tenham por objetivo social o exercício de atividades profissionais privativas de arquitetos e urbanistas; II - as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades privativas de arquitetos e urbanistas cumulativamente com atividades em outras áreas profissionais não vinculadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo; III - as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades de arquitetos e urbanistas compartilhadas com outras áreas profissionais, cujo responsável técnico seja arquiteto e urbanista. § 1° O requerimento de registro de pessoa jurídica no CAU/UF somente será deferido se os objetivos sociais da mesma forem compatíveis com as atividades, atribuições e campos de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo. § 2° É vedado o uso das expressões "arquitetura" ou "urbanismo", ou designação similar, na razão social ou no nome fantasia de pessoa jurídica se a direção desta não for constituída paritária ou majoritariamente por arquiteto e urbanista. Art. 2° O registro da pessoa jurídica a que se refere o artigo anterior será feito no Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Unidade da Federação de sua sede (CAU/UF), por meio do Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU), levando-se em consideração uma das seguintes situações: I - pessoa jurídica com registro originário de Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), com cadastro transferido para o CAU/UF; II - pessoa jurídica com registro originário de Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), sem transferência de cadastro; III - pessoa jurídica requerente de novo registro. Art. 3° A pessoa jurídica com registro originário de Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), cujo cadastro tenha sido transferido para o SICCAU, fica automaticamente registrada no CAU/UF de sua sede nas mesmas condições de seu registro anterior. Parágrafo único. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Resolução, o CAU/BR disciplinará, em normativo específico, a atualização dos dados cadastrais da pessoa jurídica registrada na forma deste artigo. Art. 4° A pessoa jurídica com registro originário de Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), cujo cadastro não tenha sido transferido para o SICCAU, poderá ser registrada no CAU/UF, mediante a comprovação de seu registro anterior, através de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (CRQPJ), ou documento equivalente que contenha, no mínimo, as seguintes informações: I - objetivos sociais; II - capital social; III - data do registro no CREA; e IV - identificação do arquiteto e urbanista responsável técnico. § 1° O registro de pessoa jurídica na forma deste artigo também será objeto de atualização cadastral, nos termos do parágrafo único do art. 3º desta Resolução. § 2° É facultado à pessoa jurídica de que trata este artigo efetuar novo registro no CAU/UF. Art. 5° O registro inicial de pessoa jurídica deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação: a) ato constitutivo, devidamente registrado no órgão competente, incluindo as alterações, ou se for o caso, a consolidação e as alterações posteriores; b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); c) Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do arquiteto e urbanista indicado como responsável técnico. Parágrafo único. Para a validação do RRT de Cargo ou Função será necessária a comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a pessoa jurídica, por meio de contrato social, carteira de trabalho e previdência social (CTPS), portaria de nomeação ou contrato de prestação de serviços. Art. 6° As pessoas jurídicas que solicitarem registro nos CAU/UF ficam obrigadas, no ato da solicitação, a comprovar o pagamento, aos empregados e contratados, de salário mínimo profissional aos arquitetos e urbanistas, por meio de demonstrativo próprio, conforme estabelecido na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966. Parágrafo único. A pessoa jurídica que não atender o disposto no caput deste artigo terá seu pedido de registro sobrestado até que regularize a situação relativa ao cumprimento do salário mínimo profissional aos arquitetos e urbanistas. Art. 7° O processo de registro de pessoa jurídica será submetido à avaliação do CAU/UF que, no prazo de 30 (trinta) dias, deverá: I - deferir o registro, se a requerente atender aos dispositivos da Lei n° 12.378, de 2010, e desta Resolução; II - promover diligências para saneamento de pendências, concedendo prazo de 10 (dez) dias para manifestação da requerente; III - indeferir o registro, quando ficar configurada a sua impossibilidade. Parágrafo único. Caso a pessoa jurídica não atenda ao disposto no inciso II deste artigo, ou não promova o saneamento das pendências verificadas, o processo de pedido de registro será arquivado. Art. 8° Efetivado o registro em qualquer das situações previstas nesta Resolução, a pessoa jurídica poderá, em conformidade com a legislação vigente, exercer as atividades relacionadas em seus objetivos sociais, desde que sob a responsabilidade técnica de arquiteto e urbanista devidamente registrado. Art. 9° É facultado ao arquiteto e urbanista, regularmente registrado no CAU, constituir-se em pessoa jurídica individual de Arquitetura e Urbanismo, nos termos desta Resolução. Parágrafo único. A responsabilidade técnica que o arquiteto e urbanista assume em relação à pessoa jurídica de que trata o caput deste artigo será contabilizada para o limite estabelecido no artigo 10 desta Resolução. Art. 10. Para fins de registro no CAU, um arquiteto e urbanista pode, simultaneamente, exercer a responsabilidade técnica por, no máximo, 3 (três) pessoas jurídicas. CAPÍTULO II - DO REGISTRO DE FILIAL DE PESSOA JURÍDICA Art. 11. A constituição de unidade filial de pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo obriga ao registro da filial no CAU/UF da localidade da sede desse estabelecimento. Art. 12. O registro a que se refere o artigo anterior deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação: a) ato constitutivo referente à criação da filial, devidamente registrado no órgão competente; b) comprovante de inscrição da filial no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); c) Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do arquiteto e urbanista indicado como responsável técnico da filial. Parágrafo único. Para a validação do RRT de Cargo ou Função será necessária a comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a pessoa jurídica, por meio de contrato social, carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou contrato de prestação de serviços e, se for o caso, observância do salário mínimo profissional de que trata a Lei n° 4.950-A. Art. 13. O número de registro de filial de pessoa jurídica no CAU/UF ficará vinculado ao número de registro da matriz, sendo representado por este número acompanhado de dígitos ordinatórios. Art. 14. A responsabilidade técnica que o arquiteto e urbanista assume por filial será computada para fins de verificação do limite definido no art. 10 desta Resolução. CAPÍTULO III - DO REGISTRO DE SOCIEDADES DE PESSOAS JURÍDICAS Art. 15. As pessoas jurídicas regularmente registradas no CAU/UF poderão reunir-se em sociedades e requerer registro no conselho, nos termos da presente Resolução. SEÇÃO I - SOCIEDADE COM PERSONALIDADE JURÍDICA Art. 16. O registro no CAU/UF de sociedade personificada deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação: a) ato constitutivo da sociedade, devidamente registrado no órgão competente; b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); c) Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do arquiteto e urbanista indicado como responsável técnico da sociedade. Parágrafo único. Para a validação do RRT de Cargo ou Função será necessária a comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a pessoa jurídica, por meio de contrato social, carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou contrato de prestação de serviços e, se for o caso, observância do salário mínimo profissional de que trata a Lei n° 4.950-A. Art. 17. A responsabilidade técnica que o arquiteto e urbanista assume por sociedade personificada de pessoas jurídicas será computada para fins de verificação do limite definido no art. 10 desta Resolução. SEÇÃO II - SOCIEDADE SEM PERSONALIDADE JURÍDICA Art. 18. O registro no CAU/UF de sociedade não personificada deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexado seu termo de constituição. Parágrafo único. Serão válidos, para fins de responsabilidade técnica pela sociedade referida no caput deste artigo, para as atividades na área de Arquitetura e Urbanismo, os RRT de Cargo ou Função de responsabilidade técnica pelas pessoas jurídicas dela constituintes. Art. 19. Os objetivos sociais de sociedade não personificada têm por limite o conjunto dos objetivos sociais das pessoas jurídicas que a constituem. CAPÍTULO IV - DO REGISTRO DE SEÇÕES TÉCNICAS Art. 20. A pessoa jurídica que, na forma de seus atos constitutivos ou em razão do objeto social ou das atividades efetivamente desenvolvidas, mantenha seção técnica por meio da qual preste ou execute, para si ou para terceiros, obras ou serviços técnicos que se enquadrem nas atividades, atribuições ou campos de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo, está obrigada ao registro da referida seção no CAU/UF da localidade da sua sede. § 1° Enquadram-se na situação deste artigo as seções técnicas das pessoas jurídicas de direito privado e das de direito público, dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações que desenvolvam atividades privativas de arquitetos e urbanistas ou compartilhadas entre estes e outras profissões regulamentadas, no caso de terem entre seus responsáveis técnicos arquitetos e urbanistas. § 2° As pessoas jurídicas referidas no parágrafo anterior deverão fornecer ao CAU/UF, sem qualquer ônus para o conselho, todas as informações necessárias à verificação e fiscalização do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo. Art. 21. O registro de seção técnica de Arquitetura e Urbanismo no CAU/UF deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação: a) ato constitutivo da pessoa jurídica e, se houver, da seção técnica; b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica a que a seção técnica se vincula; c) Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do responsável técnico pela seção técnica. Parágrafo único. Para a validação do RRT de Cargo ou Função será necessária a comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a pessoa jurídica, por meio de contrato social, carteira de trabalho e previdência social (CTPS), portaria de nomeação ou contrato de prestação de serviços e, se for o caso, observância do salário mínimo profissional de que trata a Lei n° 4.950-A. Art. 22. A responsabilidade por seção técnica de Arquitetura e Urbanismo será computada para fins de verificação do limite definido no art. 10 desta Resolução. CAPÍTULO V - DA ALTERAÇÃO DO REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA Art. 23. O registro de pessoa jurídica de Arquitetura e Urbanismo deverá ser alterado, no SICCAU, caso ocorra: I - modificação no ato constitutivo da pessoa jurídica; ou II - baixa ou substituição de responsabilidade técnica. § 1° Se a baixa de responsabilidade técnica for solicitada pelo arquiteto e urbanista, e se este for o único responsável técnico pela pessoa jurídica, a solicitação deverá ser atendida no prazo de dez dias, devendo o CAU/UF notificar a pessoa jurídica para, no mesmo prazo, registrar novo responsável técnico, sob pena de sujeitar-se às cominações legais cabíveis. § 2° Se a baixa for solicitada pela pessoa jurídica, e esta possuir um único responsável técnico, somente será efetuada a baixa a partir do registro de novo responsável técnico. § 3° Se a baixa for solicitada pela pessoa jurídica, e se esta possuir mais de um responsável técnico, a solicitação será atendida de imediato. § 4° A baixa de responsabilidade técnica a que se referem os parágrafos anteriores somente poderá ser efetuada mediante: a) apresentação de documento comprobatório de desvinculação entre as partes; b) ausência de RRT em aberto em nome do arquiteto e urbanista que se retira. § 5° Será efetuada a baixa de ofício da responsabilidade técnica em caso de suspensão ou cancelamento do registro do arquiteto e urbanista no CAU. § 6° A pessoa jurídica que deixar de contar com responsável técnico em face de qualquer das situações descritas nos §§ 1° e 2° deste artigo ficará impedida, até que seja regularizada a situação, de exercer as atividades na área de Arquitetura e Urbanismo. Art. 24. A inclusão de responsável técnico se dará mediante solicitação no ambiente do SICCAU com apresentação de RRT de Cargo ou Função e de documento comprobatório de vínculo do arquiteto e urbanista com a pessoa jurídica contratante. Parágrafo único. Para a validação do RRT de Cargo ou Função será necessária a comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a pessoa jurídica, por meio de contrato social, carteira de trabalho e previdência social (CTPS), portaria de nomeação ou contrato de prestação de serviços e, se for o caso, observância do salário mínimo profissional de que trata a Lei n° 4.950-A. CAPÍTULO VI - DA INTERRUPÇÃO E DA BAIXA DO REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA Art. 25. É facultada a interrupção, por tempo indeterminado, do registro de pessoa jurídica que não estiver no exercício de suas atividades, desde que atenda às seguintes condições: I - esteja em regularidade junto ao conselho; II - não possua RRT em aberto; III - não esteja respondendo a processo no âmbito do CAU. Art. 26. É obrigatório à pessoa jurídica registrada no CAU/UF solicitar a baixa de seu registro, caso ocorra uma das seguintes situações: I - dissolução da pessoa jurídica, comprovada por meio de distrato social ou outro instrumento oficialmente válido; II - alteração do instrumento constitutivo da pessoa jurídica excluindo de seus objetivos sociais aqueles relacionados à Arquitetura e Urbanismo; III - ausência de arquiteto e urbanista responsável técnico pela pessoa jurídica. Parágrafo único. Caso a pessoa jurídica tenha as expressões "Arquitetura" ou "Urbanismo", ou designação similar, na razão social, no nome fantasia ou nos objetivos sociais, a baixa a que se refere o caput deste artigo somente poderá ser efetuada após a retirada das citadas expressões. Art. 27. A baixa de pessoa jurídica somente será efetuada se: I - encontrar-se em regularidade junto ao conselho; II - não possuir RRT em aberto; III - não estiver respondendo a processo no âmbito do CAU. Art. 28. Será efetuada a baixa de ofício de registro de pessoa jurídica caso esta tenha sido condenada em processo, cuja penalidade seja o cancelamento do registro no CAU. Parágrafo único. Será também admitida a baixa de ofício nos casos em que a pessoa jurídica deixe de preencher as condições para a manutenção desse registro, devendo o CAU/UF promover a prévia notificação, com prazo de 30

IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

(trinta) dias, em que seja assegurada a ampla defesa. CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 29. Uma vez deferido o registro das pessoas jurídicas tratadas nesta Resolução, essas, antes do início de suas atividades, deverão efetuar junto ao CAU/UF o pagamento da anuidade do exercício corrente. Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não obstará a concessão dos benefícios da proporcionalidade e dos prazos para pagamento de anuidades, conforme previstos em normas próprias do CAU/BR, se mais favoráveis à pessoa jurídica. Art. 30. A pessoa jurídica registrada no CAU/UF fica sujeita aos regimes de anuidades, taxas e multas fixados em normas próprias do CAU/BR. Art. 31. À pessoa jurídica em débito com o CAU/UF será estabelecida restrição de acesso ao SICCAU até a regularização da situação. Parágrafo único. A restrição de acesso ao SICCAU será precedida de notificação, no próprio Sistema, por meio da qual será assegurado o prazo de 30 (trinta) dias para regularização da situação ou exercício do direito de ampla defesa. Art. 32. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CAU/BR n° 15, de 3 de fevereiro de 2012.

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 6 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis e de prestação de contas a serem adotados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF).

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que tratam o art. 28, incisos III e XI da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e os artigos 15 e 29, incisos X e XXXI do Regimento Geral Provisório e de acordo com a deliberação adotada na Sessão Plenária Ordinária n° 8, realizada nos dias 5 e 6 de julho de 2012; Considerando que compete ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) zelar para que as atividades do CAU/BR e dos CAU/UF sejam exercidas com rigorosa observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência; Considerando a necessidade de uniformizar os critérios para elaboração de documentos de natureza orçamentária, contábil e de prestação de contas, assim como prazos para a sua remessa pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR); resolve:

CAPÍTULO I - DO PLANO DE AÇÃO Art. 1° O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) elaborarão seus Planos de Ação e Orçamentos Anuais, por projeto e atividade, observando a missão, políticas, objetivos e estratégias de atuação, na forma aprovada pelo Plenário do CAU/BR. Parágrafo único. Compete ao Plenário do CAU/BR definir, com a participação dos CAU/UF, as políticas e estratégias de atuação do CAU em âmbito nacional. Art. 2° O CAU/BR homologará os Planos de Ação e Orçamentos Anuais elaborados pelos CAU/UF e elaborará o Plano de Ação e Orçamento Anual do CAU, assim entendido o conjunto formado pelo CAU/BR e pelos CAU/UF, a ser submetido à aprovação do Plenário do CAU/BR. CAPÍTULO II - DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO CAU/BR E DOS CAU/UF Art. 3° O CAU/BR e os CAU/UF elaborarão suas propostas orçamentárias anuais contendo as seguintes peças: I - plano de ação por projeto e atividade - metas físicas e financeiras; II - cenário de receitas - valores e critérios de projeção; III - despesas por projeto e atividade na forma do plano de ação; IV - parecer da Comissão de Finanças do respectivo CAU/UF; V - aprovação da proposta orçamentária pelo Plenário do CAU/UF. § 1° As propostas de plano de ação e orçamento anual serão disponibilizadas pelos CAU/UF, por meio do sistema informatizado (Siscont.Net) para análise e homologação pelo CAU/BR, até 20 de outubro de cada ano. § 2° As informações relativas aos incisos II e III serão disponibilizadas pelos CAU/UF ao CAU/BR, por meio do sistema informatizado (Siscont.Net), mediante senha de acesso de uso específico para consulta e emissão de relatórios pelo CAU/BR a ser fornecida pelo CAU/UF. § 3° Os documentos relativos aos incisos I, IV e V e os critérios utilizados para embasar a projeção da receita prevista deverão ser formalmente remetidos ao CAU/BR, até o dia 20 de outubro de cada ano. Art. 4° A Comissão de Finanças do CAU/BR procederá à análise das propostas do Plano de Ação e Orçamento enviadas pelos CAU/UF, até 10 de novembro de cada ano. Art. 5° O CAU/BR elaborará o Plano de Ação e Orçamento Anual do CAU considerando as propostas de cada CAU/UF, apreciadas pela Comissão de Finanças, submetendo à aprovação do Plenário em sua reunião ordinária de dezembro de cada ano. § 1° O CAU/BR, após a aprovação do Plano de Ação e Orçamento Anual, pelo Plenário, comunicará aos respectivos CAU/UF. § 2° O CAU/BR fará publicar, no Diário Oficial da União, as propostas orçamentárias aprovadas, até 31 de dezembro de cada ano. CAPÍTULO III - DA REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CAU/BR E DOS CAU/UF Art. 6° A reformulação orçamentária é obrigatória quando houver: I - variação da arrecadação prevista no orçamento aprovado, para mais ou para menos; II - necessidade de realização de ações não previstas no plano de ação e orçamento e que acarretem alteração na proposta aprovada; III - necessidade de transposição de recursos orçamentários do grupo de Despesas Correntes para Despesas de Capital ou vice-versa. § 1° O CAU/BR e os CAU/UF poderão realizar até 3 (três) reformulações orçamentárias anuais, na forma dos procedimentos a serem definidos pelo CAU/BR. § 2° As propostas de reformulação orçamentária serão disponibilizadas pelos CAU/UF, por meio do sistema informatizado (Siscont.Net), para análise e homologação pelo CAU/BR, nas datas a serem definidas pelo CAU/BR. § 3° É vedado ao CAU/BR e aos CAU/UF a execução de despesas não aprovadas sem a devida reformulação orçamentária. § 4° As reformulações orçamentárias dos CAU/UF deverão ser aprovadas pelo Plenário do respectivo CAU/UF e encaminhadas para análise pela Comissão de Finanças e aprovação pelo Plenário do CAU/BR. § 5° A última proposta de reformulação orçamentária a ser submetida à aprovação do Plenário do CAU/BR deverá ocorrer até o mês de novembro de cada ano, devendo ser observado o calendário de reuniões do CAU/BR. § 6° A última proposta de reformulação orçamentária dos CAU/UF deverá ser encaminhada ao CAU/BR, devidamente aprovada em seus Plenários, até 30 de setembro de cada ano. § 7° A reformulação orçamentária apresentada ao CAU/BR após a data estipulada no parágrafo anterior não será objeto de análise, ficando o ordenador de despesas solidário nas responsabilidades por irregularidades que decorram da não aprovação da reformulação. § 8° O CAU/BR, após a aprovação do Plano de Ação e Orçamento Anual, pelo Plenário, comunicará aos respectivos CAU/UF a aprovação de sua reformulação orçamentária. § 9° O CAU/BR fará publicar no Diário Oficial da União as reformulações orçamentárias, após aprovadas pelo seu Plenário, sendo que a última deverá ocorrer até 30 de novembro de cada ano. CAPÍTULO IV - DA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E ORÇAMENTO DO CAU/BR E DOS CAU/UF Art. 7° O CAU/UF encaminhará ao CAU/BR, trimestralmente, até o dia 20 do mês subsequente ao trimestre, informações sobre a execução de seu Plano de Ação e Orçamento contemplando: I - relatório da execução orçamentária das metas físicas e financeiras e resultados alcançados, por projeto e atividade, frente aos previstos; II - justificativas da execução orçamentária de projetos e atividades, metas físicas e financeiras em patamares inferiores ou superiores a 20% (vinte por cento) em relação ao previsto; III - propostas de medidas de gestão visando sanar as pendências existentes e aprimoramento dos processos. CAPÍTULO V - DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DO CAU/BR E DOS CAU/UF Art. 8° O CAU/UF disponibilizará ao CAU/BR, mensalmente, por meio do sistema informatizado (Siscont.Net) as informações contábeis, até o dia 20 do mês subsequente. § 1° As informações serão analisadas pela Gerência Financeira do CAU/BR, submetendo à deliberação da comissão responsável pela tomada de contas, que encaminhará à apreciação do plenário. § 2° A comissão responsável pela tomada de contas do CAU/BR e dos CAU/UF, sempre que considerar necessário, poderá contar com assessoramento de auditoria interna ou externa. CAPÍTULO VI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO CAU/BR E DOS CAU/UF Art. 9° A prestação de contas anual do CAU/BR e dos CAU/UF será elaborada observando a seguinte legislação: I - Constituição Federal, artigos 70 e 71, inciso II; II - Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, art. 62; III - Regimento Interno do CAU/BR; IV - Lei n° 8.730, de 10 de novembro de 1993, na parte que estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos poderes executivo, legislativo e judiciário, e dá outras providências. Art. 10. A prestação de contas anual dos CAU/UF deverá ser apresentada ao CAU/BR até o dia 31 (trinta e um) de março do ano subsequente, contendo as seguintes peças: I - rol de responsáveis; II - relatório de gestão, compreendendo: a) relatório de gestão estratégica; b) relatório de gestão administrativa; c) balanço patrimonial, acompanhado do parecer dos auditores independentes; d) demonstração do resultado do exercício; e) demonstrativos da execução orçamentária; f) demais peças exigidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria Geral da União (CGU); III - deliberação da Comissão de Finanças do CAU/UF; IV - deliberação do Plenário do CAU/UF; V - declaração expressa da respectiva unidade de pessoal da unidade gestora de que os responsáveis a que se refere o inciso I estão em dia com a exigência de apresentação da declaração de bens e rendas de que trata a Lei n° 8.730, de 1993. § 1° O rol de responsáveis referido no inciso I deste artigo conterá as seguintes informações: I - relação de responsáveis indicando: a) nome de todos os conselheiros, efetivos e suplentes, e os respectivos períodos de exercício do mandato; b) nome dos membros do Conselho Diretor e os respectivos períodos de exercício do mandato; c) nome dos membros da Comissão de Finanças e os respectivos períodos de exercício do mandato; d) nome do contador, CPF, registro no CRC e o período de exercício da função; e) nome do responsável pela Gerência Financeira e o período de exercício da função; II - os seguintes dados pessoais dos membros indicados no item I: a) número do cadastro de pessoa física (CPF); b) endereço residencial completo; c) endereço eletrônico, se houver; d) atos de nomeação ou designação e de exoneração ou dispensa. § 2° As prestações de contas serão submetidas ao Plenário do CAU/BR para apreciação, acompanhadas de relatório e parecer de auditoria independente. § 3° O CAU/BR e os CAU/UF, como entidades de fiscalização do exercício profissional, estão dispensados de apresentar relatório de gestão e de ter processo de contas ordinárias constituídos pelo Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da manutenção das demais formas de fiscalização exercidas pelos controles interno e externo, na forma do artigo 2°, inciso VII, § 1° da Instrução Normativa n° 63, de 1° de setembro de 2010, do Tribunal de Contas da União. § 4° As contas serão apreciadas pelo Plenário do CAU/BR, observando o art. 16 da Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992, que declarará: I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável; II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências: a) omissão no dever de prestar contas; b) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo, ilegal ou antieconômico; d) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos. § 5° A aprovação das contas com ressalva implicará na obrigação da respectiva unidade gestora de corrigir, no prazo a ser estabelecido na decisão de aprovação, a causa da ressalva, sob pena de serem julgadas irregulares as contas sucessivas. § 6° Sendo julgadas irregulares as contas do período, será imediatamente instalada a comissão de inquérito para apurar as irregularidade e responsabilidades e, sucessivamente, encaminhadas as contas e o relatório da comissão de inquérito ao Tribunal de Contas da União, para as providências cabíveis. § 7° O CAU/BR, após aprovação da prestação de contas, pelo Plenário, comunicará aos respectivos CAU/UF. CAPÍTULO VII - DAS RECEITAS DO CAU/BR E DOS CAU/UF Art. 11. Constituem receitas do CAU/BR: I - 20% da arrecadação prevista no inciso I do art. 37 da Lei n° 12.378, de 2010, considerando anuidades, contribuições, multas, taxas e tarifas de serviços; II - doações, legados, juros e receitas patrimoniais; III - subvenções; IV - resultados de convênios; V - outros rendimentos eventuais; VI - receitas decorrentes da alienação de bens. Art. 12. Constituem receitas dos CAU/UF: I - 80% da arrecadação prevista no inciso I do art. 37 da Lei n° 12.378, de 2010, considerando anuidades, contribuições, multas, taxas e tarifas de serviços; II - doações, legados, juros e rendimentos patrimoniais; III - subvenções; IV - resultados de convênios; V - outros rendimentos eventuais; VI - receitas decorrentes da alienação de bens. Art. 13. A arrecadação das receitas previstas na Lei n° 12.378, de 2010, será realizada exclusivamente por meio de convênio bancário único, com cláusula específica de repasse automático firmado com instituição bancária oficial, com capacidade para atendimento em todo o território nacional, na ordem de 80% (oitenta por cento) do valor arrecadado para o CAU/UF e 20% (vinte por cento) para o CAU/BR. Parágrafo único. As receitas previstas nos artigos 11 e 12 desta Resolução poderão ser aplicadas, desde que em instituições financeiras oficiais, em caderneta de poupança, em títulos de renda préfixada, em fundos lastreados por títulos públicos federais, bem como em outras aplicações que não coloquem em risco os recursos aplicados, devendo o gestor analisar previamente à aplicação dos recursos as condições de liquidez, incidência de impostos, taxas e emolumentos e prazo de carência. Art. 14. Os CAU/UF deverão manter duas contas bancárias, sendo uma denominada conta movimento e outra denominada conta arrecadação, nos termos da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964. Art. 15. A transferência de receitas ao CAU/BR, pelos CAU/UF, em patamares diversos do estabelecido nesta Resolução, assim como retenção indevida da cota parte, configura apropriação indébita. Parágrafo único. Sendo configurada a apropriação indébita, será instaurada, de imediato, auditoria para apuração dos valores devidos e identificação de responsabilidades, sem prejuízo do controle externo previsto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal. CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 16. O atendimento ao disposto nesta Resolução não desobriga os responsáveis ao cumprimento das demais normas reguladoras da gestão de recursos públicos. Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CAU/BR. Art. 18. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 6 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre os atos administrativos a serem expedidos pelo CAU/BR e pelos CAU/UF, disciplina sua aplicação e dá outras providências.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que tratam o art. 28, incisos III e XI da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e os artigos 15 e 29, incisos III, X e XXXI do Regimento Geral Provisório, e de acordo com a deliberação adotada na Sessão Plenária Ordinária n° 8, realizada nos dias 5 e 6 de julho de 2012; resolve:

Art. 1° O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) deverão atender, na expedição dos seus atos administrativos, as definições, forma e requisitos constantes desta Resolução. Art. 2° Os atos administrativos de que trata o art. 1° desta Resolução são os seguintes: I - Regimento - ato administrativo de caráter normativo de atuação interna, que se destina a reger, conforme o caso, o funcionamento do CAU/BR e dos CAU/UF; II - Resolução - ato administrativo, de caráter normativo, destinado a explicitar a legislação reguladora da profissão de Arquitetura e Urbanismo para sua correta aplicação e o disciplinamento dos casos omissos; III - Deliberação - ato administrativo de competência do CAU/BR e dos CAU/UF, de caráter normativo ou decisório, podendo ser: a) Deliberação Plenária, quando expedida pelo Plenário; b) Deliberação de Comissão, quando expedida por Comissões Permanentes ou Especiais; IV - Proposta - ato administrativo de iniciativa dos órgãos colegiados consultivos e de comissões transitórias do CAU/BR e dos CAU/UF, de caráter propositivo ou decisório, que devem ser utilizados para o encaminhamento de proposições ou de suas decisões à apreciação do CAU/BR ou dos CAU/UF; V - Instrução - ordem escrita e geral a respeito do modo, forma e condições de execução de determinado serviço ou atividade, com a finalidade de orientar os agentes do Conselho no desempenho de suas funções; VI - Circular - ordem escrita, de caráter uniforme, expedida a determinados agentes administrativos incumbidos de certos serviços ou atividades, com vistas à uniformização do desempenho de certas atribuições em circunstâncias especiais; VII - Portaria - ato administrativo interno, de natureza normativa ou ordinatória, podendo ser: a) Portaria Normativa: destinada a regulamentar a execução de normas e a regular procedimentos administrativos; b) Portaria Ordinatória: destinada a promover a movimentação de pessoal e de outros agentes. Art. 3° Quanto aos atos administrativos previstos no art. 2° ficam estabelecidas as seguintes disposições: I - o regimento do CAU/BR e os dos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAU/UF serão aprovados pelos respectivos Plenários; II - o regimento do CAU/BR subordina-se às disposições da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e a ele subordinam-se os Regimentos dos CAU/UF e os demais atos administrativos especificados nesta Resolução; III - as resoluções são atos privativos do Plenário do CAU/BR; IV - as deliberações plenárias são atos privativos dos Plenários do CAU/BR e dos CAU/UF e expressam a posição do respectivo conselho acerca da matéria decidida; V - as deliberações de comissão são atos privativos das comissões permanentes e especiais do CAU/BR e dos CAU/UF e expressam a posição da respectiva comissão acerca da matéria decidida; VI - as propostas poderão ser apresentadas pelos órgãos colegiados consultivos e pelas comissões transitórias do CAU/BR e dos CAU/UF e deverão tratar de matéria afeta aos objetivos do respectivo órgão ou comissão; VII - as instruções e as circulares são atos expedidos pelos agentes investidos na direção, gerência ou chefia de setores ou serviços do CAU/BR e dos CAU/UF; VIII - as portarias são atos privativos do presidente do CAU BR e dos presidentes dos CAU/UF. § 1° Os regimentos dos CAU/UF deverão ser submetidos à homologação do CAU/BR; os demais atos administrativos dos CAU/UF, que estabelecem regras sobre a sua estrutura administrativa e seu funcionamento dispensam homologação, devendo, todavia, ser encaminhados ao CAU/BR para conhecimento no prazo de 30 (trinta) dias após sua expedição. § 2° O CAU/UF pode, por iniciativa própria, revogar o ato administrativo normativo ou ordinatório que estabelece regras sobre a estrutura administrativa e seu funcionamento, quando julgar necessário, devendo comunicar a decisão ao CAU/BR no prazo de 30 (trinta) dias após sua revogação. Art. 4° A edição dos atos administrativos normativos de que trata esta Resolução dependerá de iniciativa: I - regimento e suas alterações: do presidente e dos conselheiros do CAU/BR e dos CAU/UF, respeitada a respectiva jurisdição; II - resolução: do presidente e dos conselheiros do CAU/BR; III - deliberação plenária: do presidente e das comissões do CAU/BR e dos CAU/UF; IV - deliberação de comissão: do coordenador e dos conselheiros do CAU/BR e dos CAU/UF; V - proposta: do coordenador ou responsável do órgão colegiado consultivo ou da comissão transitória. § 1° As propostas apresentadas por órgão colegiado e comissão transitória deverão ser encaminhadas previamente à análise das comissões permanentes ou especiais, de acordo com a natureza da matéria. § 2° Após a análise da proposta, a comissão a encaminhará ao Plenário do CAU/BR ou do CAU/UF, conforme o caso, para deliberação. Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6° Ficam revogadas as disposições em contrário.

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 18 DE ABRIL DE 2012

Nº 16.463. Recurso Administrativo nº 74/2011. Nº Originário: 675/2004. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: LANA CEBEL DANZA. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal AMILSON ALVARES. Ementa: Pedido de Revisão ante a declaração de prescrição pelo decurso de prazo. Ausência de novos fatos e novas provas. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO PEDIDO DE REVISÃO, mantendo-se na íntegra a decisão objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 16463, consoante acórdãos:

Nº 16.464. Recurso Administrativo nº 638/2009. Nº Originário: 940/2004. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessado: MARIA DAS DORES DE FREITAS. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

Nº 16.465. Recurso Administrativo nº 923/2009. Nº Originário: 49/2005. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessado: MELINA PEÇANHA BORGES. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relatora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ.

Nº 16.466. Recurso Administrativo nº 75/2011. Nº Originário: 563/2003. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: HILDETE CORDEIRO DOS SANTOS. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

Nº 16.467. Recurso Administrativo nº 1180/2009. Nº Originário: 213/2005. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: ELAINE FLORIANO MOLINA. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal EDSON CHIGUERU TAKI.

Nº 16.468. Recurso Administrativo nº 380/2011. Nº Originário: 005/2005. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: EGBERTO ANTONIO FORNAZARI GALDEANO. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA.

Nº 16.469. Recurso Administrativo nº 313/2011. Nº Originário: 101/2005. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: MARIA DE LOURDES ANDRADE PEZEIRO. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relatora: Conselheira Federal LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 19 DE ABRIL DE 2012

Nº 16.470. Recurso Administrativo nº 527/2011. Nº Originário: 173/2001. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: SIRLENE ADELAIDE RICARDO DA COSTA. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA. Ementa: Pedido de Revisão ante a declaração de prescrição pelo decurso de prazo. Ausência de novos fatos e novas provas. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO PEDIDO DE REVISÃO, mantendo-se na íntegra a decisão objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 16470, consoante acórdãos:

Nº 16.471. Recurso Administrativo nº 532/2011. Nº Originário: 211/2007. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessado: TETSUO TAKEUCHI. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal ERLANDSON UCHOA LACERDA.

Nº 16.472. Recurso Administrativo nº 309/2011. Nº Originário: 216/2004. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessado: EDSON AKIO UTIDA. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ JEOVÁ FREITAS MARQUES. Conselheira Revisora: LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

Nº 16.473. Recurso Administrativo nº 311/2011. Nº Originário: 655/2003. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: DANIELA PIMENTA GALHARDO. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal JOSUÉ SHOSTACK.

Nº 16.474. Recurso Administrativo nº 317/2011. Nº Originário: 344/2005. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessado: MARINALVA RODRIGUES. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relatora: Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.

Nº 16.475. Recurso Administrativo nº 1181/2009. Nº Originário: 212/2005. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessado: DORIANDREY DE VALOIS. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relatora: Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS.

Nº 16.476. Recurso Administrativo nº 314/2011. Nº Originário: 148/2007. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: ELIZA AIKO MORIKAWA. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relatora: Conselheira Federal LUCIA DE FÁTIMA SALES COSTA.

Nº 16.477. Recurso Administrativo nº 312/2011. Nº Originário: 641/2003. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: ANIBAL PIRES GALHARDO. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA.

Nº 16.478. Recurso Administrativo nº 529/2011. Nº Originário: 222/2005. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: GISELE CRISTINA GOMES. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

Nº 16.479. Recurso Administrativo nº 316/2011. Nº Originário: 58/2005. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: PAULO MIGUEL BRUNO DE ARAÚJO. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relatora: Conselheira Federal MARILIA COELHO CUNHA.

Nº 16.480. Recurso Administrativo nº 310/2011. Nº Originário: 636/2009. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: ELIANE ASSUNÇÃO DE SIQUEIRA. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relatora: Conselheira Federal MARY JANE LIMEIRA DE OLIVEIRA.

Nº 16.481. Recurso Administrativo nº 1219/2011. Nº Originário: 019/2007. Recorrente: JOICE GONÇALVES RONCONI. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ GILDO DA SILVA. Revisora: Conselheira Federal ANA PAULA DE ALMEIDA QUEIROZ. Ementa: Processo ético-disciplinar. Infringência à Resolução n.º 417/2004 - Código de Ética Farmacêutica. Reforma Parcial. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por maioria de votos, pelo CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL REFORMANDO-SE A PENALIDADE aplicada pelo CRF/SP DE suspensão de três meses do exercício PARA MULTA DE 3(três) SALÁRIOS MÍNIMOS, nos termos do voto do Conselheiro Relator, que faz parte integrante deste julgado, rejeitando-se o voto da Conselheira Revisora.

Nº 16.482. Recurso Administrativo nº 1229/2011. Nº Originário: 251/2006. Recorrente: TALITA REGEA CANDIDO LIZARELLI. Recorrido: CRF/SP. Relator: Conselheiro Federal VALMIR DE SANTI. Revisor. Conselheiro Federal LUCIANO MARTINS RENA. Ementa: Processo ético-disciplinar. Infringência à Resolução n.º 417/2004 - Código de Ética Farmacêutica. Incidência de prescrição. Lei n.º 9873/99 c/c a Lei 6838/80. Pelo arquivamento do processo. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo ARQUIVAMENTO DO PROCESSO COM EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, em face de ocorrência de prescrição nos moldes da Lei 9873/99 c/c a Lei 6838/80, conforme o voto do Conselheiro Revisor, que faz parte integrante deste julgado. Vencido o Conselheiro Relator.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 17 DE MAIO DE 2012

Nº 16.487. Recurso Administrativo nº 528/2011. Nº Originário: 155/2004. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessada: MARCIA RODRIGUES DA SILVA. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal MARIO MARTINELLI JÚNIOR. Ementa: Pedido de Revisão ante a declaração de prescrição pelo decurso de prazo. Ausência de novos fatos e novas provas. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO PEDIDO DE REVISÃO, mantendo-se na íntegra a decisão objeto do presente recurso por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do voto do Relator que faz parte integrante da Ata da Sessão deste julgado.

Nos processos abaixo relacionados, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 16487, consoante acórdãos:

Nº 16.488. Recurso Administrativo nº 1182/2009. Nº Originário: 179/2005. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessado: CLAUDINEI DOS SANTOS. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERO BOFF.

16489. Recurso Administrativo nº 1198/2009. Nº Originário: 287/2007. Recorrente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Interessado: LYS AUGUSTA AZNAR DE FREITAS. Recorrido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERO BOFF.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARÁ

DECISÃO Nº 97, DE 17 DE JULHO DE 2012

Institui e disciplina o pagamento de gratificação aos componentes da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiros, bem como aos componentes da Comissão especial do Concurso Público.

O Conselho Regional de Enfermagem do Pará do Pará, em conjunto com o Conselheiro-Secretário, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a Lei 5.905/73 que cria o sistema COFEN/Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO a necessidade de motivar os funcionários designados para laborar de forma permanente nas comissões de licitações, pregoeiros, bem como na comissão especial do concurso público;

CONSIDERANDO os fundamentos da art. 457, parágrafo 1º, da CLT e art. 37, inciso XI, da Carta da República de 1988;

CONSIDERANDO a deliberação constante na 418º Reunião Ordinária do Plenário do Coren-PA; decidem:

Art. 1º - INSTITUIR gratificação aos componentes da comissão Permanente de Licitação - CPL e Pregoeiros, bem como aos componentes da Comissão Especial do Concurso Público no âmbito do COREN/PA;

Art.2º - Todos os componentes da CPL, farão jus à gratificação individual e mensal na ordem de 15%(quinze por cento), calculados sobre o vencimento do Presidente da CPL;

Art.3º - Os pregoeiros terão direito à referida gratificação no montante de 15%(quinze por cento), calculados sobre o vencimento do Presidente da CPL, a cada pregão realizado;

Art.4º - Todos os componentes da Comissão Especial do Concurso Público farão jus à gratificação individual e mensal na ordem de 15%(quinze por cento), calculados sobre o vencimento do Presidente dessa Comissão;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art.5º - Os membros suplentes somente farão jus à gratificação nas ocasiões em que efetivamente assumirem as atividades dos membros titulares;

Art.6º - Esta decisão entra em vigor na data de sua assinatura, independente de publicação na imprensa oficial.

MÁRIO ANTÔNIO MORAES VIEIRA
Presidente do Conselho

MÁRCIA SIMÃO CARNEIRO
Conselheira-Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE

DECISÃO Nº 11, DE 26 DE ABRIL DE 2011

O Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, no uso da competência consignada no inciso VI, do art. 15, da Lei nº 5.905/73, e, tendo em vista o Regimento Interno da Autarquia, com fundamento no inciso XXXIV, letra "b" do artigo 13 da Resolução COFEN nº 242/2000, de 31 de agosto de 2010, decide:

I-APROVAR as aberturas de Créditos Adicionais Suplementares às diversas dotações que se apresentam insuficientes necessárias ao suporte das despesas a serem realizadas até o término do exercício, no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

A Decisão COREN/SE n° 11, de 26 de abril de 2011 encontra-se disponível na íntegra através do link http://www.corensergipe.org.br/images/decisoes/2011/decisao11.pdf

GABRYELLA GARIBALDE SANTANA RESENDE
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO

DECISÃO PL/SP Nº 331, DE 21 DE JUNHO DE 2012

Processo C - 199/2000

O Plenário do Crea-SP, apreciando o Processo C - 199/200, que trata da Revisão no Regulamento das Inspetorias, Representações e as Comissões Auxiliares de Fiscalização-CAFs, DECIDIU, aprovar as alterações propostas no, conforme a seguir transcrito:

"...

Art. 3º. A Inspetoria é composta por, no mínimo, 03 (três) Inspetores e, no máximo, por um representante de cada modalidade profissional, conforme as Câmaras Especializadas existentes.

...

Art. 6º. É composta por Inspetores Especiais, em conformidade com o disposto no art. 34, alínea l, da Lei nº 5.194, de 1966, até o número de 02 (dois) Inspetores por município no Estado de São Paulo, sendo dos Grupos da Engenharia e da Agronomia, regulamentados pela mencionada lei.

...

Art. 9°. Os membros da Representação poderão ser sugeridos pelas Entidades de Classe, sendo indicados e nomeados pelo Presidente do CREA-SP.

...

Art. 13º. O Inspetor deverá possuir domicílio no município para o qual foi indicado.

...

Art. 22º. A CAF é composta pelos Inspetores e por até 03 (três) Conselheiros pertencentes à mesma jurisdição da Inspetoria, todos nomeados pelo Presidente do CREA-SP e considerados membros da Comissão Auxiliar de Fiscalização-CAF.

§1º Na composição da CAF deverá haver, no mínimo, 06 (seis) profissionais.

..."

Aprovado na Sessão Plenária nº 1952(ordinária) do CREA-SP, realizada em 21 de junho de 2012.

FRANCISCO YUTAKA KURIMORI
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 22, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011

Institui o Plano de Cargos, Carreira e Salários e dispõe sobre as Formas de Ingresso de Servidores no Conselho Regional de Fonoaudiologia 1ª Região

A Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 1ª Região, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Nº 6.965/81, o Decreto Nº 87.218/82 e o Regimento Interno;

Considerando a necessidade de se estabelecer uma estrutura organizacional e salarial adequada aos desafios e exigências atuais;

Considerando a necessidade de se estabelecer de forma qualitativa e quantitativa os critérios de previsão dos recursos humanos, delimitando atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a cada cargo, bem como as suas especificações;

Considerando que o provimento dos cargos dos Conselhos de Fiscalização Profissional obedece ao disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal;

Considerando a necessidade do aprimoramento constante da gestão, estabelecendo políticas que incentivem o crescimento profissional e o reconhecimento pelos resultados alcançados;

Considerando a necessidade de regulação das formas de ingresso de pessoal para os quadros do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 1ª Região;

E, finalmente, considerando a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários na 212ª Sessão Plenária do Conselho Regional de Fonoaudiologia- 1ª Região ocorrida no dia 20 de setembro de 2011, resolve:

Art.1º. Instituir o Plano de Cargos, Carreira e Salários Conselho Regional de Fonoaudiologia - 1ª região do Conselho Regional de Fonoaudiologia - 1ª Região.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 18 de outubro de 2011, revogando as disposições em contrário.

CLÁUDIA GRAÇA

ANEXO

Extrato do Plano de Cargos, Carreira e Salários

Grau/Carreira	Cargo	Nível	Requisito de Acesso
Médio			
Área Administrativa	Profissional Administrativo	Júnior, Pleno, Sênior e Master	- Ensino médio completo e ensino médio técnico*, para atuar na área meio.
Área Técnica	Profissional Técnico	Júnior, Pleno, Sênior e Master	- Ensino médio completo, para atuar na área fim.
Superior			
Área Técnica	Profissional Técnico	Pleno, Sênior e Master	- Ensino Superior completo em Fonoaudiologia*
Área Administrativa	Profissional Administrativo	Pleno, Sênior e Master	- Ensino Superior completo em Administração de Empresas*, Direito*, Análise de Sistemas*, Ciências Contábeis*, Comunicação Social* e em Economia*

Notas:

- Ensino Médio Técnico - requisito para o profissional Técnico de Contabilidade.

* O profissional deverá estar registrado no órgão de fiscalização da profissão no Estado do Rio de Janeiro.

PROGRESSÃO VERTICAL

Nível	Tempo Mínimo de Permanência no Nível
Junior	05 anos
Pleno I	05 anos
Pleno II	05 anos
Sênior I	05 anos
Sênior II	05 anos
Master	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

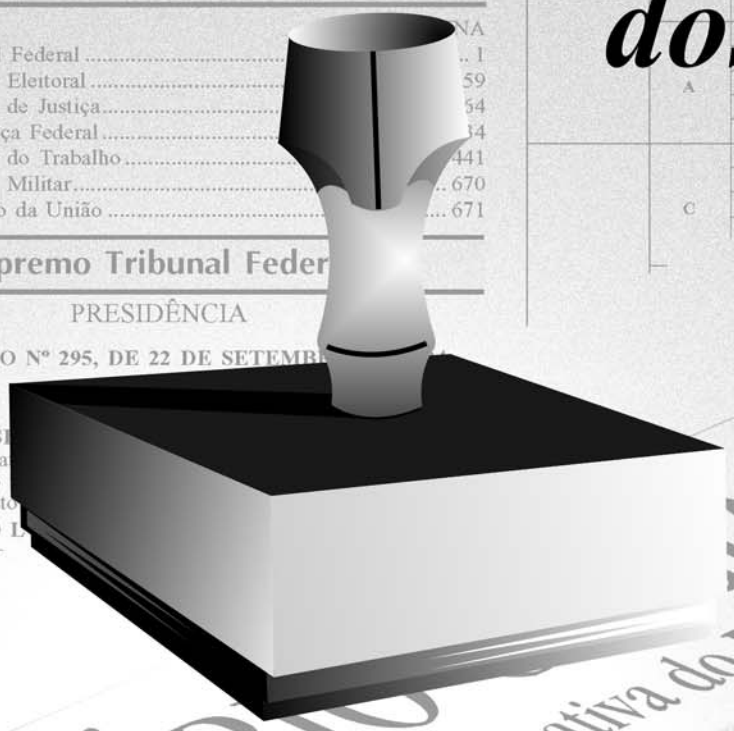
Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.

Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos, que são abatidos à medida que as matérias são transmitidas para publicação, evitando transtornos na comprovação de pagamento de boletos. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio da função **Crédito de Publicação**, disponível no sistema **INCom**.

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808